ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 24 Brasília - DF, quinta-feira, 3 de fevereiro de 2022 SEÇÃO 1

## Sumário

Atos do Poder Judiciário ..... 1
Atos do Congresso Nacional ..... 6
Atos do Poder Executivo ..... 6
Presidência da República ..... 8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..... 10
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações ..... 19
Ministério das Comunicações ..... 19
Ministério da Defesa ..... 20
Ministério do Desenvolvimento Regional ..... 21
Ministério da Economia ..... 22
Ministério da Educação ..... 53
Ministério da Infraestrutura ..... 58
Ministério da Justiça e Segurança Pública ..... 62
Ministério do Meio Ambiente ..... 76
Ministério de Minas e Energia ..... 77
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos ..... 88
Ministério das Relações Exteriores ..... 98
Ministério da Saúde ..... 98
Ministério do Trabalho e Previdência ..... 110
Ministério do Turismo ..... 111
Poder Judiciário ..... 117
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ..... 117

..... Esta edição é composta de 121 páginas .....

## Atos do Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### PLENÁRIO

**DECISÕES**
**Ação Direta de Inconstitucionalidade e**
**Ação Declaratória de Constitucionalidade**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

**Acórdãos**

**AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 58** **(1)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : 58 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : DISTRITO FEDERAL |
| **RELATOR** | **: MIN. GILMAR MENDES** |
| REQTE.(S) | : CONFEDERACAO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO-CONSIF |
| ADV.(A/S) | : LUIZ CARLOS STURZENEGGER (1942-A/DF, 201395/MG, 29258/SP) E OUTRO(A/S) |
| ADV.(A/S) | : GRACE MARIA FERNANDES MENDONCA (09469/DF) |
| ADV.(A/S) | : SUZANA MARIA FERNANDES MENDONCA (52729/DF) |
| INTDO.(A/S) | : PRESIDENTE DA REPÚBLICA |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| INTDO.(A/S) | : CONGRESSO NACIONAL |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| AM. CURIAE. | : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC |
| ADV.(A/S) | : ROBERTO LUÍS LOPES NOGUEIRA (70757/RJ) |
| AM. CURIAE. | : FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES E PESQUISADORES EM SERVIÇOS DE TELECOMINICAÇÕES ¿ FITRATELP |
| ADV.(A/S) | : GUSTAVO TEIXEIRA RAMOS (17725/DF) |
| AM. CURIAE. | : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE - CNT |
| ADV.(A/S) | : SÉRGIO ANTÔNIO FERREIRA VICTOR (19277/DF) |
| AM. CURIAE. | : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS |
| ADV.(A/S) | : MARIA APARECIDA PELLEGRINA (26111/SP) |
| AM. CURIAE. | : INSTITUTO NACIONAL DO COMÉRCIO E SERVIÇOS |
| ADV.(A/S) | : RICARDO VITA PORTO (0183224/SP) |
| AM. CURIAE. | : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO - ABAG |
| ADV.(A/S) | : CAROLINA TUPINAMBÁ (124045/RJ) |
| AM. CURIAE. | : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO |
| ADV.(A/S) | : FELIPE COULON LEVI (156375/RJ) |
| AM. CURIAE. | : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN |
| ADV.(A/S) | : RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE (11110/DF) |
| AM. CURIAE. | : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB |
| ADV.(A/S) | : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (16275/DF) |
| AM. CURIAE. | : FEDERAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO ¿ FENAERT |
| ADV.(A/S) | : GUSTAVO BINENBOJM 58607/MG |
| ADV.(A/S) | : ALICE VORONOFF 58608/MG |
| ADV.(A/S) | : ANDRE CYRINO 58605/MG |
| ADV.(A/S) | : RAFAEL KOATZ 46142/MG |
| AM. CURIAE. | : FED NAC EMPRESAS SERVICOS CONTABEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERICIAS, INFORMACOES E PESQUISAS - FENACON |
| ADV.(A/S) | : SUZANNA CARMEN DA CRUZ (51203/DF) E OUTRO(A/S) |

**Decisão**: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela requerente, o Dr. Fábio Lima Quintas; pelo *amicus curiae* Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, a Dra. Maria Aparecida Pellegrina; pelo *amicus curiae* Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG, a Dra. Carolina Tupinambá; pelo *amicus curiae* Confederação Nacional do Transporte - CNT, o Dr. Sérgio Antônio Ferreira Victor; pelo *amicus curiae* Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC, o Dr. Roberto Luis Lopes Nogueira; pelo *amicus curiae* Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações - FITRATELP, o Dr. Mauro de Azevedo Menezes; pelo *amicus curiae* Federação Nacional das Empresas de Rádio e Televisão - FENAERT, a Dra. Alice Bernardo Voronoff de Medeiros; pelo *amicus curiae* Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, o Dr. Cezar Britto; e, pelo interessado Presidente da República, o Ministro José Levi Mello do Amaral Júnior, Advogado-Geral da União. Impedido o Ministro Luiz Fux. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 12.08.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

**Decisão**: Após o voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), que julgava parcialmente procedente a ação declaratória de constitucionalidade, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, §7º, e ao art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, o Ministro Luiz Fux, impedido neste julgamento, e, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 26.08.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

**Decisão:** Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes, Roberto Barroso e Cármen Lúcia, que acompanhavam o Ministro Gilmar Mendes (Relator); e dos votos divergentes dos Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio, que julgavam integralmente improcedente o pedido, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Ausentes, justificadamente, o Ministro Luiz Fux, impedido neste julgamento, e, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, 27.08.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio. Por fim, por maioria, modulou os efeitos da decisão, ao entendimento de que (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC) e (iii) igualmente, ao acórdão formalizado pelo Supremo sobre a questão dever-se-á aplicar eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais), vencidos os Ministros Alexandre de Moraes e Marco Aurélio, que não modulavam os efeitos da decisão. Impedido o Ministro Luiz Fux (Presidente). Presidiu o julgamento a Ministra Rosa Weber (Vice-Presidente). Plenário, 18.12.2020 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO DO TRABALHO. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE. ÍNDICES DE CORREÇÃO DOS DEPÓSITOS RECURSAIS E DOS DÉBITOS JUDICIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 879, §7º, E ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13. 467, DE 2017. ART. 39, *CAPUT* E §1º, DA LEI 8.177 DE 1991. POLÍTICA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E TABELAMENTO DE JUROS. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR) COMO POLÍTICA DE DESINDEXAÇÃO DA ECONOMIA. TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STF. APELO AO LEGISLADOR. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE JULGADAS PARCIALMENTE PROCEDENTES, PARA CONFERIR INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO AO ART. 879, §7º, E AO ART. 899, §4º, DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467, DE 2017. MODULAÇÃO DE EFEITOS.

1. A exigência quanto à configuração de controvérsia judicial ou de controvérsia jurídica para conhecimento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) associa-se não só à ameaça ao princípio da presunção de constitucionalidade - esta independe de um número quantitativamente relevante de decisões de um e de outro lado -, mas também, e sobretudo, à invalidação prévia de uma decisão tomada por segmentos expressivos do modelo representativo.

2. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, decidindo que a TR seria insuficiente para a atualização monetária das dívidas do Poder Público, pois sua utilização violaria o direito de propriedade. Em relação aos débitos de natureza tributária, a quantificação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança foi reputada ofensiva à isonomia, pela discriminação em detrimento da parte processual privada (ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e RE 870.947-RG - tema 810).

3. A indevida utilização do IPCA-E pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) tornou-se confusa ao ponto de se imaginar que, diante da inaplicabilidade da TR, o uso daquele índice seria a única consequência possível. A solução da Corte Superior Trabalhista, todavia, lastreia-se em uma indevida equiparação da natureza do crédito trabalhista com o crédito assumido em face da Fazenda Pública, o qual está submetido a regime jurídico próprio da Lei 9.494/1997, com as alterações promovidas pela Lei 11.960/2009.

4. A aplicação da TR na Justiça do Trabalho demanda análise específica, a partir das normas em vigor para a relação trabalhista. A partir da análise das repercussões econômicas da aplicação da lei, verifica-se que a TR se mostra inadequada, pelo menos no contexto da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como índice de atualização dos débitos trabalhistas.

5. Confere-se interpretação conforme à Constituição ao art. 879, §7º, e ao art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 2017, definindo-se que, até que sobrevenha solução legislativa, deverão ser aplicados à atualização dos créditos decorrentes

AVISO

Foi publicada em 2/2/2022 a edição extra nº 23-A do *DOU*. Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho os mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as hipóteses de condenações cíveis em geral (art. 406 do Código Civil), à exceção das dívidas da Fazenda Pública que possui regramento específico (art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009), com a exegese conferida por esta Corte na ADI 4.357, ADI 4.425, ADI 5.348 e no RE 870.947-RG (tema 810).

6. Em relação à fase extrajudicial, ou seja, a que antecede o ajuizamento das ações trabalhistas, deverá ser utilizado como indexador o IPCA-E acumulado no período de janeiro a dezembro de 2000. A partir de janeiro de 2001, deverá ser utilizado o IPCA-E mensal (IPCA-15/IBGE), em razão da extinção da UFIR como indexador, nos termos do art. 29, § 3º, da MP 1.973-67/2000. Além da indexação, serão aplicados os juros legais (art. 39, *caput*, da Lei 8.177, de 1991).

7. Em relação à fase judicial, a atualização dos débitos judiciais deve ser efetuada pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, considerando que ela incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95; 84 da Lei 8.981/95; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; 61, § 3º, da Lei 9.430/96; e 30 da Lei 10.522/02). A incidência de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, cumulação que representaria *bis in idem.*

8. A fim de garantir segurança jurídica e isonomia na aplicação do novo entendimento, fixam-se os seguintes marcos para modulação dos efeitos da decisão: (*i*) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão, em ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória, todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (*ii*) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal, devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC.

9. Os parâmetros fixados neste julgamento aplicam-se aos processos, ainda que transitados em julgado, em que a sentença não tenha consignado manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais).

10. Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas parcialmente procedentes.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.728** **(2)**

ORIGEM : ADI - 4728 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATORA : MIN. ROSA WEBER**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPA

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, conheceu, em parte, da ação direta e, na parte conhecida, julgou procedente o pedido formulado, para declarar a inconstitucionalidade do art. 9º da Lei 1.601/2011 do Estado do Amapá, nos termos do voto da Relatora, vencida parcialmente a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, Sessão Virtual de 5.11.2021 a 12.11.2021.

**Ementa**

Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 1.601/2011, do Estado do Amapá. Instituição da Política Estadual de Prevenção, Enfrentamento das Violências, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Preliminar. Ausência de impugnação específica dos dispositivos da lei questionada. Não conhecimento, em parte. Art. 9º. Estabelecimento de prazo para o Poder Executivo regulamentar as disposições legais constantes de referido diploma normativo. Impossibilidade. Violação dos arts. 2º e 84, II, da Constituição da República.

1. Recai sobre o autor das ações de controle concentrado de constitucionalidade o ônus processual de indicar os dispositivos impugnados e realizar o cotejo analítico entre cada uma das proposições normativas e os respectivos motivos justificadores do acolhimento da pretensão de inconstitucionalidade, sob pena de indeferimento da petição inicial, por inépcia.

2. Não se mostra processualmente viável a impugnação genérica da integralidade de um decreto, lei ou código por simples objeção geral, insuficiente, para tanto, a mera invocação de princípios jurídicos em sua formulação abstrata, sem o confronto pontual e fundamentado entre cada um dos preceitos normativos questionados e o respectivo parâmetro de controle.

3. Firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido da incompatibilidade de dispositivos normativos que estabeleçam prazos, ao Poder Executivo, para apresentação de projetos de lei e regulamentação de preceitos legais, por violação dos arts. 2º e 84, II, da Constituição da República.

4. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida em parte e, nessa extensão, pedido julgado procedente.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.677** **(3)**

ORIGEM : ADI - 5677 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
**RELATORA : MIN. ROSA WEBER**
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou improcedente o pedido formulado, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 26.11.2021 a 3.12.2021.

**EMENTA**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA LEI Nº 8.027/2014, DO ESTADO DO PARÁ, QUE DISPÕE SOBRE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL NA MODALIDADE LOTAÇÃO. TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. PODER DE POLÍCIA. INOCORRÊNCIA DE OFENSA À COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. PRECEDENTES. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE NÃO CRIA NEM ALTERA ATRIBUIÇÕES DE ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. IMPROCEDÊNCIA.**

**1.** A lei estadual impugnada, ao fixar regras e procedimentos para ordenar o transporte de passageiros na modalidade lotação de até seis pessoas entre municípios inseridos nos limites de seu território, foi editada no âmbito da competência constitucional residual (art. 25, §1º, CF/88)**.** Precedentes. Consolidação, na jurisprudência desta Suprema Corte, do entendimento de que é dos Estados a competência para legislar sobre prestação de serviços públicos de transporte intermunicipal.

**2.** Ausência de criação ou alteração de atribuição de órgãos da Administração Pública. Finalidade própria da agência reguladora estadual. Controle da exploração do serviço, nos termos da sua norma criadora, a Lei estadual n° 6.099, de 30 de dezembro de 1997. Precedentes.

**3.** Ação direta conhecida e pedido julgado improcedente.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.692** **(4)**

ORIGEM : ADI - 5692 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
**RELATORA : MIN. ROSA WEBER**
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
ADV.(A/S) : PAULO SAVIO NOGUEIRA PEIXOTO MAIA (21781/DF)

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e, no mérito, julgou improcedente o pedido deduzido, nos termos do voto da Relatora. Os Ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski acompanharam a Relatora com ressalvas. Falou, pelo *amicus curiae*, a Dra. Lilian de Castro e Silva Menezes do Vale. Plenário, Sessão Virtual de 5.11.2021 a 12.11.2021.

**Ementa**

Ação direta de inconstitucionalidade. Art. 77, *caput*, da Lei 12.509/1995, com redação dada pela Lei 15.469/2013, e art. 15 da Lei 13.983/2007, ambas do Estado do Ceará. Elegibilidade para os cargos de direção do Tribunal de Contas estadual. Aplicação direta do princípio da simetria, por força do art. 75, *caput*, da Carta Federal, aos Tribunais de Contas estaduais quanto à organização, composição e fiscalização. Inextensibilidade do art. 93 da Constituição Federal e do art. 102, *caput*, da Lei Complementar 35/1979 (LOMAN) aos Tribunais de Contas. Precedente. Liberdade de conformação dos Estados-membros para disciplinar a eleição para cargos diretivos das Cortes de Contas. Observância dos postulados republicanos da alternância e da temporalidade. Precedentes. Improcedência.

1. A Carta Política impõe, expressamente, que os Estados-membros, no exercício de suas competências, sigam o modelo delineado em âmbito Federal quanto à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas estaduais. Aplicação direta do princípio da simetria.

2. Cabe aos Estados-membros, entretanto, no desempenho de sua autonomia político-administrativa, a definição quanto à eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal de Contas.

3. Inextensibilidade do art. 93 da Constituição Federal e do art. 102, *caput*, da Lei Complementar 35/1979 (LOMAN) aos Tribunais de Contas. Precedente: ADI 3.377/RJ, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, j. 01.3.2021, DJe 17.3.2021.

4. A autonomia dos Estados-membros quanto à elaboração das regras pertinentes às eleições para os cargos de direção dos Tribunais de Contas estaduais não se reveste de caráter absoluto, devendo conformar-se aos postulados da alternância e da temporalidade.

5. Aplicação, ao caso, da mesmo *ratio* subjacente ao precedente firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal ao julgamento da ADI 6.684/ES, Red. p/ acórdão Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 20.9.2021.

6. Na hipótese, as normas impugnadas permitem uma única reeleição para mesmo cargo, a evidenciar a compatibilidade com a Constituição da República e a consonância com a jurisprudência desta Corte.

7. Ação direta de inconstitucionalidade **conhecida**. Pedido julgado **improcedente**.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.021** **(5)**

ORIGEM : 6021 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (7077/DF)
ADV.(A/S) : PEDRO AUGUSTO DE FREITAS GORDILHO (138/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CF/OAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR
ADV.(A/S) : RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO (19979/DF)
AM. CURIAE. : CENTRAL BRASILEIRA DO SETOR DE SERVIÇOS - CEBRASSE
ADV.(A/S) : PERCIVAL MENON MARICATO (42143/SP)
ADV.(A/S) : DIOGO TELLES AKASHI (207534/SP)

**Decisão**: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela requerente, o Dr. Alberto Pavie Ribeiro; pelo *amicus curiae* Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, o Dr. Cezar Britto; e, pelo interessado Presidente da República, o Ministro José Levi Mello do Amaral Júnior, Advogado-Geral da União. Impedido o Ministro Luiz Fux. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 12.08.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

**Decisão**: Após o voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), que julgava parcialmente procedente a ação direta de inconstitucionalidade, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, §7º, e ao art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, o Ministro Luiz Fux, impedido neste julgamento, e, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

**SEÇÃO 1** • Publicação de atos normativos
**SEÇÃO 2** • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
**SEÇÃO 3** • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 26.08.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

**Decisão:** Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes, Roberto Barroso e Cármen Lúcia, que acompanhavam o Ministro Gilmar Mendes (Relator); dos votos divergentes dos Ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski, que julgavam integralmente procedente o pedido formulado na ação direta para declarar inconstitucionais a expressão "com os mesmos índices da poupança", constante do art. 899-§4º, bem como a expressão "pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme a Lei 8.177, de 1º de março de 1991", constante do art. 879-§7º, e, por arrastamento, o art. 39 da Lei nº 8.177/1991, determinando-se a observância da taxa IPCA-E para a atualização monetária de depósitos judiciais e de créditos decorrentes de condenações na Justiça do Trabalho; e do voto do Ministro Marco Aurélio, que, preliminarmente, julgava extinta a ação, sem apreciação da matéria de fundo, ante a ilegitimidade ativa da requerente, e, vencido, acompanhava, no mérito, o voto do Ministro Edson Fachin, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Ausentes, justificadamente, o Ministro Luiz Fux, impedido neste julgamento, e, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, 27.08.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e o Ministro Marco Aurélio, que, preliminarmente, julgava extinta a ação, sem apreciação da matéria de fundo, ante a ilegitimidade ativa da requerente, e, vencido, acompanhava, no mérito, o voto divergente do Ministro Edson Fachin. Por fim, por maioria, o Tribunal modulou os efeitos da decisão, ao entendimento de que (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC) e (iii) igualmente, ao acórdão formalizado pelo Supremo sobre a questão dever-se-á aplicar eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais), vencidos os Ministros Alexandre de Moraes e Marco Aurélio, que não modulavam os efeitos da decisão. Impedido o Ministro Luiz Fux (Presidente). Presidiu o julgamento a Ministra Rosa Weber (Vice-Presidente). Plenário, 18.12.2020 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Ações diretas de inconstitucionalidade e ações declaratórias de constitucionalidade. **2.** Art. 879, §7º, e art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13. 467, de 2017. Art. 39, caput e §1º, da Lei 8.177 de 1991. **3.** Constitucionalidade dos índices de correção dos depósitos recurais e dos débitos trabalhistas na justiça do trabalho. **4.** Política de correção monetária e tabelamento de juros. Institucionalização da Taxa Referencial - TR como política de desindexação da economia. Combate histórico a processos inflacionários. Risco de constitucionalização de normas financeiras e do sistema monetário nacional. **5.** TR como índice de correção monetária. Inconstitucionalidade. Precedentes do STF. **6.** Apelo ao legislador. Aplicação, até que sobrevenha solução legislativa, dos mesmos índices de correção monetária e de juros vigentes para as hipóteses de condenações cíveis em geral: IPCA-E na fase pré-judicial e SELIC a partir da citação. **7.** Ações diretas de inconstitucionalidade e ações declaratórias de constitucionalidade julgadas parcialmente procedentes, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, §7º, e ao art. 899, §4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467, de 2017. **8.** Modulação de efeitos.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.110** **(6)**

ORIGEM : 6110 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAZONAS
**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S) : ASSOCIACAO NACIONAL DAS OPERADORAS CELULARES - ACEL E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS (07383/DF, 52083/PE, 438132/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CAPUTO, BASTOS E SERRA ADVOGADOS (1713/DF)
INTDO.(A/S) : MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, conheceu em parte da ação direta e, na parte conhecida, julgou parcialmente procedente o pedido formulado, para declarar a inconstitucionalidade do art. 2º, I e II-b, da Lei n. 360/2016 do Estado do Amazonas, nos termos do voto do Relator. Falou, pelas requerentes, o Dr. Saul Tourinho Leal. Plenário, Sessão Virtual de 26.11.2021 a 3.12.2021.

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei n. 360, de 21 de dezembro de 2016, do Estado do Amazonas. 3. Restrições a ligações para consumidores inadimplentes. 4. Legislação parcialmente vigente. Ação conhecida em parte. 5. Art. 2º, I e II-b, proíbe ligações de cobrança efetuadas por unidades da federação que não a do consumidor. Invasão da competência legislativa privativa da União para dispor sobre o comércio, em especial o interestadual. Inconstitucionalidade. 6. Normas de natureza consumerista entre prestadoras de serviços de telecomunicações e clientes em aspectos não essencialmente contratuais. Competência dos estados-membros, em caráter suplementar às normas gerais expedidas pela União. 7. Ação parcialmente conhecida e, na parte conhecida, julgada parcialmente procedente, para declarar inconstitucional o art. 2º, I e II-b, da Lei n. 360/2016, do Estado do Amazonas.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.168** **(7)**

ORIGEM : 6168 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
REQTE.(S) : PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
INTDO.(A/S) : CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DA PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL ¿ PRÓ JURÍDICO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY (38672/DF, 095573/RJ)
ADV.(A/S) : MARCELLO TERTO E SILVA (16044/DF, 21959/GO)
AM. CURIAE. : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE. : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
AM. CURIAE. : ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AM. CURIAE. : ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AM. CURIAE. : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE. : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AM. CURIAE. : ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AM. CURIAE. : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANA
AM. CURIAE. : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AM. CURIAE. : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE. : ESTADO DE TOCANTINS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - ANAPE
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 234932/RJ, 1190/SE, 439314/SP)
ADV.(A/S) : YASMIM YOGO FERREIRA (44864/DF)
ADV.(A/S) : PAULO FRANCISCO SOARES FREIRE (50755/DF)

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, declarou a constitucionalidade da percepção de honorários de sucumbência pelos Procuradores do Distrito Federal e julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "à Associação dos Procuradores do Distrito Federal ou" do parágrafo único do art. 2° da Resolução 7/2015, assim como para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 7° da Lei Distrital 5.369/2014 e, por arrastamento, às Resoluções 4/2014 e 7/2015 do Conselho de Administração do Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Afirmou, ainda, que a soma total das remunerações, incluindo os honorários de sucumbência percebidos mensalmente pelos membros da PGDF, deverá obedecer o teto remuneratório constitucional dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, estabelecido pelo art. 37, XI, da CF. Tudo nos termos do voto do Relator. Os Ministros Roberto Barroso e Nunes Marques acompanharam o Relator com ressalvas. Falou, pelo *amicus curiae* Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal - ANAPE, o Dr. Carlos Frederico Braga Martins. Afirmou suspeição o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 11.6.2021 a 18.6.2021.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 7 DA LEI DISTRITAL 5.369/2014 E RESOLUÇÕES 4/2014 E 7/2015, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DA PGDF, QUE CONCEDEM E DISCIPLINAM O RATEIO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS AOS PROCURADORES DO DF. CONSTITUCIONALIDADE. COMPATIBILIDADE COM O REGIME DE REMUNERAÇÃO POR SUBSÍDIO. IMPERIOSA OBSERVÂNCIA DO TETO CONSTITUCIONAL. ART. 37, XI, DA CF. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO. TRANSFERÊNCIA DOS VALORES À CONTA DE ENTIDADE ASSOCIATIVA. INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

I - O Supremo Tribunal Federal sedimentou o entendimento no sentido da constitucionalidade da percepção dos honorários sucumbenciais pelos membros da Advocacia Pública, os quais ostentam nítida natureza remuneratória pelos exitosos serviços prestados. Precedentes.

II - A remuneração por meio de subsídio não obsta o recebimento de honorários sucumbências por advogados públicos. Precedentes.

III - A soma dos honorários sucumbências e das demais verbas remuneratórias deve ser limitada ao teto constitucional previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal, especialmente porque a percepção dos honorários se dá em razão do exercício do relevante cargo público exercido. Precedentes.

IV - Inconstitucionalidade da transferência dos honorários sucumbenciais de titularidade dos advogados públicos distritais para a conta da Associação dos Procuradores do Distrito Federal. Precedente.

V - Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade da expressão "à Associação dos Procuradores do Distrito Federal ou" do parágrafo único do art. 2° da Resolução 7/2015, assim como para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 7° da Lei distrital 5.369/2014 e, por arrastamento, às Resoluções 4/2014 e 7/2015 do Conselho de Administração do Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, afirmando que a soma total das remunerações, incluindo os honorários de sucumbência percebidos mensalmente pelos membros da PGDF, deverá obedecer o teto remuneratório constitucional dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, estabelecido pelo art. 37, XI, da CF.

**EMB.DECL. NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 58** **(8)**

ORIGEM : 58 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**
EMBTE.(S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS
ADV.(A/S) : MARIA APARECIDA PELLEGRINA (26111/SP)
EMBDO.(A/S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO-CONSIF

ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS STURZENEGGER (1942-A/DF, 201395/MG, 29258/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : GRACE MARIA FERNANDES MENDONCA (09469/DF)
ADV.(A/S) : SUZANA MARIA FERNANDES MENDONCA (52729/DF)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : ROBERTO LUÍS LOPES NOGUEIRA (70757/RJ)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES E PESQUISADORES EM SERVIÇOS DE TELECOMINICAÇÕES ¿ FITRATELP
ADV.(A/S) : GUSTAVO TEIXEIRA RAMOS (17725/DF)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE - CNT
ADV.(A/S) : SÉRGIO ANTÔNIO FERREIRA VICTOR (19277/DF)
AM. CURIAE. : INSTITUTO NACIONAL DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
ADV.(A/S) : RICARDO VITA PORTO (0183224/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO - ABAG
ADV.(A/S) : CAROLINA TUPINAMBÁ (124045/RJ)
AM. CURIAE. : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADV.(A/S) : FELIPE COULON LEVI (156375/RJ)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN
ADV.(A/S) : RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE (11110/DF)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (16275/DF)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO ¿ FENAERT
ADV.(A/S) : GUSTAVO BINENBOJM 58607/MG
ADV.(A/S) : ALICE VORONOFF 58608/MG
ADV.(A/S) : ANDRE CYRINO 58605/MG
ADV.(A/S) : RAFAEL KOATZ 46142/MG
AM. CURIAE. : FED NAC EMPRESAS SERVICOS CONTABEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERICIAS, INFORMACOES E PESQUISAS - FENACON
ADV.(A/S) : SUZANNA CARMEN DA CRUZ (51203/DF) E OUTRO(A/S)

**Decisão:** (ED) O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração opostos pelos *amici curiae*, rejeitou os embargos de declaração opostos pela ANAMATRA, mas acolheu, parcialmente, os embargos de declaração opostos pela AGU, tão somente para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)", sem conferir efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator. Impedido o Ministro Luiz Fux (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 15.10.2021 a 22.10.2021.

Embargos de Declaração nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021 e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 58 e 59. 2. Ilegitimidade recursal de *amicus curiae* nas ações de controle concentrado. Precedentes. 3. Embargos de Declaração não conhecidos. 4. Erro material apontado nos Embargos de Declaração da AGU. Necessidade de correção. 5. Embargos de declaração conhecidos e providos, em parte, tão somente para sanar erro material. 6. Inexistência de obscuridade, omissão ou contradição no acórdão embargado. Tentativa de rediscussão do mérito das ações. Impossibilidade. 7. Modulação de efeitos realizada no julgamento de mérito das ações embargadas. Desnecessidade de rediscussão. 8. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

**QUARTOS EMB.DECL. NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 58 (9)**

ORIGEM : 58 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**
EMBTE.(S) : FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES E PESQUISADORES EM SERVIÇOS DE TELECOMINICAÇÕES ¿ FITRATELP
ADV.(A/S) : GUSTAVO TEIXEIRA RAMOS (17725/DF)
EMBDO.(A/S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO-CONSIF
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS STURZENEGGER (1942-A/DF, 201395/MG, 29258/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : GRACE MARIA FERNANDES MENDONCA (09469/DF)
ADV.(A/S) : SUZANA MARIA FERNANDES MENDONCA (52729/DF)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : ROBERTO LUÍS LOPES NOGUEIRA (70757/RJ)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE - CNT
ADV.(A/S) : SÉRGIO ANTÔNIO FERREIRA VICTOR (19277/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS
ADV.(A/S) : MARIA APARECIDA PELLEGRINA (26111/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO NACIONAL DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
ADV.(A/S) : RICARDO VITA PORTO (0183224/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO - ABAG
ADV.(A/S) : CAROLINA TUPINAMBÁ (124045/RJ)
AM. CURIAE. : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADV.(A/S) : FELIPE COULON LEVI (156375/RJ)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN
ADV.(A/S) : RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE (11110/DF)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (16275/DF)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO ¿ FENAERT
ADV.(A/S) : GUSTAVO BINENBOJM 58607/MG
ADV.(A/S) : ALICE VORONOFF 58608/MG
ADV.(A/S) : ANDRE CYRINO 58605/MG
ADV.(A/S) : RAFAEL KOATZ 46142/MG
AM. CURIAE. : FED NAC EMPRESAS SERVICOS CONTABEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERICIAS, INFORMACOES E PESQUISAS - FENACON
ADV.(A/S) : SUZANNA CARMEN DA CRUZ (51203/DF) E OUTRO(A/S)

**Decisão:** (ED-quartos) O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração opostos pelos *amici curiae*, rejeitou os embargos de declaração opostos pela ANAMATRA, mas acolheu, parcialmente, os embargos de declaração opostos pela AGU, tão somente para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)", sem conferir efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator. Impedido o Ministro Luiz Fux (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 15.10.2021 a 22.10.2021.

Embargos de Declaração nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021 e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 58 e 59. 2. Ilegitimidade recursal de *amicus curiae* nas ações de controle concentrado. Precedentes. 3. Embargos de Declaração não conhecidos. 4. Erro material apontado nos Embargos de Declaração da AGU. Necessidade de correção. 5. Embargos de declaração conhecidos e providos, em parte, tão somente para sanar erro material. 6. Inexistência de obscuridade, omissão ou contradição no acórdão embargado. Tentativa de rediscussão do mérito das ações. Impossibilidade. 7. Modulação de efeitos realizada no julgamento de mérito das ações embargadas. Desnecessidade de rediscussão. 8. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

**SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 58 (10)**

ORIGEM : 58 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**
EMBTE.(S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO-CONSIF
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS STURZENEGGER (1942-A/DF, 201395/MG, 29258/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : GRACE MARIA FERNANDES MENDONCA (09469/DF)
ADV.(A/S) : SUZANA MARIA FERNANDES MENDONCA (52729/DF)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : ROBERTO LUÍS LOPES NOGUEIRA (70757/RJ)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES E PESQUISADORES EM SERVIÇOS DE TELECOMINICAÇÕES ¿ FITRATELP
ADV.(A/S) : GUSTAVO TEIXEIRA RAMOS (17725/DF)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE - CNT
ADV.(A/S) : SÉRGIO ANTÔNIO FERREIRA VICTOR (19277/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS
ADV.(A/S) : MARIA APARECIDA PELLEGRINA (26111/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO NACIONAL DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
ADV.(A/S) : RICARDO VITA PORTO (0183224/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO - ABAG
ADV.(A/S) : CAROLINA TUPINAMBÁ (124045/RJ)
AM. CURIAE. : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADV.(A/S) : FELIPE COULON LEVI (156375/RJ)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN
ADV.(A/S) : RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE (11110/DF)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (16275/DF)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO ¿ FENAERT
ADV.(A/S) : GUSTAVO BINENBOJM 58607/MG
ADV.(A/S) : ALICE VORONOFF 58608/MG
ADV.(A/S) : ANDRE CYRINO 58605/MG
ADV.(A/S) : RAFAEL KOATZ 46142/MG
AM. CURIAE. : FED NAC EMPRESAS SERVICOS CONTABEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERICIAS, INFORMACOES E PESQUISAS - FENACON
ADV.(A/S) : SUZANNA CARMEN DA CRUZ (51203/DF) E OUTRO(A/S)

**Decisão:** (ED-segundos) O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração opostos pelos *amici curiae*, rejeitou os embargos de declaração opostos pela ANAMATRA, mas acolheu, parcialmente, os embargos de declaração opostos pela AGU, tão somente para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)", sem conferir efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator. Impedido o Ministro Luiz Fux (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 15.10.2021 a 22.10.2021.

Embargos de Declaração nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021 e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 58 e 59. 2. Ilegitimidade recursal de *amicus curiae* nas ações de controle concentrado. Precedentes. 3. Embargos de Declaração não conhecidos. 4. Erro material apontado nos Embargos de Declaração da AGU. Necessidade de correção. 5. Embargos de declaração conhecidos e providos, em parte, tão somente para sanar erro material. 6. Inexistência de obscuridade, omissão ou contradição no acórdão embargado. Tentativa de rediscussão do mérito das ações. Impossibilidade. 7. Modulação de efeitos realizada no julgamento de mérito das ações embargadas. Desnecessidade de rediscussão. 8. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

**TERCEIROS EMB.DECL. NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 58 (11)**

ORIGEM : 58 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**
EMBTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA
EMBTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (7077/DF)
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (16275/DF)
EMBDO.(A/S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO-CONSIF
ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS STURZENEGGER (1942-A/DF, 201395/MG, 29258/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : GRACE MARIA FERNANDES MENDONCA (09469/DF)
ADV.(A/S) : SUZANA MARIA FERNANDES MENDONCA (52729/DF)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : ROBERTO LUÍS LOPES NOGUEIRA (70757/RJ)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES E PESQUISADORES EM SERVIÇOS DE TELECOMINICAÇÕES ¿ FITRATELP
ADV.(A/S) : GUSTAVO TEIXEIRA RAMOS (17725/DF)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE - CNT
ADV.(A/S) : SÉRGIO ANTÔNIO FERREIRA VICTOR (19277/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS
ADV.(A/S) : MARIA APARECIDA PELLEGRINA (26111/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO NACIONAL DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
ADV.(A/S) : RICARDO VITA PORTO (0183224/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO - ABAG
ADV.(A/S) : CAROLINA TUPINAMBÁ (124045/RJ)
AM. CURIAE. : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADV.(A/S) : FELIPE COULON LEVI (156375/RJ)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN
ADV.(A/S) : RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE (11110/DF)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO ¿ FENAERT
ADV.(A/S) : GUSTAVO BINENBOJM 58607/MG
ADV.(A/S) : ALICE VORONOFF 58608/MG
ADV.(A/S) : ANDRE CYRINO 58605/MG
ADV.(A/S) : RAFAEL KOATZ 46142/MG
AM. CURIAE. : FED NAC EMPRESAS SERVICOS CONTABEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERICIAS, INFORMACOES E PESQUISAS - FENACON
ADV.(A/S) : SUZANNA CARMEN DA CRUZ (51203/DF) E OUTRO(A/S)

**Decisão:** (ED-terceiros) O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração opostos pelos *amici curiae*, rejeitou os embargos de declaração opostos pela ANAMATRA, mas acolheu, parcialmente, os embargos de declaração opostos pela AGU, tão somente para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)", sem conferir efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator. Impedido o Ministro Luiz Fux (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 15.10.2021 a 22.10.2021.

Embargos de Declaração nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021 e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 58 e 59. 2. Ilegitimidade recursal de *amicus curiae* nas ações de controle concentrado. Precedentes. 3. Embargos de Declaração não conhecidos. 4. Erro material apontado nos Embargos de Declaração da AGU. Necessidade de correção. 5. Embargos de declaração conhecidos e providos, em parte, tão somente para sanar erro material. 6. Inexistência de obscuridade, omissão ou contradição no acórdão embargado. Tentativa de rediscussão do mérito das ações. Impossibilidade. 7. Modulação de efeitos realizada no julgamento de mérito das ações embargadas. Desnecessidade de rediscussão. 8. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

**EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.867 (12)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : 5867 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : DISTRITO FEDERAL |
| **RELATOR** | **: MIN. GILMAR MENDES** |
| EMBTE.(S) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| EMBDO.(A/S) | : ASSOCIACAO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTICA DO TRABALHO |
| ADV.(A/S) | : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 53357/GO) |
| INTDO.(A/S) | : PRESIDENTE DA REPÚBLICA |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| INTDO.(A/S) | : CONGRESSO NACIONAL |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| AM. CURIAE. | : CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS - CSB |
| ADV.(A/S) | : JACQUELINE AMARILIO DE SOUSA (35446/DF) |
| AM. CURIAE. | : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL |
| ADV.(A/S) | : CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA (22356/RS) |
| AM. CURIAE. | : FEDERACAO NACIONAL DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO |
| ADV.(A/S) | : GUSTAVO BINENBOJM (58607/DF, 083152/RJ) |
| ADV.(A/S) | : ALICE BERNARDO VORONOFF DE MEDEIROS (58608/DF, 139858/RJ) |
| ADV.(A/S) | : ANDRE RODRIGUES CYRINO (58605/DF, 123111/RJ) |
| ADV.(A/S) | : RAFAEL LORENZO FERNANDEZ KOATZ (46142/DF, 122128/RJ, 424218/SP) |
| AM. CURIAE. | : ASSAT ASSOCIACAO SERGIPANA DE ADVOGADOS TRABALHISTAS |
| ADV.(A/S) | : MARCOS D AVILA MELO FERNANDES (11874A/AL, 24952/DF, 446A/SE) |
| AM. CURIAE. | : FEDERACAO NACIONAL DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PUBLICOS ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL |
| ADV.(A/S) | : FABIO FONTES ESTILLAC GOMEZ (34163/DF) |
| ADV.(A/S) | : RODRIGO VICENTE MARTINS FERNANDES (50127/DF) |
| AM. CURIAE. | : CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT |
| ADV.(A/S) | : JOSE EYMARD LOGUERCIO (01441/A/DF, 52504A/GO, 103250/SP) |

**Decisão:** (ED) O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração opostos pelos *amici curiae*, rejeitou os embargos de declaração opostos pela ANAMATRA, mas acolheu, parcialmente, os embargos de declaração opostos pela AGU, tão somente para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)", sem conferir efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator. Impedido o Ministro Luiz Fux (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 15.10.2021 a 22.10.2021.

Embargos de Declaração nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021 e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 58 e 59. 2. Ilegitimidade recursal de *amicus curiae* nas ações de controle concentrado. Precedentes. 3. Embargos de Declaração não conhecidos. 4. Erro material apontado nos Embargos de Declaração da AGU. Necessidade de correção. 5. Embargos de declaração conhecidos e providos, em parte, tão somente para sanar erro material. 6. Inexistência de obscuridade, omissão ou contradição no acórdão embargado. Tentativa de rediscussão do mérito das ações. Impossibilidade. 7. Modulação de efeitos realizada no julgamento de mérito das ações embargadas. Desnecessidade de rediscussão. 8. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

**SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.867 (13)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : 5867 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : DISTRITO FEDERAL |
| **RELATOR** | **: MIN. GILMAR MENDES** |
| EMBTE.(S) | : ASSOCIACAO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTICA DO TRABALHO |
| ADV.(A/S) | : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 53357/GO) |
| EMBTE.(S) | : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL |
| ADV.(A/S) | : CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA (22356/RS) |
| INTDO.(A/S) | : PRESIDENTE DA REPÚBLICA |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| INTDO.(A/S) | : CONGRESSO NACIONAL |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| AM. CURIAE. | : CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS - CSB |
| ADV.(A/S) | : JACQUELINE AMARILIO DE SOUSA (35446/DF) |
| AM. CURIAE. | : FEDERACAO NACIONAL DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO |
| ADV.(A/S) | : GUSTAVO BINENBOJM (58607/DF, 083152/RJ) |
| ADV.(A/S) | : ALICE BERNARDO VORONOFF DE MEDEIROS (58608/DF, 139858/RJ) |
| ADV.(A/S) | : ANDRE RODRIGUES CYRINO (58605/DF, 123111/RJ) |
| ADV.(A/S) | : RAFAEL LORENZO FERNANDEZ KOATZ (46142/DF, 122128/RJ, 424218/SP) |
| AM. CURIAE. | : ASSAT ASSOCIACAO SERGIPANA DE ADVOGADOS TRABALHISTAS |
| ADV.(A/S) | : MARCOS D AVILA MELO FERNANDES (11874A/AL, 24952/DF, 446A/SE) |
| AM. CURIAE. | : FEDERACAO NACIONAL DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PUBLICOS ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL |
| ADV.(A/S) | : FABIO FONTES ESTILLAC GOMEZ (34163/DF) |
| ADV.(A/S) | : RODRIGO VICENTE MARTINS FERNANDES (50127/DF) |
| AM. CURIAE. | : CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT |
| ADV.(A/S) | : JOSE EYMARD LOGUERCIO (01441/A/DF, 52504A/GO, 103250/SP) |

**Decisão:** (ED-segundos) O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração opostos pelos *amici curiae*, rejeitou os embargos de declaração opostos pela ANAMATRA, mas acolheu, parcialmente, os embargos de declaração opostos pela AGU, tão somente para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)", sem conferir efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator. Impedido o Ministro Luiz Fux (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 15.10.2021 a 22.10.2021.

Embargos de Declaração nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021 e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 58 e 59. 2. Ilegitimidade recursal de *amicus curiae* nas ações de controle concentrado. Precedentes. 3. Embargos de Declaração não conhecidos. 4. Erro material apontado nos Embargos de Declaração da AGU. Necessidade de correção. 5. Embargos de declaração conhecidos e providos, em parte, tão somente para sanar erro material. 6. Inexistência de obscuridade, omissão ou contradição no acórdão embargado. Tentativa de rediscussão do mérito das ações. Impossibilidade. 7. Modulação de efeitos realizada no julgamento de mérito das ações embargadas. Desnecessidade de rediscussão. 8. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

**EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.021 (14)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : 6021 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : DISTRITO FEDERAL |
| **RELATOR** | **: MIN. GILMAR MENDES** |
| EMBTE.(S) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| EMBDO.(A/S) | : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA |
| ADV.(A/S) | : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (7077/DF) |
| ADV.(A/S) | : PEDRO AUGUSTO DE FREITAS GORDILHO (138/DF) |
| INTDO.(A/S) | : PRESIDENTE DA REPÚBLICA |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| INTDO.(A/S) | : CONGRESSO NACIONAL |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| AM. CURIAE. | : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CF/OAB |
| ADV.(A/S) | : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (16275/DF) |
| ADV.(A/S) | : RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO (19979/DF) |
| AM. CURIAE. | : CENTRAL BRASILEIRA DO SETOR DE SERVIÇOS - CEBRASSE |
| ADV.(A/S) | : PERCIVAL MENON MARICATO (42143/SP) |
| ADV.(A/S) | : DIOGO TELLES AKASHI (207534/SP) |

**Decisão:** (ED) O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração opostos pelos *amici curiae*, rejeitou os embargos de declaração opostos pela ANAMATRA, mas acolheu, parcialmente, os embargos de declaração opostos pela AGU, tão somente para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)", sem conferir efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator. Impedido o Ministro Luiz Fux (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 15.10.2021 a 22.10.2021.

Embargos de Declaração nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021 e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 58 e 59. 2. Ilegitimidade recursal de *amicus curiae* nas ações de controle concentrado. Precedentes. 3. Embargos de Declaração não conhecidos. 4. Erro material apontado nos Embargos de Declaração da AGU. Necessidade de correção. 5. Embargos de declaração conhecidos e providos, em parte, tão somente para sanar erro material. 6. Inexistência de obscuridade, omissão ou contradição no acórdão embargado. Tentativa de rediscussão do mérito das ações. Impossibilidade. 7. Modulação de efeitos realizada no julgamento de mérito das ações embargadas. Desnecessidade de rediscussão. 8. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

**SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.021 (15)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : 6021 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : DISTRITO FEDERAL |
| **RELATOR** | **: MIN. GILMAR MENDES** |
| EMBTE.(S) | : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA |
| ADV.(A/S) | : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (7077/DF) |
| ADV.(A/S) | : PEDRO AUGUSTO DE FREITAS GORDILHO (138/DF) |
| EMBTE.(S) | : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CF/OAB |
| ADV.(A/S) | : RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO (19979/DF) |
| ADV.(A/S) | : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR (16275/DF) |
| EMBDO.(A/S) | : PRESIDENTE DA REPÚBLICA |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| EMBDO.(A/S) | : CONGRESSO NACIONAL |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| AM. CURIAE. | : CENTRAL BRASILEIRA DO SETOR DE SERVIÇOS - CEBRASSE |
| ADV.(A/S) | : PERCIVAL MENON MARICATO (42143/SP) |
| ADV.(A/S) | : DIOGO TELLES AKASHI (207534/SP) |

**Decisão:** (ED-segundos) O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração opostos pelos *amici curiae*, rejeitou os embargos de declaração opostos pela ANAMATRA, mas acolheu, parcialmente, os embargos de declaração opostos pela AGU, tão somente para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)", sem conferir efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator. Impedido o Ministro Luiz Fux (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 15.10.2021 a 22.10.2021.

Embargos de Declaração nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.867 e 6.021 e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 58 e 59. 2. Ilegitimidade recursal de *amicus curiae* nas ações de controle concentrado. Precedentes. 3. Embargos de Declaração não conhecidos. 4. Erro material apontado nos Embargos de Declaração da AGU. Necessidade de correção. 5. Embargos de declaração conhecidos e providos, em parte, tão somente para sanar erro material. 6. Inexistência de obscuridade, omissão ou contradição no acórdão embargado. Tentativa de rediscussão do mérito das ações. Impossibilidade. 7. Modulação de efeitos realizada no julgamento de mérito das ações embargadas. Desnecessidade de rediscussão. 8. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

**EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.168 (16)**

| | |
|---|---|
| ORIGEM | : 6168 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL |
| PROCED. | : DISTRITO FEDERAL |
| **RELATOR** | **: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI** |
| EMBTE.(S) | : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL |
| EMBDO.(A/S) | : PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA |
| EMBDO.(A/S) | : CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL |
| ADV.(A/S) | : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS |
| EMBDO.(A/S) | : CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DA PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL ¿ PRÓ JURÍDICO |
| ADV.(A/S) | : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS |
| AM. CURIAE. | : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB |
| ADV.(A/S) | : FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY (38672/DF, 095573/RJ) |
| ADV.(A/S) | : MARCELLO TERTO E SILVA (16044/DF, 21959/GO) |
| AM. CURIAE. | : ESTADO DO ACRE |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE |
| AM. CURIAE. | : ESTADO DE ALAGOAS |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS |
| AM. CURIAE. | : ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL |
| ADV.(A/S) | : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL |
| AM. CURIAE. | : ESTADO DO AMAZONAS |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS |
| AM. CURIAE. | : ESTADO DO AMAPÁ |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ |
| AM. CURIAE. | : ESTADO DA BAHIA |
| ADV.(A/S) | : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA |
| AM. CURIAE. | : ESTADO DO CEARÁ |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ |
| AM. CURIAE. | : DISTRITO FEDERAL |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL |
| AM. CURIAE. | : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO |

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AM. CURIAE. : ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AM. CURIAE. : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANA
AM. CURIAE. : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AM. CURIAE. : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE. : ESTADO DE TOCANTINS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - ANAPE
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 234932/RJ, 1190/SE, 439314/SP)
ADV.(A/S) : YASMIM YOGO FERREIRA (44864/DF)
ADV.(A/S) : PAULO FRANCISCO SOARES FREIRE (50755/DF)

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração apenas para retificar o dispositivo do acórdão, que passa a ter a seguinte redação: "Isso posto, declaro a constitucionalidade da percepção de honorários de sucumbência pelos Procuradores do Distrito Federal e julgo parcialmente procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade do texto integral da Resolução 7/2015, do Conselho de Administração do Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, assim como para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 7° da Lei Distrital 5.369/2014 e, por arrastamento, à Resolução 4/2014 do Conselho de Administração do Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Afirmo, ainda, que a soma total das remunerações, incluindo os honorários de sucumbência percebidos mensalmente pelos membros da PGDF, deverá obedecer o teto remuneratório constitucional dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, estabelecido pelo art. 37, XI, da CF.", nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 26.11.2021 a 3.12.2021.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. RATEIO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS AOS ADVOGADOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL. TRANSFERÊNCIA DOS VALORES À CONTA DE ENTIDADE ASSOCIATIVA. GESTÃO DOS RECURSOS. INCONSTITUCIONALIDADE. OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

I - Os embargos de declaração apenas são cabíveis, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, quando no acórdão recorrido estiver presente omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

II - Reconhecida a ocorrência de erro material na parte dispositiva do acórdão embargado.

III - Embargos de declaração acolhidos para, sanando erro material, fazer constar na parte dispositiva a declaração de inconstitucionalidade do texto integral da Resolução 7/2015, do Conselho de Administração do Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

# Atos do Congresso Nacional

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2022

**O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.073, de 28 de outubro de 2021**, publicada no Diário Oficial da União no dia 29, do mesmo mês e ano, que "Autoriza a prorrogação de contratos temporários no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 2 de fevereiro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

# Atos do Poder Executivo

## DECRETO Nº 10.955, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o aumento de capital social do Banco da Amazônia S.A.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizado o aumento de capital social do Banco da Amazônia S.A., com a emissão de novas ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Art. 2º O aumento de capital social da empresa de que trata o art. 1º ocorrerá por meio da incorporação de:

I - até R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), equivalente ao adiantamento para futuro aumento de capital, transferido pela União nos termos do disposto na Lei nº 14.278, de 28 de dezembro de 2021; e

II - valores referentes à atualização do recurso a que se refere o inciso I do **caput** pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, nos termos do disposto no Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998.

Art. 3º Fica a União autorizada a subscrever ações emitidas na forma prevista no art. 1º, na proporção da sua participação no capital social da empresa, após a aprovação do aumento de capital social pela assembleia geral de acionistas.

Art. 4º Fica a União autorizada a subscrever ações, na proporção da participação dos acionistas minoritários, na hipótese de estes não exercerem o seu direito de preferência no prazo estabelecido pela assembleia geral de acionistas, que não poderá ser inferior a trinta dias, nos termos do disposto no art. 171 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de fevereiro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
*Paulo Guedes*

## DECRETO Nº 10.956, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Cria o Vice-Consulado do Brasil em Cusco, República do Peru, converte em Vice-Consulado o Consulado do Brasil em Iquitos, República do Peru e altera o Decreto nº 1.018, de 23 de dezembro de 1993, e o Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica criado o Vice-Consulado do Brasil em Cusco, na República do Peru.

Art. 2º Fica convertido à categoria de Vice-Consulado o Consulado do Brasil em Iquitos, na República do Peru.

Art. 3º O Anexo I ao Decreto nº 1.018, de 23 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo I a este Decreto.

Art. 4º O Anexo II ao Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo II a este Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de fevereiro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
*Carlos Alberto Franco França*

**ANEXO I**

(Anexo I ao Decreto nº 1.018, de 23 de dezembro de 1993)

".....

REPÚBLICA DO PERU:

- Vice-Consulado em Cusco;

- Vice-Consulado em Iquitos.

....."(NR)

**ANEXO II**

(Anexo II ao Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973)

".....

| | | |
|---|---|---|
| ..... | | |
| Peru | Lima | 44,72 |
| | Cusco | 40,70 |
| | Iquitos - FCG | 40,70 |
| ..... | | |

....."(NR)

## DECRETO Nº 10.957, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Promulga as Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional, adotadas pela sua Assembleia.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional, foi adotada em 6 de março de 1948 e entrou em vigor em 17 de março de 1958;

Considerando que a Convenção Constitutiva foi promulgada pelo Decreto nº 52.493, de 23 de setembro de 1963;

Considerando que a Assembleia da Organização Marítima Internacional adotou, em 7 de novembro de 1991, as Emendas à Convenção, por meio da Resolução A.724(17), em vigor desde 7 de dezembro de 2008, aprovadas pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 71, de 2 de maio de 1995, e que, em 16 de novembro de 1995, o Governo brasileiro depositou, junto à Secretaria-Geral da Organização das Nações Unidas, o instrumento de ratificação às Emendas, em 16 de novembro de 1995; e

Considerando que a Assembleia da Organização Marítima Internacional adotou, em 4 de novembro de 1993, as Emendas à Convenção, por meio da Resolução A.735(18), em vigor desde 7 de novembro de 2002, aprovadas pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 69, de 16 de julho de 1996, e que, em 23 de dezembro de 1996, o Governo brasileiro depositou, junto à Secretaria-Geral da Organização das Nações Unidas, o instrumento de ratificação às Emendas, em 23 de dezembro de 1996;

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam promulgadas as Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional, adotadas pela sua Assembleia, por meio da Resolução A.724(17), de 1991, e da Resolução A.735(18), de 1993, anexas a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão da Convenção Constitutiva e das Emendas ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de fevereiro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
*Carlos Alberto Franco França*

**ANEXO**

**EMENDAS À CONVENÇÃO CONSTITUTIVA DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL**

**PARTE VI**
**O Conselho**
**Artigo 16**

Substitua-se a redação do artigo 16 pela seguinte:
"O Conselho será composto por quarenta Membros, eleitos pela Assembleia".

**Artigo 17**

Substitua-se a redação do artigo 17 pela seguinte:
"Na eleição dos Membros do Conselho, a Assembleia observará os seguintes critérios:
(a) Dez serão Estados com os maiores interesses em fornecer serviços marítimos internacionais;
(b) Dez serão outros Estados com os maiores interesses no comércio marítimo internacional;
(c) Vinte serão Estados não contemplados nos casos (a) e (b) acima, que têm interesses especiais no transporte ou navegação marítima, cuja eleição para o Conselho assegurará a representação de todas as regiões geográficas do mundo."

**Artigo 19(b)**

Substitua-se a redação do Artigo 19(b) por:
"(b) Vinte e seis membros do Conselho constituirão quórum."

**Resolução A.735(18)**
**adotada em 4 de novembro de 1993**
**Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional (IMO)**

A Assembleia,
LEMBRANDO que, em sua décima-sétima sessão ordinária, diversas delegações expressaram preocupação com o resultado das eleições ao Conselho para o biênio 1992-1993,
TOMANDO NOTA que o Conselho, em sua sexagésima-oitava sessão, criou um Grupo de Trabalho **ad hoc**, aberto a todos os membros da Organização, com o intuito de examinar possíveis emendas às disposições que regem as eleições ao Conselho,
TOMANDO NOTA COM SATISFAÇÃO que as revisões necessárias da Convenção Constitutiva da IMO se iniciaram no seio da Organização, sendo examinadas em um clima de boa vontade e cooperação, e adotadas com o consentimento geral dos Membros,
TENDO EXAMINADO as emendas à Convenção Constitutiva da IMO, recomendadas pelo Grupo de Trabalho **ad hoc**, sobre as eleições ao Conselho, e aprovadas por este em seu sexagésimo-nono período de sessões,
1. ADOTA as emendas aos artigos 16, 17 e 19 da Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional, cujos textos figuram no anexo à presente resolução;
2. SOLICITA ao Secretário-Geral da Organização que deposite as emendas adotadas junto ao Secretário-Geral dos Nações Unidas, de conformidade com o disposto no artigo 67 da Convenção Constitutiva da IMO, e que receba os instrumentos de aceite e declarações, como dispõe o artigo 68; e
3. CONVIDA os Membros da Organização a que, tão logo tenham recebido cópia destas emendas, as aceitem, transmitindo o instrumento de aceitação apropriado ao Secretário-Geral, de conformidade com o artigo 68 da Convenção.

**RESOLUÇÃO A.724 (17)**
**ADOTADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 1991**
**Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional (IMO)**

A Assembleia
Recordando a Resolução A.640 (16), adotada durante a sua décima sexta sessão regular, pela qual foi acordado que se tomariam os procedimentos necessários no decorrer de sua décima sétima sessão regular para a adoção de emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional, de forma a institucionalizar o Comitê de Facilitação na Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional.
Considerando as recomendações do Comitê de Facilitação sobre as emendas propostas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional e os pareceres do Conselho sobre as referidas considerações.
1. Aprova as emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional, cujo texto encontra-se anexado à presente resolução, a saber:
- as emendas aos artigos 11, 15, 21, 25, 56 e 57;
- o acréscimo de uma nova Parte XI constituída pelos novos artigos 47 a 51;
- a nova numeração das Partes XI a XX já existentes;
- a nova numeração dos artigos 47 a 77 já existentes;
- as consequentes mudanças nas referências que se fazem aos artigos com nova numeração nos artigos 5, 6, 7, 8, 59, 60, 66, 67, 68, 70, 72, 73 e 74;
- as consequentes mudanças nas referências que se fazem às Partes com nova numeração nos artigos 15 e 25 (a); e
- a consequente mudança no número do artigo a que se faz referência no apêndice II.
2. Solicita ao Secretário-Geral da Organização que deposite as emendas adotadas junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas de acordo com o art. 72 (anteriormente art. 67) da Convenção Constitutiva da IMO e que receba os instrumentos de adesão e declarações tal como o disposto no art. 73 (anteriormente art. 68); e
3. Convida os Estados-Membros a aceitarem essas emendas o mais cedo possível depois de haverem recebido uma cópia comunicando o instrumento de aceitação apropriado ao Secretário-Geral, segundo o disposto no art. 73 (anteriormente art. 68) da Convenção.

**ANEXO**

**Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Internacional (institucionalização dos Comitês de Facilitação)**

**ARTIGO II**
**O texto é substituído pelo que se segue**:

A Organização deverá consistir de uma Assembleia, um Conselho, um Comitê de Segurança Marítima, um Comitê Jurídico, um Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, um Comitê de Cooperação Técnica, um Comitê de Facilitação e tantos órgãos subsidiários quantos a Organização em qualquer tempo considerar necessários e um Secretariado.

**ARTIGO 15**
**O texto do parágrafo (1) é substituído por**

(1) Tomar decisões com relação à convocação de qualquer convenção internacional ou a seguir qualquer outro procedimento apropriado para a adoção de convenções internacionais ou de emendas a quaisquer convenções internacionais que foram desenvolvidas pelo Comitê de Segurança Marítima, o Comitê Jurídico, o Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, o Comitê de Cooperação Técnica, o Comitê de Facilitação, ou outros órgãos da Organização.

**ARTIGO 21**
**O texto é substituído pelo que segue**

(a) O Conselho deve considerar o projeto de programa de trabalho e estimativas orçamentárias preparadas pelo Secretário-Geral à luz das propostas do Comitê de Segurança Marítima, do Comitê Jurídico, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, do Comitê de Cooperação Técnica, do Comitê de Facilitação e outros órgãos da Organização e, levando-as em consideração, deverá estabelecer e submeter à Assembleia o programa de trabalho e o orçamento da Organização, tendo em vista o interesse geral e as prioridades da Organização.
(b) O Conselho deverá receber os relatórios, propostas e recomendações do Comitê de Segurança Marítima, do Comitê Jurídico, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, do Comitê de Cooperação Técnica, do Comitê de Facilitação e outros órgãos da Organização e deverá transmiti-los à Assembleia e, quando a Assembleia não estiver em sessão, aos Estados-Membros para informação, junto com os comentários e recomendações do Conselho.
(c) Assuntos dentro do escopo dos arts. 28, 33, 38, 43 e 48 deverão ser considerados pelo Conselho somente após a obtenção dos pareceres do Comitê de Segurança Marítima, do Comitê Jurídico, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, do Comitê de Cooperação Técnica ou do Comitê de Facilitação quando for apropriado.

**ARTIGO 25**
**O texto do parágrafo (b) é substituído por**

(b) Tendo em conta as disposições da Parte XVI e as relações mantidas com outros organismos pelos respectivos Comitês sob os artigos 28, 33, 38, 43 e 48, o Conselho deverá, no período entre as sessões da Assembleia, ser responsável pelas relações com outras organizações.

**PARTE XI**
**Um novo texto é inserido como se segue**
**O Comitê de Facilitação**

**ARTIGO 47**
**O Comitê de Facilitação deverá consistir de todos os Estados-Membros.**

**ARTIGO 48**

O Comitê de Facilitação deverá considerar qualquer assunto dentro do escopo da Organização relativo à facilitação do tráfego marítimo internacional e, em particular, deverá:
(a) Desempenhar funções que tenham sido ou possam ser conferidas à Organização pela aplicação de convenções internacionais para a facilitação do tráfego marítimo internacional, especialmente com respeito à adoção ou conferidas a ele pela aplicação de qualquer convenção ou qualquer outro instrumento, deve adequar-se às disposições relevantes da convenção ou instrumento em questão, especialmente no que concerne às regras que regem os procedimentos a serem seguidos.

**ARTIGO 56 (RENUMERADO ARTIGO 61)**
**O texto é substituído pelo que segue:**

Qualquer membro que deixe de cumprir as obrigações financeiras contraídas com a Organização depois de um ano a partir de sua data de vencimento, perderá o direito de voto na Assembleia, no Conselho, no Comitê de Segurança Marítima, no Comitê Jurídico, no Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, no Comitê de Cooperação Técnica ou no Comitê de Facilitação a menos que a Assembleia, se julgar oportuno, decida eximi-lo do cumprimento desta disposição.

**ARTIGO 57 (RENUMERADO 62)**
**O texto é substituído pelo que segue:**

Salvo regra expressa em outro sentido que possa figurar na presente Convenção ou em qualquer acordo internacional que estabeleça funções à Assembleia, ao Conselho, ao Comitê de Segurança Marítima, ao Comitê Jurídico, ao Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, ao Comitê de Cooperação Técnica ou ao Comitê de Facilitação, a emendas de medida ou outras disposições, de conformidade com essas convenções.
(b) Tendo em vista as disposições do artigo 25, o Comitê de Facilitação, por solicitação da Assembleia ou do Conselho ou se considerar tal atitude útil aos interesses de seu próprio trabalho, deverá manter relações tão estreitas com os outros organismos para favorecer os propósitos da Organização.

**ARTIGO 49**
**O Comitê de Facilitação deverá submeter ao Conselho:**

a) recomendações e diretrizes desenvolvidas pelo Comitê;
b) um relatório sobre o trabalho do Comitê a partir da sessão anterior do Conselho.

**ARTIGO 50**

O Comitê de Facilitação deverá reunir-se no mínimo uma vez por ano. Deverá eleger os membros da mesa uma vez por ano e deverá adotar suas próprias Regras de Procedimento.

**ARTIGO 51**

Não obstante o que possa figurar contrariamente à presente Convenção, mas sujeito às disposições do artigo 47, o Comitê de Facilitação, quando estiver exercendo as funções, votação nesses órgãos estará regida pelas seguintes disposições:
a) cada Estado-membro terá um voto;
b) as decisões serão tomadas pela maioria de votos dos Estados-membros presentes e votantes e, nas decisões que requeiram uma maioria de votos de dois terços, por uma maioria de dois terços dos Estados-membros presentes;
c) para os fins da presente Convenção, a frase "Estados-membros presentes e votantes" significa Estados-membros presentes que emitam um voto afirmativo ou negativo. Estados-membros que se abstiverem de votar serão considerados como "não-votantes".

**EMENDAS CONSEQUENCIAIS**

**ARTIGOS 5, 6 E 7**

As referências ao artigo 71 são substituídas por referências ao artigo 76.

**ARTIGO 8**

A referência ao artigo 72 é substituída por uma referência ao artigo 77.

**ARTIGO 15**

A referência no parágrafo (g) à Parte XII é substituída por uma referência à Parte XIII.

**ARTIGO 25**

A referência no parágrafo (a) à Parte XV é substituída por uma referência à Parte XVI.

**PARTES XI ATÉ XX**

As Partes XI até a XX são renumeradas como Partes XVI até XXI.

**ARTIGOS 47 A 77**

Os artigos 47 a 77 são renumerados como artigos 52 a 82.

**ARTIGO 66 (RENUMERADO COMO ARTIGO 71)**

A referência ao artigo 73 é substituída por uma referência ao artigo 78.

**APÊNDICE II**

A referência no título ao artigo 65 é substituído por uma referência ao artigo 70.

**ARTIGOS 67 E 68 (RENUMERADOS, RESPECTIVAMENTE ARTIGOS 72 E 73)**

As referências ao artigo 66 são substituídas por referências ao artigo 71.

**ARTIGO 70 (RENUMERADO COMO ARTIGO 75)**

A referência ao artigo 69 é substituída por uma referência ao artigo 74.

**ARTIGO 72 (RENUMERADO COMO ARTIGO 77)**

A referência no parágrafo (d) ao artigo 71 é substituída por uma referência ao artigo 76.

**ARTIGO 73 (RENUMERADO COMO ARTIGO 78)**

A referência no parágrafo (b) ao artigo 72 é substituída por uma referência ao artigo 77.

**ARTIGO 74 (RENUMERADO COMO ARTIGO 79)**

A referência ao artigo 71 é substituída por uma referência ao artigo 76.

# Presidência da República

## DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 34, de 2 de fevereiro de 2022. Solicita ao Senado Federal a retirada de tramitação da Mensagem nº 59, de 2 de março de 2021, e da Mensagem nº 23, de 18 de janeiro de 2022, referentes às indicações da Senhora MARIA ELISA TEÓFILO DE LUNA, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer os cargos de Embaixadora do Brasil na República da Serra Leoa e de Embaixadora do Brasil na República da Libéria, respectivamente.

Nº 35, de 2 de fevereiro de 2022. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.085.

## SECRETARIA-GERAL

## SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA SA/SG/PR Nº 135, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Estabelece diretrizes e critérios para os serviços prestados pela Biblioteca da Presidência da República.

**O SECRETÁRIO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, e tendo em vista o que dispõe a Lei 4.084, de 30 de junho de 1962 e a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Portaria estabelece diretrizes e critérios para os serviços prestados pela Biblioteca da Presidência da República.

Definições

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - biblioteca especializada: unidade que se dedica à organização e disseminação de informações sobre um assunto ou grupo de assuntos em particular, com características comuns para o atendimento à organização na qual está inserida;

II - biblioteca depositária: unidades de informação em cada órgão oficial, que são responsáveis pela coleta das publicações, promovendo o controle bibliográfico, a preservação da memória e a disseminação das publicações oficiais;

III - biblioteca digital: banco de dados que abriga uma coleção de serviços com organização, estrutura e apresentação de objetos de informações em formato digital;

IV - publicação oficial: todo e qualquer documento que reflete a opinião oficial ou a vontade e as atividades do governo em formato impresso, sonoro ou visual, sob a responsabilidade, às expensas, por ordem ou com a participação dos órgãos e entidades da administração pública, em todos os poderes e níveis de governo;

V - material bibliográfico: livros, monografias, manuais, congressos, publicações oficiais, periódicos, normas técnicas, patentes, folhetos, teses e dissertações, relatórios técnico-científicos;

VI - ficha catalográfica: Ficha que contém a descrição de um documento, de acordo com as normas de catalogação, a fim de possibilitar sua identificação;

VII - International Standard Book Number (ISBN): Sistema internacional padronizado que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país, a editora, individualizando-os inclusive por edição;

VIII - usuários internos: agentes públicos em exercício nos órgãos da Presidência da República, registrados nos sistemas de pessoal de competência da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República;

IX - usuários externos: demais agentes públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública e o público em geral;

X - coleções especiais: acervo formado por obras raras, históricas ou escassas, com valor intelectual ou artesanal permanente, conforme classificação realizada pela Biblioteca da Presidência da República.

Disposições iniciais

Art. 3º Caberá à Biblioteca da Presidência da República a preservação e a organização da memória institucional, a divulgação do acervo público dos ex-presidentes da República, a gestão do acervo bibliográfico da Presidência da República e da coleção especial da Biblioteca do Palácio da Alvorada, e a promoção de serviços e produtos que atendam às necessidades informacionais de seus servidores.

Parágrafo único. O acervo da Biblioteca da Presidência será organizado, preferencialmente, na forma eletrônica e/ou digital, com a possibilidade de implantação de sistema de biblioteca digital para a disponibilização de produtos e serviços aos órgãos e unidades da Presidência da República.

Art. 4º A compra, doação ou descarte de material bibliográfico deve ser precedido de manifestação técnica da Divisão de Biblioteca da Presidência da República.

Acervo especializado

Art. 5º O acervo é especializado nas áreas de ciências sociais, com ênfase em direito, economia, administração pública e ciências políticas, além de outros assuntos pertinentes à Presidência da República.

Parágrafo Único. O acervo é composto por materiais bibliográficos em diversos suportes informacionais, e encontra-se subdividido em acervo geral, referência, periódico, memória técnica e reserva técnica.

Art. 6º O acervo físico é acessível aos usuários em geral, internos ou externos, mediante acompanhamento de servidor da Biblioteca da Presidência da República.

§ 1º Os usuários externos deverão ser previamente identificados na recepção do Anexo I do Palácio do Planalto.

§ 2º O usuário interno será previamente credenciado na Biblioteca para a retirada de obras por empréstimo.

Empréstimos

Art. 7º O empréstimo de publicações constantes do acervo da Biblioteca é autorizado somente aos usuários internos cadastrados.

§ 1º Encerrado o prazo de empréstimo e não tendo o usuário solicitado a respectiva renovação ou devolvido a obra, a Biblioteca automaticamente realizará seu bloqueio no sistema e tomará as providências cabíveis para a restituição do bem.

§ 2º O usuário em atraso na devolução de obras ficará automaticamente suspenso para solicitar qualquer empréstimo, pelo prazo correspondente ao número de dias em atraso.

Art. 8º As coleções especiais não podem ser emprestadas, salvo para reprodução de parte do documento, quando as condições da obra permitem, mediante registro de empréstimo, pelo prazo de 24 horas.

Art. 9º Durante o inventário anual do acervo da Biblioteca, o empréstimo ficará suspenso e a Biblioteca atenderá apenas a pedidos urgentes.

Art. 10. A Biblioteca pode fazer empréstimo de obras, que não componham o seu acervo ou que não estejam disponíveis, em outras bibliotecas conveniadas ao serviço de empréstimo entre bibliotecas.

Art. 11. Os órgãos da Presidência da República poderão solicitar empréstimo especial de obras por intermédio de pedido encaminhado pelas diretorias de gestão interna, ou unidades equivalentes, do respectivo órgão.

Parágrafo único. O empréstimo especial de material bibliográfico ocorrerá desde que a Biblioteca disponha de exemplares idênticos em quantidade suficiente para atender à demanda e ao interesse dos seus usuários.

Pesquisa bibliográfica

Art. 12. Os pedidos de pesquisas bibliográficas são exclusivos para servidores da Presidência da República no interesse do serviço.

Ficha catalográfica das publicações oficiais da Presidência da República

Art. 13. A elaboração da ficha catalográfica deverá ser solicitada pelas diretorias de gestão interna, ou unidades equivalentes, dos órgãos interessados, com a juntada em processo específico da versão final da publicação.

Parágrafo único. A ficha catalográfica deverá conter as informações essenciais do documento, tais como autor, título, local, editora, data de publicação, assunto, número de páginas e o ISBN.

Repositório de publicações oficiais

Art. 14. O Repositório de Publicações Oficiais reúne publicações produzidas pelos órgãos da Presidência da República, com o objetivo de preservar sua memória institucional.

Parágrafo Único. Caberá às diretorias de gestão interna, ou unidades equivalentes, de cada órgão da Presidência da República comunicar à Biblioteca da Presidência da República as publicações oficiais ocorridas no âmbito de suas competências.

Acervo público dos ex-presidentes da República

Art. 15. A Biblioteca da Presidência da República disponibilizará em sítio eletrônico oficial acesso às informações contidas nos materiais histórico-governamentais produzidos pelos ex-presidentes da República durante seus mandatos.

Avaliação e descarte de material bibliográfico

Art. 16. O processo de avaliação e descarte de material bibliográfico será realizado pela Comissão Permanente de Avaliação, Valoração e Descarte de Livros.

Parágrafo único. A Diretoria de Gestão de Pessoas, mediante proposta da Divisão de Biblioteca da Presidência da República, instituirá Comissão Permanente de Avaliação, Valoração e Descarte de Livros.

Disposições finais

Art. 17. A administração da Biblioteca será exercida por Bacharel em Biblioteconomia com registro junto ao Conselho Regional de Biblioteconomia.

Art. 18. A reprodução de documentos e obras pertencentes ao acervo da Biblioteca somente será permitida quando não acarretar danos aos documentos e de acordo com o artigo 46, II, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 19. A retirada irregular de materiais bibliográficos do acervo da Biblioteca da Presidência da República caracteriza desvio de bem público, para todos os efeitos legais, sujeitando-se o infrator às sanções administrativas e penais cabíveis.

Art. 20. As disposições estabelecidas nesta Portaria aplicam-se, no que couber, supletivamente, à Vice-Presidência da República.

Art. 21. A Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Especial de Administração poderá expedir instruções complementares sobre os procedimentos necessários ao cumprimento desta Portaria.

Art. 22. Os casos omissos em relação ao disposto nesta Portaria serão resolvidos pelo Secretário Especial de Administração, com assessoramento técnico da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Revogação

Art. 23. Fica revogada a Norma Administrativa X-302, de junho de 2012.

Vigência

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor em 2 de março de 2022.

ANTONIO CARLOS PAIVA FUTURO

## COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

### RESOLUÇÃO Nº 15, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre os procedimentos relativos à apresentação e à análise das declarações de situações que possam gerar conflito de interesses por agentes públicos civis da Administração Pública federal de que trata o Decreto nº 10.571, de 9 de dezembro de 2020.

**A COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA**, com fundamento no art. 1º, V, do Decreto de 26 de maio de 1999, no art. 9º, I, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, nos arts. 7º, IV, e 23, do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, e considerando o disposto nos arts. 9º, 10 e 15, II, do Decreto nº 10.571, de 9 de dezembro de 2020, resolve:

Da abrangência e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os procedimentos relativos à apresentação e análise das declarações de conflito de interesses, de que tratam os arts. 1º e 10 do Decreto nº 10.571, de 2020, apresentadas pelos agentes públicos civis da Administração Pública federal indicados no art. 9º do mesmo Decreto, quais sejam:

I - Ministros de Estado;

II - ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança de nível igual ou superior a 5 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS; e

III - presidentes, vice-presidentes e diretores, ou equivalentes, de entidades da Administração Pública federal indireta.

Art. 2º A declaração de conflito de interesses de que tratam os arts. 1º e 10 do Decreto nº 10.571, de 2020, deverá ser registrada e submetida à Comissão de Ética Pública, de acordo com sua competência, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações Patrimoniais e de Conflito de Interesses - e-Patri.

Das informações que possam gerar conflito de interesses

Art. 3º A declaração de conflito de interesses conterá dados pessoais e profissionais do agente público, contemplados em dois grupos de informações:

I - patrimoniais; e

II - que possam gerar conflito de interesses.

§ 1º As informações patrimoniais de que trata o inciso I serão registradas e submetidas diretamente no Sistema e-Patri, por meio da declaração de bens e atividades econômicas ou profissionais de que trata o art. 1º do Decreto nº 10.571, de 9 de dezembro de 2020, podendo o agente público, alternativamente, aderir à autorização, em meio eletrônico, de acesso às declarações anuais de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - DIRPF, conforme previsto no art. 3º, §1º, do Decreto nº 10.571, de 2020.

§ 2º As informações de conflito de interesses de que trata o inciso II deverão ser registradas e apresentadas diretamente no Sistema e-Patri, independentemente da autorização de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º Caso o agente público preste suas informações patrimoniais por meio da autorização de que trata o § 1º, deverá complementar as informações sobre conflito de interesses de que trata o inciso II, por meio da declaração de conflito de interesses retificadora/complementar.

Art. 4º As informações que possam gerar conflito de interesses devem ser atualizadas na Declaração de acordo com a data de atualização desta no Sistema e-Patri, devendo conter dados sobre:

I - o desempenho de cargos e empregos públicos pelo declarante;

II - o exercício de atividade privada pelo declarante;

III - a existência de cônjuge, de companheiro ou de parente, por consanguinidade ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, no exercício de atividades que possam suscitar conflito de interesses; e

IV - situação patrimonial específica que suscite ou possa eventualmente suscitar conflito de interesses.

§ 1º Na hipótese do inciso II do caput, o agente público deverá informar a natureza e o tipo de ocupação exercida.

§ 2º Na hipótese do inciso III do caput, o agente público deverá informar os dados do cônjuge, companheiro ou parente; o grau de parentesco; e a atividade e/ou ocupação econômica exercida.

§ 3º Na hipótese do inciso IV do caput, o declarante deverá informar o item patrimonial envolvido e a situação apta a suscitar conflito de interesses.

§ 4º O agente público deverá informar, além do disposto nos §§ 1º a 3º, se realizou pedido de autorização ou consulta à Comissão de Ética Pública sobre possível situação de conflito de interesses, e registrar o respectivo número de protocolo e a data de submissão, quando as situações previstas nos incisos II a IV do caput ocorrerem em período coincidente com a ocupação dos cargos relacionados nos incisos I a III do art. 1º, caso seja identificado risco de conflito de interesses, nos termos do art. 10, II e parágrafo único, do Decreto nº 10.571, de 2020.

§ 5º Sempre que for identificada a situação prevista no parágrafo anterior, o declarante deverá descrever a situação e as providências adotadas ou a serem adotadas para mitigar possíveis riscos de conflito de interesses informados na declaração.

§ 6º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, caso não tenham sido realizados o pedido de autorização ou a consulta à Comissão de Ética Pública em relação à possível situação de conflito de interesses, o declarante deverá apresentar o respectivo pedido de autorização ou consulta, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da submissão da declaração no Sistema.

§ 7º O exercício de atividade privada de magistério prescinde de pedido de autorização ou de consulta à Comissão de Ética Pública, excetuadas situações que possam suscitar conflito de interesses.

§ 8º A data de atualização de que trata o caput deve corresponder à data em que recai a obrigação de o agente público apresentar a declaração de conflito de interesses, conforme situações elencadas no art. 4º do Decreto nº 10.571, de 2020.

Do momento da apresentação

Art. 5º Os agentes públicos de que trata o art. 1º, I a III, deverão apresentar declaração de conflito de interesses nas seguintes situações, conforme o disposto no art. 4º do Decreto nº 10.571, de 2020:

I - no ato da posse ou da contratação em cargo, função ou emprego nos órgãos ou nas entidades do Poder Executivo federal;

II - no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da designação, quando se tratar de função de confiança;

III - no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do efetivo retorno ao serviço, no caso de agente público federal que se encontrava, a qualquer título, afastado ou licenciado, sem remuneração, do serviço, por período igual ou superior a um ano;

IV - na data da exoneração, da rescisão contratual, da dispensa, da devolução à origem ou da aposentadoria, no caso de o agente público federal deixar o cargo, o emprego ou a função que estiver ocupando ou exercendo; e

V - anualmente.

§ 1º Nas situações mencionadas nos incisos I, II e III do caput, a declaração deverá ser apresentada no Sistema e-Patri, nos prazos ali tratados, por todos os agentes públicos que forem nomeados ou designados para os cargos previstos no art. 1º, I a III, a partir de 9 de dezembro de 2021, ou que retornem ao serviço, a partir dessa data.

§ 2º Nas situações previstas nos incisos IV e V, a declaração deverá ser apresentada conforme calendário a ser divulgado pela Comissão de Ética Pública, em consonância com as diretrizes e orientações da Controladoria-Geral da União.

§ 3º O agente público somente deverá submeter a declaração de conflito de interesses via Sistema e-Patri a partir do início dos prazos previstos nos incisos do caput.

§ 4º No caso de adesão à autorização de que trata o art. 3º, II, §1º, na hipótese de não apresentação da DIRPF à Receita Federal, ainda que por motivo de isenção às normas tributárias, o agente público deverá registrar e submeter as informações patrimoniais de que trata o inciso I, do art. 3º, diretamente no Sistema e-Patri.

§ 5º O agente público que ingressar nos cargos previstos no art. 1º, I a III, e que ainda não tinha vínculo com a Administração Pública federal, deverá apresentar sua primeira declaração diretamente no sistema e-Patri, passando a autorização de que trata o art. 3º, II, §1º, a valer para o cumprimento das obrigações anuais, conforme consta no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 10.571, de 2020.

Do monitoramento do registro e da apresentação fora do prazo

Art. 6º A Comissão de Ética Pública poderá, a qualquer momento, notificar os agentes públicos de que trata o art. 1º, I a III, para prestarem informações complementares no âmbito de suas declarações.

Art. 7º A Comissão de Ética Pública irá monitorar o cumprimento da apresentação da declaração de conflito de interesses dos agentes públicos previstos nesta Resolução.

Parágrafo único. Conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 10.571, de 2020, poderá ser instaurado processo ético contra o agente público que se recusar a apresentar ou apresentar falsamente a sua declaração.

Disposições finais

Art. 8º Os representantes das Comissões de Ética Setoriais de que trata o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, prestarão apoio ao cumprimento do disposto nesta Resolução, orientando as autoridades mencionadas no art. 1º, I a III, e auxiliando na divulgação das orientações sobre o Sistema e-Patri.

Art. 9º Os casos omissos e dúvidas suscitadas na aplicação desta Resolução serão dirimidas pela Comissão de Ética Pública.

Art. 10 Fica revogada a Resolução nº 12, de 19 de novembro de 2018.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO CARLOS VANCONCELLOS NÓBREGA
Presidente da Comissão



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## SECRETARIA EXECUTIVA

### SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

**PORTARIA Nº 10, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 12 de abril de 2018 e nos termos da Instrução Normativa 6, de 16 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 17 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º - Cancelar, a pedido, a Habilitação nº 054/2021 concedida ao(a) Médico(a) Veterinário(a) RABECHE SCHMITH para colheita e envio de amostras para diagnóstico do Mormo no âmbito do Estado do Espírito Santo, concedida pela Portaria SFA-ES 2/2021, de 8 de janeiro de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

### SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE GOIÁS

**PORTARIA Nº 11, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º - Incluir os municípios de Buriti Alegre, Goiatuba, Itumbiara, Marzagão e Rio Quente na Portaria nº 144, de 07 de julho de 2017, que habilita o médico veterinário ÁLVARO CELSO DUARTE PINHEIRO, CRMV-GO nº 7653-VP para emissão de GTA para trânsito de aves e ovos férteis. Processo SEI nº 21020.002893/2017-16.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO DE FRANÇA

### SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARÁ

**PORTARIA Nº 5, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e conforme artigo 6° da Instrução Normativa nº 10, de 03 de março de 2017, que aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT e conforme art. 2º da Instrução Normativa SDA nº 30, de 07 de junho de 2006, e ainda o que consta do Processo 21000.110681/2021-26, resolve:

Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a) ANISSE ALVES DE SOUSA FILHO inscrito(a) no CRMV/PA sob o número 1413, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal, referentes à realização de testes de diagnóstico de brucelose e tuberculose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, no estado do Pará.

RILDO DE OLIVEIRA PESSOA

**PORTARIA Nº 6, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e conforme artigo 6° da Instrução Normativa nº 10, de 03 de março de 2017, que aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT e conforme art. 2º da Instrução Normativa SDA nº 30, de 07 de junho de 2006, e ainda o que consta do Processo 21000.110987/2021-82, resolve:

Art. 1º Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a) PRISCILA DALMAGRO inscrito(a) no CRMV/ PA sob o número 04132, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal, referentes à realização de testes de diagnóstico de brucelose e tuberculose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, no estado do Pará.

RILDO DE OLIVEIRA PESSOA

## SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

**PORTARIA SDA Nº 515, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

Submete à Consulta Pública proposta de ato normativo dispõe sobre procedimentos de abate e de inspeção ante e post mortem de bovídeos.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta no processo 21000.039667/2021-13, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 75 (setenta e cinco) dias, a minuta de Portaria que dispõe sobre os procedimentos de abate e de inspeção ante e post mortem de bovídeos, na forma do Anexo.

Parágrafo único. A minuta de Portaria encontra-se disponível na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: https://www.gov.br/agricultura/pt-br , link consultas públicas.

Art. 2º As sugestões tecnicamente fundamentadas deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - SISMAN, da Secretaria de Defesa Agropecuária, por meio do link: http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/SISMAN.html .

Parágrafo único. Para ter acesso ao SISMAN, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso - SOLICITA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do link: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/ .

Art. 3º Findo o prazo estabelecido no caput do art. 1º desta Portaria, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal avaliará as sugestões recebidas e procederá às adequações pertinentes para posterior publicação no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

ANEXO

PORTARIA SDA ....., DE ..... DE .....

Padroniza os procedimentos de abate e inspeção ante e post mortem de bovídeos.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, no Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta do processo SEI nº 21000.039667/2021-13, resolve:

Art. 1º Padronizar os procedimentos de abate e inspeção ante e post mortem de bovídeos na forma desta Portaria.

CAPÍTULO I

DA ABRANGÊNCIA E DOS REQUISITOS GERAIS

Seção I

Do âmbito de atuação

Art. 2º Esta Portaria se aplica aos abatedouros frigoríficos de bovídeos registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seção II

Dos conceitos

Art. 3º Para fins desta Portaria são adotados os seguintes conceitos:

I - Médico Veterinário Oficial - MVO: Auditor Fiscal Federal Agropecuário com formação em Medicina Veterinária ou Médico Veterinário integrante da equipe do serviço de inspeção federal, que possua treinamento, conhecimento, habilidade e capacidade para executar uma tarefa designada, sujeita aos requisitos especificados pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, observando o disposto na legislação aplicável das carreiras;

II - Equipe de Inspeção: Além do MVO, constitui-se de Agentes de Inspeção Sanitária Industrial de produtos de origem animal, Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária e Auxiliares de Inspeção cedidos pelo estabelecimento, na forma prevista pela Secretaria de Defesa Agropecuária, desde que treinados e sob supervisão do Auditor Fiscal Federal Agropecuário;

III - apto para consumo humano: as carcaças, partes das carcaças ou vísceras avaliadas e julgadas por autoridade competente como produzidas sob condições higiênicas, apropriadas para o uso pretendido e dentro dos parâmetros definidos na legislação vigente para a destinação;

IV - impróprio para o consumo humano: as carcaças, partes das carcaças ou vísceras avaliadas e julgadas por pessoa competente, na forma determinada pela legislação vigente, como sendo inseguras ou inadequadas para consumo humano, podendo ser destinadas à fabricação de produtos para a alimentação animal, quando comprovada a mitigação dos riscos sanitários envolvidos;

V - controle de processo: todas as ações e medidas necessárias aplicadas durante o processo de produção para alcançar a inocuidade das matérias primas e produtos;

VI - validação: Obtenção de evidências de que uma medida de controle ou combinação de medidas de controle prevista no programa de autocontrole (PAC) é eficaz para controlar um perigo, reduzindo a níveis aceitáveis ou eliminando-o;

VII - revisão: ato de realizar uma sequência planejada de observações ou medidas de parâmetros de controle para revisar um conjunto de procedimentos, seja nas etapas de recebimento ou expedição de carne com osso e produtos acabados, desossa ou antes da entrada de quartos ou meias carcaças na desossa.

VIII - higienização: procedimento que consiste na execução de duas etapas distintas: limpeza e sanitização;

IX - limpeza: remoção física de resíduos orgânicos, inorgânicos ou de outro material indesejável das superfícies das instalações, dos equipamentos e dos utensílios;

X - sanitização: aplicação de agentes químicos aprovados pelo órgão regulador da saúde ou de métodos físicos nas superfícies das instalações, dos equipamentos e dos utensílios, posteriormente aos procedimentos de limpeza, com vistas a assegurar nível de higiene microbiologicamente aceitável;

XI - superfície de contato: quaisquer superfícies que tenham contato direto com a matéria prima ou produto durante o processamento, devendo estar contemplado no PAC;

XII - lesão: qualquer anormalidade que afete a segurança ou adequação do produto ao consumo humano;

XIII - aproveitamento condicional: destinação dada pelo serviço oficial à matéria-prima e ao produto que se apresentarem em desconformidade com a legislação para elaboração de produtos comestíveis, mediante submissão a tratamentos específicos para assegurar sua inocuidade;

XIV - condenação: destinação dada pela empresa ou pelo serviço oficial às matérias-primas e aos produtos que se apresentarem em desconformidade com a legislação para elaboração de produtos não comestíveis, assegurada a inocuidade do produto final, quando couber;

XV - carcaça de bovino: animal abatido, sangrado, esfolado, eviscerado, desprovido de cabeça, patas, rabo, glândulas mamárias ou vergalho e testículos:

a) meia carcaça: resulta do corte longitudinal da carcaça, abrangendo a sínfise isquiopubiana, a coluna vertebral e o esterno;

b) grandes peças: partes obtidas do corte das meias carcaças ou dos quartos, resultando no quarto dianteiro, quarto traseiro, ponta de agulha e lombo;

c) quarto: resulta da subdivisão da meia-carcaça em traseiro e dianteiro, por separação entre a quinta e a sexta costelas ou conforme exigência do mercado específico;

d) quarto traseiro: resulta da subdivisão da meia-carcaça, após a retirada do quarto dianteiro, também conhecido como traseiro comum, é subdivido em traseiro, serrote e ponta de agulha;

e) quarto dianteiro: resulta da subdivisão da meia-carcaça, após a retirada do quarto traseiro e é subdividido em duas grandes peças: paleta e dianteiro sem paleta;

f) ponta de agulha: constituída das massas musculares que recobrem as oito últimas costelas, a última estérnebra, o apêndice xifóide e a região do vazio; e

g) lombo: constituído das massas musculares e bases ósseas correspondentes, obtido do traseiro-serrote, após a retirada da alcatra e do coxão.

XVI - sala de desossa: instalação onde são produzidos cortes de carne com e sem osso, não sendo consideradas as frações de carne oriundas da raspagem de ossos e carne mecanicamente separada (CMS), que devem possuir seção própria;

XVII - câmara resfriamento de carcaças: local onde são armazenadas as meias carcaças após o abate para serem submetidas a processo de resfriamento;

XVIII - câmara de equalização de quartos ou de meias carcaças: câmara onde são armazenadas as meias carcaças ou quartos antes de serem desossados, compreendendo a etapa após o quarteio e antes da entrada das mesmas na desossa;

XIX - barreira sanitária: as barreiras ou bloqueios sanitários localizados à entrada das seções, para obrigar a higiene previa das mãos, antebraços e botas das pessoas que nela adentram, dispõem de conjunto de utensílios e equipamentos para tal finalidade, em número compatível com o fluxo de pessoas que entram concomitantemente no setor;

XX - vísceras: órgãos torácicos e abdominais, apresentados à inspeção veterinária oficial para a inspeção post mortem;

XXI - miúdos: denominação dos órgãos e das partes de animais de abate julgados aptos para o consumo humano pela inspeção veterinária oficial, de acordo com a legislação vigente e o hábito alimentar da população nacional;

XXII - produtos de triparia: vísceras abdominais utilizadas como envoltórios naturais, tais como os intestinos e a bexiga, após receberem os tratamentos tecnológicos específicos;

XXIII - toalete: retirada de partes que não correspondam à carcaça;

XXIV - toalete sanitária: remoção de lesões e contaminações decorrentes do processo de produção, respeitando uma margem de segurança, usando instrumentos esterilizados e adequados;

XXV - esfola: consiste na retirada da pele, dos chifres e das patas do animal de acordo com procedimentos previstos no PAC;

XXVI - primeira fase do abate: compreende as etapas de sangria até a esfola, abrangendo etapas como sangria, retirada de patas e chifres, oclusão reto e retirada completa da pele;

XXVII - segunda fase do abate - etapa que se inicia após a esfola e vai até a lavagem de meias carcaças, abrangendo todas as operações após a retirada da pele, desde ablação da cabeça e oclusão do esôfago até a saída das meias carcaças;

XXVIII - operações de abate: compreende as etapas que vão desde a sangria até a obtenção de meias carcaças, no final do abate;

XXIX - processamento: refere-se às diversas etapas dos trabalhos executados para a obtenção das carnes e seus subprodutos;

XXX - equipamentos: referem-se ao maquinário, mesas, carrinhos, centrífugas, mesa de inspeção e outros utilizados nos trabalhos de manipulação e processamento nas diversas seções;

XXXI - utensílios: referem-se a facas, ganchos, chairas, carretilhas e outros utilizados nos trabalhos de manipulação das carcaças, seus produtos e subprodutos nas diversas seções;

XXXII - evisceração - retirada das vísceras abdominais e torácicas:

a) evisceração das vísceras torácicas: corresponde à extração dos pulmões, traqueia, coração e grandes vasos, cortando os ligamentos e separando o músculo diafragma; e

b) evisceração das vísceras abdominais: corresponde à extração do conjunto constituído pelo trato digestivo (esôfago, estômagos e intestinos), baço, pâncreas, bexiga, útero e fígado.

XXXIII - água potável: água que atenda às especificações do órgão regulador de saúde;

XXXIV - banho de aspersão: processo destinado à limpeza e remoção de sujidades dos animais antes do abate;

XXXV - túnel de congelamento: local para congelamento de produtos, de acordo com o processo tecnológico aprovado e previsto no PAC do estabelecimento;

XXXVI - lote: animais, provenientes de um mesmo estabelecimento de criação, de mesmo proprietário e que são abatidos no mesmo dia;

XXXVII - lote de abate: animais do mesmo sexo, provenientes de um mesmo estabelecimento de criação, de mesmo proprietário e que são abatidos no mesmo dia;

XXXVIII - velocidade de abate: número de bovinos abatidos por hora;

XXXIX - pontos de controle: locais destinados a coleta de amostras, monitoramento e verificações dos Pontos Críticos de Controle - PCCs e revisões de procedimentos; e

XL - acabamento sanitário - superfície com rugosidade aceitável, livres de imperfeições e ranhuras, de forma a permitir uma higienização adequada.

## CAPÍTULO II
## DOS ESTABELECIMENTOS
### Seção I
### Das responsabilidades dos estabelecimentos

Art. 4º O abatedouro frigorífico de bovídeos deverá:

I - Possuir instalações, equipamentos e fluxos adequados e aprovados na forma definida pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

II - Dispor de programas de autocontroles (PAC) com objetivo de garantir:

a) correlação e sincronia de carcaças e suas partes, com respectiva avaliação desse procedimento;

b) controle da contaminação cruzada, considerando todas as superfícies, equipamentos e utensílios que entrem em contato direta ou indiretamente com as carcaças, miúdos, subprodutos e outros produtos obtidos na sala de abate e anexos;

c) controle sanitário das operações de abate e processamento;

d) controle da segregação, identificação, remoção e inutilização do material especificado de risco (MER) durante todas as etapas;

e) controle do atendimento aos preceitos aplicáveis ao bem-estar animal;

f) controles microbiológicos e laboratoriais relativos às carcaças e produtos, conforme previsto pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal em normas complementares;

g) atendimento e observação dos temas de interesse do Departamento de Saúde Animal, da Secretaria de Defesa Agropecuária; e

h) procedimentos de controle e segregação de carcaças destinadas ao aproveitamento condicional.

III - Disponibilizar apoio administrativo e de pessoal para auxiliar na execução dos trabalhos de inspeção post mortem**,** em número e quantidades suficientes para execução de todas as atividades definidas no Capítulo IV desta Portaria.

Art. 5º Em caso de requisitos específicos para exportação, deverão ser respeitadas as condições exigidas pelo mercado importador seja quanto as instalações, procedimentos e controle de processos.

### Seção II
### Da classificação dos estabelecimentos

Art. 6º Os estabelecimentos serão classificados, em relação ao seu porte, de acordo com seu volume de abate diário, definidos no Anexo I, desta Portaria.

### Seção III
### Das instalações e equipamentos

Art. 7º As instalações e equipamentos deverão ser projetados de forma a permitir um fluxo contínuo, proporcionais à capacidade de produção e atender às exigências previstas na legislação vigente.

Art. 8º Para a realização das operações de abate de bovídeos, o estabelecimento deverá dispor de instalações e equipamentos aprovados na forma definida pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que possibilitem a execução da inspeção ante mortem e post mortem, a garantia do bem-estar dos animais e a preservação higiênico-sanitária das matérias-primas e produtos, durante todas as etapas de abate e processamento, que deverão incluir, mas não se limitar a:

I - instalações para alojamento e condução dos animais destinados ao abate, com área proporcional à capacidade máxima de abate diária do estabelecimento, que incluam:

a) estruturas para o desembarque e o recebimento dos animais, apresentando rampa com inclinação e altura adequadas, bem como divisórias, construídas com material resistente, higienizável, sem proeminências que possam ocasionar contusões ou danos aos animais;

b) currais em tamanho e número suficientes para a quantidade prevista de animais, considerando o espaçamento mínimo de 2,5m² por animal, respeitando as condições definidas na legislação aplicável ao bem-estar animal;

c) os currais deverão ser dotados de sistema que garanta o conforto térmico dos animais e localizados a uma distância que não comprometa as condições higiênicas das áreas de produção; e

d) curral de observação: destinado aos animais segregados para avaliação oficial, localizado a uma distância que não comprometa a condição sanitária de outros animais, com cordões sanitários elevando-se do piso, ao longo e sob as cercas, com altura mínima de 50 cm, quando as divisórias não forem totalmente em alvenaria, dotado de brete de contenção e equipamentos que possibilitem a avaliação clínica dos animais e que atenda as condições previstas na alínea "b" e cuja a capacidade mínima deverá ser suficiente para alojar 5 animais, respeitando os preceitos definidos na legislação de bem-estar animal e de forma a não haver mistura de animais de lotes diferentes no local.

II - instalação para necropsia localizada nas adjacências do Curral de Observação, denominada e identificada como "Departamento de Necropsia", que apresente:

a) fluxo independente para a entrada e saída de animais mortos e suas partes;

b) barreira sanitária própria, conjunto pia-esterilizador, utensílios e equipamentos para realização dos procedimentos de necropsia, equipamento para insensibilização que atenda à legislação específica de bem-estar animal, assim como meios para a destinação para esterilização em fábrica de produtos não comestíveis, quando for o caso;

c) meios para o transporte do animal para o Departamento de Necropsia;

d) forno crematório anexo à instalação ou autoclave apropriada à finalidade ou outro equipamento equivalente, com capacidade proporcional para receber todas as partes de um bovino inteiro.

III - instalações destinadas à limpeza e remoção de sujidades dos animais, por meio de banho de aspersão dirigido de forma transversal, longitudinal e lateral, com água potável, em pressão suficiente ou processo equivalente, localizadas em etapa anterior à insensibilização, com sistema de drenagem para destinação adequada dos efluentes;

IV - instalações e equipamentos para limpeza e desinfecção dos veículos transportadores de animais que possua sistema de drenagem para destinação adequada dos efluentes;

V - sala de abate e anexos em dimensões e fluxo adequados que atendam, no mínimo, às seguintes exigências:

a) as instalações e equipamentos de abate e processamento deverão assegurar um fluxo de operações unidirecional, garantindo movimentação adequada das carcaças, produtos comestíveis e não comestíveis na sala de abate, com acessos separados para entrada de animais ou matérias-primas e para saída de produtos;

b) o acesso do pessoal às áreas de abate ou processamento deverá ocorrer por meio de barreiras sanitárias e de forma independente daquelas previstas na alínea a, deste inciso;

c) instalações e equipamentos de fácil higienização e que garantam espaçamento entre carcaças e plataformas, distanciamento do piso, paredes e superfícies definidas pelo PAC da empresa e categorizadas como superfícies de não contato com a matéria prima ou produto durante o processamento;

d) tetos e outras instalações suspensas concebidos e construídos com materiais higienizáveis, de forma a evitar o acúmulo de sujidade, reduzir a condensação e impedir o desprendimento de partículas;

e) a sala de abate deverá ser proporcional à capacidade de abate, contemplando a primeira fase e segunda fase e separada de outras dependências, de acordo com as características de cada processo;

f) o pé-direito da sala de abate deverá permitir a realização das operações, de forma a evitar contaminações cruzadas com o piso, águas residuais e possibilitar ventilação adequada;

g) a trilhagem aérea deverá assegurar altura e espaçamento mínimos, de forma a manter distância adequada da carcaça ao piso, da carcaça aos equipamentos e entre as carcaças, durante todo o trajeto da sala de abate;

h) todo equipamento situado na sala de abate deverá ser disposto de forma a não entrar contato com as carcaças;

i) lavatórios, pias e esterilizadores para os equipamentos utilizados nos procedimentos de abate deverão ser disponibilizados em quantidade proporcional à capacidade de abate, de fácil acesso e distribuídos em pontos que atendam convenientemente às diversas etapas do processo;

j) dispositivos ou mecanismos que possibilitem a sanitização do equipamento, instrumentos e utensílios de trabalho com água renovável à temperatura mínima de 82,2°C (oitenta e dois inteiros e dois décimos de graus Celsius) ou outro método com equivalência reconhecida pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que assegure a mesma condição sanitária;

k) instalações para contenção e insensibilização dos animais conforme a capacidade de abate do estabelecimento e que atendam à legislação aplicável de bem-estar animal;

l) área de pré-sangria com dimensões e equipamentos que permitam a queda do animal sem contato direto com piso e a remoção de possíveis sujidades na região perianal e extravasamento de MER, quando aplicável, além de permitir acesso para verificação da eficácia da insensibilização dos animais;

m) área de sangria com canaleta em dimensões que atendam o previsto na legislação de bem-estar animal e que seja proporcional à velocidade de abate, de modo a recolher o sangue de forma adequada e contínua;

n) no caso de utilização de sangue para consumo humano ou animal, deverá haver um sistema que permita sua coleta de forma higiênica e atenda às normas específicas de obtenção do produto.

o) local destinado às operações de esfola, incluindo a retirada dos chifres e patas, que poderão ser realizadas de forma manual ou automática, com uso de equipamentos específicos;

p) local para abertura da região do peito, com uso de equipamentos adequados, esterilizador privativo, situado em local de fácil acesso;

q) local para remoção da cabeça provido de equipamentos destinados à desnuca, desarticulação e identificação visando garantir sua correspondência com a respectiva carcaça, bem como equipamento para liberação e oclusão do esôfago;

r) local com equipamento para lavagem das cabeças com água potável em pressão suficiente e concebido de forma a evitar contaminação cruzada;

s) local para realização da evisceração de forma sanitária, com estrutura apropriada para recepção das vísceras abdominais e torácicas, que permita a execução dos procedimentos de inspeção;

t) local para realização da operação de divisão total da carcaça em meia carcaça, com uso de equipamentos adequados, esterilizador privativo, situado em local de fácil acesso e com dispositivo para recolhimento e segregação do MER gerado na operação;

u) dispositivo nas plataformas de inspeção que permita a parada do processo de abate, quando aplicável;

v) local e equipamentos para toalete e obtenção da carcaça, na forma definida na legislação aplicável;

w) local e equipamentos para lavagem de meias carcaças por todos os ângulos, com água potável, pressão e temperatura conforme processo tecnológico previsto no PAC do estabelecimento e concebido de forma a evitar contaminação cruzada;

x) instalações e equipamentos para coleta e destinação, de forma contínua, de todas as partes e vísceras comestíveis, de forma a prevenir a contaminação cruzada e atendendo as boas práticas de fabricação;

y) instalações e equipamentos para coleta e remoção, de forma contínua, de resíduos e material considerado impróprio para o consumo humano; e

z) local e equipamentos exclusivos para retirada do MER.

VI - equipamento para recepção das vísceras abdominais e torácicas que possibilite a realização dos procedimentos de inspeção post mortem e apresente, no mínimo, as seguintes especificações:

a) seções para receber, separadamente, o conjunto das vísceras abdominais (exceto o fígado) e o conjunto das vísceras torácicas e o fígado, em seus respectivos locais, evitando a contaminação cruzada e a mistura dos mencionados conjuntos de vísceras;

b) estrutura para receber e segregar os úteros que apresentem quaisquer alterações;

c) dispositivos ou mecanismos que possibilitem a sanitização do equipamento, instrumentos e utensílios de trabalho que atendam o disposto na alínea "j" do item V;

d) processo de controle que garanta o sincronismo entre as meias carcaças, vísceras e cabeça do mesmo animal e que permita que as vísceras passem à etapa seguinte de processamento somente após o término completo dos procedimentos executados em todas as linhas de inspeção;

e) dispositivo que permita a parada do processo de abate, pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), quando aplicável;

f) comprimento total que seja compatível com a velocidade de abate e com a execução dos trabalhos a serem desenvolvidos no local.

VII - local e equipamento para execução dos procedimentos de inspeção post mortem do conjunto cabeça e língua que apresente, no mínimo, as seguintes especificações:

a) dispositivos ou mecanismos que possibilitem a sanitização do equipamento, instrumentos e utensílios de trabalho que atendam o disposto na alínea "j" do item V;

b) processo de controle que garanta o sincronismo entre as meias carcaças, vísceras e cabeça do mesmo animal e que permita que as vísceras passem à etapa seguinte de processamento somente após o término completo dos procedimentos executados em todas as linhas de inspeção;

c) dispositivo que permita a parada do processo de abate, pelo SIF, quando aplicável; e

d) comprimento total compatível com a velocidade de abate e com a execução dos trabalhos que ali se desenvolvem.

VIII - área delimitada e específica para realização dos exames de carcaças e partes de carcaças desviadas da linha de abate por questões sanitárias, denominada e identificada como Departamento de Inspeção Final (DIF) que apresente, no mínimo, as seguintes especificações:

a) dimensões proporcionais à capacidade de abate, respeitando a dimensão mínima de 2% (dois por centos) da capacidade de abate do turno, plataformas, utensílios, mesa de inspeção, ganchos-suporte e demais equipamentos e instalações necessárias, com vistas a possibilitar o exame completo das meias carcaças, cabeça, vísceras e suas partes correspondentes;

b) instalações e equipamentos de fácil higienização e que garantam espaçamento entre carcaças, distanciamento do piso, paredes e superfícies que não devam ter contato direto com as carcaças e demais partes;

c) trilhagem aérea com comprimento total compatível com a velocidade de abate e com a execução dos trabalhos desenvolvidos no local;

d) fluxo independente para a entrada e saída de meias carcaças e suas partes;

e) dispositivos ou mecanismos que possibilitem a sanitização do equipamento, instrumentos e utensílios de trabalho que atendam o disposto na alínea "j" do item V;

f) procedimentos e meios para a condução da carcaça, vísceras, cabeça e partes da carcaça desviadas ao DIF;

g) procedimentos e meios identificados para condução exclusiva de produtos declarados impróprios para consumo humano;

h) procedimento para resfriamento das carcaças destinadas ao aproveitamento condicional, que poderá ser realizado em câmara exclusiva, denominada "Câmara de Sequestro", respeitando as dimensões mínimas de 2% (dois por centos) da capacidade de abate do turno, ou em uma das câmaras de resfriamento de carcaças aptas ao consumo, desde que em trilhagem exclusiva, identificada, assegurada a rastreabilidade e com entrada e saída controlada;

i) instalação para desossa das carcaças destinadas ao aproveitamento condicional, que poderá ser realizado em sala exclusiva ou na sala de desossa, desde que de forma separada e em horário informado ao SIF.

IX - instalações para resfriamento de carcaças, que sejam localizadas após o local destinado à lavagem de meias carcaças e apresentem, no mínimo, as seguintes especificações:

a) trilhagem com altura e espaçamento que garantam que as carcaças não encostem no piso, nas paredes ou nas colunas e que permitam a perfeita circulação de ar para seu resfriamento;

b) piso de material impermeável e antiderrapante que evite acúmulo de águas residuais, não sendo permitido a instalação de ralos no interior da câmara;

c) equipamento para mensuração e monitoramento da temperatura ambiente em local disponível para verificação oficial;

d) fluxo independente e unidirecional para a entrada e saída das carcaças; e

e) equipamentos de geração de frio que atendam às especificações relativas à conservação do produto e seu processo de fabricação aprovado.

X - instalações para divisão da meia carcaça, armazenagem de grandes peças, quando existentes, e expedição de carne com osso que apresentem, no mínimo, as seguintes especificações:

a) trilhagem com altura e espaçamento que garantam que as carcaças não encostem no piso, nas paredes ou nas colunas;

b) layout e fluxo independentes para a entrada e saída de meias carcaças;

c) equipamentos e utensílios destinados à divisão das meias carcaças, com dispositivos ou mecanismos que possibilitem a sanitização do equipamento, instrumentos e utensílios de trabalho que atendam o disposto na alínea "j" do inciso V, deste artigo;

d) área e equipamentos para carimbagem das grandes peças, quando forem expedidas;

e) área e equipamentos para revisão de grandes peças recebidos e/ou expedidos; e

f) climatização do ambiente que garanta a manutenção da temperatura mínima especificada para conservação do produto e seu processo de fabricação aprovado.

XI - instalações e equipamentos para processamento de cabeça e miúdos, de forma independente ou em conjunto, que apresentem, no mínimo, as seguintes especificações:

a) mecanismos de condução dos produtos da sala de abate para a seção apropriada de processamento que assegurem um fluxo unidirecional;

b) equipamentos e utensílios para obtenção, de forma sanitária da língua, miúdos, carne industrial e despojos, de acordo com a natureza de cada produto;

c) local e equipamentos exclusivos para retirada do MER;

d) dispositivos ou mecanismos que possibilitem a sanitização do equipamento, instrumentos e utensílios de trabalho que atendam o disposto na alínea "j" do inciso V, deste artigo;

e) equipamentos para receber, separadamente, os diferentes miúdos, de acordo com sua origem e natureza;

f) fluxo unidirecional de operações para produtos comestíveis e não comestíveis, com acessos separados para entrada de matérias-primas e para saída de produtos;

g) instalação para o pré-resfriamento dos produtos com entrada e saída independentes, quando aplicável, de acordo com o disposto no inciso IX, deste artigo, exceto as alíneas "a" e "e", ou procedimento controlado de fluxo contínuo dos produtos para o congelamento, de acordo com a forma de processamento e o tempo máximo de permanência na seção;

h) equipamento específico para a lavagem e escorrimento, de acordo com a natureza dos produtos;

i) instalações e equipamentos para coleta e remoção, de forma contínua, de resíduos e material considerado impróprio para o consumo humano; e

j) área de embalagem secundária separada da seção de manipulação dos produtos.

XII - instalações e equipamentos para processamento de intestinos, estômagos e reto que apresentem, no mínimo, as seguintes especificações:

a) obrigatoriamente, duas áreas chamadas, respectivamente, de "primeira fase" e "segunda fase", separadas fisicamente e sem possibilidade de trânsito de pessoal entre ambas;

b) equipamentos, mesas, chuveiros com água ou meios para carrear imediatamente o conteúdo dos estômagos, calha para viragem de tripas, centrífugas ou equipamentos para remoção da mucosa dos estômagos, equipamento para raspagem da mucosa dos intestinos e tanque de material resistente e higienizável, além de equipamentos para facilitar as operações da toalete final dos estômagos;

c) mecanismos de condução da sala de abate para a seção que assegurem um fluxo unidirecional;

d) equipamentos e utensílios para obtenção, de forma sanitária, dos estômagos, envoltórios e reto, de acordo com a natureza de cada produto;

e) local e equipamentos exclusivos para retirada do MER;

f) instalações e equipamentos que assegurem um fluxo de operações unidirecional de produtos comestíveis e não comestíveis, com acessos separados para entrada de matérias-primas e para saída de produtos;

g) instalação para o pré-resfriamento dos produtos com entrada e saída independentes, quando aplicável, de acordo com o disposto no inciso IX, deste artigo, exceto as alíneas "a" e "e", ou procedimento controlado de fluxo contínuo dos produtos para o congelamento, considerando o processo de cozimento e o tempo de permanência na seção;

h) instalações e equipamentos para coleta e remoção de forma contínua de resíduos e material considerado impróprio para o consumo humano;

j) local e equipamentos destinados à salga dos envoltórios proporcionais à capacidade diária de produção, quando aplicável;

k) local específico para armazenamento de insumos utilizados no processo;

l) área de embalagem secundária da seção de estômagos separada da seção de manipulação dos produtos; e

m) área destinada ao armazenamento dos envoltórios.

XIII - instalações e equipamentos para o armazenamento e/ou processamento das peles que apresentem, no mínimo, as seguintes especificações:

a) mecanismos de condução dos produtos da sala de abate para a seção que assegurem um fluxo unidirecional;

b) equipamentos e utensílios para obtenção, de forma sanitária, da pele;

c) fluxo unidirecional de operações para produtos comestíveis e não comestíveis, com acessos separados para entrada de matérias-primas e para saída de produtos;

d) instalações e equipamentos para coleta e remoção, de forma contínua, de resíduos e material considerado impróprio para o consumo humano;

e) local e equipamentos destinados à salga das peles proporcionais à capacidade diária de produção, quando aplicável; e

f) local específico para armazenamento de insumos utilizados no processo, quando aplicável.

XIV - instalações e equipamentos para o processamento das patas que apresentem, no mínimo, as seguintes especificações:

a) obrigatoriamente, duas áreas chamadas, respectivamente, de "primeira fase" e "segunda fase", separadas fisicamente e sem possibilidade de trânsito de pessoal entre ambas;

b) mecanismos de condução dos produtos da sala de abate para a seção que assegurem um fluxo unidirecional;

c) equipamentos e utensílios para obtenção, de forma sanitária, dos mocotós;

d) fluxo unidirecional de operações para produtos comestíveis e não comestíveis, com acessos separados para entrada de matérias-primas e para saída de produtos;

e) instalações e equipamentos para coleta e remoção, de forma contínua, de resíduos e material considerado impróprio para o consumo humano;

f) local adequado e higienizável para as operações de extração de pelos e cascos;

g) fluxo contínuo para o túnel de congelamento; e

h) área de embalagem secundária separada da seção de manipulação dos produtos.

XV - instalações e equipamentos para cascos, crinas e chifres que apresentem, no mínimo, as seguintes especificações:

a) mecanismos de condução dos produtos da sala de abate para a seção que assegurem um fluxo unidirecional;

b) instalações para manipulação dos produtos em local afastado das instalações onde são manipulados produtos comestíveis;

c) equipamentos e utensílios para obtenção, de forma sanitária, dos produtos; e

d) estar em conformidade com a legislação vigente para a natureza do produto de acordo com a sua utilização.

XVI - Instalações para desossa que apresentem, no mínimo, as seguintes especificações:

a) equipamentos e utensílios para obtenção, de forma sanitária, dos cortes e recortes;

b) dispositivos ou procedimentos que possibilitem a sanitização de instrumentos, utensílios de trabalho e superfícies de contato;

c) local e equipamentos para revisão de grandes peças nos pontos de controle, cortes e matérias-primas, quando aplicável;

d) fluxo unidirecional de operações para produtos comestíveis e não comestíveis, com acessos separados para entrada de matérias-primas e para saída de produtos;

e) instalações e equipamentos para coleta e remoção, de forma contínua, de resíduos e material considerado impróprio para o consumo humano;

f) climatização do ambiente que garanta a manutenção da temperatura mínima especificada para conservação do produto e seu processo de fabricação aprovado; e

g) área de embalagem secundária separada da seção de manipulação dos produtos.

XVII - instalações para armazenagem, resfriamento, congelamento e expedição de produtos que apresentem, no mínimo, as seguintes especificações:

a) dimensões suficientes para atender à demanda diária de produção e permitir adequada organização e separação dos produtos, de acordo com sua natureza;;

b) piso de material impermeável e antiderrapante que evite acúmulo de águas residuais, não sendo permitido a instalação de ralos no interior da câmara;

c) equipamentos de geração de frio que atendam às especificações relativas à conservação do produto e seu processo de fabricação aprovado;

d) equipamento para mensuração e monitoramento da temperatura ambiente em local disponível para verificação oficial; e

f) local e equipamentos para revisão dos produtos a serem expedidos nos pontos de controle.

XVIII - listalações para higienização, sanitização e guarda de utensílios e equipamentos que apresentem, no mínimo, as seguintes especificações:

a) localização nas adjacências das áreas de manipulação, em dimensões proporcionais à capacidade de processamento dessas instalações e com fluxo sanitário adequado de entrada e saída de funcionários;

b) dispositivos ou mecanismos que possibilitem a sanitização do equipamento, instrumentos e utensílios de trabalho que atendam o disposto na alínea "j" do inciso V. deste artigo; e

c) local de depósito para materiais de limpeza, detergentes e sanitizantes.

XIX - instalações para processamento dos produtos não comestíveis destinados à alimentação animal, quando aplicável, que apresentem, no mínimo, as seguintes especificações:

a) mecanismos de condução dos resíduos oriundos das diversas seções;

b) fluxo unidirecional de operações para produtos comestíveis e não comestíveis, com acessos separados para entrada de matérias-primas e para saída de produtos;

c) atendimento à legislação vigente quanto às condições das instalações, processamento e de obtenção do produto elaborado de acordo com sua destinação; e

d) local específico para armazenamento de insumos utilizados no processo.

XX - todas as instalações devem possuir espaço, ventilação e iluminação adequadas para as operações com intensidade luminosa mínima de:

a) 220 lux nos currais de alojamento e de observação;

b) 540 lux na instalação para necropsia, no Departamento de Inspeção Final (DIF), nos pontos de controle, nas linhas de inspeção e locais de revisão de produtos e meias carcaças;

c) 220 lux nas áreas de manipulação das salas de: abate e anexos, divisão da meia carcaça, desossa e expedição; e

d) 110 lux no interior das instalações para resfriamento de carcaças, armazenagem, resfriamento e congelamento de produtos.

Seção IV

Dos procedimentos de recepção dos animais

Art. 9º O estabelecimento deverá realizar a avaliação da documentação de trânsito que respalde o abate para a recepção e alojamento dos animais.

Parágrafo único. Constitui documentação de respaldo para o abate toda e qualquer exigência sanitária e de procedência prevista na legislação de saúde animal.

Art. 10. A recepção dos animais deverá acontecer antes da inspeção ante mortem, compreendendo as seguintes etapas:

I - avaliação documental;

II - classificação dos animais, com a destinação aos currais de abate ou de observação; e

III - verificação de atendimento aos requisitos específicos para habilitação ao comércio internacional, quando cabíveis e de acordo com as determinações do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Art. 11. Na avaliação documental, deverá ser verificado o documento de trânsito que acompanha os animais quanto as suas informações, validade e veracidade, conforme determinações do Departamento de Saúde Animal, além de documentação de respaldo para o abate e declarações adicionais para fins de atendimento a requisitos específicos para habilitação ao comércio internacional, de acordo com determinações do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

§1º Os responsáveis pelo estabelecimento deverão segregar e identificar o(s) lote(s) de animais e adotar as providências previstas em determinações do Departamento de Saúde Animal e/ou Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, no caso de detecção de divergências entre a documentação e o trânsito efetivado.

§2º O estabelecimento deverá prever em seu PAC procedimentos para casos de suspeita de uso de substâncias proibidas, falta de informações sobre o cumprimento do prazo de carência de produtos de uso veterinário e demais informações de interesse para o abate e garantia do bem-estar animal.

Art. 12. A classificação dos animais deverá ser realizada no momento do descarregamento, com a segregação do(s) animal(is) ou do(s) lote(s) que apresente(m) alterações físicas ou de comportamento para a realização do exame clínico pelo MVO.

Art. 13. Os documentos previamente avaliados pelo responsável do estabelecimento, bem como o registro do resultado desta avaliação e das ações tomadas, deverão estar disponíveis para verificação oficial.

Parágrafo único. As fichas dos currais deverão estar devidamente preenchidas com todas as informações referentes aos animais alojados em cada curral, conforme modelo previsto Anexo II, desta Portaria.

Art. 14. Os bovídeos deverão ser classificados em:

I - destinados ao curral de abate;

II - segregados para avaliação oficial; ou

III - destinados para a necropsia, com segregação do lote.

Parágrafo único. Quando da realização da segregação para avaliação oficial, a empresa deverá possuir procedimentos de organização do abate e de rastreabilidade que permitam a correlação entre a identificação principal do animal, quanto ao seu lote de origem e a identificação referente a destinação ao abate de emergência.

Art. 15. Os animais que demonstrem qualquer sinal de sofrimento deverão receber tratamento adequado e, após comunicação e determinação do MVO, poderão ser submetidos ao abate de emergência.

§1º Nos casos em que o animal estiver alojado no curral e não conseguir chegar à sala de abate por meios próprios, poderá ser insensibilizado e sangrado no curral, observando-se os critérios de bem-estar animal.

§2º Nos casos em que o estado clínico do animal limite o seu descarregamento, poderá ser providenciado o seu sacrifício dentro do veículo, respeitando os critérios dispostos no §1º, deste artigo.

§3º Na impossibilidade do acompanhamento do abate de emergência, pelo MVO, do animal que, por motivos extraordinários e de sofrimento, precisar ser sacrificado, o estabelecimento realizará o sacrifício com uso de método humanitário. A carcaça e suas partes deverão ser reservadas na sala de necropsia até a avaliação pelo MVO integrante da equipe do SIF.

Art. 16. Os animais encontrados mortos nos veículos de transporte ou nas instalações de abate deverão ser encaminhados ao Departamento de Necropsia.

Parágrafo único. O estabelecimento deverá manter registros auditáveis contemplando o horário da constatação e a descrição detalhada da ocorrência.

Art. 17. Os animais que apresentarem anormalidades ou restrições não percebidas no descarregamento, estarão sujeitos à segregação a qualquer momento.

Art. 18. Em caso de veículos lacrados por autoridade sanitária, os animais poderão ser desembarcados somente na presença de um servidor do SIF, após verificação das informações na documentação dos animais.

Parágrafo único. Deverá ser realizada a identificação e segregação completa destes animais.

Art. 19. Todo o veículo de transporte de animais deverá ser higienizado e desinfetado imediatamente após o desembarque dos animais.

§1º Os princípios ativos utilizados para desinfecção dos veículos e currais deverão atender à legislação aplicável dos órgãos competentes.

§2º O estabelecimento deverá manter registros auditáveis do monitoramento do procedimento.

Art. 20. A condução dos animais para o abate deverá atender aos preceitos aplicáveis na legislação de bem-estar animal vigente.

Art. 21. Os registros dos procedimentos de recepção e classificação dos animais poderão ser manuais ou eletrônicos, desde que sejam auditáveis e que o estabelecimento garanta a segurança, a integridade e a disponibilidade da informação ao SIF, a qualquer momento.

Art. 22. Todos os animais deverão receber o banho de aspersão anteriormente à etapa de insensibilização, com água suficiente para promover a limpeza e remoção de sujidades, cuja avaliação da eficiência do processo deverá estar prevista no PAC.

Seção V

Das operações de abate

Art. 23. A velocidade de abate será determinada pelo atendimento dos parâmetros de instalações, operadores qualificados e estruturas, conforme projeto previamente aprovado, para execução das atividades ante e post mortem, de forma proporcional.

Parágrafo único. O SIF deverá, como medida cautelar, restringir a velocidade ou a capacidade aprovada de abate, em casos de não atendimento à legislação vigente.

Art. 24. A insensibilização dos animais deverá ocorrer individualmente, com equipamentos específicos, calibrados e que atendam às exigências previstas na legislação aplicável.

Art. 25. Na área de pré-sangria, o excesso de sujidades na região perianal deverá ser removido, evitando-se o uso excessivo de água durante a operação.

Art. 26. Será obrigatória a higienização e a esterilização de todos os equipamentos e utensílios utilizados em todas as atividades das operações de abate em que haja possibilidade de contaminação cruzada incluindo o MER.

Art. 27. A operação de sangria deverá ser realizada de forma higiênica, seccionando os grandes vasos sanguíneos do animal, de forma a garantir uma sangria adequada, rápida e que atenda às exigências previstas na legislação aplicável ao bem-estar animal.

§1º Essa operação será realizada com o animal pendurado ou por equipamento que evite seu contato com o piso, por um tempo mínimo que atenda à legislação aplicável ao bem-estar animal e em instalação adequada para captação do sangue.

§2º O sangue somente poderá ser aproveitado como produto comestível, após a livre passagem do respectivo animal pelas linhas de inspeção, sendo rejeitado no caso da sua contaminação ou da verificação de qualquer doença que o possa tornar impróprio para consumo humano.

Art. 28. Os procedimentos de incisão e retirada da pele deverão ser realizados de forma adequada, visando um processo sanitário completo e eficaz, sem que haja possibilidade de sobra de resquícios de pele e de contaminação da carcaça, seja pela parte externa do couro, mãos do operador, utensílios ou equipamentos.

§1º Quando do abate de fêmeas multíparas ou em lactação, o conjunto do úbere deverá ser retirado intacto, na primeira operação da esfola, e encaminhado à instalação própria para avaliação na linha de inspeção post mortem "A".

§2º No abate de fêmeas nos casos não contemplados no §1°, o úbere poderá permanecer na carcaça para avaliação na linha de inspeção post mortem "H".

§3º No abate de machos, o vergalho deverá ser retirado intacto, nas primeiras operações da esfola, de forma a evitar contaminação cruzada.

§4º Para a retirada do vergalho, poderá ser adotado procedimento alternativo que assegure a condição sanitária das operações e esteja devidamente contemplado e validado no PAC do estabelecimento.

§5º No abate de machos, os testículos deverão ser mantidos intactos e aderidos à carcaça para avaliação na linha de inspeção post mortem "H".

§6º Será obrigatória a remoção dos chifres com a utilização de utensílios e equipamentos adequados, de forma evitar contaminação cruzada.

§7º Será obrigatória a desarticulação das patas dianteiras e as traseiras em uma altura que garanta a não contaminação de outras partes da carcaça e posterior remoção com o uso de utensílios e equipamentos adequados, de forma a evitar contaminação cruzada.

§8º Quando as patas forem destinadas à produção de produtos comestíveis, deverá ser assegurada sua correlação com a carcaça correspondente. As patas deverão ser, então, encaminhadas à instalação própria para avaliação na linha de inspeção post mortem "B".

§9º As partes removidas do animal, nesta etapa, somente poderão ser aproveitadas como comestíveis, após a livre passagem do respectivo animal pelas linhas de inspeção, sendo rejeitadas no caso da sua contaminação ou da verificação de qualquer doença que o possa tornar impróprio para consumo humano.

§10. O estabelecimento deverá possuir meios adequados para retirada da pele, chifres, patas, além de outras partes não comestíveis da sala de abate, de forma a evitar a contaminação da carcaça.

Art. 29. A oclusão do reto e a abertura torácica e abdominal deverão ser executadas de forma higiênica e sanitária, evitando-se a possibilidade de contaminação cruzada.

Art. 30. O estabelecimento deverá adotar as medidas necessárias para restabelecer as condições higiênico-sanitárias do processo, caso haja extravasamento de conteúdo gastrointestinal.

Art. 31. A cabeça deverá ser desarticulada ao nível da articulação occipito-atlóide e retirada da carcaça, de forma higiênica e sanitária, evitando-se a possibilidade de contaminação cruzada, inclusive com MER.

§1º As carcaças e cabeças devem ser identificadas de forma sequencial, com a finalidade de assegurar a sua correlação.

§2º Previamente à separação da cabeça, deverá ser realizada a separação e oclusão do esôfago.

§3º A cabeça deverá ser lavada com água com pressão suficiente para remover vestígios de sangue ou quaisquer contaminações que possam impedir a realização da inspeção post mortem.

§4º As partes comestíveis da cabeça que não estejam contaminadas, após inspecionadas, deverão ser destinadas ao processamento em seção específica ou na seção de miúdos do estabelecimento.

Art. 32. O estabelecimento deverá estimar a idade dos animais abatidos por meio de exame de cronologia dentária, para fins de aproveitamento de produtos que não se constituam MER e para atendimento de requisitos específicos de exportação.

§1º Este exame consiste na observação da arcada dentária de cada animal, com a identificação da carcaça correspondente, conforme Anexo III, desta Portaria.

§2º No local de realização do exame, é necessária a alocação de ponto de água, ar ou procedimento alternativo para retirada do excesso de sangue e sujidades, possibilitando avaliação mais eficiente da arcada dentária do animal.

§3º Cada animal receberá uma marcação que identifique a dentição observada na primeira meia carcaça, mantendo sua visibilidade até o final do abate.

§4º Os registros deverão ser realizados de modo a permitir a verificação da idade aproximada de cada animal.

§5º Os procedimentos deverão estar previstos no PAC do estabelecimento.

Art. 33. A evisceração deverá ser realizada em local próprio, com estrutura e de forma higiênica e sanitária, evitando-se a possibilidade de contaminação cruzada.

§1º No abate de fêmeas, o útero com quaisquer alterações que impossibilitem a sua apresentação junto às demais vísceras abdominais para exame na linha de inspeção post mortem "D", deverá ser segregado para apresentação ao SIF.

§2º Durante a evisceração dos órgãos abdominais, a descarga de qualquer material do esôfago, rúmen, intestino ou reto, vesícula biliar, bexiga urinária, útero e úbere deverá ser prevenida e evitada.

§ 3º Uma das vísceras abdominais deverá ser identificada de forma sequencial, de acordo com o previsto no PAC, com a finalidade de assegurar a sua correlação com a carcaça.

§4º Após a sangria, a evisceração deverá ser realizada da forma mais rápida possível, devendo estar previstos, no PAC do estabelecimento, procedimentos para evitar a evisceração tardia com indicação e validação de tempo máximo para a operação e demais parâmetros de avaliação.

§5º Durante todo o processo de evisceração, deverá ser mantida identificação que possibilite a correlação entre a carcaça, a cabeça e uma das vísceras abdominais do animal, por meio de procedimento que deverá estar descrito no PAC do estabelecimento.

Art.34. A serragem da carcaça ao meio deverá ser realizada com equipamentos próprios, de forma higiênica e sanitária, evitando-se a possibilidade de contaminação cruzada, com previsão de recolhimento de resíduos, incluindo o MER, oriundos dessa operação.

Art. 35. As fases preparatórias para a inspeção post mortem deverão ser realizados de modo sistemático e de forma a atender as exigências contidas no Capítulo IV, desta Portaria.

Seção VI

Da toalete, da lavagem e do resfriamento das carcaças

Art. 36. Os procedimentos de toalete e de retirada das partes comestíveis dos animais deverão ser realizados de forma a assegurar as condições higiênico-sanitárias do processo.

Art. 37. As meias carcaças julgadas como aptas ao consumo em natureza, após as etapas de inspeção post mortem, deverão receber carimbo oficial nas grandes peças, de forma a demonstrar que foram inspecionadas, além de identificação que garanta a sua rastreabilidade de acordo com o previsto no PAC do estabelecimento.

Parágrafo único. Será dispensada a aplicação do carimbo nas grandes peças que serão desossadas no mesmo estabelecimento.

Art. 38. Após a completa toalete e carimbagem, deverá ser realizada a lavagem das meias carcaças com água potável sob pressão, abrangendo todas as suas partes.

Art. 39. É permitido o uso de procedimentos ou tecnologias para fins de melhoria da qualidade da carcaça após a toalete, desde que aprovados pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Art. 40. As meias carcaças deverão ser conduzidas em corredores climatizados e alocadas nas câmaras de resfriamento, onde deverão ser armazenadas de forma a garantir que não encostem no piso, nas paredes e colunas, com espaçamento que permita adequada circulação de ar para seu resfriamento.

Art. 41. É permitido o uso de sistemas adjuvantes para resfriamento de meias carcaças, conforme legislação aplicável.

Seção VII

Do quarteio, desossa ou expedição de carcaças ou quartos de carcaças

Art. 42. O estabelecimento deverá possuir instalações de frio com câmaras e antecâmaras que se fizerem necessárias, em número e área suficientes, segundo a capacidade do estabelecimento.

Art. 43. Após o resfriamento das meias carcaças, o estabelecimento deverá realizar a pesagem e divisão das grandes peças de forma higiênica e sanitária.

Parágrafo único. Naqueles estabelecimentos em que a desossa é realizada em meias carcaças inteiras, fica dispensado esse procedimento.

Art. 44. A seção de quarteio deverá ter temperatura que garanta a manutenção da temperatura das meias carcaças durante todo o processo.

Art. 45. Para fins de expedição, o tempo de resfriamento deve ser o suficiente para que as meias carcaças atinjam a temperatura de 7°C (sete graus Celsius) na musculatura profunda das grandes peças.

§1º O estabelecimento poderá realizar o quarteio e acomodação em câmaras de equalização para o término do resfriamento, quando dispuser dessa instalação.

§2º O estabelecimento poderá comercializar grandes peças de forma separada, desde que atinjam a temperatura na forma definida no caput deste artigo e tenham a identificação do carimbo previsto no art. 37, desta Portaria.

§3º O local de aferição da temperatura definida no caput deste artigo será no interior da região denominada aranha (musculo glúteo profundo), no caso do traseiro, e no interior da paleta (musculo tríceps braquial), no caso do dianteiro.

Art. 46. É obrigatória a colocação, nas meias carcaças destinadas à comercialização, de etiqueta-lacre inviolável contendo dados de acordo com registro aprovado, além do carimbo oficial na forma definida pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Parágrafo único. A identificação que prevê o caput deste artigo refere-se também as grandes peças, bem como a todas as partes em que forem divididos.

Art. 47. O estabelecimento deverá realizar a revisão das grandes peças, tanto para expedição quanto para recebimento, em local específico, observando a frequência e procedimentos definidos no seu PAC.

Art. 48. Para fins de desossa, as meias carcaças e as grandes peças deverão atingir a temperatura de, no máximo, 10°C (dez graus Celsius), aferida na forma definida no §3º, do art. 45, desta Portaria.

Art. 49. A sala de desossa deverá possuir equipamentos que garantam a temperatura climatizada e controlada, em condições que permitam a manutenção da temperatura dos cortes e recortes ali produzidos.

Parágrafo único. O controle da temperatura ambiente da sala de desossa deverá estar descrito no PAC do estabelecimento.

Art. 50. O fluxo da desossa deverá ser unidirecional, com adoção de procedimentos de retirada constante de resíduos resultantes do processo de forma a evitar a contaminação cruzada, com manipulação adequada de produtos de diferentes naturezas.

Art. 51. Após o acondicionamento dos produtos em embalagem primária, sua manipulação, em estruturas que não sejam consideradas superfícies de contato, deverá ser evitada.

Seção VIII

Das seções anexas ao abate

Subseção I

Da seção de miúdos e cabeças

Art. 52. As vísceras oriundas da sala de abate com destino à seção de miúdos, deverão ser conduzidas por meio de mecanismos que assegurem a segurança sanitária do processo e sejam constituídos de material higienizável, que serão considerados superfície de contato.

§1º Os mecanismos de que tratam o caput deste artigo deverão ser separados de forma a garantir que vísceras de diferentes condições sanitárias não sejam conduzidas pelo mesmo meio.

§2º É permitido que a seção de cabeças esteja localizada na seção de miúdos.

§3º O estabelecimento deverá possuir mecanismos para remoção e segregação do MER nesta seção.

Art. 53. Após o processamento, os miúdos deverão ser escorridos ou pré-resfriados de acordo com o registro aprovado e procedimento tecnológico definido no PAC do estabelecimento, que deverá contemplar a validação dos procedimentos, de forma a assegurar inocuidade dos produtos e evitar fraude.

Art. 54. A produção de miúdos deverá ter fluxo unidirecional e sem cruzamento entre produtos de diferentes condições sanitárias.

Art. 55. As carnes obtidas na seção de miúdos serão consideradas carne industrial e somente poderão ser destinadas ao termoprocessamento ou a processo equivalente aprovado pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal em atendimento a legislação específica.

Art. 56. Após o acondicionamento dos produtos em embalagem primária, sua manipulação, em estruturas que não sejam consideradas superfícies de contato, deverá ser evitada.

Parágrafo único. É obrigatória a rotulagem dos produtos contendo dados de acordo com registro aprovado, além do carimbo oficial conforme legislação vigente.

Subseção II

Da seção de estômagos (bucharia) e envoltórios (triparia)

Art. 57. Os estômagos e intestinos deverão ser conduzidos por meio de mecanismos que previnam sua contaminação e sejam constituídos de material higienizável, que serão considerados superfície de contato.

Art. 58. A seção de estômagos, também denominada bucharia, e a seção de envoltórios, também denominada triparia, serão, obrigatoriamente, divididas em duas etapas chamadas, respectivamente, de "primeira fase" e "segunda fase", separadas fisicamente e com barreira sanitária entre as duas áreas.

§1º A comunicação entre as fases se dará por dispositivo que permita apenas a passagem do produto.

§2º O acesso à "primeira fase" da bucharia e triparia não poderá se dar através de outras seções.

§3º Na primeira fase da seção de estômagos, caso haja área suficiente, poderá funcionar também a primeira fase da triparia, desde que uma operação não interfira na outra.

Art. 59. Nas seções de bucharia e triparia denominadas de bucharia primeira fase e triparia primeira fase, serão recebidos os estômagos, intestinos e bexiga, que deverão passar pelos processos de separação, abertura, esvaziamento e lavagem em equipamentos independentes.

Parágrafo único. O estabelecimento deverá possuir mecanismos para remoção e segregação do MER, nesta seção.

Art. 60. Deverão ser previstos equipamentos e utensílios independentes para lavagem, com água potável, centrifugação, quando necessário, limpeza e separação dos estômagos e intestinos.

Art. 61. Após a limpeza, os estômagos separados deverão ser conduzidos para a seção específica denominada bucharia segunda fase.

§1º Na bucharia segunda fase, será realizada a centrifugação dos estômagos, com retirada da mucosa, alvejamento, quando for o caso, e toalete final.

§2º A centrifugação dos estômagos para remoção da mucosa poderá também ser realizada na bucharia primeira fase, desde que os produtos sejam, imediatamente, transferidos para a segunda fase.

§3º Os estômagos deverão sofrer processamento térmico de acordo com o registro aprovado e procedimento tecnológico definido no PAC do estabelecimento, que deverá contemplar a validação dos procedimentos de forma a assegurar inocuidade dos produtos.

§4º Após a toalete, os produtos podem ser resfriados em câmara específica ou escorridos e embalados, em processo controlado de tempo e temperatura previsto e validado no PAC do estabelecimento para controle do microrganismo alvo.

§5º Após o acondicionamento dos produtos em embalagem primária e rotulagem, deverá ser evitada a sua manipulação em estruturas que não sejam consideradas superfícies de contato.

Art. 62. Após a limpeza e procedimentos de identificação, os intestinos separados deverão ser conduzidos para a seção específica denominada triparia segunda fase.

§1º A etapa denominada de salga será realizada na segunda fase da triparia, devendo atender ao registro aprovado e procedimento tecnológico definido no PAC do estabelecimento, que deverá contemplar a validação dos procedimentos de forma a assegurar inocuidade dos produtos.

§2º A embalagem e rotulagem dos produtos poderão ser realizadas nesta seção.

§3º Quando do uso de conservantes, deverão ser previstos local específico para seu armazenamento, além de procedimentos controlados de formulação e envio para utilização.

Art. 63. Os produtos embalados cuja conservação seja em temperatura ambiente deverão ser acondicionados em local apropriado, protegido contra intempéries e separado da área de manipulação.

Subseção III

Seção de patas

Art. 64. A seção de patas deverá ser, obrigatoriamente, dividida em duas etapas chamadas, respectivamente, de "primeira fase" e "segunda fase", separadas fisicamente e com barreira sanitária entre as duas áreas.

Art. 65. As patas que forem consideradas comestíveis deverão ser conduzidas por meio de mecanismos que garantam a segurança sanitária do processo e sejam constituídos de material higienizável, que serão considerados superfície de contato.

Art. 66. O estabelecimento deverá prever processo para extração de cascos e pelos dos animais.

Art. 67. As patas deverão passar por processo térmico para fins de obtenção do mocotó.

§1º O processamento térmico de que trata o caput deste artigo deverá estar de acordo com o registro aprovado e procedimento tecnológico definido no PAC do estabelecimento, que deverá contemplar a validação dos procedimentos de forma a assegurar inocuidade dos produtos.

§2º É permitido o alvejamento de mocotós de acordo com o registro aprovado e procedimento tecnológico definido no PAC do estabelecimento.

§3º Após o cozimento e separação dos cascos, o mocotó deverá ser remetido à segunda fase através de dispositivo que permita apenas a passagem do produto, tenha fluxo unidirecional e sem contato com meio externo.

§4º Após a toalete, os produtos devem ser embalados, rotulados e enviados à câmara de estocagem, em procedimento controlado de temperatura, conforme registro aprovado e validado no PAC do estabelecimento.

Subseção IV

Seção de peles

Art. 68. As peles deverão ser conduzidas da sala de abate para os veículos transportadores, ou depositadas em locais específicos, por meio de mecanismos que previnam sua contaminação e sejam constituídos de material higienizável, de forma a atender às condições-higiênico sanitárias até sua expedição.

§1º Será permitido a realização do salgamento de peles, em local específico, de acordo com procedimento tecnológico definido no PAC do estabelecimento.

§2º De acordo com a destinação dada ao produto, o estabelecimento deverá atender às legislações aplicáveis de outros órgãos competentes.

Art. 69. As peles armazenadas no estabelecimento deverão ser depositadas em instalações em áreas sem contato com as áreas de manipulação de produtos comestíveis.

Subseção V

Da seção de higienização de utensílios

Art. 70. O estabelecimento deverá dispor de seções para higienização e esterilização de utensílios, em quantidade e localização adequadas para o atendimento eficiente de seus diversos setores.

§1º As seções de higienização deverão dispor de equipamentos para limpeza, higienização e esterilização dos diferentes utensílios utilizados nas diversas seções do estabelecimento.

§2º As seções de limpeza deverão ter procedimentos de recebimento dos utensílios sujos e saída dos utensílios limpos e esterilizados que garantam fluxo adequado, sem possibilidade de contaminação cruzada.

§3º Os procedimentos validados de higienização, esterilização dos utensílios e sua frequência deverão estar previstos no PAC do estabelecimento, de forma a garantir que não haja possibilidade de contaminação dos produtos, nas diferentes seções.

Subseção VI

Do resfriamento, congelamento e estocagem dos produtos

Art. 71. As câmaras de estocagem de produtos resfriados ou congelados deverão possuir sistema de refrigeração que mantenha a temperatura interna dos produtos de acordo com a sua natureza.

Parágrafo único. Os equipamentos de frio deverão ser capazes de manter as temperaturas dos produtos, de acordo com registro aprovado e procedimento tecnológico definidos no PAC do estabelecimento.

Art. 72. Os produtos deverão seguir fluxo adequado e contínuo, de acordo com a forma de conservação aprovada.

§1º Os produtos que serão congelados deverão ser conduzidos das seções de obtenção para os túneis de congelamento.

§2º Os produtos deverão permanecer nos túneis de congelamento tempo suficiente para atingir a temperatura de -8°C (oito graus Celsius negativos), ou mais baixa, no seu interior, respeitando requisitos específicos de mercado.

§3º Poderão ser utilizados utensílios como molde para produtos acondicionados em embalagens não rígidas, desde que haja garantias da manutenção da identificação, rastreabilidade e condição sanitária dos produtos.

§4º Após o congelamento, os produtos deverão ser destinados à câmara de estocagem de congelados, onde deverão ser separados de acordo com sua natureza e exigências específicas de mercados importadores.

§5º Os produtos poderão ser destinados diretamente para expedição, desde que atinjam a temperatura mínima para expedição.

Art. 73. Deverá existir um sistema de controle de identificação dos locais de acondicionamento, movimentação e estoque dos produtos nas antecâmaras e câmaras de estocagem de produtos resfriados e congelados, de forma a garantir a preservação de sua rastreabilidade e evitar acúmulos.

Subseção VII

Da expedição de produtos acabados

Art. 74. Os locais de expedição de produtos acabados deverão possuir temperatura climatizada e fluxo adequados de forma a manter a conservação dos produtos, de acordo com sua natureza.

Art. 75. O estabelecimento deverá realizar a avaliação dos produtos para expedição, em local específico, bem como das condições dos veículos transportadores, observando a frequência e procedimentos definidos no PAC do estabelecimento.

§1º Os produtos congelados deverão ser expedidos à temperatura de -12°C (doze graus Celsius negativos), ou mais baixa, no seu interior, respeitando requisitos específicos de mercado.

§2º Os produtos resfriados deverão ser expedidos à temperatura de 7°C (sete graus Celsius), ou mais baixa, no seu interior, respeitando requisitos específicos de mercado.

Subseção VIII

Do controle de remoção, segregação e inutilização do MER

Art. 76. Será obrigatório o controle da remoção, segregação e inutilização do MER em todas as operações de abate, a cada operação, em todas as atividades e seções em que haja possibilidade de contaminação cruzada.

Art. 77. Os estabelecimentos deverão possuir programas de autocontrole escritos e implantados voltados para a identificação, remoção, segregação e a inutilização do MER, contemplando medidas mitigadoras de contaminação cruzada, e demais medidas corretivas e preventivas em caso de desvios apurados.

§1º O MER não poderá ser removido antes da realização da inspeção post mortem dos animais e de suas partes.

§2º O estabelecimento deverá atender às eventuais definições de MER e de procedimentos mais restritos, definidos em legislação específica ou em razão de atendimento aos requisitos sanitários específicos de países importadores.

§3º O programa de autocontrole de que trata o caput deste artigo deverá contemplar também o MER dos animais submetidos à necropsia, bem como das carcaças, vísceras, cabeça e partes condenadas na linha de inspeção ou no DIF e daquelas destinadas a aproveitamento condicional.

Seção IX

Das disposições gerais para execução dos trabalhos de inspeção *ante mortem*

Art. 78. Os estabelecimentos deverão dispor de estrutura e passarelas cobertas elevadas que permitam a visualização de todos os animais alojados nos currais.

§1º Sempre que necessário, o estabelecimento deverá designar um funcionário para movimentar os animais, de forma a permitir uma melhor avaliação durante a inspeção ante mortem.

§2º A estrutura e os procedimentos de recebimento, identificação e segregação dos animais deverão ser concebidos de forma a otimizar o tempo de avaliação e de inspeção.

Art. 79. O abate do lote de animais somente poderá ser iniciado após a realização do exame ante mortem pelo MVO.

Seção X

Das disposições gerais para execução dos trabalhos de inspeção post mortem

Art. 80. As instalações e equipamentos do estabelecimento deverão ser desenhados e construídos de forma a atender aos procedimentos e fluxos sanitários necessários ao desempenho dos procedimentos de inspeção.

Art. 81. Os locais para a realização dos exames post mortem deverão possuir espaço suficiente para a operação, com condições e equipamentos adequados para atender a velocidade de abate pretendida, mantendo a sincronia entre a carcaça, conjunto cabeça-língua e vísceras.

§1º Os focos luminosos deverão ser dispostos de maneira a garantir uma perfeita iluminação da área, possibilitando a exatidão dos exames nas linhas de inspeção e no DIF.

§2º O tempo mínimo considerado para a realização das diversas linhas de inspeção, após a etapa de preparação, é de 22 (vinte e dois) segundos, à exceção das linhas C e F, cujo tempo mínimo para execução é de 44 (quarenta e quatro) segundos.

§3º O tempo mínimo que trata o §2º poderá ser reduzido proporcionalmente quando houver maior disponibilidade de funcionários na linha de inspeção.

§4º O tempo que trata o §2º servirá como base para cálculo do número de auxiliares e velocidade de abate, não substituindo, no entanto, o atendimento ao disposto no artigo 105.

Art. 82. As carcaças receberão um número natural, individual e sequencial, de acordo com o previsto no PAC do estabelecimento.

Parágrafo único. O número de que trata o caput deste artigo deverá ser legível e garantir a confiabilidade das informações e a rastreabilidade da carcaça, partes da carcaça e respectivas vísceras.

Art. 83. Nenhuma carcaça, parte da carcaça ou víscera poderá ser removida da sala de abate ou ter sua correlação descaracterizada antes da finalização dos procedimentos de inspeção de todo o seu conjunto.

§1º A correspondência entre carcaça, partes da carcaça e respectivas vísceras deverá ser mantida até o término do exame post mortem pelo SIF, sendo responsabilidade do estabelecimento a manutenção desta correlação e do sincronismo entre as linhas.

§2º É vedada a realização de operações de toalete, pelo estabelecimento, antes do término do exame post mortem pelo SIF.

§3º O sistema de correlação das carcaças, partes de carcaça e respectivas vísceras deverá ser inequívoco e auditável.

Art. 84. A empresa deve prever etapas de preparação de órgãos, que serão avaliadas já separadas da carcaça, e quando necessário de outros órgãos e de tecidos adjacentes, para apresentação à inspeção.

§1º A fase preparatória consistirá em um conjunto de operações que serão executadas, durante o abate, com objetivo de facilitar o exame de carcaças e dos órgãos.

§2º Todas as estruturas dos órgãos e das carcaças, que serão alvo do exame post mortem, deverão ser apresentadas íntegras para a equipe de inspeção, evitando-se cortes ou desfigurações que possam comprometer a eficiência do exame.

Art. 85. Sempre que enviada para o exame no DIF, o estabelecimento deverá garantir que a carcaça seja acompanhada de suas partes e órgãos.

CAPITULO III

DOS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO ANTE MORTEM

Seção I

Das disposições gerais de organização dos trabalhos

Art. 86. O SIF deverá ser organizado administrativamente de acordo com as normas definidas pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, priorizando a disponibilidade de pessoal competente para a realização dos procedimentos das inspeções ante mortem e post mortem dos animais, em todos os turnos de abate.

§1º O SIF deverá possuir plano de inspeção que contenha a descrição dos procedimentos de inspeção, verificação e demais procedimentos oficiais na forma definida pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

§2º Cabe ao MVO coordenar as atividades de treinamento da equipe do SIF que executa as atividades nas linhas de inspeção.

Art. 87. As medidas cautelares adotadas durante a inspeção ante mortem e post mortem deverão ser comunicadas ao estabelecimento por meio dos registros apropriados e divulgados pelos manuais do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Seção II

Da inspeção ante mortem

Subseção I

Das disposições gerais

Art. 88. Para a avaliação documental e correlação de achados das inspeções ante mortem e post mortem, o SIF deverá dispor dos seguintes documentos entregues pelo estabelecimento:

I - programação das atividades do estabelecimento, com as informações mínimas necessárias para a programação dos serviços oficiais;

II- escala de abate, com as indicações dos lotes e sequência de abate;

III- documento de trânsito após conferência, pelo estabelecimento, na recepção dos animais;

IV - declarações do produtor rural, conforme definido em normas complementares, quando aplicável; e

V - formulário Ante Mortem e Ficha de Curral, conforme modelo previsto no Anexos II e V, desta Portaria, com as informações de responsabilidade do estabelecimento já preenchidas.

Parágrafo único. A documentação de que trata o caput deste artigo deverá estar disponível para avaliação do SIF, em prazo suficiente para realização do exame ante mortem.

Art. 89. Durante a inspeção dos animais vivos, aqueles que apresentarem sintomatologia de doenças infectocontagiosas ou quaisquer casos suspeitos, ou que necessitem de melhor avaliação, à juízo do MVO, devem ser separados no curral de observação e implicará na identificação e no isolamento dos animais envolvidos e, quando necessário, do isolamento de todo o lote.

§1º Os casos suspeitos serão submetidos à avaliação por MVO, que poderá compreender exame clínico, necropsia ou outros procedimentos com a finalidade de diagnosticar e determinar a destinação, além de aplicar as ações de saúde animal, quando o caso exigir.

§2º Quando forem identificados animais suspeitos de zoonoses ou enfermidades infectocontagiosas, ou animais que apresentem reação positiva em testes diagnósticos para essas enfermidades, o abate deverá ser realizado em separado dos demais animais, adotando as medidas profiláticas cabíveis.

Art. 90. Quando houver suspeita de doenças infectocontagiosas de notificação imediata determinada pelo serviço oficial de saúde animal, além das medidas já estabelecidas, cabe ao SIF:

I - notificar o serviço oficial de saúde animal, primeiramente, na área de jurisdição do estabelecimento;

II - isolar os animais suspeitos e manter o lote sob observação, enquanto não houver definição das medidas epidemiológicas de saúde animal a serem adotadas; e

III - determinar a imediata desinfecção dos locais, dos equipamentos e dos utensílios que possam ter entrado em contato com os resíduos dos animais ou qualquer outro material que possa ter sido contaminado, atendidas às recomendações estabelecidas pelo serviço oficial de saúde animal.

Art. 91. O animal poderá ser abatido por último, quando, no exame ante mortem, forem constatados casos isolados de doenças não contagiosas que permitam o aproveitamento condicional ou impliquem na condenação total do animal.

Art. 92. Os registros oficiais gerados nesta etapa deverão ser feitos no formulário ante mortem previsto no Anexo V, desta Portaria, preservando a identificação dos responsáveis pelo preenchimento.

Subseção II

Do abate de emergência

Art.93. Os animais destinados ao abate de emergência, após o exame ante mortem, deverão ser identificados de modo a garantir seu lote de origem.

§1º Após avaliação, caso seja constatado que não há nenhuma lesão ou achado que implique no abate de emergência, o animal deverá ser retornado ao curral de origem para o abate normal.

§2º Os registros oficiais deverão ser feitos no formulário de exame do DIF, conforme modelo previsto no Anexo V, desta Portaria.

Art. 94. O SIF deverá atender aos casos indicados pela legislação de saúde animal, quanto à necessidade de coletar amostras para pesquisa de enfermidades e enviar aos laboratórios oficiais para fins de diagnóstico.

Subseção III

Da necropsia

Art. 95. Todo animal que chegar morto ao estabelecimento de abate, que morrer nos currais, que for sacrificado na forma do §3°, do artigo 15, desta Portaria, ou por sacrifício sanitário determinado pelo MVO, deverá ser submetido à necropsia.

§1º O procedimento de necropsia deverá ser realizado no Departamento de Necropsia.

§2º A necropsia deverá ser realizada pelo MVO, com a ajuda de auxiliares de inspeção ou colaboradores do estabelecimento.

§3º Poderá ser realizada a coleta de material para diagnóstico conclusivo, seguindo as técnicas de coleta, acondicionamento e envio de acordo com cada suspeita clínico-patológica.

§4º Animais mortos e em estado adiantado de decomposição poderão ser dispensados de realização de necropsia, a critério do MVO.

Art. 96. As carcaças e órgãos de animais que forem necropsiados serão destinadas à condenação total, da seguinte forma:

I - Quando os animais não forem portadores de doenças infectocontagiosas, poderão ser destinados à esterilização para fabricação de produtos não comestíveis;

II - Quando os animais forem portadores de doenças infectocontagiosas, deverão ser destinados à incineração, autoclavação, ou método equivalente aprovado pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Parágrafo único. No caso do inciso I, deverá ser observado o definido no art. 95, desta Portaria, devendo também serem realizadas a remoção, segregação e destinação do MER, por parte do estabelecimento.

Art. 97. Durante a realização da necropsia, o MVO deverá preencher o boletim de necropsia, conforme modelo oficial do Anexo VI, desta Portaria.

CAPITULO IV

DA INSPEÇÃO POST MORTEM

Seção I

Das disposições gerais

Art. 98. A execução da inspeção de carcaças, partes da carcaça e órgãos nas linhas de inspeção deverá ser realizada pela equipe do SIF.

Parágrafo único. Quando aplicável, mediante avaliação pelo SIF, o auxiliar de inspeção poderá executar mais do que uma linha de inspeção ou realizar outra atividade, desde que não haja prejuízo na execução dos procedimentos de inspeção post mortem.

Seção II

Da inspeção post mortem

Art. 99. A inspeção post mortem consiste na avaliação da carcaça, das partes da carcaça, das cavidades, dos órgãos, dos tecidos e dos linfonodos, realizada por visualização, palpação, olfação e incisão, quando necessário.

Parágrafo único. A inspeção definida no caput deste artigo consiste, mas não se limita, na avaliação macroscópica das superfícies externa e interna da carcaça, do conjunto cabeça-língua, dos órgãos torácicos, abdominais e pélvicos, dos linfonodos, da glândula mamária, além das superfícies interdigital e periungueal.

Art. 100. O MVO tomará as medidas necessárias para garantir a adequada realização do exame post mortem, levando em consideração:

I - a condição sanitária do lote;

II - a quantidade e capacidade de auxiliares disponíveis para executar os procedimentos de inspeção;

III - a adequação da velocidade de abate aos procedimentos necessários.

IV - a manutenção da perfeita correlação e sincronia entre carcaça, suas partes, órgãos e conjunto cabeça-língua; e

V - o atendimento, pelo estabelecimento, aos requisitos estruturais, inclusive de espaço necessário e adequado, bem como a oferta de utensílios de trabalho, para realização adequada dos procedimentos.

Art. 101. A inspeção post mortem será realizada nas linhas de inspeção e no Departamento de Inspeção Final (DIF).

Art. 102. O julgamento e destino das carcaças, das partes das carcaças e dos órgãos são de competência exclusiva do MVO, integrante da equipe do SIF, na forma definida pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Art. 103. O apontamento, na sala de abate, das detecções e destinações nas linhas de inspeção deverá ser realizado de forma a garantir o correto registro das ocorrências, em meio fornecido pelo estabelecimento e devidamente aprovado pelo SIF.

Parágrafo único. Os meios de registro previstos no caput deste artigo deverão atender ao disposto no Anexo IV, desta Portaria.

Art. 104. Ao final do abate de cada lote, o SIF deverá compilar as informações das alterações encontradas, preenchendo os formulários oficiais dispostos no Anexo V, desta Portaria, assegurando que o registro mantenha a rastreabilidade com cada lote.

Art. 105. Durante a supervisão das atividades executadas nas linhas de inspeção, o MVO deverá avaliar:

I - a execução das linhas de inspeção, atendendo às técnicas estabelecidas pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal;

II - a adequação dos procedimentos de identificação de lesões;

III - a correta marcação de lesões, de peças correspondentes e encaminhamento para o DIF;

IV - a inequívoca marcação das causas de condenação e transcrição para os registros específicos; e

V - a perfeita correlação entre a carcaça, suas partes e órgãos.

Seção III

Das linhas de inspeção

Art. 106. A carcaça, suas partes e órgãos deverão ser examinados nas dependências da sala de abate, assegurada, sempre, a correspondência entre eles.

Art. 107. Toda carcaça, suas partes e os órgãos examinados nas linhas de inspeção que apresentem lesões ou anormalidades que possam ter implicações para a carcaça e demais órgãos deverão ser desviados para o DIF, onde serão examinados e ter destinação de acordo com a legislação vigente.

§1º Nos casos não contemplados no caput deste artigo e que não tenham implicações para a carcaça e para os demais órgãos poderão ter sua destinação definida nas próprias linhas de inspeção.

§2º Os critérios de destinação a serem adotados deverão ser aqueles definidos pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Art. 108. É obrigatória a existência de um procedimento sistemático de marcação das carcaças, das suas partes e das respectivos órgãos que forem encaminhadas para o DIF.

Parágrafo único. Este procedimento deverá assegurar que o local da lesão seja destacado, garantindo a correlação entre a carcaça, órgãos e cabeça encaminhadas ao DIF.

Art. 109. Após a fase preparatória realizada pelo estabelecimento, as carcaças, suas partes e órgãos deverão ser apresentadas ao SIF para a realização dos exames nas seguintes linhas de inspeção:

I - Linha de Inspeção A - exame da glândula mamária;

II - Linha de Inspeção B - exame das patas e lábios;

III - Linha de Inspeção C - exame do conjunto cabeça-língua;

IV - Linha de Inspeção D - exame do trato gastrintestinal, baço, pâncreas, vesícula urinária, esôfago e útero;

V - Linha de Inspeção E - exame do fígado;

VI - Linha de Inspeção F - exame dos pulmões, coração e traqueia;

VII - Linha de Inspeção G - exame dos rins;

VIII - Linha de Inspeção H - exame da parte caudal da meia-carcaça;

IX - Linha de Inspeção I - exame da parte cranial da meia-carcaça.

Subseção I

Da Linha de Inspeção A - exame da glândula mamária

Art. 110. Nos casos previstos no §1° do art. 28, desta Portaria, a glândula mamária deverá ser removida intacta pelo estabelecimento, como uma das primeiras operações após o término da sangria, adotando medidas para evitar o risco de contaminação da região ventral da carcaça por suas secreções.

Art. 111. Quando forem detectadas lesões na glândula mamária, a peça acometida deverá ser identificada para desvio, juntamente com os demais órgãos, cabeça e carcaça correspondentes.

Art. 112. O exame das glândulas mamárias deverá ser realizado na forma prevista pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Subseção II

Da Linha de Inspeção B - exame das patas e lábios comestíveis

Art. 113. O exame na linha de inspeção B deverá ser realizado, individualmente, nas quatro patas e nos lábios, nos casos previstos no §8°, do artigo 28 desta Portaria, assegurando a perfeita correlação entre eles e a respectiva carcaça.

§1º Para a realização do exame, a empresa deverá apresentar o conjunto das quatro patas e dos lábios em local próprio ou aderidas à pele esfolada.

§2º Poderá ser solicitada a instalação de um ponto de água para realizar a lavagem das patas e dos lábios, com o objetivo de remover os resíduos de sangue e outras sujidades.

Art. 114. O exame das patas e lábios deverá ser realizado na forma prevista pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

§1º Quando forem detectadas lesões nas patas e/ou nos lábios, com reflexo na carcaça, a(s) peça(s) acometida(s) deverão ser identificada(s) para desvio, juntamente com os demais órgãos, cabeça e carcaça correspondentes.

§2º Lesões superficiais, alterações restritas ou pequenas contaminações, sem comprometimento no estado geral da carcaça, poderão ser condenadas na própria linha de inspeção.

§3º O mocotó somente poderá ser liberado após a livre passagem do respectivo animal pelas linhas de inspeção, sendo rejeitado no caso da sua contaminação ou da verificação de qualquer doença que o possa tornar impróprio para consumo.

§4º Quando produzidos para fins comestíveis, os lábios deverão ser retidos e ter a mesma destinação da carcaça correspondente que for desviada para o DIF.

Subseção III

Da Linha de Inspeção C - exame do conjunto cabeça-língua

Art. 115. Após a adequada preparação pelo estabelecimento, o conjunto cabeça-língua deverá ser apresentado ao SIF para a realização do devido exame.

Parágrafo único. A fase preparatória consiste na lavagem, soltura da língua e sua exposição, mantendo intactos os linfonodos retrofaríngeos, parotídeos, sub-linguais e atloidianos, que são de interesse do SIF, para exame na forma definida pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Art. 116. O exame do conjunto cabeça-língua consiste na avaliação visual de todas as partes do órgão, da cavidade bucal, orifícios, seios frontais, incisões dos músculos da mastigação e linfonodos presentes, além do exame visual e tátil da língua e incisões de seus linfonodos.

§1º No caso de detecção de lesões que determinem a remessa desses órgãos para o DIF, a peça acometida e o local da lesão deverão ser identificados para desvio, juntamente com os demais órgãos e carcaça correspondentes.

§2º Lesões superficiais, alterações restritas ou pequenas contaminações, sem comprometimento no estado geral da carcaça, poderão ser removidas ou o órgão atingido poderá ser condenado, na própria linha de inspeção.

§3º No caso previsto no §2°, deste artigo, as condenações e suas causas deverão ser registradas e os dados transferidos, ao final do abate do respectivo lote, para o formulário previsto no Anexo V, desta Portaria.

Art. 117. O exame da cabeça e da língua deverá ser realizado na forma prevista pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Subseção IV

Da Linha de Inspeção D - exame do trato gastrintestinal, baço, pâncreas, vesícula urinária, esôfago e útero

Art. 118. Após a adequada preparação pelo estabelecimento, o conjunto constituído pelo trato gastrintestinal, baço, pâncreas, vesícula urinária, esôfago e útero, quando presente, deverá ser apresentado ao SIF para a realização do devido exame.

§1º O intestino deverá ser apresentado para o exame já separado dos estômagos, com suas extremidades fechadas.

§2º O esôfago deverá ser apresentado para o exame com uma ligadura próxima à cárdia, realizada antes de ser separado dos estômagos.

§3º O estabelecimento deverá realizar a separação da mucosa do esôfago e apresentar a parte muscular, ao SIF, para exame.

§4º O baço deverá ser separado dos estômagos.

Art. 119. Os órgãos que tiverem sido contaminados ou apresentarem alterações restritas deverão ser condenados, sistematicamente, na própria linha.

Parágrafo único. No caso previsto no caput, deste artigo, as condenações e suas causas deverão ser registradas e os dados transferidos, ao final do abate do respectivo lote, para o formulário previsto no Anexo V, desta Portaria.

Art. 120. Órgãos desta linha de inspeção, relacionados a carcaça que foi desviada ao DIF e que não puderem ser desviados ou retidos para avaliação do MVO, deverão ser condenados na própria linha.

§1º Nos casos de detecção de lesões que determinem a remessa desses órgãos para o DIF, após identificação do local da lesão, a peça acometida deverá ser, obrigatoriamente, desviada juntamente com os demais órgãos, carcaça e cabeça correspondentes.

§2º A juízo do MVO, nos casos aplicáveis, quando da detecção de lesões poderá ser realizada a separação e desvio para o DIF apenas das partes afetadas, mediante condenação dos demais órgãos na linha de inspeção, obedecendo os critérios de identificação e desvio previstos no §1º deste artigo.

Art. 121. O exame do trato gastrintestinal, baço, pâncreas, vesícula urinária, esôfago e útero deverá ser realizado na forma prevista pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Subseção V

Da Linha de Inspeção E - exame do fígado

Art. 122. O fígado deverá ser apresentado à inspeção acompanhado dos respectivos linfonodos, preservando a sua integridade.

Parágrafo único. A vesícula biliar poderá ser apresentada destacada do órgão, desde que seja preservada sua correlação com o fígado.

Art. 123. Nos casos de afecções restritas que não tenham implicações com o estado geral da carcaça e com os demais órgãos, bem como nos casos de contaminação gastrintestinal e biliar, o fígado ou suas porções lesadas deverão ser condenados na própria linha de inspeção.

Parágrafo único. No caso previsto no caput deste artigo, as condenações e suas causas deverão ser registradas e os dados transferidos, ao final do abate do respectivo lote, para o formulário previsto no Anexo V, desta Portaria.

Art. 124. A lesão que possa ter implicação sobre a carcaça e outros órgãos deverá ser identificada e o fígado, juntamente com os demais órgãos, carcaça e conjunto cabeça-língua correspondentes, deverão ser desviados para o DIF.

Art. 125. O exame do fígado deverá ser realizado na forma prevista pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Subseção VI

Da Linha de Inspeção F - exame dos pulmões, coração e traqueia

Art. 126. O coração deverá ser apresentado à inspeção envolto pelo saco pericárdico, juntamente com os pulmões, a traqueia e a glote.

Art. 127. No caso de contaminação, coração deverá ser condenado na própria linha de inspeção.

Parágrafo único. No caso previsto no caput deste artigo, as condenações e suas causas deverão ser registradas e os dados transferidos, ao final do abate do respectivo lote, para o formulário previsto no Anexo V, desta Portaria.

Art. 128. Nos casos de alterações restritas e parasitose não zoonótica que não tenham implicações sobre o estado geral da carcaça e demais órgãos, bem como nos casos de contaminações, os pulmões deverão ser condenados na própria linha de inspeção.

Parágrafo único. No caso previsto no caput deste artigo, as condenações e suas causas deverão ser registradas e os dados transferidos, ao final do abate do respectivo lote, para o formulário previsto no Anexo V, desta Portaria.

Art. 129. A lesão que possa ter implicação sobre a carcaça e outros órgãos deverá ser identificada e o coração e pulmões, juntamente com os demais órgãos, carcaça e conjunto cabeça-língua correspondentes, deverão ser desviados para o DIF.

Art. 130. O exame do coração, dos pulmões e da traqueia deverá ser realizado na forma prevista pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Subseção VII

Da Linha de Inspeção G - exame dos rins

Art. 131. Os rins deverão ser apresentados à inspeção aderidos à carcaça, com fins de manutenção de sua identidade e a da correspondência com o animal e com os seus locais anatômicos.

§1º De forma alternativa, os rins poderão ser apresentados à inspeção, separadamente, no local destinado à inspeção, de modo a não contaminar outras peças.

§2º Em qualquer uma das formas de apresentação para o SIF, os rins deverão ser expostos livre da cápsula e gordura peri-renal.

Art. 132. Nos casos de alterações restritas que não tenham implicações com o estado geral da carcaça e demais órgãos, bem como nos casos de contaminações, os rins deverão ser condenados na própria linha de inspeção.

Parágrafo único. No caso previsto no caput deste artigo, as condenações e suas causas deverão ser registradas e os dados transferidos, ao final do abate do respectivo lote, para o formulário previsto no Anexo V, desta Portaria.

Art. 133. A lesão que possa ter implicação sobre a carcaça e outros órgãos deverá ser identificada e o rim, juntamente com os demais órgãos, carcaça e conjunto cabeça-língua correspondentes, deverão ser desviados para o DIF.

Art. 134. O exame dos rins deverá ser realizado na forma prevista pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Subseção VIII

Da Linha de Inspeção H - exame da parte caudal da meia-carcaça

Art. 135. As duas meias carcaças resultantes da divisão da carcaça serão apresentadas ao SIF para inspeção, que avaliará a presença de contaminações, lesões, reações vacinais, contusões, hemorragias, edemas circunscritos ou generalizados e demais alterações relevantes.

Art. 136. Quando as lesões, reações vacinais ou contaminações forem superficiais, localizadas e sem acometimento do sistema linfático, a remoção da parte afetada deverá ser realizada na própria linha de inspeção.

Parágrafo único. A atividade descrita no caput deste artigo poderá ser realizada pelo estabelecimento, sob supervisão do SIF.

Art. 137. Achados que possam ter implicação sobre a carcaça e outros órgãos deverão ser identificados e a carcaça, juntamente com os demais órgãos e conjunto cabeça-língua correspondentes, deverão ser desviados para o DIF.

Art. 138. O exame da parte caudal da meia-carcaça deverá ser realizado na forma prevista pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Subseção IX

Da Linha de Inspeção I - exame da parte cranial da meia-carcaça

Art. 139. Os parâmetros e procedimentos de inspeção definidos nos artigos 136 a 138 da Subseção VIII se aplicam, também, ao exame da parte cranial da meia-carcaça.

Art. 140. O diafragma poderá ser examinado aderido à carcaça ou na mesa de inspeção.

Parágrafo único. Quando apresentado na mesa de inspeção, o estabelecimento deverá realizar a separação das membranas, mantendo-as na mesma bandeja, e apresentar a musculatura do diafragma.

Art. 141. O exame da parte cranial das meias carcaças deverá deve ser realizado na forma prevista pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Seção IV

Do Departamento de Inspeção Final - DIF

Art. 142. O Departamento de Inspeção Final (DIF) destina-se à recepção das carcaças, cabeças e órgãos desviados das linhas de inspeção.

Art. 143. O Médico Veterinário Oficial (MVO) seguirá as técnicas de inspeção, procedimentos e destinações definidos pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, na legislação vigente e em manuais do Departamento.

§1º O MVO definirá o destino de carcaças, partes de carcaça e órgãos, avaliando sua correta identificação e posterior carimbagem, de acordo com sua destinação.

§2º No caso previsto no caput deste artigo, os achados deverão ser registrados no formulário constante no Anexo V, desta Portaria.

§3º O exame referido no caput deste artigo consiste em uma completa e atenta revisão daqueles exames praticados nas linhas de inspeção, na forma prevista pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Art. 144. As carcaças desviadas para o DIF com contusões ou contaminações serão, de acordo com o seu estado e a juízo do MVO, condenadas ou terão aproveitamento conveniente, depois de receberem a respectiva toalete sanitária.

Parágrafo único. A toalete sanitária referida no caput deste artigo deverá ser realizada por colaborador da empresa devidamente capacitado, cuja carcaça deve ser avaliada pelo MVO, antes de sair do DIF.

Art. 145. As carcaças que forem liberadas do DIF ou destinadas ao tratamento pelo frio ou salga deverão ser submetidas à etapa de lavagem de carcaças.

Art. 146. As carcaças condenadas ou destinadas ao aproveitamento condicional deverão ter o MER removido, antes de seu envio para a destinação dada.

Art. 147. As carcaças, as partes das carcaças e os órgãos condenados deverão ficar retidos pelo SIF e serem removidos do DIF por meios específicos, sejam tubulações, carrinhos especiais ou outras formas apropriadas e identificadas para este fim.

Art.148. O MVO, após realizar os exames necessários e formar o seu juízo, poderá definir os seguintes destinos para as carcaças, cabeças e órgãos desviados para o DIF:

I - liberação para o consumo em natureza;

II - aproveitamento condicional;

III - condenação parcial; e

IV - condenação total.

§1º Mediante apresentação de justificativa adequada, o estabelecimento poderá solicitar formalmente ao SIF que seja dada, aos produtos, destinação mais rigorosa do que aquela definida pelo MVO.

§2º No caso de atendimento ao previsto no parágrafo anterior, o SIF local deverá anotar em seus formulários e lançar, nos mapas estatísticos, o destino original definido pelo MVO.

§3º Quando o MVO destinar a carcaça e suas partes para o aproveitamento condicional, o estabelecimento deverá possuir sistema de identificação, segregação e rastreabilidade, com registros auditáveis, em todas as etapas do processo determinado.

§4º Nesse caso, o estabelecimento deverá apresentar ao SIF os registros que indiquem a data da produção, a identificação da(s) carcaça(s) e seu(s) peso(s), os produtos obtidos em quantidade, corte(s), quando aplicável, e peso final, além da rastreabilidade que garanta a origem.

Art. 149. O SIF deverá registrar os dados referentes às carcaças destinadas ao aproveitamento condicional, em formulário, na forma prevista no Anexo V, desta Portaria.

Seção VI

Da produção, controle, supervisão, trânsito e aplicação dos tratamentos prévios ao consumo das carcaças destinadas ao aproveitamento condicional

Art.150. No caso de aproveitamento condicional, os produtos deverão ser submetidos aos tratamentos definidos pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

§1º Todas as carcaças que forem sequestradas pelo SIF receberão carimbos e identificação de acordo com o destino, conforme modelos definidos pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

§2º A identificação citada o §1° deverá conter, no mínimo, as informações referentes à data de abate, número sequencial e lote da carcaça e destino definido pelo MVO.

§3º As carcaças destinadas ao aproveitamento condicional no DIF deverão ter seus principais grupos musculares cortados na forma definida pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

§4º É permitida a expedição das carcaças destinadas ao aproveitamento condicional pela salga para serem desossadas em outro estabelecimento.

§5º Produtos com destinações ao aproveitamento condicional diferentes não poderão ser transportados em um mesmo carregamento.

§6º Quando o destino do carregamento for o aproveitamento condicional, o estabelecimento deverá comunicar ao SIF.

Art. 151. Para que o controle do aproveitamento condicional seja efetivo, o estabelecimento deverá assegurar pessoal treinado para o preparo, acondicionamento dos produtos em embalagens específicas, registradas no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, com identificação inequívoca, na forma prevista na legislação vigente.

§1º O estabelecimento deverá gerar, manter e disponibilizar ao SIF, registros auditáveis sobre a desossa, embalagem, estocagem e expedição dos produtos oriundos das carcaças destinadas ao aproveitamento condicional.

§2º Sempre que houver produção, o estabelecimento deverá entregar os respectivos registros, ao SIF, para verificação e confronto dos dados gerados com as anotações referentes ao dia do abate e sequestros por ventura realizados.

Art.152. O estabelecimento deverá comunicar, ao SIF, a programação de desossa das carcaças destinadas ao aproveitamento condicional, gerando relatório de rastreabilidade e produção final, por data de abate.

Art. 153. Após a desossa de sequestro, os produtos de tratamento condicional deverão ser encaminhados ao túnel de congelamento, sendo submetidos a controle de entrada e alocados em área específica e identificada, com controle de saída para a câmara de estocagem, quando houver.

§1º Quando a estocagem dos produtos de aproveitamento condicional for realizada nos próprios túneis de congelamento, o controle de estoque, entrada e saída deverá ser realizado neste local.

§2º Quando destinados às câmaras de estocagem, os produtos destinados ao aproveitamento condicional deverão ser alocados em separado, em área específica e identificada, assegurando a sua rastreabilidade.

Art. 154. O estabelecimento deverá apresentar garantias de que o estabelecimento de destino possui condições de realizar o tratamento condicional exigido para os produtos carregados.

Parágrafo único. O estabelecimento deverá ter controle do atendimento do prazo exigido para a ciência do recebimento dos produtos destinados ao aproveitamento condicional previstos na legislação vigente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 155. Os casos omissos ou as dúvidas que forem suscitadas serão resolvidos pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Art. 156. Mediante aprovação do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal e do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, os estabelecimentos, baseados em histórico de achados e ocorrências regionais comprovadas, poderão, na ocasião da solicitação de registro ou de reforma e ampliação, aumentar as dimensões inicialmente previstas para o curral de observação, DIF e câmara de sequestro.

Art. 157. O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal poderá modificar os Anexos desta Portaria, quando necessário, publicando os novos modelos na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na internet.

Parágrafo único. Nos casos em que houver necessidade, será concedido prazo de adequação dos procedimentos.

Art. 158. Os estabelecimentos registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adequação das novas disposições relativas às condições gerais das instalações e dos equipamentos, contados da data de entrada em vigor desta Portaria.

Art. 159. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

Classificação do estabelecimento

ANEXO II

Ficha de curral

ANEXO III

TABELA de indicação da idade aproximada.

ANEXO IV

TABELA de referência para registro das detecções nas linhas de inspeção (de acordo com RIISPOA)

ANEXO V

Formulários / registros das inspeções ante e post mortem

ANEXO VI

Boletim de Necrópsia

**PORTARIA SDA Nº 516, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

Estabelece os períodos de vazio sanitário para a cultura da soja em nível nacional para o ano de 2022.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Portaria nº 306, de 13 de maio de 2021, e o que consta do Processo nº 21000.005866/2022-09, resolve:

Art. 1º Estabelecer os períodos de vazio sanitário para a cultura da soja, para o ano de 2022, nas unidades da federação, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

ANEXO

PERÍODOS DE VAZIO SANITÁRIO PARA A CULTURA DA SOJA

| UF | DATAS |
|---|---|
| Acre | 22 de junho a 20 de setembro |
| Alagoas | 01 de janeiro a 01 de abril |
| Amapá | 01 de dezembro a 28 de fevereiro |
| Amazonas | 15 de junho a 15 de setembro |
| Bahia | 01 de julho a 30 de setembro |
| Ceará | 03 de novembro a 31 de janeiro |
| Distrito Federal | 01 de julho a 30 de setembro |
| Goiás | 27 de junho a 24 de setembro |
| Maranhão | Região I[1]: 02 de setembro a 30 de novembro<br>Região II[2]: 23 de agosto a 20 de novembro<br>Região III[3]: 03 de julho a 30 de setembro |
| Minas Gerais | 01 de julho a 30 de setembro |
| Mato Grosso | 15 de junho a 15 de setembro |
| Mato Grosso do Sul | 15 de junho a 15 de setembro |
| Pará | Região I[4]: 15 de junho a 15 de setembro<br>Região II[5]: 01 de agosto a 30 de outubro<br>Região III[6]: 15 de agosto a 15 de novembro |
| Paraná | 10 de junho a 10 de setembro |
| Piauí | Região I[7]: 01 de setembro a 30 de novembro<br>Região II[8]: 01 de agosto a 30 de outubro<br>Região III[9]: 01 de julho a 29 de setembro |
| Rio Grande do Sul | 13 de julho a 10 de outubro |
| Rondônia | Região I[10]: 10 de junho a 10 de setembro<br>Região II[11]: 15 de junho a 15 de setembro |
| Roraima | 19 de janeiro a 19 de abril |
| Santa Catarina | 22 de junho a 20 de setembro |
| São Paulo | 15 de junho a 15 de setembro |
| Tocantins | 01 de julho a 30 de setembro |

1: Alcântara, Amapá do Maranhão, Apicum-Açu, Bacuri, Bacurituba, Bequimão, Boa Vista do Gurupi, Cajapió, Cândido Mendes, Carutapera, Cedral, Central do Maranhão, Centro do Guilherme, Cururupu, Godofredo Viana, Governador Nunes Freire, Guimarães, Junco do Maranhão, Luís Domingues, Maracaçumé, Maranhãozinho, Matinha, Mirinzal, Olinda Nova do Maranhão, Paço do Lumiar, Palmeirândia, Peri Mirim, Pinheiro, Porto Rico do Maranhão, Presidente Médici, Presidente Sarney, Raposa, Santa Helena, Santa Luzia do Paruá, São Bento, São João Batista, São José de Ribamar, São Luís, São Vicente Ferrer, Serrano do Maranhão, Turiaçu, Turilândia, Altamira do Maranhão, Alto Alegre do Pindaré, Araguanã, Bela Vista do Maranhão, Bom Jardim, Cajari, Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, Igarapé do Meio, Monção, Nova Olinda do Maranhão, Olho d'Água das Cunhãs, Pedro do Rosário, Penalva, Pindaré-Mirim, Pio XII, Santa Inês, São João do Carú, Satubinha, Tufilândia, Viana, Vitória do Mearim, Vitorino Freire, Zé Doca, Anajatuba, Arari, Axixá, Bacabal, Bacabeira, Cachoeira Grande, Cantanhede, Conceição do Lago Açu, Coroatá, Icatu, Itapecuru Mirim, Lago Verde, Matões do Norte, Miranda do Norte, Morros, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Juscelino, Presidente Vargas, Rosário, Santa Rita, São Benedito do Rio Preto, São Mateus do Maranhão, Timbiras, Vargem Grande, Afonso Cunha, Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araioses, Barreirinhas, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Coelho Neto, Duque Bacelar, Humberto de Campos, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Paulino Neves, Primeira Cruz, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão, São Bernardo, Tutóia, Urbano Santos, Açailândia, Amarante do Maranhão, Arame, Barra do Corda, Bom Jesus das Selvas, Bom Lugar, Brejo de Areia, Buriticupu, Esperantinópolis, Itaipava do Grajaú, Itinga do Maranhão, Jenipapo dos Vieiras, Joselândia, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lagoa Grande do Maranhão, Marajá do Sena, Paulo Ramos, Poção de Pedras, Santa Luzia, São José dos Basílios, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, Aldeias Altas, Alto Alegre do Maranhão, Bernardo do Mearim, Capinzal do Norte, Caxias, Codó, Dom Pedro, Gonçalves Dias, Governador Archer, Igarapé Grande, Lima Campos, Pedreiras, Peritoró, Santo Antônio dos Lopes, São João do Soter, São Luís Gonzaga do Maranhão, Timon e Trizidela do Vale.

2: Buritirana, Campestre do Maranhão, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Formosa da Serra Negra, Governador Edison Lobão, Grajaú, Imperatriz, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, São Pedro dos Crentes, Senador La Rocque, Sítio Novo e Vila Nova dos Martírios.

3: Barão de Grajaú, Buriti Bravo, Colinas, Fernando Falcão, Fortuna, Governador Eugênio Barros, Governador Luiz Rocha, Graça Aranha, Jatobá, Lagoa do Mato, Matões, Mirador, Nova Iorque, Paraibano, Parnarama, Passagem Franca, Pastos Bons, Presidente Dutra, Santa Filomena do Maranhão, São Domingos do Maranhão, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos, Senador Alexandre Costa, Sucupira do Norte, Sucupira do Riachão, Tuntum, Benedito Leite, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Raimundo das Mangabeiras, Alto Parnaíba, Balsas, Carolina, Feira Nova do Maranhão, Nova Colinas, Riachão e Tasso Fragoso.

4: Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, PauD'Arco, Redenção, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu, Tucumã, Água Azul do Norte, Rio Maria, Sapucaia, Xinguara, Brejo Grande do Araguaia, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Parauapebas, Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Trairão, além dos distritos de Cachoeira da Serra e Castelo de Sonhos.

5: Aurora do Pará, Mãe do Rio, Paragominas, Ulianópolis, Ipixuna do Pará, Nova Esperança do Piriá, Tailândia, Moju, Goianésia do Pará, Jacunda, Breu Branco, Dom Eliseu, Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Ourém, Capitão Poço, Tomé-Açu, Novo Repartimento, Pacajá, Tucuruí, Garrafão do Norte, Bonito, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santarém Novo, São João de Pirabas, Augusto Corrêa, Bragança, Cachoeira do Piriá, Santa Luzia do Pará, Baião, Viseu, Castanhal, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Irituia, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Maria do Pará, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Oeiras do Pará, Acará, Barcarena, Benevides, Bujaru, Colares, Concórdia do Pará, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, Vigia, Cachoeira do Arari, Muaná e Ponta de Pedras.

6: Alenquer, Belterra, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Prainha, Santarém, Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Uruará, Placas, Rurópolis, Salvaterra, Tracuateua, Curuá, Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa, Almeirim, Porto de Moz, Santa Cruz do Arari, Soure, Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Gurupá, Melgaço e Portel.

7: Barras, Batalha, Boa Hora, Brasileira, Cabeceiras do Piauí, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Miguel Alves, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Piripiri, Porto, São João do Arraial, Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves, Ilha Grande, Luís Correia, Murici dos Portelas, Parnaíba, Piracuruca, São João da Fronteira e São José do Divino.

8: Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Pau d'Arco do Piauí, Teresina, União, Alto Longá, Assunção do Piauí, Boqueirão do Piauí, Buriti dos Montes, Campo Maior, Capitão de Campos, Castelo do Piauí, Cocal de Telha, Domingos Mourão, Jatobá do Piauí, Juazeiro do Piauí, Lagoa de São Francisco, Milton Brandão, Nossa Senhora de Nazaré, Novo Santo Antônio, Pedro II, São João da Serra, São Miguel do Tapuio, Sigefredo Pacheco, Agricolândia, Água Branca, Amarante, Angical do Piauí, Arraial, Barro Duro, Francisco Ayres, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, Lagoinha do Piauí, Olho d'Água do Piauí, Palmeirais, Passagem Franca do Piauí, Regeneração, Santo Antônio dos Milagres, São Gonçalo do Piauí, São Pedro do Piauí, Aroazes, Barra d'Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis, Inhuma, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Pimenteiras, Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, São Félix do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, Valença do Piauí, Várzea Grande, Canavieira, Flores do Piauí, Floriano, Guadalupe, Itaueira, Jerumenha, Nazaré do Piauí, Pavussu, Rio Grande do Piauí, São Francisco do Piauí, São José do Peixe, São Miguel do Fidalgo, Aroeiras do Itaim, Bocaina, Cajazeiras do Piauí, Colônia do Piauí, Dom Expedito Lopes, Geminiano, Ipiranga do Piauí, Oeiras, Paquetá, Picos, Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, Santana do Piauí, São João da Canabrava, São João da Varjota, São José do Piauí, São Luís do Piauí, Sussuapara, Tanque do Piauí, Wall Ferraz, Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito, Pio IX, Santo Antônio de Lisboa e São Julião.

9: Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Uruçuí, Antônio Almeida, Bertolínia, Colônia do Gurgueia, Eliseu Martins, Landri Sales, Manoel Emídio, Marcos Parente, Porto Alegre do Piauí, Sebastião Leal, Alvorada do Gurgueia, Barreiras do Piauí, Bom Jesus, Cristino Castro, Currais, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Palmeira do Piauí, Redenção do Gurgueia, Santa Luz, São Gonçalo do Gurgueia, Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Brejo do Piauí, Canto do Buriti, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Guaribas, Jurema, Pajeú do Piauí, São Braz do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato, Tamboril do Piauí, Várzea Branca, Avelino Lopes, Corrente, Cristalândia do Piauí, Curimatá, Júlio Borges, Morro Cabeça no Tempo, Parnaguá, Riacho Frio, Sebastião Barros, Acauã, Bela Vista do Piauí, Belém do Piauí, Betânia do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Campinas do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Campo Grande do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira, Caridade do Piauí, Conceição do Canindé, Curral Novo do Piauí, Floresta do Piauí, Francisco Macedo, Fronteiras, Isaías Coelho, Itainópolis, Jacobina do Piauí, Jaicós, João Costa, Lagoa do Barro do Piauí, Marcolândia, Massapê do Piauí, Nova Santa Rita, Padre Marcos, Paes Landim, Patos do Piauí, Paulistana, Pedro Laurentino, Queimada Nova, Ribeira do Piauí, Santo Inácio do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, São João do Piauí, Simões, Simplício Mendes, Socorro do Piauí, Vera Mendes e Vila Nova do Piauí.

10: Cabixi, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Pimenteiras do Oeste, Vilhena.

11: Demais municípios do Estado de Rondônia.

## INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

**PORTARIA Nº 137, DE 27 DE JANEIRO DE 2022**

Realoca Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 16 e 17 do Decreto 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Realocar Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA.

Art. 2º Fica realocado da Superintendência Regional do Paraná - SR(09)PR (Planejamento e Controle), para o Serviço de Regularização Fundiária, da Divisão de Governança Fundiária, da Superintendência Regional do Paraná - SR(09)PR, uma Função Comissionada do Poder Executivo, de Assistente Técnico, código FCPE-102.1.

Art. 3º A realocação decorrente desta Portaria será refletida nas futuras propostas de alteração do decreto de aprovação de estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que venham a ser encaminhadas à Presidência da República.

Art. 4º O Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, constante da alínea "a" do Anexo II do Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as alterações contidas nesta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor 7 (sete) dias após a publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

# Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

## COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

### COMISSÃO DELIBERATIVA

**RETIFICAÇÃO**

Ao Anexo da Resolução nº 276, de 5 de agosto de 2021, publicada no DOU nº 149, Seção 1, página 8, que aprovou a Instrução Normativa CNEN 004: Estabelece as normas e diretrizes gerais para a concessão, implementação e acompanhamento de Bolsas de estudo e pesquisa da CNEN e dá outras providências,

1) No inciso I do parágrafo único do Art. 1º,

Onde se lê, "Alta Direção da CNEN: Formada pelo Presidente da CNEN e pelos Diretores responsáveis pela Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD), Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear (DRS) e Diretoria de Gestão Institucional (DGI);

Leia-se: "Comissão Deliberativa da CNEN: Formada pelo Presidente da CNEN, pelos três Diretores da CNEN e por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, conforme disposto no Decreto nº 8.886, de 24 de Outubro de 2016.

2) No Caput dos Artigos 31 e 40,

Onde se lê: "Alta Direção"

Leia-se: "Comissão Deliberativa"

# Ministério das Comunicações

## SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

**PORTARIA Nº 4.519, DE 24 DE JANEIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.014652/2021-33, resolve:

Art. 1º Consignar canal digital às entidades relacionadas no Anexo I desta Portaria, autorizatárias do Serviço de Retransmissão de Televisão, para transmissão digital no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre, localizadas nos municípios da fase 1.4 do Programa Digitaliza Brasil, estabelecida pelo Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização - GIRED, da Agência Nacional de Telecomunicações.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

ANEXO I - RELAÇÃO DAS ENTIDADES CONSIGNADAS A EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

| UF | Município | Canal Digital | Caráter | Consignada | CNPJ Consignada | Fase | Protocolo* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | Abadia dos Dourados | 38 | Primário | SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA S. A. | 17.247.925/0001-34 | 1.4 | 1308 |
| MG | Abaeté | 19 | Primário | TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA | 25.288.333/0001-99 | 1.4 | 2156 |
| MG | Alto Caparaó | 38 | Primário | SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA S. A. | 17.247.925/0001-34 | 1.4 | 1307 |
| MG | Alto Caparaó | 32 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 531 |
| MG | Alvinópolis | 34 | Primário | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINOPOLIS | 16.725.392/0001-96 | 1.4 | 3653 |
| MG | Alvorada de Minas | 38 | Primário | SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA S. A. | 17.247.925/0001-34 | 1.4 | 1302 |
| MG | Aracitaba | 31 | Secundário | PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACITABA | 17.747.940/0001-41 | 1.4 | 11648 |
| MG | Arapuá | 23 | Primário | FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL ALTO PARANAIBA | 23.089.402/0001-00 | 1.4 | 11273 |
| MG | Araújos | 21 | Primário | TV UNIAO DE MINAS LTDA | 20.060.471/0001-00 | 1.4 | 1169 |
| MG | Areado | 39 | Secundário | MUNICIPIO DE AREADO | 18.243.246/0001-50 | 1.4 | 11605 |
| MG | Ataléia | 38 | Primário | SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA S. A. | 17.247.925/0001-34 | 1.4 | 1125 |
| MG | Belmiro Braga | 30 | Primário | TV JUIZ DE FORA S/A | 21.575.063/0001-46 | 1.4 | 1168 |
| MG | Bicas | 15 | Primário | TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA | 25.288.333/0001-99 | 1.4 | 10591 |
| MG | Bicas | 18 | Primário | TV TIRADENTES LTDA | 19.871.375/0001-55 | 1.4 | 1217 |
| MG | Boa Esperança | 18 | Primário | TV MINAS SUL LTDA | 25.649.179/0001-33 | 1.4 | 1689 |
| MG | Bom Repouso | 45 | Primário | TELEVISAO SUL DE MINAS S/A | 25.166.281/0001-88 | 1.4 | 4481 |
| MG | Bonito de Minas | 34 | Primário | FUNDACAO CULTURAL DE JANUARIA | 03.492.528/0001-13 | 1.4 | 11255 |
| MG | Borda da Mata | 45 | Primário | TELEVISAO SUL DE MINAS S/A | 25.166.281/0001-88 | 1.4 | 4482 |
| MG | Brasilândia de Minas | 22 | Primário | TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA | 25.288.333/0001-99 | 1.4 | 10779 |
| MG | Brasilândia de Minas | 19 | Primário | RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA | 25.631.672/0001-26 | 1.4 | 1165 |
| MG | Braúnas | 27 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 535 |
| MG | Bueno Brandão | 18 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 536 |
| MG | Capitólio | 22 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 541 |
| MG | Carbonita | 17 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 543 |
| MG | Carneirinho | 36 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 546 |
| MG | Carrancas | 29 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 547 |
| MG | Carvalhópolis | 50 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 549 |
| MG | Catas Altas da Noruega | 28 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 550 |
| MG | Chiador | 48 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 555 |
| MG | Estrela do Sul | 19 | Primário | REDE VITORIOSA DE COMUNICACOES LTDA | 03.521.447/0001-02 | 1.4 | 11620 |
| MG | Miraí | 32 | Secundário | MUNICIPIO DE MIRAI | 17.966.201/0001-40 | 1.4 | 12055 |
| MG | Perdizes | 33 | Primário | REDE VITORIOSA DE COMUNICACOES LTDA | 03.521.447/0001-02 | 1.4 | 11625 |
| MG | Santa Juliana | 32 | Primário | REDE VITORIOSA DE COMUNICACOES LTDA | 03.521.447/0001-02 | 1.4 | 11626 |
| MG | São João da Mata | 42 | Primário | TELEVISAO SUL DE MINAS S/A | 25.166.281/0001-88 | 1.4 | 4885 |
| MG | São João da Ponte | 28 | Primário | TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA | 25.288.333/0001-99 | 1.4 | 10650 |
| MG | São João do Manhuaçu | 16 | Primário | GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S. A. | 27.865.757/0026-52 | 1.4 | 2208 |
| MG | São José da Barra | 51 | Primário | FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO | 03.787.257/0001-23 | 1.4 | 11796 |
| MG | São José do Goiabal | 33 | Primário | GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S. A. | 27.865.757/0026-52 | 1.4 | 2214 |
| MG | São José do Mantimento | 36 | Primário | SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA S. A. | 17.247.925/0001-34 | 1.4 | 1136 |
| MG | São Miguel do Anta | 43 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 644 |
| MG | São Pedro da União | 47 | Primário | FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO | 03.787.257/0001-23 | 1.4 | 11797 |
| MG | São Roque de Minas | 31 | Secundário | PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO ROQUE DE MINAS | 18.306.670/0001-04 | 1.4 | 11929 |
| MG | São Thomé das Letras | 29 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 645 |
| MG | São Tiago | 19 | Primário | MUNICIPIO DE SAO TIAGO | 17.749.904/0001-17 | 1.4 | 3582 |
| MG | São Tiago | 41 | Primário | MUNICIPIO DE SAO TIAGO | 17.749.904/0001-17 | 1.4 | 3581 |
| MG | São Tomás de Aquino | 20 | Primário | FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SUDOESTE MINEIRO | 03.787.257/0001-23 | 1.4 | 11781 |
| MG | Sericita | 34 | Primário | GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S. A. | 27.865.757/0026-52 | 1.4 | 2233 |
| MG | Serra do Salitre | 25 | Primário | REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA | 25.640.004/0001-65 | 1.4 | 611 |
| MG | Serra do Salitre | 22 | Primário | TV UNIAO DE MINAS LTDA | 20.060.471/0001-00 | 1.4 | 1176 |
| MG | Serro | 15 | Primário | TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA | 25.288.333/0001-99 | 1.4 | 2171 |
| MG | Simão Pereira | 16 | Secundário | SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO | 05.461.142/0001-70 | 1.4 | 648 |
| MG | Simonésia | 38 | Primário | SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA S. A. | 17.247.925/0001-34 | 1.4 | 1123 |
| MG | Teixeiras | 34 | Primário | SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA S. A. | 17.247.925/0001-34 | 1.4 | 1229 |
| MG | Teixeiras | 44 | Primário | TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA | 25.288.333/0001-99 | 1.4 | 2172 |
| MG | Tiros | 27 | Primário | FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS | 60.133.972/0001-86 | 1.4 | 7586 |
| MG | Tiros | 22 | Primário | REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA | 25.640.004/0001-65 | 1.4 | 614 |
| MG | Urucânia | 44 | Primário | TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA | 25.288.333/0001-99 | 1.4 | 2174 |
| MG | Urucuia | 14 | Primário | INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA | 16.924.581/0001-98 | 1.4 | 3779 |
| MG | Vargem Bonita | 19 | Primário | REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA | 25.640.004/0001-65 | 1.4 | 616 |
| MG | Varjão de Minas | 30 | Primário | RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA | 25.631.672/0001-26 | 1.4 | 1175 |
| MG | Varjão de Minas | 20 | Primário | REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA | 25.640.004/0001-65 | 1.4 | 618 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | Varjão de Minas | 22 | Primário | FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL ALTO PARANAIBA | 23.089.402/0001-00 | 1.4 | 11281 |
| MG | Varzelândia | 19 | Primário | FUNDACAO CULTURAL DE JANUARIA | 03.492.528/0001-13 | 1.4 | 11258 |
| MG | Vazante | 41 | Primário | RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA | 25.631.672/0001-26 | 1.4 | 1173 |
| MG | Vazante | 20 | Primário | FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS | 60.133.972/0001-86 | 1.4 | 7587 |
| MG | Verdelândia | 20 | Primário | INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA | 16.924.581/0001-98 | 1.4 | 3780 |
| MG | Veredinha | 28 | Primário | INTERVISAO EMISSORAS DE RADIO E TELEVISAO LTDA | 16.924.581/0001-98 | 1.4 | 3781 |
| MG | Veríssimo | 20 | Primário | REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA | 25.640.004/0001-65 | 1.4 | 624 |
| MG | Veríssimo | 30 | Primário | RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA | 25.631.672/0001-26 | 1.4 | 1172 |

* Protocolo recebido em sistema informatizado disponibilizado pelo Ministério das Comunicações em resposta à Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021 (valor numérico).

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
## SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

### DESPACHO DECISÓRIO Nº 65/2021/CRCA

PROCESSO 53500.001907/2018-59. Interessados: TIM S.A., RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. I - não atribuir acesso restrito aos documentos SEI nº 4192028, nº 6154347 e nº 6154347, cujos conteúdos não se enquadram na hipótese de informações técnicas, operacionais, econômico-financeiras e contábeis prevista no parágrafo único do art. 39 da LGT. II - indeferir o pedido da TIM S.A. de aplicação do preço de referência de R$ 3,19 (três reais e dezenove centavos) como o valor devido pelo compartilhamento do ponto de fixação; III - estabelecer em R$ 6,87 (seis reais e oitenta e sete centavos), o valor devido pelo compartilhamento do ponto de fixação em poste, a partir de 26/04/2019, com as devidas atualizações pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, tendo como data base 26/04/2019; IV - determinar que eventuais diferenças entre o preço praticado e o preço arbitrado sejam acertadas entre as partes, considerando as diretrizes dos itens acima; V - extinguir e arquivar o Processo em referência, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade, nos termos do previsto no art. 36 da Resolução Conjunta nº 2, de 27 de março de 2011 (Aneel , Anatel, ANP), após exaurido o prazo para interposição de pedido de reconsideração, sem manifestação das partes; VI - notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

### DESPACHO DECISÓRIO Nº 70/2021/CRCA

PROCESSO 53500.053025/2018-79. Interessados: Axes Serviços de Comunicação Ltda., Amazonas Distribuidora de Energia S.A. I - Extinguir e arquivar o Processo nº 53500.053025/2018-79, com fundamento nos arts. 40 e 52 da Lei nº 9.784/1999; II - Notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

### DESPACHO DECISÓRIO Nº 72/2021/CRCA

PROCESSO 53500.001582/2019-95. Interessados: Skynet Telecomunicações Eireli, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL. I - Extinguir e arquivar o Processo nº 53500.001582/2019-95, com fundamento nos arts. 40 e 52 da Lei nº 9.784/1999; II - Notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

### ATO Nº 1.713, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53516.000261/2022-08: Extingui, por renúncia, a autorização outorgada à ADRIANO PEROLA, CPF nº ***.293.799-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito e declara notificado o desinteresse para exploração de todas as modalidades de serviço associadas à autorização ora extinta, bem como a extinção das outorgas de uso das radiofrequências associadas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

### ATO Nº 1.128, DE 26 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº 53504.004647/2021-39. Outorgar autorização de uso das radiofrequências à COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS, CNPJ nº 71.832.679/0001-23, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

### ATO Nº 863, DE 21 DE JANEIRO DE 2022

Extinguir, por renúncia, a outorga do Serviço de Interesse Restrito (Fistel 50427871352) de forma a extinguir a autorização para exploração do Serviço Rádio do Cidadão (Fistel 80109702557) titulado pela entidade ARODO CASSIANO SANTOS, CPF/CNPJ nº ***.880.505-**, tendo em vista a manifestação de desinteresse pela continuidade na prestação do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
## GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

### ATOS DE 21 DE JANEIRO DE 2022

Nº 753 Processo nº 53500.003632/2022-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ nº 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Extrema/MG.

Nº 754 Processo nº 53500.003633/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ nº 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tarumirim/MG.

Nº 756 Processo nº 53500.003635/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ nº 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bom Despacho/MG.

Nº 757 Processo nº 53500.003642/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA , CNPJ nº 04.608.796/0001-10, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Espera Feliz/MG.

Nº 758 Processo nº 53500.003643/2022-54. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA, CNPJ nº 04.608.796/0001-10, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Pains/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

### ATO Nº 1.907, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 01/02/2022 a 21/02/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

# Ministério da Defesa

## COMANDO DA MARINHA
## AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S/A
## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### ATA Nº 69 DA 12ª REUNIÃO
### REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, realizou-se a 12ª reunião do ano de 2021 do Conselho de Administração (CONSAD) da Empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, na sala de reuniões da Sede da empresa, situada na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 1847, Butantã, São Paulo, CEP nº 05581-001 e transmitida por videoconferência. Conforme parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a reunião digital foi gravada e arquivada. Presidida pelo Senhor MARCELO FRANCISCO CAMPOS, representante do Comando da Marinha e eventual substituto do Presidente do Conselho, com a participação dos seguintes Conselheiros de Administração: o Senhor PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR, representante do Ministério da Defesa, por videoconferência; o Senhor WELERSON CAVALIERI, membro independente, representante do Ministério da Economia e Presidente do Comitê de Auditoria; o Senhor MARCOS CESAR PONTES, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, por videoconferência; e a Senhora PRISCILA PALMA SANCHEZ, representante eleita pelos empregados. O Senhor ANTONIO CARLOS SOARES GUERREIRO, Diretor-Presidente da AMAZUL, e o Senhor MARCOS SAMPAIO OLSEN, representante do Comando da Marinha e Presidente do Conselho, justificaram a ausência. Participaram, de forma complementar, para esclarecimentos dos assuntos da Ordem do Dia: o Senhor FRANCISCO ROBERTO PORTELLA DEIANA, Diretor-Presidente Interino; o Senhor SERGIO RICARDO MACHADO, Diretor de Administração e Finanças; o Senhor NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO, Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas; o Senhor RICARDO WATANABE, membro do Comitê de Auditoria e Presidente do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; o Senhor MAURÍCIO MORAES CREMONESI, Consultor Jurídico; o Senhor RICARDO LUIS MENDES VELOSO, Coordenador-Geral de Negócios; o Senhor MURILO FRANCISCO BARELLA, Coordenador-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo; e a Senhora RÚBIA MICHELE DA SILVA, Coordenadora de Planejamento Estratégico; tendo sido eu, DÉBORA ELIZE SANTOS, designada para atuar como Secretária. O Presidente substituto do Conselho presidiu a reunião e havendo quórum legal, de acordo com o contido nos artigos 10 e 15, do Regimento Interno do CONSAD, e em primeira convocação, cumprimentou a todos e na sequência, passou a palavra ao Diretor-Presidente Interino para apresentar a situação da empresa. O Diretor-Presidente Interino informou que a AMAZUL está concluindo o projeto detalhado do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) que inclui, além do reator projetado pela argentina INVAP, as estruturas, sistemas e componentes que abrangem sete prédios e outras instalações. O trabalho envolveu a elaboração de 3.842 documentos pela AMAZUL e a verificação de outros 5.348 elaborados pela INVAP, totalizando cerca de 534 mil horas/homem na elaboração de projetos pela AMAZUL e em atividades de acompanhamento e fiscalização dos serviços executados pela INVAP. Para a realização do projeto, foi fundamental a expertise da empresa em treze áreas de conhecimento de engenharia e sete de tecnologia nuclear, além da alta qualificação de seus profissionais. Ainda em relação aos negócios, conforme previsão anunciada nas reuniões do CONSAD, no dia 12 de novembro, foram assinados os contratos com as Empresas francesas NAVAL GROUP, CEGELEC CEM e AXIMA para a prestação de serviços técnicos especializados. Com isso, inicia-se a fase de gestão compartilhada dos referidos contratos com a Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha. Em seguida, informou que a AMAZUL participará, com um estande, da 6ª Mostra BID Brasil - Base Industrial de Defesa, promovida pela Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE) e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), com apoio dos Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores, das Minas e Energia e da Ciência, Tecnologia e Inovações, a ser realizada em Brasília, no período de 7 a 9 de dezembro. Informou, em seguida, que a AMAZUL desenvolveu e implementou o Centro de Treinamento Técnico, que já disponibiliza duzentos treinamentos para os empregados lotados na Diretoria Técnica. O Centro foi criado para atender à norma CNEN NN 1.16 - "Garantia da Qualidade para Usinas Nucleoelétricas e Outras Instalações" e visa à qualificação dos profissionais que executam atividades que influem na qualidade dos projetos nucleares a cargo da AMAZUL. Em síntese, o Centro de Treinamento Técnico contribui para incrementar a maturidade técnica dos projetos desenvolvidos pela AMAZUL, constituindo-se valiosa ferramenta na Metodologia de Gestão do

Conhecimento da empresa. Em seguida, informou que a Diretoria Executiva da AMAZUL decidiu não aderir à proposta de remuneração variável para diretores, no presente momento, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), de acordo com o Decreto nº 8.945, de 2016. A Diretoria entende que os parâmetros inicialmente sugeridos pela SEST não seriam adequados, dada a natureza da empresa. Além disso, no atual cenário político-econômico, a ferramenta pode ser mal interpretada pelos públicos de interesse. Informou, na sequência, que a AMAZUL contratou a empresa Atlas Governance para disponibilizar o portal de governança, ferramenta que possui funcionalidades aderentes às boas práticas de governança. Em paralelo, adquiriu oito certificados digitais para os Conselheiros e membros dos Comitês, que permitirão assinatura eletrônica qualificada, admitida em qualquer comunicação eletrônica com ente público, independentemente do grau de sigilo, para assinatura dos documentos e atas dos órgãos colegiados de decisão da empresa e que, no próximo ano, os Conselheiros poderão acessar toda a documentação do CONSAD e terão suas assinaturas, de forma digital. Por fim, informou que, conforme solicitado pelos Conselheiros, e de acordo com as informações prestadas pela Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), a AMAZUL completou a revisão dos indicadores de atendimento à demanda de força de trabalho pelos programas, cujos resultados serão apresentados nesta reunião. Dando continuidade, o Presidente apresentou a Ordem do Dia, composta dos seguintes itens: 1 - Aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2021; 2 - Recondução da indicada pelo Diretor-Presidente para a Auditoria Interna; 3 - Aprovação do Regimento Interno da Auditoria Interna; 4 - Apreciação do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria; 5 - Acompanhamento do Plano de Negócios; 6 - Planejamento Estratégico: acompanhamento trimestral dos indicadores e metas de 2021; e 7 - Treinamento para administradores. Tema: O Papel do Conselho de Administração e da Diretoria na Estratégia das Organizações. O Presidente propôs alteração na ordem do dia que, após aprovação unânime do Conselho, passou a vigorar com a seguinte sequência: Item 1 - Aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2021; Item 2 - Apreciação do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria; Item 3 - Acompanhamento do Plano de Negócios; Item 4 - Planejamento Estratégico: acompanhamento trimestral dos indicadores e metas de 2021; e Item 5 - Treinamento para administradores. Tema: O Papel do Conselho de Administração e da Diretoria na Estratégia das Organizações. Neste momento, o Conselheiro Petronio precisou se ausentar da reunião. Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas que apresentou os aspectos principais do Acordo de Coletivo de Trabalho de 2021 acordados com a SEST. Além da previsão do reajuste de 5,78% nos salários dos empregados para janeiro de 2022, a proposta prevê a extinção dos dissídios coletivos de 2019 e 2020. Para efeitos de compensação, previu-se um abono pecuniário único, sem natureza salarial, composto por duas frações: R$ 6.000,00 + 70% do salário-base do empregado, a ser pago no 1º trimestre de 2022. O Conselheiro Welerson elogiou a empresa por ter chegado a um acordo que extingue os passivos. Após esclarecimentos prestados, o Conselho aprovou, por unanimidade, a proposta do Acordo de Coletivo de Trabalho de 2021. Passando ao segundo item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Presidente substituto do Comitê de Auditoria que agradeceu apontamentos realizados para melhoria do Relatório pela Conselheira Priscila e, ato contínuo, fez uma breve apresentação da composição do Comitê e suas principais competências. Em seguida, apresentou o Relatório do Comitê de Auditoria do 1º semestre de 2021, com as atividades desempenhadas e principais recomendações do período. Na sequência, afirmou que a empresa atuou de forma proativa, priorizando áreas de vital importância como o aperfeiçoamento da governança, em especial a modelagem e implantação dos sistemas de mapeamento de processos, a evolução do processo de monitoramento da Gestão de Riscos, sistema de benefícios, sustentabilidade e do Programa de Integridade. As dúvidas do Colegiado foram esclarecidas pelo membro do Comitê de Auditoria. Passando ao terceiro item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Coordenador-Geral de Negócios que apresentou os projetos e contratos concluídos nos meses de julho a outubro de 2021: Ponte Rolante - LABGENE (Programa Nuclear da Marinha - PNM). Em seguida, apresentou os projetos em Andamento: BLOCO-40 LABGENE (PNM); Prédio Auxiliar Não Controlado - PANC LABGENE (PNM); Prédio Auxiliar não Controlado - PANC LABGENE (PNM); Prédio Auxiliar Controlado (PAC) - LABGENE (PNM); Órgão de Supervisão Técnica Independente (OSTI) - LABGENE (PNM); Serviço de Consultoria Jurídica - LABGENE (PNM); Análise de Maturidade PC - LABGENE (PNM); Análise de Maturidade PAC - LABGENE (PNM); Análise de Maturidade HVAC - LABGENE (PNM); Desenvolvimento do SN-BR (Programa de Desenvolvimento de Submarinos - PROSUB); Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) - ( Programa Nuclear Brasileiro - PNB); Extensão da vida útil de ANGRA1 (PNB); Centro de Radiofarmácia do IPEN (CR-IPEN) - (PNB); Usina Comercial de Enriquecimento de Urânio (UCEU) - (PNB); e Dispositivo de Assistência Ventricular (DAV) - (PNB). Por fim, apresentou os projetos em Prospecção de Negócios: Centro de Radiofarmácia do IPEN (CR-IPEN Operação) - (PNB); e Centros de Irradiação - (PNB). Por fim, notificou os contratos celebrados no mês de novembro, que serão alvo da próxima apresentação quadrimestral ao Conselho. Em seguida, o Conselheiro Marcos Pontes teceu comentários sobre os projetos do Centro de Radiofarmácia e do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) e seus recursos. O Conselheiro Campos ressaltou a expectativa de orçamento para o final do ano, necessitando que a empresa esteja preparada para executar os recursos em um curto espaço de tempo. Acrescentou que a empresa além da visão social, precisa ter visão estratégica, citando como exemplo as vulnerabilidades energéticas enfrentadas pelo país e que a AMAZUL pode contribuir com programas que, na sua visão, são muito importantes a sociedade brasileira. Passando ao quarto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou a Coordenadora de Planejamento que apresentou os Resultados do 3º trimestre de 2021 da execução do Planejamento Estratégico da AMAZUL - PEA 2020-2024. Em seguida, participou que cumprindo determinação estatutária, a Diretoria Executiva avalia a execução do PEA periodicamente, por meio de reuniões específicas intituladas Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE). As dúvidas do Colegiado foram esclarecidas. Passando ao quinto item da Ordem do Dia, o Presidente convidou o Coordenador-Geral de Governança e Desenvolvimento Corporativo que realizou o treinamento dos administradores sobre o "Papel do Conselho de Administração e da Diretoria na Estratégia das Organizações", com a participação dos membros do CONSAD, do Diretor-Presidente Interino, do Diretor de Gestão do Conhecimento e Pessoas, do Diretor de Administração e Finanças e do membro do Comitê de Auditoria. Os Conselheiros discorreram sobre o tema. Palavra aberta aos Conselheiros: O Conselheiro Marcos Pontes agradeceu e parabenizou a todos pela participação na reunião. A Conselheira Priscila agradeceu a todos pela reunião e ponderou sobre a relevância da prospecção dos novos negócios da empresa; dos esforços da AMAZUL para reter mão de obra qualificada; e da importância da valorização da mão de obra com a manutenção de benefícios dos funcionários, que garante, pelo reconhecimento de seu quadro de funcionários, menos evasão, e atrai novos profissionais. O Conselheiro Welerson agradeceu e parabenizou a todos pela reunião. O Presidente substituto cumprimentou a empresa pela qualidade das informações prestadas e agradeceu aos Conselheiros pelas contribuições. Por fim, concluídos os atos que compuseram a Ordem do Dia, às 16h14min, a Presidência declarou encerrada a reunião do CONSAD, referente ao mês de novembro. Lavrei a presente Ata no Livro de Atas, a qual foi assinada por mim, na qualidade de Secretária, e pelos Conselheiros presentes. Esta Ata foi elaborada em quatro vias digitadas. São Paulo, SP.

MARCELO FRANCISCO CAMPOS
Representante do Comando da Marinha
Presidente do Conselho
Substituto

MARCOS CESAR PONTES
Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia

PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR
Representante do Ministério da Defesa

WELERSON CAVALIERI
Representante do Ministério da Economia

PRISCILA PALMA SANCHEZ
Representante dos empregados

DÉBORA ELIZE SANTOS
Secretária

## COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
## 1º DISTRITO NAVAL
## CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO

### PORTARIA CPRJ/COM1DN/COMOPNAV/MB Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2022

Processo 63026.000536/2012-07.

O CAPITÃO DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuicoes que lhe sao conferidas pela Portaria 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, de acordo com o Inciso I, do Art. 4 da Lei 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1 - Aprovar a 2 Revisao das Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro - NPCP-RJ/2022, que sera publicada na pagina https://www.marinha.mil.br/cprj.

Art. 2 - Fica revogada a Portaria 17, de 16 de fevereiro de 2012.

Art. 3 - Esta Portaria entra em vigor em 1 de marco de 2022.

Capitão de Mar e Guerra ALESSANDER ANTUNES PEIXOTO

## ESTADO-MAIOR DA ARMADA

### DESPACHO MB Nº 7, DE 21 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº: 61074.000643/2022-06
Autorização para visita de Navios de Guerra a Portos e Águas Jurisdicionais Brasileiras
Embaixada do Uruguai no Brasil

Nos termos do art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 137/2018, deste Estado-Maior, AUTORIZO a visita do Navio Veleiro "CAPITAN MIRANDA", pertencente à Armada da República do Uruguai (AROU), ao porto do Rio de Janeiro-RJ, no período de 13 a 20 de fevereiro de 2022, ao porto de Fortaleza-CE, no período de 11 a 15 de agosto de 2022, e ao porto de Vitória-ES, no período de 25 a 28 de agosto de 2022.

Por oportuno, no que diz respeito ao desembarque da tripulação e convívio social, esses estarão sujeitos às normas sanitárias locais vigentes em conformidade com as condições epidemiológicas na ocasião da visita.

Vice-Almirante CARLOS EDUARDO HORTA ARENTZ
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

# Ministério do Desenvolvimento Regional

## SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

### PORTARIA Nº 263, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

| UF | Município | Desastre | Decreto | Data | Processo |
|---|---|---|---|---|---|
| BA | Campo Formoso | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 387 | 18/11/2021 | 59051.014696/2022-12 |
| BA | Monte Santo | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 299 | 01/01/2022 | 59051.014400/2022-63 |
| CE | Salitre | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 064 | 22/12/2021 | 59051.014697/2022-67 |
| MA | São Roberto | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 03 | 11/01/2022 | 59051.014433/2022-11 |
| MG | Antônio Dias | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 003 | 10/01/2022 | 59051.014367/2022-71 |
| MG | Josenópolis | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 220 | 29/12/2021 | 59051.014328/2022-74 |
| MG | Rio Manso | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 1.720 | 16/12/2021 | 59051.014434/2022-58 |
| MG | São Domingos das Dores | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 01 | 10/01/2022 | 59051.014371/2022-30 |
| MT | Confresa | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 253 | 29/12/2021 | 59051.014516/2022-01 |
| MT | Luciara | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 03 | 10/01/2022 | 59051.014753/2022-63 |
| MT | Paranatinga | Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 | 2062 | 10/01/2022 | 59051.014680/2022-18 |
| PI | Paulistana | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 190 | 03/01/2022 | 59051.014665/2022-61 |
| PR | Barracão | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 011 | 13/01/2022 | 59051.014748/2022-51 |
| PR | Cruzeiro do Iguaçu | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 4946 | 10/01/2022 | 59051.014727/2022-35 |
| PR | Manoel Ribas | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 003 | 13/01/2022 | 59051.014642/2022-57 |
| PR | Marquinho | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 03 | 10/01/2022 | 59051.014489/2022-68 |
| PR | Pranchita | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 007 | 13/01/2022 | 59051.014673/2022-16 |
| PR | Querência do Norte | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 005 | 18/01/2022 | 59051.014674/2022-52 |
| PR | Roncador | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 008 | 14/01/2022 | 59051.014630/2022-22 |
| PR | São João do Triunfo | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 10081 | 18/01/2022 | 59051.014646/2022-35 |
| PR | Tijucas do Sul | Granizo - 1.3.2.1.3 | 3991 | 06/01/2022 | 59051.014500/2022-90 |
| PR | Umuarama | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 007 | 13/01/2022 | 59051.014732/2022-48 |
| RN | Almino Afonso | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 001 | 12/01/2022 | 59051.014641/2022-11 |
| RN | Rafael Godeiro | Seca - 1.4.1.2.0 | 0162 | 09/12/2021 | 59051.014692/2022-34 |
| RS | Almirante Tamandaré do Sul | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 006 | 10/01/2022 | 59051.014629/2022-06 |
| RS | Áurea | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 2000 | 06/01/2022 | 59051.014519/2022-36 |
| RS | Campo Novo | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 01 | 06/01/2022 | 59051.014626/2022-64 |
| RS | Caxias do Sul | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 21.890 | 11/01/2022 | 59051.014534/2022-84 |
| RS | Santa Cruz do Sul | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 11.165 | 07/01/2022 | 59051.014586/2022-51 |
| RS | São José do Inhacorá | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 004 | 10/01/2022 | 59051.014593/2022-52 |
| SC | Concórdia | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 6.735 | 30/12/2021 | 59051.014741/2022-39 |
| SC | Cunhataí | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 123 | 17/12/2021 | 59051.014756/2022-05 |
| SC | Descanso | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 2357 | 22/12/2021 | 59051.014492/2022-81 |
| SC | Jardinópolis | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 5.999 | 28/12/2021 | 59051.014575/2022-71 |
| SC | Maravilha | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 1385 | 20/12/2021 | 59051.014743/2022-28 |
| SC | Monte Carlo | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 196 | 30/12/2021 | 59051.014521/2022-13 |
| SC | Nova Itaberaba | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 458 | 21/12/2021 | 59051.014721/2022-68 |
| SC | Planalto Alegre | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 5250 | 30/12/2021 | 59051.014643/2022-00 |
| SC | Riqueza | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 4302 | 20/12/2021 | 59051.014724/2022-00 |
| SC | Santa Terezinha do Progresso | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 242 | 22/12/2021 | 59051.014671/2022-19 |
| SC | São Miguel da Boa Vista | Estiagem - 1.4.1.1.0 | 142 | 23/12/2021 | 59051.014738/2022-15 |
| TO | São Miguel do Tocantins | Alagamentos - 1.2.3.0.0 | 175 | 07/01/2022 | 59051.014578/2022-12 |

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

## AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO
### SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

**ATOS DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 115 - USINA ALTA MOGIANA S/A-ACUCAR E ALCOOL, PCH Retiro, Município de São Joaquim da Barra/SP, indústria.

Nº 116 - NORDESTE MAIS ALIMENTOS LTDA, rio Mundaú, Município de Rio Largo/AL, indústria.

Nº 117 - EDUARDO CESAR B SANTOS, rio Paraíba do Sul, Município de Aperibé/RJ, mineração.

Nº 118 - JOSUE SIQUEIRA BAGNI, rio Sapucaí, Município de Machado/MG, mineração.

Nº 119 - AREIAL CANDONGA LTDA - ME, rio Doce, Município de Rio Doce/MG, mineração.

Nº 120 - ANTONIO FERREIRA FILHO, UHE Piraju, Município de Piraju/SP, irrigação.

Nº 121 - SANTA VITORIA ACUCAR E ALCOOL LTDA, UHE São Simão/MG, indústria.

Nº 122 - RICARDO TEIXEIRA GONÇALVES DA SILVA; MARCOS BRETANHA GONÇALVES DA SILVA; CRISTIANE BRETANHA GONÇALVES DA SILVA; PAULA BRETANHA GONÇALVES DA SILVA; MARTA BRETANHA GONÇALVES DA SILVA; ELIZABETH OSORIO GONÇALVES MARQUES E DANIELE BRETANHA GONÇALVES DA SILVA, rio Jaguarão, Município de Jaguarão/RS, irrigação.

Nº 123 - SANTA VITORIA ACUCAR E ALCOOL LTDA, UHE São Simão, Município de Santa Vitória/MG, irrigação.

Nº 124 - GILKA NOTARO CAVALCANTI, UHE Luiz Gonzaga, Município de Floresta/PE, irrigação.

Nº 125 - AGROPECUARIA GRENDENE LTDA, rio Paraguai, Município de Cáceres/MT, criação animal.

Nº 126 - P. C. LOPES LTDA, rio Paranapanema, Município de Ourinhos/SP, mineração.

Nº 127 - EXTRACAO DE AREIA SAO JOSE LTDA, rio Sapucaí-mirim, Município de Gonçalves/MG, mineração.

Nº 128 - PAULO HENRIQUE ALMEIDA CORDEIRO, rio Negro, Município de Antônio Olinto/PR, mineração.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

**ATOS DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/6/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 129 - JOSÉ BELMIRO DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

Nº 130 - DORGIVAL ARAUJO MELO, UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/BA, irrigação.

Nº 131 - GIOVANNI FALLEIROS NAVES, ribeirão São tomé e rio Sapucaizinho, Município de Ibiraci/MG, irrigação.

Nº 132 - MARIA JACINTA DE OLIVEIRA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 133 - GUILHERME JOÃO REIJERS, Ribeirão das Antas, Município de Andradas/MG, irrigação.

Nº 134 - ARANTES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e IVANILTON FERREIRA DA MOTA, rio São Francisco, Município de Januária/MG, irrigação.

Nº 135 - ARANTES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA e IVANILTON FERREIRA DA MOTA, rio São Francisco, Município de Januária/MG, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

# Ministério da Economia

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS
### SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

**CIRCULAR Nº 5, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR SUBSTITUTA, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994 e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no § 5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e da Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020, e tendo em vista o que consta dos Processos de Defesa Comercial SEI/ME nºs 19972.101417/2021-62 restrito e 19972.101418/2021-15 confidencial e dos Processos de Interesse Público SEI/ME nºs 19972.101029/2021-81 público e 19972.101030/2021-14e dos Parecer no 1514, de 31 de janeiro de 2022, elaborado pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM desta Secretaria, e por terem sido verificados preliminarmente a existência de dumping nas exportações para o Brasil de éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG), comumente classificadas no subitem 2909.43.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da França, e o vínculo significativo entre as exportações objeto de dumping e o dano à indústria doméstica, decide:

1. Tornar público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping e de dano à indústria doméstica dele decorrente, nos termos do Anexo I.

2. Tornar públicas as conclusões preliminares da avaliação de interesse público, nos termos do Anexo II.

3. Prorrogar por até oito meses, a partir de 15 de maio de 2022, o prazo para conclusão da investigação de prática de dumping, de dano à indústria doméstica e de relação causal entre esses, nas exportações para o Brasil de éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG), usualmente classificadas no subitem 2909.43.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da França, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 47, de 14 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 15 de julho de 2021, nos termos dos arts. 5º e 72 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013

GLENDA BEZERRA LUSTOSA

ANEXO I

1. DA INVESTIGAÇÃO

1.1. Do histórico

1.1.1. Da aplicação de medidas de defesa comercial para outras origens: Estados Unidos da América (EUA) e Alemanha

1.1.1.1. Da investigação original dos Estados Unidos da América (EUA)

1. Em 10 de novembro de 2003, por meio da Circular Secex nº 85, de 7 de novembro de 2003, foi iniciada investigação original para averiguar a existência de dumping nas exportações de éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG) para o Brasil, originárias dos Estados Unidos da América (EUA), e de indícios dano à indústria doméstica. Tendo sido verificada a existência de dumping nas exportações de EBMEG para o Brasil, originárias dos EUA, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, conforme o disposto no art. 42 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, a investigação foi encerrada, por meio da Resolução CAMEX nº 29, de 5 de outubro de 2004, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 11 de outubro de 2004, com a aplicação do direito antidumping definitivo, na forma de alíquota específica de US$ 69,00/t.

1.1.1.2. Da primeira revisão dos EUA

2. Em 26 de novembro de 2008, por intermédio da Circular SECEX nº 81, de 25 de novembro de 2008, foi tornado público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações de EBMEG originárias dos EUA se encerraria em 11 de outubro de 2009. A Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio, em 28 de abril de 2009, manifestou interesse na revisão para fins de prorrogação do direito antidumping, apresentando petição de revisão para fins de prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de EBMEG, quando originárias dos EUA, consoante o disposto no §1º do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995, bem como a revisão do montante da alíquota do direito antidumping em vigor.

3. Em 9 de outubro de 2009, foi publicada a Circular SECEX nº 51, de 8 de outubro de 2009, que deu início à revisão de final de período do direito antidumping. A referida revisão foi encerrada em 5 de outubro de 2010, por meio da Resolução CAMEX nº 73, publicada no D.O.U. de 7 de outubro de 2010, com a prorrogação do direito antidumping em vigor por um período de até 5 cinco anos, na forma de alíquota específica fixa de US$ 377,34/t, para o fabricante/exportador The Dow Chemical Company (TDCC), e de US$ 670,42/t, para os demais fabricantes/exportadores de EBMEG dos EUA. Posteriormente, a empresa The Dow Chemical Company, em 19 de maio de 2014, solicitou à CAMEX a alteração da Resolução n° 73, de 2010, de modo que a alíquota específica aplicada à TDCC passasse também a incidir sobre as exportações realizadas pela sua subsidiária, a Union Carbide Corporation ("Union").

4. Tendo sido provido o pedido de modificação apresentado, em 4 de julho de 2014, foi publicada a Resolução CAMEX nº 51, de 3 de julho de 2014, que alterou a Resolução nº 73, de 2010, e passou a aplicar a alíquota de US$ 377,34/t para os fabricantes/exportadores TDCC e Union e manteve a alíquota de US$ 670,42/t para os demais fabricantes/exportadores estadunidenses de EBMEG.

1.1.1.3. Da segunda revisão dos EUA

5. Em 4 de dezembro de 2014, foi publicada a Circular SECEX nº 74, de 3 de dezembro de 2014, que tornou público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 73 encerrar-se-ia no dia 7 de outubro de 2015. Adicionalmente, foi informado que, conforme previsto no art. 111 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, as partes que desejassem iniciar uma revisão deveriam protocolar petição de revisão de final de período, no mínimo, quatro meses antes da data de término do período de vigência do direito antidumping.

6. Em 30 de abril de 2015, as empresas Oxiteno Nordeste e Oxiteno S.A. Indústria e Comércio protocolaram, no então Departamento de Defesa Comercial (DECOM) do à época Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), petição de início de revisão de final de período do direito antidumping aplicado às importações de EBMEG, usualmente classificadas no item 2909.43.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH, originárias dos Estados Unidos da América. Em 5 de outubro de 2015, foi publicada a Circular SECEX nº 63, de 2 de outubro de 2015, que deu início à revisão de final de período do direito antidumping.

7. Tendo sido verificada a existência de dumping nas exportações de EBMEG para o Brasil, originárias dos Estados Unidos, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, a investigação foi encerrada, por meio da Resolução CAMEX nº 90, de 27 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 28 de setembro de 2016, com a aplicação do direito antidumping definitivo, na forma de alíquota específica fixa de US$ 670,42 para todos os produtores/exportadores dos Estados Unidos da América.

8. Em 28 de novembro de 2016, a Resolução CAMEX nº 115, de 23 de novembro de 2016, negou provimento ao pedido de reconsideração apresentado pela empresa Dow Brasil Sudeste Industrial Ltda. em face da Resolução CAMEX nº 90, de 27 de setembro de 2016, que prorrogou direito antidumping definitivo às importações brasileiras de EBMEG, originárias dos Estados Unidos. A empresa solicitava a não prorrogação do direito antidumping.

1.1.1.4. Da investigação original da Alemanha

9. Em 6 de julho de 2015, por meio da Circular SECEX nº 44, de 3 de julho de 2015, foi iniciada investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações de éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG) para o Brasil, originárias da Alemanha, e de indícios de dano à indústria doméstica.

10. Considerando a Circular SECEX nº 72, de 2015, nos termos do § 4º do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013, por meio da Resolução CAMEX nº 113, de 24 de novembro de 2015, publicada no D.O.U. de 25 de novembro de 2015, foi aplicado direito antidumping provisório às importações brasileiras de EBMEG, originárias da Alemanha, a ser recolhido sob a forma de alíquota ad valorem, nos termos do § 5º do art. 78 do Decreto nº 8.058, de 2013, de 24,7%, para todos os produtores/exportadores do país. Considerando a aplicação do direito antidumping provisório pelo prazo de seis meses, de acordo com o disposto no § 8º do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013, os direitos propostos com base na margem de dumping apurada na investigação foram calculados aplicando-se um redutor de 10% à margem de dumping.

11. Tendo sido verificada a existência de dumping nas exportações de EBMEG para o Brasil, originárias da Alemanha, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, a investigação foi encerrada, por meio da Resolução CAMEX nº 37, de 20 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 22 de abril de 2016, com a aplicação do direito antidumping definitivo, na forma de alíquota ad valorem de 27,5% para todos os produtores/exportadores alemães.

1.1.1.5. Da terceira revisão dos EUA e da primeira revisão da Alemanha

12. No dia 22 de abril de 2021, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia publicou a Circular nº 28, de 20 de abril de 2021, que deu início à revisão para fins de prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de EBMEG originárias da Alemanha e dos Estados Unidos da América, consoante o disposto no art. 110 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013. Ainda que as respectivas petições para cada origem tenham sido protocoladas em datas diferentes e de maneira independente, tendo em vista serem dois processos administrativos que possuem autor, produto e períodos de análise de dumping e de dano idênticos, e considerando os princípios da eficiência, da economicidade e da coerência administrativa, a revisão para as duas origens foi iniciada de maneira conjunta.

1.1.2. Da aplicação de medidas de defesa comercial em produtos correlatos

13. O n-butanol, produto classificado no subitem 2905.13.00 da NCM, é um álcool produzido pela indústria petroquímica a partir de propeno e gás natural. Ele é um solvente orgânico miscível em quase todos os solventes orgânicos e com relativa solubilidade em água.

14. Insumo de grande importância para diversos segmentos da indústria química no Brasil, o n-butanol é utilizado pela Oxiteno S.A. na produção de EBMEG, tendo, dentre os principais usos e aplicações, os segmentos de tintas e revestimentos, detergentes, agroquímicos e petróleo.

15. O produto é ainda insumo de elevada relevância para diversas outras indústrias na produção de uma série de outros produtos químicos como: acrilato de butila, acetato de butila, solventes, plastificantes, resinas e butilaminas.

16. Em 26 de abril de 2010, a Elekeiroz S.A., produtora nacional do n-butanol, protocolizou, no então MDIC, petição de abertura de investigação de dumping nas exportações para o Brasil do produto mencionado, originárias dos EUA. Constatada a existência de indícios de dumping e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, por intermédio da Resolução CAMEX nº 76, de 05 de outubro de 2011, a investigação foi encerrada com a aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, na forma de alíquota específica fixada em dólares por tonelada, aos produtores/exportadores estadunidenses. O processo de revisão foi iniciado em outubro de 2016 e concluído, com a prorrogação do direito, pela Resolução CAMEX nº 71, de 29 de agosto de 2017.

17. Já em 28 de outubro de 2015, a Elekeiroz S.A. protocolou petição para início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de n-butanol, originárias da África do Sul e da Rússia. Novamente, com a constatação da existência de dumping e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, por meio da Resolução CAMEX nº 127, de 22 de dezembro de 2016, aplicou-se direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de n-butanol originárias da África do Sul e da Rússia, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, aos produtores /exportadores sul-africanos e russos.

18. A Resolução CAMEX nº 117, de 23 de novembro de 2016, tornou pública a instauração, a pedido da então Oxiteno Nordeste, de processo de avaliação de interesse público pelo Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público - GTIP, com o objetivo de suspender ou alterar a aplicação de direito antidumping definitivo sobre as importações de n-butanol originárias dos Estados Unidos e as possíveis medidas a serem impostas às importações brasileiras de n-butanol originárias da África do Sul e da Rússia (tal investigação estava em curso à época da abertura da avaliação de interesse público).

19. A Resolução CAMEX nº 48, de 05 de julho de 2017, encerrou a avaliação de interesse público, sem a suspensão, mas com a alteração da forma de cálculo do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de n-butanol, de alíquota específica para alíquota ad valorem, aos produtores/exportadores estadunidenses, sul-africanos e russos. Entre os argumentos utilizados para a alteração da forma de cálculo, cita-se o fato de a cadeia produtiva ser caracterizada pela presença de monopólios e oligopólios tanto a montante quanto a jusante, e a existência de outras medidas antidumping em vigor, como é o caso do EBMEG.

20. No dia 23 de dezembro de 2021, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia publicou a Circular nº 85, de 22 de dezembro de 2021, que deu início à revisão para fins de prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de n-butanol originárias da África do Sul e da Rússia.

1.2. Da petição

21. Ressalta-se que, ao longo deste parecer, o termo "Oxiteno S.A." refere-se à Oxiteno S.A. Indústria e Comércio. O termo "Oxiteno Nordeste" refere-se à Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio. O termo "Oxiteno", de forma genérica, refere-se às empresas como um grupo. Esta distinção é necessária considerando que, em dezembro de 2019 (P5), a Oxiteno S.A. Indústria e Comércio, agora única peticionária, incorporou integralmente a Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio.

22. Em 28 de janeiro de 2021, a Oxiteno S.A. protocolou, por meio do Sistema Decom Digital (SDD), petição solicitando a abertura de investigação antidumping relacionada às importações brasileiras de éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG), classificadas no subitem 2909.43.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), quando originárias da França, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

23. Em 26 de março de 2021, foram solicitadas informações complementares àquelas constantes da petição, com base no §2º do art. 41 do Decreto no 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro. A resposta ao pedido de informações complementares foi protocolada tempestivamente, no prazo prorrogado para as respostas.

1.3. Da representatividade da peticionária e do grau de apoio à petição

24. Em 19 de março de 2021 foram solicitadas à Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) informações a respeito de produção e venda no mercado interno brasileiro do produto similar, referentes ao período de investigação de dano. Na resposta ao pedido de informações, por meio do Ofício Comex 035/2021, de 23 de março de 2021, a ABIQUIM confirmou que a empresa Oxiteno S.A. é responsável por 100% da produção do produto similar nacional.

25. Concluiu-se, portanto, que, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013, a petição foi apresentada pela indústria doméstica.

1.4. Das notificações ao governo do país exportador

26. Em 13 de julho de 2021, em atendimento ao que determina o art. 47 do Decreto nº 8.058, de 2013, doravante também denominado de Regulamento Brasileiro, o governo da França e a Delegação da União Europeia no Brasil foram notificados da existência de petição devidamente instruída, protocolada por meio do SDD, com vistas ao início da investigação de dumping de que trata o presente processo.

1.5. Do início da investigação

27. Considerando o que constava do Parecer SDCOM nº 24, de 09 de julho de 2021, tendo sido verificada a existência de indícios suficientes de prática de dumping nas exportações de EBMEG da França para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, foi recomendado o início da investigação.

28. Dessa forma, com base no parecer supramencionado, a investigação foi iniciada em 14 de julho de 2021, por meio da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.) da Circular SECEX nº 47, de 15 de julho de 2021.

1.6. Das partes interessadas

29. De acordo com o § 2º do art. 45 do Regulamento Brasileiro, foram identificados como partes interessadas, além da peticionária (Oxiteno S.A.), os produtores/exportadores franceses, os importadores brasileiros do produto investigado e o Governo da França.

30. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM), em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Decreto nº 8.058, de 2013, identificou, nos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Economia, as empresas produtoras/exportadoras do produto objeto da investigação na França durante o período de investigação de dumping (P5). Foram identificados, também, pelo mesmo procedimento, os importadores brasileiros que adquiriram o referido produto durante o mesmo período.

31. Identificou-se, também, como parte interessada, a ABIQUIM, nos termos do inciso II do § 2º do art. 45 do Regulamento Brasileiro.

32. Ressalte-se que foi encontrado erro material na identificação das empresas produtoras/exportadoras do produto objeto da investigação na França durante o período de investigação de dumping (P5), reportadas no Anexo I do parecer de início, quando foram incluídas, indevidamente, empresas exportadoras de países distintos da França. Dessa forma, a nova lista de empresas produtoras/exportadoras contempla somente uma empresa localizada na França, tendo sido desconsideradas como partes interessadas as demais empresas antes listadas. Destaque-se que não houve a inclusão de novas partes interessadas durante este procedimento. [RESTRITO].

1.7. Das notificações de início de investigação e da solicitação de informações às partes interessadas

33. Em atendimento ao que dispõe o art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram notificados acerca do início da investigação, além da peticionária, os produtores/exportadores identificados da França, os importadores brasileiros - identificados por meio dos dados oficiais de importação fornecidos pela RFB - e o governo da França, tendo sido a eles encaminhado o endereço eletrônico no qual pôde ser obtida a Circular SECEX nº 47, de 14 de julho de 2021.

34. Considerando o §4º do mencionado artigo, foi também encaminhado aos produtores/exportadores franceses o endereço eletrônico no qual pôde ser obtido o texto completo não confidencial da petição que deu origem à investigação, bem como suas informações complementares.

35. Ademais, conforme disposto no art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram encaminhados aos produtores/exportadores e aos importadores, nas mesmas notificações, os endereços eletrônicos nos quais poderiam ser obtidos os respectivos questionários, que tiveram prazo de restituição de trinta dias, contados a partir da data de ciência, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.995, de 2014.

1.8. Do recebimento das informações solicitadas

1.8.1. Dos importadores

36. Em 27 de agosto de 2021, a empresa BSC Química Ltda. protocolou tempestivamente resposta ao questionário de importador. Tendo em vista, entretanto, que a empresa a protocolou exclusivamente nos autos confidenciais do processo, a empresa foi informada, por meio do Ofício nº 00.711/2021/CGSA /SDCOM/SECEX, de 31 de agosto de 2021, que o questionário não foi anexado aos autos e seria havido por inexistente, nos termos da Circular SECEX nº 18, de 4 de março de 2021, e do art. 2º da Portaria nº 30, de 2018

37. Em 30 de agosto de 2021, a empresa Solven Solventes e Quimicos Ltda. protocolou resposta ao questionário de importador. Tendo em vista que o prazo original se encerrou em 27 de agosto de 2021 e que a empresa não havia solicitado prorrogação de prazo, a resposta foi considerada intempestiva.

38. Os demais importadores não apresentaram resposta ao questionário do importador.

1.8.2. Dos produtores/exportadores

39. Nenhum produtor/exportador do produto objeto da investigação solicitou extensão do prazo ou apresentou resposta ao questionário do produtor/exportador.

1.9. Da verificação das informações solicitadas

40. Com base no § 3º do art. 52 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi realizada verificação in loco nas instalações da Oxiteno em São Paulo - SP, no período de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2021, com o objetivo de confirmar e obter maior detalhamento das informações prestadas pela empresa no curso da investigação.

41. Foram cumpridos os procedimentos previstos no roteiro de verificação, encaminhado previamente à empresa, tendo sido verificados os dados apresentados na petição e em suas informações complementares.

42. Foram consideradas válidas as informações fornecidas pela empresa ao longo da investigação, depois de realizadas as correções pertinentes. Os indicadores da indústria doméstica constantes deste documento incorporam os resultados da verificação in loco.

43. A versão restrita do relatório de verificação in loco consta dos autos restritos do processo e os documentos comprobatórios foram recebidos em bases confidenciais.

1.10. Da prorrogação

44. Considerando o previsto no art. 72 do Decreto 8.058, de 2013, prorrogar-se-á o prazo de conclusão da investigação para até 18 meses de seu início.

1.11. Dos prazos e do cronograma da investigação

45. São apresentados no quadro abaixo os prazos a que fazem referência os arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme estabelecido pelo § 5º do art. 65 do Regulamento Brasileiro. Recorde-se que tais prazos servirão de parâmetro para o restante da presente investigação:

| Disposição legal Decreto nº 8.058/2013 | Prazos | Datas previstas |
|---|---|---|
| Art. 59 | Encerramento da fase probatória da investigação. | 01/04/2022 |
| Art. 60 | Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos. | 25/04/2022 |
| Art. 61 | Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final. | 04/05/2022 |
| Art. 62 | Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo. | 24/05/2022 |
| Art. 63 | Expedição, pela SDCOM, do parecer de determinação final. | 02/06/2022 |

2. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

2.1. Do produto objeto da investigação

46. O produto objeto da investigação é o éter monobutílico do etilenoglicol - EBMEG, um éter glicólico derivado da reação de n-butanol com óxido de eteno, originário da França. A reação que origina o produto é realizada em processo continuado, em que o n-butanol e o óxido de eteno são combinados num reator em proporções preestabelecidas para formar o EBMEG. Posteriormente, o produto obtido passa por colunas de destilação para a separação dos seguintes componentes: (i) n-butanol não reagido, para que seja redirecionado ao reator; (ii) EBMEG; (iii) outros subprodutos oriundos de reações causadas pelo encadeamento adicional de moléculas de óxido de etileno e de EBMEG. Essa reação gera os éteres butílicos: éter butílico do monoetilenoglicol (EBMEG), éter butílico do dietilenoglicol (EBDEG) e éter butílico do trietilenoglicol (EBTEG).

47. O butilglicol, denominação comercial para o EBMEG, é um éter glicólico, biodegradável, completamente solúvel em água e miscível na maioria dos solventes orgânicos. O produto é um líquido límpido com suave odor característico de álcool. O produto se caracteriza, ainda, por ser um excelente solvente ativo de baixa taxa de evaporação, compatível com a maior parte das resinas utilizadas para a fabricação tanto de tintas e vernizes convencionais de base solvente como daquelas formulações dispersíveis em água.

48. No que tange às aplicações, o produto objeto da investigação pode ser utilizado como solvente ativo para tintas à base de solvente; coalescente para tintas industriais à base de água; agente de acoplamento para tintas arquitetônicas à base de água; agente de acoplamento e solvente para produtos de limpeza domésticos e industriais, removedores de pintura e polimento de piso, produtos de limpeza pesada e desinfetantes; solvente primário de tintas à base de solvente para impressão em serigrafia; agente de acoplamento para resinas e corantes em tinta à base de água para estamparia; solvente para pesticidas agrícolas.

49. Na França, o produto investigado está sujeito às normas/regulamentos da União Europeia listados abaixo. A instituição reguladora do produto objeto da investigação é o Parlamento Europeu.

Regulamentos Técnicos:

÷ 1. Regulation (EC) No 1223/2009 of the European Parliament and of the Council of 30 November 2009 on Cosmetic Products;

÷ 2. Regulation (EC) No 648/2004 of 31 March 2004 on detergents;

÷ 3. Regulation (EC) No 1334/2008 of the European Parliament and of the Council of 16 December 2008 on flavourings and certain food ingredients with flavouring properties for use in and on foods;

÷ 4. Regulation (EC) No 1907/2006 of the European Parliament and of the Council of 18 December 2006 concerning the Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals (REACH).

2.1.1. Da classificação e do tratamento tarifário

50. Segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), o produto objeto da investigação é comumente classificado no item 2909.43.10.

51. Apresentam-se as descrições do item tarifário mencionado acima pertencente à NCM/SH:

Descrições dos Subitens da NCM (EBMEG)

| | |
|---|---|
| 2909 | ÉTERES, ÉTERES-ÁLCOOIS, ÉTERES-FENÓIS, ÉTERES-ÁLCOOIS-FENÓIS, PERÓXIDOS DE ÁLCOOIS, PERÓXIDOS DE ÉTERES, PERÓXIDOS DE CETONAS (DE CONSTITUIÇÃO QUÍMICA DEFINIDA OU NÃO), E SEUS DERIVADOS HALOGENADOS, SULFONADOS, NITRADOS OU NITROSADOS. |
| 2909.43 | Éteres monobutílicos do etilenoglicol ou do dietilenoglicol |
| 2909.43.10 | Do etilenoglicol |

52. De outubro de 2015 a setembro de 2020, a alíquota do Imposto de Importação não foi alterada, permanecendo em 14%.

53. A respeito do subitem 2909.43.10 da NCM, foram identificadas as seguintes preferências tarifárias:

Preferências tarifárias - NCM 2909.43.10

| País Beneficiário | Acordo | Preferência |
|---|---|---|
| Argentina, Paraguai e Uruguai | ACE 18 | 100% |
| Chile | ACE 35 | 100% |
| Bolívia | ACE 36 | 100% |
| Peru | ACE 58 | 100% |
| Equador | ACE 59 | 100% |
| Venezuela | ACE 69 | 100% |
| Colômbia | ACE 72 | 100% |
| Egito | ALC Mercosul - Egito | 50% |
| Israel | ALC Mercosul - Israel | 100% |
| México | ACE 53 | 30% |
| Panamá e Cuba | APTR 4 | 28% |

2.2. Do produto fabricado no Brasil

54. O produto fabricado no Brasil é o éter monobutílico do etilenoglicol - EBMEG, um éter glicólico derivado da reação de n-butanol com óxido de eteno. Essa reação é realizada em processo continuado, em que o n-butanol e o óxido de eteno são combinados num reator em proporções pré-estabelecidas para formar o EBMEG. Posteriormente, o produto obtido passa por colunas de destilação para a separação dos seguintes componentes: (i) n-butanol não reagido, para que seja redirecionado ao reator; (ii) EBMEG; (iii) outros subprodutos oriundos de reações causadas pelo encadeamento adicional de moléculas de óxido de etileno e de EBMEG. Essa reação gera os éteres butílicos: éter butílico do monoetilenoglicol (EBMEG), éter butílico do dietilenoglicol (EBDEG) e éter butílico do trietilenoglicol (EBTEG).

55. Abaixo, segue relacão das especificações técnicas do EBMEG apresentadas pela peticionária:

÷ Sinonímia: EBMEG, 2-butoxietanol
÷ Denominação Comercial: Butilglicol
÷ Fórmula Molecular: CH3(CH2)3O(CH2)2OH
÷ Peso Molecular (g/mol): 118,2
÷ Propriedades Físico-Químicas
÷ Aparência à 25º C: Líquido límpido
÷ Densidade (20/20° C): 0,903 kg/m3
÷ Ponto de Ebulição, 760 mmHg: 171,2 º C
÷ Ponto de Congelamento: -74,8º C
÷ Temperatura de autoignição: 244 º C
÷ Taxa de Evaporação (acetato de butila = 100): 7
÷ Pressão de Vapor a 20 º C: 0,08 kPa
÷ Solubilidade
÷ Solvente em água: Completa
÷ Água em solvente: Completa
÷ Ponto de Fulgor (vaso aberto): 73,9º C

56. Em relação às embalagens utilizadas para o produto similar doméstico, foi informado pela Oxiteno S.A que o produto é comercializado no mercado brasileiro das seguintes formas: [CONFIDENCIAL].

57. No que tange às aplicações, o produto fabricado no Brasil possui utilidades semelhantes às do produto objeto da investigação: pode ser utilizado como solvente ativo para tintas à base de solvente; coalescente para tintas industriais à base de água; agente de acoplamento para tintas arquitetônicas à base de água; agente de acoplamento e solvente para produtos de limpeza domésticos e industriais, removedores de pintura e polimento de piso, produtos de limpeza pesada e desinfetantes; solvente primário de tintas à base de solvente para impressão em serigrafia; agente de acoplamento para resinas e corantes em tinta à base de água para estamparia; solvente para pesticidas agrícolas.

58. A peticionária informou que utiliza três canais básicos de distribuição de EBMEG em seu mercado interno: a venda direta aos clientes, a venda através de distribuidor e a venda a revendedor. No caso dos distribuidores, informou que [CONFIDENCIAL], enquanto no tocante aos revendedores, afirmou que [CONFIDENCIAL].

59. A instituição reguladora do produto similar no Brasil é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Ainda, quando importado e comercializado no Brasil, o EBMEG está sujeito à regulamentação técnica listada abaixo.

Regulamentos Técnicos:

÷ 1. Resolução RDC nº 17, de 17 de março de 2008 - Regulamento Técnico sobre Lista Positiva de Aditivos para Materiais Plásticos destinados à Elaboração de Embalagens e Equipamentos em Contato com Alimentos;

÷ 2. Resolução - RDC Nº 217, DE 1º de agosto de 2002 - Regulamento Técnico sobre Películas de Celulose Regenerada em Contato com Alimentos;

÷ 3. Portaria nº 177, de 04 de março de 1999 - Regulamento Técnico "Disposições Gerais Para Embalagens e Equipamentos Celulósicos em Contato com Alimentos;

÷ 4. Resolução RDC nº 20, de 22 de março de 2007 - Regulamento Técnico sobre Disposições para Embalagens, Revestimentos, Utensílios, Tampas e Equipamentos Metálicos em Contato com Alimentos;

÷ 5. Resolução nº 123, de 19 de junho de 2001 - Regulamento Técnico sobre Embalagens e Equipamentos Elastoméricos em Contato com Alimentos;

÷ 6. Resolução-RDC nº 3, de 18 de janeiro de 2012 - Regulamento Técnico "lista de substâncias que os produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes não devem conter exceto nas condições e com as restrições estabelecidas".

2.3. Da similaridade

60. A lista dos critérios objetivos com base nos quais deve ser avaliada a similaridade entre produto objeto da investigação e produto similar fabricado no Brasil está definida no § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013. O § 2º do mesmo artigo instrui que esses critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva quanto à similaridade.

61. Conforme informações obtidas na petição, o EBMEG produzido pela Oxiteno é similar em todos os aspectos ao produto fabricado por produtores/exportadores localizados fora do Brasil, conforme inclusive já decidido por esta SDCOM nos procedimentos anteriores referentes ao produto investigado em outras origens. Trata-se de um produto utilizado em formulações base solvente de tintas automotivas originais, de repintura automotiva, em linha industrial, de tintas para madeira, de tíneres, de tintas base água e de tintas hidrossolúveis, atuando como solvente, retardador de evaporação e acoplante. Além da aplicação no setor de tintas, o EBMEG é utilizado em outras cadeias de suprimento, tais como fluídos funcionais, detergentes e intermediários.

62. Em comparação ao produto importado ou, ao fabricado nos principais centros produtores mundiais, o EBMEG produzido no Brasil é similar quanto aos atributos técnicos, físicos e químicos, ao processo produtivo, às formas de acondicionamento e à destinação comercial.

63. Ademais, o produto sob análise e o fabricado no Brasil suprem o mesmo mercado, sendo, portanto, considerados concorrentes entre si.

2.4. Da conclusão a respeito do produto e da similaridade

64. Tendo em conta a descrição detalhada contida no item 2.1 deste parecer, considerou-se, para fins de início da investigação, como produto objeto da investigação o éter monobutílico do etilenoglicol - EBMEG, um éter glicólico derivado da reação de n-butanol com óxido de eteno, quando originário da França.

65. Ademais, verifica-se que o produto fabricado no Brasil é idêntico ao produto objeto da investigação, conforme descrição apresentada no item 2.2 deste documento. Destaque-se, ainda, que as informações apresentadas pela peticionária corroboram as conclusões sobre similaridade alcançadas nas investigações e revisões anteriores, referentes a outras origens.

66. Dessa forma, considerando-se que, conforme o art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, o termo "produto similar" será entendido como o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação ou, na sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto objeto da investigação, concluiu-se que, para fins de início desta investigação, o produto fabricado no Brasil é similar ao produto objeto da investigação.

3. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

67. O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo "indústria doméstica" (doravante também "ID") será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

68. Cabe reiterar, conforme descrito no item 1.2, que, em dezembro de 2019 (P5), a Oxiteno S.A. Indústria e Comércio incorporou integralmente a Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio.

69. Conforme mencionado no item 1.3 deste documento, a ABIQUIM confirmou que a empresa Oxiteno S.A. foi responsável por 100% da produção do produto similar nacional, durante o período investigado.

70. Dessa forma, foram definidas como indústria doméstica as linhas de produção de EBMEG da empresa Oxiteno S.A. Indústria e Comércio.

4. DO DUMPING

71. De acordo com o art. 7º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

72. Na presente análise, foram utilizados dados do período de outubro de 2019 a setembro de 2020 (P5), a fim de se verificar a existência de prática de dumping nas exportações para o Brasil de EBMEG originárias da França.

4.1. Do dumping para efeito do início da investigação

4.1.1. Do valor normal da França para efeito do início da investigação

73. De acordo com o art. 8º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

74. De acordo com item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Antidumping, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelos quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto (valor construído).

75. Diante das alternativas disponíveis, a peticionária apresentou, para fins de início da investigação, dados que permitiram a construção do valor normal de acordo com o item "iii" do art. 5.2 do Acordo Antidumping. A peticionária apresentou proposta de construção do valor normal com base em fontes públicas de informação. Para itens não disponíveis publicamente, a empresa recorreu a sua própria estrutura de custos.

76. O valor normal para a França, calculado pela peticionária, foi construído a partir das seguintes rubricas:

a) matérias-primas;
b) utilidades;
c) mão de obra;
d) despesas gerais e administrativas e de vendas; e
e) lucro.

4.1.1.1. Das matérias primas

77. De acordo com a Oxiteno, o EBMEG é produzido na França utilizando-se como matérias-primas o óxido de etileno e n-butanol. A reação que origina o produto é realizada em processo continuado, em que o n-butanol e o óxido de eteno são combinados num reator em proporções preestabelecidas para formar o EBMEG.

78. Para fins de cálculo do valor normal do EBMEG na França, a peticionária apresentou o preço médio de importação CIF do óxido de etileno e do n-butanol da França, em P5, proveniente de todas as origens com volume superior a 4 mil toneladas no caso do n-butanol e a 37 mil toneladas no caso do óxido de etileno. Os dados foram coletados na plataforma eletrônica Eurostat. Em 26 de março de 2021, por meio do Ofício nº 00.262/2020/CGSA/SDCOM/SECEX, a peticionária foi questionada a respeito da metodologia utilizada na definição dos volumes considerados substanciais. Em sua resposta, informou que o critério adotado teve como objetivo "desconsiderar vendas que, por seu volume inexpressivo ou baixa porcentagem do total, pudessem não representar o curso normal de venda dos produtos analisados". Argumentou, ademais que o volume importado considerado no cálculo correspondeu a 98,8% das importações totais alemãs de óxido de etileno e a 98,1% das importações alemãs totais de n-butanol.

79. No entanto, conforme metodologia utilizada pela SDCOM e considerando que os efeitos dessas importações no preço médio CIF importado são baixos, foram consideradas todas as origens para fins de apuração dos custos das matérias primas.

80. Apurou-se, assim, o preço médio de importação da França, em P5, de cada uma das linhas tarifárias (2910.10.00 - Oxirano (Óxido de Etileno) e 2905.13.00 - Butan-1-Ol (Álcool N-Butílico), cuja correspondência descritiva é idêntica à das NCMs em questão, com base nas estatísticas disponibilizadas pela plataforma eletrônica Eurostat. Os valores em euros foram convertidos para dólares estadunidenses conforme a cotação média entre as moedas em P5 fornecida pelo Banco Central do Brasil.

81. Conforme a Oxiteno, não é necessário adicionar montantes relativos ao imposto de importação e às despesas de internação aos valores CIF, uma vez que todas as origens com quantidades exportadas relevantes fazem parte da União Europeia, sendo tais operações consideradas intrabloco.

Custos Matérias Primas

| Produto | Classificação Tarifária | Valor (EUR) | Peso (t) | EUR/t | US$/t |
|---|---|---|---|---|---|
| Óxido de Etileno | 2910.10.00 | 38.434.685 | 37.283 | 1.030,90 | 1.154,99 |
| n-butanol | 2905.13.00 | 3.462.868 | 4.268 | 811,43 | 909,11 |

82. Diante do baixo volume de n-butanol importado pela França, a peticionária buscou fontes alternativas que pudessem corroborar os dados obtidos no Trade Map. Nesse sentido, utilizou o relatório Glycol Ethers Europe, fornecido pela base de dados ICIS, para calcular um preço médio da matéria prima ao longo de P5. Segundo a peticionária, o relatório considera as vendas em spot na condição free delivered realizadas no noroeste da Europa. A Oxiteno considerou os preços médios semanais, quando disponíveis, para calcular o preço médio em P5, conforme tabela a seguir. O valor calculado foi convertido para dólares americanos por meio da taxa de câmbio média fornecida pelo Banco Central Europeu. O valor calculado pela peticionária atingiu patamar próximo ao verificado nos

dados coletados junto ao Trade Map, corroborando, assim, tais informações. De acordo com a empresa, no entanto, a licença de uso da referida publicação permite apenas sua circulação interna, não sendo possível sua anexação aos autos do processo. Contudo, afirmou ser possível apresentar o relatório à autoridade investigadora em sede de verificação, com vistas a sua validação.

N-butanol, FD NWE, EUR/tonne (ICIS)

| EUR/t | Taxa de câmbio (EUR/USD) | USD/t |
|---|---|---|
| 797,83 | 1,1204 | 893,89 |

83. A peticionária, utilizando seus próprios coeficientes de produção, apurou as quantidades de óxido de etileno e de n-butanol necessárias para a produção de uma tonelada de EBMEG, chegando aos coeficientes técnicos apresentados na tabela a seguir. Os coeficientes técnicos foram multiplicados pelos preços obtidos das matérias-primas e utilizados para apuração dos custos de produção do EBMEG.

Custos Matérias Primas
[CONFIDENCIAL]

| Produto | Coeficiente técnico (Kg/t) | Valor (US$/t) |
|---|---|---|
| Óxido de etileno | [CONF] | [CONF] |
| N-butanol | [CONF] | [CONF] |
| Total | - | 1.023,72 |

84. Destarte, apurou-se um custo referente a matérias primas de US$ 1.023,72 por tonelada de EBMEG para a França.

4.1.1.2. Das utilidades

4.1.1.2.1. Da energia elétrica

85. Para obtenção dos valores relativos à energia elétrica, a peticionária sugeriu a utilização de coeficientes técnicos referentes a sua matriz de custo de produção, em P5. A peticionária apurou o consumo de energia elétrica ([CONFIDENCIAL] ) utilizada na produção de uma tonelada de EBMEG.

86. A Oxiteno apresentou o custo de energia elétrica com base em levantamento realizado no sítio eletrônico Eurostat. Os dados são disponibilizados em bases semestrais, segregados por país, em euros por quilowatt hora. A peticionária sugeriu a utilização da banda de consumo de energia aplicável à classe de consumo superior a 150.000 MWh. Foram considerados o segundo semestre de 2019, o primeiro e o segundo semestre de 2020, sendo necessário realizar uma ponderação com base na quantidade de meses de cada semestre em P5. Os valores em euros foram convertidos para dólares estadunidenses conforme a cotação média entre as moedas em P5 fornecida pelo Banco Central do Brasil.

Custo Energia Elétrica
[CONFIDENCIAL]

| Período (semestre) | Meses em P5 | Custo |
|---|---|---|
| 2019/02 (EUR/KWh) | 3 | 0,0479 |
| 2020/01 (EUR/KWh) | 6 | 0,0524 |
| 2020/02 (EUR/kWh) | 3 | 0,0504 |
| Total Ponderado (EUR/KWh) | - | 0,0508 |
| Total Ponderado (US$/KWh) | - | 0,0569 |
| Consumo Energia Elétrica (US$/t) | - | [CONF] |

4.1.1.2.2. Do Vapor

87. No tocante ao vapor, a peticionária informou não ter encontrado base de dados que disponibilizasse o custo praticado na França. Dessa forma, sugeriu utilizar sua própria estrutura de custos em P5 de forma a estimar tal rubrica. Foi considerado o custo total de vapor incorrido pela peticionária em relação ao total produzido de EBMEG. Os valores em reais foram convertidos para dólares estadunidenses conforme a cotação média entre as moedas em P5 fornecida pelo Banco Central do Brasil.

Custos Vapor
[CONFIDENCIAL]/[RESTRITO]

| Rubrica | Valor |
|---|---|
| Vapor (R$) | [CONF] |
| Produção (t) | [REST.] |
| Custo Vapor (R$/t) | [CONF] |
| Taxa de Câmbio | 4,8339 |
| Custo Vapor Total (US$/t) | [CONF] |

88. Vale ressaltar, contudo, que foram identificadas oportunidades de aprimoramento na metodologia para apuração do custo de vapor apresentada pela peticionária. Nesse sentido, os custos referentes ao vapor foram apurados de forma relativa, com base na estrutura de custos da indústria doméstica. Nesse sentido, apurou-se a participação dos custos relativos ao vapor no custo total reportado pela Oxiteno para as rubricas energia elétrica e vapor, atingindo um percentual de [CONFIDENCIAL] %:

Custos Vapor
[CONFIDENCIAL]

| Rubrica | Valor (R$) | Participação em relação ao total (%) |
|---|---|---|
| Energia Elétrica (R$) (A) | [CONF] | [CONF] |
| Vapor (R$) (B) | [CONF] | [CONF] |
| Total Energia Elétrica + Vapor (R$) (C) = (A) + (B) | [CONF] | 100,0% |
| Energia Elétrica (US$/t) (D) | [CONF] | [CONF] |
| Vapor (US$/t) (E) | [CONF] | [CONF] |
| Total Energia Elétrica + Vapor (US$/t) (F) = (D) + (E) | [CONF] | 100,0% |

4.1.1.2.3. Das outras utilidades

89. Para o custo com outras utilidades empregadas pelas produtoras de EBMEG na França, a peticionária optou por utilizar a relação entre o custo de outras utilidades e a soma dos custos relativos à energia elétrica e ao vapor de sua própria linha produtiva.

90. Assim, apresenta-se a tabela abaixo com a estimativa para o custo de outras utilidades baseada na estrutura de custo da Oxiteno.

Custo Outras Utilidades
[CONFIDENCIAL]

| | |
|---|---|
| Energia Elétrica (R$) (A) | [CONF] |
| Vapor (R$) (B) | [CONF] |
| Total Energia Elétrica + Vapor (R$) (C) = (A) + (B) | [CONF] |
| Outras Utilidades (R$) (D) | [CONF] |
| Outras Utilidades (%) (E) = (D)/(C) | [CONF] |
| Energia Elétrica (US$/t) (F) | [CONF] |
| Vapor (US$/t) (G) | [CONF] |
| Outras Utilidades (US$/t) (H) = ((F) + (G))*(E) | [CONF] |

91. A tabela a seguir resume os custos com utilidades para a construção do valor normal de EBMEG na França.

Custo Total de Utilidades

| Rubrica | Valor (US$/t) |
|---|---|
| Energia Elétrica | [CONF] |
| Vapor | [CONF] |
| Outras Utilidades | [CONF] |
| Custo Total Utilidades | 82,59 |

4.1.1.3. Da mão de obra

92. A peticionária apresentou o custo de mão de obra empregada na produção de EBMEG com base em informações fornecidas pelo Institut National de la Statistique et des études économiques (INSEE), órgão de estatísticas francesas oficial. O órgão disponibiliza o custo de mão de obra médio na França para o ano de 2016, que atingiu EUR 34,30/hora. São fornecidas, ademais, séries temporais trimestrais que apresentam sua evolução, sendo possível calcular o custo médio em P5, que atingiu EUR 37,17/hora.

Custo Mão de Obra - França

| Ano | Trimestre | Fator | Custo Mão de Obra (EUR/hora) |
|---|---|---|---|
| 2019 | Q4 | 106,00 | 36,36 |
| 2020 | Q1 | 108,20 | 37,11 |
| 2020 | Q2 | 111,00 | 38,07 |
| 2020 | Q3 | 108,30 | 37,15 |
| Média | - | - | 37,17 |

93. Além disso, a Oxiteno apurou a quantidade de horas trabalhadas por empregado para a produção de uma tonelada de EBMEG, em P3, a partir dos dados reportados da indústria doméstica. De forma conservadora, a empresa sugeriu a utilização da produtividade referente a P3, uma vez que este foi o período de maior produtividade da indústria doméstica. Os valores em euros foram convertidos para dólares estadunidenses conforme a cotação média entre as moedas em P5 fornecida pelo Banco Central do Brasil. A tabela a seguir resume as informações apresentadas pela peticionária.

Custo Mão de Obra
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

| Rubrica | Valor |
|---|---|
| Custo da Mão de Obra (EUR/h) (A) | 37,17 |
| Produção (t) (B) | [REST.] |
| Empregados (produção direta e indireta) (C) | [CONF] |
| Produção (t)/empregados (D) = (B) / (C) | [CONF] |
| Produção (t) mensal/empregados (E) | [CONF] |
| Horas Mensais (F) | 188,57 |
| Produção (t) por hora/empregados (G) = (E) / (F) | [CONF] |
| Custo da Mão de Obra (EUR/t) (H) = (A) / (G) | [CONF] |
| Custo da Mão de Obra (US$/t) | [CONF] |

94. Dessa forma, para fins de início da investigação, considerou-se o valor de [CONFIDENCIAL] por tonelada para o custo de mão de obra para a produção de EBMEG na França.

4.1.1.4. Do custo de produção

95. Com base nos valores apresentados nas seções acima, foi elaborada a tabela a seguir, que apresenta o custo de produção de 1 tonelada de EBMEG na França:

Custo de produção
[CONFIDENCIAL]

| Rubrica | Valor (US$/t) |
|---|---|
| Matérias Primas (A) | 1.023,72 |
| Óxido de Etileno (A.1) | [CONF] |
| N-Butanol (A.2) | [CONF] |
| Utilidades (B) | 82,59 |
| Energia Elétrica (B.1) | [CONF] |
| Vapor (B.2) | [CONF] |
| Outras Utilidades (B.3) | [CONF] |
| Mão de Obra (C) | [CONF] |
| Custo e Produção (D) = (A) + (B) + (C) | 1.202,31 |

96. De acordo com os dados apresentados, o custo de fabricação de EBMEG atingiu US$ 1.202,31/t.

4.1.1.5. Das despesas gerais e administrativas, de vendas e do lucro

97. Para o cálculo das despesas gerais, administrativas e de vendas, a peticionária utilizou os demonstrativos financeiros da empresa INEOS Chemicals France Holdings Limited, detentora de 100% da INEOS Chemicals Lavera, que, conforme a Oxiteno, é a responsável pela produção de EBMEG no grupo INEOS exportada ao Brasil. As informações referem-se ao ano de 2019, período mais recente disponibilizado no sítio eletrônico da referida organização. Como tais demonstrações financeiras se referem ao Grupo INEOS como um todo, a Oxiteno sugeriu a realização de ajustes de modo que os dados refletissem de maneira adequada as operações de EBMEG na França. Para tanto, calculou as proporções das vendas realizadas pela INEOS na Europa, com exceção do Reino Unido, em relação às vendas totais do Grupo, alcançando 87,5%. Este percentual foi, então, aplicado ao demonstrativo financeiro da empresa em P5.

Despesas gerais, administrativas e de vendas - Grupo INEOS ajustado

| Rubrica | Valor (milhões EUR) | Relação com CPV (%) |
|---|---|---|
| Sales revenue | 715.252 | - |
| Cost of sales | (682.902) | - |
| Gross profit on sales | 32.350 | - |
| Other operating income | 11.938 | 1,7% |
| Distribution costs | (34.777) | 5,1% |
| Administrative expenses | (11.846) | 1,7% |
| Operating (loss)/profit | (2.670) | (0,3%) |

98. Em relação ao lucro, a Oxiteno informou que o Grupo INEOS reportou prejuízo nominal de 2,6 milhões de euros em 2019. Dessa forma, sugeriu a utilização do lucro reportado pela empresa BASF no ano de 2019, uma vez que a BASF "é uma empresa multinacional, tal qual a INEOS, produtora de produtos químicos dentre os quais o EBMEG, localizada na Alemanha em território próximo à INEOS e dentro da União Europeia" e que o lucro da empresa foi considerado para o cálculo do valor normal na Alemanha na investigação que resultou na aplicação do direito vigente às importações brasileiras de EBMEG originárias da Alemanha, implementado por meio da Resolução Camex nº 37/2016. O lucro reportado pela empresa em 2019 alcançou 4.052.000.000 de euros, o que representa 9,4% de seu CPV no período (43.061.000.000 de euros).

99. Por fim, os percentuais calculados acima foram aplicados ao custo de produção do valor normal construído (matérias-primas, utilidades e mão de obra), conforme tabela abaixo. Vale ressaltar que, de forma conservadora, a peticionária não incluiu montante relativo a outras despesas operacionais na construção do valor normal. Ademais, não foram consideradas receitas e despesas financeiras, uma vez que são incluídas/deduzidas após o cálculo do lucro operacional nas demonstrações financeiras do Grupo BASF.

Despesas gerais, administrativas e de vendas

| Rubrica | Coeficiente (rubrica/CPV) | Custo (US$/t) |
|---|---|---|
| Custo de produção | - | 1.202,31 |
| Despesas Administrativas e Gerais | 1,7% | 20,86 |
| Despesas de Vendas | 5,1% | 61,23 |
| Lucro | 9,4% | 113,14 |

4.1.1.6. Do valor normal construído para fins de início da revisão

100. Nesse contexto, o valor normal construído de EBMEG para a França, em US$/t, foi o seguinte:

Valor Normal Construído - França
[CONFIDENCIAL]

| Rubrica | Valor (US$/t) |
|---|---|
| Matérias Primas (A) | 1.023,72 |
| Óxido de Etileno (A.1) | [CONF] |
| N-Butanol (A.2) | [CONF] |
| Utilidades (B) | 82,59 |
| Energia Elétrica (B.1) | [CONF] |
| Vapor (B.2) | [CONF] |
| Outras Utilidades (B.3) | [CONF] |
| Mão de Obra (C) | [CONF] |
| Custo e Produção (D) = (A) + (B) + (C) | 1.202,31 |
| Despesas Totais (E) | 82,08 |
| Despesas Gerais e Administrativas (E.1) | 20,86 |
| Despesas Comerciais (E.2) | 61,23 |
| Margem de Lucro (F) | 113,14 |
| Valor Normal construído (G) = (D) + (E) + (F) | 1.397,53 |

101. Destarte, para fins de início da investigação, apurou-se o valor normal construído para a França de US$ 1.397,53/t, na condição ex fabrica.

4.1.2. Do preço de exportação

102. O preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto investigado, é o recebido, ou a receber, pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto em questão.

103. Para fins de apuração do preço de exportação de EBMEG da França para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro efetuadas no período de análise de dumping, ou seja, as importações realizadas entre outubro de 2019 e setembro de 2020. As informações referentes aos preços de exportação foram apuradas tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Economia, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos identificados como não sendo o produto objeto da investigação e mantidos determinados produtos sobre cujas descrições existiam dúvidas acerca de seu enquadramento ou não como produto investigado.

Preço de Exportação - França
[RESTRITO]

| Valor FOB (US$) | Volume (t) | Preço de Exportação FOB (US$/t) |
|---|---|---|
| [REST.] | [REST.] | 1.023,15 |

104. Desse modo, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, em toneladas, apurou-se o preço de exportação de US$ 1.023,15, na condição FOB.

4.1.3. Da margem de dumping

105. A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

106. Ressalta-se que tanto o valor normal adotado para a França, conforme apurado previamente neste parecer, como o preço de exportação, apurado com base nos dados disponibilizados pela RFB, foram apresentados em condições consideradas adequadas para justa comparação com vistas à presente análise, em base FOB.

107. Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a França.

Margem de Dumping

| Valor Normal (US$/t) | Preço de Exportação (US$/t) | Margem de Dumping Absoluta (US$/t) | Margem de Dumping Relativa (%) |
|---|---|---|---|
| 1.397,53 | 1.023,15 | 374,38 | 36,59% |

108. Desse modo, para fins de início desta revisão, apurou-se que a margem de dumping da França alcançou US$ 374,38/t.

4.2. Do dumping para efeito de determinação preliminar

4.2.1. Do valor normal para fins de determinação preliminar

109. Tendo em vista a ausência de resposta aos questionários enviados aos produtores/exportadores conhecidos da França, o valor normal baseou-se, em atendimento ao estabelecido no § 3º do art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, na melhor informação disponível nos autos do processo, qual seja, o valor normal utilizado quando do início da investigação. Dessa forma, para fins de determinação preliminar, apurou-se o valor normal construído para a França de US$ 1.397,53/t, na condição ex fabrica.

4.2.2. Do preço de exportação para fins de determinação preliminar

110. O preço de exportação é o mesmo utilizado para fins de início da investigação. Desse modo, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, em toneladas, apurou-se o preço de exportação de US$ 1.023,15, na condição FOB.

4.2.3. Da margem de dumping para fins de determinação preliminar

111. A tabela a seguir resume o cálculo realizado e as margens de dumping, absoluta e relativa, apuradas:

Margem de Dumping

| Valor Normal (US$/t) | Preço de Exportação (US$/t) | Margem de Dumping Absoluta (US$/t) | Margem de Dumping Relativa (%) |
|---|---|---|---|
| 1.397,53 | 1.023,15 | 374,38 | 36,59% |

112. Desse modo, para fins de determinação preliminar, apurou-se que a margem de dumping da França alcançou US$ 374,38/t.

4.3. Da conclusão sobre o dumping

113. A margem de dumping apurada nos cálculos supra mencionados demonstra, preliminarmente, a existência da prática de dumping nas importações brasileiras de EBMEG originárias da França, realizadas no período de outubro de 2019 a setembro de 2020.

5. DAS IMPORTAÇÕES, DO MERCADO BRASILEIRO E DO CONSUMO NACIONAL APARENTE

114. Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de EBMEG. O período de investigação deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de dano à indústria doméstica, de acordo com a regra do § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013.

115. Assim, para efeito desta análise, considerou-se, de acordo com o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020, dividido da seguinte forma:

P1 - 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016;
P2 - 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017;
P3 - 1º de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2018;
P4 - 1º de outubro de 2018 a 30 de setembro de 2019;
P5 - 1º de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020.

5.1. Das importações

116. Para fins de apuração dos valores e das quantidades de EBMEG importadas pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao subitem tarifário 2909.43.10 da NCM, fornecidos pela RFB.

117. Para verificar se o referido código tarifário poderia abarcar outros produtos além do produto objeto da investigação, foi realizada depuração das importações constantes desses dados, com o intuito de verificar se todos os registros se referiam à importação de EBMEG. A metodologia para depurar os dados consistiu em excluir eventuais produtos que não estavam em conformidade com os parâmetros descritos na seção 2 deste documento. Nesse sentido, foram excluídos produtos contendo descrições tais como "butildiglicol" e "2-(2-butoxietoxi)".

118. Cumpre ressaltar que, em que pese a metodologia adotada, ainda restaram importações, que representaram menos de 0,001% do volume total importado pelo Brasil entre P1 e P5, volume considerado pouco significativo, cujas descrições nos dados disponibilizados pela RFB não permitiram concluir se o produto importado era ou não o EBMEG objeto de análise de dumping. Para fins desta investigação, volumes, valores e preços das importações que não puderam ser identificados como produto sujeito à medida fazem parte dos volumes, valores e preços das importações totais mencionados neste documento. Portanto, foram excluídos da análise apenas aqueles produtos cujas descrições permitiram concluir que não se tratava do produto objeto da investigação.

119. Visando tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF. [RESTRITO].

120. As tabelas seguintes apresentam os volumes, valores e preços CIF das importações totais de EBMEG, bem como suas variações, no período de investigação de dano à indústria doméstica:

Importações Totais (em t)
[RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1 - P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| França | 100,0 | 201,2 | 235,9 | 396,4 | 503,1 | |
| Total (sob análise) | 100,0 | 201,2 | 235,9 | 396,4 | 503,1 | |
| *Variação* | - | *101,2%* | *17,2%* | *68,1%* | *26,9%* | *+403,1%* |
| Arábia Saudita | - | 100,0 | 2.174,3 | 2.918,9 | 2.347,6 | |
| Coréia do Sul | 100,0 | 38,1 | 34,2 | 77,6 | 34,7 | |
| Bélgica | 100,0 | 775,3 | 1.557,8 | 1.048,2 | 326,8 | |
| Índia | 100,0 | - | 69,7 | 39,1 | 209,5 | |
| Alemanha | 100,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 2,1 | |
| Estados Unidos | 100,0 | 4,0 | 0,0 | 1,3 | - | |
| México | 100,0 | 176,3 | 23,2 | - | - | |
| Países Baixos (Holanda) | 100,0 | 32,2 | 71,5 | - | - | |
| Total (exceto sob análise) | 100,0 | 25,0 | 89,1 | 117,6 | 89,7 | |
| *Variação* | - | *(75,0%)* | *256,3%* | *32,0%* | *(23,7%)* | *(10,3%)* |
| Total Geral | 100,0 | 47,4 | 107,7 | 153,0 | 142,2 | |
| *Variação* | - | *(52,6%)* | *127,3%* | *42,0%* | *(7,0%)* | *+42,2%* |

Valor das Importações Totais (em CIF USD x1.000)
[RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1-P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| França | 100,0 | 202,6 | 297,1 | 428,0 | 447,9 | |
| Total (sob análise) | 100,0 | 202,6 | 297,1 | 428,0 | 447,9 | |
| *Variação* | - | *102,6%* | *46,6%* | *44,1%* | *4,6%* | *+347,9%* |
| Arábia Saudita | - | 100,0 | 2.457,5 | 3.717,1 | 2.634,6 | |
| Coréia do Sul | 100,0 | 36,7 | 38,7 | 77,8 | 26,5 | |
| Bélgica | 100,0 | 714,3 | 1.606,4 | 1.080,7 | 244,1 | |
| Índia | 100,0 | - | 74,1 | 34,0 | 171,3 | |
| Alemanha | 100,0 | 0,5 | 0,2 | 0,1 | 2,1 | |
| Estados Unidos | 100,0 | 4,2 | 0,0 | 1,6 | - | |
| México | 100,0 | 150,3 | 23,4 | - | - | |
| Países Baixos (Holanda) | 100,0 | 30,8 | 81,4 | - | - | |
| Total (exceto sob análise) | 100,0 | 29,1 | 105,2 | 152,0 | 101,6 | |
| *Variação* | - | *(70,9%)* | *261,7%* | *44,4%* | *(33,2%)* | *+1,6%* |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Total Geral | 100,0 | 53,9 | 132,6 | 191,4 | 151,1 | |
| *Variação* | - | (46,1%) | 146,1% | 44,3% | (21,1%) | +51,1% |

Preço das Importações Totais (em CIF USD / t)
[RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1 - P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| França | 100,0 | 100,7 | 125,9 | 108,0 | 89,0 | |
| Total (sob análise) | 100,0 | 100,7 | 125,9 | 108,0 | 89,0 | |
| Variação | - | *0,7%* | *25,1%* | *(14,3%)* | *(17,5%)* | *(11,0%)* |
| Arábia Saudita | - | 100,0 | 113,0 | 127,3 | 112,2 | |
| Coréia do Sul | 100,0 | 96,2 | 113,1 | 100,1 | 76,5 | |
| Bélgica | 100,0 | 92,1 | 103,1 | 103,1 | 74,7 | |
| Índia | 100,0 | - | 106,3 | 86,8 | 81,8 | |
| Alemanha | 100,0 | 1.349,6 | 1.174,0 | 611,2 | 99,1 | |
| Estados Unidos | 100,0 | 106,1 | 2.638,8 | 123,6 | - | |
| México | 100,0 | 85,3 | 100,7 | - | - | |
| Países Baixos (Holanda) | 100,0 | 95,7 | 113,8 | - | - | |
| Total (exceto sob análise) | 100,0 | 116,3 | 118,1 | 129,3 | 113,2 | |
| *Variação* | - | *16,3%* | *1,5%* | *9,4%* | *(12,4%)* | *+13,2%* |
| Total Geral | 100,0 | 113,7 | 123,1 | 125,1 | 106,2 | |
| *Variação* | - | *13,7%* | *8,3%* | *1,6%* | *(15,1%)* | *+6,2%* |

121. O volume das importações brasileiras de EBMEG da origem investigada aumentou 403,1% de P1 a P5. Observa-se que a França iniciou o período da análise de dano, em P1, com uma quantidade de importações que representava 12,7% das importações totais, e chegou a P5 com volume equivalente a 45,0% das importações brasileiras de EBMEG.

122. Quanto ao valor CIF das importações brasileiras de EBMEG da origem investigada, houve tendência semelhante de crescimento de 347,9% entre P1 e P5. Em P5, essas importações representaram 42,4% do valor total das importações brasileiras do produto objeto da investigação.

123. Com relação aos preços das importações da origem investigada, observa-se que houve redução de 11% no período de investigação do dano, de P1 a P5. Até P3, houve aumento nos preços, principalmente de P2 a P3, de 25,1%. A partir de P3, os preços caíram progressivamente até P5, acumulando redução de 29,3% nesse intervalo.

124. Com relação ao volume importado de outras origens, verificou-se redução de 10,3%, ao se considerar toda a série temporal analisada. Entre as principais origens, destaca-se que as importações advindas da Arábia Saudita apresentaram acréscimos em praticamente todos os períodos (exceto de P4 a P5), até somarem o montante de [RESTRITO] toneladas em P5, 51,8% do volume total importado pelo Brasil nesse período. Já o volume importado dos Estados Unidos, que representou 81% das importações totais em P1, reduziu-se quase que por completo já em P2 e registrou a ausência de volume em P3 e P5, possivelmente em razão da imposição da revisão do direito antidumping aplicado às importações originárias deste país, em P1.

125. No que tange ao indicador de valor importado das outras origens, considerando-se todo o período de investigação de dano, houve aumento de 1,6% no valor importado. Já o preço CIF médio por tonelada de EBMEG de outras origens apresentou variação acumulada de aumento de 13,2% de P1 a P5.

126. Constatou-se que o volume das importações brasileiras totais de EBMEG apresentou queda de 52,6%, de P1 para P2, influenciado pela redução no volume das importações das outras origens (em especial, dos EUA, após a prorrogação da medida antidumping ora vigente), e aumento de 127,3% de P2 para P3, principalmente em razão do aumento do volume das demais origens, com destaque para o acréscimo nas importações de origem saudita. De P3 para P4 houve novo aumento nas importações totais, de 42%, impulsionado pelas importações francesas e das outras origens, e decréscimo de P4 para P5, de 7%. Durante os extremos do período de investigação (P1 a P5) verificou-se aumento de 42,2% nas importações brasileiras totais de EBMEG.

127. Avaliando a variação no valor das importações brasileiras totais no período analisado, em movimentos similares aos do volume das importações totais, verificou-se entre P1 e P2 queda de 46,1%. Nos períodos seguintes, até P4, são observados crescimentos, seguidos de retração em P5. Analisando-se todo o período, o valor das importações brasileiras totais apresentou expansão da ordem de 51,1%, considerado P5 em relação a P1.

128. A variação do preço médio das importações brasileiras totais no período apresentou aumento da ordem de 6,2%.

129. Cabe ressaltar também que, em termos absolutos, apurou-se que o valor total das importações brasileiras de EBMEG originárias da França aumentou US$ [RESTRITO] milhões, quando o valor das importações das demais origens aumentou US$ [RESTRITO] mil, de P1 a P5 (impactado principalmente pelo acréscimo nas importações sauditas e pelo decréscimo nas importações estadunidenses). Assim, constatou-se que o valor total das importações brasileiras de EBMEG apresentou aumento de US$ [RESTRITO] milhões, no período investigado.

5.2. Do mercado brasileiro, do consumo nacional aparente (CNA) e da evolução das importações

130. Para dimensionar o mercado brasileiro de EBMEG foram consideradas as quantidades vendidas, de fabricação própria, no mercado interno pela indústria doméstica, líquidas de devoluções e reportadas pela peticionária, bem como as quantidades importadas apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior.

131. Por sua vez, para dimensionar o consumo nacional aparente (CNA) de EBMEG, foram adicionados ao volume do mercado brasileiro as quantidades referentes ao consumo cativo. A peticionária informou que não realizou serviço de industrialização para terceiros (tolling) durante o período de investigação do dano.

Do Mercado Brasileiro, do Consumo Nacional Aparente e da Evolução das Importações (em t)
[RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1 - P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Mercado Brasileiro | | | | | | |
| Mercado Brasileiro {A+B+C} | 100,0 | 91,6 | 101,2 | 111,5 | 98,0 | |
| *Variação* | - | *(8,4%)* | *10,6%* | *10,1%* | *(12,1%)* | *(2,0%)* |
| A. Vendas Internas - Indústria Doméstica | 100,0 | 119,5 | 97,1 | 85,2 | 69,9 | |
| *Variação* | - | *19,5%* | *(18,7%)* | *(12,3%)* | *(17,9%)* | *(30,1%)* |
| B. Vendas Internas - Outras Empresas | - | - | - | - | - | - |
| *Variação* | - | - | - | - | - | - |
| C. Importações Totais | 100,0 | 47,4 | 107,7 | 153,0 | 142,2 | |
| C1. Importações - Origens sob Análise | 100,0 | 201,2 | 235,9 | 396,4 | 503,1 | |
| *Variação* | - | *101,2%* | *17,2%* | *68,1%* | *26,9%* | *+403,1%* |
| C2. Importações - Outras Origens | 100,0 | 25,0 | 89,1 | 117,6 | 89,7 | |
| *Variação* | - | *(75,0%)* | *256,3%* | *32,0%* | *(23,7%)* | *(10,3%)* |
| Consumo Nacional Aparente (CNA) | | | | | | |
| CNA {A+B+C+D} | 100,0 | 92,8 | 101,2 | 112,7 | 96,4 | |
| *Variação* | - | *(7,2%)* | *9,0%* | *11,4%* | *(14,5%)* | *(3,6%)* |
| D. Consumo Cativo | 100,0 | 117,6 | 99,5 | 137,4 | 65,3 | |
| *Variação* | - | *17,6%* | *(15,3%)* | *38,1%* | *(52,4%)* | *(34,7%)* |
| Representatividade das Importações de Origens sob Análise | | | | | | |
| Participação no Mercado Brasileiro {C1/(A+B+C)} | 100,0 | 219,8 | 233,0 | 355,6 | 513,6 | |
| *Variação* | *[REST.]* | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST] | [REST.] |
| Participação no CNA {C1/(A+B+C+D+E)} | 100,0 | 216,9 | 233,2 | 351,7 | 521,8 | |
| Variação | *[REST.]* | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST] | [REST.] |
| Participação nas Importações Totais {C1/C} | 100 | 425,2 | 218,9 | 259,06 | 354,33 | - |
| Variação | *[REST.]* | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST] | [REST.] |
| F. Volume de Produção Nacional {F1+F2} | 100,0 | 112,5 | 92,0 | 85,3 | 61,6 | |
| Variação | *[REST.]* | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST] | [REST.] |
| F1. Volume de Produção - Indústria Doméstica | 100,0 | 112,5 | 92,0 | 85,3 | 61,6 | |
| Variação | *[REST.]* | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST] | [REST.] |
| F2. Volume de Produção - Outras Empresas | - | - | - | - | - | - |
| Variação | - | - | - | - | - | - |
| Relação com o Volume de Produção Nacional {C1/F} | 100 | 178,26 | 255,07 | 462,32 | 813,04 | |
| Variação | *[REST.]* | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST] | [REST.] |

132. Observou-se que o mercado brasileiro inicialmente decresceu 8,4% de P1 para P2 e depois aumentou 10,6% de P2 para P3, acompanhando os movimentos de decréscimo das importações de outras origens de P1 para P2 e de aumento das importações de outras origens e da origem investigada de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento da ordem de 10,1% entre P3 e P4 e redução de 12,1% entre P4 e P5, decorrentes da expansão do volume das importações da origem investigada entre P3 e P4 e do decréscimo nas vendas da indústria doméstica de P4 a P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de mercado brasileiro de EBMEG revelou variação negativa de 2% em P5, comparativamente a P1.

133. Observou-se que a participação das importações investigadas em relação ao mercado brasileiro aumentou durante o período sob investigação, passando de [RESTRITO] % em P1 para [RESTRITO] % em P5. Já a participação das importações de outras origens em relação ao mercado brasileiro diminuiu no período analisado, passando de [RESTRITO] % em P1 para [RESTRITO] % em P5.

134. Observou-se que o consumo nacional aparente brasileiro apresentou trajetória similar à do mercado brasileiro, com decréscimo de 7,2% de P1 para P2, posterior aumento de 9% de P2 para P3, aumento de 11,4% entre P3 e P4 e redução de 14,5% entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de consumo nacional aparente brasileiro de EBMEG revelou variação negativa de 3,6% em P5, comparativamente a P1.

135. Adicionalmente, ao longo de todo o período, observou-se acréscimo na participação do volume importado da origem investigada em relação ao volume total importado, quando representava [RESTRITO] % do total importado pelo Brasil em P1 e passou a [RESTRITO] % em P5. Ao se analisar a tendência das importações dessa origem durante o período sob investigação, contatou-se que o período de P1 para P2 foi aquele no qual se registrou o aumento mais intenso: [RESTRITO] p.p., causados, principalmente, pelo aumento das importações francesas e pela queda das importações estadunidenses neste período.

136. Por fim, observou-se que a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de EBMEG registrou também aumentos sucessivos. Ao se considerar todo o período investigado, essa relação apresentou acréscimo de [RESTRITO] p.p., de P1 a P5.

5.3. Da conclusão a respeito das importações

137. No período de investigação de dano, as importações brasileiras de EBMEG originárias da França cresceram significativamente:

a) em termos absolutos, tendo passado de [RESTRITO] t, em P1, para [RESTRITO] t, em P5, ou seja, um acréscimo de [RESTRITO] t no período sob investigação;

b) em relação às importações totais, tendo subido de [RESTRITO] % do total de EBMEG importado pelo Brasil, em P1, para [RESTRITO] %, em P5;

c) em relação ao mercado brasileiro, uma vez que a participação dessas importações, que era de [RESTRITO] %, em P1, apresentou aumentos em todos os períodos, totalizando entre P1 e P5 um acréscimo de [RESTRITO] p.p. na participação das importações no mercado brasileiro;

d) em relação ao CNA, pois de P1 ([RESTRITO]%) para P5 ([RESTRITO] %) houve aumento dessa relação em [RESTRITO] p.p.; e

e) em relação à produção nacional, pois de P1 ([RESTRITO] %) para P5 ([RESTRITO] %) houve aumento dessa relação em [RESTRITO] p.p., uma vez que houve aumento daquelas importações e retração de [RESTRITO] % da produção nacional, nesse mesmo período.

138. Diante desse quadro, constatou-se aumento substancial das importações originárias da França a preços de dumping, quando considerado o período de investigação de dano (P1 a P5), tanto em termos absolutos quanto em relação à produção nacional, ao mercado brasileiro, ao CNA e às importações totais.

139. Cumpre destacar que, ao se considerar o agregado de todas as demais origens, observou-se diminuição nas importações durante o período em análise, com diminuição no volume das importações em [RESTRITO] %. Contudo, aponte-se o aumento no volume das importações sauditas em patamares superiores ao da origem investigada (aumento em termos absolutos de [RESTRITO] t, em P1, para [RESTRITO] t, em P5).

140. Por fim, as importações a preços de dumping foram realizadas a preços CIF médios por tonelada ponderados superiores aos das demais importações brasileiras em P1 e P3 e inferiores em P2, P4 e P5, período esse de análise de dumping.

6. DO DANO

141. Conforme disposto no art. 108 do Decreto n. 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito antidumping levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito e os demais fatores elencados no art. 104 do Regulamento Brasileiro.

142. O período de análise dos indicadores da indústria doméstica compreendeu os mesmos períodos utilizados na análise das importações, conforme indicado no item 6 deste documento.

143. Ressalte-se que ajustes em relação aos dados apresentados pela empresa na petição de início e em resposta ao pedido de informações complementares foram efetuados, tendo em conta os resultados da verificação in loco realizada por equipe da autoridade investigadora brasileira. Os ajustes serão descritos a seguir nos respectivos itens.

6.1. Dos indicadores da indústria doméstica

144. Como já demonstrado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como a linha de produção de EBMEG da Oxiteno, localizada em Camaçari (Bahia), responsável, em P5, por 100,0% da produção nacional do produto similar fabricado no Brasil. Dessa forma, os indicadores considerados neste documento refletem os resultados alcançados pela linha de produção da referida empresa.

145. Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pelas peticionárias, foram atualizados os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG) Produtos Industriais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), [RESTRITO].

146. De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados neste documento.

147. Destaque-se que os indicadores econômico-financeiros apresentados neste documento, com exceção do retorno sobre investimentos, do fluxo de caixa e da capacidade de captar recursos, são referentes exclusivamente à produção e às vendas da indústria doméstica de EBMEG.

6.1.1. Da evolução global da indústria doméstica

6.1.1.1. Dos indicadores de venda e participação no mercado brasileiro

148. A tabela a seguir apresenta, entre outras informações, as vendas da indústria doméstica de EBMEG de fabricação própria, destinadas ao mercado interno, conforme informadas pela peticionária. Cumpre ressaltar que as vendas são apresentadas líquidas de devoluções.

Dos Indicadores de Venda e Participação no Mercado Brasileiro e no Consumo Nacional Aparente (em t)
[RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1 - P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Indicadores de Vendas | | | | | | |
| A. Vendas Totais da Indústria Doméstica | 100,0 | 115,7 | 93,1 | 79,7 | 66,2 | |
| Variação | - | 15,7% | (19,5%) | (14,3%) | (16,9%) | (33,8%) |
| A1. Vendas no Mercado Interno | 100,0 | 119,5 | 97,1 | 85,2 | 69,9 | |
| Variação | - | 19,5% | (18,7%) | (12,3%) | (17,9%) | (30,1%) |
| A2. Vendas no Mercado Externo | 100,0 | 65,5 | 40,2 | 9,1 | 18,6 | |
| Variação | - | (34,5%) | (38,7%) | (77,4%) | 104,2% | (81,4%) |
| Mercado Brasileiro e Consumo Nacional Aparente (CNA) | | | | | | |
| B. Mercado Brasileiro | 100,0 | 91,6 | 101,2 | 111,5 | 98,0 | |
| Variação | - | (8,4%) | 10,6% | 10,1% | (12,1%) | (2,0%) |
| C. CNA | 100,0 | 92,8 | 101,2 | 112,7 | 96,4 | |
| Variação | - | (7,2%) | 9,0% | 11,4% | (14,5%) | (3,8%) |
| Representatividade das Vendas no Mercado Interno | | | | | | |
| Participação nas Vendas Totais {A1/A} | 100,0 | 103,3 | 104,4 | 106,8 | 105,5 | |
| Variação | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST] | [REST.] |
| Participação no Mercado Brasileiro {A1/B} | 100,0 | 130,5 | 95,9 | 76,4 | 71,4 | |
| Variação | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST] | [REST.] |
| Participação no CNA {A1/C} | 100,0 | 128,8 | 96,0 | 75,6 | 72,5 | |
| Variação | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST] | [REST.] |

149. Observou-se que houve redução no volume de vendas de EBMEG destinado ao mercado interno em todos os períodos da série analisada, exceto entre P1 e P2, quando registrou elevação de 19,7%. Ao se analisar o período de investigação (P1 a P5), verificou-se retração de 30,1% ([RESTRITO]) no volume de vendas destinado ao mercado doméstico.

150. No caso do volume de vendas de EBMEG destinado ao mercado externo, foram observadas quedas consecutivas ao longo do período de análise de dano, acumulando variação negativa de 81,4% ([RESTRITO]) entre P1 e P5. A participação dessas vendas nas vendas totais, contudo, representou patamares [RESTRITO] das vendas totais ao longo do período de análise de dano.

151. As variações nos volumes de vendas totais da indústria doméstica refletem principalmente o comportamento verificado nas vendas internas, dada a menor relevância de exportações no período em análise. Nesse sentido, observou-se retração de 33,8% ([RESTRITO]) no volume de vendas totais da indústria doméstica entre P1 e P5.

152. Quanto à participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de EBMEG, observou-se elevação de [RESTRITO] p.p. entre P1 e P2, seguida de sucessivas reduções. De P1 a P5 verificou-se retração de [RESTRITO] p.p. na participação da indústria doméstica no mercado brasileiro, tendo alcançado [RESTRITO] em P5, contra [RESTRITO] em P1. Já em relação à participação no consumo nacional aparente, as tendências observadas foram similares, registrando redução de [RESTRITO] p.p. de P1 a P5.

6.1.1.2. Dos indicadores de produção, capacidade e estoque

153. A indústria doméstica informou que a planta produtiva de éteres butílicos opera continuamente, sendo sua capacidade instalada nominal calculada por meio da multiplicação de 8.760 horas (horas totais em um ano) pelo volume obtido em uma hora de produção, considerando-se a operação a 100% de capacidade. Já a capacidade instalada efetiva foi calculada considerando as [CONFIDENCIAL].

Dos Indicadores de Produção, Capacidade Instalada e Estoque (em t)
[RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1 - P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Volumes de Produção | | | | | | |
| A. Volume de Produção - Produto Similar | 100,0 | 112,5 | 92,0 | 85,3 | 61,6 | |
| Variação | - | 12,5% | (18,2%) | (7,3%) | (27,8%) | (38,4%) |
| B. Volume de Produção - Outros Produtos | 100,0 | 113,0 | 98,1 | 86,2 | 64,5 | |
| Variação | - | 13,0% | (13,2%) | (12,1%) | (25,2%) | (35,5%) |
| C. Industrialização p/ Terceiros - Tolling | - | - | - | - | - | - |
| Variação | - | - | - | - | - | - |
| Capacidade Instalada | | | | | | |
| D. Capacidade Instalada Efetiva | 100,0 | 98,7 | 93,9 | 94,8 | 94,0 | |
| Variação | - | (1,3%) | (4,9%) | 1,0% | (0,9%) | (6,0%) |
| E. Grau de Ocupação {(A+B)/D} | 100,0 | 114,1 | 99,3 | 90,0 | 66,2 | |
| Variação | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST] | [REST.] |
| Estoques | | | | | | |
| F. Estoques | 100,0 | 71,0 | 78,6 | 114,2 | 60,9 | |
| Variação | - | (29,0%) | 10,7% | 45,4% | (46,7%) | (39,1%) |
| G. Relação entre Estoque e Volume de Produção {E/A} | 100,0 | 62,8 | 86,0 | 133,7 | 98,8 | - |
| Variação | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST.] | [REST] | [REST.] |

154. O volume de produção do produto similar da indústria doméstica, após expansão inicial entre P1 e P2, apresentou quedas consecutivas entre P2 e P5. Constatou-se que, de P1 para P5, o volume de produção apresentou redução de 38,4%.

155. Observou-se que a capacidade instalada efetiva revelou variação negativa de 6,0% em P5, comparativamente a P1. Do mesmo modo o grau de ocupação da capacidade instalada, no mesmo período, decresceu [RESTRITO] p.p.

156. O volume do estoque final de EBMEG diminuiu 29,0% entre P1 e P2, sendo seguido de elevações entre P2 e P3 (10,7%) e entre P3 e P4 (45,4%). Entre P4 e P5, foi registrada nova redução, de 46,7%. Considerando-se os extremos da série (P1 a P5), o volume do estoque final da indústria doméstica retraiu 39,1%.

157. Como decorrência, a relação estoque final/produção apresentou evolução similar à do volume de estoque. Considerando-se os extremos da série, a relação estoque final/produção diminuiu [RESTRITO] p.p.

6.1.1.3. Dos indicadores de emprego, produtividade e massa salarial

Do Emprego, da Produtividade e da Massa Salarial
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1 - P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Emprego | | | | | | |
| A. Qtde de Empregados - Total | 100,0 | 118,8 | 94,9 | 97,8 | 76,1 | |
| Variação | - | 18,8% | (20,1%) | 3,1% | (22,2%) | (23,9%) |
| A1. Qtde de Empregados - Produção | 100,0 | 113,6 | 94,1 | 97,5 | 72,0 | |
| Variação | - | 13,6% | (17,2%) | 3,6% | (26,1%) | (28,0%) |
| A2. Qtde de Empregados - Adm. e Vendas | 100,0 | 150,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | |
| Variação | - | 50,0% | (33,3%) | - | - | - |

| Produtividade (em t) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| B. Produtividade por Empregado - Volume de Produção (produto similar) / {A1} | 100,0 | 99,1 | 97,8 | 87,5 | 85,5 | |
| Variação | - | (0,9%) | (1,2%) | (10,5%) | (2,4%) | (14,5%) |
| **Massa Salarial (em Mil Reais)** | | | | | | |
| C. Massa Salarial - Total | 100,0 | 116,6 | 90,6 | 93,4 | 58,7 | |
| Variação | - | 16,6% | (22,3%) | 3,1% | (37,2%) | (41,3%) |
| C1. Massa Salarial - Produção | 100,0 | 115,2 | 88,0 | 90,5 | 61,6 | |
| Variação | - | 15,2% | (23,6%) | 2,9% | (31,9%) | (38,4%) |
| C2. Massa Salarial - Adm. e Vendas | 100,0 | 122,4 | 100,9 | 104,8 | 47,2 | |
| Variação | - | 22,4% | (17,6%) | 3,9% | (55,0%) | (52,8%) |

158. Observou-se que o número de empregados que atuam em linha de produção diminuiu 28,0% em P5, comparativamente a P1 ([CONFIDENCIAL]). Com relação à variação do número de empregados que atuam em administração e vendas ao longo do período em análise, não houve alterações, considerado o mesmo período. Por sua vez, o número total de empregados diminuiu 23,9% ([CONFIDENCIAL]).

159. A produtividade por empregado ligado à produção revelou variação negativa de 14,5% considerando-se todo o período de investigação, de P1 para P5.

160. A massa salarial dos empregados ligados à linha de produção, ao considerar-se todo o período de investigação de dano, de P1 para P5, caiu 38,4%, enquanto a massa salarial dos empregados das áreas de administração e vendas se reduziu em 52,8%. Diante disso, a massa salarial total, de P1 a P5, caiu 41,3%.

6.1.2. Dos indicadores financeiros da indústria doméstica

6.1.2.1. Da receita líquida e dos preços médios ponderados

161. Inicialmente, cumpre elucidar que a receita líquida da indústria doméstica se refere às vendas líquidas de EBMEG de produção própria, já deduzidos os abatimentos, descontos, tributos e devoluções, bem como as despesas de frete interno.

Da Receita Líquida e dos Preços Médios Ponderados
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1 - P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receita Líquida (em Mil Reais)** | | | | | | |
| A. Receita Líquida Total | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] |
| Variação | - | (2,4%) | (4,9%) | (14,0%) | (19,8%) | (36,0%) |
| A1. Receita Líquida - Mercado Interno | 100,0 | 100,0 | 96,1 | 84,2 | 67,0 | |
| Variação | - | (0,0%) | (3,9%) | (12,4%) | (20,3%) | (33,0%) |
| Participação {A1/A} | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] |
| A2. Receita Líquida - Mercado Externo | 100,0 | 59,7 | 40,0 | 10,2 | 16,0 | |
| Variação | - | (40,3%) | (32,9%) | (74,6%) | 57,0% | (84,0%) |
| Participação {A2/A} | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] |
| **Preços Médios Ponderados (em Reais/t)** | | | | | | |
| B. Preço no Mercado Interno {A1/Vendas no Mercado Interno} | 100,0 | 83,7 | 99,0 | 98,8 | 95,9 | |
| Variação | - | (16,3%) | 18,3% | (0,1%) | (3,0%) | (4,1%) |
| C. Preço no Mercado Externo {A2/Vendas no Mercado Externo} | 100,0 | 91,1 | 99,6 | 112,0 | 86,1 | |
| Variação | - | (8,9%) | 9,4% | 12,4% | (23,1%) | (13,9%) |

162. A respeito da variação da receita líquida referente às vendas de EBMEG no mercado interno, foram verificadas sucessivas retrações ao longo do período de análise de dano, pressionada, entre P1 e P2, pela queda no preço de venda no mercado interno (16,3%) e, nos demais períodos, especialmente pela redução dos volumes vendidos no mercado doméstico. Ao se considerar todo o período de investigação, a receita líquida obtida com as vendas de EBMEG no mercado interno diminuiu 33,0%.

163. Por sua vez, a receita líquida obtida com as vendas de EBMEG ao mercado externo caiu 84,0% entre P1 e P5, também resultado da retração dos preços praticados nas exportações da indústria doméstica e nos volumes exportados. Ao se considerarem os extremos do período de análise, a receita líquida total obtida com as vendas de EBMEG diminuiu 36,0%.

164. A respeito dos preços médios ponderados de venda, ressalte-se, inicialmente, que os preços médios de venda no mercado interno apresentados se referem exclusivamente às vendas de fabricação própria e que foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as quantidades vendidas.

165. O preço médio de EBMEG vendido no mercado interno, após redução de 16,3% entre P1 e P2, registrou crescimento de 18,3% entre P2 e P3, retornando quase ao mesmo patamar de P1. Nos demais períodos, observaram-se retrações de 0,1% e 3,0%, respectivamente. Assim, de P1 para P5, o preço médio de venda de EBMEG da indústria doméstica no mercado interno diminuiu 4,1%.

166. Já o preço médio do produto vendido ao mercado externo decresceu 13,9% considerando os extremos da série.

6.1.2.2. Dos resultados e das margens

Demonstrativo de Resultado no Mercado Interno e Margens de Rentabilidade
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1 - P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Demonstrativo de Resultado (em Mil Reais)** | | | | | | |
| A. Receita Líquida - Mercado Interno | 100,0 | 100,0 | 96,1 | 84,2 | 67,0 | |
| Variação | - | (0,0%) | (3,9%) | (12,4%) | (20,3%) | (33,0%) |
| B. Custo do Produto Vendido - CPV | 100,0 | 118,1 | 115,8 | 109,8 | 70,5 | |
| Variação | - | 18,1% | (2,0%) | (5,2%) | (35,8%) | (29,5%) |
| C. Resultado Bruto {A-B} | 100,0 | 26,0 | 15,8 | (20,1) | 53,1 | |
| Variação | - | (74,0%) | (39,2%) | (227,3%) | 364,2% | (46,9%) |
| D. Despesas Operacionais | 100,0 | 84,4 | 99,5 | (64,7) | 104,7 | |
| Variação | - | (15,6%) | 18,0% | (165,0%) | 261,9% | +4,7% |
| D1. Despesas Gerais e Administrativas | 100,0 | 95,4 | 81,6 | 66,1 | 50,6 | |
| D2. Despesas com Vendas | 100,0 | 100,4 | 85,5 | 63,1 | 61,9 | |
| D3. Resultado Financeiro (RF) | (100,0) | (88,0) | (28,9) | (300,4) | 142,8 | |
| D4. Outras Despesas (Receitas) Operacionais (OD) | 100,0 | (5.323,9) | (254,1) | (18.423,1) | (5.066,4) | |
| E. Resultado Operacional {C-D} | 100,0 | (41,7) | (81,3) | 31,6 | (6,7) | |
| Variação | - | (141,7%) | (95,0%) | 138,8% | (121,1%) | (106,7%) |
| F. Resultado Operacional (exceto RF) {C-D1-D2-D4} | 100,0 | (124,2) | (151,4) | (139,5) | 80,0 | |
| Variação | - | (224,2%) | (21,9%) | 7,9% | 157,3% | (20,0%) |
| G. Resultado Operacional (exceto RF e OD) {C-D1-D2} | 100,0 | (151,4) | (152,0) | (235,4) | 53,0 | |
| Variação | - | (251,4%) | (0,4%) | (54,9%) | 122,5% | (47,0%) |
| **Margens de Rentabilidade (%)** | | | | | | |
| H. Margem Bruta {C/A} | 100,0 | 25,9 | 16,2 | (23,9) | 79,2 | |
| Variação | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] |
| I. Margem Operacional {E/A} | 100,0 | (41,8) | (84,6) | 37,4 | (9,9) | |
| Variação | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] |
| J. Margem Operacional (exceto RF) {F/A} | 100,0 | (123,2) | (157,1) | (164,3) | 119,6 | |
| Variação | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] |
| K. Margem Operacional (exceto RF e OD) {G/A} | 100,0 | (151,8) | (158,9) | (280,4) | 78,6 | |
| Variação | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] |

167. A respeito da demonstração de resultados e das margens de lucro associadas, obtidas com a venda de EBMEG de fabricação própria no mercado interno, registre-se que o CPV apresentou um aumento de 18,1% de P1 para P2, seguido de sucessivas quedas nos demais períodos. Considerando-se todo o período analisado houve uma queda de 29,5%.

168. O resultado bruto com a venda de EBMEG no mercado interno apresentou queda de 46,9% de P1 a P5 e a margem bruta da indústria doméstica apresentou retração de [CONFIDENCIAL] p.p. considerando-se os extremos da série.

169. O resultado operacional da indústria doméstica se reduziu em 106,7% ao se considerar todo o período de investigação, [CONFIDENCIAL]. A margem operacional apresentou comportamento semelhante ao resultado operacional: considerando-se todo o período de investigação de dano, a margem operacional obtida em P5 piorou [CONFIDENCIAL]p.p. em relação a P1.

170. No tocante ao resultado operacional excluindo-se os resultados financeiros foi observada queda de 20,0% entre P1 e P5, enquanto a margem operacional exceto o resultado financeiro apresentou elevação de [CONFIDENCIAL]p.p. ao se considerar os extremos da série.

171. Em relação ao resultado operacional excluindo-se as receitas financeiras e outras despesas foi observada queda de 47,0% entre P1 e P5, enquanto a margem operacional exceto o resultado financeiro e outras despesas apresentou decréscimo de [CONFIDENCIAL] p.p. ao se considerar os extremos da série.

Demonstrativo de Resultado no Mercado Interno por Unidade (R$/t)
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1 - P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| A. Receita Líquida - Mercado Interno | 100,0 | 83,7 | 99,0 | 98,8 | 95,9 | |
| Variação | - | (16,3%) | 18,3% | (0,1%) | (3,0%) | (4,1%) |
| B. Custo do Produto Vendido - CPV | 100,0 | 98,8 | 119,3 | 128,9 | 100,8 | |
| Variação | - | (1,2%) | 20,6% | 8,1% | (21,8%) | +0,8% |
| C. Resultado Bruto {A-B} | 100,0 | 21,8 | 16,3 | (23,6) | 76,0 | |
| Variação | - | (78,2%) | (25,2%) | (245,2%) | 421,8% | (24,0%) |
| D. Despesas Operacionais | 100,0 | 70,6 | 102,5 | (76,0) | 149,8 | |
| Variação | - | (29,4%) | 45,2% | (174,1%) | 297,2% | +49,8% |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| D1. Despesas Gerais e Administrativas | 100,0 | 79,8 | 84,0 | 77,6 | 72,4 | |
| D2. Despesas com Vendas | 100,0 | 84,0 | 88,0 | 74,1 | 88,6 | |
| D3. Resultado Financeiro (RF) | (100,0) | (73,6) | (29,8) | (352,7) | 204,3 | |
| D4. Outras Despesas (Receitas) Operacionais (OD) | 100,0 | (4.454,2) | (261,6) | (21.631,5) | (7.247,7) | |
| E. Resultado Operacional {C-D} | 100,0 | (34,9) | (83,7) | 37,1 | (9,5) | |
| Variação | - | (134,9%) | (140,0%) | 144,3% | (125,7%) | (109,5%) |
| F. Resultado Operacional (exceto RF) {C-D1-D2-D4} | 100,0 | (103,9) | (155,9) | (163,8) | 114,4 | |
| Variação | - | (203,9%) | (50,1%) | (5,1%) | 169,8% | +14,4% |
| G. Resultado Operacional (exceto RF e OD) {C-D1-D2} | 100,0 | (126,7) | (156,5) | (276,3) | 75,8 | |
| Variação | - | (226,7%) | (23,5%) | (76,6%) | 127,4% | (24,2%) |

172. Em relação à receita líquida unitária no mercado interno, foram observadas retrações em todos os períodos, com exceção de P3. Considerando os extremos da série, foi constatada retração de 4,1% no indicador.

173. Ainda, ao se analisar o CPV unitário, observaram-se quedas entre P1 e P2 e entre P4 e P5. Nos demais períodos foram registradas elevações. Ao longo de todo o período de análise de dano, verificou-se variação positiva de 0,8% de P1 para P5.

174. Ao analisar o resultado bruto unitário das vendas de EBMEG no mercado interno, verificou-se retração em todos os períodos exceto entre P4 e P5, quando a queda no CPV unitário foi maior que a queda do preço. Considerando os extremos da série, o resultado bruto unitário apresentou retração de 24,0%.

175. No tocante ao resultado operacional, foram registradas reduções em todos os períodos, com exceção de P4. Ao se considerar os extremos da série, o resultado operacional unitário apresentou retração de 109,5%.

176. O resultado operacional exclusive o resultado financeiro e o resultado operacional exclusive o resultado financeiro e outras despesas/receitas apresentaram comportamento semelhantes ao resultado bruto unitário, com elevações somente entre P4 e P5. Considerando o período de análise de dano, o resultado operacional exclusive o resultado financeiro apresentou elevação de 14,4%, enquanto o resultado operacional exclusive o resultado financeiro e outras despesas/receitas registrou redução de 24,2%. Observe-se, ainda, que, após resultados negativos em P2, P3 e P4, os indicadores retomam a montantes positivos em P5.

6.1.2.3. Do fluxo de caixa, do retorno sobre investimentos e da capacidade de captar recursos

177. Com relação aos próximos indicadores, cumpre frisar que se referem às atividades totais da indústria doméstica, e não somente às operações relacionadas a EBMEG.

Do Fluxo de Caixa, Retorno sobre Investimentos e Capacidade de Captar Recursos
[CONFIDENCIAL]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1 - P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de Caixa** | | | | | | |
| A. Fluxo de Caixa | (100,00) | 312,81 | (32,32) | 47,27 | 10,38 | |
| Variação | - | 412,8% | (110,3%) | 246,3% | (78,1%) | +110,4% |
| **Retorno sobre Investimento** | | | | | | |
| B. Lucro Líquido | 100,0 | 52,1 | 80,9 | 68,9 | (7,1) | |
| Variação | - | (47,9%) | 55,3% | (14,9%) | (110,3%) | (107,1%) |
| C. Ativo Total | 100,0 | 136,9 | 145,1 | 144,1 | 133,5 | |
| Variação | - | 36,9% | 6,0% | (0,7%) | (7,4%) | +33,5% |
| D. Retorno sobre Investimento Total (ROI) | 100,0 | 38,1 | 55,8 | 47,8 | (5,3) | |
| Variação | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] |
| **Capacidade de Captar Recursos** | | | | | | |
| E. Índice de Liquidez Geral (ILG) | 100,0 | 70,8 | 63,6 | 54,5 | 45,5 | |
| Variação | - | (29,2%) | (10,1%) | (14,3%) | (16,7%) | (54,5%) |
| F. Índice de Liquidez Corrente (ILC) | 100,0 | 201,7 | 189,7 | 180,2 | 125,9 | |
| Variação | - | 101,7% | (6,0%) | (5,0%) | (30,1%) | +25,9% |

178. Verificou-se elevação no fluxo de caixa referente às atividades totais da indústria doméstica de 110,4% ao longo do período de análise de dano, que foi marcado por oscilações acentuadas nesse indicador ao se observar as variações período a período.

179. Quanto ao retorno sobre investimento, também se verificou retração ao considerar-se os extremos da série, de P1 a P5, de [CONFIDENCIAL] p.p., com a maior queda tendo ocorrido de P1 a P2.

180. Ao se analisar a capacidade de captar recursos, verificou-se deterioração no índice de liquidez geral, com a queda de 54,5% durante todo o período de análise do dano - a maior queda tendo ocorrido de P1 para P2; e melhora no índice de liquidez corrente, com o aumento de 25,9% ao longo de todo o período - o maior aumento tendo ocorrido de P1 para P2.

6.1.3. Dos fatores que afetam os preços domésticos

6.1.3.1. Dos custos e da relação custo/preço

Dos Custos e da Relação Custo/Preço
[CONFIDENCIAL] / [RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1 - P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custos de Produção (em Mil Reais)** | | | | | | |
| Custo de Produção {A + B} | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] |
| Variação | - | 18,2% | (8,1%) | (2,5%) | (39,2%) | (35,5%) |
| A. Custos Variáveis | 100 | 120,1 | 111,46 | 109,56 | 64,97 | |
| A1. Matéria Prima | 100 | 121,24 | 112,76 | 108,72 | 62,32 | |
| A2. Outros Insumos | 100 | 91,33 | 91 | 123,36 | 68,27 | |
| A3. Utilidades | 100 | 113,51 | 98,79 | 115,18 | 76,3 | |
| A4. Outros Custos Variáveis | 100 | 114,06 | 146,64 | 108,43 | 118,31 | |
| B. Custos Fixos | 100 | 108,72 | 94,43 | 87,68 | 62,03 | |
| B1. Mão de obra direta | 100 | 111,1 | 91,52 | 84,31 | 64,56 | |
| B2. Depreciação | 100 | 108,38 | 92,69 | 82,59 | 57,95 | |
| B3. Mão de obra Indireta | 100 | 111,75 | 94,99 | 103,45 | 59,36 | |
| B4. Materiais Diversos | 100 | 106,18 | 98,74 | 89,49 | 71,74 | |
| B5. Outros Custos Fixos | 100 | 105,36 | 97,01 | 79,9 | 67,87 | |
| **Custo Unitário (em R$/t) e Relação Custo/Preço (%)** | | | | | | |
| C. Custo de Produção Unitário | 100 | 105,1 | 118,08 | 124,26 | 104,76 | |
| Variação | - | 5,1% | 12,4% | 5,2% | (15,7%) | +4,8% |
| D. Preço no Mercado Interno | 100 | 83,66 | 98,97 | 98,83 | 95,91 | |
| Variação | - | (16,3%) | 18,3% | (0,1%) | (3,0%) | (4,1%) |
| E. Relação Custo / Preço {C/D} | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] |
| Variação | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] |

181. O custo de produção total da indústria doméstica associado à fabricação de EBMEG apresentou elevação de 18,2% entre P1 e P2, seguida de sucessivas reduções nos demais períodos. Deste modo, se considerados os extremos da série, o custo de produção total caiu 35,5%. Vale destacar que, consoante o apresentado na seção 3, a produção dos éteres butílicos se caracteriza pela formação conjunta de três produtos: EBMEG, EBDEG e EBTEG. Nesse sentido, a Oxiteno informou que os produtos homólogos EBDEG e EBTEG são custeados e comercializados individualmente, não afetando, portanto, o custo do EBMEG.

182. O custo de produção unitário, por sua vez, após sucessivos incrementos entre P1 e P4, apresentou redução de 15,7% entre P4 e P5. Considerando a totalidade do período de investigação, houve elevação de 4,8% no referido indicador.

183. Por sua vez, a relação entre o custo de produção e o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno registrou elevações entre P1 e P2 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e entre P3 e P4 ([CONFIDENCIAL] p.p.). Entre P2 e P3, o indicador apresentou redução de [CONFIDENCIAL] p.p., enquanto entre P4 e P5 apresentou queda de [CONFIDENCIAL] p.p. Assim, ao considerar o período como um todo (P1 a P5), a relação entre custo de produção e preço subiu [CONFIDENCIAL] p.p.

6.1.3.2. Da comparação entre o preço do produto sob investigação e o similar nacional

184. O efeito das importações a preços de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos, conforme disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013. Inicialmente deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto sob investigação é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações investigadas impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que ocorreria na ausência de tais importações.

185. A fim de se comparar o preço do EBMEG importado da origem investigada com o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado do produto importado dessa origem no mercado brasileiro. Já o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida, em reais atualizados, e a quantidade vendida, em toneladas, no mercado interno durante o período de investigação de dano.

186. Para o cálculo dos preços internados do produto importado no Brasil da França, foram considerados os valores totais de importação do produto objeto da investigação, na condição CIF, em reais, obtidos dos dados brasileiros de importação, fornecidos pela RFB. A esses valores foram somados: a) o Imposto de Importação (II), (14% sobre o valor CIF), considerando-se os valores efetivamente recolhidos; b) o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); e c) os valores unitários das despesas de internação, apurados com base em uma operação de importação da própria empresa a partir do porto de Hamburgo na Alemanha, considerado adequado por ser território próximo à França e dentro da União Europeia, em P5 ([CONFIDENCIAL] ). No caso das despesas de internação, a peticionária destacou que não seria "adequado o cálculo da despesa de internação por meio da ponderação do total importado pela Oxiteno da Alemanha, tal como feito para o frete e seguro internacional, visto que não é possível extrair tais despesas de forma detalhada do sistema contábil, segregando por tipo de despesa, sendo possível apenas a extração do total de despesas, o que poderia incluir custos adicionais". Diante disso, considerou despesas de armazenagem, capatazia, honorários de despachante, honorários para licença de importação e taxa do SISCOMEX.

Despesas de Internação
[CONFIDENCIAL]

| Rubrica | Valor |
|---|---|
| Armazenagem (Zona Primária) (R$) (A) | [CONF.] |
| Capatazia (Acréscimos) (R$) (B) | [CONF.] |
| Honorários para Licença de Importação (R$) (C) | [CONF.] |
| Honorários Despachante (R$) (D) | [CONF.] |
| Taxa SISCOMEX (R$) (E) | [CONF.] |
| Custo Total (R$) (F) = (A) + (B) + (C) + (D) + (E) | [CONF.] |
| Volume Importado (t) (G) | [CONF.] |
| Custo Total (R$/t) (J) = (H) / (I) | 106,02 |

187. Vale ressaltar que o valor referente às despesas de internação foi deflacionado com base no IPA-OG - Produtos Industriais, a fim de se obter os valores em reais atualizados para cada período. Destaque-se, ainda, que o valor unitário do AFRMM foi calculado aplicando-se o percentual de 25% sobre o valor do frete internacional referente a cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB, quando pertinente. Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, aquelas via transporte aéreo, as destinadas à Zona Franca de Manaus e as realizadas ao amparo do regime especial de drawback.

188. Por fim, dividiu-se cada valor total supramencionado pelo volume total de importações objeto da investigação, a fim de se obter o valor por tonelada de cada uma dessas rubricas. Realizou-se o somatório das rubricas unitárias, chegando-se ao preço CIF internado das importações investigadas.

189. Os preços internados do produto da origem investigada, assim obtidos, foram atualizados com base no IPA-OG-Produtos Industriais, a fim de se obterem os valores em reais atualizados e compará-los com os preços da indústria doméstica.

190. A tabela a seguir demonstra os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos para cada período de investigação de dano.

Preço médio CIF internado e subcotação - França
[RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Preço CIF (R$/t) | 100 | 90,48 | 126,84 | 119,09 | 119,02 |
| Imposto de Importação (R$/t) | 100 | 90,48 | 126,84 | 119,09 | 119,02 |
| AFRMM (R$/t) | 100 | 86,1 | 113,87 | 126,32 | 143,02 |
| Despesas de internação (R$/t) | 100 | 104,04 | 109,7 | 119,32 | 128,93 |
| CIF Internado (R$/t) | 100 | 90,68 | 126,47 | 119,14 | 119,34 |
| CIF Internado atualizado (R$/t) (A) | 100 | 87,16 | 115,47 | 100,1 | 92,91 |
| Preço da Indústria Doméstica (R$/t) (B) | 100 | 83,66 | 98,97 | 98,83 | 95,91 |
| Subcotação (B-A) | 100 | 56,2 | -30,45 | 88,81 | 119,42 |

191. Da análise da tabela anterior, constatou-se que o preço médio ponderado do produto importado da origem investigada, internado no Brasil, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todo o período considerado, com exceção de P3.

192. Em relação aos preços médios de venda da indústria doméstica, após redução de 16,3% entre P1 e P2, foi registrado crescimento de 18,3% entre P2 e P3, retornando quase ao mesmo patamar de P1. Nos demais períodos, observaram-se retrações de 0,1% e 3,0%, respectivamente. Assim, de P1 para P5, o preço médio de venda de EBMEG da indústria doméstica no mercado interno diminuiu 4,1%.

193. Observou-se, portanto, depressão do preço da indústria doméstica, representada pela queda dos preços, ao longo do período analisado, com exceção de P2 para P3, que registrou variação positiva.

194. Por fim, verificou-se supressão de preços entre P1 e P2 e entre P3 e P4, sendo registradas quedas no preço de venda no mercado doméstico, aliadas a elevações no custo de produção. Desse modo, a relação entre o custo de produção e o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno registrou elevações entre P1 e P2 ([CONFIDENCIAL] p.p.) e entre P3 e P4 ([CONFIDENCIAL] p.p.). Entre P2 e P3, o indicador apresentou redução de [CONFIDENCIAL] p.p., enquanto entre P4 e P5 apresentou queda de [CONFIDENCIAL] p.p. Considerando os extremos da série, a supressão de preços também foi verificada, uma vez que o preço médio de venda do produto similar diminuiu 4,1% e o custo de produção médio cresceu 4,8%, gerando uma elevação de [CONFIDENCIAL] p.p. na relação entre as duas variáveis.

6.1.4. Da magnitude da margem de dumping

195. Buscou-se avaliar em que medida a magnitude da margem de dumping da origem investigada afetou a indústria doméstica. Para isso, examinou-se qual seria o impacto sobre os preços da indústria doméstica caso as exportações para o Brasil do produto objeto da investigação não tivessem sido realizadas a preços de dumping.

196. Para tanto, utilizou-se o valor normal empregado para o cálculo da margem de dumping. Ao valor normal, em dólares estadunidenses por tonelada, adicionaram-se os valores do frete e do seguro internacionais obtidos dos dados de importações brasileiras de EBMEG originárias da França, em P5. Dessa forma, obteve-se o valor CIF.

197. Os montantes de II foram apurados a partir dos dados efetivos obtidos junto à RFB. Em relação ao AFRMM, o valor foi apurado a partir das informações fornecidas pela RFB. Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, via transporte aéreo, as destinadas à Zona Franca de Manaus e as realizadas ao amparo do regime especial de drawback.

198. As despesas de internação, por sua vez, foram calculadas com base em uma operação de importação da própria empresa a partir do porto de Hamburgo na Alemanha em P5 ([CONFIDENCIAL]), conforme metodologia apresentada no item 6.1.3.2 supra.

199. Por sua vez, o preço do produto similar da indústria doméstica foi convertido de real brasileiro (R$) para dólar estadunidense (US$) utilizando-se a taxa média de câmbio de P5 (R$ 4,8339/US$), calculada a partir de dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Bacen), respeitando-se as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

200. Considerando-se o valor normal internado apurado, isto é, o preço pelo qual o produto objeto da investigação seria vendido ao Brasil na ausência de dumping, as importações brasileiras originárias da França seriam internadas no mercado brasileiro aos valores demonstrados na tabela a seguir:

Magnitude da Margem de Dumping
[RESTRITO]

| Rubrica | Valor |
|---|---|
| Valor normal (US$/t) | 1.397,53 |
| Taxa de Câmbio | 4,8339 |
| Valor normal (R$/t) | 6.755,57 |
| Frete internacional (R$/t) | [REST.] |
| Seguro internacional (R$/t) | [REST.] |
| Valor normal CIF (R$/t) | 6.942,94 |
| Imposto de importação (R$/t) | [REST.] |
| AFRMM (R$/t) | [REST.] |
| Despesas de internação (R$/t) | 106,02 |
| Valor normal internado (R$/t) | 8.066,45 |
| Preço indústria doméstica (R$/t) | [REST.] |
| Diferença (R$/t) | [REST.] |

201. A partir da metodologia descrita anteriormente, concluiu-se que o valor normal da França, em base CIF, internalizado no Brasil, superaria o preço da indústria doméstica ex fabrica em [RESTRITO], em P5.

202. Assim, ao se comparar o valor normal internado obtido acima com o preço ex fabrica da indústria doméstica em P5, é possível inferir que as importações originárias da França não teriam impactado negativamente os resultados da indústria doméstica, uma vez que teriam concorrido em outro nível de preço com o produto similar nacional caso não fossem objeto de dumping.

6.2. Da conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica

203. A partir da análise dos indicadores da indústria doméstica, verificou-se que, após uma única elevação entre P1 e P2, o volume de vendas no mercado interno da indústria doméstica apresentou seguidas contrações no indicador, o que o fez encerrar o período de análise de dano com uma variação negativa de 30,1%. Na comparação entre os dois períodos de análise mais recentes, houve queda de 17,9% do volume dessas vendas de P4 a P5.

204. De P1 a P5, o mercado brasileiro apresentou redução de 2,0%, sendo a maior queda registrada entre P4 e P5 (12,1%), possivelmente em função do agravamento da pandemia da COVID-19, consoante indicação da peticionária. Considerando que o mercado brasileiro apresentou um declínio inferior à redução das vendas internas da indústria doméstica, a indústria doméstica perdeu [RESTRITO] p.p. de participação no mercado brasileiro entre P1 e P5, e [RESTRITO] p.p. de P4 a P5, alcançando [RESTRITO] % de participação em P5.

205. Em relação ao volume de produção de EBMEG, observou-se comportamento semelhante às vendas domésticas, com aumento de P1 para P2 e sucessivas reduções nos demais períodos, sendo a mais relevante entre P4 e P5, da ordem de 27,8%. Entre P1 e P5, houve redução no volume de produção de EBMEG na ordem de 38,4%.

206. A capacidade instalada registrou redução de 6,0% entre P1 e P5. Mesmo com essa queda, diante da redução expressiva no volume produzido de EBMEG, o grau de ocupação da capacidade instalada caiu [RESTRITO] p.p., atingindo [RESTRITO]% em P5, período com o resultado mais danoso para o indicador.

207. Em relação ao volume do estoque final de EBMEG, após redução de 8,5% de P1 para P2 e seguidos aumentos entre P2 e P4, voltando a apresentar queda em P5, tendo resultado em queda de 39,1% considerando-se os extremos da série (P1 a P5). Como decorrência, a relação estoque final/produção decresceu [RESTRITO] p.p. entre P1 e P5.

208. No que tange aos empregados nas linhas de produção de EBMEG da indústria doméstica, observou-se contração de 21,4% entre P1 e P5, e à massa salarial, redução de 38,4%. Já o número de empregados encarregados da administração e vendas se manteve constante, enquanto a respectiva massa salarial registrou queda de 52,8%.

209. Por sua vez, apurou-se que o preço do produto similar da indústria doméstica apresentou uma retração inicial substancial em P2, da ordem de 16,3%, seguida de uma elevação de 18,3% entre P2 e P3, fazendo com que o preço retornasse a um patamar similar ao observado em P1. Nos demais períodos, voltou a registrar reduções consecutivas. Dessa forma, de P1 a P5 pôde-se observar que os preços da indústria doméstica apresentaram queda de 4,1%, e, de P4 a P5, de 3,0%, configurando a existência de depressão ao longo do período de análise.

210. Verificou-se, ainda, que o custo de produção apresentou sucessivas elevações entre P1 e P4, seguida de uma redução substancial em P5 (15,7%). Apesar disso, ao se considerar o período de análise de dano, o custo de produção cresceu 4,8%. Nesse sentido, a relação custo de produção/preço de venda deteriorou-se [CONFIDENCIAL]p.p. entre P1 e P5, pressionando, assim, as margens da indústria doméstica.

211. Nesse contexto, observou-se que a indústria doméstica alcançou seu melhor resultado financeiro em P1. Apesar da melhora dos indicadores de volume de vendas e produção de EBMEG em P2, a queda do preço de venda no mercado doméstico impediu um incremento nos indicadores financeiros. Entre P2 e P4, pressionados pelo crescimento das importações, os indicadores financeiros registraram quedas consecutivas. Por fim, apesar de nova redução no volume de vendas no mercado doméstico em P5, os indicadores financeiros registraram evolução positiva, sobretudo a margem bruta ([CONFIDENCIAL]p.p.), margem operacional exclusive resultado financeiro ([CONFIDENCIAL]p.p.) e a margem operacional exclusive resultado financeiro e outras despesas operacionais ([CONFIDENCIAL]p.p.). Esses incrementos foram resultado da redução do custo de produção reportado pela indústria doméstica em P5.

212. Apesar da melhora observada em P5, quando considerado o período completo de análise de dano, verificou-se retração de 33,0% na receita líquida, de 46,9% no resultado bruto, de 106,7% no resultado operacional, de 20,0% no resultado operacional excluindo o resultado financeiro e de 47,0% no resultado operacional excluindo o resultado financeiro e as outras despesas operacionais. De mesmo modo, identificou-se redução de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem bruta, [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional e de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional, com exceção do

resultado financeiro e das outras despesas operacionais, no período analisado. Apenas a margem operacional, com exceção do resultado financeiro apresentou variação positiva entre P1 e P5, de [CONFIDENCIAL] p.p., contudo, o seu resultado, em termos absolutos, apresentou queda de 20,0%.

213. Por todo o exposto, verificou-se que a indústria doméstica logrou êxito em aumentar as vendas no mercado interno, participação no mercado brasileiro e volume produzido apenas em P2, apresentando piora nestes indicadores nos demais períodos. Após P2, mesmo com o mercado brasileiro tendo apresentado crescimento de 10,6% em P3 e de 10,1% em P4, as vendas da indústria doméstica decresceram 18,7% e 12,3% nos mesmos períodos. Ademais, mesmo quando o mercado brasileiro apresentou contração de 12,1% entre P4 e P5, o volume de vendas da indústria doméstica retração maior, de 17,9%. Após as diversas reduções de volume de vendas, a indústria doméstica perdeu [RESTRITO] p.p. de participação no mercado brasileiro entre P1 e P5. Dessa forma, resta claro o dano nos indicadores de volume de vendas da indústria doméstica.

214. Em relação aos indicadores financeiros, estes apresentaram consecutivas retrações entre P1 e P4, voltando a crescer em P5, resultado da redução em 15,7% dos custos de produção incorridos pela Oxiteno. Contudo, ressalte-se que a recuperação dos indicadores financeiros em P5 foi apenas parcial, uma vez que ainda, quando considerado o período completo de análise de dano, verificou-se retração de 33,0% na receita líquida, de 46,9% no resultado bruto, de 106,7% no resultado operacional, de 20,0% no resultado operacional excluindo o resultado financeiro e de 47,0% no resultado operacional excluindo o resultado financeiro e as outras despesas operacionais e das respectivas margens de lucro.

215. Dessa forma, pôde-se concluir, para fins de determinação preliminar, pela existência de dano à indústria doméstica no período investigado, sobretudo quando analisados os resultados dos extremos do período de investigação de dano.

7. DA CAUSALIDADE

216. O art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece a necessidade de se demonstrar o nexo de causalidade entre as importações a preços de dumping e o eventual dano à indústria doméstica. Essa demonstração de nexo causal deve basear-se no exame de elementos de prova pertinentes e outros fatores conhecidos, além das importações a preços de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica na mesma ocasião.

7.1. Do impacto das importações a preços de dumping sobre a indústria doméstica

217. Consoante o também disposto no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, é necessário demonstrar que, por meio dos efeitos do dumping, as importações objeto da investigação contribuíram significativamente para o dano experimentado pela indústria doméstica.

218. A partir dos dados apresentados nos itens 5 e 6 deste documento, é possível observar que, ao longo do período de análise de dano, observou-se crescimento contínuo e acentuado no volume das importações brasileiras de EBMEG originárias da França, acontecendo mesmo em períodos de contração no mercado brasileiro. Levando-se em conta o período entre P1 e P5, houve evolução de [RESTRITO] % no volume dessas importações, tendo o maior aumento relativo ocorrido de P1 para P2 ([RESTRITO] %), e o segundo maior aumento, de [RESTRITO] %, de P3 para P4. Em termos absolutos, os maiores crescimentos foram observados de P3 a P4 ([RESTRITO] t) e de P4 a P5 ([RESTRITO] t), período de análise de dumping, quando atingiu o volume de [RESTRITO] t.

219. Em termos de sua participação no mercado brasileiro, as importações de EBMEG originárias da França acumularam crescimento de [RESTRITO] p.p., quando saltaram de uma participação de [RESTRITO] p.p. em P1 para [RESTRITO] p.p., ou seja, aproximadamente um quarto do mercado brasileiro total, em P5, período de maior presença dessas importações no mercado brasileiro tanto em termos absolutos quanto relativos.

220. O preço CIF das importações dessa origem, por sua vez, apresentou variação negativa de [RESTRITO] % no período sob análise (P1 a P5) e de [RESTRITO] % em P5, quando comparado a P3, período em que apresentou o maior preço médio da série analisada. Mesmo diante da queda no seu preço médio, observou-se crescimento de 347,9% no valor total das importações de EBMEG da França, tomando-se P5 comparado a P1, influenciado principalmente pela sua elevada expansão em volume.

221. Diante desse comportamento de preços médios, constatou-se que, à exceção de P3, essas mesmas importações estiveram subcotadas em todos os demais períodos de análise de dano em relação ao preço praticado pela indústria doméstica para as vendas no mercado interno. Registraram, assim, em P5, período de análise de dumping, os seus maiores montantes absoluto e relativo de subcotação de todo o período de análise de dano, com preço CIF internado no mercado brasileiro em patamar [RESTRITO] % inferior ao preço médio de vendas da indústria doméstica nesse mesmo mercado. Ainda, em P5, cumpre destacar que as importações da França atingiram pelo primeiro momento (dentre P1 a P5) subcotações absoluta e relativa significativamente maiores que aquelas observadas para as demais origens das importações brasileiras de EBMEG, que se encontravam concentradas principalmente na Arábia Saudita e que registraram o patamar de [RESTRITO] % de subcotação (aproximadamente 3 vezes inferior à das importações da França em P5).

222. Registre-se, que, ao longo do período investigado, o mercado brasileiro apresentou redução de 2,0%, sendo a maior queda registrada entre P4 e P5 (12,1%), após sucessivas elevações em P3 e P4. Segundo a peticionária, a razão da redução seria, possivelmente, em função do agravamento da pandemia da COVID-19. Considerando que o mercado brasileiro apresentou um declínio inferior à redução das vendas internas da indústria doméstica, a indústria doméstica perdeu [RESTRITO] p.p. de participação no mercado brasileiro entre P1 e P5, alcançando [RESTRITO] % de participação em P5. Nesse contexto, verificou-se ainda que as importações investigadas apresentaram crescimento constante em relação ao volume de produção nacional, passando de uma representatividade de [RESTRITO] % em P1 para [RESTRITO] % em P5.

223. Apurou-se, ainda, que o preço do produto similar da indústria doméstica apresentou uma retração inicial substancial, da ordem 16,3%, fazendo com que a receita líquida permanecesse praticamente constante entre P1 e P2, apesar do aumento do volume de vendas no mercado doméstico. Entre P2 e P3, o preço registrou elevação de 18,3%, fazendo com que retornasse a um patamar similar ao observado em P1. Nos demais períodos, voltou a registrar reduções. Dessa forma, de P1 a P5 pôde-se observar que os preços da indústria doméstica apresentaram queda de 4,1%, e, de P4 a P5, de 3,0%, configurando a existência de depressão ao longo do período de análise, concomitantemente à existência de subcotação e ao crescimento do volume e da participação de mercado das importações de EBMEG da França.

224. Verificou-se, ainda, que o custo de produção unitário apresentou sucessivas elevações entre P1 e P4, seguidas de uma redução substancial em P5 (15,7%). Apesar disso, ao se considerar todo o período de análise de dano, o custo de produção cresceu 4,8%. Já o custo do produto vendido (CPV) unitário apresentou, de P1 a P5, crescimento de 0,8%. Nesse sentido, a relação custo de produção/preço de venda apresentou piora de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P1 e P5, pressionando, assim, as margens da indústria doméstica, em cenário de supressão de preço.

225. Consoante exposto no item 7 deste documento, verificou-se que, após uma elevação entre P1 e P2, o volume de vendas no mercado interno da indústria doméstica apresentou seguidas contrações no indicador, o que o fez encerrar o período de análise de dano com uma variação negativa de 30,1%, considerando os extremos da série (P1 a P5). Na comparação entre os dois períodos de análise mais recentes, houve queda de 17,9% do volume dessas vendas de P4 a P5.

226. Na esteira das reduções no volume de vendas, a indústria doméstica também registrou perdas significativas no volume de produção de EBMEG, culminando na redução do grau de ocupação de sua capacidade produtiva. A produção, após registrar elevação de 12,5% entre P1 e P2, apresentou seguidas reduções, sendo a mais relevante entre P4 e P5, de 27,8%. Considerando os extremos da série, o volume de produção decresceu 38,4%. O grau de ocupação da capacidade instalada apresentou tendência similar ao volume produzido, tendo registrado elevação inicial de [RESTRITO] p.p., seguida de sucessivas retrações, com destaque para o período entre P4 e P5, quando caiu [RESTRITO] p.p. Ao se comparar P1 com P5, identificou-se uma redução acumulada de [RESTRITO] p.p.

227. Destaque-se que o volume de estoque final de EBMEG revelou variação negativa de 39,1% em P5, comparativamente a P1, com pouca variação na relação estoque final/produção ([RESTRITO] p.p), tendo em vista que, contemplado todo o período de análise, houve redução no estoque final e na produção em proporções similares.

228. A partir da análise anteriormente explicitada, constatou-se deterioração dos indicadores financeiros da indústria doméstica a partir de P1. Apesar da melhora dos indicadores de volume de vendas e produção de EBMEG em P2 (período em que as importações francesas mais do que dobraram seu volume e sua participação de mercado, recorde-se), a queda do preço de venda no mercado doméstico impediu um incremento nos indicadores financeiros e levou a indústria doméstica a redução de sua margem bruta e a passar a operar em cenário de prejuízo operacional. Entre P2 e P4, pressionados pelo crescimento das importações, sobretudo das originárias da França, os indicadores financeiros registraram quedas consecutivas, atingindo margens negativas de rentabilidade, inclusive [RESTRITO]. Por fim, diante da nova redução no volume de vendas no mercado doméstico em P5, houve, em relação a P4, queda de [CONFIDENCIAL] % na receita líquida e retração no resultado operacional. Contudo, observaram-se evoluções positivas nos demais indicadores financeiros de resultados e margens, em função da redução significativa do custo de produção reportado pela indústria doméstica em P5, mesmo em cenário de depressão de seus preços.

229. Apesar dessa relativa melhora nos indicadores financeiros observada em P5 (comparado a P4), quando considerado todo o período de análise de dano verificou-se retração de 33,0% na receita líquida, de 46,9% no resultado bruto, de 106,7% no resultado operacional, de 20,0% no resultado operacional excluindo o resultado financeiro e de 47,0% no resultado operacional excluindo o resultado financeiro e as outras despesas operacionais. De mesmo modo, identificou-se redução de [CONFIDENCIAL]p.p. na margem bruta, [CONFIDENCIAL]p.p. na margem operacional e de [CONFIDENCIAL]p.p. na margem operacional, com exceção do resultado financeiro e das outras despesas operacionais, no período analisado. Apenas a margem operacional, com exceção do resultado financeiro apresentou variação positiva entre P1 e P5, de [CONFIDENCIAL]p.p., contudo, o seu resultado, em termos absolutos, apresentou queda de 20,0%.

230. Nesse sentido, rememore-se que as importações da origem investigada, que aumentaram em volume e diminuíram em preço, atingiram o maior volume ([RESTRITO] t) e o menor preço CIF ([RESTRITO] /t) no período de análise de dumping (P5). A partir da análise anteriormente explicitada, constatou-se deterioração dos indicadores relativos à participação no mercado a partir de P2 e piora nos indicadores financeiros da indústria doméstica de P1 a P4, voltando a crescer em P5, resultado da redução dos custos de produção incorridos pela Oxiteno, contudo, ainda em patamares inferiores a P1, quando as importações da França representam em torno de um quinto do volume de P5.

231. Em síntese, de P1 para P5, as importações da origem investigada cresceram de forma consistente em todos os períodos, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, havendo quintuplicado em volume e participação de mercado, mesmo num contexto de queda do mercado brasileiro em volume. Ressalte-se também que estiveram subcotadas em todos os períodos, exceto P3, e que em P5 as importações da origem investigada tiveram o menor preço de todas as origens. Ademais, a subcotação em P5 foi aproximadamente três vezes maior que a subcotação calculada para as demais origens. Dessa forma, contribuíram significativamente para o dano à indústria doméstica que pode ser traduzido especialmente na deterioração dos seguintes indicadores (P1 a P5):

÷ queda no volume de vendas no mercado interno da indústria doméstica de 30,1%;

÷ queda no volume de produção na ordem de 38,4%;

÷ queda na participação no mercado brasileiro de [RESTRITO] p.p. e no consumo nacional aparente de [RESTRITO] p.p.;

÷ queda na receita líquida total de 36,0%, no resultado bruto de 46,9% e na sua margem bruta em [CONFIDENCIAL] p.p.;

÷ deterioração do resultado operacional com vendas no mercado interno em 106,7%, bem como queda de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional;

÷ piora do resultado operacional desconsiderando-se o resultado financeiro de 20,0%;

÷ o resultado operacional desconsiderando-se o resultado financeiro e outras despesas decaiu 47,0% acompanhado de sua margem, que caiu [CONFIDENCIAL] p.p.; e

÷ redução do número de empregados, da área de produção, em 28%.

232. Verificou-se, portanto, a deterioração dos indicadores da indústria doméstica ocorreu concomitantemente à elevação das importações do produto objeto da investigação. Por essa razão, pôde-se concluir, preliminarmente, que as importações de EBMEG originárias da França a preços de dumping contribuíram significativamente para a ocorrência do dano à indústria doméstica. Ademais, na comparação dos períodos mais recentes, P4 e P5, observaram-se também perdas, especialmente nos indicadores de volume de vendas, volume de produção, grau de ocupação da capacidade instalada, participação de mercado e receita líquida.

7.2. Dos possíveis outros fatores causadores de dano e da não atribuição

233. Consoante o determinado pelo § 4º do art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, procurou-se identificar outros fatores relevantes, além das importações a preços de dumping, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica no período de investigação de dano.

7.2.1. Volume e preço de importação das demais origens

234. A partir da análise das importações brasileiras oriundas das demais origens, verificou-se que, a despeito do aumento na participação das importações sauditas, impulsionado pela entrada em operação da planta produtiva da Sadara na Arábia Saudita (uma joint-venture entre a americana Dow Chemical Company e a saudita Saudi Aramco), ao considerar-se o volume agregado das importações de todas as demais origens, houve decréscimo na participação dessas importações no período de investigação de dano. Apesar de representarem [RESTRITO] % do mercado brasileiro em P1, essa participação decresceu em P5 [RESTRITO] p.p., passando para [RESTRITO] %. O decréscimo na representatividade das importações de outras origens foi principalmente impulsionado pelas importações estadunidenses, que passaram de [RESTRITO] t em P1 para [RESTRITO] t em P5, influenciadas pela revisão de direito antidumping aplicado às importações originárias deste país.

235. Destaque-se, contudo, que a entrada em operação da Sadara foi o principal influenciador do crescimento relevante do volume de importações da Arábia Saudita a partir de P3, após a queda das importações dos EUA, que caíram para volumes pouco significantes já a partir de P2. Com isso, a entrada das importações da Arábia Saudita em volumes substanciais e crescentes em P3 e P4 fez com que as outras origens combinadas alcançassem [RESTRITO] % de participação de mercado em P4, seu maior nível no período de análise de dano, quando apresentaram subcotação maior que a das importações francesas. Contudo, de P4 a P5 os volumes das outras origens sofrem redução, especialmente pela queda no volume das importações da Arábia Saudita, retraindo-se 23,7% em volume e em [RESTRITO] p.p. de participação de mercado, quando se observa que as importações francesas passaram a entrar no mercado em patamar de subcotação três vezes mais elevado que o das outras origens combinadas e cresceram em volume, mesmo em cenário de contração do mercado brasileiro.

236. O quadro a seguir demonstra os cálculos efetuados e os valores de subcotação dos preços das importações das outras origens obtidos para cada período de análise de dano à indústria doméstica.

Preço médio CIF internado e subcotação - demais origens
Sem direito antidumping
[RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Preço CIF (R$/t) | 100 | 101,63 | 114,67 | 137,01 | 146,08 |
| Imposto de Importação (R$/t) | 100 | 89,24 | 117,28 | 140,62 | 150,67 |
| AFRMM (R$/t) | 100 | 50,79 | 57,63 | 77,64 | 98,53 |
| Despesas de internação (R$/t) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| CIF Internado (R$/t) | 100 | 99,4 | 113,77 | 135,66 | 144,81 |
| CIF Internado atualizado (R$/t) (A) | 100 | 95,54 | 103,71 | 113,7 | 112,31 |
| Preço da Indústria Doméstica (R$/t) (B) | 100 | 83,66 | 98,97 | 98,83 | 95,91 |
| Subcotação (B-A) | 100 | 56,74 | 73,65 | 35,83 | 12,27 |

237. Adicionalmente, calculou-se a subcotação considerando o direito antidumping efetivamente aplicado às importações originárias dos EUA e da Alemanha.

Preço médio CIF internado e subcotação - demais origens
Com direito antidumping
[RESTRITO]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Preço CIF (R$/t) | 100 | 101,63 | 114,67 | 137,01 | 146,08 |
| Imposto de Importação (R$/t) | 100 | 89,24 | 117,28 | 140,62 | 150,67 |
| AFRMM (R$/t) | 100 | 50,79 | 57,63 | 77,64 | 98,53 |
| Despesas de internação (R$/t) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Direito antidumping (R$/t) | 100 | 13,33 | 0,02 | 1,66 | 0,03 |
| CIF Internado (R$/t) | 100 | 84,06 | 93,5 | 111,78 | 119,01 |
| CIF Internado atualizado (R$/t) (A) | 100 | 80,8 | 85,23 | 93,68 | 92,3 |
| Preço da Indústria Doméstica (R$/t) (B) | 100 | 83,66 | 98,97 | 98,83 | 95,91 |
| Subcotação (B-A) | 100 | 82,32 | 117,04 | 55,97 | 19,48 |

238. Da análise do quadro, depreende-se que o preço médio ponderado do produto importado das outras origens, internado no Brasil, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todos os períodos. Cumpre ressaltar, todavia, que a subcotação das demais origens em P5 foi significativamente menor que a subcotação da origem investigada.

239. Considerando-se que o dano da indústria doméstica deu-se de maneira mais acentuada nos seus indicadores de volume, é importante destacar a constante evolução do volume de importações originárias da França, que crescem mesmo quando o mercado brasileiro se retrai. Ademais, cumpre registrar que as importações investigadas cresceram 403,1% no período de análise de dano, enquanto as importações das demais origens se retraíram 10,3%. Dessa forma, não só a indústria doméstica perdeu participação de mercado ([[RESTRITO] p.p), mas também as demais origens perderam participação ([RESTRITO] p.p), em detrimento do ganho da França, que ampliou sua participação em ([RESTRITO] p.p).

240. Vale também destacar que além da crescente participação de mercado, as importações francesas apresentaram subcotação em quatro dos cinco períodos, se intensificando em P4 e P5, quando chega a R$ [RESTRITO] /t frente à subcotação de [RESTRITO] /t das demais origens.

241. Assim, ainda que parcela relevante do dano da indústria doméstica possa ser atribuída às importações das demais origens, tal resultado não obsta as conclusões no sentido de que as importações francesas contribuíram significativamente ao dano observado nos indicadores da indústria doméstica demonstrados no item 7 deste documento.

7.2.2. Impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos

242. Não houve alteração da alíquota do Imposto de Importação de 14% aplicada às importações brasileiras de EBMEG no período de avaliação da probabilidade de continuação/retomada de dano, conforme citado no item 2.1.1, de modo que a deterioração de indicadores da indústria doméstica não poderia ser atribuída ao processo de liberalização das importações.

7.2.3. Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

243. Observou-se que o mercado brasileiro de EBMEG recuou 2,0% entre P1 e P5, sendo registradas quedas entre P1 e P2 (8,4%), diante da redução no volume importado de EBMEG pelo Brasil, e entre P4 e P5 (12,1%). Nos demais períodos foram observadas elevações, porém em montantes não suficientes para neutralizar a retração observada nos outros períodos.

244. Por outro lado, as vendas internas da indústria doméstica apresentaram redução de 30,1% entre P1 e P5 (com crescimento apenas entre P1 e P2), contração substancialmente superior ao observado no mercado brasileiro. Nesse sentido, a indústria doméstica perdeu participação no mercado brasileiro na ordem de [RESTRITO] p.p. entre P1 e P5 e de [RESTRITO] p.p. entre P4 e P5.

245. Dessa forma, verificou-se que a retração do mercado brasileiro contribuiu para impactar negativamente os indicadores da indústria doméstica. Nesse contexto, a autoridade investigadora buscou determinar seus impactos acumulados sobre os indicadores financeiros da indústria doméstica, a fim de removê-los. Diante disso, para mensurá-los, procedeu-se à análise de cenário em que foram consideradas as seguintes premissas:

a) o mercado brasileiro de EBMEG não teria apresentado retração entre P4 e P5, permanecendo o volume desse indicador idêntico àquele apresentado no período P4, que corresponde ao período de pico deste mercado. Nessa análise, a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro não foi alterada relativamente ao cenário inicial apresentado no item 6 deste documento, para que se possa também considerar a influência das importações sobre os resultados da indústria doméstica. Percebe-se que, em um cenário sem contração de mercado, ao invés de cair 30,1% de P1 para P5 e 17,9% de P3 para P5, as vendas internas se retrairiam em 20,5% e 6,6%, respectivamente;

Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Interno Ajustadas
[RESTRITO]

| Período | Mercado Interno ajustado (t) (A) | Participação da ID (%) (B) | Vendas internas ajustadas (t) (C=A*B) | Vendas internas (t) (D) | Aumento nas vendas internas da ID (t) (C-D) |
|---|---|---|---|---|---|
| P1 | 100 | 100 | 100 | 100 | - |
| P2 | 91,56 | 130,56 | 119,52 | 119,52 | - |
| P3 | 101,24 | 95,92 | 97,12 | 97,13 | - |
| P4 | 111,47 | 76,47 | 85,17 | 85,17 | - |
| P5 | 111,47 | 71,41 | 79,55 | 69,9 | 100 |

b) aumento da produção, calculada como o resultado da diferença entre a venda interna ajustada e a venda interna efetiva, somada à produção efetiva do produto similar;

Produção do Produto Similar Ajustada
[RESTRITO]

| Período | Produção (t) (A) | Aumento da produção (t) (B) | Produção ajustada (t) (A+B) |
|---|---|---|---|
| P1 | 100 | 0 | 100 |
| P2 | 112,51 | 0 | 112,51 |
| P3 | 92,04 | 0 | 92,04 |
| P4 | 85,3 | 0 | 85,3 |
| P5 | 61,56 | 100 | 69,78 |

c) a produção de outros produtos teria crescido na mesma proporção da produção de EBMEG, uma vez que o éter butílico do dietilenoglicol (EBDEG), o éter butílico do trietilenoglicol (EBTEG) e o [CONFIDENCIAL] são subprodutos do mesmo processo produtivo relativo ao EBMEG, sendo produzidos na seguinte proporção, conforme informações constantes da petição: [CONFIDENCIAL] ;

Produção Total Ajustada
[RESTRITO]

| Período | Produção EBMEG ajustada (t) | Produção outros ajustada (t) | Produção total ajustada (t) |
|---|---|---|---|
| P1 | 100 | 100 | 100 |
| P2 | 112,51 | 113,03 | 112,62 |
| P3 | 92,04 | 98,12 | 93,34 |
| P4 | 85,3 | 86,24 | 85,5 |
| P5 | 69,78 | 73,18 | 70,5 |

d) os custos variáveis permanecem conforme o incorrido pela peticionária e os custos fixos seriam alterados, dada a variação na quantidade total produzida;

Custo de Produção Ajustado (R$ atualizados/t)
[RESTRITO]/[CONFIDENCIAL]

| Período | Produção total (A) | Produção total ajustada (B) | Custo fixo unitário (C) | Custo fixo unitário ajustado (D = C*A/B) | Custo de produção unitário ajustado |
|---|---|---|---|---|---|
| P1 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| P2 | 112,62 | 112,62 | 96,63 | 96,63 | 105,1 |
| P3 | 93,34 | 93,34 | 102,59 | 102,59 | 118,08 |
| P4 | 85,5 | 85,5 | 102,78 | 102,78 | 124,26 |
| P5 | 62,19 | 70,5 | 100,75 | 88,88 | 102,83 |

e) o CPV varia de acordo com as alterações de custo de produção em cada período. Não é possível realizar o ajuste diretamente no CPV, porque não existe a separação de montantes nessa rubrica entre custos fixo e variável. Assim, é utilizado o custo de produção, para o qual foi calculado o ajuste nos custos fixos, no cenário de variação na produção;

CPV Ajustado (R$ atualizados/t)
[CONFIDENCIAL]

| Período | Custo de produção unitário (A) | Custo de produção unitário ajustado (B) | CPV (C) | CPV ajustado (D = C*B/A) |
|---|---|---|---|---|
| P1 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| P2 | 105,1 | 105,1 | 98,85 | 98,85 |
| P3 | 118,08 | 118,08 | 119,25 | 119,25 |
| P4 | 124,26 | 124,26 | 128,87 | 128,87 |
| P5 | 104,76 | 102,83 | 100,78 | 98,92 |

f) as despesas unitárias com vendas não variam com o aumento das vendas, mas há impacto nas despesas gerais e administrativas, no resultado financeiro e nas outras despesas ou receitas operacionais. Desse modo, as despesas ajustadas são o resultado das despesas incorridas multiplicadas pela razão entre as vendas internas do produto similar e suas vendas internas ajustadas;

Despesas Operacionais Ajustadas (R$ atualizados/t)
[CONFIDENCIAL]

| Rubrica | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Despesas Operacionais | 100 | 70,59 | 102,47 | -75,95 | 134,95 |
| Despesas gerais e administrativas | 100 | 79,8 | 84,01 | 77,64 | 63,58 |
| Despesas com vendas | 100 | 83,97 | 88,01 | 74,1 | 88,55 |
| Resultado financeiro (RF) | -100 | -73,59 | -29,76 | -352,75 | 179,56 |
| Outras despesas (receitas) operacionais (OD) | 100 | -4456,19 | -261,9 | -21640 | -6371,43 |

246. A partir dos pressupostos descritos acima, é possível analisar o impacto da retração de mercado de P4 para P5 nas margens e nos resultados da indústria doméstica.

Indicadores financeiros da Indústria Doméstica Ajustados (R$ atualizados/t)
[CONFIDENCIAL]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 | P1 a P5 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RESULTADO BRUTO[2] | 100 | 21,76 | 16,27 | -23,62 | 83,61 | -16,4% |
| VARIAÇÃO | | -78,2% | *-25,2%* | *-245,2%* | *453,9%* | |
| Margem Bruta (%) | 100 | 25,89 | 16,24 | -23,86 | 87,31 | [CONF.] |
| *VARIAÇÃO* | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | |
| RESULTADO OPERACIONAL[2] | 100 | -34,88 | -83,71 | 37,08 | 6,82 | -93,2% |
| VARIAÇÃO | | -134,9% | *140,0%* | *-144,3%* | *-81,6%* | |
| Margem Operacional (%) | 100 | -41,76 | -84,62 | 37,36 | 6,59 | [CONF.] |
| VARIAÇÃO | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | |
| RESULTADO OPERACIONAL (exceto RF)[2] | 100 | -103,9 | -155,92 | -163,82 | 103,02 | 41,2% |
| VARIAÇÃO | | -203,9% | *50,1%* | *5,1%* | 186,2% | |
| Margem Operacional (exceto RF) (%) | 100 | -123,21 | -157,14 | -164,29 | 146,43 | [CONF.] |
| *VARIAÇÃO* | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | |
| RESULTADO OPERACIONAL (exceto RF e OD)[2] | 100 | -126,7 | -156,47 | -276,33 | 102,48 | 2,5% |
| VARIAÇÃO | | -226,7% | *23,5%* | *76,6%* | *137,1%* | |
| Margem Operacional (exceto RF e OD) (%) | 100 | -151,79 | -158,93 | -280,36 | 107,14 | [CONF.] |
| VARIAÇÃO | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | [CONF.] | |

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM

247. Com base no cenário construído, o resultado bruto com a venda de EBMEG no mercado interno apresentou queda de 16,4% de P1 a P5 e a margem bruta da indústria doméstica apresentou retração de [CONFIDENCIAL] p.p. considerando-se os extremos da série.

248. O resultado operacional da indústria doméstica se reduziu em 93,2% ao se considerar todo o período de investigação e a margem operacional apresentou comportamento semelhante: considerando-se todo o período de investigação de dano, a margem operacional obtida em P5 piorou [CONFIDENCIAL] p.p. em relação a P1.

249. No tocante ao resultado operacional excluindo-se os resultados financeiros foi observada elevação de 41,2% entre P1 e P5. A margem operacional exceto o resultado financeiro apresentou elevação de [CONFIDENCIAL] p.p. ao se considerar os extremos da série.

250. Em relação ao resultado operacional excluindo-se as receitas financeiras e outras despesas foi observada elevação de 2,5% entre P1 e P5, enquanto a margem operacional exceto o resultado financeiro e outras despesas apresentou aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. ao se considerar os extremos da série, em contraste com a queda de [CONFIDENCIAL] p.p. observada nos dados reais da indústria doméstica.

251. Nota-se, portanto, que persiste situação de retração nos indicadores financeiros da indústria doméstica de resultado bruto e resultado operacional quando desconsiderada a contração da demanda observada em P5 (em relação a P4), porém em menor magnitude. No caso dos indicadores de resultado operacional, operacional excluindo-se as receitas financeiras e de resultado operacional excluindo-se as receitas financeiras e outras despesas e respectivas margens, ocorreria certa melhora, mas em montante insuficiente para neutralizar o dano sofrido nos demais indicadores mencionados.

252. Diante disso, conclui-se que, ainda que a retração da demanda doméstica de P4 para P5 tenha impactado os indicadores da indústria doméstica, esse fato parece ser causa marginal da deterioração dos indicadores, havendo, assim, efeito negativo ainda relevante a ser atribuível às importações investigadas, sobretudo quando consideradas as retrações do resultado bruto e do resultado operacional, além das perdas generalizadas de volume e participação de mercado. Em tempo, cabe ainda ressaltar que a análise de impacto da contração de mercado considerou a variação elevado do período, de P4 para P5, de 12,1%, contudo, ao se analisar o período completo da análise da dano (P1 a P5), a contração acumulada de mercado limitou-se ao patamar de 2,0% de queda.

253. Por fim, não foram identificadas outras mudanças no padrão de consumo que pudessem justificar a evolução dos indicadores da indústria doméstica.

7.2.4. Práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles

254. Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de EBMEG, pelos produtores domésticos ou pelos produtores estrangeiros, tampouco fatores que afetassem a concorrência entre eles.

7.2.5. Progresso tecnológico

255. Tampouco foi identificada a adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. O EBMEG objeto da investigação e o fabricado no Brasil são concorrentes entre si.

7.2.6. Desempenho Exportador

256. Como apresentado neste documento, o volume de vendas de EBMEG ao mercado externo pela indústria doméstica registrou declínio de P1 para P5 (81,4%), tendo apresentado elevação apenas de P4 para P5 (104,2%). Destaque-se ainda que as exportações sempre representaram percentual diminuto em relação às vendas no mercado interno, tendo alcançado no máximo [CONFIDENCIAL] % das vendas totais de produto similar de fabricação própria da indústria doméstica ao longo do período de análise de continuação/retomada do dano.

257. Dessa forma, não se pode afirmar que o desempenho exportador da indústria doméstica teve efeito significativo sobre os indicadores da indústria doméstica.

7.2.7. Produtividade da Indústria Doméstica

258. A produtividade da indústria doméstica, calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período, diminuiu 14,5% entre P1 e P5.

259. Este fato, porém, decorre da queda no número de empregados da linha de produção em um ritmo menor do que aquele observado na queda do volume de produção do produto similar. Ao passo que o número de empregados da linha de produção foi reduzido em 28,0% de P1 para P5, o volume de produção do produto similar decresceu 38,4% no mesmo período.

260. Dessa forma, não há deterioração de indicadores da indústria doméstica que possa ser atribuída a sua produtividade.

7.2.8. Consumo Cativo

261. O consumo cativo caiu 34,7% de P1 para P5 e representou, em P5, o equivalente a [CONFIDENCIAL] % das vendas internas da indústria doméstica.

262. Diante do baixo volume relativo de consumo cativo, não se pode afirmar que este indicador pode ter influído no dano causado à indústria doméstica.

7.2.9. Importações ou revenda do produto importado pela indústria doméstica

263. A Oxiteno não realizou importações do produto investigado, tampouco realizou revendas de produtos importados durante o período de análise de continuação/retomada de dano. Deste modo, concluiu-se que este indicador não afetou o desempenho da indústria doméstica.

7.3. Da conclusão preliminar sobre a causalidade

264. Ao longo do período de análise de dano, a indústria doméstica apresentou reduções expressivas em termos de vendas ao mercado doméstico (30,1% de P1 a P5 e de 17,9% de P4 a P5), volume produzido (38,4% de P1 a P5 e de 27,8% de P4 a P5), grau de ocupação da capacidade instalada ([RESTRITO] p.p. de P1 a P5 e de [RESTRITO]p.p. de P4 a P5) e participação de mercado ([RESTRITO] p.p. de P1 a P5 e de [RESTRITO] p.p. de P4 a P5).

265. No tocante aos indicadores financeiros da indústria doméstica, observou-se que a indústria doméstica alcançou seu melhor resultado em P1. Apesar da melhora dos indicadores de volume de vendas e produção de EBMEG em P2, a queda acentuada do preço de venda no mercado doméstico impediu um incremento nesses indicadores nos períodos subsequentes. Entre P2 e P4, pressionados pelo crescimento das importações francesas e das outras origens, os indicadores financeiros registraram quedas consecutivas, atingindo margens negativas de rentabilidade. Por fim, diante da nova redução no volume de vendas no mercado doméstico em P5, houve, em relação a P4, queda de [CONFIDENCIAL] p.p. na receita líquida e retração no resultado operacional, contudo, observaram-se evoluções positivas nos demais indicadores financeiros de resultados e margens, em função da redução significativa do custo de produção reportado pela indústria doméstica em P5, ainda que tenha sido observada depressão nos preços médios da indústria doméstica em P5.

266. Considerando os extremos da série, constatou-se retração de 33,0% na receita líquida, de 46,9% no resultado bruto, de 106,7% no resultado operacional, de 20,0% no resultado operacional excluindo o resultado financeiro e de 47,0% no resultado operacional excluindo o resultado financeiro e as outras despesas operacionais. De mesmo modo, identificou-se redução de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem bruta, [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional e de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional, com exceção do resultado financeiro e das outras despesas operacionais, no período analisado. Apenas a margem operacional com exceção do resultado financeiro apresentou variação positiva entre P1 e P5, de [CONFIDENCIAL] p.p., entretanto, o seu resultado, em termos absolutos, apresentou queda de 21,7%.

267. Concomitantemente à piora nos indicadores supra relacionados, ao longo do período de análise de dano, observou-se crescimento contínuo e ininterrupto no volume das importações brasileiras de EBMEG originárias da França. Levando-se em conta o período entre P1 e P5, as importações da origem investigada quintuplicaram em volume e em participação de mercado, tendo os maiores aumentos absolutos ocorrido próximos ao período de análise de dumping: de P3 para P4 e de P4 para P5. Destaque-se especialmente P5, quando o volume das importações francesas cresceu significativamente, mesmo diante do cenário de substancial contração do mercado brasileiro em relação a P4, e passa a representar um quarto do mercado brasileiro, acumulando crescimento de [RESTRITO] p.p. de participação de mercado em relação a P1.

268. Ainda, o menor preço CIF ([RESTRITO] /t) e a maior subcotação tanto em termos absolutos como relativos dessas importações foi registrado no período de análise de dumping (P5). Ademais, constatou-se que o preço médio ponderado do produto importado da origem investigada, internado no Brasil, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em todo o período considerado, com exceção de P3.

269. Ao considerar-se o volume agregado das importações de todas as demais origens, houve decréscimo na participação dessas importações no período de investigação de dano. O indicador de volume das importações brasileiras do produto das demais origens apresentou redução de 10,3% de P1 a P5. Verifica-se que o montante foi resultado do acréscimo nas importações sauditas e decréscimo nas importações estadunidenses, ao se considerar toda a série analisada. Assim, ainda que as importações das outras origens,

consubstanciadas principalmente na Arábia Saudita, tenham apresentado volumes relevantes e crescentes em P3 e P4, sendo inclusive superiores às da França em termos absolutos e relativos ao mercado brasileiro, tais importações interromperam trajetória de crescimento e sofreram queda em P5, em proporções superiores à queda do mercado brasileiro, perdendo volume e participação de mercado em relação a P4, enquanto as importações da França passaram a registrar subcotação aproximadamente três vezes superior à das demais origens e a crescer em volume e representatividade de mercado.

270. No tocante à contração de mercado de P4 a P5, analisada no item 7.2.3 supra, quando separados e distinguidos seus efeitos, nota-se que haveria certa melhora nos indicadores financeiros da indústria doméstica, porém em montante insuficiente para neutralizar o dano sofrido diante do referencial de P1, quando as importações francesas representavam um quinto do seu volume de P5. Além disso, destaque-se que, caso comparado o período completo de análise de dano, P1 a P5, o mercado brasileiro sofreu contração relativamente modesta, da ordem de [RESTRITO] %. Diante dessas considerações, conclui-se que, ainda que a retração da demanda doméstica possa ter impactado os indicadores da indústria doméstica, esse fato parece ser causa marginal da deterioração dos indicadores, sobretudo quando consideradas as retrações do resultado bruto e do resultado operacional, além das perdas generalizadas de volume e participação de mercado.

271. Nesse sentido, considerando-se a análise dos fatores previstos no art. 32 do Decreto nº 8.058, de 2013, concluiu-se, preliminarmente, que as importações da origem investigada a preços de dumping contribuíram significativamente para deterioração dos indicadores da indústria doméstica no período de investigação de dano, constatada no item 6.2 deste documento, sobretudo quando considerados os extremos da série.

ANEXO II

1. RELATÓRIO

1. O presente parecer apresenta as conclusões preliminares da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) advindas do processo de avaliação de interesse público referente à possibilidade de aplicação de medidas antidumping sobre as importações brasileiras de éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG), classificadas no subitem 2909.43.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da França.

2. Tal avaliação é feita no âmbito dos processos nº 19972.101029/2021-81 (público) e nº 19972.101030/2021-14 (confidencial)., em curso no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Economia, iniciados em 15 de julho de 2021, por meio de publicação no Diário Oficial da União (DOU) da Circular Secex nº 47, de 14 de julho de 2021, a qual também determinou o início da revisão de final de período do direito antidumping. Nos termos da Portaria Secex nº 13/2020, art. 5º, a avaliação de interesse público é obrigatória nos casos de investigação original de dumping ou de subsídios, sendo iniciada pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) por meio do ato da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) que der início à respectiva investigação de defesa comercial.

3. Especificamente, busca-se com a avaliação de interesse público responder a seguinte pergunta: a imposição da medida de defesa comercial impacta a oferta do produto sob análise no mercado interno (oriunda tanto de produtores nacionais quanto de importações), de modo a prejudicar significativamente a dinâmica do mercado nacional (incluindo os elos a montante, a jusante e a própria indústria), em termos de preço, quantidade, qualidade e variedade, entre outros?

4. Importante mencionar que os Decretos nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, e nº 9.745/2019, de 8 de abril de 2019, alteraram a estrutura regimental do Ministério da Economia, atribuindo competência a esta SDCOM para exercer as atividades de Secretaria do Grupo de Interesse Público (GTIP), até então exercidas pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (Sain). Mais especificamente, o art. 96, XVIII, do Decreto nº 9.745/2019 prevê, como competência da SDCOM, propor a suspensão ou alteração de aplicação de medidas antidumping ou compensatórias em razão de interesse público.

1.1. Questionários de interesse público

5. Em 15 de julho de 2021, foi publicada no DOU a Circular Secex nº 47, de 14 de julho de 2021, dando início à investigação de dumping nas exportações da França para o Brasil de éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG), classificadas no subitem 2909.43.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. Conforme o item 13 da referida Circular, foi iniciada também avaliação de interesse público sobre a possível aplicação da medida antidumping em questão, nos termos do art. 4º, da Portaria Secex nº 13, de 29 de janeiro de 2020. O item 14 da Circular Secex nº 47/2021 estabeleceu ainda que as partes interessadas dispunham, para a submissão da resposta ao questionário de interesse público, do mesmo prazo inicial concedido para a restituição dos questionários de importador da investigação original em curso, definido inicialmente em 27 de agosto de 2021.

6. Em 10 de agosto de 2021, a Oxiteno S.A. Indústria e Comércio solicitou extensão por 30 (trinta) dias adicionais do prazo para apresentação de sua resposta ao Questionário de Interesse Público, em razão da complexidade da análise das informações solicitadas no referido questionário. Em 11 de agosto de 2021, a SDCOM concedeu à Oxiteno S.A. a prorrogação de prazo solicitada, definindo o dia 27 de setembro de 2021 como o novo prazo final para apresentação da resposta do referido questionário.

7. No dia 13 de agosto de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) requereu à SDCOM prorrogação, por mais 30 (trinta) dias, do prazo estabelecido para a apresentação de sua resposta do Questionário de Interesse Público, tendo em vista o volume de dados a serem levantados, analisados e apresentados. Ainda em 13 de agosto de 2021, a SDCOM decidiu prorrogar o prazo final para apresentação da resposta do CADE ao referido questionário para 27 de setembro de 2021. Sobre esse aspecto, recorde-se que a autoridade concorrencial é membro convidado permanente do GECEX, portanto, com legitimidade para apresentar considerações acerca das avaliações de interesse público em respeito à fase probatória do processo, bem como para subsidiar a tomada de decisão final do GECEX, nos termos dos §§ 2º e 7º do art. 5º da Portaria Secex nº 13/2020.

8. Por fim, em 27 de setembro de 2021, ambas Oxiteno S.A. e CADE apresentaram suas respostas do Questionário de Interesse Público.

9. Os argumentos apresentados pelas partes foram distribuídos neste documento de acordo com a pertinência temática dos critérios de avaliação de interesse público, sendo que, alguns deles, são apresentados resumidamente e de modo geral a seguir.

1.1.1. CADE

1. O CADE apresentou, em resumo, os seguintes argumentos:

a) O produto importado seria a única alternativa de contestação no mercado brasileiro, uma vez que a peticionária da investigação de defesa comercial (Oxiteno S.A.) seria a única produtora nacional de EBMEG no Brasil;

b) Como o preço nacional do EBMEG parece ser influenciado pelos preços internacionais e como o preço é o fator principal de escolha entre o produto nacional e o importado pelo consumidor nacional, seria fundamental haver possibilidade de contestação internacional para evitar potencial exercício de poder de mercado da Oxiteno S.A. e para manutenção de bem-estar para o consumidor;

c) A análise dos dados de comércio exterior do Brasil para o EBMEG revela que esse mercado parece ser concentrado globalmente e apenas 4 (quatro) origens apresentariam maior viabilidade para abastecer o mercado doméstico e contestar o produto nacional, quais sejam: a França, a Alemanha, os Estados Unidos e a Arábia Saudita;

d) Já há direito antidumping aplicado para Alemanha e Estados Unidos, o que praticamente teria inviabilizado essas importações no mercado nacional. Apesar disso, a peticionária contaria com concorrência internacional de produtos da França e Arábia Saudita, oportunizando aparente equilíbrio entre nacional e importado no mercado brasileiro;

e) A cadeia produtiva de EBMEG seria altamente concentrada e marcada por direitos antidumping, que acabam por impactar toda a cadeia consumidora de produtos químicos desse setor. O CADE identificou, ainda, um potencial lesivo à concorrência dado o sequenciamento de medidas aplicadas em toda a cadeia. Citou, como exemplo, o caso de n-butanol, insumo utilizado na produção do EBMEG, que já passou por análise de interesse público em 2017 por solicitação da própria Oxiteno S.A. e teve na Resolução CAMEX nº 48, de 05 de julho de 2017, a alteração da forma de cálculo do direito antidumping aplicado, de alíquota específica para ad valorem. Entre os argumentos utilizados para a alteração da forma de cálculo, citou-se o fato de a cadeia produtiva ser caracterizada pela presença de monopólios e oligopólios - tanto a montante quanto a jusante - e a existência de outras medidas antidumping em vigor, como é o caso do EBMEG;

f) As indústrias nacionais pagariam mais caro pelo EBMEG da Arábia Saudita para conseguir abastecer o mercado interno. Teria se verificado que a quantidade importada entre P3 e P5 foi maior para a Arábia Saudita quando comparado à origem investigada. A racionalidade em aceitar pagar mais caro por um produto provavelmente decorreria de sua essencialidade e da escassez de sua oferta;

g) Em caso de aplicação do direito antidumping para EBMEG importado da França, aumentar-se-ia consideravelmente o potencial de exercício de poder de mercado pela Oxiteno S.A., a qual contará com apenas uma origem alternativa para contestar o mercado nacional. Assim, o CADE não considera saudável, pela ótica da concorrência, uma eventual redução na quantidade de origens disponíveis para abastecer o mercado nacional; e

h) A aplicação do direito antidumping em relação às importações de EBMEG provenientes de França, em conjunto com as medidas existentes sobre a Alemanha e EUA, poderia limitar a contestação internacional no mercado brasileiro, impactando o preço doméstico do produto.

1.1.2. Oxiteno S.A.

2. A Oxiteno S.A., peticionária da investigação de defesa comercial, apresentou, em resumo, os seguintes argumentos:

a) Uma eventual aplicação de medida antidumping sobre as importações realizadas a preços de dumping originárias da França não impactaria a oferta de EBMEG em termos quantidade, já que: (i) a Oxiteno S.A. poderia aumentar de forma relevante sua produção, uma vez que sua capacidade produtiva se encontraria subutilizada; (ii) haveria diversas origens produtoras/exportadoras disponíveis sem aplicação de medida antidumping, com excedentes produtivos para exportação a preços competitivos; (iii) o produto possuiria substitutos a depender de sua aplicação; e (iv) foram recentemente aplicadas medidas antidumping pela União Europeia que podem resultar em direcionamento do produto ao Brasil;

b) Ainda de acordo com a Oxiteno S.A., também não se registrariam impactos sobre a oferta de EBMEG em termos de preços, dado que (i) a Oxiteno S.A. seguiria referências de preços do mercado internacional; e (ii) haveria competição com outros produtores/exportadores estrangeiros como a Arábia Saudita, Coreia do Sul e Bélgica, que exportariam o produto a preços competitivos. O produto seria uma commodity uniforme sujeita a variações de mercado, o que garantiria que o preço internacional seja o preço de referência para a Oxiteno S.A. e para o mercado brasileiro;

c) Sob a ótica da demanda, o EBMEG poderia ser substituído por produtos como os solventes glicólicos, os solventes butilpropilenoglicol, os solventes propilpropilenoglicol, o etanol e o isopropanol;

d) A produção de EBMEG seria naturalmente concentrada devido à exigência de altos investimentos e da importância de integração produtiva;

e) A análise da concentração do mercado no Brasil teria demonstrado que: (i) a participação das importações no mercado brasileiro seria historicamente alta, encontrando sua maior participação em P5 da análise; e (ii) a evolução do índice Herfindahl-Hirschman (HHI) teria evidenciado que, ao longo do período, houve tendência de desconcentração do mercado brasileiro;

f) Os dados referentes à produção mundial de EBMEG teriam evidenciado uma situação de sobrecapacidade mundial que poderia ser facilmente direcionada ao Brasil, com destaque para a Arábia Saudita, cuja capacidade produtiva atual seria cerca de doze vezes maior que o mercado brasileiro;

g) Os dados de exportação mundial corroborariam essa sobrecapacidade produtiva, uma vez que a Arábia Saudita seria o principal exportador mundial do produto objeto, tendo exportado mais de onze vezes o mercado brasileiro em P5. Ademais, o mercado de exportação total de EBMEG (exceto o Brasil) teria representado quarenta e três vezes o mercado brasileiro no mesmo período;

h) Haveria um número relevante de origens produtoras/exportadoras disponíveis para exportação de EBMEG ao Brasil, algumas das quais já exportariam ao Brasil (por exemplo, Bélgica, Coreia do Sul e Arábia Saudita) e outras origens com produção e que, embora tenham grande capacidade produtiva e volume relevante de exportação que poderiam exportar, ainda não exportam EBMEG ao Brasil (principalmente Malásia, Taiwan, Índia e Japão);

i) As vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro teriam apresentado declínio ao longo do período analisado, enquanto as importações francesas teriam crescido, tomando, assim, participação de mercado da indústria doméstica;

j) A produção de éteres butílicos teria como característica o uso intensivo de capital, devendo, assim, operar com elevado grau de utilização da capacidade instalada;

k) A indústria doméstica possuiria capacidade instalada suficiente para suprir o mercado doméstico em sua totalidade, não havendo riscos de desabastecimento em termos quantitativos;

l) Ao longo do período sob análise, a relação preço x custo da indústria doméstica teria se deteriorado, enquanto o preço das importações sob análise teria diminuído;

m) O produto em análise seria uma commodity homogênea, cujo preço variaria de acordo com as flutuações dos preços de suas principais matérias primas no mercado internacional; e

n) Não haveria riscos de restrição à oferta nacional em termos de qualidade e variedade, uma vez que o produto seria uma commodity homogênea.

1.2. Instrução processual

3. Em 19 de julho de 2021, a SDCOM enviou notificação aos membros do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex), por meio do Ofício Circular SEI nº 2703/2021/ME. A partir do envio de tais correspondências, convidaram-se os órgãos a participar da avaliação de interesse público em curso como partes interessadas, fornecendo informações relacionadas a suas esferas de atuação.

4. Até o presente momento, apenas o CADE se manifestou, por meio do Ofício nº 7306/2021, conforme relatado no subitem 1.1 deste documento.

5. Ressalta-se que, para fins de avaliação preliminar de interesse público, foram consideradas as informações fornecidas até 27 de agosto de 2021, sem prorrogação, ou até 27 de setembro de 2021, com prorrogação, prazo final para apresentação do Questionário de Interesse Público, conforme disposto no art. 5º, § 2º, da Portaria Secex nº 13/2020.

1.3. Do histórico de investigações antidumping

1.3.1. Da aplicação de medidas de defesa comercial para outras origens

1.3.1.1. Da investigação original dos Estados Unidos da América (EUA)

6. Em 10 de novembro de 2003, por meio da Circular Secex nº 85, de 7 de novembro de 2003, foi iniciada investigação original para averiguar a existência de dumping nas exportações de éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG) para o Brasil, originárias dos Estados Unidos da América (EUA), e de indícios dano à indústria doméstica. Tendo sido verificada a existência de dumping nas exportações de EBMEG para o Brasil, originárias dos EUA, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, conforme o disposto no art. 42 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, a investigação foi encerrada, por meio da Resolução CAMEX nº 29, de 5 de outubro de 2004, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 11 de outubro de 2004, com a aplicação do direito antidumping definitivo, na forma de alíquota específica de US$ 69,00/t.

1.3.1.2. Da primeira revisão dos Estados Unidos da América (EUA)

7. Em 26 de novembro de 2008, por intermédio da Circular SECEX nº 81, de 25 de novembro de 2008, foi tornado público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações de EBMEG originárias dos EUA se encerraria em 11 de outubro de 2009. A Oxiteno S.A. Nordeste Indústria e Comércio, em 28 de abril de 2009, manifestou interesse na revisão para fins de prorrogação do direito antidumping, apresentando petição de revisão para fins de prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de EBMEG, quando originárias dos EUA, consoante o disposto no §1º do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995, bem como a revisão do montante da alíquota do direito antidumping em vigor.

8. Em 9 de outubro de 2009, foi publicada a Circular SECEX nº 51, de 8 de outubro de 2009, que deu início à revisão de final de período do direito antidumping. A referida revisão foi encerrada em 5 de outubro de 2010, por meio da Resolução CAMEX nº 73, publicada no D.O.U. de 7 de outubro de 2010, com a prorrogação do direito antidumping em vigor por um período de até 5 cinco anos, na forma de alíquota específica fixa de US$ 377,34/t, para o fabricante/exportador The Dow Chemical Company (TDCC), e de US$ 670,42/t, para os demais fabricantes/exportadores de EBMEG dos EUA. Posteriormente, a empresa The Dow Chemical Company, em 19 de maio de 2014, solicitou à CAMEX a alteração da Resolução n° 73, de 2010, de modo que a alíquota específica aplicada à TDCC passasse também a incidir sobre as exportações realizadas pela sua subsidiária, a Union Carbide Corporation (Union).

9. Tendo sido provido o pedido de modificação apresentado, em 4 de julho de 2014, foi publicada a Resolução CAMEX nº 51, de 3 de julho de 2014, que alterou a Resolução nº 73, de 2010, e passou a aplicar a alíquota de US$ 377,34/t para os fabricantes/exportadores TDCC e Union e manteve a alíquota de US$ 670,42/t para os demais fabricantes/exportadores estadunidenses de EBMEG.

1.3.1.3. Da segunda revisão dos Estados Unidos da América (EUA)

10. Em 4 de dezembro de 2014, foi publicada a Circular SECEX nº 74, de 3 de dezembro de 2014, que tornou público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 73 encerrar-se-ia no dia 7 de outubro de 2015. Adicionalmente, foi informado que, conforme previsto no art. 111 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro, as partes que desejassem iniciar uma revisão deveriam protocolar petição de revisão de final de período, no mínimo, quatro meses antes da data de término do período de vigência do direito antidumping.

11. Em 30 de abril de 2015, as empresas Oxiteno S.A. Nordeste e Oxiteno S.A. Indústria e Comércio protocolaram, no então Departamento de Defesa Comercial (DECOM) do à época Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), petição de início de revisão de final de período do direito antidumping aplicado às importações de EBMEG, usualmente classificadas no item 2909.43.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH, originárias dos Estados Unidos da América. Em 5 de outubro de 2015, foi publicada a Circular SECEX nº 63, de 2 de outubro de 2015, que deu início à revisão de final de período do direito antidumping.

12. Tendo sido verificada a existência de dumping nas exportações de EBMEG para o Brasil, originárias dos Estados Unidos, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, a investigação foi encerrada, por meio da Resolução CAMEX nº 90, de 27 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 28 de setembro de 2016, com a aplicação do direito antidumping definitivo, na forma de alíquota específica fixa de US$ 670,42 para todos os produtores/exportadores dos Estados Unidos da América.

13. Em 28 de novembro de 2016, a Resolução CAMEX nº 115, de 23 de novembro de 2016, negou provimento ao pedido de reconsideração apresentado pela empresa Dow Brasil Sudeste Industrial Ltda. em face da Resolução CAMEX nº 90, de 27 de setembro de 2016, que prorrogou direito antidumping definitivo às importações brasileiras de EBMEG, originárias dos Estados Unidos. A empresa solicitava a não prorrogação do direito antidumping.

1.3.1.4. Da investigação original da Alemanha

14. Em 6 de julho de 2015, por meio da Circular SECEX nº 44, de 3 de julho de 2015, foi iniciada investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações de éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG) para o Brasil, originárias da Alemanha, e de indícios de dano à indústria doméstica.

15. Considerando a Circular SECEX nº 72, de 2015, nos termos do § 4º do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013, por meio da Resolução CAMEX nº 113, de 24 de novembro de 2015, publicada no D.O.U. de 25 de novembro de 2015, foi aplicado direito antidumping provisório às importações brasileiras de EBMEG, originárias da Alemanha, a ser recolhido sob a forma de alíquota ad valorem, nos termos do § 5o do art. 78 do Decreto nº 8.058, de 2013, de 24,7%, para todos os produtores/exportadores do país. Considerando a aplicação do direito antidumping provisório pelo prazo de seis meses, de acordo com o disposto no § 8º do art. 66 do Decreto nº 8.058, de 2013, os direitos propostos com base na margem de dumping apurada na investigação foram calculados aplicando-se um redutor de 10% à margem de dumping.

16. Tendo sido verificada a existência de dumping nas exportações de EBMEG para o Brasil, originárias da Alemanha, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, conforme o disposto no art. 42 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, a investigação foi encerrada, por meio da Resolução CAMEX nº 37, de 20 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 22 de abril de 2016, com a aplicação do direito antidumping definitivo, na forma de alíquota ad valorem de 27,5% para todos os produtores/exportadores alemães.

1.3.1.5. Da terceira revisão dos Estados Unidos da América (EUA) e da segunda revisão da Alemanha

17. No dia 22 de abril de 2021, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia publicou a Circular nº 28, de 20 de abril de 2021, que deu início à revisão para fins de prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de EBMEG originárias da Alemanha e dos Estados Unidos da América, consoante o disposto no art. 110 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013. Ainda que as respectivas petições para cada origem tenham sido protocoladas em datas diferentes e de maneira independente, tendo em vista serem dois processos administrativos que possuem autor, produto e períodos de análise de dumping e de dano idênticos, e considerando os princípios da eficiência, da economicidade e da coerência administrativa, a revisão para as duas origens está sendo conduzida de maneira conjunta.

1.3.1.6. Das medidas de defesa comercial em vigor

18. Relatados todos os processos de investigação de dumping, apresenta-se a seguir tabela que consolida todas as medidas de defesa comercial vigentes aplicadas sobre as importações brasileiras de EBMEG:

| Origem | Produtor/Exportador | Vigência | | AD valorem (%) | Ato Normativo |
|---|---|---|---|---|---|
| EUA | Todos | 2004 | 2021 | 36,1% | Resolução CAMEX nº 90/2016 |
| Alemanha | BASF SE, Sasol Germany GmbH e Merck KGaA | 2016 | 2021 | 27,5% | Resolução CAMEX nº 37/2016 |
| | Demais | 2016 | 2021 | 27,5% | Resolução CAMEX nº 37/2016 |

19. Assim, verifica-se que estão em vigor 2 medidas de defesa comercial sobre as importações brasileiras de EBMEG, aplicada sobre 2 origens, quais sejam, EUA, com duração de 17 anos, e Alemanha, com duração de 5 anos.

1.3.2. Da atual investigação antidumping

20. Inicialmente, ressalta-se que, ao longo deste parecer, o termo "Oxiteno S.A." refere-se à Oxiteno S.A. Indústria e Comércio. O termo "Oxiteno S.A. Nordeste" refere-se à Oxiteno S.A. Nordeste Indústria e Comércio. O termo "Oxiteno S.A.", de forma genérica, refere-se às empresas como um grupo. Esta distinção é necessária considerando que, em dezembro de 2019 (P5), a Oxiteno S.A. Indústria e Comércio, agora única peticionária, incorporou integralmente a Oxiteno S.A. Nordeste Indústria e Comércio.

21. Em 28 de janeiro de 2021, a Oxiteno S.A. protocolou, por meio do Sistema Decom Digital (SDD), petição solicitando a abertura de investigação antidumping relacionada às importações brasileiras de éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG), classificadas no subitem 2909.43.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), quando originárias da França, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

22. Em 26 de março de 2021, foram solicitadas informações complementares àquelas constantes da petição, com base no §2º do art. 41 do Decreto no 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro. A resposta ao pedido de informações complementares foi protocolada tempestivamente, no prazo prorrogado para as respostas.

23. Com base no que constava no Parecer SDCOM nº 24/2021, por ter sido verificada a existência de indícios suficientes de dumping nas exportações de EBMEG da França para o Brasil, e de indícios de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, foi publicada a Circular Secex nº 47/2021, no DOU de 15 de julho de 2021, dando início à investigação de dumping em tela.

1.3.3. Da aplicação de medidas de defesa comercial em produtos correlatos

24. O n-butanol é um insumo de grande importância para diversos segmentos da indústria química no Brasil. No caso da Oxiteno S.A., ele é utilizado para a produção de EBMEG, sendo que dentre os principais usos e aplicações destacam-se os segmentos de tintas e revestimentos, detergentes, agroquímicos e petróleo. Além disso, o n-butanol é também importante para outras indústrias, como insumo de uma série de outros produtos químicos como acrilato de butila, acetato de butila, solventes, plastificantes, resinas e butilaminas.

25. O n-butanol, produto classificado no item 2905.13.00 da NCM, é um álcool produzido pela indústria petroquímica a partir de propeno e gás natural. O produto é um solvente orgânico miscível em quase todos os solventes orgânicos e com relativa solubilidade em água.

26. Em 26 de abril de 2010, a Elekeiroz S.A., produtora nacional do n-butanol, protocolizou, no então Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), petição de abertura de investigação de dumping nas exportações para o Brasil do produto mencionado, originárias dos Estados Unidos da América. Constatada a existência de indícios de dumping e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, a investigação foi iniciada por meio da Circular Secex nº 28, de 13 de julho de 2010, publicada no DOU de 14 de julho de 2010. Por intermédio da Resolução Camex nº 76, de 05 de outubro de 2011, publicada no DOU de 06 de outubro de 2011, a investigação foi encerrada com a aplicação de direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, na forma de alíquota específica fixada em dólares por tonelada, aos produtores/exportadores estadunidenses.

27. O processo de revisão foi iniciado por intermédio da Circular Secex nº 60, de 5 de outubro de 2016, publicado no DOU de 6 de outubro de 2016, e concluído, com a prorrogação do direito, pela Resolução Camex nº 71, de 31 de agosto de 2017, publicada no DOU de 1º de setembro de 20177.

28. Já em 28 de outubro de 2015, a Elekeiroz S.A. protocolou petição para início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de n-butanol, originárias da África do Sul e da Rússia. Constatada a existência de indícios de dumping e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, a investigação foi iniciada por meio da Circular Secex nº 2, de 8 de janeiro de 2016, publicada no DOU de 11 de janeiro de 2016. Com a constatação da existência de dumping e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, por meio da Resolução CAMEX nº 127, de 22 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 29 de dezembro de 2016, aplicou-se direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, às importações brasileiras de n-butanol originárias da África do Sul e da Rússia, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada.

29. A Resolução CAMEX nº 117, de 23 de novembro de 2016, publicada no DOU de 28 de novembro de 2016, tornou pública a instauração de processo de avaliação de interesse público, a pedido da então Oxiteno S.A. Nordeste S.A., pelo Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público - GTIP, com o objetivo de suspender ou alterar a aplicação de direito antidumping definitivo sobre as importações de n-butanol originárias dos Estados Unidos e às possíveis medidas a serem impostas às importações brasileiras de n-butanol originárias da África do Sul e da Rússia (tal investigação estava em curso à época da abertura da avaliação de interesse público).

30. A Resolução CAMEX nº 48, de 05 de julho de 2017, publicada no DOU de 7 de julho de 2017, encerrou a avaliação de interesse público, sem a suspensão, mas com a alteração da forma de cálculo do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de n-butanol, de alíquota específica para ad valorem, aos produtores /exportadores estadunidenses, sul-africanos e russos. Entre os argumentos utilizados para a alteração da forma de cálculo, cita-se o fato de a cadeia produtiva ser caracterizada pela presença de monopólios e oligopólios, tanto a montante quanto a jusante, a existência de outras medidas antidumping em vigor, como é o caso do EBMEG, e a possibilidade de a alíquota específica estar onerando excessivamente os importadores brasileiros em períodos de queda de preços internacionais.

1.4. Do histórico de avaliações de interesse público

31. No dia 22 de abril de 2021, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia publicou a Circular nº 28, de 20 de abril de 2021, que deu início à revisão para fins de prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de EBMEG originárias da Alemanha e dos Estados Unidos da América, consoante o disposto no art. 110 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

32. Conforme o art. 6º da Portaria Secex nº 13/2020, será facultativa a avaliação de interesse público nas revisões de final de período de medida antidumping ou compensatória. Diante disso, foi realizada análise no sentido de averiguar a existência de indícios de que a medida de defesa comercial seria capaz de prejudicar significativamente a dinâmica do mercado nacional em termos de preço, quantidade, qualidade e variedade. Com base na referida análise, não foram identificados elementos de interesse público suficientes, nos termos do art. 6º, caput e §§ 1º e 2º da Portaria SECEX nº 13, de 29 janeiro de 2020, para início da avaliação de interesse público em relação aos direitos antidumping em questão. Nesse sentido, foi publicada no DOU, em 3 de novembro de 2011, a Circular Secex nº 73, de 29 de outubro de 2021, que não iniciou a avaliação de interesse público relativa às medidas antidumping em tela.

2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE INTERESSE PÚBLICO

33. Na avaliação preliminar de interesse público em defesa comercial, são considerados os seguintes elementos: 1) características do produto, cadeia produtiva e mercado do produto sob análise; 2) oferta internacional do produto sob análise; e 3) oferta nacional do produto sob análise.

34. O período de análise de dano na investigação original de dumping, a ser utilizado como referência também na presente avaliação de interesse público, foi assim dividido:

P1 - 1° de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016;
P2 - 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017;
P3 - 1º de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2018;
P4 - 1º de outubro de 2018 a 30 de setembro de 2019; e
P5 - 1º de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020.

35. Destaque-se, por fim, que os dados relativos à indústria doméstica foram validados em procedimento de verificação in loco.

2.1. Características do produto, da cadeia produtiva e do mercado do produto sob análise como insumo ou produto final

2.1.1. Características do produto sob análise

36. Nos termos da Circular Secex nº 47/2021, o produto sob análise é o éter monobutílico do etilenoglicol (EBMEG), comumente classificado no subitem 2909.43.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originário da França.

37. A reação que origina o EBMEG é realizada em processo continuado, em que o n-butanol e o óxido de eteno são combinados num reator em proporções preestabelecidas para formar o referido produto. Posteriormente, o produto obtido passa por colunas de destilação para a separação dos seguintes componentes: (i) n-butanol não reagido, para que seja redirecionado ao reator; (ii) EBMEG; (iii) outros subprodutos oriundos de reações causadas pelo encadeamento adicional de moléculas de óxido de etileno e de EBMEG. Essa reação gera os éteres butílicos: éter butílico do monoetilenoglicol (EBMEG), éter butílico do dietilenoglicol (EBDEG) e éter butílico do trietilenoglicol (EBTEG).

38. O butilglicol - denominação comercial para o EBMEG - é um éter glicólico, biodegradável, completamente solúvel em água e miscível na maioria dos solventes orgânicos. O produto é um líquido límpido com suave odor característico de álcool. O EBMEG se caracteriza, ainda, por ser um excelente solvente ativo de baixa taxa de evaporação, compatível com a maior parte das resinas utilizadas para a fabricação tanto de tintas e vernizes convencionais de base solvente como daquelas formulações dispersíveis em água.

39. No que tange às aplicações, o produto objeto da análise pode ser utilizado como solvente ativo para tintas à base de solvente; coalescente para tintas industriais à base de água; agente de acoplamento para tintas arquitetônicas à base de água; agente de acoplamento e solvente para produtos de limpeza domésticos e industriais, removedores de pintura e polimento de piso, produtos de limpeza pesada e desinfetantes; solvente primário de tintas à base de solvente para impressão em serigrafia; agente de acoplamento para resinas e corantes em tinta à base de água para estamparia; solvente para pesticidas agrícolas.

40. Na França, o produto investigado está sujeito às normas/regulamentos da União Europeia listados abaixo. A instituição reguladora do produto objeto da investigação é o Parlamento Europeu.

÷ Regulation (EC) No 1223/2009 of the European Parliament and of the Council of 30 November 2009 on Cosmetic Products;

÷ Regulation (EC) No 648/2004 of 31 March 2004 on detergents;

÷ Regulation (EC) No 1334/2008 of the European Parliament and of the Council of 16 December 2008 on flavourings and certain food ingredients with flavouring properties for use in and on foods;

÷ Regulation (EC) No 1907/2006 of the European Parliament and of the Council of 18 December 2006 concerning the Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals (REACH).

41. Segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), o produto objeto da investigação é comumente classificado no item 2909.43.10.

42. Apresentam-se as descrições do item tarifário mencionado acima pertencente à NCM/SH:

Tabela 1 - Descrições dos Subitens da NCM (EBMEG)

| | |
|---|---|
| 2909 | Éteres, Éteres-Álcoois, Éteres-Fenóis, Éteres-Álcoois-Fenóis, Peróxidos de Álcoois, Peróxidos de Éteres, Peróxidos de Cetonas (de constituição química definida ou não), e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados. |
| 2909.43 | Éteres monobutílicos do etilenoglicol ou do dietilenoglicol |
| 2909.43.10 | Do etilenoglicol |

43. Dessa forma, para fins deste parecer preliminar de avaliação de interesse público, o produto em análise é considerado bem químico intermediário utilizado em vários setores, como os de limpeza doméstica e industrial, de tintas, de impressão serigráfica, do petróleo e o de defensivos agrícolas.

2.1.2. Cadeia produtiva do produto sob análise

44. De acordo com a Oxiteno - em sua resposta ao questionário de interesse público - os éteres butílicos são produzidos a partir de duas matérias-primas principais: o óxido de etileno e o n-butanol. No processo produtivo, o eteno reage com o oxigênio produzindo o óxido de eteno em reatores de produção contínua e com a presença de um catalisador à base de prata. Estas reações, que ocorrem no reator de óxido de etileno, liberam energia na forma de calor e, portanto, requerem um sistema de resfriamento acoplado.

45. Além da geração do óxido de eteno, o processo origina, de forma secundária, dióxido de carbono, água e impurezas em quantidades ínfimas.

46. Os produtos formados no reator passam para a coluna de absorção para que a parcela dos gases que não reagiu durante o processo seja reciclada e volte para o reator. Contudo, antes de esses gases voltarem ao processo produtivo, eles precisam passar por um removedor de dióxido de carbono ($CO_2$). Nessa etapa, o dióxido de carbono é removido e preparado para ser comercializado, evitando a emissão de dióxido de carbono (principal gás do efeito estufa) para a atmosfera.

47. Após passarem pela coluna de absorção, os produtos (óxido de eteno, água, dióxido de carbono remanescente) seguem para o "equipamento de separação". Nessa etapa, separa-se a água originada no processo para que ela seja reciclada, voltando ao processo produtivo. O óxido de eteno gerado é levado à etapa seguinte na qual o produto é submetido ao processo de purificação (sistema de purificação), originando, então, o produto final, que segue para a unidade de éteres butílicos.

48. Os éteres butílicos, os quais se denotam um tipo de éter glicólico, são originados da reação entre o óxido de eteno e, especificamente, o álcool n-butílico. Para a obtenção de outros tipos de éteres glicólicos a reação do óxido de eteno deve ocorrer com outros álcoois, tais como o álcool metílico, etílico ou propílico.

49. Dessa forma, cabe ser ressaltado que a produção dos éteres butílicos se caracteriza pela formação conjunta de três produtos, a partir da reação do álcool (n-butanol) com o óxido de eteno:

÷ Éter butílico do monoetilenoglicol - EBMEG: quando à molécula do álcool butílico se adiciona uma molécula de óxido de eteno;

÷ Éter butílico do dietilenoglicol - EBDEG: quando à molécula do álcool butílico são adicionadas duas moléculas de óxido de eteno;

÷ Éter butílico do trietilenoglicol - EBTEG: quando à molécula do álcool butílico são adicionadas três moléculas de óxido de eteno.

50. A reação entre o óxido de eteno e o n-butanol ocorre na presença de um catalisador alcalino, em um reator tubular. O reator é alimentado com a proporção de matérias-primas que maximize a produção do éter leve (EBMEG - butilglicol) em relação à produção dos éteres pesados (EBDEG - butildiglicol e EBTEG - butiltriglicol).

51. O óxido de etileno reage tanto com o álcool quanto com os éteres glicólicos gerados, portanto, no reator ocorre a reação do óxido de eteno com o butilmonoglicol (EBMEG) gerando o butildiglicol (EBDEG), que por sua vez também pode reagir com o óxido de etileno, formando o butiltriglicol (EBTEG). Por motivos de segurança, garante-se que todo o óxido de eteno alimentado é consumido no reator.

52. Após passar pelo reator, a mistura de éteres (EBMEG, EBDEG e EBTEG) e o excesso de n-butanol não reagido seguem para a coluna de separação de álcool. Nessa etapa o álcool não reagido é removido pelo topo e enviado para o tanque de álcool para ser reciclado. Nesse tanque o nbutanol reciclado é misturado com o álcool de make up e enviado de volta ao reator para passar, novamente, pelo processo produtivo com o óxido de eteno.

53. O produto de fundo dessa coluna (mistura de éteres butílicos) passa, então, para a seção de purificação. Nessa seção, a mistura é enviada inicialmente para a primeira coluna de destilação (coluna de monoéter), que opera sob vácuo moderado. Nessa coluna ocorre a separação do EBMEG, que é retirado pelo topo da coluna. Essa corrente do EBMEG é enviada para um tanque de produto em processo em que é analisada e, se em conformidade com os parâmetros de controle, passa para a estocagem no tanque de produto final.

54. O produto de fundo da primeira coluna de destilação (mistura dos demais éteres butílicos) é enviado à segunda coluna de destilação (coluna de diéter), que opera sob alto vácuo. O EBDEG é, então, retirado como produto de topo e encaminhado para um tanque de produto em processo para ser analisado e, posteriormente, enviado ao tanque de produto final.

55. Em seguida, o produto de fundo da segunda coluna de destilação é enviado à terceira coluna de destilação (coluna triéter) que, também, opera sob alto vácuo. O triéter (EBTEG) é, então, retirado pelo topo da coluna e enviado para o tanque de produto final. O produto de fundo da terceira coluna é acondicionado em tambores e armazenado no galpão de movimentação de produtos.

56. Os quadros a seguir relacionam os principais insumos utilizados para a produção do EBMEG e o coeficiente técnico associado a cada um:

Quadro 1 - Principais insumos utilizados na produção do EBMEG
[CONFIDENCIAL]

| Item | Coeficiente técnico |
|---|---|
| Óxido de etileno (intermediário) | [CONF] |
| N-butanol | [CONF] |
| Energia elétrica | [CONF] |
| Vapor | [CONF] |

Quadro 2 - Principais insumos utilizados na produção do óxido de Etileno
[CONFIDENCIAL]

| Item | Coeficiente técnico |
|---|---|
| Eteno | [CONF] |
| Oxigênio | [CONF] |
| Energia elétrica | [CONF] |
| Vapor | [CONF] |

57. A figura abaixo descreve - de forma resumida -o fluxograma de produção dos éteres butílicos a partir de suas principais matérias-primas.

Figura 4 - Fluxograma do processo produtivo dos éteres butílicos
[CONFIDENCIAL]

58. Ainda de acordo com a Oxiteno - em sua resposta ao questionário de interesse público - os principais elos da cadeia de consumidores do Butilglicol são:

a) Indústrias de tintas decorativas: produzem tintas, vernizes e revestimento. O elo seguinte é o consumidor final que é atendido por meio de distribuidores atacadistas e/ou varejistas;

b) Indústria de tintas automotivas originais e de repintura: produzem intermediários como resinas, vernizes e revestimentos. O elo seguinte pode corresponder à indústria automotiva que utiliza este item para a produção de veículos automotores, ou, ainda, o elo seguinte pode corresponder a prestadores de serviços de reparação estética em veículos automotores em geral.

c) Indústria de tintas industriais: produzem resinas, vernizes e revestimentos. Os elos seguintes podem corresponder a (i) indústria moveleira e esquadrias, entre outras, que produz itens de consumo em geral; (ii) indústrias de impressão e embalagens que utilizam para impressão (iii) indústrias que produzem itens industriais como motores, tubulações, dentre outros.

d) Indústria de produtos de limpeza industrial: produzem substâncias com poder surfactante para uso em limpeza em geral. Os elos seguintes podem corresponder a: indústria hospitalar em itens de limpeza; indústrias em geral; indústrias que comercializam produtos de limpeza diretamente ao consumidor final;

e) Indústria do petróleo - Oil and Gas. Utilizam o produto diretamente como componente de fluidos de fraturamento, estabilizador de perfuração e dispersante de óleo na atividade de perfuração de poços de petróleo;

f) Indústria de defensivos agrícolas: utilizam para a produção de defensivos agrícolas. O elo seguinte corresponde a agricultores em geral.

59. A Oxiteno informou, ainda, que utiliza três canais básicos de distribuição de EBMEG em seu mercado interno: a venda direta aos clientes, a venda por meio de distribuidores autorizados e a venda por meio de revendedores. Além disso, a Oxiteno também participa de concorrências realizadas por determinados clientes, seja para venda de EBMEG, seja para a venda de outros produtos.

60. Em relação às embalagens utilizadas para o acondicionamento e distribuição do EBMEG, a Oxiteno informou que o referido produto é comercializado no mercado brasileiro das seguintes formas: [CONFIDENCIAL] .

61. Quanto aos elos a montante da cadeia produtiva, a Oxiteno esclareceu que [CONFIDENCIAL] . Ressalte-se que não foram apresentados mais detalhes a respeito dos elos a montante da cadeia produtiva do produto sob análise.

62. Nada obstante, para fins de avaliação preliminar de interesse público, verificou-se que a cadeia a montante do produto sob análise englobaria, principalmente, fornecedores de eteno e de oxigênio.

63. Na cadeia a jusante, o elo imediatamente atendido pela produção de EBMEG compreende os distribuidores autorizados e os revendedores. No elo seguinte, destacam-se as indústrias do petróleo, de defensivos agrícolas, de produtos de limpeza industrial e de tintas automotivas.

2.1.3. Substitutibilidade do produto sob análise

64. Nesta seção, averíguam-se informações acerca da existência de produtos substitutos ao produto sob análise tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda.

65. Em sua resposta ao questionário de interesse público, o CADE se fundamentou nas Circulares SECEX nº 28/2021 e nº 14/2021 - que tratam, respectivamente, do início do processo de revisão da medida antidumping aplicada ao EBMEG importado da Alemanha e dos Estados Unidos, e da investigação original sobre o EBMEG importado da França - para asseverar que o EBMEG importado e o nacional apresentariam semelhanças nos usos e aplicações, não havendo preferência por um em relação ao outro. O CADE argumentou, ainda, que não há análises disponíveis sobre a possibilidade de substitutibilidade do EBMEG por outro produto.

66. A Oxiteno alegou, em sua resposta ao questionário de interesse público, que o EBMEG produzido no Brasil seria similar ao produto importado da França, uma vez que ambos possuem (i) as mesmas matérias primas, (ii) composições químicas semelhantes e (iii) usos e aplicações semelhantes.

67. Sob a ótica da oferta, a Oxiteno informou que a produção de EBMEG exige uma planta produtiva capaz de operar com óxido de eteno. Segundo a peticionária de defesa comercial, sua planta produtiva [CONFIDENCIAL] .

68. Sob a ótica da demanda, a Oxiteno argumentou que o EBMEG pode ser substituído em diversas de suas aplicações, especialmente quando utilizado como solvente, conforme detalhado a seguir:

÷ Indústrias de tintas decorativas, tintas automotivas originais e de repintura e tintas industriais possuem alternativas para substituir o EBMEG em suas formulações, [CONFIDENCIAL] ;

÷ [CONFIDENCIAL] ;

÷ [CONFIDENCIAL] ;

÷ [CONFIDENCIAL] .

69. Assim, sob a ótica da demanda e diante das evidências preliminarmente apresentadas, verifica-se a possibilidade de os consumidores de EBMEG - em especial aqueles que o utilizam como solvente - desviarem sua demanda para eventuais produtos substitutos, como os solventes glicólicos, os solventes butilpropilenoglicol, os solventes propilpropilenoglicol, o etanol e o isopropanol.

70. Já sob a ótica da oferta, não se observaram evidências da existência de outras empresas que produzem e ofertam o produto sob análise. Espera-se, nesse sentido, aprofundar a análise a respeito da substitutibilidade do produto em questão com participação das demais partes interessadas ao longo da instrução processual.

2.1.4. Concentração do mercado do produto sob análise

2.1.4.1. Concentração do mercado

71. Nesta seção, busca-se analisar a estrutura de mercado, de forma a avaliar com que intensidade a eventual aplicação da medida de defesa comercial pode influenciar a relação entre estrutura do mercado e concorrência.

72. Em sua resposta do questionário de interesse público, o CADE ressaltou - com base em informações fornecidas no âmbito do processo SECEX nº 52272.005963/2021-36 - que a Oxiteno seria a principal produtora nacional de EBMEG, sendo responsável por 100% da produção nacional no período de investigação.

73. Para efeito de análise sobre eventuais indícios de concentração do mercado brasileiro de EBMEG, em sua resposta ao questionário de interesse público, a Oxiteno calculou o índice HHI (Índice Herfindahl-Hirschman, detalhado logo abaixo) com base nos dados constantes do parecer de abertura da investigação de defesa comercial. Segundo os cálculos da Oxiteno, durante o período de investigação teria sido identificada desconcentração no mercado brasileiro a partir de P2, atingindo seu menor valor em P5, com aumento sustentado da participação das importações.

74. Adicionalmente, a Oxiteno argumentou que a diminuição do índice HHI teria correspondido à entrada de novas origens exportadoras ao longo do período, como a França, Arábia Saudita e Coreia do Sul. A Oxiteno ressaltou também que, após breve recuperação em P2, a participação da indústria doméstica apenas diminuiu, perdendo [CONFIDENCIAL] % de participação de mercado entre P2 e P5.

75. A peticionária de defesa comercial destacou que o mercado mundial de produtores de EBMEG tenderia à relativa concentração - quando comparada a outros mercados -, em função da necessidade de produção em escala e do uso intensivo de capital. Desse modo, a estrutura de mercado não seria relacionada à aplicação de medidas antidumping.

76. A Oxiteno listou, ainda, os principais produtores mundiais e seus países respectivos, quais sejam: França (Ineos), Alemanha (BASF SE), Arábia Saudita (Sadara) e Estados Unidos da América (Dow Chemical Company).

77. Apresentadas as manifestações das partes, passa-se à análise da estrutura de mercado pela SDCOM. A existência de estruturas concentradas pode conduzir ao poder excessivo de mercado das empresas, expresso na capacidade de cobrar preços em excesso aos custos, proporcionando maiores lucros às expensas do consumidor e, consequentemente, a diminuição do bem-estar da economia.

78. Nesse contexto, o Índice Herfindahl-Hirschman (HHI) pode ser utilizado para o cálculo do grau de concentração dos mercados. Esse índice é obtido pelo somatório do quadrado do market share de todas as empresas de um dado mercado. O HHI pode chegar até 10.000 pontos, valor no qual há um monopólio, ou seja, há uma única empresa com 100% do mercado.

79. De acordo com o Guia de Análise de Atos de Concentração Horizontal, emitido pelo Cade, os mercados são classificados da seguinte forma:

a) Não concentrados: HHI abaixo de 1500 pontos;

b) Moderadamente concentrados: HHI entre 1.500 e 2.500 pontos; e

c) Altamente concentrados: HHI acima de 2.500.

80. Para fins do presente parecer preliminar de avaliação de interesse público, os valores das participações de mercado das origens gravadas e de outros países exportadores do produto foram calculados de forma agregada, sem segmentação por empresa.

81. Cabe reiterar, conforme descrito no item 1.4.3, que, em dezembro de 2019 (P5), a Oxiteno S.A. Indústria e Comércio incorporou integralmente a Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio. Adicionalmente, a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) confirmou que a empresa Oxiteno S.A. foi responsável por 100% da produção do produto similar nacional, durante o período investigado.

82. Dessa forma, para fins desta avaliação preliminar de interesse público, foram definidas como indústria doméstica as linhas de produção de EBMEG da empresa Oxiteno S.A. Indústria e Comércio.

83. A análise da composição do mercado brasileiro do produto e o cálculo do HHI estão apresentados a seguir.

Tabela 3
Participação (%) no mercado brasileiro de EBMEG e índice HHI
[CONFIDENCIAL]

| | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Indústria doméstica | | | | | |
| Oxiteno | [60-70%[ | [70-80%[ | [50-60%[ | [40-50%[ | [40-50%[ |
| Importações | | | | | |
| França | [1-5%[ | [10-20%[ | [10-20%[ | [10-20%[ | [20-30%[ |
| Arábia Saudita | [0-1%[ | [1-5%[ | [20-30%[ | [30-40%[ | [20-30%[ |
| Coreia do Sul | [1-5%[ | [1-5%[ | [0-1%[ | [1-5%[ | [0-1%[ |
| Bélgica | [0-1%[ | [0-1%[ | [1-5%[ | [0-1%[ | [0-1%[ |
| Índia | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ |
| Alemanha | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ |
| EUA | [20-30%[ | [1-5%[ | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ |
| México | [1-5%[ | [1-5%[ | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ |
| Países Baixos | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ |
| HHI | 4.541 | 6.543 | 4.281 | 3.558 | 3.422 |

84. Como é possível verificar, o mercado pode ser classificado como altamente concentrado, apresentando, durante todo o período de investigação de dano, pontuações bem acima dos 2.500 pontos. Observa-se, entretanto, um movimento consistente de desconcentração do mercado a partir de P2 e que se estende até P5.

85. Com efeito, entre P1 e P2 o índice de concentração do mercado brasileiro de EBMEG aumentou 44,1%. A partir de P2, a trajetória do HHI se inverte e começa a declinar. Entre P2 e P3, o HHI diminuiu 34,6%. De P3 a P4, a queda registrada foi de 16,9% e de P4 a P5 observou-se um decréscimo de 3,8%. Considerando todo o período sob análise, o movimento de desconcentração do mercado brasileiro de EBMEG atingiu o índice de 24,7%. Ressalte-se que o mercado brasileiro de EBMEG encolheu [CONFIDENCIAL] % entre P1 e P5.

86. Quando se detalha a dinâmica de desconcentração do mercado brasileiro de EBMEG, é possível verificar que a origem sob análise - França - aumentou sua participação de forma sustentada ao longo de todo o período. De fato, entre P1 e P2 as importações de EBMEG originárias da França [CONFIDENCIAL] . De P2 para P3, registrou-se um crescimento da ordem de [CONFIDENCIAL] %. Entre P3 e P4, verificou-se um incremento de [CONFIDENCIAL] %. Por fim, de P4 para P5 a participação do EBMEG francês no mercado brasileiro cresceu [CONFIDENCIAL] %. Durante o período completo de P1 a P5, as importações de EBMEG originárias da França aumentaram expressivos [CONFIDENCIAL] %.

87. Já a participação da indústria doméstica no mercado brasileiro de EBMEG apresentou uma dinâmica diferente. Após o crescimento inicial de P1 para P2, da ordem de [CONFIDENCIAL] %, tal participação sofreu uma inflexão e registrou quedas sucessivas até P5. Com efeito, a participação do EBMEG nacional no mercado caiu [CONFIDENCIAL] % de P2 para P3, [CONFIDENCIAL] % de P3 para P4 e [CONFIDENCIAL] % de P4 para P5. Considerando todo o período sob análise, a indústria doméstica perdeu [CONFIDENCIAL] % do mercado brasileiro de EBMEG.

88. Quando se analisa a dinâmica da participação das outras origens exportadoras no mercado brasileiro de EBMEG, verifica-se que, em seu conjunto, tais origens apresentaram um comportamento errático ao longo dos períodos sob análise. No início da série histórica (P1 para P2), registrou-se uma queda relevante de participação da ordem de [CONFIDENCIAL] % - refletindo principalmente uma maior penetração do EBMEG francês mercado brasileiro, assim como o aumento de participação do EBMEG produzido pela indústria doméstica. De P2 para P3 e de P3 para P4, entretanto, a participação do EBMEG de outras origens exportadoras cresceu [CONFIDENCIAL] % e [CONFIDENCIAL] %, respectivamente. Já entre P4 e P5, tal participação voltou a cair [CONFIDENCIAL] %. Durante todo o período sob análise, a participação do EBMEG importado de outras origens decresceu [CONFIDENCIAL] %.

89. Em que pese a queda de participação global das outras origens exportadoras de EBMEG para o Brasil, vale destacar o desempenho de algumas origens individualmente. Em primeiro lugar, verifica-se que Alemanha, México, Países Baixos e EUA (a principal origem das importações brasileiras de EBMEG em P1) praticamente saíram do mercado brasileiro em P5. Bélgica e Índia aumentaram suas participações, respectivamente, em [CONFIDENCIAL] % e [CONFIDENCIAL] % entre P1 e P5. No entanto, as exportações para o Brasil de EBMEG dessas duas origens foram discretas em P5 - [CONFIDENCIAL] ton da Bélgica e [CONFIDENCIAL] ton da Índia. Por outro lado, a Coreia do Sul - terceira origem mais relevante em P1 depois dos EUA e da França - sofreu uma queda de participação da ordem de [CONFIDENCIAL] % entre P1 e P5. Ainda assim, figura como a segunda origem não analisada mais relevante em P5, depois da Arábia Saudita. Por fim, verificou-se entre P1 e P5 um expressivo crescimento das importações brasileiras de EBMEG originárias da Arábia Saudita, da ordem de [CONFIDENCIAL] %. Com efeito, a Arábia Saudita figurou como a maior origem exportadora de EBMEG para o Brasil em P3, P4 e P5.

90. Assim, para fins das conclusões preliminares da presente avaliação de interesse público, verificam-se indícios de que o aumento da participação das importações da origem sob análise e das importações da origem Arábia Saudita, a par da queda de participação da indústria doméstica, tenham contribuído para o movimento de desconcentração do mercado brasileiro de EBMEG entre P1 e P5, ainda que este tenha sido altamente concentrado em todos os períodos analisados.

91. Espera-se, contudo, aprofundar a análise do indicador de concentração com base na segmentação por empresa/grupo exportador ao Brasil para efeito das conclusões finais do presente caso.

2.1.4.2. Barreiras à entrada

92. Segundo informou a Oxiteno em sua resposta ao questionário de interesse público, não existiriam barreiras à entrada no mercado brasileiro de EBMEG, à exceção da necessidade de investimento inicial relevante para estabelecimento da planta produtiva.

93. Não foram obtidas mais informações ou detalhes sobre eventuais barreiras à entrada no mercado brasileiro de EBMEG. Assim, espera-se que, por ocasião da avaliação final de interesse público, as partes acostem aos autos mais dados sobre o tema em questão.

2.1.4.3. Atos de concentração

94. Em sua resposta ao questionário de interesse público, o CADE informou ter realizado pesquisa em sua base de dados e, entre 2015 e 2021, não teriam sido identificadas operações de Atos de Concentração ou processos administrativos relacionados ao produto investigado ou à Oxiteno.

95. Da mesma forma, a Oxiteno relatou - em sua resposta ao questionário de interesse público - não ter identificado atos de concentração relacionados ao produto similar. Não obstante, teriam sido identificados dois atos de concentração relacionados à Oxiteno que são indicados abaixo para fins de completude:

÷AC: 08012.006459/2012-31 - Clariant adquiriu as máquinas e equipamentos, patentes, marcas, marcas de serviço, tecnologia, know-how, nomes comerciais, direitos autorais e nomes de domínio relacionados com os ativos catalisadores da Oxiteno situados na fábrica de Mauá.

÷AC: 08012.003037/2003-13 - Oxiteno adquiriu ações da Extracta.

96. Para efeito de transparência, a Oxiteno destacou que, em 16 de agosto de 2021, foi anunciada por Fato Relevante a assinatura de venda da totalidade das ações da Oxiteno para a Indorama Ventures PLC. Conforme indicado no Fato Relevante, a consumação da transação comercial estaria sujeita a determinadas condições usuais em negócios desta natureza, incluindo aprovação pelas autoridades concorrenciais brasileiras e estadunidenses. Conforme indicado também no Fato Relevante, a Oxiteno manteria o curso normal de seus negócios de maneira independente até o fechamento da transação comercial em tela.

97. Em resumo - e para fins de avaliação preliminar de interesse público -, o mercado brasileiro se manteve altamente concentrado durante todo o período sob análise, mas apresentou um movimento consistente de desconcentração entre P2 e P5, da ordem de 24,7%. Observaram-se indícios de que tal movimento se deu em razão do crescimento das importações brasileiras EBMEG da origem sob análise e da origem Arábia Saudita, a par da perda de participação do produto fabricado pela indústria doméstica.

98. Em sede de conclusões da avaliação final de interesse público, espera-se que as partes interessadas acostem aos autos mais informações sobre o tema da concentração deste mercado e sobre eventuais barreiras de entrada.

2.2. Oferta internacional do produto sob análise

99. A análise de produtos de outras origens busca verificar a disponibilidade internacional de produtos similares ao produto objeto da investigação. Para tanto, verifica-se a existência de fornecedores do produto igual ou substituto em outras origens que não estão sob investigac–ão no ãmbito do processo de referência. Nesse sentido, é necessário considerar também os custos de internac–ão e a existência de barreiras à importac–ão destas origens, como barreiras técnicas.

100. Convém destacar que mesmo origens gravadas podem continuar a ser ofertantes do produto. Dependendo das caracterîsticas de mercado e do produto, é possîvel que existam desvios de comércio com a aplicac–ão de medidas de defesa comercial, e que outras origens passem a ganhar relevância nas importac–ões do produto pelo Brasil

2.2.1. Origens alternativas do produto sob análise

2.2.1.1. Produção mundial do produto sob análise

101. O CADE, em sua resposta ao questionário de interesse público, não apresentou dados sobre a capacidade produtiva ou sobre a produção global de EBMEG.

102. Por outro lado, em sua resposta ao questionário de interesse público, a Oxiteno apresentou dados sobre a produção mundial de EBMEG extraídos do relatório Glycol Ethers, de setembro de 2020, fornecido pela base de dados IHS Markit. Segundo a Oxiteno, essa base de dados disponibiliza informações relevantes para indicar o estado da oferta de éteres glicólicos - dentre os quais o EBMEG - no cenário atual.

103. De acordo com a Oxiteno, o relatório Glycol Ethers destaca que o mercado global de [CONFIDENCIAL] .

104. Com relação à origem exportadora Arábia Saudita, a Oxiteno informou que [CONFIDENCIAL] . Ainda, de acordo com a Oxiteno, [CONFIDENCIAL] , teria levado a uma situação de excesso de oferta de éteres glicólicos. A Oxiteno ressaltou que tal situação perdurará [CONFIDENCIAL] . Por fim, a Oxiteno relatou que a capacidade produtiva de éteres glicólicos [CONFIDENCIAL] .

105. A peticionária de defesa comercial apresentou, ainda, a tabela abaixo com a produção anual de éteres glicólicos pela Arábia Saudita.

Tabela 4
Produção de éteres glicólicos pela Arábia Saudita (mil t/ano)
[CONFIDENCIAL]

| Ano | Período | Produção |
|---|---|---|
| 2016 | P1 | - |
| 2017 | P2 | 100,0 |
| 2018 | P3 | 316,0 |
| 2019 | P4 | 309,3 |
| 2020 | P5 | 334,0 |

106. A Oxiteno argumentou também que a Sadara seria uma empresa majoritariamente exportadora, uma vez que o consumo de éteres glicólicos pela Arábia Saudita em 2020 (P5) teria sido [CONFIDENCIAL] . A Oxiteno concluiu, então, que [CONFIDENCIAL] .

107. Adicionalmente, a Oxiteno argumentou que o excesso de capacidade e produção no mercado internacional pressiona produtores/exportadores nos principais mercados produtores de EBMEG, os quais precisarão praticar preços mais baixos para exportar seus produtos. Para a Oxiteno, [CONFIDENCIAL].

108. A Oxiteno reportou também dados relativos à capacidade produtiva das plantas de éteres glicólicos nos Estados Unidos da América. Segundo a peticionária de defesa comercial, essa capacidade em [CONFIDENCIAL] . A Oxiteno ressaltou, no entanto, que estas plantas são multipropósito e que sua capacidade instalada pode ser utilizada para produzir tanto éteres butílicos (EBMEG, EBDEG e EBTEG) quanto outros éteres glicólicos (éteres metílicos ou propílicos, por exemplo).

109. Na tabela a seguir estão relacionadas pela Oxiteno as plantas produtivas estadunidenses e suas respectivas capacidades produtivas de éteres butílicos (EBMEG, EBDEG e EBTEG) relativas ao ano de [CONFIDENCIAL] .

Tabela 5
Capacidade produtiva das fabricantes estadunidenses de éteres butílicos (EBMEG, EBDEG e EBTEG) - (mil t/ano)
[CONFIDENCIAL]

| Empresas | Local da planta | Capacidade produtiva |
|---|---|---|
| [CONF] | [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] | [CONF] |
| Total | ------- | [CONF] |

110. Adicionalmente, a Oxiteno apresentou a tabela abaixo com os volumes de produção de EBMEG nos EUA entre 2016 e 2020.

Tabela 6
Produção de EBMEG nos EUA (mil t/ano) - 2016 a 2020
[CONFIDENCIAL]

| Ano | Período | Produção |
|---|---|---|
| 2016 | P1 | 100,0 |
| 2017 | P2 | 99,4 |
| 2018 | P3 | 93,5 |
| 2019 | P4 | 90,7 |
| 2020 | P5 | 72,6 |

111. A Oxiteno ponderou que [CONFIDENCIAL] . Não obstante, a Oxiteno [CONFIDENCIAL] .

112. No que se refere à capacidade produtiva de éteres glicólicos por países da Europa Ocidental, foram relatadas pela Oxiteno informações sobre plantas produtivas alemãs, francesas e belgas, cujas capacidades produtivas somaram [CONFIDENCIAL] . Com efeito, [CONFIDENCIAL] .

113. Adicionalmente, a Oxiteno apresentou a tabela abaixo com os volumes de produção de éteres glicólicos (e-series) nesses países entre 2016 e 2020.

Tabela 7
Produção de éteres glicólicos (e-series) em Alemanha, França e Bélgica - 2016 a 2020 (mil t/ano)
[CONFIDENCIAL]

| Ano | Período | Produção |
|---|---|---|
| 2016 | P1 | 100,0 |
| 2017 | P2 | 99,3 |
| 2018 | P3 | 97,7 |
| 2019 | P4 | 98,4 |
| 2020 | P5 | 85,5 |

114. A Oxiteno ressaltou que [CONFIDENCIAL] . A tabela abaixo - reportada pela Oxiteno - apresenta a produção de éteres glicólicos (e-series) exclusivamente pela Alemanha entre [CONFIDENCIAL] .

Tabela 8
Produção de éteres glicólicos (e-series) em Alemanha (mil t/ano)
[CONFIDENCIAL]

| Ano | Período | Produção |
|---|---|---|
| 2016 | P1 | 100,0 |
| 2017 | P2 | 99,3 |
| 2018 | P3 | 97,8 |
| 2019 | P4 | 98,5 |
| 2020 | P5 | 85,2 |

115. Segundo a Oxiteno, a mesma metodologia de cálculo aplicada à estimativa da produção de éteres glicólicos pela Alemanha pode ser usada nas estimativas de produção pela França e pela Bélgica. Ademais - e apesar da presença de outros produtos (além do EBMEG) na estimativa da produção alemã calculada acima -, a Oxiteno chamou atenção para o fato de que o volume reportado seria tão relevante a ponto de apenas uma fração representar montante consideravelmente superior ao mercado brasileiro de EBMEG. A Oxiteno argumentou também que [CONFIDENCIAL].

116. Por fim, a Oxiteno ponderou que [CONFIDENCIAL] .

117. A peticionária de defesa comercial também reportou as capacidades produtivas e as produções de éteres glicólicos (e-series) pela Coreia do Sul e por Taiwan. Segundo a Oxiteno, os fabricantes sul-coreanos relevantes de éteres glicólicos seriam [CONFIDENCIAL] . Já em Taiwan se destacariam [CONFIDENCIAL] .

118. Adicionalmente, a Oxiteno apresentou a tabela abaixo com os volumes de produção de éteres glicólicos (e-series) nesses países em 2013 e de 2017 a 2020.

Tabela 9
Capacidade produtiva e produção de éteres glicólicos (e-series) em Coreia do Sul e Taiwan - 2013 e 2017 a 2020 (mil t/ano)
[CONFIDENCIAL]

| Ano/período | 2013 | 2017/P2 | 2018/P3 | 2019/P4 | 2020/P5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Capacidade produtiva | 100,0 | 103,3 | 125,0 | 125,0 | 125,0 |
| Produção | 100,0 | 110,4 | 122,4 | 120,9 | 119,4 |

119. Em relação à Malásia, a Oxiteno relatou que a produção de éteres glicólicos (e-series) nesse país seria dominada pela empresa [CONFIDENCIAL].

120. Adicionalmente, a Oxiteno apresentou a tabela abaixo com os volumes de produção de éteres glicólicos (e-series) na Malásia em 2013 e de 2017 a 2020.

Tabela 10
Capacidade produtiva e produção de éteres glicólicos (e-series) na Malásia - 2013 e 2017 a 2020 (mil t/ano)
[CONFIDENCIAL]

| Ano/período | 2013 | 2017/P2 | 2018/P3 | 2019/P4 | 2020/P5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Capacidade produtiva | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Produção | 100,0 | 83,3 | 100,0 | 100,0 | 88,3 |

121. Quanto à China, a peticionária de defesa comercial apresentou a tabela abaixo com a relação das principais fabricantes chinesas de éteres glicólicos (e-series) e suas capacidades produtivas em julho de 2020.

Tabela 11
Capacidade produtiva das fabricantes chinesas de éteres glicólicos (e-series) - julho de 2020 (mil t/ano)
[CONFIDENCIAL]

| Empresas e local | Capacidade produtiva |
|---|---|
| [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] |
| Total | [CONF] |

122. Segundo a Oxiteno, tais plantas produtivas deteriam capacidade para uma série de produtos além da e-series de éteres glicólicos. Por este motivo, o relatório apresenta também uma estimativa da capacidade de produção e da produção exclusivamente de éteres glicólicos e-series:

Tabela 12
Capacidade produtiva e produção de éteres glicólicos (e-series) na China - 2016 a 2020 (mil t/ano)
[CONFIDENCIAL]

| Ano/período | 2016/P1 | 2017/P2 | 2018/P3 | 2019/P4 | 2020/P5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Capacidade produtiva | 100,0 | 107,6 | 107,6 | 127,9 | 118,3 |

123. Por fim, a Oxiteno concluiu que a capacidade produtiva das fabricantes chinesas (i) é muito relevante e vem crescendo nos últimos anos - acompanhando inclusive o consumo interno do produto; e (ii) está significativamente subutilizada.

124. Em relação à Índia, a Oxiteno reportou os seguintes produtores relevantes de éteres glicólicos e-series:

Tabela 13
Capacidade produtiva das principais fabricantes indianas de éteres glicólicos (e-series) - julho de 2020 (mil t/ano)
[CONFIDENCIAL]

| Empresa e local | Capacidade produtiva |
|---|---|
| [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] |
| Total | [CONF] |

125. Adicionalmente, a Oxiteno apresentou a tabela abaixo com os volumes totais de produção de éteres glicólicos (e-series) na Índia em 2013 e de 2017 a 2020.

Tabela 14
Capacidade produtiva e produção de éteres glicólicos (e-series) na Índia - 2013 e 2017 a 2020 (mil t/ano)
[CONFIDENCIAL]

| Ano/período | 2013 | 2017/P2 | 2018/P3 | 2019/P4 | 2020/P5 |
|---|---|---|---|---|---|
| Capacidade produtiva | 100,0 | 192,3 | 195,4 | 195,4 | 195,4 |
| Produção | 100,0 | 109,4 | 117,2 | 117,2 | 93,8 |

126. Em relação ao Japão, a Oxiteno reportou os seguintes produtores relevantes de éteres butílicos:

Tabela 15
Capacidade produtiva das fabricantes japonesas de éteres butílicos (EBMEG, EBDEG e EBTEG) - julho de 2020 (mil ton/ano)
[CONFIDENCIAL]

| Empresas e local | Capacidade produtiva |
|---|---|
| [CONF] | [CONF] |
| [CONF] | [CONF] |
| Total | [CONF] |

127. A Oxiteno reiterou que os dados sobre a capacidade produtiva das fabricantes japonesas foram disponibilizados especificamente para éteres butílicos. As informações referentes à produção, no entanto, foram reportadas apenas para éteres glicólicos e-series, conforme a tabela a seguir:

Tabela 16
Produção de éteres glicólicos (e-series) no Japão - 2016 a 2020 (mil ton/ano)
[CONFIDENCIAL]

| Ano | Período | Produção |
|---|---|---|
| 2016 | P1 | 100,0 |
| 2017 | P2 | 109,0 |
| 2018 | P3 | 103,5 |
| 2019 | P4 | 97,3 |
| 2020 | P5 | 84,6 |

128. Em síntese, o gráfico a seguir resume os dados relativos à capacidade produtiva e à produção dos principais países produtores de éteres glicólicos:

Gráfico 2 -Principais países produtores de éteres glicólicos - 2016 a 2020
(mil t/ano)
[CONFIDENCIAL]

129. Diante dos dados apresentados pela Oxiteno, é possível concluir que os maiores produtores globais de éteres glicólicos seriam, por ordem descendente, [CONFIDENCIAL]
.

130. Com efeito, a Oxiteno ressaltou que, dentre os maiores produtores mundiais de EBMEG, estariam os EUA e a Alemanha - para os quais há medida antidumping aplicada pela autoridade brasileira de defesa comercial. Por outro lado, a França - segundo a Oxiteno - também seria considerada uma das maiores produtoras e para a qual há solicitação de aplicação de medida antidumping.

131. A Oxiteno destacou, no entanto, que haveria um número relevante de origens produtoras/exportadoras disponíveis para exportação de EBMEG ao Brasil, algumas das quais já exportam para o país (a exemplo de Bélgica, Coreia do Sul e Arábia Saudita) e outras origens com produção e volume relevante de exportação que poderiam exportar EBMEG ao Brasil (principalmente Malásia, Taiwan, Índia e Japão). A Oxiteno julgou importante notar que práticas de dumping causadoras de dano à indústria doméstica também afetariam a disposição de outras origens potencialmente exportadoras ao Brasil.

132. Diante do exposto, estima-se que a França, origem investigada, estaria entre os maiores produtores mundiais de EBMEG, assim como os EUA e a Alemanha, origens gravadas com medida antidumping. Dentre as demais origens, destaque-se a Arábia Saudita e China, duas das principais origens produtoras do produto em análise.

2.2.1.2. Exportações mundiais do produto sob análise

133. Em sua resposta ao questionário de interesse público, a Oxiteno apresentou dados de exportação mundial do produto sob análise. Segundo a Oxiteno, os dados foram obtidos por meio de consulta à base de dados TradeMap, fornecida pelo International Trade Center, por meio de consulta para o HS 2909.43 (Monobutyl ethers of ethylene glycol or of diethylene glycol). As estatísticas abarcam o período de investigação em curso de dano à indústria doméstica (P1 a P5).

Tabela 17
Principais origens exportadoras de EBMEG (em t e %)

| Países | P1 | % | P2 | % | P3 | % | P4 | % | P5 | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Arábia Saudita | 0,0 | 0,0 | 26.649,1 | 4,5 | 183.658,5 | 24,7 | 180.987,4 | 26,1 | 174.926,4 | 27,1 |
| EUA | 234.251,9 | 41,8 | 216.331,0 | 36,6 | 166.777,2 | 22,5 | 144.872,2 | 20,9 | 135.824,4 | 21,0 |
| Malásia | 58.876,1 | 10,5 | 44.034,9 | 7,5 | 47.031,3 | 6,3 | 52.068,8 | 7,5 | 57.148,5 | 8,8 |
| Alemanha | 75.647,0 | 13,5 | 70.895,0 | 12,0 | 66.684,0 | 9,0 | 53.429,0 | 7,7 | 56.887,0 | 8,8 |
| Coréia do Sul | 72.123,1 | 12,9 | 63.952,4 | 10,8 | 62.800,9 | 8,5 | 46.533,8 | 6,7 | 49.880,2 | 7,7 |
| Bélgica | 28.488,2 | 5,1 | 33.160,4 | 5,6 | 38.263,5 | 5,2 | 39.565,6 | 5,7 | 43.322,1 | 6,7 |
| França | 46.124,3 | 8,2 | 60.658,1 | 10,3 | 61.328,2 | 8,3 | 50.828,7 | 7,3 | 33.558,7 | 5,2 |
| Taiwan | 8.647,3 | 1,5 | 16.634,4 | 2,8 | 28.931,4 | 3,9 | 38.670,3 | 5,6 | 31.570,7 | 4,9 |
| Singapura | 3.454,0 | 0,6 | 8.534,0 | 1,4 | 30.307,0 | 4,1 | 27.901,0 | 4,0 | 30.337,0 | 4,7 |
| Outros | 32.960,3 | 5,9 | 49.667,5 | 8,4 | 56.434,0 | 7,6 | 58.621,8 | 8,5 | 32.354,5 | 5,0 |
| Total | 560.572,2 | 100,0 | 590.516,8 | 100,0 | 742.216,0 | 100,0 | 693.478,6 | 100,0 | 645.809,6 | 100,0 |

134. Diante dos dados apresentados, a Oxiteno inferiu que os principais exportadores mundiais corresponderiam aos principais produtores mundiais. Segundo a peticionária de defesa comercial, atualmente os EUA e a Arábia Saudita seriam os principais exportadores mundiais de EBMEG. Para a Oxiteno, a exportação de EBMEG da Arábia Saudita ainda se destacaria por sua inexistência em P1, tornando-se o principal exportador mundial em P3 em função da entrada em operação da Sadara, joint-venture da saudita Saudi Aramco e da estadunidense Dow Chemical. Malásia, Alemanha e Coreia do Sul apresentam também exportações crescentes, ocupando respectivamente o terceiro a quinto lugar em P5, seguidas por Bélgica, França, Taiwan e Singapura.

135. De acordo com os dados levantados pela Oxiteno, em P5 nove origens teriam exportado volumes superiores ao mercado brasileiro. No mesmo período, dezoito países exportaram ao menos mil toneladas do produto. A Oxiteno argumentou que a maioria dos exportadores relevantes não aparentam ter sido afetados pela pandemia de COVID-19, com os volumes de exportação mantendo-se estáveis entre P4 e P5. Segundo a Oxiteno, a demanda brasileira por EBMEG em P5 teria correspondido a apenas 2,5% do total exportado pelo mundo, demonstrando, assim, a facilidade com que se poderia direcionar volume relevante do produto a esse mercado.

136. A Oxiteno concluiu que os dados apresentados demonstrariam a existência de origens exportadores relevantes disponíveis ao mercado brasileiro sem medidas antidumping aplicadas, nomeadamente Arábia Saudita (principal exportador mundial), Malásia, Coreia do Sul, Bélgica, Taiwan e Singapura.

137. Vale destacar que o CADE não apresentou informações sobre as exportações globais de EBMEG.

138. Apresentadas as manifestações das partes, passa-se à extração de dados pela SDCOM. A tabela a seguir contém dados extraídos do TradeMap e apresenta os valores consolidados referentes às exportações de EBMEG (SH 2909.43) em P5. Vale ressaltar que estes dados se encontram superdimensionados, uma vez que a subposição 2909.43 do SH engloba outros produtos além do produto objeto da presente avaliação de interesse público.

Tabela 18
Principais origens exportadoras de EBMEG em P5 (mil US$)

| Origens exportadoras | Valor exportado (mil US$) em P5 | Participação nas exportações mundiais (%) |
|---|---|---|
| Arábia Saudita | 2.110.099 | 84,1% |
| EUA | 93.863 | 3,7% |
| Alemanha | 61.944 | 2,5% |

| | | |
|---|---|---|
| Malásia | 53.629 | 2,1% |
| Bélgica | 42.052 | 1,7% |
| Coreia do Sul | 41.601 | 1,7% |
| Taiwan | 27.097 | 1,1% |
| Singapura | 25.651 | 1,0% |
| Outros | 53.131 | 2,1% |
| Total | 2.509.067,00 | 100 |

139. Com base nos dados de exportação disponibilizados na ferramenta TradeMap, em dólares estadunidenses, observa-se que a Arábia Saudita foi o maior exportador de EBMEG em P5, com expressivos 84,1% das exportações globais. Em segundo lugar aparecem os EUA, com 3,7% do valor exportado, seguidos por Alemanha, Malásia, Bélgica e Coreia do Sul, com 2,5%, 2,1%, 1,7% e 1,7% das exportações mundiais, respectivamente. Destaque-se que EUA e Alemanha são origens gravadas por medida antidumping.

140. O cenário internacional pode ser analisado também a partir da perspectiva do preço médio praticado. A seguir, descrevem-se os preços médios das principais origens que reportaram suas exportações em 2020, conforme tabela abaixo.

Tabela 19
Preço Médio (US$/t) das Exportações de EBMEG pelas Principais Origens Exportadoras - 2020

| Origens | Preço (US$/t) |
|---|---|
| Arábia Saudita | 455 |
| EUA | 711 |
| Alemanha | 1.061 |
| Malásia | 853 |
| Bélgica | 857 |
| Coreia do Sul | 885 |
| Taiwan | 905 |
| Singapura | 798 |
| Média | 816 |

141. Nota-se que os preços médios de EBMEG praticados pelas origens exportadoras Alemanha (US$ 1.061/t), Taiwan (US$ 905/t), Coreia do Sul (US$ 885/t), Bélgica (US$ 857/t) e Malásia (US$ 853/t), estiveram acima da média dos preços praticados pelas principais origens exportadoras em 2020 (US$ 798/t). Por outro lado, a Arábia Saudita (US$ 411/t) e os EUA (US$ 711/t) - as duas maiores origens exportadoras mundiais de EBMEG - apresentaram os menores preços médios abaixo da média total de preços.

2.2.1.3. Saldo da balança comercial do produto sob análise

142. Em sua resposta ao questionário de interesse público, a Oxiteno apresentou dados da balança comercial dos principais exportadores de EBMEG. Segundo a peticionária de defesa comercial, tais dados foram obtidos por meio de consulta à base de dados TradeMap, disponibilizada pelo International Trade Center, por meio de consulta para o código HS 2909.43 (Monobutyl ethers of ethylene glycol or of diethylene glycol). A Oxiteno ressalvou, entretanto, que as observações sobre os dados de exportação de França e Arábia Saudita - conforme reportado no item anterior sobre as principais origens exportadoras de EBMEG (nota de rodapé nº 31) - se aplicam igualmente aos cálculos realizados para o presente tema do saldo da balança comercial.

143. Segundo a Oxiteno, os principais produtores e exportadores mundiais possuem balança comercial positiva em P5, exportando volumes muito mais relevantes do que importam. Em realidade, os dados teriam apontado que a maioria dos produtores/exportadores de EBMEG não costuma importar montantes relevantes de EBMEG. Adicionalmente, a Oxiteno destacou que as evidências já apresentadas indicariam significativa subutilização da capacidade produtiva da China.

144. Assim, para a Oxiteno teria ficado evidente que os principais produtores possuem a capacidade de exportar sua produção excedente de EBMEG para o Brasil e que haveria ampla gama de origens alternativas para as importações brasileiras do produto sob análise a preços competitivos.

145. Por meio da mesma base de dados, é possível também comparar o fluxo de importações e exportações das origens mais relevantes. Na tabela abaixo, apresenta-se o saldo das trocas comerciais dos maiores exportadores do produto sob análise em P5.

Tabela 20
Saldo da balança comercial de EBMEG em P5 (mil US$)

| Origem exportadora | Saldo da balança comercial |
|---|---|
| Arábia Saudita | 2.100.020 |
| EUA | 78.490 |
| Malásia | 50.102 |
| Alemanha | 47.587 |
| Coreia do Sul | 32.028 |
| Taipé Chinês | 7.052 |
| Bélgica | 3.409 |
| Noruega | 2.286 |
| Singapura | 1.645 |
| Dinamarca | 376 |
| Mauritânia | 38 |
| Macedônia do Norte | 14 |
| França | - 10.196 |

146. A partir do saldo de trocas comerciais registradas sob o código SH 2909.43 em P5, em termos de exportações menos importações, observa-se que quatro dos maiores exportadores apresentam saldo líquido de exportações.

147. A Arábia Saudita, maior origem exportadora global, apresenta também o maior saldo comercial no período para o código tarifário em questão, alcançando cerca de 2,1 bilhões de dólares estadunidenses. Da mesma forma, os EUA, segunda maior origem exportadora de EBMEG, e a Alemanha, terceira maior origem exportadora, possuem saldos positivos relevantes em termos de balança comercial. Outras origens relevantes em termos de exportações mundiais, como Bélgica e Coreia do Sul, também apresentaram saldo positivo em suas balanças comerciais. Por outro lado, a origem sob análise França apresentou saldo negativo em seu saldo da balança comercial de EBMEG em P5.

148. Por fim, vale destacar que o CADE, em sua resposta ao questionário de interesse público, não apresentou dados sobre o saldo da balança comercial dos principais países exportadores de EBMEG.

2.2.1.4. Importações brasileiras do produto sob análise

149. Uma vez verificadas origens com potencial para abastecer o mercado brasileiro e as considerações apresentadas, passa-se à análise concreta das importações brasileiras de EBMEG.

150. Em relação a esse tema, o CADE apresentou, em sua resposta ao questionário de interesse público, informações depuradas a partir dos dados de importação da Receita Federal do Brasil. Além disso, o CADE realizou análise dessas informações associadas às informações disponíveis no sítio eletrônico do TradeMap.

151. Segundo o CADE, os dados de importação brasileira de EBMEG revelaram que França e Arábia Saudita foram os maiores exportadores do produto para o país no período. Revelaram também que, após aplicação de medida antidumping às importações brasileiras de EBMEG originárias de Alemanha e EUA, tais importações se tornaram insignificantes - dado confirmado também na revisão antidumping para essas origens (Circular SECEX nº 28/2021). Para o órgão brasileiro de defesa da concorrência, origens adicionais - como Coreia do Sul e Bélgica - não parecem ter consistência material de contestação, uma vez que os dados do TradeMap revelam que o volume e o valor importados dessas origens seriam baixíssimos se comparado com os reais competidores do mercado, quais sejam França e Arábia Saudita.

152. Com base nos dados do TradeMap e na análise da SDCOM, o CADE inferiu que a Arábia Saudita aumentou suas exportações de EBMEG para o Brasil. Para o órgão brasileiro de defesa da concorrência, caso a medida antidumping seja aplicada para as importações brasileiras de EBMEG originárias da França, tal fato apontaria para a existência de apenas uma origem alternativa apta a concorrer no mercado brasileiro. Isso porque, segundo o CADE, a prática e os dados da revisão sobre importações dos EUA e Alemanha revelam como essas medidas tiveram o condão de efetivamente excluir os concorrentes internacionais do mercado brasileiro.

153. O CADE argumentou, ainda, que teria havido desvio de comércio das importações brasileiras de EBMEG - que antes eram originárias da Alemanha e dos EUA - para essas novas origens. O aumento das importações brasileiras do produto sob análise originárias de França e Arábia Saudita teria decorrido da necessidade de o consumidor nacional buscar uma alternativa ao produto doméstico. Para o CADE, esse aproveitamento do share de mercado - que antes seria das importações ora gravadas com medidas antidumping - parece ter sido salutar para manter equilíbrio do mercado brasileiro e evitar que este seja dominado pela única fabricante nacional de EBMEG.

154. Segundo o CADE, a Circular SECEX nº 47/2021 apontou que, embora seja alto e crescente o nível de importações francesas do EBMEG, em alguns períodos, as importações sauditas apresentaram índices de crescimento superiores. Com efeito, o CADE verificou que, no período de 2017 (P2) a 2019 (P4), a Arábia Saudita exportou mais EBMEG ao Brasil do que a França, enquanto houve uma ligeira vantagem da França, em 2020 (P5).

155. Ainda a partir dos dados extraídos do TradeMap, o CADE relatou que, em P3, P4 e P5, os valores das importações brasileiras de EBMEG originárias da Arábia Saudita teriam sido maiores que os valores das importações brasileiras do referido produto originárias da França, o que corroboraria as informações contidas na circular nº 47/2021 da SECEX e demonstraria que os consumidores nacionais de EBMEG teriam pago mais caro para conseguir abastecer o mercado interno.

156. Por fim, o CADE concluiu que a racionalidade em aceitar pagar mais caro por um produto decorreria da essencialidade desse produto seguida pela escassez de sua oferta. O referido órgão verificou, assim, a potencial preocupação concorrencial sobre o quanto uma eventual medida antidumping sobre as importações brasileiras de EBMEG originárias da França limitará a contestação internacional nesse setor, uma vez que aparentemente restariam apenas 4 (quatro) origens com maior viabilidade para abastecer o mercado doméstico - dentre elas a Alemanha e os EUA, que já contam com medidas antidumping -, além da própria França (investigada) e da Arábia Saudita. Diante disso, o CADE ressaltou a importância das importações para exercer pressão competitiva e inviabilizar exercício de poder de mercado da indústria doméstica.

157. A Oxiteno, em sua resposta ao questionário de interesse público, também apresentou dados sobre o volume das importações brasileiras de EBMEG entre P1 e P5. Tais informações foram obtidas por meio do sistema ComexStat em relação à NCM 2909.43.10 para o período sob análise.

158. De acordo com os dados levantados pela Oxiteno, as importações brasileiras de EBMEG representaram, durante o período sob análise, entre [CONFIDENCIAL] % do volume comercializado no mercado doméstico. As origens com medidas antidumping aplicadas - EUA e Alemanha - não apresentaram volumes relevantes (exceto por P1 para os EUA).

159. A Oxiteno destacou que as importações foram extremamente representativas no mercado brasileiro de EBMEG ao longo do período, chegando a [CONFIDENCIAL] % de participação no extremo recente da análise. Segundo a Oxiteno, essas importações não seriam compostas apenas de origens para as quais se solicita medida antidumping, mas também da Arábia Saudita, Bélgica e Coreia do Sul, as quais figuram entre os principais exportadores de EBMEG no mundo. Portanto, para a Oxiteno não apenas existiriam origens alternativas para as importações brasileiras do produto objeto, como também os importadores brasileiros já as conheceriam e ativamente procurariam tais origens.

160. Relatadas as respostas das partes aos questionários de interesse público enviados, apresentam-se, a seguir, os dados de importação depurados pela autoridade investigadora a partir da base de dados da Receita Federal do Brasil (RFB). Assim, a tabela abaixo apresenta o volume de importações brasileiras de EBMEG, por origem, durante o período sob análise. Em complemento, apresenta-se em seguida a evolução das importações de forma gráfica.

Tabela 21
Importações totais de EBMEG (t)
[CONFIDENCIAL]

| Origem | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 |
|---|---|---|---|---|---|
| França | 100,0 | 201,2 | 235,9 | 396,4 | 503,1 |
| Total (origem sob análise) | 100,0 | 201,2 | 235,9 | 396,4 | 503,1 |
| Variação (período posterior / período anterior) | - | 101,20% | 17,20% | 68,10% | 26,90% |
| Arábia Saudita | - | 100,0 | 2.174,5 | 2.919,2 | 2.347,8 |
| Coréia do Sul | 100,0 | 38,2 | 34,2 | 77,6 | 34,7 |
| Bélgica | 100,0 | 775,2 | 1.557,5 | 1.048,4 | 326,8 |
| Índia | 100,0 | - | 69,7 | 39,5 | 209,2 |
| Alemanha | 100,0 | - | - | - | 2,1 |
| EUA | 100,0 | 4,0 | - | 1,3 | - |
| México | 100,0 | 176,3 | 23,2 | - | - |
| Países Baixos (Holanda) | 100,0 | 32,1 | 71,5 | - | - |
| Total (exceto sob análise) | 100,0 | 25,0 | 89,1 | 117,6 | 89,7 |
| Variação (período posterior / período anterior) | - | -75,00% | 256,30% | 32,00% | -23,70% |
| Total Geral | 100,0 | 47,4 | 107,7 | 153,0 | 142,2 |
| Variação (período posterior / período anterior) | - | -52,60% | 127,30% | 42,00% | -7,00% |

Gráfico 4
Evolução das importações brasileiras de EBMEG (ton)
[CONFIDENCIAL]

161. Em termos de participação das importações em relação ao total, tem-se o seguinte:

Tabela 22
Importações totais de EBMEG (em %)
[CONFIDENCIAL]

| Origem | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 |
|---|---|---|---|---|---|
| França | [10-20%[ | [50-60%[ | [20-30%[ | [30-40%[ | [40-50%[ |
| Total (origem sob análise) | [10-20%[ | [50-60%[ | [20-30%[ | [30-40%[ | [40-50%[ |
| Arábia Saudita | [90-100%] | [5-10%[ | [60-70%[ | [50-60%[ | [50-60%[ |
| Coréia do Sul | [5-10%[ | [5-10%[ | [1-5%[ | [1-5%[ | [1-5%[ |
| Bélgica | [0-1%[ | [1-5%[ | [1-5%[ | [1-5%[ | [0-1%[ |
| Índia | [0-1%[ | [90-100%] | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ |
| Alemanha | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ | [0-1%[ |
| EUA | [70-80%[ | [5-10%[ | [0-1%[ | [0-1%[ | [90-100%] |
| México | [5-10%[ | [20-30%[ | [1-5%[ | [90-100%] | [90-100%] |
| Países Baixos (Holanda) | [1-5%[ | [1-5%[ | [1-5%[ | [90-100%] | [90-100%] |
| Total (exceto sob análise) | [80-90%[ | [40-50%[ | [70-80%[ | [60-70%[ | [50-60%[ |
| Total Geral | [90-100%] | [90-100%] | [90-100%] | [90-100%] | [90-100%] |

162. O comportamento das importações brasileiras de EBMEG demonstra, inicialmente, que diversas origens exportaram o produto para o Brasil no período analisado. De P1 a P5, além da origem sob análise, pelo menos 8 (oito) outras origens exportaram algum volume de EBMEG para o mercado brasileiro.

163. Em primeiro lugar, destaque-se o crescimento expressivo das importações provenientes da origem sob análise França, cujo volume em P1 passou de [CONFIDENCIAL] toneladas para [CONFIDENCIAL] toneladas em P5 (variação de 403,1% no período). Se em P1 o EBMEG francês representava [CONFIDENCIAL] % das importações brasileiras do produto, em P5 essa participação saltou para [CONFIDENCIAL] %.

164. Dentre as origens gravadas, verifica-se que os EUA - principal origem fornecedora do mercado brasileiro em P1 - praticamente não exportaram EBMEG para o Brasil entre P3 e P5. Com efeito, em P1 as importações brasileiras do referido produto originárias dos EUA representavam [CONFIDENCIAL] % (equivalentes a [CONFIDENCIAL] toneladas) do mercado nacional e caíram a [CONFIDENCIAL] % em P3 e P5 e a residuais [CONFIDENCIAL] % em P4.

165. Dinâmica semelhante se repetiu em relação às importações brasileiras de EBMEG originárias da Alemanha, origem gravada por medida antidumping. Sua participação no mercado brasileiro em P1 foi de apenas [CONFIDENCIAL] % (equivalentes a [CONFIDENCIAL] toneladas) e caiu a [CONFIDENCIAL] % de P2 a P5 (em P5 registraram-se importações residuais de [CONFIDENCIAL] toneladas dessa origem).

166. Destaque-se, ainda, o comportamento das importações brasileiras de EBMEG originárias da Arábia Saudita, cuja participação no mercado nacional em P1 era inexistente e em P5 alcançou o índice de [CONFIDENCIAL] %, sendo a origem mais relevante em termos das importações brasileiras do produto no período. Entre P2 e P5, as importações brasileiras de EBMEG saudita cresceram expressivos de [CONFIDENCIAL] %, saltando de [CONFIDENCIAL] toneladas para [CONFIDENCIAL] toneladas nesse período.

167. Ademais, as importações brasileiras do EBMEG originário da Coreia do Sul - cuja participação no mercado brasileiro em P1 foi [CONFIDENCIAL] % ([CONFIDENCIAL] toneladas) - decresceram para apenas [CONFIDENCIAL] % ([CONFIDENCIAL] toneladas) em P5.

168. O EBMEG originário do México, que chegou a representar [CONFIDENCIAL] % das importações brasileiros desse produto em P2, não penetrou no mercado brasileiro em P4 e P5. O mesmo movimento ocorreu com o EBMEG originário dos Páises Baixos.

169. O EBMEG belga chegou a alcançar o índice de [CONFIDENCIAL] % de participação no mercado brasileiro em P2, mas decresceu a residuais [CONFIDENCIAL] % em P5.

170. Por fim, as importações brasileiras de EBMEG da Índia mantiveram-se em níveis discretos em todo o período sob análise, sempre abaixo de [CONFIDENCIAL] % de participação no mercado brasileiro.

2.2.1.5. Preço das importações brasileiras do produto sob análise

171. Em sua resposta ao questionário de interesse público, a Oxiteno limitou-se a apenas apresentar os dados sobre os preços médios das importações brasileiras durante o período sob análise e não teceu qualquer consideração sobre o tema. Tais informações foram obtidas por meio do sistema ComexStat em relação à NCM 2909.43.10 para o período de P1 a P5.

172. Ressalte-se que o CADE, em sua resposta ao questionário de interesse público, não apresentou dados sobre os preços médios das importações brasileiras de EBMEG durante o período sob análise.

173. De todo modo, para se aprofundar o exame da existência de possíveis fontes alternativas do produto, é válido verificar a evolução de preços cobrados pelas principais origens das importações brasileiras.

Tabela 23
Preço das importações brasileiras de EBMEG (em CIF US$/t)
[CONFIDENCIAL]

| Origem | P1 | P2 | P3 | P4 | P5 |
|---|---|---|---|---|---|
| França | 100,0 | 100,7 | 125,9 | 108,0 | 89,0 |
| Total (origem sob análise) | 100,0 | 100,7 | 125,9 | 108,0 | 89,0 |
| Variação (período posterior / período anterior) | - | 0,70% | 25,10% | -14,30% | -17,50% |
| Arábia Saudita | - | 100,0 | 113,0 | 127,3 | 112,2 |
| Coréia do Sul | 100,0 | 96,2 | 113,1 | 100,1 | 76,5 |
| Bélgica | 100,0 | 92,1 | 103,1 | 103,1 | 74,7 |
| Índia | 100,0 | - | 106,3 | 86,8 | 81,8 |
| Alemanha | 100,0 | 1.349,6 | 1.174,0 | 611,2 | 99,1 |
| EUA | 100,0 | 106,1 | 2.638,8 | 123,6 | - |
| México | 100,0 | 85,3 | 100,7 | - | - |
| Países Baixos (Holanda) | 100,0 | 95,7 | 113,8 | - | - |
| Total (exceto sob análise) | 100,0 | 116,3 | 118,1 | 129,3 | 113,2 |
| Variação (período posterior / período anterior) | - | 16,30% | 1,50% | 9,40% | -12,40% |
| Total Geral | 100,0 | 113,7 | 123,1 | 125,1 | 106,2 |
| Variação (período posterior / período anterior) | - | 13,70% | 8,30% | 1,60% | -15,10% |

174. Com relação aos preços das importações da origem sob análise, observa-se que houve redução de 11% no período de P1 a P5, passando de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL] . Até P3, verificou-se um aumento gradativo nos preços do EBMEG importado da França, principalmente de P2 aP3, cujo crescimento alcançou o índice de 25,1%, %, variando de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL] . A partir de P3, os preços do EBMEG francês caíram progressivamente até P5, acumulando redução de 29,3% nesse intervalo, passando de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL] .

175. Já o preço CIF médio por tonelada de EBMEG de outras origens apresentou variação acumulada positiva de 13,2% ao longo do período sob análise. Com efeito, entre P1 e P5, o preço médio das importações brasileiras de EBMEG de outras origens variou de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL] .

176. Dentre as origens que não se encontram sob análise, verifica-se que o preço do EBMEG saudita cresceu gradativamente de P2 a P4, passando de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL] . Entre P4 e P5, o preço do EBMEG originário da Arábia Saudita caiu de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL] .

177. Os preços praticados pela origem Coreia do Sul, por sua vez, se comportaram de maneira errática ao longo do período sob análise. Com efeito, entre P1 e P2 o preço do EBMEG sul-coreano decresceu de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL] . De P2 para P3, aumentou de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL] . Entre P3 e P4, voltou a cair de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL]. Por fim, de P4 para P5, o preço do EBMEG originário da Arábia Saudita decresceu de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL] . Vale destacar que a Coreia do Sul figurou como a única origem com preço do produto sob análise inferior ao preço praticado pela origem França em P5.

178. Os preços praticados pela origem Bélgica também se comportaram de maneira errática entre P1 e P5. De todo modo, ao longo desse período, o preço do EBMEG belga decresceu de [CONFIDENCIAL] para [CONFIDENCIAL] .

179. Por fim, as origens Índia e Alemanha também apresentaram uma dinâmica de preços variável ao longo do período sob análise, mas, em resumo, decresceram entre P1 e P5.

180. Por outro lado, a variação do preço médio das importações brasileiras totais no período foi positiva no montante de 6,2%.

181. Analisando graficamente os preços referentes ao período sob análise, tem-se o seguinte:

Gráfico 5
Preço das importações brasileiras de EBMEG entre P1 e P5 (US$ CIF/t)
[CONFIDENCIAL]

182. O gráfico mostra que as origens Coreia do Sul e Bélgica são as únicas capazes de rivalizar em preço em P5 com a origem sob análise França. Por outro lado, as importações originárias da Arábia Saudita apresentaram preço médio inferior ao praticado no produto de origem francesa em P2 e P3.

2.2.1.6. Conclusões sobre as origens alternativas

183. Assim, para fins de avaliação preliminar de interesse público, observam-se os seguintes itens:

a) os maiores produtores globais de éteres glicólicos seriam, por ordem descendente, [CONFIDENCIAL] ;

b) a Arábia Saudita foi o maior exportador de EBMEG em P5, com expressivos 84,1% das exportações globais. Em segundo lugar aparecem os EUA, com 3,7% do valor exportado, seguidos por Alemanha, Malásia, Bélgica e Coreia do Sul, com 2,5%, 2,1%, 1,7% e 1,7% das exportações mundiais, respectivamente;

c) os preços médios de EBMEG praticados pelas origens exportadoras Alemanha (US$ 1.061/t), Taiwan (US$ 905/t), Coreia do Sul (US$ 885/t), Bélgica (US$ 857/t) e Malásia (US$ 853/t), estiveram acima da média dos preços praticados pelas principais origens exportadoras em 2020 (US$ 798/t);

d) por outro lado, a Arábia Saudita (US$ 411/t) e os EUA (US$ 711/t) - as duas maiores origens exportadoras mundiais de EBMEG - apresentaram os menores preços médios abaixo da média total de preços;

e) a Arábia Saudita, maior origem exportadora global, apresentou também o maior saldo comercial no período para o código tarifário em questão, alcançando cerca de 2,1 bilhões de dólares estadunidenses;

f) da mesma forma, as origens gravadas EUA e Alemanha, origens significativas em termos de exportações mundiais, apresentaram saldos positivos relevantes em termos de balança comercial. Outras origens relevantes em termos de exportações mundiais, como Bélgica e Coreia do Sul, também apresentaram saldo positivo em suas balanças comerciais. Por outro lado, a origem sob análise França apresentou saldo negativo em seu saldo da balança comercial de EBMEG em P5;

g) em P1 o EBMEG francês representava [CONFIDENCIAL] % das importações brasileiras do produto. Em P5 essa participação saltou para [CONFIDENCIAL] %;

h) em P1 as importações brasileiras de EBMEG originárias dos EUA representavam [CONFIDENCIAL] % do mercado nacional e caíram a [CONFIDENCIAL] % em P3 e P5 e a residuais [CONFIDENCIAL] % em P4. Dinâmica semelhante se repetiu em relação às importações brasileiras de EBMEG originárias da Alemanha. Sua participação no mercado brasileiro em P1 foi de apenas [CONFIDENCIAL] % e caiu a [CONFIDENCIAL] % de P2 a P5. Ressalta-se que as duas origens se encontram gravadas por medida antidumping;

i) a participação do EBMEG saudita no mercado nacional em P1 era inexistente e em P5 alcançou o índice de [CONFIDENCIAL] %. Entre P2 e P5, as importações brasileiras do produto importado da Arábia Saudita cresceram expressivos de [CONFIDENCIAL] %, alcançando [CONFIDENCIAL] toneladas e fazendo com que a origem se tornasse a mais relevante nas importações brasileiras do produto;

j) as importações brasileiras do EBMEG originário da Coreia do Sul - cuja participação no mercado brasileiro em P1 foi [CONFIDENCIAL] % - decresceram para apenas [CONFIDENCIAL] % em P5. Já o EBMEG originário do México, que chegou a representar [CONFIDENCIAL] % das importações brasileiros desse produto em P2, não penetrou no mercado brasileiro em P4 e P5. O mesmo movimento ocorreu com o EBMEG originário dos Países Baixos;

k) em termos de preços das importações brasileiras de EBMEG, as origens Coreia do Sul e Bélgica se revelaram as únicas capazes de rivalizar em preço em P5 com a origem sob análise França. Por outro lado, as importações originárias da Arábia Saudita apresentaram preço médio inferior ao praticado no produto de origem francesa em P2 e P3.

184. Em resumo, a Arábia Saudita, um dos maiores produtores globais de EBMEG e principal exportador mundial do produto, revelou-se capaz de rivalizar com a origem sob análise França em termos de produção disponível para exportação ao Brasil e em termos de preço de exportação, além de ser a origem mais relevante nas importações brasileiras do produto. No tocante aos preços de exportação para o Brasil, a Arábia Saudita praticou valores inferiores aos franceses em P2 e P3 e superiores em P4 e P5. Desse modo, espera-se que as partes se aprofundem sobre o tema ao longo da instrução processual, principalmente sobre a viabilidade em termos de preço da origem saudita e de outras origens.

2.2.2. Barreiras tarifárias e não tarifárias ao produto sob análise

2.2.2.1. Medidas de defesa comercial aplicadas ao produto

185. Neste tópico, busca-se verificar se: (i) há outras origens do produto sob análise gravadas com medidas de defesa comercial pelo Brasil; (ii) há outras medidas de defesa comercial aplicadas pelo Brasil a produtos correlatos e/ou a produtos da mesma indústria doméstica; e (iii) há casos de aplicação por outros países de medidas de defesa comercial para o mesmo produto. Com isso, aprofundam-se as considerações sobre a viabilidade de fontes alternativas e obtêm-se indícios da frequência da prática de dumping no mercado em questão.

186. Conforme apresentado no item 1.4, o EBMEG, comumente classificado no código 2909.43.10 da NCM, é objeto de aplicação de medida de defesa comercial pelo Brasil quando importado da Alemanha e dos EUA, consoante Resoluções CAMEX nº 37/2016 e nº 90/2016.

187. Ainda, consoante item 1.4, o n-butanol, uma das principais matérias-primas na produção de EBMEG, é objeto de medidas antidumping quando importado dos EUA (Resolução CAMEX nº 71, de 2017), da África do Sul e da Rússia (Resolução CAMEX nº 127, de 2016).

188. Nesse quesito, a Oxiteno indicou, em seu Questionário de Interesse Público, que a aplicação das medidas em relação ao n-butanol teria efeitos relevantes sobre seus custos de produção, uma vez que a oferta da matéria-prima no mercado brasileiro teria sido afetada. A empresa informou que adquire n-butanol [CONFIDENCIAL] . Segundo a empresa, [CONFIDENCIAL] . A Oxiteno informou, ainda, que, [CONFIDENCIAL] . Ressaltou, por fim, que [CONFIDENCIAL] .

189. A SDCOM, em consulta ao Portal Integrado de Inteligência Comercial (Integrated Trade Intelligence Portal - I-TIP) da Organização Mundial do Comércio (OMC) para o código 2909.43 do Sistema Harmonizado (SH), verificou que há medidas de defesa comercial aplicadas por outros países sobre o produto, conforme tabela abaixo:

Tabela 24: Medidas de Defesa Comercial Aplicadas por Outros Países sobre EBMEG

| País Afetado | País investigado | Tipo da Medida | Data de Aplicação da Medida |
|---|---|---|---|
| China | União Europeia | Antidumping | 25/01/2013 |
| | EUA | Antidumping | 25/01/2013 |
| Coreia do Sul | França | Antidumping | 06/12/2016 |

190. No período de referência, encontram-se em vigor quatro medidas antidumping, sendo duas aplicadas pela China (contra as importações provenientes dos EUA e da União Europeia) e duas aplicadas pela Coreia do Sul (contra as importações provenientes dos EUA e da França). Ressalta-se a medida aplicada pela Coreia do Sul em relação às importações oriundas da França, origem em investigação, encontra-se em vigor desde 06 de dezembro de 2016.

191. No tocante ao tema, a Oxiteno indicou, em seu Questionário de Interesse Público, a realização de investigações antidumping por parte da Índia e da União Europeia. No caso da Índia, a investigação foi iniciada em dezembro de 2019 em relação às importações de EBMEG provenientes de Kuwait, Omã, Arábia Saudita, Emirados Árabes e Singapura, sendo encerrada em novembro de 2020 sem a aplicação de medidas, em função da "retirada da solicitação pela indústria doméstica". No entanto, não foi possível acessar o link fornecido pela empresa para validação da informação.

192. Já no caso da União Europeia, a investigação foi iniciada em outubro de 2020 em relação às importações de EBMEG oriundas dos EUA e da Arábia Saudita e se encontra em andamento. A empresa indicou que foram aplicadas medidas antidumping provisórias que variam de 8,5% a 52% para os EUA e de 11,1% para a Arábia Saudita.

193. Nesse sentido, argumentou que tais investigações corroborariam as evidências apresentadas acerca do excesso de capacidade produtiva mundial. Ademais, alegou que a aplicação das medidas provisórias por parte da União Europeia em relação aos EUA e à Arábia Saudita, dois dos principais mercados produtores e exportadores no mundo, ampliaria a oferta do produto a outros países, como o Brasil.

2.2.2.2. Tarifa de importação

194. Para avaliar as condições tarifárias do país no nível do produto frente à concorrência internacional, compara-se a tarifa de importação brasileira com as tarifas médias de outros países.

195. O EBMEG é normalmente classificado no subitem tarifário 2909.43.10 da NCM. A alíquota do Imposto de Importação deste subitem é de 14% e manteve-se inalterada durante todo o período em análise.

196. Para comparação da tarifa brasileira com o cenário internacional, faz-se necessário adotar níveis mais agregados dos códigos tarifários, correspondentes à nomenclatura de 6 (seis) dígitos do SH. Desse modo, para estabelecer parâmetros internacionais de comparação em relação à magnitude da tarifa brasileira, utilizou-se o código 2909.43 do SH. De forma a comparar a tarifa brasileira de 14% para o produto sob avaliação, calculou-se a média simples das tarifas de Nação Mais Favorecida reportadas pelos países membros da OMC, excluindo o Brasil (totalizando 131 países), entre 2015 e 2020.

197. Observa-se que a tarifa internacional média para o produto é de 3,91%, patamar significativamente inferior ao cobrado pelo Brasil. Além disso, a tarifa brasileira de 14% está acima do patamar praticado por 94,7% dos países que reportaram suas alíquotas à OMC. Somente Argélia, Argentina, Comores, Maldivas, Tonga e Uruguai praticam alíquotas de importação superiores à brasileira. Na comparação com os cinco maiores exportadores do produto em 2020, o II brasileiro é maior que as tarifas de importação médias praticadas pela Arábia Saudita (5,0%), EUA (9,5%) e Malásia (0%). Não foram reportadas tarifas para a Alemanha, terceiro maior exportador do produto, e para a Bélgica, quinto maior exportador.

198. Nesse sentido, a Oxiteno argumentou, em seu Questionário de Interesse Público, que a alíquota média mundial do imposto de importação dos países da OMC teria sido de 4,52%, porém sem especificar o período abrangido. Apresentou, ainda, tabela contendo as alíquotas de importação dos principais produtores/exportadores mundiais de EBMEG:

Tabela 25: Alíquotas II - Principais exportadores/produtores mundiais

| Países | Alíquota |
|---|---|
| Arábia Saudita | 5,0% |
| EUA | 5,5% |
| Malásia | 0,0% |
| Alemanha | 5,5% |
| Coreia do Sul | 5,5% |
| França | 5,5% |
| Bélgica | 5,5% |
| Taipé Chinês | 4,5% |
| Singapura | 0,0% |

2.2.2.3. Preferências tarifárias

199. Foram identificadas as seguintes preferências tarifárias com relação ao subitem NCM 2909.43.10, conforme tabela abaixo.

Tabela 26: Preferências Tarifárias (NCM 2909.43.10)

| País | Acordo | Entrada em Vigor do Acordo | Preferência |
|---|---|---|---|
| Argentina | ACE 18 - Mercosul | 21 de novembro de 1991 | 100% |
| Paraguai | ACE 18 - Mercosul | 21 de novembro de 1991 | 100% |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Uruguai | ACE 18 - Mercosul | 21 de novembro de 1991 | 100% |
| Chile | ACE 35 - Mercosul-Chile | 19 de novembro de 1996 | 100% |
| Bolívia | ACE 36 - Mercosul-Bolívia | 28 de maio de 1997 | 100% |
| México | ACE 53 - Brasil-México | 24 de setembro de 2002 | 30% |
| Peru | ACE 58 - Mercosul-Peru | 30 de dezembro de 2005 | 100% |
| Equador | ACE 59 - Mercosul-Equador | 01 de fevereiro de 2005 | 69% |
| Israel | ALC - Mercosul-Israel | 28 de abril de 2010 | 100% |
| Venezuela | ACE 69 - Brasil-Venezuela | 07 de outubro de 2014 | 100% |
| Colômbia | ACE 72 - Mercosul-Colômbia | 07 de dezembro de 2017 | 100% |
| Panamá | APTR 4 - Aladi | 22 de agosto de 2017 | 28% |
| Egito | ALC - Mercosul-Egito | 01 de setembro de 2017 | 62,5%* |

200. Dentre os países aos quais foram concedidas preferências tarifárias de P1 a P5, nenhum passou a ser origem relevante das importações brasileiras de EBMEG. Os países que já contavam com preferências tarifárias tampouco se destacam na lista de maiores exportadores do produto ao mercado brasileiro. O México, país que conta com 30% de preferência tarifária para o produto desde 2002, é o parceiro preferencial mais relevante, com participações nas importações brasileiras de EBMEG de [CONFIDENCIAL] . Nos demais períodos, não houve importações provenientes desta origem.

2.2.2.4. Temporalidade da proteção do produto

201. As importações brasileiras de EBMEG originárias da França não se encontram gravadas por medida de defesa comercial atualmente, dado que se trata de investigação antidumping original.

202. Cumpre registrar, entretanto, conforme apresentado no item 1.4, que o produto sob análise é objeto de aplicação de medida de defesa comercial pelo Brasil quando importados da Alemanha e dos EUA, consoante Resoluções CAMEX nº 37 e nº 90, de 2016. A medida aplicada à Alemanha está vigente desde 2016, totalizando 5 anos de direito antidumping, enquanto a medida aplicada aos EUA está vigente desde 2004, totalizando cerca de 17 anos.

2.2.2.5. Outras barreiras não tarifárias

203. Em consulta à base de dados TRAINS da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), não foram encontradas possíveis barreiras não tarifárias impostas pelo Brasil a outros países diretamente relacionadas ao código 2909.43.10 do Sistema Harmonizado na comparação Mundial, conforme código 2909.43 do SH. Para fins de comparação internacional, foram encontradas 239 barreiras não tarifárias por outros 32 países com relação a este código do Sistema Harmonizado.

204. Nesse quesito, a Oxiteno apresentou, em seu Questionário de Interesse Público, lista contendo os regulamentos técnicos aplicados ao EBMEG quando importado e comercializado no Brasil:

÷Resolução RDC nº 17, de 17 de março de 2008 - Regulamento Técnico sobre Lista Positiva de Aditivos para Materiais Plásticos destinados à Elaboração de Embalagens e Equipamentos em Contato com Alimentos;

÷Resolução - RDC Nº 217, DE 1º de agosto de 2002 - Regulamento Técnico sobre Películas de Celulose Regenerada em Contato com Alimentos;

÷Portaria nº 177, de 04 de março de 1999 - Regulamento Técnico "Disposições Gerais Para Embalagens e Equipamentos Celulósicos em Contato com Alimentos;

÷Resolução RDC nº 20, de 22 de março de 2007 - Regulamento Técnico sobre Disposições para Embalagens, Revestimentos, Utensílios, Tampas e Equipamentos Metálicos em Contato com Alimentos;

÷Resolução nº 123, de 19 de junho de 2001 - Regulamento Técnico sobre Embalagens e Equipamentos Elastoméricos em Contato com Alimentos; e

÷Resolução-RDC nº 3, de 18 de janeiro de 2012 - Regulamento Técnico "lista de substâncias que os produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes não devem conter exceto nas condições e com as restrições estabelecidas".

205. Assim, para fins preliminares, espera-se aprofundar essa análise ao longo da fase probatória desta avaliação de interesse público com a manifestação das partes interessadas a respeito da possível existência de barreiras não-tarifárias impostas sobre o EBMEG.

2.3. Oferta nacional do produto sob análise

2.3.1. Consumo nacional aparente

206. Com intuito de avaliar o consumo nacional aparente (CNA) de EBMEG, vale compreender o comportamento das vendas da indústria doméstica, do consumo cativo da indústria doméstica, das importações da origem investigada e das importações das demais origens. A importância dessa análise é verificar o quanto as vendas da indústria doméstica e as importações representam do consumo nacional aparente do produto.

207. A indústria doméstica foi definida como a linha de produção de EBMEG da empresa Oxiteno, responsável por 100,0% da produção nacional do produto.

Tabela 27: Consumo Nacional Aparente (toneladas e %)
[CONFIDENCIAL]

| | Indústria Doméstica | | Origem Investigada | | Demais Origens | | Consumo Cativo | | Consumo Nacional Aparente | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| P1 | 100,0 | [50-60%[ | 100,0 | [1-5%[ | 100,0 | [30-40%[ | 100,0 | [1-5%[ | 100,0 | [90-100%] |
| P2 | 119,5 | [70-80%[ | 201,3 | [10-20%[ | 25,0 | [5-10%[ | 117,6 | [5-10%[ | 92,8 | [90-100%] |
| P3 | 97,1 | [50-60%[ | 235,8 | [10-20%[ | 89,1 | [20-30%[ | 99,5 | [1-5%[ | 101,2 | [90-100%] |
| P4 | 85,2 | [40-50%[ | 396,4 | [10-20%[ | 117,6 | [30-40%[ | 137,3 | [5-10%[ | 112,7 | [90-100%] |
| P5 | 69,9 | [40-50%[ | 503,0 | [20-30%[ | 89,7 | [20-30%[ | 65,4 | [1-5%[ | 96,4 | [90-100%] |

Gráfico 6: Consumo Nacional Aparente (toneladas)
[CONFIDENCIAL]

208. Nota-se que o volume do consumo nacional aparente de EBMEG decresceu 3,6% de P1 a P5. As vendas da indústria doméstica registraram retração de 30,1% de P1 a P5, passando de [CONFIDENCIAL] de participação no CNA em P1 para [CONFIDENCIAL] em P5. O consumo cativo também apresentou declínio de 3,6% ao longo do período analisado, variando de [CONFIDENCIAL] do CNA em P1 para [CONFIDENCIAL] em P5.

209. As importações da origem investigada, por sua vez, cresceram 403,1% de P1 a P5, variando de [CONFIDENCIAL] de participação no CNA em P1 para [CONFIDENCIAL] em P5, tomando, assim, participação de mercado da indústria doméstica. Já as importações das demais origens declinaram 10,3% de P1 para P5, passando de [CONFIDENCIAL] do CNA em P1 para [CONFIDENCIAL] em P5. Este movimento foi resultado do declínio da participação dos EUA, que passaram de [CONFIDENCIAL] % do CNA em P1 para [CONFIDENCIAL] % em P5, aliado ao crescimento das importações originárias da Arábia Saudita, que passaram de [CONFIDENCIAL] % do CNA em P1 para [CONFIDENCIAL] % em P5. Em resumo, as importações provenientes da Arábia Saudita parecem ter ocupado o espaço deixado pelas importações oriundas dos EUA, evidenciando, assim, um desvio de comércio após a majoração do direito antidumping vigente a empresas exportadoras/produtoras dos EUA.

210. A Oxiteno, em seu Questionário de Interesse Público, alegou que a pandemia do COVID-19 resultou em redução relevante do consumo nacional aparente entre P4 e P5. Afirmou, ademais, que as vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro apresentaram declínio ao longo do período analisado, enquanto as importações francesas cresceram, tomando, assim, participação de mercado da indústria doméstica.

211. Já o CADE afirmou, em seu Questionário de Interesse Público, que o aumento da participação das importações francesas no CNA poderia ser explicado "pela quase nulidade de importações de EBMEG originárias da Alemanha e dos EUA, em razão das medidas antidumping vigentes". Esse movimento, segundo o CADE, indicaria um desvio de comércio natural decorrente da aplicação das importações, o que poderia gerar desequilíbrios no mercado de EBMEG e limitar contestações internacionais no setor.

212. Argumentou, ainda, que a aplicação de medidas em um patamar capaz de "fechar o mercado" teria impacto relevante sobre o bem-estar, demandando, assim, uma avaliação criteriosa de interesse público, para que a medida aplicada pela SDCOM com o objetivo de neutralizar o dano causado pelo dumping não seja mais forte que o necessário, "a ponto de oportunizar fechamento de mercado e potencial exercício de poder de mercado de indústrias beneficiadas pela medida protetiva".

213. Portanto, nota-se que as vendas, o consumo cativo da indústria doméstica e as importações provenientes das origens não investigadas apresentaram retração ao longo do período analisado, enquanto as importações da origem investigada aumentaram. Considerando a redução do consumo nacional aparente entre P1 e P5, percebe-se que as vendas e consumo cativo da indústria doméstica perderam participação de mercado para as importações oriundas da França.

214. Ressalte-se, por fim, que a redução das importações provenientes das demais origens parece ter sido resultado de um desvio de comércio dos EUA para a Arábia Saudita após a majoração do direito antidumping vigente a empresas exportadoras/produtoras dos EUA.

2.3.2. Risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento em termos quantitativos

215. Nesta seção, busca-se analisar o risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento pela indústria doméstica, em caso de aplicação da medida de defesa comercial. Analisa-se os dados da produção da indústria doméstica em relação à capacidade instalada e à capacidade ociosa de EBMEG da indústria doméstica para que possam ser comparados com os dados do consumo nacional aparente do produto. Vale ressaltar que tais dados foram validados em verificação in loco.

Tabela 28: Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação da Indústria Doméstica, Consumo Nacional Aparente e Mercado Brasileiro (toneladas)
[CONFIDENCIAL]

| | Capacidade Instalada Efetiva | Produção EBMEG | Produção Outros Produtos | Grau de ocupação (%) | Mercado Brasileiro | CNA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| P1 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | [60-70%[ | 100,0 | 100,0 |
| P2 | 98,7 | 112,5 | 113,0 | [60-70%[ | 91,6 | 92,8 |
| P3 | 93,9 | 92,0 | 98,1 | [50-60%[ | 101,2 | 101,2 |
| P4 | 94,8 | 85,3 | 86,2 | [50-60%[ | 111,5 | 112,7 |
| P5 | 94,0 | 61,6 | 64,5 | [30-40%[ | 98,0 | 96,4 |

Gráfico 7: Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação da Indústria Doméstica e Consumo Nacional Aparente e Mercado Brasileiro (toneladas)
[CONFIDENCIAL]

216. Nota-se que a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica foi maior do que o consumo nacional aparente todos os períodos analisados. A capacidade instalada efetiva foi, em média, [CONFIDENCIAL] % superior ao CNA de P1 a P5. Ressalta-se que a capacidade instalada da indústria doméstica diminuiu 6,0% de P1 a P5, variando de [CONFIDENCIAL] toneladas em P1 para [CONFIDENCIAL] toneladas em P5. Ademais, observa-se que a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica foi maior do que o mercado brasileiro em todos os períodos analisados. A capacidade instalada efetiva foi, em média, [CONFIDENCIAL] % maior do que o mercado brasileiro entre P1 e P5.

217. O grau de ocupação da capacidade instalada efetiva foi, em média, de [CONFIDENCIAL] % de P1 a P5, atingindo [CONFIDENCIAL] % no último período, o que demonstra capacidade disponível relevante para aumento da produção do produto.

218. Entretanto, a produção de EBMEG da indústria doméstica foi inferior ao mercado brasileiro e ao CNA em todos os períodos analisados. A produção do produto foi, em média, [CONFIDENCIAL] % inferior ao mercado brasileiro de P1 a P5 e [CONFIDENCIAL] % menor do que o CNA no período. Assim, a produção doméstica de EBMEG não foi suficiente para atender o mercado brasileiro ou o CNA em nenhum dos períodos. No entanto, conforme visto anteriormente, a capacidade instalada efetiva é suficiente para o atendimento do consumo nacional aparente e do mercado brasileiro.

219. Nesse quesito, a Oxiteno destacou, em seu Questionário de Interesse Público, que as unidades de fabricação de éteres butílicos têm como característica o uso intensivo de capital, devendo, assim, operar com elevado grau de utilização da capacidade instalada. Logo, de acordo com a empresa, a "competição com importações a preços de dumping coloca em risco a operação da Oxiteno em éteres butílicos". Além disso, argumentou que possui capacidade instalada suficiente para suprir o mercado doméstico em sua totalidade em um ambiente de "concorrência leal sem a prática de preços de dumping pelos exportadores".

220. Na visão da Oxiteno, diante da existência da capacidade instalada para suprir o mercado e do fato de que a planta produtiva seria mais eficiente com um grau mais elevado de utilização de sua capacidade, não haveria riscos de desabastecimento e a indústria doméstica teria incentivos econômicos para aumentar a produção de EBMEG sempre que necessário.

221. A empresa indicou, ademais, que [CONFIDENCIAL] . Ressaltou, por fim, [CONFIDENCIAL] .

222. Tendo em vista o exposto, há evidências de que a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica foi maior que o consumo nacional aparente em todos os períodos analisados e que há capacidade disponível para expandir a produção de EBMEG. Ressalta-se, entretanto, que a produção doméstica não foi capaz de atender o mercado brasileiro ou o consumo nacional aparente em nenhum dos períodos analisados. Nesse contexto, vale destacar que não houve participação de empresas do elo a jusante da cadeia, potenciais partes afetadas por uma aplicação de medida de defesa comercial, no sentido de apresentar maiores informações acerca de eventuais desabastecimentos internos. Espera-se, nesse sentido, aprofundar a análise a respeito da temática com participação das demais partes interessadas ao longo da instrução processual.

223. Ademais, como a indústria doméstica apresenta vendas no mercado externo e consumo cativo, deve-se também observar se existe a possiblidade de priorização de tais operações, o que poderia acarretar risco de desabastecimento ao mercado brasileiro. Para tanto, analisam-se as características da totalidade das operações da indústria doméstica (vendas ao mercado interno, exportações e consumo cativo), conforme tabela abaixo.

Tabela 29: Operações da Indústria Doméstica (toneladas e %)
[CONFIDENCIAL]

| | Vendas no Mercado Interno | | Vendas no Mercado Externo | | Consumo Cativo | | Operações Totais | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| P1 | 100,0 | [80-90%[ | 100,0 | [5-10%[ | 100,0 | [5-10%[ | 100,0 | [90-100%] |
| P2 | 119,5 | [80-90%[ | 65,5 | [1-5%[ | 117,5 | [5-10%[ | 115,8 | [90-100%] |
| P3 | 97,1 | [80-90%[ | 40,2 | [1-5%[ | 99,5 | [5-10%[ | 93,5 | [90-100%] |
| P4 | 85,2 | [80-90%[ | 9,1 | [0-1%[ | 137,4 | [10-20%[ | 83,8 | [90-100%] |
| P5 | 69,9 | [90-100%] | 18,6 | [1-5%[ | 65,3 | [5-10%[ | 66,2 | [90-100%] |

Gráfico 8: Operações da Indústria Doméstica (toneladas)
[CONFIDENCIAL]

224. Observa-se que, em todos os períodos, as vendas no mercado interno da indústria doméstica foram maiores que as vendas para o mercado externo e que o consumo cativo. As vendas no mercado interno representaram, em média, [CONFIDENCIAL] % das operações totais, variando de [CONFIDENCIAL] % em P1 para [CONFIDENCIAL] % em P5. Já as vendas no mercado externo representaram, em média, [CONFIDENCIAL] % das operações totais, variando de [CONFIDENCIAL] % em P1 para [CONFIDENCIAL] % em P5. O consumo cativo da indústria doméstica representou, em média, [CONFIDENCIAL] % das operações totais, mantendo-se em [CONFIDENCIAL] % entre P1 e P5.

225. Nesse sentido, a Oxiteno afirmou, em seu Questionário de Interesse Público, que não há riscos de desabastecimento em termos de priorização de mercado. Esclareceu, ademais, que [CONFIDENCIAL] .

226. Assim, para fins preliminares, nota-se um aumento da importância das vendas da indústria doméstica no mercado interno, que corresponderam, em média, a [CONFIDENCIAL] % das operações totais de P1 a P5. Portanto, não se pode indicar preliminarmente possível priorização de mercados neste produto em relação às operações de exportação ou ao consumo cativo.

2.3.3. Risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade

227. Nesta seção, busca-se avaliar eventual risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade. No que se refere à análise de preço, averígua-se a existência de elementos que possam indicar eventual exercício de poder de mercado por parte da indústria doméstica ou por outros produtores nacionais.

2.3.3.1. Riscos de restrições à oferta nacional em termos de preço

228. Em relação ao risco de restrição à oferta nacional em termos de preço, analisa-se as informações disponíveis sobre o preço do EBMEG vendido pela indústria doméstica e do seu custo de produção, atualizados com base em P5, de forma a identificar possíveis restrições à oferta do produto, conforme tabela e gráfico abaixo. Cumpre registrar que estes dados foram validados em verificação in loco.

Tabela 30: Evolução de Preço e Custo de Produção (R$/tonelada - Base em P5)
[CONFIDENCIAL]

| | Custo de Produção - R$ atualizados/t | Preço de Venda no Mercado Interno - R$ atualizados/t | Relação (%) |
|---|---|---|---|
| P1 | 100,0 | 100,0 | [CONF] |
| P2 | 105,1 | 83,7 | [CONF] |
| P3 | 118,1 | 99,0 | [CONF] |
| P4 | 124,3 | 98,8 | [CONF] |
| P5 | 104,8 | 95,9 | [CONF] |

Gráfico 9: Evolução de Preço e Custo de Produção (R$/tonelada - Base em P5)
[CONFIDENCIAL]

229. Nota-se que a relação entre os custos de produção e os preços praticados pela indústria doméstica foi, em média, de [CONFIDENCIAL] % ao longo do período analisado. Registrou-se elevação de [CONFIDENCIAL] % em P1 para [CONFIDENCIAL] % em P2, redução para [CONFIDENCIAL] % em P3, seguida de novo aumento para [CONFIDENCIAL] % em P4 e de nova contração até atingir [CONFIDENCIAL] % em P5. Considerando os extremos da série, a relação entre o custo de produção e os preços no mercado interno aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. Este movimento foi resultado da elevação de 4,8% no custo de produção, aliado a uma redução de 4,1% no preço doméstico.

230. Portanto, concluiu-se que a relação custo-preço da indústria doméstica oscilou de forma considerável ao longo do período analisado. O resultado desses movimentos foi de piora no indicador da indústria doméstica, uma vez que foi observada elevação dos custos de produção e redução do preço de venda no mercado doméstico.

231. De forma complementar, comparou-se o comportamento dos preços nominais da indústria doméstica com a evolução de índices associados às ponderações dos grupos e produtos individualizados do Índice de Preços ao Produtor Amplo, segundo os setores de origem (IPA-OG-DI). O objetivo é compreender como o preço do produto da indústria doméstica variou em relação aos outros preços de produtos industriais. Considerou-se a média do índice de preços mensal para produtos industriais de cada período. Ademais, os preços da indústria doméstica e os indicadores foram transformados em números-índice com base em P1 para facilitar a comparação.

232. Observa-se que, considerando todo o período em análise, o preço do produto da indústria doméstica apresentou crescimento de 23,7%, enquanto o índice de produtos industriais aumentou em 28,9%. Dessa forma, o preço do produto da indústria doméstica registrou acréscimo inferior ao aumento observado pelo índice de produtos industriais ao longo do período analisado.

233. Ainda com relação à evolução de preços, cabe comparar a trajetória do preço do produtor doméstico com o preço das importações brasileiras de EBMEG de P1 a P5, ambos atualizados com base em P5. Na tabela a seguir, utiliza-se como base de comparação as importações da origem analisada (França) e a média das importações de outras origens, em reais CIF por toneladas com base no câmbio das operações efetivas, de acordo com as estatísticas de importação da SERFB.

Tabela 31: Comparação de Preços da Indústria Doméstica e Importações (R$ CIF/t - Base em P5)
[CONFIDENCIAL]

| | Venda no Mercado Interno | Origem em análise | Demais Origens |
|---|---|---|---|
| P1 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| P2 | 83,7 | 87,0 | 97,7 |
| P3 | 99,0 | 115,6 | 104,5 |
| P4 | 98,8 | 99,8 | 114,8 |
| P5 | 95,9 | 92,3 | 113,3 |

Gráfico 11: Comparação de Preços da Indústria Doméstica e Importações (R$ CIF/t - Base em P5)
[CONFIDENCIAL]

234. Nota-se que o preço de venda da indústria doméstica foi superior ao preço do produto importado (calculado na condição CIF), tanto em relação aos provenientes da origem investigada, quanto das demais origens. Ademais, observa-se que o preço da França declinou 7,7% de P1 a P5, enquanto o preço da indústria doméstica caiu 4,1% e o preço das demais origens subiu 2,6% no mesmo período.

235. Nesse quesito, a Oxiteno argumentou, em seu Questionário de Interesse Público, que a relação entre o custo de produção do EBMEG e seu preço de venda no mercado interno teria se deteriorado ao longo do período analisado, enquanto o preço das importações sob análise teria diminuído.

236. Argumentou, ainda, que o EBMEG seria uma commodity homogênea, produzida a partir de derivados do petróleo (eteno, que seria uma commodity derivada do petróleo, e butanol, produzido a partir do propeno, que também seria uma commodity derivada do petróleo). Dessa forma, alegou que as práticas comerciais no mercado de EBMEG variariam em função, sobretudo, das flutuações da cadeia internacional de produção e fornecimento do petróleo e "das commodities em questão, ambas com movimentos de preços amplamente divulgados ao mercado petroquímico, assim como o cenário global de oferta e demanda do butilglicol, que também é amplamente disponível publicamente".

237. Diante disso, destacou que a precificação do EBMEG no mercado doméstico ocorre com base nos preços do mercado internacional. O produto, segundo a Oxiteno, poderia vendido diretamente às empresas por meio de contratos comerciais de média e longa duração, nos quais são firmados preços e volumes a serem adquiridos, ou por meio de "livre negociação". Também haveria a possibilidade de se obter o produto por meio de distribuidores da própria Oxiteno, que "possuem suas próprias políticas de precificação e fornecimento no mercado brasileiro".

238. Nesse sentido, apresentou comparação entre a evolução do preço de EBMEG praticado no mercado doméstico e os principais índices referentes às matérias primas utilizadas (n-butanol e óxido de eteno) no mercado internacional. Para tanto, foram utilizados:

÷os preços ponderados do EBMEG vendido a granel pela Oxiteno no mercado interno;

÷[CONFIDENCIAL] .

239. Os dados apresentados pela empresa são apresentados no gráfico a seguir. Ressalte-se que tais informações foram validadas em verificação in loco. Contudo, como não foi fornecida a série histórica das informações, não foi possível uma comparação numérica entre os índices, apenas visual.

Gráfico 12 - Evolução do preço: EBMEG e matérias primas
[CONFIDENCIAL]

240. No tocante aos riscos de restrições à oferta nacional em termos de preço, o CADE afirmou, em seu Questionário de Interesse Público, que a aplicação do direito antidumping em relação às importações de EBMEG provenientes de França, em conjunto com as medidas existentes sobre a Alemanha e EUA, poderia limitar a contestação internacional no mercado brasileiro, impactando o preço doméstico do produto.

241. Argumentou, ainda, que o preço da indústria doméstica e das importações francesas registraram contração ao longo do período em análise, o que evidenciaria" padrões de práticas semelhantes e potencialmente dependentes". Nesse contexto, conforme o órgão, a inexistência de concorrentes internacionais ou a existência de apenas um concorrente (Arábia Saudita) poderia gerar o descolamento dos preços domésticos em relação aos praticados no mercado internacional, gerando prejuízos ao consumidor. Ademais, haveria preocupações por parte do CADE no que tange a possíveis condutas anticompetitivas unilaterais no mercado brasileiro na ausência de efetiva

contestação pelo produto importado, uma vez que a Oxiteno é responsável por 100% da produção doméstica de EBMEG.

242. Tendo em vista o exposto, para fins das conclusões preliminares de interesse público, há evidências de que o preço nominal de venda interno da indústria doméstica apresentou comportamento semelhante ao índice de preços industriais, tendo, inclusive, registrado uma elevação inferior no período analisado. Ressalta-se, ainda, que, em termos reais, o preço da indústria doméstica apresentou contração entre P1 e P5, enquanto houve aumento real do custo de produção, gerando, assim, uma elevação da relação custo/preço.

243. Contudo, não é possível afastar, em sede preliminar, a possibilidade de restrições à oferta em termos de preço, visto que o preço da indústria doméstica foi superior ao preço das importações oriundas da origem investigada e das demais origens em todos os períodos. Por outro lado, foram apresentados indícios de que o produto em análise seria uma commodity homogênea, cujo preço varia de acordo com as flutuações dos preços de suas principais matérias primas no mercado internacional.

244. Desse modo, espera-se que as partes interessadas se aprofundem sobre o tema ao longo da instrução processual, principalmente para caracterização de eventual restrição em termos de preço, dada a existência de único fornecedor nacional.

2.3.3.2 Riscos de restrições à oferta nacional em termos de qualidade e variedade

245. A Oxiteno afirmou, em seu Questionário de Interesse Público, que não haveria riscos de restrição à oferta nacional em termos de qualidade e variedade, uma vez que o produto seria uma commodity homogênea, "sem divergências relevantes ou tipos diferentes de produto". Alegou, ademais, que não existem atrasos de tecnologia relativos à produção do EBMEG na indústria doméstica em comparação aos produtos importados.

246. O CADE não apresentou, em seu Questionário de Interesse Público, elementos sobre esse quesito.

247. Portanto, para fins preliminares, não há indicativos de restrições à oferta nacional em termos de qualidade e variedade. Espera-se aprofundar tais elementos com a participação das partes interessadas ao longo da instrução processual.

2.3.4 Conclusões sobre oferta nacional do produto sob análise

248. Assim, para fins de avaliação preliminar de interesse público, nota-se o seguinte no que se refere à oferta nacional do produto sob análise:

a) o consumo nacional aparente de EBMEG registrou queda de 3,6% de P1 a P5, saindo de [CONFIDENCIAL] toneladas para [CONFIDENCIAL] toneladas. No mesmo intervalo, as vendas da indústria doméstica declinaram 30,1% de P1 a P5, fazendo com que a Oxiteno perdesse [CONFIDENCIAL] p.p. de participação no CNA;

b) o espaço perdido pelas vendas da indústria doméstica foi ocupado pelas importações provenientes da origem investigada, que apresentaram crescimento de 403,1% entre P1 e P5, passando de [CONFIDENCIAL] % de participação no CNA em P1 para [CONFIDENCIAL] % em P5, e pelas oriundas da Arábia Saudita, que cresceram 904,8%, atingindo [CONFIDENCIAL] % do CNA em P5. Ressalte-se que as importações provenientes dos EUA registraram relevante retração ao longo do período, passando de [CONFIDENCIAL] % do CNA em P1 para [CONFIDENCIAL] % em P5;

c) a capacidade efetiva de produção da indústria doméstica foi superior ao CNA em todo os períodos analisados, sendo, em média, [CONFIDENCIAL] % superior entre P1 e P5. Destaca-se, ademais, que o grau de ocupação da indústria doméstica permaneceu em patamares baixos ao longo do período analisado, atingindo [CONFIDENCIAL] % em P5, havendo, assim, capacidade disponível para expandir a produção de EBMEG. Por outro lado, a produção de EBMEG da indústria doméstica foi inferior ao mercado brasileiro e ao CNA em todos os períodos analisados, sendo, em média, [CONFIDENCIAL] % inferior ao mercado brasileiro de P1 a P5 e [CONFIDENCIAL] % menor do que o CNA no período;

d) em termos das operações da indústria doméstica, nota-se um aumento da importância das vendas da indústria doméstica no mercado interno, que corresponderam, em média, a [CONFIDENCIAL] % das operações totais de P1 a P5, variando de [CONFIDENCIAL] % em P1 para [CONFIDENCIAL] % em P5. Portanto, não se pode indicar preliminarmente possível priorização de mercados neste produto em relação às operações de exportação ou de consumo cativo;

e) com relação ao risco de restrições em termo de preço, nota-se que a relação entre custo de produção e preço de venda no mercado interno variou ao longo do período analisado. Ao se analisar o período como um todo, observou-se elevação de [CONFIDENCIAL] p.p. nesta relação. Este movimento foi resultado do crescimento do custo de produção de EBMEG, aliada à redução no preço de venda interno do produto;

f) no tocante à evolução dos preços, considerando todo o período analisado, o preço do produto da indústria doméstica teve aumento de 23,7%, enquanto o índice de produtos industriais aumentou em 28,9%. O preço e o índice seguiram, grosso modo, a mesma tendência de crescimento, com exceção de P2, no qual o preço da indústria doméstica sofreu uma redução nominal, enquanto índice de preços registrou crescimento. Desse modo, o preço do produto da indústria doméstica registrou aumento inferior ao observado no índice de produtos industriais ao longo do período analisado;

g) em termos da comparação do preço da indústria doméstica e das importações, o preço de venda da indústria doméstica foi superior ao preço do produto importado (calculado na condição CIF) em todos os períodos, tanto oriundo da origem investigada, quanto das demais origens. Observa-se, ainda, que o preço o preço de venda no mercado interno apresentou queda de 4,1% entre P1 e P5, assim como o preço das importações francesas (redução de 7,7%), enquanto o preço das importações provenientes das demais origens cresceu 13,3% no período; e

h) não foram verificados indicativos de restrições à oferta nacional em termos de qualidade e variedade.

249. Dessa forma, para fins de conclusões preliminares, identificou-se que indústria doméstica possui capacidade produtiva suficiente para o pleno atendimento ao mercado brasileiro de EBMEG e que não houve priorização das operações de exportação ou de consumo cativo da indústria doméstica frente às vendas domésticas.

250. Por outro lado, a produção doméstica de EBMEG não foi suficiente para atender o mercado brasileiro ou o CNA em nenhum dos períodos. Ressalte-se, ainda, que não houve participação de empresas pertencentes ao elo a jusante da cadeia, potenciais partes afetadas por uma aplicação de medida de defesa comercial, no sentido de apresentar maiores informações acerca de eventuais desabastecimentos internos. Apesar disso, existe capacidade disponível para expandir a produção de EBMEG, considerando o baixo grau de ocupação da indústria doméstica, que atingiu [CONFIDENCIAL] % em P5. Espera-se, assim, aprofundar a análise a respeito da temática com participação das demais partes interessadas ao longo da instrução processual.

251. Além disso, não é possível afastar, em sede preliminar, a possibilidade de restrições à oferta em termos de preço, visto que o preço da indústria doméstica foi superior ao preço das importações oriundas da origem investigada e das demais origens em todos os períodos. No entanto, foram apresentados indícios de que o produto em análise seria uma commodity homogênea, cujo preço varia de acordo com as flutuações dos preços de suas principais matérias primas no mercado internacional. Desse modo, espera-se que as partes interessadas se aprofundem sobre o tema ao longo da instrução processual.

2.4. Impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado brasileiro

252. Na avaliação final de interesse público em medidas de defesa comercial, serão avaliados os impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional. No presente caso, será necessário analisar os possíveis efeitos decorrentes da eventual imposição do direito antidumping sobre a dinâmica de mercado do produto.

253. Como uma das formas de estimar os efeitos da medida de defesa comercial, utiliza-se uma simulação com base em Modelo de Equilíbrio Parcial. Tal modelo de equilíbrio parcial parte da estrutura de Armington, na qual os produtos das diferentes origens são tratados como substitutos imperfeitos e, dada a estrutura de elasticidade de substituição constante (CES), a substitutibilidade entre os produtos pode ser governada pela elasticidade de substituição ~~()~~, conhecida como elasticidade de Armington. A estrutura do modelo apresentado seguiu o trabalho de Francois (2009), com a única diferença de ter considerado a ótica de um único país, enquanto Francois considera um modelo global com "n" países importando e exportando.

254. Nesse sentido, espera-se que as partes apresentem, ao longo da instrução processual, estimativas da elasticidade-preço da oferta, elasticidade-preço da demanda e elasticidade de substituição no mercado internacional. A elasticidade-preço da oferta, em linhas gerais, se refere ao excesso de capacidade ociosa, a facilidade com que os produtores podem alterar a sua capacidade produtiva, a capacidade dos produtores de adaptar sua produção, a existência de estoques e a disponibilidade de mercados alternativos para produtos produzidos no mercado nacional. Por sua vez, a elasticidade-preço da demanda se relaciona à existência, à disponibilidade e viabilidade comercial de produtos substitutos, bem como se refere à participação do produto em cadeias a jusante. Por fim, a elasticidade de substituição depende da extensão da diferenciação do produto entre os produtos nacionais e importados. A diferenciação do produto, entre outros fatores, depende de fatores como qualidade (por exemplo, química, forma, aparência, certificação) e condições de venda (por exemplo, disponibilidade, termos de vendas/descontos/promoções).

255. Recorda-se também que podem ser apresentados outros tipos de contribuições que possam auxiliar na avaliação de impacto da eventual aplicação de medida antidumping na dinâmica do mercado nacional de EBMEG.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE INTERESSE PÚBLICO

256. Após análise dos elementos apresentados e coletados ao longo da avaliação preliminar de interesse público, feita no âmbito da investigação de dumping nas exportações de EBMEG da França para o Brasil, nota-se o seguinte:

a) O EBMEG se caracteriza como um bem químico intermediário, com aplicação em setores como os de limpeza doméstica e industrial, de tintas, de impressão serigráfica, do petróleo e o de defensivos agrícolas, entre diversos outros;

b) para fins preliminares, não foram identificados substitutos para o produto sob análise em relação à ótica da oferta. Pela ótica da demanda, há elementos que indicam certo nível de substitutibilidade do EBMEG por produtos alternativos, como os solventes glicólicos, os solventes butilpropilenoglicol, os solventes propilpropilenoglicol, o etanol e o isopropanol;

c) o mercado brasileiro manteve-se em níveis altamente concentrados ao longo de todo o período analisado (acima de 2.500 pontos do HHI), ainda que o aumento da participação das importações tenha reduzido sua concentração, sendo P5 o período de menor nível;

d) a França está entre as principais origens para fornecimento de EBMEG no mundo. Por sua vez, EUA e Alemanha, produtores mundiais relevantes, não constituem origem alternativa factível, uma vez que tais origens estão gravadas por medida antidumping. Por outro lado, destacam-se as origens Arábia Saudita, Coreia do Sul, Holanda e França como possíveis origens alternativas. Dentre tais origens, a Arábia Saudita, a Bélgica, a Coreia do Sul e a França são exportadoras líquidas do produto;

e) com relação à evolução das importações, nota-se relevante elevação ao longo do período analisado, de 42,2%, sendo que a maior parte desse aumento se deve ao crescimento das importações originárias da França, que cresceram 403,1% entre P1 e P5, e da Arábia Saudita, que aumentaram 904,8% entre P2 e P5. Ressalte-se que as importações provenientes dos EUA registraram relevante retração ao longo do período, passando de [CONFIDENCIAL] % do CNA em P1 para [CONFIDENCIAL] % em P5;

f) Apesar de outros produtores importantes, como Bélgica e Coreia do Sul, também comercializarem o produto no mercado brasileiro, os volumes exportados por essas origens atualmente são muito inferiores aos provenientes da origem investigada. Diante disso, a Arábia Saudita se destaca como a principal origem alternativa relevante, com participação de [CONFIDENCIAL] % no volume importado pelo Brasil em P5, embora com um preço médio 11,6% superior ao praticado nas importações advindas da França. A França praticou preços médios inferiores às demais origens em P2, P4 e P5. Por outro lado, as importações originárias da Arábia Saudita apresentaram preço médio inferior ao praticado no produto de origem francesa em P2 e P3;

g) as importações brasileiras de EBMEG originárias da França não se encontram gravadas por medida de defesa comercial atualmente. Cumpre registrar, entretanto, que o produto sob análise, quando originário dos EUA, está gravado por medida de defesa comercial definitiva desde outubro de 2004, com base na Resolução CAMEX nº 29/2004, e, quando originário da Alemanha, desde abril de 2016, com base na Resolução CAMEX nº 37/2016. As duas medidas permanecem em vigor atualmente, nos termos da Resolução CAMEX nº 90/2016 e da Resolução CAMEX nº 37/2016. A França é alvo de uma medida antidumping, aplicadas pela Coreia do Sul em dezembro de 2016;

h) a tarifa internacional média para o produto é de 3,91%. A tarifa brasileira de 14% está acima do patamar praticado por 94,7% dos países que reportaram suas alíquotas à OMC. O II brasileiro é maior que as tarifas de importação médias praticadas pela Arábia Saudita (5,0%), EUA (9,5%) e Malásia (0%);

i) dentre os países aos quais foram concedidas preferências tarifárias de P1 a P5, nenhum passou a ser origem relevante das importações brasileiras de EBMEG. Os países que já contavam com preferências tarifárias tampouco se destacam na lista de maiores exportadores do produto ao mercado brasileiro;

j) de acordo com a base de dados "i-TIP" da OMC, o Brasil não adotaria barreiras não tarifárias na importação do código tarifário correspondentes ao EBMEG;

k) o consumo nacional aparente de EBMEG decresceu 3,6% de P1 a P5, saindo de [CONFIDENCIAL] toneladas para [CONFIDENCIAL] toneladas. No mesmo intervalo, as vendas da indústria doméstica declinaram 30,1% de P1 a P5, fazendo com que a Oxiteno perdesse [CONFIDENCIAL] p.p. de participação de mercado;

l) o espaço perdido pelas vendas da indústria doméstica foi ocupado pelas importações provenientes da origem investigada, que apresentaram crescimento de 403,1% entre P1 e P5, passando de [CONFIDENCIAL] % de participação no CNA em P1 para [CONFIDENCIAL] % em P5, e pelas oriundas da Arábia Saudita, que cresceram 904,8%, atingindo [CONFIDENCIAL] % do CNA em P5;

m) a indústria doméstica possui capacidade produtiva suficiente para o pleno atendimento ao mercado brasileiro de EBMEG. Destaca-se, nesse sentido, que o grau de ocupação da indústria doméstica permaneceu em patamares baixos ao longo do período analisado, atingindo [CONFIDENCIAL] % em P5. Por outro lado, a produção de EBMEG da indústria doméstica foi inferior ao mercado brasileiro e ao CNA em todos os períodos analisados;

n) houve aumento da importância das vendas da indústria doméstica no mercado interno, que corresponderam, em média, a [CONFIDENCIAL] % das operações totais de P1 a P5. Portanto, não se pode indicar preliminarmente possível priorização de mercados neste produto em relação às operações de exportação ou de consumo cativo;

o) a relação entre custo de produção e preço de venda no mercado interno cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. ao longo do período analisado. Este movimento foi resultado do crescimento do custo de produção de EBMEG, aliada à redução no preço de venda interno do produto;

p) o preço do produto da indústria doméstica teve aumento de 23,7%, enquanto o índice de produtos industriais aumentou em 28,9%. O preço e o índice seguiram, grosso modo, a mesma tendência de crescimento, com exceção de P2, no qual o preço da indústria doméstica sofreu uma redução nominal, enquanto índice de preços registrou crescimento. Dessa forma, o preço do produto da indústria doméstica registrou aumento inferior ao observado no índice de produtos industriais ao longo do período analisado;

q) o preço de venda da indústria doméstica foi superior ao preço do produto importado (calculado na condição CIF) em todos os períodos, tanto oriundo da origem investigada, quanto das demais origens. Observa-se, ainda, que o preço o preço de venda no mercado interno apresentou queda de 4,1% entre P1 e P5, assim como o preço das importações francesas (redução de 7,7%), enquanto o preço das importações provenientes das demais origens cresceu 13,3% no período;

r) não foram verificados indicativos de restrições à oferta nacional em termos de qualidade e variedade;

257. Tendo em vista o exposto, entende-se que a análise de alguns critérios deve ser aprofundada, a fim de se obter uma conclusão definitiva sobre os elementos de interesse público atinentes ao presente caso.

258. Nesse sentido, é necessário aprofundar, inicialmente, a análise acerca da substitutibilidade do produto em questão com a participação das demais partes interessadas. De maneira preliminar, foram apresentados indícios que indicam certo nível de substitutibilidade do EBMEG por produtos alternativos.

259. Ademais, é importante profundar a análise a respeito da concentração do mercado brasileiro com único produtor nacional, uma vez que o aumento da participação das importações reduziu a concentração do mercado brasileiro de EBMEG, ainda que este tenha sido altamente concentrado em todos os períodos analisados. Nesse contexto, espera-se aprofundar, ainda, a análise a respeito das eventuais barreias à entrada no mercado brasileiro do produto.

260. No tocante à análise a respeito de possíveis origens alternativas, há elementos preliminares que indicam que a França está entre as principais origens para fornecimento de EBMEG, havendo evidenciais de perfil exportador em termos de balança comercial para a origem. No entanto, há que se lembrar que a Alemanha e os EUA, produtores mundiais relevantes estão atualmente gravados. Dessa forma, foram identificadas, de forma preliminar, origens alternativas no que se refere à produção mundial, exportações e balança comercial, quais sejam, Arábia Saudita, China, Bélgica, Coreia do Sul e Malásia.

261. Dentre essas, a Arábia Saudita se destaca em termos de participação no volume importado pelo Brasil, respondendo por [CONFIDENCIAL] % do volume em P5, embora com um preço médio 11,6% superior ao praticado nas importações advindas da origem investigada. Por outro lado, as importações originárias da Arábia Saudita apresentaram preço médio inferior ao praticado no produto de origem francesa em P2 e P3. Nesse sentido, espera-se aprofundar a análise em questão, verificando, tanto em termos de volume quanto de preços, a existência de possíveis origens alternativas em caso de aplicação do direito antidumping

262. No tocante à oferta nacional, o atendimento ao mercado brasileiro é favorecido por uma capacidade produtiva da indústria doméstica superior à demanda nacional. Há evidências de que a indústria doméstica possui capacidade de pleno atendimento ao mercado brasileiro em termos quantitativos e que não houve possível priorização de outras operações de exportações ou de consumo cativo frente às vendas domésticas. Ressalva-se, contudo, que a produção doméstica de EBMEG não foi suficiente para atender o mercado brasileiro ou o CNA em nenhum dos períodos analisados. Nesse contexto, destaca-se que não houve participação de empresas pertencentes ao elo a jusante da cadeia, potenciais partes afetadas por uma aplicação de medida de defesa comercial, no sentido de apresentar maiores informações acerca de eventuais desabastecimentos internos. Apesar disso, existe capacidade disponível para expandir a produção de EBMEG, considerando o baixo grau de ocupação da indústria doméstica, que atingiu [CONFIDENCIAL] % em P5. Espera-se, assim, aprofundar a análise a respeito da temática com participação das demais partes interessadas ao longo da instrução processual.

263. Ainda, não é possível afastar, em alguma medida, a possibilidade de restrições à oferta em termos de preço, visto que o preço da indústria foi superior ao preço das importações oriundas da origem investigada e das demais origens em todos os períodos. No entanto, foram apresentados indícios de que o produto em análise seria uma commodity homogênea, cujo preço varia de acordo com as flutuações dos preços de suas principais matérias primas no mercado internacional, o que merece maior detalhamento acerca do tema ao longo da instrução processual.

264. Diante do exposto, em se tratando de avaliação preliminar, espera-se que as partes interessadas se manifestem, para fins da avaliação final de interesse público, ao longo da fase probatória, sobre os elementos da análise preliminar em relação aos quais ainda restam necessários aprofundamentos, nos termos deste documento, e sobre os elementos da análise final, relativos a impactos da aplicação da eventual medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional.

## SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

## SECRETARIA DE GESTÃO

### PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO SUBSTITUTO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Portaria institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O catálogo eletrônico de padronização constitui ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação ou para contratação direta.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar as regras desta Portaria.

Art. 3º É admitida a adoção do catálogo de que trata o caput do art. 1º por todos os entes federativos, conforme dispõe o inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO II

PADRONIZAÇÃO

Procedimento

Art. 4º No processo de padronização do catálogo eletrônico de compras, serviços e obras, deverão ser observados:

I - a compatibilidade, na estrutura do Poder Executivo federal, de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - os ganhos econômicos e de qualidade advindos;

III - o potencial de centralização de contratações de itens padronizados; e

IV - o não comprometimento, restrição ou frustração do caráter competitivo da contratação, ressalvada a situação excepcional de a padronização levar a fornecedor exclusivo, nos termos do inciso III do § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 5º O processo de padronização observará as seguintes etapas sucessivas, no mínimo:

I - emissão de parecer técnico sobre o item, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia, se couber;

II - convocação, pelo órgão ou entidade com competência para a padronização do item, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, de audiência pública à distância, via internet, para a apresentação da proposta de padronização;

III - submissão das minutas documentais de que tratam os incisos I, II, IV, e V do art. 6º, que compõem a proposta de item padronizado, à consulta pública, via internet, pelo prazo mínimo de 10 dias úteis, a contar da data de realização da audiência de que trata o inciso II deste artigo;

IV - compilação e tratamento, pelo órgão ou entidade responsável pela padronização do item, das sugestões submetidas formalmente pelos interessados por ocasião da consulta pública de que trata o inciso III;

V - despacho motivado da autoridade superior, com a decisão sobre a adoção do padrão;

VI - aprovação das minutas documentais de que trata o inciso III pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, em atenção ao disposto no inciso IV do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021;

VII - publicação, no sítio oficial do órgão ou entidade responsável pela padronização, sobre o resultado do processo, observado os requisitos estabelecidos no inciso III do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021; e

VIII - publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas do item padronizado.

§ 1º O parecer técnico de que trata o inciso I do caput deverá ser elaborado por comissão de padronização, formada por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo a maioria servidores efetivos ou empregados públicos do quadro permanente, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los.

§ 2º No caso de projeto de obra ou de serviço de engenharia, o parecer técnico é de competência privativa das profissões de engenheiro ou de arquiteto, conforme o caso.

Documentos e funcionalidades

Art. 6º O catálogo eletrônico de padronização conterá os seguintes documentos e funcionalidades da fase preparatória de licitações:

I - anteprojeto, termo de referência ou projeto básico;

II - matriz de alocação de riscos, se couber;

III - conexão com o painel para consulta de preços, o banco de preços em saúde e a base nacional de notas fiscais eletrônicas, de forma a otimizar a determinação do valor estimado da contratação, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto;

IV - minuta de edital ou de aviso ou instrumento de contratação direta; e

V - minuta de contrato e de ata de registro de preços, se couber.

§ 1º As minutas documentais que compõem o catálogo eletrônico de padronização deverão empregar linguagem simples, de forma clara e compreensiva à Administração e ao mercado.

§ 2º Os órgãos ou entidades com competência para a padronização do item serão estabelecidos pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, considerando a política e a atividade fim desenvolvidas, e divulgados no Portal de Compras do Governo Federal e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Categorias

Art. 7º O catálogo será estruturado nas seguintes categorias:

I - catálogo de compras, para bens móveis em geral;

II - catálogo de serviços, para serviços em geral; e

III - catálogo de obras e de serviços de engenharia, para projetos em geral ou serviços comuns de engenharia, de menores complexidades técnicas e operacionais.

CAPÍTULO III

REVISÃO

Revisão

Art. 8º O órgão ou entidade competente poderá revisar o item já padronizado:

I - de ofício, sempre que entender conveniente e oportuna a revisão; ou

II - a requerimento de terceiro, após análise de viabilidade pela comissão de padronização.

§ 1º No caso do inciso II, o interessado deverá formalizar o pedido ao órgão ou entidade competente por aquele item padronizado que pretenda revisão, acompanhado de justificativa técnica, nos termos do inciso I do art. 4º.

§ 2º A decisão que deferir ou indeferir o requerimento de que trata o inciso II será proferida no prazo de até 30 (trinta) dias do pedido.

Art. 9º Da revisão de que trata o art. 8º, poderão resultar:

I - a decisão de que o padrão vigente se mantém;

II - a alteração do padrão; ou

III - a revogação do padrão, sem que novo item seja padronizado.

CAPÍTULO IV

UTILIZAÇÃO DO CATÁLOGO

Licitação e contratação direta

Art. 10. O catálogo eletrônico de padronização será utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto, bem como nas contratações diretas de que tratam os incisos I do art. 74 e os incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. A não utilização do catálogo eletrônico de padronização é situação excepcional, devendo ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo de contratação.

Art. 11. No emprego das minutas que compõem o catálogo eletrônico de padronização, apenas os campos informacionais indispensáveis à precisa caracterização da contratação poderão ser editados ou complementados, tais como:

I - quantitativos do objeto;

II - prazo de execução;

III - possibilidade de prorrogação, se couber;

IV - estimativa do valor da contratação ou orçamento detalhado do custo global da obra; e

V - informação sobre a adequação orçamentária.

Parágrafo único. Em todos os casos, é vedada a alteração da especificação do objeto.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações Gerais

Art. 12. As informações sobre o catálogo eletrônico de padronização serão disponibilizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Art. 13. A Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá:

I - expedir normas complementares necessárias para a execução desta Portaria; e

II - estabelecer, por meio de orientações ou manuais, informações adicionais para fins de operacionalização do catálogo eletrônico de padronização.

Vigência

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor em 2º de fevereiro de 2022.

RENATO RIBEIRO FENILI

## SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

### PORTARIA Nº 927, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.134 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.100170/2022-28, resolve:

Art. 1º Fica a BLACKTHORNE INTERNATIONAL TRANSPORT LTD., com sede em Osborne House, 143-145 Stanwell Road, Ashford, Middlesex, TW15 3QN, Reino Único, autorizada a funcionar no Brasil, por intermédio de filial, com a denominação social BLACKTHORNE INTERNATIONAL TRANSPORT LTD., tendo sido destacado o capital de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), concernente ao desempenho de suas operações no Brasil, que consistirá nas atividades de importação e exportação, além da distribuição (alocação)

de equipamentos de TI, nos termos do "Ato de deliberação sobre a instalação de uma filial no Brasil e nomeação de um representante local", de 20 de dezembro de 2021.

Art. 2º Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a BLACKTHORNE INTERNATIONAL TRANSPORT LTD., é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade;

II - todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às leis e aos tribunais brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a empresa reclamar qualquer exceção fundada em seus Estatutos;

III - a sociedade não poderá realizar no Brasil atividades constantes de seus Estatutos vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as que dependam de aprovação prévia de órgão governamental, sob as condições autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do Governo brasileiro qualquer alteração nos Estatutos da empresa, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a empresa obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil; e

VII - a infração de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da falta, com cassação da autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

## SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

## SECRETARIA DE ADVOCACIA DA CONCORRÊNCIA E COMPETITIVIDADE

### FIARC - PUBLICAÇÃO DE SUMÁRIO EXECUTIVO DO PARECER RESULTANTE DE ANÁLISE INVESTIGATIVA

O Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 35 do Regimento Interno da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade, aprovado pela Portaria MF nº 282, de 14 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto e nos incisos I a VII e XI do caput do art. 119 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, faz saber que foi CONCLUÍDA A ANÁLISE INVESTIGATIVA no âmbito do programa Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial - FIARC, relativo ao requerimento para avaliação da regra de cobrança por serviços pelos terminais portuários molhados junto aos terminais secos concorrentes no mercado downstream de armazenagem, constante da Resolução Normativa ANTAQ no 34/2019, que resultou na avaliação de BANDEIRA VERMELHA, nos termos do artigo 18 da Instrução Normativa nº 97 de 2020 da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade.

GEANLUCA LORENZON

### FIARC - PUBLICAÇÃO DE SUMÁRIO EXECUTIVO DO PARECER RESULTANTE DE ANÁLISE INVESTIGATIVA

O Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 35 do Regimento Interno da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade, aprovado pela Portaria MF nº 282, de 14 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto e nos incisos I a VII e XI do caput do art. 119 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, faz saber que foi CONCLUÍDA A ANÁLISE INVESTIGATIVA no âmbito do programa Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial - FIARC acerca dos seguintes atos normativos, relativos ao requerimento de avaliação das regras de uso de recursos das Contas Vinculadas do AFRMM, nos termos do artigo 18 da Instrução Normativa nº 97 de 2020 da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade:

| ATO NORMATIVO | AVALIAÇÃO |
|---|---|
| Decreto nº 5.269, de 10 de novembro de 2004; Decreto nº 5.543, de 20 de setembro de 2005. | BANDEIRA VERMELHA BANDEIRA VERMELHA |

GEANLUCA LORENZON

### FIARC - PUBLICAÇÃO DE SUMÁRIO EXECUTIVO DO PARECER RESULTANTE DE ANÁLISE INVESTIGATIVA

O Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 35 do Regimento Interno da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade, aprovado pela Portaria MF nº 282, de 14 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto e nos incisos I a VII e XI do caput do art. 119 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, faz saber que foi CONCLUÍDA A ANÁLISE INVESTIGATIVA no âmbito do programa Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial - FIARC acerca dos seguintes atos normativos, relativos ao requerimento de avaliação da regra de circuito fechado no transporte rodoviário de passageiros sob o regime de fretamento, prevista no Decreto nº 2.521, de 1998, e na Resolução ANTT nº 4.777, de 2015, nos termos do artigo 18 da Instrução Normativa nº 97 de 2020 da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade:

| ATO NORMATIVO | AVALIAÇÃO |
|---|---|
| DECRETO Nº 2.521, DE 20 DE MARÇO DE 1998; | BANDEIRA VERMELHA |
| RESOLUÇÃO ANTT Nº 4.777, DE 6 DE JULHO DE 2015; | BANDEIRA VERMELHA |
| RESOLUÇÃO ANTT Nº 4.770, DE 25 DE JUNHO DE 2015; | BANDEIRA VERMELHA |
| DECRETO Nº 10.157, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019; | BANDEIRA AMARELA |

GEANLUCA LORENZON

## SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

## SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, a pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º da Lei 10.593/2002 (e alterações), regulamentada pelo Decreto nº 6.641/2008, na Portaria RFB nº 20/2021 e alterações posteriores, e tendo em vista o disposto nos art. 28 a 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (e alterações), e nos art. 83 e 84 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018 (e alterações), e considerando ainda, o que consta no Processo digital nº 17095.720224/2022-46, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica DATWEB SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ 07.678.110/0001-56, em virtude de ter incorrido na hipótese de exclusão de ofício prevista artigo 29, inciso VIII da Lei Complementar nº. 123/2006.

Art. 2º - Por força do §1º, do artigo 29, da Lei Complementar nº 123/2006, os efeitos da exclusão de ofício do SIMPLES NACIONAL dar-se-ão a partir de 01/01/2017, ficando o contribuinte impedido da opção pelo regime diferenciado e favorecido desta lei complementar pelos próximos 3 (três) anos-calendários seguintes. Assim, a causa de exclusão presente no ano-calendário 2017 impede a opção pelo Simples Nacional nos anos 2017, 2018 e 2019. E a causa de exclusão presente no ano-calendário 2018 impede a opção pelo Simples Nacional nos anos 2018, 2019 e 2020. A exclusão sujeitará o contribuinte, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas, conforme dispõe o artigo 32 da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º - A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 7 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF), assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa à interessada.

Parágrafo Único. Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tratada neste ADE tornar-se-á definitiva.

VINÍCIUS DANIEL FERNANDES VIEIRA

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/PVO/RO Nº 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza a entrada de aeronave, no território nacional, e a sua saída para o exterior, por Base Aérea não alfandegada.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO-RO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no § 2o do art. 26 do Decreto n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), e considerando o que consta do processo administrativo n.º 10240.720807/2022-15, declara:

Art. 1º Ficam autorizadas a entrada, no território nacional, pela Base Aérea de Porto Velho (BAPV), no dia 3/2/2022, a partir das 9h30min, da aeronave da Força Aérea Peruana, B-735, procedente de El Callao, Peru, em voo diplomático de transporte do Presidente da República do Peru e de passageiros, e a sua saída, para o exterior, no mesmo dia, a partir das 17h, pelo referido aeródromo, com destino à cidade de origem, observadas as competências dos demais órgãos anuentes.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MURILO CERQUEIRA XAVIER

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FOR Nº 3, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Cancelamento de CPD-EN

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA, no uso de suas atribuições, em face do disposto no art. 15. da Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº 1751, de 02 de outubro de 2014, (Redação dada pelo(a) Portaria Conjunta PGFN RFB nº 103, de 20 de dezembro de 2021) , resolve:

Art. 1º - Declarar Cancelada a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa - CPEND, nº 095B.62FD.6E92.25E8, emitida indevidamente em 13/11/2021, em favor do contribuinte ROMEL DE CASTRO BARBOSA, CPF Nº 43796311768.

SANDRA MARIA HOLANDA PONTE RIBEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da InfraEstrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 336 e 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, e considerando o teor da Portaria nº 546/SPE/MME, de 11 de fevereiro de 2021, que aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica, denominada Ventos de Santa Tereza 12, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:EOL.CV.RN.047246-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.273, de 6 de outubro de 2020, de titularidade da empresa Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A, inscrita no CNPJ 37.020.270/0001-74 e, considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 10271.385155/2021-10, declara:

Art. 1° Habilitada a pessoa jurídica Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A, CNPJ n° 37.020.270/0001-74, estabelecida na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, 10.800, Sala 325, CEP 61.939-906 - Distrito Industrial - Maracanaú-CE, para operar no Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, deque trata a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, artigos 1º ao 5º,

regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 15 de outubro de 2019, com período de execução de 01/01/2022 a 20/03/2023.

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

DÁRIO DA SILVA BRAYNER FILHO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 116, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021**

Cancela, a pedido, a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi) da pessoa jurídica que menciona. O cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 336 e 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1°, §2° e §6°, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, e considerando, ainda, o contido no processo nº 13075.126122/2021-36, declara:

Art. 1° Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra- Estrutura - REIDI, de n° 126, de 1º de agosto de 2019, emitido, por esta Delegacia, a favor da Pessoa Jurídica ALEX VII ENERGIA SPE LTDA, CNPJ n° 30.567.582/0001-53, na condição de titular do correspondente projeto, através do processo administrativo nº 10380.730332/2018-86, haja vista a conclusão do referido projeto.

Art. 2° Ficam revogados os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro

deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos a(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente coabilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DÁRIO DA SILVA BRAYNER FILHO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 117, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021**

Cancela, a pedido, a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi) da pessoa jurídica que menciona. O cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 336 e 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1°, §2° e §6°, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, e considerando, ainda, o contido no processo nº 13075.126124/2021-25, declara:

Art. 1° Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra- Estrutura - REIDI, de n° 114, de 3 de julho de 2019, emitido, por esta Delegacia, a favor da Pessoa Jurídica ALEX IX ENERGIA SPE LTDA, CNPJ n° 30.567.568/0001-50, na condição de titular do correspondente projeto, através do processo administrativo nº 10380.720433/2019-20, haja vista a conclusão do referido projeto.

Art. 2° Ficam revogados os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro

deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos a(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente coabilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DÁRIO DA SILVA BRAYNER FILHO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 118, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021**

Cancela, a pedido, a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi) da pessoa jurídica que menciona. O cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 336 e 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1°, §2° e §6°, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, e considerando, ainda, o contido no processo nº 13075.126125/2021-70, declara:

Art. 1° Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra- Estrutura - REIDI, de n° 116, de 4 de julho de 2019, emitido, por esta Delegacia, a favor da Pessoa Jurídica ALEX X ENERGIA SPE LTDA, CNPJ n° 30.567.559/0001-69, na condição de titular do correspondente projeto, através do processo administrativo nº 10380.720432/2019-85, haja vista a conclusão do referido projeto.

Art. 2° Ficam revogados os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro

deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos a(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente coabilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DÁRIO DA SILVA BRAYNER FILHO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 119, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021**

Cancela, a pedido, a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi) da pessoa jurídica que menciona. O cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 336 e 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1°, §2° e §6°, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, e considerando, ainda, o contido no processo nº 13075.126121/2021-91, declara:

Art. 1° Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra- Estrutura - REIDI, de n° 125, de 1 de agosto de 2019, emitido, por esta Delegacia, a favor da Pessoa Jurídica ALEX VI ENERGIA SPE LTDA, CNPJ n° 30.567.543/0001-56, na condição de titular do correspondente projeto, através do processo administrativo nº 10380.730330/2018-97, haja vista a conclusão do referido projeto.

Art. 2° Ficam revogados os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro

deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos a(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente coabilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DÁRIO DA SILVA BRAYNER FILHO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 120, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021**

Cancela, a pedido, a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi) da pessoa jurídica que menciona. O cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 336 e 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1°, §2° e §6°, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, e considerando, ainda, o contido no processo nº 13075.126123/2021-81, declara:

Art. 1° Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra- Estrutura - REIDI, de n° 113, de 2 de julho de 2019, emitido, por esta Delegacia, a favor da Pessoa Jurídica ALEX VIII ENERGIA SPE LTDA, CNPJ n° 30.567.573/0001-62, na condição de titular do correspondente projeto, através do processo administrativo nº 10380.730353/2018-00, haja vista a conclusão do referido projeto.

Art. 2° Ficam revogados os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro

deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos a(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente coabilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DÁRIO DA SILVA BRAYNER FILHO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 121, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021**

Cancela, a pedido, a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi) da pessoa jurídica que menciona. O cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 336 e 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1°, §2° e §6°, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, e considerando, ainda, o contido no processo nº 13075.126117/2021-23, declara:

Art. 1° Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra- Estrutura - REIDI, de n° 108, de 25 de junho de 2019, emitido, por esta Delegacia, a favor da Pessoa Jurídica ALEX I ENERGIA SPE LTDA, CNPJ n° 30.567.624/0001-56, na condição de titular do correspondente projeto, através do processo administrativo nº 10380.730276/2018-80, haja vista a conclusão do referido projeto.

Art. 2° Ficam revogados os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro

deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos a(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente coabilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DÁRIO DA SILVA BRAYNER FILHO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 122, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021**

Cancela, a pedido, a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi) da pessoa jurídica que menciona. O cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 336 e 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1°, §2° e §6°, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, e considerando, ainda, o contido no processo nº 13075.126118/2021-78, declara:

Art. 1° Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra- Estrutura - REIDI, de n° 110, de 27 de junho de 2019, emitido, por esta Delegacia, a favor da Pessoa Jurídica ALEX III ENERGIA SPE LTDA, CNPJ n° 30.567.591/0001-44, na condição de titular do correspondente projeto, através do processo administrativo nº 10380.730278/2018-79, haja vista a conclusão do referido projeto.

Art. 2° Ficam revogados os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro

deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo referidos efeitos a(s) pessoa(s) jurídica(s) eventualmente coabilitada(s) e vinculada(s) ao correspondente projeto.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DÁRIO DA SILVA BRAYNER FILHO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

A DELEGADA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 12, parágrafo único da IN-RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, a seguinte pessoa física:

| NOME | CPF | PROCESSO Nº |
|---|---|---|
| Milena Vasconcelos da Fonseca | 084 841 764 - 01 | 19378.720380/2021-85 |

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro supramencionado deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN-RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE Coana nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIELA VIEIRA ARAÚJO CAVALCANTI

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08/RFB Nº 49, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 10166.754499/2021-72, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição GP-08114/00107, para atividade de GRÁFICA, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 62.829.510/0001-23
Razão Social: PIGMA GRÁFICA E EDITORA LTDA
Endereço: Avenida Henry Ford, 2320 - Parque da Mooca
CEP: 03109-001 - São Paulo - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08/RFB Nº 51, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.507439/2021-76, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08111/00028, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 61.186.490/0016-33
Razão Social: EDITORA FTD S A
Endereço: Avenida Antonio Bardella, 300 - Cumbica
CEP: 07220-020 - Guarulhos - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08/RFB Nº 52, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.507730/2021-44, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08111/00029, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 61.186.490/0016-33
Razão Social: EDITORA FTD S A
Endereço: Avenida Antonio Bardella, 300 - Cumbica
CEP: 07220-020 - Guarulhos - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08/RFB Nº 53, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.507266/2021-96, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição GP-08111/00030, para atividade de GRÁFICA, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 61.186.490/0016-33
Razão Social: EDITORA FTD S A
Endereço: Avenida Antonio Bardella, 300 - Cumbica
CEP: 07220-020 - Guarulhos - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

## DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
## DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

### PORTARIA Nº 117, DE 18 DE JANEIRO DE 2022

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO - DERAT/SPO, tendo em vista a competência delegada pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no Diário Oficial da União em 15/09/2020, em conjunto com Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica TROPICAL - ESTACIONAMENTOS E GARAGENS LTDA, CNPJ nº 56.814.973/0001-19, ante o não fornecimento dos indiciários de receita bruta nos termos da legislação vigente, no período de 2017 a 2020 (ausência de apuração da receita bruta mensal pelo regime de competência nas declarações do Simples Nacional), configurando-se a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, I, c.c. art. 3º, III, ambos da Lei nº 9.964/2000, bem como, ante a inobservância da exigência de cumprimento regular das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, configurando-se a hipótese de exclusão previsa no art. 5º, I, c.c. art. 3º, V, ambos da Lei nº 9.964/2000. A exclusão produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte do ato que o excluir do Programa, nos termos do art. 9º, I da Resolução CGRefis nº 9/2001, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo 10845.723001/2021-81.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA
Delegado

## DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR
## DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO
## EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Exclui do Programa de Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O chefe da Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados da Delegacia de Fiscalização de Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil em São Paulo, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, no uso da atribuição que lhe confere o art. 24 da Instrução Normativa RFB nº 1985 de 29 de outubro de 2020, combinado com o art. 4º da Portaria Coana nº 88 de 23 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º. Excluir do Programa de Operador Econômico Autorizado, na modalidade OEA-Conformidade - Nível 2, como Importador - Exportador, a empresa VITESCO TECNOLOGIA BRASIL AUTOMOTIVA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 31.600.044/0001-86.

Art. 2º. Esta exclusão é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO VIVAS DAVID

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Exclui do Programa de Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados da Delegacia de Fiscalização de Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, no uso da atribuição que lhe confere o art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 1985 combinado com o art. 4° da Portaria Coana nº 88 de 23 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º. Excluir do Programa de Operador Econômico Autorizado a empresa AGILITY DO BRASIL LOGISTICA INTERNACIONAL S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 57.067.928/0001-00, certificada na modalidade OEA - Segurança, na função de Agente de Carga, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas encontra-se Baixado por Incorporação.

Art. 2º. Esta exclusão é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO VIVAS DAVID

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FNS Nº 3, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 290 e pelo inciso II do § 1º do artigo 299 combinados com o inciso III do artigo 360, todos esses do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, e considerando os pedidos formulados nos autos do processo 11516.720265/2021-77 pela empresa CAPITAL TRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ 07.872.326/0001-58, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/049, estabelecida na Av. Cel. Marcos Konder 805 Salas 1101 a 1101 e 1207 a 1210, bairro Centro, Itajaí (SC), CEP 88301-302, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 10.800 (dez mil, oitocentos) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos às ordens de compra, Proformas Invoice, especificações e quantidades abaixo indicadas:

| OC | Invoice | Unidades | Caixas | Marca Comercial | Características do produto |
|---|---|---|---|---|---|
| CS41 | 45411 | 10.800 | 900 | Cutty Sark | Uísque 40% GL, em caixas com 12 garrafas de vidro de 1 L cada. |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL CARLOS

## SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO
## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
## SECRETARIA EXECUTIVA

### ATO COTEPE/ICMS Nº 9, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 67/19, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula primeira-B do Convênio ICMS nº 75, de 5 de dezembro de 1991,

CONSIDERANDO a relação encaminhada pelo Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa por meio do Ofício nº 147/CDI-SE/2126, de 27 de agosto de 2021, registrada no processo SEI nº 12004.100942/2019-54; e

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Secretaria de Fazenda do Estado de São

Paulo, no dia 31 de janeiro de 2022, registrada no processo SEI nº 12004.100942/2019-54, torna público:

Art. 1º O item 70 do campo referente ao Estado de São Paulo do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 67, de 3 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

| SÃO PAULO | |
|---|---|
| 70. | SAAB SENSORES E SERVIÇOS BRASIL LTDA<br>CNPJ: 06.916.109/0001-50<br>IE: 799.420.271.116 |

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

RENATA LARISSA SILVESTRE
Substituta

### ATO COTEPE/ICMS Nº 10, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 3/22, que divulga relação de produtores de B100 optantes pelo tratamento tributário diferenciado para apuração e pagamento do ICMS incidente nas operações com B100 realizadas com diferimento ou suspensão, na forma do Convênio ICMS nº 206/21.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto na cláusula terceira do Convênio ICMS nº 206, de 9 de dezembro de 2021,

CONSIDERANDO as solicitações recebidas da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso e Secretaria de Estado de Economia de Goiás, no dia 31 de janeiro de 2022 e no dia 1º de fevereiro de 2022, respectivamente, na forma do inciso I da cláusula terceira do Convênio ICMS nº 206/21, registradas no Processo SEI nº 12004.100019/2022-18, torna público:

Art. 1º Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 3, de 13 de janeiro de 2022, com as seguintes redações:

I - o campo referente ao Estado de Goiás, com os itens 1 a 7:

| Unidade Federada: GOIÁS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| ITEM | UF | CNPJ | RAZÃO SOCIAL | DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO TTD |
| 1 | GO | 00.080.671/0003-71 | CARAMURU ALIMENTOS S.A | 1º.01.2022 |
| 2 | GO | 00.080.671/0021-53 | CARAMURU ALIMENTOS S.A | 1º.01.2022 |
| 3 | GO | 91.830.836/0064-52 | OLFAR S/A - ALIMENTO E ENERGIA | 1º.01.2022 |
| 4 | GO | 50.290.329/0026-60 | GRANOL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO S.A | 1º.01.2022 |
| 5 | GO | 00.012.377/0001-60 | CEREAL COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO AGROPECUÁRIA S/A | 1º.01.2022 |
| 6 | GO | 67.620.377/0047-05 | MINERVA S.A. | 1º.01.2022 |
| 7 | GO | 07.113.559/0001-77 | BINATURAL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A | 1º.01.2022 |

II - os itens 8 a 14 no campo referente ao Estado de Mato Grosso:

| Unidade Federada: MATO GROSSO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| ITEM | UF | CNPJ | RAZÃO SOCIAL | DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO TTD |
| 8 | MT | 84.046.101/0543-66 | BUNGE ALIMENTOS S/A | 1º.01.2022 |
| 9 | MT | 77.294.254/0055-87 | AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA | 1º.01.2022 |
| 10 | MT | 10.737.181/0001-97 | ALIANÇA BIOCOMBUSTÍVEL LTDA | 1º.01.2022 |
| 11 | MT | 08.382.761/0001-67 | COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DE FELIZ NATAL COOPERFELIZ | 1º.01.2022 |
| 12 | MT | 02.916.265/0280-99 | JBS S/A | 1º.01.2022 |
| 13 | MT | 75.817.163/0007-56 | CAIBENSE GRAN VITA LTDA | 1º.01.2022 |
| 14 | MT | 11.652.509/0001-35 | DELTA CUIABÁ PRODUTORA DE BIOCOMBUSTIVEIS LTDA | 1º.01.2022 |

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

RENATA LARISSA SILVESTRE
Substituta

### DESPACHO Nº 6, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Denúncia, pelo Estado do Espírito Santo, dos Protocolos ICMS nº 27/16 e nº 54/21.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e tendo em vista o disposto no § 2º da cláusula segunda, bem como no inciso II da cláusula trigésima primeira, ambos do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018,

CONSIDERANDO os comunicados recebidos da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo no dia 1º de fevereiro de 2022, registrados no processo SEI nº 12004.100082/2022-54, torna público, que a referida unidade federada denunciou a partir de 1º de fevereiro de 2022, os seguintes Protocolos ICMS:

- Protocolo ICMS nº 27, de 3 de maio de 2016, que dispõe sobre a adesão do Estado do Espírito Santo às disposições do Protocolo ICMS 97/10, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com autopeças; e
- Protocolo ICMS nº 54, de 14 de dezembro de 2021, que altera o Protocolo ICMS nº 116/09, que dispõe sobre a adesão do Estado do Espírito Santo às disposições do Protocolo ICMS 41/08, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com peças, componentes e acessórios, para veículos automotores e outros fins.

RENATA LARISSA SILVESTRE
Substituta

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
## SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

### ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 19.531, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 da Resolução CVM Nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 19/10/2021, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
PEMOM AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CNPJ: 18.227.733/0001-29
Anterior Denominação Social
PEMOM AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CNPJ: 18.227.733/0001-29

PAULO ROBERTO GONÇALVES FERREIRA

## SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
## GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

### ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 19.534 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza GUILHERME FONSECA DE OLIVEIRA, CPF nº 058.726.159-57, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.535 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a VINICIUS MARTIN LOPES, CPF nº 151.730.928-07, para prestar os serviços de Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

## INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

### RETIFICAÇÃO

No "ANEXO A - DIMENSÕES MÍNIMAS PARA IMPRESSÃO DE CARACTERES ALFANUMÉRICOS" constante do Anexo I da Portaria Inmetro nº 460, de 18 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2021, página 167, seção 1, INCLUIR a tabela 3, conforme descrição a seguir.

**Tabela 3**

| TIPO DE MEDIDA (grandeza) | QUANTIDADE LÍQUIDA DO PRODUTO (q) | UNIDADES (símbolos) |
|---|---|---|
| Volume (líquidos) | q < 1000 mlq<br>≥ 1000 ml | mL ou ml ou cL ou cl ou $cm^3$<br>L (l) |
| Massa | q ≤ 1 g<br>1g ≤ q ≤ 1000 gq<br>≥ 1000 g | mg<br>g<br>kg |

Nota: Vista Principal Equivale a Painel Principal
Fonte: Portaria Inmetro n° 249, de 2021

E no item 6.1.1.4.2.2 do Anexo II,
Onde se lê:

**Tabela 3**

| TIPO DE MEDIDA (grandeza) | QUANTIDADE LÍQUIDA DO PRODUTO (q) | UNIDADES (símbolos) |
|---|---|---|
| Volume (líquidos) | q < 1000 mlq<br>≥ 1000 ml | mL ou ml ou cL ou cl ou $cm^3$<br>L (l) |
| Massa | q ≤ 1 g<br>1g ≤ q ≤ 1000 gq<br>≥ 1000 g | mg<br>g<br>kg |

Nota: Vista Principal Equivale a Painel Principal
Fonte: Portaria Inmetro n° 249, de 2021

Leia-se:

**Tabela 3 – Amostragem, por modelo de embalagem destinada ao envasilhamento de álcool**

| Ensaio | Tamanho da amostra | NQA % | Aceita | Rejeita |
|---|---|---|---|---|
| Tampa | 32 | 4,0 | 3 | 4 |
| Estabilidade | | 2,5 | 2 | 3 |
| Queda livre | | 2,5 | 2 | 3 |
| Vedação | | 2,5 | 2 | 4 |
| Orifício de saída | | 4,0 | 3 | 4 |
| Rigidez | | 4,0 | 3 | 4 |
| Capacidade | | 4,0 | 3 | 4 |

## DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

### PORTARIA DIMEL Nº 42, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pela Presidência do Inmetro, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "e" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

Considerando as informações contidas no processo Inmetro SEI nº 0052600.000648/2022-34, resolve:

Autorizar, em caráter provisório, a empresa Pierino Gotti Indústria de Implementos Rodoviários e Mecânicos S/A., a declarar conformidade de veículos-tanque rodoviários, sob o código nº EAP114, de acordo com as condições especificadas disponível no site do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam.

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

# SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

### PORTARIA SUSEP Nº 7.915, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 45 do anexo I da Resolução CNSP nº 428, de 12 de novembro de 2021, e consoante o disposto nos artigos 11 ao 15 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica delegada a competência ao Coordenador-Geral da Coordenação Geral de Planejamento, Gestão de Pessoas e Documentos (CGPED) para gerir o Programa de Gestão, instituído pela Portaria Susep nº 7.892, de 29 de novembro de 2021, no âmbito das chefias dos componentes organizacionais diretamente subordinados ao Superintendente.

Art. 2º A autorização de que trata o artigo 1º compreenderá as atividades relacionadas à:

I - seleção dos participantes para participar do programa de gestão;

II - elaboração e alteração do plano de trabalho do participante, e;

III - acompanhamento e avaliação quantitativa e qualitativa do cumprimento de metas;

Art. 3º A delegação de que trata o artigo 1º terá validade durante a vigência do Programa de Gestão da Susep, podendo ser revogada a qualquer tempo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

## DIRETORIA TÉCNICA 1

### PORTARIA DIR1/SUSEP Nº 86, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DA DIRETORIA TÉCNICA 1 DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência estabelecida no inciso XVIII, do art. 23, do Anexo I, da Resolução CNSP n.º 428, de 12 de novembro de 2021, tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 4º, da Lei Complementar n.º 126, de 15 de janeiro de 2007; no inciso II, do art. 5º, da Resolução CNSP n.º 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do Processo Susep nº 15414.611594/2021-27, resolve:

Art. 1º Cancelar o cadastro de CNA INSURANCE COMPANY LIMITED, sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Reino Unido, cadastrada junto à Susep como ressegurador eventual, nos termos da Portaria Susep n.º 4.243, de 17 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR LINS DA ROCHA LOURENÇO

## COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

### PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 611, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.626373/2021-53, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SICOOB SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S.A., CNPJ nº 26.314.512/0001-16, com sede em Brasília - DF, nas assembleias gerais extraordinária realizadas em 27 de julho de 2021 e 23 de dezembro de 2021:

I - aumento do capital social em R$ 40.000.000,00, elevando-o para R$ 80.000.000,00, representado por 50.101.010 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 47.595.960 ordinárias e 2.505.050 preferenciais; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

# BANCO DO BRASIL S/A

## BB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ACIONISTA REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2019

Em vinte e seis de agosto de dois mil e dezenove, às dezessete horas, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ 30.822.936/0001-69; NIRE: 3330001980-4), na Sede Social da Empresa, na Praça XV de Novembro, nº 20, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ), tendo comparecido o Banco do Brasil S.A., seu único acionista, representado pelo seu Diretor, Sr. Cicero Przendsiuk, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlos José da Costa André, Diretor- Presidente da BB DTVM, que ao instalar a Assembleia convidou o Sr. Marconi José Queiroga Maciel para atuar como Secretário. Em seguida, o Sr. Presidente informou os assuntos constantes na ordem do dia, a saber: (i) eleição de membro efetivo do Conselho Fiscal. O acionista decidiu: a) eleger o membro efetivo do Conselho Fiscal a seguir qualificado, para o prazo de gestão 2019-2021, em virtude do término de mandato do Sr. Moisés de Sousa Carvalho Pereira, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias: Representante indicado pelo Banco do Brasil: FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES, brasileiro, (...), inscrito no CPF (...), portador da CNH (...). Endereço: (...). Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., da qual eu, ass) Marconi José Queiroga Maciel, Secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass. ) Carlos José da Costa André, Diretor-Presidente da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Presidente da Assembleia e Cícero Przenduik, representante do Banco do Brasil. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 10, FOLHAS 48 a 49. A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro certificou o deferimento em 03/09/2021 e o arquivou sob o número 00004449818.

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ACIONISTA REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Em cinco de dezembro de dois mil e dezenove, às quinze horas, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ 30.822.936/0001-69; NIRE: 3330001980-4), na Sede Social da Empresa, na Praça XV de Novembro, nº 20, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ), tendo comparecido o Banco do Brasil S.A., seu único acionista, representado pelo seu Diretor, Sr. Eduardo Cesar Pasa, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais Assumiu a presidência dos trabalhos o Carlos José da Costa André, Diretor- Presidente da BB DTVM, que ao instalar a Assembleia convidou o Sr. Marcelo Rodrigues de Farias para atuar como Secretário. Em seguida, o Sr. Presidente informou os assuntos constantes na ordem do dia, a saber: (i) eleição de membro efetivo do Conselho Fiscal e (ii) reeleição de membro efetivo do Conselho Fiscal.

O acionista decidiu: a) eleger o membro efetivo do Conselho Fiscal a seguir qualificado, para o prazo de gestão 2019-2021, em virtude do término de mandato do Sr. Luiz Fernando Alves, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias: Representante indicado pelo Acionista: CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA, brasileiro, (...), inscrito no CPF (...), portador da CNH (...). Endereço: (...). b) reeleger o membro efetivo do Conselho Fiscal a seguir qualificado, para o prazo de gestão 2019/2021, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias: Representante do Tesouro Nacional indicado pelo Ministério da Economia DANIEL DE ARAUJO E BORGES, brasileiro, (...), inscrito no CPF (...), portador da CNH (...). Endereço: (...). Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., da qual eu, ass) Marcelo Rodrigues de Farias, Secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass. ) Carlos José da Costa André, Diretor-Presidente da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Presidente da Assembleia e Eduardo Cesar Pasa, representante do Banco do Brasil. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 10, FOLHAS 46 A 47. A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro certificou o deferimento em 13/12/2021 e o arquivou sob o número 00004665461.

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ACIONISTA REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2020

Em vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte, às oito horas, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ 30.822.936/0001-69; NIRE: 3330001980-4), na Sede Social da Empresa, na Praça XV de Novembro, nº 20, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ), tendo comparecido o Banco do Brasil S.A., seu único acionista, representado, por meio eletrônico, pelo seu vice-Presidente, Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlos José da Costa André, Diretor- Presidente da BB DTVM, que ao instalar a Assembleia convidou a Srª Selma Cristina da Silva para atuar como Secretária. Em seguida, o Sr. Presidente informou os assuntos constantes na ordem do dia, a saber: (i) eleição de membrodo Conselho de Administração. A Assembleia Geral Extraordinária decidiu: O acionista decidiu: a) Eleger o membro do Conselho de Administração a seguir qualificado, para completar o prazo de gestão 2019-2021, em virtude da renúncia apresentada pelo Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias: Representante Indicado pelo Acionista - Banco do Brasil S.A. - Membro do Conselho Diretor do Banco do Brasil RODRIGO FELIPPE AFONSO, brasileiro, (...), inscrito no CPF (...), portador da CNH (...). Endereço: (...). Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., da qual eu, ass) Selma Cristina da Silva, Secretária, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass. ) Carlos José da Costa André, Diretor-Presidente da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Presidente da Assembleia e Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, representante do Banco do Brasil. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 10, FOLHAS 50 a 51. A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro certificou o deferimento em 15/12/2021 e o arquivou sob o número 00004667882.

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ACIONISTA REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2020

Em cinco de maio de dois mil e vinte, às dez horas, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ 30.822.936/0001-69; NIRE: 3330001980-4), na Sede Social da Empresa, na Praça XV de Novembro, nº 20, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ), tendo comparecido o Banco do Brasil S.A., seu único acionista, representado, por meio eletrônico, pelo seu Diretor, Sr. Rodrigo Felippe Afonso, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlos José da Costa André, Diretor- Presidente da BB DTVM, que ao instalar a Assembleia convidou a Srª Selma Cristina da Silva para atuar como Secretária. Em

seguida, o Sr. Presidente informou o assunto constante na ordem do dia, a saber: (i) Eleição de membro do Conselho de Administração. A Assembleia Geral Extraordinária decidiu: a) Eleger o membro do Conselho de Administração a seguir qualificado, para completar o prazo de gestão 2019-2021, em virtude da vacância do cargo, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias: Representante Indicado pelo Acionista - Banco do Brasil S.A. - Membro do Conselho Diretor do Banco do Brasil WALTER MALIENI JÚNIOR, brasileiro, (...), inscrito no CPF (...), portador da CNH (...). Endereço: (...). Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., da qual eu, ass) Selma Cristina da Silva, Secretária, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass. ) Carlos José da Costa André, Diretor-Presidente da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Presidente da Assembleia e Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, representante do Banco do Brasil. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 10, FOLHAS 52 a 53. A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro certificou o deferimento em 16/12/2021 e o arquivou sob o número 00004670050.

# Ministério da Educação

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

### DECISÃO DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 23000.000209/2021-10
Mantenedora: FUNDAÇÃO EDUCANDÁRIO SANTARRITENSE (Código e-MEC 122)
Assunto: Desvinculação do Programa Universidade para Todos (Prouni) em razão de não comprovação de regularidade fiscal ao final do ano-calendário de 2020 - art. 1º da Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento no art. 60 da Lei nº 9.069/1995, na Lei nº 11.128/2005, na Lei nº 11.096/2005, no Decreto nº 5.493/2005, e na Portaria Normativa MEC nº 18/2014, com fundamento na Nota Técnica nº 42/2022/CGPES/DIPPES/SESU/SESU (Documento SEI/MEC 3113142), resolve:

Art. 1º Desvincular a mantenedora Fundação Educacional Santarritense, código e-MEC nº 122, do Programa Universidade para Todos (Prouni), por descumprimento do disposto no art. 1º da Lei nº 11.128, de 2005, com efeitos imediatos ao primeiro semestre de 2021, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

Parágrafo único: A desvinculação de que trata este artigo atenderá ao disposto no caput do art. 1º da Lei nº 11.128, de 2005, e será considerada a partir do dia 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º Determinar a notificação da mantenedora mencionada no art. 1º acerca do teor desta Decisão e da Nota Técnica nº 42/2022/CGPES/DIPPES/SESU/SESU, informando-se a possibilidade de interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da notificação, nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784/1999.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA

### DECISÃO DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 23000.000281/2021-39
Mantenedora: INSTITUTO LAUDETIS DOMINIS DE ENSINO SUPERIOR LTDA. (Código e-MEC 15581)
Assunto: Desvinculação do Programa Universidade para Todos (Prouni) em razão de não comprovação de regularidade fiscal ao final do ano-calendário de 2020 - art. 1º da Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento no art. 60 da Lei nº 9.069/1995, na Lei nº 11.128/2005, na Lei nº 11.096/2005, no Decreto nº 5.493/2005, e na Portaria Normativa MEC nº 18/2014, com fundamento na Nota Técnica nº 38/2022/CGPES/DIPPES/SESU/SESU (Documento SEI/MEC 3109688), resolve:

Art. 1º Desvincular a mantenedora Instituto Laudetis Dominis de Ensino Superior Ltda, código e-MEC nº 15581, do Programa Universidade para Todos (Prouni), por descumprimento do disposto no art. 1º da Lei nº 11.128, de 2005, com efeitos imediatos ao primeiro semestre de 2021 e limitada até a data de 15 de dezembro de 2021, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

Parágrafo único: A desvinculação de que trata este artigo atenderá ao disposto no caput do art. 1º da Lei nº 11.128, de 2005, vigente à época da ocorrência do fato, e será considerada a partir do dia 1º de janeiro de 2021 e até o dia 15 de dezembro de 2021, considerando ulterior correção da situação e normalidade nos parâmetros de adesão ao programa por meio da emissão de Termo de Renovação de Adesão ao Prouni para participação no processo seletivo do primeiro semestre de 2022 em 16 de dezembro de 2021.

Art. 2º Determinar a notificação da mantenedora mencionada no art. 1º acerca do teor desta Decisão e da Nota Técnica nº 38/2022/CGPES/DIPPES/SESU/SESU, informando-se a possibilidade de interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da notificação, nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784/1999.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA

## SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

### PORTARIA Nº 406, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201806630 | DIREITO (Bacharelado) | 114 | ESCOLA SUPERIOR UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE | BRASIL EDUCACAO S/A | AVENIDA PROFESSOR MÁRIO RODRIGUES PEREIRA, 157, JARDIM AMÉRICA, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG |
| 2 | 201806633 | ENFERMAGEM (Bacharelado) | 114 | ESCOLA SUPERIOR UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE | BRASIL EDUCACAO S/A | AVENIDA PROFESSOR MÁRIO RODRIGUES PEREIRA, 157, JARDIM AMÉRICA, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG |

### PORTARIA Nº 407, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 202008692 | CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado) | 50 (cinquenta) | BRAIN BUSINESS SCHOOL | BRAIN EDUCACAO LTDA | RUA BAUMANN, 73, VILA LEOPOLDINA, SÃO PAULO/SP |
| 2 | 202013371 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 80 (oitenta) | CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL | UB - CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A. | RUA COMENDADOR NORBERTO, 1299, SANTA CRUZ, GUARAPUAVA/PR |

### PORTARIA Nº 408, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201806634 | FISIOTERAPIA (Bacharelado) | 114 | ESCOLA SUPERIOR UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE | BRASIL EDUCACAO S/A | AVENIDA PROFESSOR MÁRIO RODRIGUES PEREIRA, 157, JARDIM AMÉRICA, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG |
| 2 | 201806631 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 114 | ESCOLA SUPERIOR UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE | BRASIL EDUCACAO S/A | AVENIDA PROFESSOR MÁRIO RODRIGUES PEREIRA, 157, JARDIM AMÉRICA, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG |

**PORTARIA Nº 409, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 202015781 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 100 (cem) | CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO MIGUEL | SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA - ME | EDIFÍCIO PORTAL DA BOA VISTA, 130, CAMPUS FERNANDES VIEIRA, BOA VISTA, RECIFE/PE |
| 2 | 202014503 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 100 (cem) | ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | FUNDACAO GETULIO VARGAS | QUADRA SGAN 602, 602, AV L2 NORTE, MÓDULOS A, B E C, ASA NORTE, BRASÍLIA/DF |

**PORTARIA Nº 410, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201806632 | PSICOLOGIA (Bacharelado) | 114 | ESCOLA SUPERIOR UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE | BRASIL EDUCACAO S/A | AVENIDA PROFESSOR MÁRIO RODRIGUES PEREIRA, 157, JARDIM AMÉRICA, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG |
| 2 | 201906527 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Bacharelado) | 80 | FACULDADE INVICTUS | INVICTUS ENSINO SUPERIOR LTDA | AVENIDA DOUTOR ALBERTO ANDALÓ, 4125, CENTRO, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP |

**PORTARIA Nº 411, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 202023568 | PSICOLOGIA (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE AGES DE MEDICINA DE IRECÊ | AGES EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA | RUA DR. ANGELO DOURADO, 27, PRÉDIO ANEXO: PRAÇA GOES CALMON, 33, CENTRO, IRECÊ/BA |
| 2 | 202026111 | PSICOLOGIA (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE ATENAS CENTRO DE MINAS | CENTRO EDUCACIONAL HYARTE-ML LTDA | AVENIDA PREFEITO ALBERTO MOURA, 6000, NOVA CIDADE, SETE LAGOAS/MG |

**PORTARIA Nº 412, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201904905 | DIREITO (Bacharelado) | 80 | FACULDADE INVICTUS | INVICTUS ENSINO SUPERIOR LTDA | AVENIDA DOUTOR ALBERTO ANDALÓ, 4125, CENTRO, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP |
| 2 | 201906529 | ENFERMAGEM (Bacharelado) | 80 | FACULDADE INVICTUS | INVICTUS ENSINO SUPERIOR LTDA | AVENIDA DOUTOR ALBERTO ANDALÓ, 4125, CENTRO, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP |

**PORTARIA Nº 413, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na tabela anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s), em caráter experimental, o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do Anexo desta Portaria, solicitado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º A instituição citada na tabela constante do Anexo desta Portaria deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 202014374 | CIÊNCIA DE DADOS (Tecnológico) | 180 (cento e oitenta) | FACULDADE CAPITAL FEDERAL | FEDERAL EDUCACIONAL LTDA. | AVENIDA VIDA NOVA, 166, JARDIM MARIA ROSA, TABOÃO DA SERRA/SP |

**PORTARIA Nº 414, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 202008850 | DEFESA CIBERNÉTICA (Tecnológico) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE CAPITAL FEDERAL | FEDERAL EDUCACIONAL LTDA. | AVENIDA VIDA NOVA, 166, JARDIM MARIA ROSA, TABOÃO DA SERRA/SP |
| 2 | 202022253 | ODONTOLOGIA (Bacharelado) | 60 (sessenta) | FACULDADE CRISTO REI | SOCIEDADE DE EDUCACAO S/S LTDA | PR 160, KM 04, S/N, SAÍDA PARA LEÓPOLIS, CONJUNTO UNIVERSITÁRIO, CORNÉLIO PROCÓPIO/PR |

**PORTARIA Nº 415, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, nos termos do disposto no artigo 44, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 201906528 | DESIGN (Bacharelado) | 80 | FACULDADE INVICTUS | INVICTUS ENSINO SUPERIOR LTDA | AVENIDA DOUTOR ALBERTO ANDALÓ, 4125, CENTRO, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP |

**PORTARIA Nº 416, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo I, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Será arquivado o processo relacionado no Anexo II, nas hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 2014, e/ou no art. 24, § 3º, da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade.

Art. 4º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO I

| | CNPJ | Nome da Entidade | Local | Nº do Processo | Nota Técnica | Tipo (Concessão/Renovação) | Período de Certificação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 89.274.435/0001-38 | INSTITUTO MARIA GALBUSERA | Porto Alegre/RS | 23000.012869/2020-54 | 134/2022 | Renovação | 25/08/2020 a 24/08/2025 |
| 2 | 62.915.459/0001-72 | MAMAE ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A CRIANCA SANTAMARENSE | São Paulo/SP | 23000.035094/2018-71 | 1170/2021 | Renovação | 1º/01/2019 a 31/12/2021 |
| 3 | 79.427.944/0001-08 | EDUCANDARIO SANTA CATARINA | São José/SC | 23000.024857/2019-39 | 138/2022 | Renovação | 1º/01/2018 a 31/12/2020 |

ANEXO II

| | CNPJ | Nome da Entidade | Local | Nº do(s) Processo(s) Arquivado(s) | Nota Técnica |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 79.427.944/0001-08 | EDUCANDARIO SANTA CATARINA | São José/SC | 23000.035814/2018-06 | 138/2022 |

**PORTARIA Nº 417, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Em virtude do cumprimento de decisão judicial, nos autos do Mandado de Segurança nº 26.038/DF, os prazos do CEBAS-Educação encontram-se suspensos, nos termos da Portaria nº 144, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 14 de maio de 2020, podendo as entidades apresentarem recurso a qualquer tempo, enquanto viger a decisão judicial.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

| | CNPJ | Nome da Entidade | Local | Nº do Processo | Nota Técnica |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 22.444.723/0001-12 | GEDAM GRUPO DE EDUCACAO DESENVOLVIMENTO E APOIO AO MENOR | Belo Horizonte/MG | 23000.021176/2019-19 | 133/2022 |
| 2 | 30.802.391/0001-29 | LAR ESCOLA SAO JUDAS TADEU | Belford Roxo/RJ | 23000.032825/2020-41 | 130/2022 |
| 3 | 55.250.971/0001-81 | ASSOCIACAO CASA DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE DE PRESIDENTE BERNARDES EURICO RAMOS AMORIM - ENTIDADE SOCIAL | Presidente Bernardes/SP | 23000.037742/2018-23 | 129/2022 |
| 4 | 95.622.585/0001-98 | SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCATIVA MAE ADMIRAVEL SAEMA | Santa Maria/RS | 23000.013587/2018-50 | 135/2022 |

**PORTARIA Nº 418, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica arquivado o processo relacionado no ANEXO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

| | CNPJ | Nome da Entidade | Local | Nº do Processo | Nota Técnica |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 20.939.328/0001-85 | ASSOC.DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIUMHI | Piumhi/MG | 23000.003134/2021-11 | 141/2022 |

**PORTARIA Nº 419, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS, em grau recursal, os requerimentos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade.

Art. 3º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

| | CNPJ | Nome da Entidade | Local | Nº do Processo | Nota Técnica | Tipo (Concessão/Renovação) | Período de Certificação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 33.814.948/0001-30 | ASSOCIACAO EDUCATIVA, CULTURAL E ASSISTENCIAL NOSSA SENHORA DAS DORES | Belo Horizonte/MG | 23000.030984/2018-96 | 112/2022 | Renovação | 1º/01/2019 a 31/12/2021 |
| 2 | 00.497.704/0001-11 | ASSOCIACAO FAMILIAR DE EDUCACAO - AFE | São Paulo/SP | 23000.028904/2020-57 | 139/2022 | Concessão | 3 (três) anos |
| 3 | 88.369.343/0001-79 | ASSOCIACAO SANTA RITA DE CASSIA | São Leopoldo/SP | 23000.033609/2019-89 | 124/2022 | Concessão | 3 (três) anos |
| 4 | 82.975.236/0001-08 | FUNDACAO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE | Orleans/SC | 23000.000154/2020-59 | 121/2022 | Renovação | 20/02/2020 a 19/02/2023 |

**DESPACHO Nº 14, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Encaminhar os requerimentos referentes às entidades elencadas no Anexo aos Ministérios da Saúde e/ou Cidadania, com a manifestação deste Ministério (MEC), para análise e apreciação.

Art. 2º Este encaminhamento é realizado em virtude de as entidades possuírem atuação nas áreas de Assistência Social e/ou Saúde concomitantemente com a Educação, em cumprimento do disposto no art. 13, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e no art. 21, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

| | CNPJ | Nome da Entidade | Local | Nº do Processo | Ministério Destinatário |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 62.382.395/0001-91 | ASSOCIACAO DAS OBRAS PAVONIANAS DE ASSISTENCIA | Belo Horizonte/MG | 23000.020324/2018-05 | Ministério da Cidadania |
| 2 | 92.787.118/0001-20 | HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A. | Porto Alegre/RS | 23000.002029/2020-83 | Ministério da Saúde |

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

**PORTARIA Nº 133, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 17 de setembro de 2019, publicado no DOU de 18 de setembro de 2019, Seção 2, página 01, e, Considerando a Portaria do Reitor nº 211, de 22 de março de 2021, publicada no DOU nº 56, de 24 de março de 2021, seção 1, página 65, resolve:

Art. 1º PRORROGAR, a partir do dia 10 de fevereiro de 2022 ao dia 09 de fevereiro de 2024, o prazo de validade do Concurso Público de que trata o Edital nº 094/2018 - Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Campus Avançado IPATINGA, de 19/12/2018, publicado no DOU em 21/12/2018, seção 3, página 84, homologado no DOU em 08/07/2019, seção 3, página 66.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLÉBER GONÇALVES GLÓRIA

## INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

**PORTARIA Nº 29, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

Institui a Comissão Assessora de Avaliação da Formação Médica (CAAFM), para realização de atividades referentes às edições do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras (Revalida).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), no exercício das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011, no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, na Lei nº 13.959 de 18 de dezembro de 2019 e na Portaria Inep nº 530, de 9 de dezembro de 2020 e o disposto no processo SEI nº 23036.006791/2021-11, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Assessora de Avaliação da Formação Médica (CAAFM), de caráter técnico-deliberativo, para realização de atividades referentes às edições do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras (Revalida).

Art. 2º A CAAFM está subordinada à Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes) e exercerá suas atividades de acordo com o período definido em Portaria específica de nomeação.

Art. 3º São atribuições dos membros da CAAFM:

I - elaborar as diretrizes e as matrizes de prova que orientam a construção dos itens que poderão compor o Banco Nacional do Itens do Revalida;

II - participar do planejamento do processo de capacitação de elaboradores e de revisores técnico-pedagógicos de itens;

III - definir, em conjunto com a equipe técnica do Inep, diretrizes para orientar a revisão técnico-pedagógica de itens;

IV - recomendar os itens aptos a integrar o BNI e selecionar os itens para compor o Revalida;

V - realizar a revisão final dos itens selecionados para compor o Revalida;

VI - elaborar e revisar as estações simuladas para a composição da prova de habilidades clínicas do Revalida;

VII - supervisionar, em casos excepcionais, o processo de elaboração e de revisão de estações simuladas para a composição da prova de habilidades clínicas do Revalida;

VIII - aprovar o gabarito preliminar e definitivo dos itens de múltipla-escolha, dos padrões de respostas dos itens discursivos;

IX - aprovar os Padrões Esperados de Procedimentos (PEPs) das estações simuladas da prova de habilidades clínicas;

X - decidir sobre os recursos administrativos e judiciais interpostos em face do exame;

XI - realizar estudos e análises dos resultados do Revalida objetivando seu aprimoramento;

XII - participar, quando solicitado pelo INEP, de eventos, de cursos e de palestras que tratem do Revalida;

XIII - elaborar protocolos de orientação para realização da prova de habilidades clínicas a serem adotados por Hospitais Universitários devidamente credenciados para tal fim;

XIV - orientar os procedimentos de monitoramento da prova de habilidades clínicas do Revalida;

XV - manter sigilo sobre as informações obtidas em função das atividades realizadas, assim como acerca dos materiais produzidos nas reuniões e nas atividades.

Art. 4º São obrigações dos membros da CAAFM:

I - cumprir com a agenda programada das reuniões e das atividades;

II - comunicar antecipadamente eventual impedimento para participar das reuniões e das atividades;

III - cumprir os prazos e as atividades estabelecidos pela Daes;

IV - manter sigilo sobre as informações tratadas durante as reuniões e durante as atividades, conforme Termo de Sigilo e Compromisso a ser assinado;

IV - atuar com urbanidade, probidade, idoneidade, comprometimento, seriedade, responsabilidade e ética;

V - manter regular sua situação tributária e previdenciária;

VI - participar de, pelo menos, 60% (sessenta por cento) das reuniões e das atividades.

Art.5º O não cumprimento das obrigações listadas no artigo 4º implicará em exclusão da Comissão, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis pelo Inep.

Art. 6º Caso haja desistência de participação na Comissão, o membro desistente deverá formalizar o pedido por meio de formulário próprio a ser preenchido e entregue à Daes.

Art. 7º A maioria das reuniões das CAAFM ocorrerão na forma presencial, tendo em vista a natureza das atividades a serem desempenhadas e a necessidade de observância do sigilo das informações.

Art. 8º As atividades da CAAFM serão realizadas na sede do Inep ou em outro local a ser definido pela Daes.

Art. 9º As reuniões da comissão serão coordenadas e presididas por um servidor do Inep, lotado na Coordenação-geral responsável por elaborar o instrumento de prova do Revalida.

Art. 10. As atividades da comissão poderão ser realizadas em conjunto com os membros das cinco grandes áreas (cirurgia geral; clínica médica; ginecologia e obstetrícia; medicina da família e comunidade; pediatria) ou separadas por área.

Parágrafo único. O quórum mínimo nas atividades é de um membro de cada área.

Art. 11. A periodicidade das reuniões ordinárias será definida pela Daes, por meio da Coordenação-geral responsável por elaborar o instrumento de prova do Revalida, em cronograma próprio de planejamento do Exame, o qual será apresentado aos membros da comissão.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias, que porventura forem necessárias, serão comunicadas aos membros das comissões, por e-mail, informando dia e horário.

Art. 12. O órgão encarregado de prestar apoio administrativo à Comissão é a Coordenação-geral responsável por elaborar o instrumento de prova do Revalida no âmbito da Daes.

Art. 13. Os membros da CAAFM receberão o Auxílio de Avaliação Educacional (AAE) previsto na Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007, no Decreto nº 6.092, de 24 de abril de 2007 e na Portaria Inep nº 372, de 08 de maio de 2017, as diárias e as passagens em caso de necessidade de realizar viagens no cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. As despesas eventuais com diárias e passagens serão custeadas pelo Inep.

Art 14. Os membros da CAAFM serão nomeados em portaria específica pelo Presidente do Inep.

§1º O Presidente do Inep solicitará às Instituições de Ensino Superior, parceiras do Revalida, a indicação de nomes dos médicos que poderão participar da comissão.

§2º Após as indicações pelas Instituições parceiras do Revalida, a Coordenação-geral responsável por elaborar o instrumento de prova do Revalida avaliará o currículo lattes desses profissionais e fará a seleção e o convite.

§ 3º O Presidente do Inep nomeará os membros da comissão que forem selecionados e que aceitarem o convite.

Art. 15. Fica revogada a Portaria nº 430, de 02 de julho de 2020.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor em 4 de fevereiro de 2022.

DANILO DUPAS RIBEIRO

### PORTARIA Nº 31, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Institui a Comissão de Análise de Itens (CAI) para aplicação do Método de Angoff modificado, com intuito de estabelecer o padrão de desempenho mínimo esperado (nota de corte) para a avaliação escrita e para a avaliação de habilidades clínicas no exame Revalida.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), no exercício das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011, no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, na Lei nº 13.959 de 18 de dezembro de 2019 e na Portaria Inep nº 530, de 9 de dezembro de 2020 e o disposto no processo SEI nº 23036.006791/2021-11, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Análise de Itens (CAI), de caráter técnico, para aplicação do Método de Angoff modificado, com intuito de estabelecer o padrão de desempenho mínimo esperado (nota de corte) para a avaliação escrita e para a avaliação de habilidades clínicas no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras (Revalida).

Art. 2º A CAI está subordinada à Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes) e exercerá suas atividades de acordo com o período definido em Portaria específica de nomeação.

Art. 3º São atribuições dos membros da CAI:

I - aplicar o Método de Angoff modificado;

II - participar de todas as fases do processo de análise, de forma individual ou coletiva;

III - calcular a média de acerto por item;

IV - analisar os itens em relação à prova, gerando uma média geral;

V - definir a nota de corte de forma coletiva para o exame teórico e para o exame de habilidades clínicas;

VI - elaborar relatórios técnicos sobre os trabalhos desenvolvidos, caso seja solicitado pela Daes.

Art. 4º São obrigações dos membros da CAI:

I - cumprir com a agenda programada de reuniões e de atividades;

II - comunicar antecipadamente seu eventual impedimento para participar das reuniões e das atividades;

III - cumprir os prazos e as atividades estabelecidos pela Daes;

IV - manter sigilo sobre as informações tratadas durante as reuniões e durante as atividades, conforme Termo de Sigilo e Compromisso a ser assinado;

V - atuar com urbanidade, probidade, idoneidade, comprometimento, seriedade, responsabilidade e ética;

VI - manter regular sua situação tributária e previdenciária;

VII - participar de, pelo menos, 60% (sessenta por cento) das reuniões e das atividades.

Art.5º O não cumprimento das obrigações listadas no artigo 4º implicará em exclusão da Comissão, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis pelo Inep.

Art. 6º Caso haja desistência de participação na Comissão, o membro desistente deverá formalizar o pedido por meio de formulário próprio a ser preenchido e entregue na Daes.

Art. 7º A maioria das reuniões da CAI ocorrerão na forma presencial, tendo em vista a natureza das atividades a serem desempenhadas e a necessidade de observância do sigilo das informações.

Art. 8º As atividades da CAI serão realizadas na sede do Inep ou em outro local a ser definido pela Daes.

Art. 9º As reuniões da comissão serão coordenadas e presididas por um servidor do Inep, lotado na Coordenação-geral responsável por elaborar o instrumento de prova do Revalida.

Art. 10. As atividades da comissão poderão ser realizadas em conjunto com os membros das cinco grandes áreas (cirurgia geral; clínica médica; ginecologia e obstetrícia; medicina da família e comunidade; pediatria) ou separadas por área.

Parágrafo único. O quórum mínimo nas atividades é de um membro de cada área.

Art. 11. A periodicidade das reuniões ordinárias será definida pela Daes, por meio da Coordenação-geral responsável por elaborar o instrumento de prova do Revalida, em cronograma próprio de planejamento do Exame, o qual será apresentado aos membros da comissão.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias, que porventura forem necessárias, serão comunicadas aos membros das comissões, por e-mail, informando dia e horário.

Art. 12. O órgão encarregado de prestar apoio administrativo à Comissão é a Coordenação-geral responsável por elaborar o instrumento de prova do Revalida no âmbito da Daes.

Art. 13. Os membros da CAI receberão o Auxílio de Avaliação Educacional (AAE) previsto na Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007, no Decreto nº 6.092, de 24 de abril de 2007 e na Portaria Inep nº 372, de 08 de maio de 2017, as diárias e as passagens em caso de necessidade de realizar viagens no cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. As despesas eventuais com diárias e passagens serão custeadas pelo Inep.

Art 14. Os membros da CAI serão nomeados em portaria específica pelo Presidente do Inep.

§1º O Presidente do Inep solicitará às Instituições de Ensino Superior, parceiras do Revalida, a indicarem nomes dos médicos que poderão participar da comissão.

§2º Após as indicações pelas Instituições parceiras do Revalida, a Coordenação-geral responsável por elaborar o instrumento de prova do Revalida avaliará o currículo lattes desses profissionais e fará a seleção e o convite.

§3º O Presidente do Inep nomeará os membros da comissão que forem selecionados e aceitarem o convite.

Art. 15. Ficam revogadas as Portarias nº 508, de 24 de agosto de 2020; nº 572, de 16 de outubro de 2020; nº 269, de 23 de julho de 2021.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor em 4 de fevereiro de 2022.

DANILO DUPAS RIBEIRO

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

### PORTARIA Nº 1.552 - REITORIA, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 23, do Estatuto vigente;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo n° 23077.071578/2019-71;

CONSIDERANDO a sanção administrativa de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, conforme previsão contida na Cláusula 20,subitem 20.3.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 45/2018 - UFRN, e em consonância com o disposto noart. 7º da Lei nº 10.520/2002 eart. 86 e art. 87 da Lei 8.666/93, resolve:

1° - Aplicar à empresa PRM COMÉRCIO DE AÇO E FERRAMENTAS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n°. 29.805.880/0001-55, com sede na Avenida Nevaldo Rocha, 813, Quintas, Natal/RN, 59.035-015, a sanção de Impedimento de Licitar e Contratar com a União pelo período de 2 (dois) meses, com fulcro na Cláusula 20, subitem 20.3.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 45/2018 - UFRN, com registro da sanção junto ao SICAF, em decorrência das impropriedades apontadas no Processo Administrativo n° 23077.071578/2019-71.

2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ DANIEL DINIZ MELO

### PORTARIA Nº 1.553 - REITORIA, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 23, do Estatuto vigente;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo n° 23077.003788/2020-70;

CONSIDERANDO a sanção administrativa de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, conforme previsão contida na Cláusula 20,subitem 20.3.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 25/2019 - UFRN, e em consonância com o disposto noart. 7º da Lei nº 10.520/2002 eart. 86 e art. 87 da Lei 8.666/93, resolve:

1° - Aplicar à empresa EXOM ARTIGOS PARA LABORATÓRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n°. 55.741.110/0001-04, com sede na Rua Serra de Jaire, 1050, Quarta Parada, São Paulo/SP - CEP: 03.175-001, a sanção de Impedimento de Licitar e Contratar com a União pelo período de 2 (dois) meses, com fulcro na Cláusula 20, subitem 20.3.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 25/2019 - UFRN, com registro da sanção junto ao SICAF, em decorrência das impropriedades apontadas no Processo Administrativo n° 23077.003788/2020-70.

2° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ DANIEL DINIZ MELO

# Ministério da Infraestrutura

## CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

### DELIBERAÇÃO CONTRAN Nº 253, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Mato Grosso.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), ad referendum do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X e o § 3º do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o inciso X do art. 8º do ANEXO da Resolução CONTRAN nº 820, de 17 de março de 2021, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007629/2021-91, resolve:

Art. 1º Esta Deliberação dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Mato Grosso; e

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Para fins de fiscalização, ficam restabelecidos os seguintes prazos:

I - para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido a partir de 15 de fevereiro de 2022, previsto no § 1º do art. 123 do CTB;

II - para registro e licenciamento de veículos novos adquiridos a partir de 15 de fevereiro de 2022, previstos na Resolução CONTRAN nº 4, de 23 de janeiro de 1998; e

III - o previsto no inciso V do art. 162 do CTB, para Carteira Nacional de Habilitação (CNH) a vencer a partir de 1º de janeiro de 2023.

Parágrafo único. O disposto no inciso III do caput aplica-se à Permissão para Dirigir (PPD), à Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e aos certificados de cursos especializados.

Art. 3º Para o restabelecimento dos prazos para renovação das CNH e das ACC vencidas entre 1º de março de 2020 e 31 de dezembro de 2022 deverá ser observado o cronograma constante no Anexo.

Art. 4º Para fins de fiscalização, consideram-se válidas as CNH e ACC vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento até 31 de dezembro de 2022, até a nova data correspondente para renovação definida no cronograma constante no Anexo.

Parágrafo único. O disposto no caput se aplica às informações contidas na CNH, inclusive aos certificados de cursos especializados que não constam na CNH, e às PPD.

Art. 5º O veículo novo adquirido entre 12 de fevereiro de 2021 e 14 de fevereiro de 2022 deve ser registrado e licenciado até 31 de março de 2022.

Art. 6º A transferência de propriedade de veículo adquirido entre 29 de janeiro de 2021 e 14 de fevereiro de 2022 deve ser efetuada até 31 de março de 2022.

Art. 7º Os órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado e dos municípios do Mato Grosso devem promover ações para ampla divulgação e orientação quanto aos prazos e procedimentos definidos por esta Deliberação.

Art. 8º Fica revogada a Resolução CONTRAN nº 830, de 08 de abril de 2021.

Art. 9º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO GOMES DE FREITAS

ANEXO

CRONOGRAMA PARA RENOVAÇÃO DAS CNH E ACC

| Data de vencimento | Período de renovação |
|---|---|
| Março a dezembro de 2020 | até 31 de maio de 2022 |
| Janeiro a Junho de 2021 | até 31 de julho de 2022 |
| Julho a dezembro de 2021 | até 30 de setembro de 2022 |
| Janeiro a abril de 2022 | até 31 de outubro de 2022 |
| Maio a agosto de 2022 | até 30 de novembro de 2022 |
| Setembro a novembro de 2022 | até 31 de dezembro de 2022 |
| Dezembro de 2022 | até 31 de janeiro de 2023 |

## SECRETARIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS

### PORTARIA Nº 107, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Aprova como prioritário, para fins de emissão de debêntures incentivadas, o Projeto de Investimento em Infraestrutura Rodoviária, no setor de logística e transporte, proposto pela empresa Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A., integrante do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, nos termos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e do Decreto nº 9.972 de 14 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria GM/MINFRA nº 46, de 11 de março de 2021, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e na Portaria GM/MInfra nº 106, de 19 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, para fins de emissão de debêntures incentivadas, o projeto de investimento em infraestrutura rodoviária, no setor de logística e transporte, denominado "Concessão do Sistema Rodoviário BR-163 e BR-230 (Mato Grosso e Pará)", proposto pela empresa Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A., CNPJ nº 44.067.725/0001-72, que tem por objeto social único e exclusivo a Outorga da Concessão do Sistema Rodoviário BR-163/230/MT/PA, composto pelos trechos da BR-163/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a Rodovia MT-220 (Sinop/MT) e a Divisa dos Estados de Mato Grosso e Pará (Guarantã do Norte/MT); da BR-163/PA, no trecho compreendido entre a divisa dos Estados do Mato Grosso e Pará (Novo Progresso/PA) e o entroncamento com a BR-230/PA (Itaituba/PA); e da BR-230/PA, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-163/PA (Itaituba/PA) e o início da travessia do Rio Tapajós (distrito de Miritituba, Itaituba/PA), com extensão total de 1.009,52 km, nos Estados do Mato Grosso e Pará, referente ao Contrato de Concessão ANTT Edital nº 02/2021, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A empresa Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A. deverá manter atualizada, junto ao Ministério da Infraestrutura, a relação das pessoas jurídicas que a integram ou a identificação da sociedade controladora, conforme previsto no art. 5º, I, do Decreto nº 8.874, de 2016.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.000311/2022-61 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da assinatura do contrato de concessão decorrente do Edital de que trata o art. 1º, tendo em vista o disposto no Parágrafo único, do art. 13, da Portaria GM/MInfra nº 106, de 19 de agosto de 2021.

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA

ANEXO

| ANEXO | |
|---|---|
| **Descrição do Projeto** | O Projeto de investimento da empresa Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A., denominado "Concessão do Sistema<br>Rodoviário BR-163 e BR-230 (Mato Grosso e Pará)", tem por objeto social único e exclusivo a Outorga da Concessão do Sistema<br>Rodoviário BR-163/230/MT/PA, composto pelos trechos da BR-163/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a<br>Rodovia MT-220 (Sinop/MT) e a Divisa dos Estados de Mato Grosso e Pará (Guarantã do Norte/MT); da BR-163/PA, no trecho compreendido entre a divisa dos Estados do Mato Grosso e Pará (Novo Progresso/PA) e<br>o entroncamento com a BR-230/PA (Itaituba/PA); e da BR-230/PA, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-163/PA (Itaituba/PA) e o início da travessia do Rio Tapajós<br>(distrito de Miritituba, Itaituba/PA), com extensão total de 1.009,52 km, nos Estados do Mato Grosso e Pará, referente ao Contrato de Concessão ANTT Edital nº 02/2021, e inclui, dentre outros, os seguintes serviços e obras:<br>(i) Recuperação integral da infraestrutura existente (pavimento, sinalização, sistema de drenagem, pontes, faixa de domínio, etc.), com implantação de 39,31 km de defensas metálicas;<br>(ii) Instalações operacionais (bases operacionais, postos de parada de caminhoneiros, postos de polícia e pesagem) e praças de arrecadação;<br>(iii) Implantação de 42,88 km de faixas adicionais e 30,24 km de vias marginais;<br>(iv) Melhoramento em 187 acessos e correção de traçado em 18 trechos;<br>(v) Construção dos acessos definitivos aos terminais portuários de Miritituba, Santarenzinho e Itapacurá (39,32 km);<br>(vi) Implantação de 8 novos dispositivos de interconexão em desnível e 15 novas rotatórias alongadas;<br>(vii) Implantação de 7 passarelas de pedestres;<br>(viii) Implantação de 172,35 km de acostamentos e melhoramento em outros 340,05 km; e<br>(ix) Conservação e manutenção de vias vicinais de acesso a reservas indígenas. |
| **Nome Empresarial** | Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A. |
| **CNPJ** | 44.067.725/0001-72 |
| **Relação das Pessoas Jurídicas** | - Conasa Infraestrutura S.A. - 76% (CNPJ: 08.837.556/0001-49)<br>- Zetta Infraestrutura e Participações S.A. - 14% (CNPJ: 17.696.380/0001-43<br>- Engenharia de Materiais Ltda. - ENGEMAT - 3,75% (CNPJ: 41.157.967/0001-69)<br>- Construtora Rocha Cavalcante Ltda. - 3,75% (CNPJ: 09.323.098/0001-92)<br>- M4 Investimentos e Participações Ltda. - 2,5% (CNPJ: 24.252.064/0001-48) |
| **Relação dos Principais Documentos Apresentados** | - Formulário de Solicitação.<br>- Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento (Anexo).<br>- Ata de Assembleia Geral de Constituição da Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A., realizada em 28 de setembro de 2021. |

- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral.

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

**Local de Implantação do Projeto**

Estados do Mato Grosso e Pará

## SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

### PORTARIA Nº 110, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.036919/2020-61, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, licença de funcionamento à pessoa jurídica INSPREV INSPEÇÃO VEICULAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.645.154/0001-29, situada no Município de Manaus - AM, Rua Nelson Rodrigues, nº 02, Letra A, Santo Agostinho, CEP: 69.035-351, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

### PORTARIA Nº 113, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro, a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.027259/2021-17, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica CERTIFICAR INSPECAO VEICULAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 65.306.599/0001-31, situada no Município de Belo Horizonte - MG, Rua Aida Souza Castro, 15, Vila Oeste, CEP: 30.532-130, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

### PORTARIA Nº 114, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro, a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.035663/2021-56, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica VAGO ENGENHARIA LTDA. EPP, inscrita no CNPJ nº 01.950.528/0003-56, situada no Município de Teixeira de Freitas - BA, Rua Itanhém, 431, Monte Castelo, CEP: 45.990-033, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

### RESOLUÇÃO Nº 656, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Revoga a IAC 3513-91.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X e XLVI, da mencionada Lei, considerando o disposto no art. 7º, inciso I, do Decreto nº 10.139, de 28 de dezembro de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00058.045315/2021-53, deliberado e aprovado na 2ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Revogar:

I - a Instrução de Aviação Civil - IAC 3513-91, intitulada "Orientação para segurança de aeronaves anfíbias ou hidroaviões em operações na água"; e

II - a Portaria DAC nº 815/STE, de 17 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2001, Seção 1, página 34, que aprovou a IAC 3513-91.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de março de 2022.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 657, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Revoga a IAC 3515-133.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos art. 8º, incisos IV, X e XXX, e 47 da mencionada Lei, considerando o disposto no art. 7º, inciso I, e art. 8°, inciso I, ambos do Decreto nº 10.139, de 28 de dezembro de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00066.009801/2021-17, deliberado e aprovado na 2ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Revogar:

I - a Instrução de Aviação Civil - IAC 3515-133, intitulada "Autorização para Operações de Helicópteros com Carga Externa"; e

II - a Portaria DAC nº 1.249/STE, de 23 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2001, Seção 1, página 23, que aprovou a IAC 3515-133.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de março de 2022.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 658, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Prorroga a validade de habilitações, certificados, averbações, treinamentos e exames de pessoal vinculado a operadores aéreos com operações regidas pelo RBAC nº 121.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X, XIV, XVII e XLVI, da mencionada Lei,

Considerando os impactos aos serviços de transporte aéreo diante da emergência de saúde pública, evidenciada pela classificação do COVID-19 como pandemia pela Organização Mundial de Saúde e pelo crescente surto da variante Ômicron;

Considerando a necessidade de preservação da segurança e saúde de regulados e servidores; e

Considerando o que consta no processo nº 00058.003750/2022-91, deliberado e aprovado na 2ª Reunião Deliberativa, realizada em 1º de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Prorrogar, em 60 (sessenta) dias, a validade das seguintes habilitações, certificados, averbações, treinamentos e exames de pessoal vinculado a operadores aéreos com operações regidas pelo RBAC nº 121, nas condições especificadas:

I - habilitações concedidas sob o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 61 e com data de vencimento entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022;

II - habilitações concedidas sob o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 63 e com data de vencimento entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022;

III - habilitações concedidas sob o RBAC nº 65 e com data de vencimento entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022;

IV - averbações do nível de proficiência linguística segundo o RBAC nº 61 e com data de vencimento entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022;

V - certificados médicos aeronáuticos - CMA concedidos sob o RBAC nº 67 e com data de vencimento entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022; e

VI - treinamentos e exames operacionais, previstos no RBAC nº 121 que vencerem entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022.

§ 1º A prorrogação de que trata esta resolução abrange somente as habilitações, certificados, averbações, treinamentos e exames vinculados às operações realizadas em virtude do vínculo a operadores aéreos com operações regidas pelo RBAC nº 121.

§ 2º Os operadores aéreos com operações regidas pelo RBAC nº 121 deverão informar à ANAC, no formato solicitado pela Agência, a lista de pessoal e as respectivas habilitações, certificados e averbações de que trata o § 1º deste artigo para que essas prorrogações possam ser efetivadas.

Art. 2º A utilização do pessoal que esteja usufruindo da prorrogação de que trata esta Resolução deverá atender às seguintes condicionantes:

I - pilotos e comissários somente poderão atuar como instrutores ou como examinadores credenciados se não estiverem usufruindo da prorrogação de que trata esta Resolução;

II - para pilotos:

a) pilotos que estejam usufruindo da prorrogação deverão compor tripulação somente com outro(s) piloto(s) que não esteja(m) usufruindo da prorrogação;

b) pilotos que estejam usufruindo da prorrogação não poderão atuar nas seguintes operações:

1) operação no aeroporto de Congonhas (SBSP); e

2) operação no aeroporto Santos Dumont (SBRJ); e

III - comissários que estejam usufruindo da prorrogação não poderão compor a tripulação requerida em operações que estejam utilizando nível equivalente de segurança para o parágrafo 121.391(a)(4) do RBAC nº 121.

Parágrafo único. Considera-se que o profissional está usufruindo da prorrogação quando atua, fazendo uso de habilitações, certificados, averbações, treinamentos e exames que tiveram sua validade prorrogada, desde o fim do prazo de que tratam os parágrafos 121.401(e) do RBAC nº 121, 61.33(b) do RBAC nº 61 e 65.52(e) do RBAC nº 65 e até o fim da prorrogação ou até a revalidação das habilitações, certificados e averbações prorrogadas ou a realização dos treinamentos e exames prorrogados, o que ocorrer primeiro.

Art. 3º Os operadores aéreos deverão elaborar avaliação de risco e implementar mitigações apropriadas, considerando ao menos os seguintes perigos:

I - características específicas dos aeródromos, relevo e procedimentos de navegação por instrumentos;

II - características de voo específicas das aeronaves;

III - operação noturna;

IV - operação com equipamento inoperante que possa aumentar inaceitavelmente a carga de trabalho dos pilotos;

V - operação com vento de cauda ou vento de través;

VI - falta de experiência recente do piloto em comando;

VII - baixa experiência de voo do segundo em comando;

VIII - degradação da competência dos pilotos relacionada à ausência prolongada das atividades de voo;

IX - efeito cumulativo com outros desvios e isenções relevantes;

X - baixa experiência em rotas específicas;

XI - operação em pistas contaminadas;

XII - operação em condições meteorológicas severas;

XIII - operação em condições de formação de gelo no solo; e

XIV - no caso do pessoal de manutenção, a possível existência de atividades sensíveis para as quais não seja seguro utilizar a prorrogação de que trata esta Resolução.

Art. 4º Os operadores aéreos deverão estabelecer os seguintes procedimentos relativos às operações realizadas utilizando a prorrogação de que trata esta Resolução:

I - procedimentos de composição e controle das tripulações, incluindo forma de comunicação efetiva a cada tripulante, antes de cada voo, sobre a situação atualizada de outros tripulantes com os quais irá compor tripulação em relação a prorrogação de habilitações, certificados, averbações, treinamentos e exames;

II - restrições e mitigações operacionais, incluindo as requeridas por esta Resolução, as propostas pelo operador em sua solicitação e as determinadas por meio da avaliação de risco requerida pelo art. 3º desta Resolução; e

III - procedimentos de monitoramento da proficiência do pessoal que esteja usufruindo da prorrogação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 659, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Regulamenta a exploração de serviços aéreos por empresas brasileiras e dá outras providências.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XIV e XLVI, da mencionada Lei, e no art. 174 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 0058.000113/2022-63, deliberado e aprovado na 2ª Reunião Deliberativa, realizada em 1º de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Regulamentar, nos termos desta Resolução, as condições para a exploração dos serviços aéreos por pessoa jurídica brasileira.

§ 1º As condições definidas neste regulamento não afastam a necessidade de observância das demais condições estabelecidas em lei ou em outros regulamentos.

§ 2º Este regulamento também se aplica aos serviços aéreos prestados com o uso de aeronaves remotamente pilotadas - Classe 1.

CAPÍTULO I

DA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO AÉREO

Art. 2º Para a exploração de serviço aéreo, o interessado deverá:

I - concluir o processo de certificação, quando exigível, de acordo com os Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil - RBAC aplicáveis; e

II - ser operador de aeronave em situação aeronavegável e compatível com o serviço pretendido.

§ 1º A exploração do serviço aéreo pode ser iniciada a partir da publicação da Portaria da respectiva área finalística dando a publicidade do cumprimento dos requisitos desta Resolução.

§ 2º Os serviços aéreos para os quais não é necessário um processo de certificação podem ser explorados a partir da observância das disposições regulamentares e legais a eles atinentes.

Art. 3º Para o início da exploração dos serviços aéreos, a empresa deverá comprovar sua regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista.

§ 1º Comprovam a regularidade:

a) número de inscrição no CNPJ;

b) manutenção da regularidade para com a Fazenda Nacional, sendo esta regularidade confirmada mediante certidão conjunta emitida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, que abrange a situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e inclusive as contribuições sociais previstas no art. 11, parágrafo único, alíneas "a" a "d", da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

c) manutenção da regularidade dos recolhimentos do FGTS, sendo esta regularidade confirmada mediante a certidão expedida pela Caixa Econômica Federal, conforme art. 27, alínea "a", da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, devidamente atualizada.

§ 2º Para a exploração de serviços de transporte aéreo regulares, deverão ser comprovadas, ainda:

a) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo à sede, pertinente ao ramo de atividade que exerce e compatível com o objeto social;

b) prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, ou Distrital, de acordo com o disposto no art. 29, inciso III, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dentro do prazo de validade; e

c) manutenção de regularidade trabalhista, sendo esta regularidade confirmada mediante certidão negativa de débitos trabalhistas ou certidão positiva de débitos trabalhistas com efeito de negativa, nos termos da regulamentação do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

§ 3º Os documentos comprobatórios da regularidade da situação do interessado que constem na base de dados oficial da administração pública federal, serão obtidos diretamente pela ANAC.

Art. 4º A exploração do serviço aéreo está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 5º A prerrogativa para a exploração de serviço aéreo será interrompida, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das seguintes situações:

I - solicitação do operador;

II - suspensão ou cassação do Certificado de Operador Aéreo - COA; ou

III - qualquer outra condição ou circunstância que revele a incapacidade de prestação do serviço.

Parágrafo único. Portaria da respectiva área finalística dará publicidade da interrupção.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º A empresa deverá manter-se regular com sua situação fiscal, previdenciária e trabalhista, podendo a ANAC realizar tal verificação a qualquer momento.

Art. 7º A empresa deverá apresentar cópia dos atos constitutivos, bem como suas modificações, no prazo de 3 (três) meses, a contar do seu arquivamento no Registro do Comércio.

Art. 8º Fica revogada a Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2016, Seção 1, página 6.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

ANEXO

CONCEITUAÇÕES DE SERVIÇOS AÉREOS

1. Serviço aéreo significa a atividade econômica de interesse público submetida à regulação da autoridade de aviação civil, e inclui:

1.1 Serviço de transporte de passageiro ou carga;

1.1.1 Táxi-aéreo, modalidade de serviço de transporte aéreo não regular, realizado por um operador sujeito a certificação operacional nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 135.

1.2 Serviço aéreo especializado (SAE), que constitui serviço aéreo distinto do serviço de transporte de passageiro ou carga, conforme abaixo detalhado:

1.2.1 aeroagrícola, prestado nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 137.

1.2.2 aerocinematografia, com o objetivo de realizar filmagens aéreas, sem o uso de equipamentos que caracterizem o aerolevantamento, aeroreportagem ou aeropublicidade.

1.2.3 aerodemonstração, destinado à realização de manobras especiais, com aeronave, visando à atração do público em eventos.

1.2.4 aerofotografia, que tem por objetivo realizar fotografias aéreas, sem o uso de equipamentos que caracterizem o aerolevantamento, aerorreportagem ou aeropublicidade.

1.2.5 aeroinspeção, que tem por objetivo realizar inspeções, tais como inspeções em oleodutos, gasodutos, linhas de alta tensão, obras de engenharia e reflorestamento.

1.2.6 aerolevantamento, conjunto de operações para obtenção de informações de parte terrestre, aérea ou marítima do território nacional, por meio de sensor instalado em plataforma aérea, complementadas pelo registro e análise dos dados colhidos, utilizando recursos da própria plataforma ou estação localizada à distância compreendendo:

1.2.6.1 aeroprospecção; ou

1.2.6.2 aerofotogrametria.

1.2.7 aeropublicidade, com a finalidade de propaganda comercial, mediante o uso de aeronave, compreendendo as seguintes operações:

1.2.7.1 reboque de faixa;

1.2.7.2 inscrição com fumaça; e

1.2.7.3 exposição de letreiros luminosos;

1.2.8 aerorreportagem, que tem por objetivo registrar ou acompanhar acontecimentos, em atendimento aos meios de comunicação.

1.2.9 combate a incêndio, que tem por objetivo o combate a incêndios de modo geral.

1.2.10 operação com carga externa, realizada por aeronaves de asas rotativas para a condução de carga externa, nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 133 - RBAC nº 133.

1.2.11 provocação artificial de chuvas ou modificação de clima, que tem por objetivo a provocação artificial de chuvas ou a modificação de clima.

1.2.12 voo de experimentação desportiva, com propósito exclusivamente desportivo, realizada em equipamentos devidamente certificados e por pessoal habilitado, com objetivo de experimentação lúdica do desporto relacionado a esse equipamento.

1.2.13 lançamento de paraquedistas, realizada em equipamentos devidamente certificados e por pessoal habilitado e qualificado, com objetivo de lançar paraquedistas. A operação de lançamento de paraquedistas realizada no âmbito das associações e clubes, por pessoal próprio, onde os praticantes dividem os custos da operação para viabilização da prática não é considerada serviço aéreo especializado.

1.2.14 reboque de planadores, realizada em equipamentos devidamente certificados e por pessoal habilitado e qualificado, com objetivo de rebocar planadores ou motoplanadores. A operação de reboque de planadores realizada no âmbito das associações e clubes, por pessoal próprio, onde os praticantes dividem os custos da operação para viabilização da prática não é considerada serviço aéreo especializado.

1.2.15 ensino e adestramento, atividade de voo de instrução prestada por entidade certificada para formação de pessoal de aviação.

1.2.16 voo panorâmico, que tem como objetivo proporcionar passeio aéreo turístico ao público em geral, realizado em equipamentos devidamente certificados e por pessoal habilitado, devendo ser realizado obrigatoriamente com decolagem e pouso no mesmo ponto, sem pouso em pontos intermediários.

1.2.17 qualquer outro serviço aéreo especializado não especificado acima.

**RESOLUÇÃO Nº 660, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

Revoga o inciso VI do art. 9º e o inciso XVII do art. 34 do Regimento Interno da ANAC.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos arts. 11, inciso VII, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 4º, inciso XLII, e 24, inciso X, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, e considerando o que consta do processo nº 00058.000113/2022-63, deliberado e aprovado na 2ª Reunião Deliberativa, realizada em 1º de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Revogar o inciso VI do art. 9º e o inciso XVII do art. 34 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2016, Seção 1, páginas 57 a 63.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

**EXTRATO DA ATA DA 515ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 2022**

Às 12 horas do dia 17 de janeiro de 2022, sob a presidência do Diretor-Geral Eduardo Nery, foi aberta a 515ª Reunião Ordinária da Diretoria da ANTAQ, com a participação do Diretor Adalberto Tokarski, da Diretora Flávia Takafashi, do Secretário-Geral Paulo Morum Xavier e da representante da Procuradoria Federal junto à ANTAQ, Procuradora-Chefe Natália Moyses.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

As atas estão publicadas no Portal da ANTAQ na Internet (https://www.gov.br/antaq).

PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA

Foram retirados de pauta os seguintes processos:

- 50300.005007/2021-44, de relatoria do Diretor-Geral Eduardo Nery;
- 50300.004347/2020-77, de relatoria do Diretor Adalberto Tokarski; e
- 50300.016370/2019-71, de relatoria da Diretora Flávia Takafashi.

PEDIDOS DE VISTA

- Os processos de nºs 50300.019790/2018-28, 50300.008203/2020-90, 50300.017076/2021-09, 50300.019818/2021-22 e 50300.020518/2018-91, de relatoria do Diretor Adalberto Tokarski, foram objeto de pedidos de vista formulados pelo Diretor-Geral Eduardo Nery. Não houve adiantamento de votos. Os processos constarão da pauta da próxima reunião telepresencial.

- Os processos de nºs 50300.002578/2015-89 e 50300.022366/2020-85, de relatoria do Diretor Adalberto Tokarski, foram objeto de pedidos de vista formulados pela Diretora Flávia Takafashi. Não houve adiantamento de votos. Os processos constarão da pauta da próxima reunião telepresencial.

ACÓRDÃOS APROVADOS

A Diretoria Colegiada aprovou os Acórdãos de nºs 1 a 58, disponíveis para consulta na internet (https://www.gov.br/antaq).

ENCERRAMENTO

Às 12 horas do dia 19 de janeiro 2022, foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Diretoria Colegiada.

PAULO MORUM XAVIER
Secretário-Geral

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

FLÁVIA MORAIS LOPES TAKAFASHI
Diretora

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

### SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

**PORTARIA Nº 7, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no art. 5º da Resolução ANTT nº 5.938, de 4 de maio, de 2021 e com o que consta do Processo Administrativo nº 50500.099647/2021-51, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria SUFER nº 206, de 24 de novembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

".....

Art. 7º Os representantes da concessionária, titulares e suplentes, serão indicados por seu representante legal, no prazo de 5 (cinco) dias da publicação do resultado do processo seletivo de escolha dos representantes dos usuários.

Art. 8º .....

I - publicação de edital no Diário Oficial da União para seleção de candidatos para as categoria a seguir discriminadas, que estejam devidamente inscritos e que atendam aos requisitos previstos neste artigo e no edital:

a) usuários do serviço de transporte ferroviário regular de passageiros;

b) usuários que tenham outorga para a prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas desvinculado da exploração da infraestrutura; e

c) usuários do serviço de transporte ferroviário de cargas,

.....

III - seleção dos candidatos habilitados, observado o disposto nos §§ 1º a 4º, admitida a utilização de sorteio;

IV - constituição de lista de espera com os candidatos habilitados e classificados fora do número de vagas, observadas as seguintes diretrizes:

a) a lista de espera terá vigência somente para o biênio ao qual se refere a seleção;

b) caso um candidato que participe da lista de espera assuma a condição de representante na comissão tripartite, ele apenas concluirá o mandado do representante substituído; e

c) a representação exercida a partir da situação apresentada na alínea b não será considerada para fins de classificação no biênio seguinte.

§1º O edital definirá a forma de representatividade das categorias de usuários de que trata o inciso I do art. 8° e disporá sobre a quantidade de vagas conforme a necessidade de cada concessão, devendo garantir a oferta de pelo menos uma vaga para cada uma das categorias de usuários que utilizam a ferrovia.

§ 2º O edital disporá sobre a destinação das vagas para as quais não tenha havido candidatos habilitados.

§ 3º No processo de classificação dos candidatos habilitados para cada uma das categorias de usuários de que trata o inciso I do art. 8º será observada a seguinte ordem de preferência:

I - representantes de associações ou entidades representativas que reúnam o maior número de membros usuários da ferrovia específica, dentre aquelas que não tenham exercido representação na comissão tripartite da ferrovia no biênio anterior;

II - representantes de associações ou entidades representativas que reúnam o maior número de membros usuários da ferrovia específica, dentre aquelas que tenham exercido representação na comissão tripartite da ferrovia no biênio anterior; e

III - usuários do transporte ferroviário não vinculados a associações ou entidades, que tenham utilizado o serviço da ferrovia específica nos últimos 2 anos e que não tenham integrado a comissão tripartite da ferrovia no biênio anterior.

§ 4º Se, após a aplicação dos critérios descritos no §3º, o número de candidatos habilitados e classificados dentro do número de vagas para cada uma das categorias de usuário de que trata o inciso I do art. 8º superar o número de vagas previstas no edital, será realizado sorteio público para promover o desempate.

....."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

### PORTARIA Nº 16, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso XII do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e o que consta no processo nº 50500.006300/2022-53, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Portaria para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777/2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

ANEXO

| RAZÃO SOCIAL | TAF | CNPJ |
|---|---|---|
| A.S.S. TURISMO LTDA - ME | 410140 | 82.342.510/0001-01 |
| AGUIA TUR TRANSPORTES LTDA | 005744 | 85.401.651/0001-46 |
| ANDERSON FARIA DA SILVA TRANSPORTE LTDA | 005745 | 43.973.634/0001-33 |
| AUTHENTIC VIAGENS LTDA | 005746 | 36.323.297/0001-73 |
| AVANTE PAXTUR - AGÊNCIA DE TURISMO DE VIAGENS EIRELI -EPP | 339118 | 68.201.425/0001-00 |
| BOEING TUR VIAGENS E TURISMO EIRELI | 1677 | 01.002.414/0001-12 |
| BRUNA AMORIM DA SILVA EIRELI | 001809 | 22.714.722/0001-40 |
| BUIU TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA | 005747 | 44.186.713/0001-67 |
| CAMINHOS DA TERRA TURISMO LTDA | 001768 | 10.339.582/0001-99 |
| CARLA DRESCHER EIRELI | 005748 | 43.095.737/0001-48 |
| CICERO P BORTONCELLO TRANSPORTES LTDA | 005749 | 02.833.916/0001-58 |
| DEIVIS TUR LTDA | 005750 | 27.205.241/0001-23 |
| DESTINO TRANSPORTE & TURISMO EIRELI | 005751 | 34.218.282/0001-10 |
| E N DE OLIVEIRA EIRELI | 005752 | 19.582.058/0001-19 |
| EXPRESSO BRASILEIRO TRANSPORTES LTDA. | 290590 | 13.406.285/0001-07 |
| EXPRESSO FALCAO TRANSPORTES - EIRELI | 005753 | 27.048.001/0001-62 |
| FABIO H. G. SANTOS TRANSPORTES LTDA | 005754 | 31.839.024/0001-62 |
| FAMILLY TRANSPORTE E TURISMO LTDA | 001742 | 00.527.822/0001-25 |
| FAZZIO TUR VIAGENS E TURISMO LTDA | 005755 | 43.893.952/0001-94 |
| FONTUR TRANSPORTES LTDA | 433662 | 05.788.715/0001-74 |
| I. G. SILVA DE ALMEIDA TRANSPORTES EIRELI | 005756 | 34.673.894/0001-00 |
| IDC TRANSPORTES EIRELI | 005757 | 15.007.747/0001-49 |
| IRMAOS SALIBA TURISMO LTDA | 319289 | 17.358.448/0001-84 |
| J2BR CONSULTORIA, SERVICOS, TRANSPORTES E LOCACOES LTDA | 005758 | 13.421.421/0001-38 |
| JKS TURISMO LTDA | 001653 | 31.870.110/0001-38 |
| JOELMA TURISMO EIRELI | 429188 | 22.674.483/0001-42 |
| JR HERNANDES TRANSPORTES E TURISMO LTDA | 005759 | 28.481.290/0001-51 |
| LL LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI | 287195 | 04.540.771/0001-22 |
| LUMIR TRANSPORTES E TURISMO LTDA | 005760 | 44.731.829/0001-30 |
| M K MACIEL DA SILVA LTDA | 005761 | 22.032.773/0001-92 |
| MARCIO A CORADI LTDA | 005762 | 17.552.556/0001-93 |
| MARTINS TRANSPORTE E TURISMO LTDA | 318103 | 03.453.308/0001-80 |
| MORAIS E SCHIROKY TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA | 001709 | 31.812.960/0001-80 |
| MR TURISMO E VIAGENS LTDA. | 005763 | 10.543.716/0001-99 |
| NADINE REIKDAL LTDA | 005764 | 44.520.788/0001-32 |
| NICKTHY VIAGENS E TURISMO LTDA | 001947 | 11.833.751/0001-05 |
| NOVISA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA- EPP | 299134 | 05.601.311/0001-20 |
| PEDRAO TUR VIAGENS E TURISMO EIRELI | 001534 | 14.427.418/0001-94 |
| R & A TURISMO EIRELI | 001733 | 05.074.625/0001-11 |
| R J P TRANSPORTES LTDA | 003276 | 03.766.463/0001-57 |
| RCM TRANSPORTE E TURISMO LTDA | 005765 | 07.103.798/0001-46 |
| REFITUR TRANSPORTES COLETIVOS LTDA | 417267 | 09.604.314/0001-78 |
| RS 7 TRANSPORTE E TURISMO LTDA | 005766 | 42.939.731/0001-47 |
| SHOCK TOURS VIAGENS LTDA | 005767 | 44.228.233/0001-11 |
| SILVA & SILVA TRANSPORTES E TURISMO LTDA | 005768 | 14.717.984/0001-30 |
| SN LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI | 005769 | 05.548.088/0001-02 |
| SOLEMIO TRANSPORTES LTDA | 001730 | 31.023.380/0001-03 |
| SOUZA & WYPYCH TURISMO LTDA - ME | 419253 | 18.116.216/0001-82 |
| STILL TRANSPORTES EIRELI | 005770 | 12.768.493/0001-93 |
| STRIDER-TUR TURISMO LTDA | 417103 | 13.310.055/0001-40 |
| PRIMETOUR LTDA | 005771 | 44.620.817/0001-38 |
| TRANSLALI LOCACOES E SERVICOS EIRELI | 005772 | 30.038.119/0001-14 |
| TRANSPORTADORA ESTRELA DA MANHA LTDA ME | 005773 | 19.101.576/0001-73 |
| TRANSPORTES MARTINS M.A. LTDA | 005774 | 07.147.360/0001-60 |
| TURISMO PRESIDENTE LTDA | 425546 | 82.661.828/0001-55 |
| V & F TURISMO LTDA | 005775 | 43.053.708/0001-13 |
| VIAÇÃO CLEWIS LTDA | 352025 | 51.321.990/0001-09 |
| VIACAO JABOTICABALENSE EIRELI | 359287 | 07.934.775/0001-83 |
| WAL & LUC TURISMO LTDA. | 005776 | 42.183.586/0001-17 |
| WALMIR FIALHO TRANSPORTES E TURISMO LTDA | 005777 | 10.207.123/0001-51 |

### PORTARIA Nº 17, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso XII do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e o que consta no processo nº 50500.006352/2022-20, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Portaria para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777/2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

ANEXO

| RAZÃO SOCIAL | TAF | CNPJ |
|---|---|---|
| MARTINS TRANSPORTE E TURISMO LTDA | 318103 | 03.453.308/0001-80 |
| MORAIS E SCHIROKY TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA | 001709 | 31.812.960/0001-80 |
| MR TURISMO E VIAGENS LTDA. | 005763 | 10.543.716/0001-99 |
| NADINE REIKDAL LTDA | 005764 | 44.520.788/0001-32 |
| NICKTHY VIAGENS E TURISMO LTDA | 001947 | 11.833.751/0001-05 |
| NOVISA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA- EPP | 299134 | 05.601.311/0001-20 |
| PEDRAO TUR VIAGENS E TURISMO EIRELI | 001534 | 14.427.418/0001-94 |
| R & A TURISMO EIRELI | 001733 | 05.074.625/0001-11 |
| R J P TRANSPORTES LTDA | 003276 | 03.766.463/0001-57 |
| RCM TRANSPORTE E TURISMO LTDA | 005765 | 07.103.798/0001-46 |
| REFITUR TRANSPORTES COLETIVOS LTDA | 417267 | 09.604.314/0001-78 |
| RS 7 TRANSPORTE E TURISMO LTDA | 005766 | 42.939.731/0001-47 |
| SHOCK TOURS VIAGENS LTDA | 005767 | 44.228.233/0001-11 |
| SILVA & SILVA TRANSPORTES E TURISMO LTDA | 005768 | 14.717.984/0001-30 |
| SN LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI | 005769 | 05.548.088/0001-02 |
| SOLEMIO TRANSPORTES LTDA | 001730 | 31.023.380/0001-03 |
| SOUZA & WYPYCH TURISMO LTDA - ME | 419253 | 18.116.216/0001-82 |
| STILL TRANSPORTES EIRELI | 005770 | 12.768.493/0001-93 |
| STRIDER-TUR TURISMO LTDA | 417103 | 13.310.055/0001-40 |
| PRIMETOUR LTDA | 005771 | 44.620.817/0001-38 |
| TRANSLALI LOCACOES E SERVICOS EIRELI | 005772 | 30.038.119/0001-14 |
| TRANSPORTADORA ESTRELA DA MANHA LTDA ME | 005773 | 19.101.576/0001-73 |
| TRANSPORTES MARTINS M.A. LTDA | 005774 | 07.147.360/0001-60 |
| TURISMO PRESIDENTE LTDA | 425546 | 82.661.828/0001-55 |
| V & F TURISMO LTDA | 005775 | 43.053.708/0001-13 |
| VIAÇÃO CLEWIS LTDA | 352025 | 51.321.990/0001-09 |
| VIACAO JABOTICABALENSE EIRELI | 359287 | 07.934.775/0001-83 |
| WAL & LUC TURISMO LTDA. | 005776 | 42.183.586/0001-17 |
| WALMIR FIALHO TRANSPORTES E TURISMO LTDA | 005777 | 10.207.123/0001-51 |

### PORTARIA Nº 18, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso IX do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 4.770/2015 prevê que a empresa que pretende prestar o serviço regular deverá requerer o Termo de Autorização - TAR e satisfazer todas as disposições desta Resolução e da legislação em vigor;

CONSIDERANDO que o presente TAR não torna a empresa apta para operar qualquer mercado, sendo necessária, posteriormente, a apresentação de novo requerimento para a obtenção de Licença Operacional - LOP, nos termos do art. 25 da Resolução nº 4.770/2015;

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 50500.007638/2022-22, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido e conceder à empresa VIAÇÃO JUINA TRANSPORTES EIRELI, CNPJ nº 04.017.029/0001-37, o TAR Nº 0432, para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 2º A empresa deverá observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770/2015 implica extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

**PORTARIA Nº 19, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e no que consta no processo 50500.050565/2020-27, resolve:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela VIAÇÃO SETE LTDA., CNPJ nº 15.474.486/0001-77, para, no mérito, dar-lhe provimento, excluindo-se o processo 50500.050565/2020-27 do anexo da Portaria SUPAS nº 430, de 02 de julho de 2020, publicada no D.O.U. de 22 de julho de 2020.

Art. 2º Determinar que a Gerência Operacional de Transporte de Passageiros - GEOPE dê seguimento ao requerimento da VIAÇÃO SETE LTDA., CNPJ nº 15.474.486/0001-77, respeitando a ordem cronológica, conforme Instrução Normativa nº 01, de 11 de agosto de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

### SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

**PORTARIA Nº 535, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT NO ESTADO DO PARÁ no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo Diretor Geral do DNIT, conforme Regimento Interno/DNIT- Art. 144, Inciso XXIV, bem como, da delegação de competência disposta no do inciso IV do artigo 1º da Portaria nº 7.013 de 07/12/2021, publicado no Diário Oficial da União, nº 234 de 14/12/2021, o qual que versa sobre a contratação de obra de caráter emergencial, por dispensa de licitação conforme os casos enquadrados no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93, ou inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/21, resolve:

RATIFICAR a DECLARAÇÃO da situação de EMERGÊNCIA na Rodovia BR-230/PA (Transamazônica), nos arredores do km 740,85, conforme identificado pelo Relatório UL - Altamira - PA (SEI nº 10384243) e seus anexos, onde comunica o rompimento parcial da área de influência do quilômetro identificado, devido ao alto índice pluviométrico da região, com características de deslizamento da encosta, afetando a faixa de rolamento e dificultando o fluxo rodoviário, reduzindo a velocidade diretriz e com alta probabilidade iminente do risco de interrupção de tráfego, tendo em vista que o deslizamento ainda não estabilizou, proferida pelo Coordenador de Engenharia - Substituto Renato da Silva Maciel, conforme Declaração de Situação de Emergência (Sei nº 10416977), nos termos do Processo nº 50602.000240/2022-17.

MARCELO COSTA SORTICA DE SOUZA

# Ministério da Justiça e Segurança Pública

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA MJSP Nº 15, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

Autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio ao Ministério da Saúde na Terra Indígena Yanomami.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08084.000309/2022-42, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio ao Ministério da Saúde, na Terra Indígena Yanomami, a fim de garantir aos indígenas o acesso à atenção básica de saúde, tendo em vista a necessidade de fortalecer as ações de enfrentamento à desnutrição infantil, à mortalidade infantil, à malária, ao abuso de álcool no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, e atuar nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por cento e oitenta dias.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

## POLÍCIA FEDERAL

**DESPACHOS DE 19 DE MARÇO DE 2021**

Nº 28/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/13032 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 19/02/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FORMAVIG CENTRO DE FORMAÇÃO VIGILANTES EIRELI , CNPJ Nº 09.574.026/0001-18

1.Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 13995/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 58/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/19887 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 17/03/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: REVOLUÇÃO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA. , CNPJ Nº 07.727.700/0001-21

1.Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 11620/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 77/2021- REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/23543 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 15/04/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FORMAVIG CENTRO DE FORMAÇÃO VIGILANTES EIRELI , CNPJ Nº 09.574.026/0001-18

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 18033/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 87/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/24988 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 01/05/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FORMAVIG CENTRO DE FORMAÇÃO VIGILANTES EIRELI , CNPJ Nº 09.574.026/0001-18

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 18034/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 88/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/24997 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 02/05/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FORMAVIG CENTRO DE FORMAÇÃO VIGILANTES EIRELI , CNPJ Nº 09.574.026/0001-18

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 18035/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 89/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/24999 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 02/05/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FORMAVIG CENTRO DE FORMAÇÃO VIGILANTES EIRELI , CNPJ Nº 09.574.026/0001-18

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 18036/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 90/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/25000 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 02/05/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FORMAVIG CENTRO DE FORMAÇÃO VIGILANTES EIRELI , CNPJ Nº 09.574.026/0001-18

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 18037/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 91/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/25001 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 02/05/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FORMAVIG CENTRO DE FORMAÇÃO VIGILANTES EIRELI , CNPJ Nº 09.574.026/0001-18

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 18038/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 92/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/25002 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 02/05/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FORMAVIG CENTRO DE FORMAÇÃO VIGILANTES EIRELI , CNPJ Nº 09.574.026/0001-18

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 18039/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 173/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/56108 - DPF/PCA/SP, de 22/09/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: CALEFFI SEG PROTECAO E SEGURANCA LTDA, CNPJ Nº 13.475.127/0001-09

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, alterando-se, de ofício, a Portaria Punitiva, a fim de reconhecer a conduta infratora disposta no inciso XVII, do art. 169 c/c inciso I, do art. 182, ambos da Portaria nº 3.233/2012-DG/PF, apenando-se a empresa com a MULTA de 583 UFIR, com fulcro no Parecer nº 32276/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA
Diretor-Geral

**DESPACHOS DE 7 DE MAIO DE 2021**

Nº 365/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/92383 - DPF/FIG/PR, de 19/12/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0001-02

1. Não conheço do recurso, em razão da intempestividade; 2. Ainda que o óbice acima fosse superado, no mérito, negaria provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.167 UFIR, com fulcro no Parecer nº 5818/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 366/2021- REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/92386 - DPF/FIG/PR, de 19/12/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0001-02

1. Não conheço do recurso, em razão da intempestividade; 2. Ainda que o óbice acima fosse superado, no mérito, negaria provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 5819/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 367/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/92387 - DPF/FIG/PR, de 19/12/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0001-02

1. Não conheço do recurso, em razão da intempestividade; 2. Ainda que o óbice acima fosse superado, no mérito, negaria provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 5820/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 368/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/92392 - DPF/FIG/PR, de 19/12/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0001-02

1. Não conheço do recurso, em razão da intempestividade; 2. Ainda que o óbice acima fosse superado, no mérito, negaria provimento ao recurso interposto, alterando-se, de ofício, a Portaria Punitiva, a fim de reconhecer a conduta infratora disposta no inciso XIII, do art. 171, da Portaria nº 3.233/2012DG/PF, mantendo-se, porém, a MULTA aplicada no patamar de 2.500 UFIR, em respeito ao Princípio da Proibição da Reformatio in Pejus, com fulcro no Parecer nº 5821/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 369/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/92394 - DPF/FIG/PR, de 19/12/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0001-02

1. Não conheço do recurso, em razão da intempestividade; 2. Ainda que o óbice acima fosse superado, no mérito, negaria provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 5839/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 370/2021- REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/92399 - DPF/FIG/PR, de 19/12/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0001-02

1. Não conheço do recurso, em razão da intempestividade; 2. Ainda que o óbice acima fosse superado, no mérito, negaria provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.167 UFIR, com fulcro no Parecer nº 5905/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 371/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/92406 - DPF/FIG/PR, de 19/12/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0001-02

1. Não conheço do recurso, em razão da intempestividade; 2. Ainda que o óbice acima fosse superado, no mérito, negaria provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5.000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 5906/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

DESPACHO Nº 381/2021- REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/94844 - DPF/FIG/PR, de 30/12/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0001-02

1. Não conheço do recurso, em razão da intempestividade; 2. Ainda que o óbice acima fosse superado, no mérito, negaria provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 5915/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 399/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2021/5718 - DPF/XAP/SC, de 27/01/2021
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0001-02

1. Não conheço do recurso, em razão da intempestividade; 2. Ainda que o óbice acima fosse superado, no mérito, negaria provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 5000 UFIR, com fulcro no Parecer nº 6358/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 400/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2021/5721 - DPF/XAP/SC, de 27/01/2021
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0002-85

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.251 UFIR, com fulcro no Parecer nº 7168/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 401/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2021/5726 - DPF/XAP/SC, de 27/01/2021
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0002-85

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.501 UFIR, com fulcro no Parecer nº 7169/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 402/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2021/5739 - DPF/XAP/SC, de 27/01/2021
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0002-85

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.501 UFIR, com fulcro no Parecer nº 7170/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão; 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

PAULO GUSTAVO MAIURINO
Diretor-Geral

**DESPACHOS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020**

Nº 78/2020-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2019/47283 - DPF/ARU/SP, de 26/06/2019
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BELT SEG SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ Nº 21.250.347/0001-62

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.167 UFIR, com fulcro no Parecer nº 632/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 101/2020-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2019/78604 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 09/09/2019
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: BLINDER SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ Nº 03.277.780/0001-00

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.167 UFIR, com fulcro no Parecer nº 5089/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 105/2020- REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2019/79881 - DPF/RPO/SP, de 11/09/2019
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: EVOKE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ Nº 20.743.953/0001-57

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.501 UFIR, com fulcro no Parecer nº 2126/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 120/2020-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2019/84688 - DPF/ATM/PA, de 25/09/2019
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: E SANTOS VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ Nº 03.257.467/0001-00

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 2132/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 121/2020-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2019/84739 - DPF/ATM/PA, de 25/09/2019
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: E SANTOS VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ Nº 03.257.467/0001-00

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 2.500 UFIR, com fulcro no Parecer nº 2133/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

Nº 137/2020-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2019/87881 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, de 02/10/2019
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: JAGUAR SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 10.560.057/0001-07

1. Conheço do recurso; 2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - multa equivalente a 1.250 UFIR, com fulcro no Parecer nº 2139/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

ROLANDO ALEXANDRE DE SOUZA
Diretor-Geral

**DESPACHOS DE 14 DE SETEMBRO DE 2021**

Nº 500/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2021/7850 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, de 04/02/2021
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: VIP SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP., CNPJ Nº 04.546.809/0001-74

1. Não conheço do recurso, em razão da intempestividade; 2. Ainda que o óbice acima fosse superado, no mérito, negaria provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 21618/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão. 3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente. Em 21 de setembro de 2021.

Nº 554/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/82614 - DPF/AGA/TO, de 26/11/2020
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: TRANS KOTHE TRANSPORTES RODOVIARIOS SA, CNPJ Nº 03.052.564/0003-28

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 23718/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente. Em 1º de dezembro de 2021.

Nº 699/2021-REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2021/42846 - DPF/SJK/SP, de 28/06/2021
ASSUNTO: Recurso Administrativo
INTERESSADO: COMPANHIA ULTRAGAZ S A, CNPJ Nº 61.602.199/0018-60

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 28475/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

PAULO GUSTAVO MAIURINO
Diretor-Geral

## DIRETORIA EXECUTIVA

## COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

**ALVARÁ Nº 719, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/106720 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0020-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 188/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 720, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3200 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa TECNOGUARDA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA , CNPJ nº 02.361.081/0001-80, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Munição calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 721, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3696 - DELESP/DREX/SR/PF/AC, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO ACREANO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES CAFV LTDA, CNPJ nº 04.874.832/0001-98, sediada no Acre, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre 12

10000 (dez mil) Espoletas calibre 38

222 (duzentos e vinte e dois) Gramas de pólvora

10000 (dez mil) Projéteis calibre 38

500 (quinhentas) Espoletas calibre .380
500 (quinhentos) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
50 (cinquenta) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 722, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/4826 - DPF/AGA/TO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATACADAO RS LTDA EPP, CNPJ nº 18.275.236/0001-04 para atuar em Tocantins.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 723, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5468 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

Conceder autorização, à empresa IPANEMA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 03.601.036/0003-80, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em Tocantins.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 724, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/87362 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROGUARDA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.429.584/0006-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 3252/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 725, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/89514 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GESTALT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.634.013/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2827/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 726, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/98895 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMPRESA DE VIGILÂNCIA CINDAPA DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 05.454.403/0004-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 3126/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 727, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3812 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Conceder autorização à empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 10.446.347/0005-40, sediada em Sergipe, para adquirir:

Da empresa cedente VIPAC SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.534.128/0001-60:
80 (oitenta) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
960 (novecentas e sessenta) Munições calibre 38
8 (oito) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 728, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/4666 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ALVO SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 34.298.631/0001-50, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
36 (trinta e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 729, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/4722 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.039.434/0001-70, sediada no Paraná, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
354 (trezentas e cinquenta e quatro) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 730, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5284 - DPF/CGE/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa BLACK FIRE SERVIÇO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 19.828.180/0001-22, sediada na Paraíba, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
3000 (três mil) Munições calibre .380
1000 (uma mil) Munições calibre 12
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
37107 (trinta e sete mil e cento e sete) Espoletas calibre 38
16754 (dezesseis mil e setecentos e cinquenta e quatro) Gramas de pólvora
10000 (dez mil) Projéteis calibre 38
4240 (quatro mil e duzentas e quarenta) Espoletas calibre .380
4261 (quatro mil e duzentos e sessenta e um) Projéteis calibre .380
2750 (duas mil e setecentas e cinquenta) Buchas calibre 12
100 (cem) Quilos de chumbo calibre 12
980 (novecentas e oitenta) Espoletas calibre 12
2980 (dois mil e novecentos e oitenta) Estojos calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 731, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5312 - DPF/XAP/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa PATRIA SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 09.813.930/0001-39, sediada em Santa Catarina, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
50 (cinquenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 732, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/6060 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 92.653.666/0001-67, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1600 (uma mil e seiscentas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 733, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/6071 - DPF/STS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TERMINAL XXXIX DE SANTOS S/A, CNPJ nº 04.244.527/0001-12 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 734, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/6271 - DPF/VAG/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa GAPE MINAS SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 07.061.340/0001-71, sediada em Minas Gerais, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
36 (trinta e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 747, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/71390 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IGUAÇU TOP SHOPPING, CNPJ nº 01.422.848/0001-71 para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2584/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 748, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/105379 - DPF/AGA/TO, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa KOTHE LOGISTICA LTDA, CNPJ nº 04.972.349/0019-75, para atuar em Tocantins.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 749, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3429 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER MORUMBI, CNPJ nº 53.825.121/0001-39 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 750, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/936 - DPF/FIG/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.394.613/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 105/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 751, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/1680 - DPF/CGE/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GLAD SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI-EPP, CNPJ nº 23.370.473/0001-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 132/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 752, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3625 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SKY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 00.808.452/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 243/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 753, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3687 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESSSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 08.818.229/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 244/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 754, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/4879 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa MASTERVIGS CENTRO DE FORMACAO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 60.268.489/0001-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1504 (uma mil e quinhentas e quatro) Munições calibre .380

147 (cento e quarenta e sete) Munições calibre 12

25712 (vinte e cinco mil e setecentas e doze) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**ALVARÁ Nº 755, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/6908 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa GTFORTE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.422.801/0001-22, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Da empresa cedente TRANSVAL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.061.216/0001-80:

6 (seis) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

60 (sessenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
## DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
## COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

**DESPACHOS DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 51/2022 de 01/02/2022, 52/2022 de 01/02/2022, 56/2022 de 02/02/2022 e 57/2022 de 02/02/2022, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039022596202168 Requerente: BANCO CETELEM S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MIGUEL JOSÉ SENTIEIRO PEREIRA Data Nascimento: 26/08/1970 Passaporte: CB345421 País: PORTUGAL Mãe: MARIA JUSTA VEGARD MENDES SENTIEIRO PEREIRA Pai: JOSÉ MANUEL DELFIM DE JESUS PEREIRA;

Processo: 47039000628202255 Requerente: AVL APLICATIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PAVEL CERNOHOUS Data Nascimento: 01/06/1979 Passaporte: 42319927 País: REPÚBLICA TCHECA Mãe: Marie Cernohousová Jelínková Pai: Pavel Cernohous;

Processo: 47039000826202219 Requerente: WHIRLPOOL S.A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Pablo Flores Romero Data Nascimento: 12/08/1980 Passaporte: G24866006 País: MÉXICO Mãe: Herlinda Romero de Flores Pai: Raul Flores Trugillo;

Processo: 47039000882202253 Requerente: SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHAKIB ZAGHLOUL Data Nascimento: 23/08/1981 Passaporte: 15CE23284 País: FRANÇA Mãe: Souad Nadir Pai: Mostafa Zaghloul;

Processo: 47039000909202216 Requerente: FURUKAWA ELECTRIC LATAM S.A. Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: TOMOFUMI YAMAGUCHI Data Nascimento: 14/08/1973 Passaporte: TT1845584. País: JAPÃO Mãe: MASAKO YAMAGUCHI Pai: KOICHI YAMAGUCHI;

Processo: 47039000921202212 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANDREA ENA Data Nascimento: 22/07/1993 Passaporte: YB5538062 País: ITÁLIA Mãe: Teresa Beccu Pai: Giovanni Ena;

Processo: 47039000967202231 Requerente: EVANDRO CELULARES EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GUOHUAN WU Data Nascimento: 04/11/1992 Passaporte: EF6977960 País: CHINA Mãe: ZHENLAN QIN Pai: ZHANGTIAN WU;

Processo: 47039000990202226 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Simon John Brown Data Nascimento: 17/06/1975 Passaporte: 538551307 País: INGLATERRA Mãe: Pauline Shepherd Pai: John Brown; e

Processo: 47039001624202294 Requerente: MUNDO DOS BRINQUEDOS TOYS UNIVERSE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YAXING CHEN Data Nascimento: 21/03/1992 Passaporte: EJ3641593 País: CHINA Mãe: YUN ZHANG Pai: YONGSHENG CHEN.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039020027202188 Requerente: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUCA MANFREDI Data Nascimento: 06/02/1994 Passaporte: YA9197051 País: ITÁLIA;

Processo: 47039000404202243 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Elliot Leonardo Ruiz Guerrero Data Nascimento: 30/01/1993 Passaporte: G42898997 País: MÉXICO;

Processo: 47039000445202230 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Robert Bentley Manning Data Nascimento: 18/11/1968 Passaporte: PE0384045 País: AUSTRÁLIA;

Processo: 47039000513202261 Requerente: ALCOA ALUMINIO S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PAOLO PIRAZZINI Data Nascimento: 04/11/1968 Passaporte: YB0908858 País: ITÁLIA Imigrante: PIER LUIGI BALDINO Data Nascimento: 22/10/1966 Passaporte: YA4103078 País: ITÁLIA;

Processo: 47039000579202251 Requerente: SIEMPELKAMP DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JULIEN HUBERT BRIEDEN Data Nascimento: 15/05/1987 Passaporte: C7T4G1F7Y País: ALEMANHA;

Processo: 47039000585202216 Requerente: SIEMPELKAMP DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAEL MEWES Data Nascimento: 24/11/1966 Passaporte: C2TRW9GKT País: ALEMANHA;

Processo: 47039000591202265 Requerente: SIEMPELKAMP DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARIO PETER MAROSCHEK Data Nascimento: 13/08/1979 Passaporte: C7CJHZL30 País: ALEMANHA;

Processo: 47039000617202275 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JEFFREY LIONEL FORTES Data Nascimento: 03/12/1987 Passaporte: NP32H2BL6 País: HOLANDA;

Processo: 47039000645202292 Requerente: AIFA INDUSTRIA DE LONAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHANDERDIP YADAV Data Nascimento: 01/01/1985 Passaporte: S6496023 País: ÍNDIA;

Processo: 47039000648202226 Requerente: AIFA INDUSTRIA DE LONAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DESH PAL Data Nascimento: 25/02/1986 Passaporte: U3120926 País: ÍNDIA;

Processo: 47039000655202228 Requerente: AIFA INDUSTRIA DE LONAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KANCHAN KUMAR Data Nascimento: 01/08/1993 Passaporte: S9201079 País: ÍNDIA;

Processo: 47039000658202261 Requerente: AIFA INDUSTRIA DE LONAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: UMESH YADAV Data Nascimento: 02/11/1972 Passaporte: S9199398 País: ÍNDIA;

Processo: 47039000711202224 Requerente: GREAT WALL MOTOR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHANSHAN WANG Data Nascimento: 27/05/1992 Passaporte: EJ1780973 País: CHINA Imigrante: SHUANG SHEN Data Nascimento: 29/08/1984 Passaporte: EJ1780039 País: CHINA;

Processo: 47039000709202255 Requerente: LD CELULOSE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Juergen Ritzberger Data Nascimento: 25/09/1979 Passaporte: P8056788 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039000710202280 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Morten Olszak Data Nascimento: 25/04/1961 Passaporte: 212507999 País: DINAMARCA;

Processo: 47039000712202279 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: MICHAEL LARSEN Data Nascimento: 09/01/1970 Passaporte: 208308523 País: DINAMARCA;

Processo: 47039000713202213 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Michael Nicholai Svane Data Nascimento: 16/05/1977 Passaporte: 210136534 País: DINAMARCA;

Processo: 47039000716202257 Requerente: LD CELULOSE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Manfred Juergen Ziegl Data Nascimento: 18/05/1969 Passaporte: 4520322 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039000715202211 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Jacob Holst Thomsen Data Nascimento: 18/01/1996 Passaporte: 209504951 País: DINAMARCA;

Processo: 47039000724202201 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HAAKAN LARS HENRIK HANSSON Data Nascimento: 30/01/1964 Passaporte: 35410066 País: SUÉCIA;

Processo: 47039000736202228 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Fredrick Lamond Jackson Data Nascimento: 15/06/1966 Passaporte: 565798875 País: EUA;

Processo: 47039000737202272 Requerente: MITSUBISHI POWER SOUTH AMERICA EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ian Weall Data Nascimento: 05/09/1943 Passaporte: 536656283 País: INGLATERRA;

Processo: 47039000747202216 Requerente: GREAT WALL MOTOR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FAN ZHANG Data Nascimento: 17/04/1993 Passaporte: EJ1781387 País: CHINA Imigrante: HAIYANG YU Data Nascimento: 27/10/1990 Passaporte: EJ4099677 País: CHINA;

Processo: 47039000867202213 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ryan Steven Schirch Data Nascimento: 22/05/1989 Passaporte: 579753522 País: EUA;

Processo: 47039000868202250 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Daniel Delgado Cid Data Nascimento: 24/09/1988 Passaporte: G40593763 País: MÉXICO;

Processo: 47039000870202229 Requerente: BOSCH REXROTH LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KLAUS KRAUSE Data Nascimento: 16/12/1968 Passaporte: CCR49H6J2 País: ALEMANHA;

Processo: 47039000872202218 Requerente: BOSCH REXROTH LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KAI WALDE Data Nascimento: 21/02/1987 Passaporte: CCR42YV37 País: ALEMANHA;

Processo: 47039000874202215 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Joey Estacion Segovia Data Nascimento: 29/05/1979 Passaporte: P4690355B País: FILIPINAS Imigrante: MARWAN MOHAMED DIAAELDEEN MAHMOUD MOSTAFA FAWZY Data Nascimento: 31/07/1983 Passaporte: A23567660 País: REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO;

Processo: 47039000878202295 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Noel Paulus Donald Sprockel Data Nascimento: 24/12/1949 Passaporte: NUL0HJ1D8 País: HOLANDA;

Processo: 47039000898202266 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Ionut-Marian Ursu Data Nascimento: 27/11/1986 Passaporte: 058587362 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039000901202241 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Fernando Munera Hoyos Data Nascimento: 07/08/1967 Passaporte: YA5111021 País: ITÁLIA;

Processo: 47039000903202231 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Tan Say Khim Data Nascimento: 20/12/1978 Passaporte: A55052138 País: MALÁSIA;

Processo: 47039000907202219 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Robert Vincent Theiler Data Nascimento: 23/02/1964 Passaporte: 96780696 País: SUÉCIA;

Processo: 47039000911202287 Requerente: GREAT WALL MOTOR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HANGYU CHEN Data Nascimento: 18/11/1990 Passaporte: EC8725866 País: CHINA Imigrante: WEIZHAO MA Data Nascimento: 14/10/1991 Passaporte: EG0849640 País: CHINA Imigrante: ZHAOMING DAI Data Nascimento: 01/12/1984 Passaporte: EJ1779633 País: CHINA;

Processo: 47039001013202246 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUCIA ROMERO CONTELL Data Nascimento: 07/12/2018 Passaporte: PAI159264 País: ESPANHA;

Processo: 47039001014202291 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NICOLAS GRES Data Nascimento: 11/05/1974 Passaporte: 12CT45779 País: FRANÇA;

Processo: 47039001015202235 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SIMON HUNZIKER Data Nascimento: 25/09/1988 Passaporte: X5722286 País: SUIÇA;

Processo: 47039001016202280 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PAULINE MARLE CLEMENCON Data Nascimento: 24/09/1986 Passaporte: 15DD94968 País: FRANÇA;

Processo: 47039001017202224 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PETER JOSEPH ROBERT MERCKAERT Data Nascimento: 08/06/1976 Passaporte: X3615834 País: SUIÇA;

Processo: 47039001019202213 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAEL EYMANN Data Nascimento: 07/05/1980 Passaporte: X1091789 País: SUIÇA;

Processo: 47039001020202248 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SIHAME LISE CHAFIL Data Nascimento: 14/07/1988 Passaporte: 21AK03483 País: FRANÇA;

Processo: 47039001021202292 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARIO KAEMPFER Data Nascimento: 17/11/1968 Passaporte: X1106252 País: SUIÇA;

Processo: 47039001024202226 Requerente: TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LIAM BRUCE FOX Data Nascimento: 11/07/1999 Passaporte: 127993463 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001028202212 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FABIEN OLIVIER GYGER Data Nascimento: 22/04/1998 Passaporte: X3664860 País: SUIÇA;

Processo: 47039001029202259 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCEL RUCHTI Data Nascimento: 27/07/1996 Passaporte: X2610734 País: SUIÇA;

Processo: 47039001031202228 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALEJANDRO HERNANDEZ BERTHELY Data Nascimento: 16/05/1963 Passaporte: G12840417 País: MÉXICO;

Processo: 47039001030202283 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: até 09/12/2022 Imigrante: JEAN FREDERIC FORTIN Data Nascimento: 20/01/1975 Passaporte: AL766676 País: CANADÁ;

Processo: 47039001032202272 Requerente: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Matthew Stephen Dahl Data Nascimento: 19/04/1988 Passaporte: 548577630 País: EUA;

Processo: 47039001045202241 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Jose Angel Silva Rendon Data Nascimento: 03/06/1990 Passaporte: G14091190 País: MÉXICO;

Processo: 47039001048202285 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ivan Koles Data Nascimento: 14/06/1994 Passaporte: BR9049177 País: ESLOVÊNIA;

Processo: 47039001058202211 Requerente: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jean Marie Delarue Data Nascimento: 08/11/1968 Passaporte: 20FV16358 País: FRANÇA;

Processo: 47039001061202234 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bas Johannes Mathot Data Nascimento: 11/08/1980 Passaporte: BF9P9D3P2 País: HOLANDA;

Processo: 47039001071202270 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Alexandru Triscau Data Nascimento: 27/09/1983 Passaporte: C8GFFWH63 País: ALEMANHA;

Processo: 47039001090202204 Requerente: FASSA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Stefano Carrara Data Nascimento: 14/05/1979 Passaporte: YB8636456 País: ITÁLIA;

Processo: 47039001092202295 Requerente: FASSA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Andrea Cuniberti Data Nascimento: 17/01/1983 Passaporte: YA3620436 País: ITÁLIA;

Processo: 47039001094202284 Requerente: INFOSYS CONSULTING LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Kabilan Kannaiyan Raja Data Nascimento: 29/11/1995 Passaporte: R0861159 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001112202228 Requerente: MEGA EMBALAGENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Matteo Valtolina Data Nascimento: 06/08/1988 Passaporte: YB4135986 País: ITÁLIA;

Processo: 47039001120202274 Requerente: COMAU DO BRASIL AUTOMACAO E SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Thibaud Decré Data Nascimento: 17/03/1984 Passaporte: 13DA22486 País: FRANÇA;

Processo: 47039001123202216 Requerente: COMAU DO BRASIL AUTOMACAO E SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GÉRALD ALBERT FRANÇOIS-BRAZIER Data Nascimento: 28/12/1975 Passaporte: 12CC80051 País: FRANÇA;

Processo: 47039001129202285 Requerente: ROESLEIN BRASIL FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHADRICK ALLAN SCHOONOVER Data Nascimento: 15/02/1979 Passaporte: 510279096 País: EUA;

Processo: 47039001128202231 Requerente: NADE DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS PARA A INDUSTRIA CERAMICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHAOZUO HUANG Data Nascimento: 13/10/1973 Passaporte: EE9778645 País: CHINA;

Processo: 47039001136202287 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Henrik Kristoffer Linder Data Nascimento: 24/11/1985 Passaporte: 36766228 País: SUÉCIA;

Processo: 47039001198202299 Requerente: OPTIMA DO BRASIL MAQUINAS DE EMBALAGEM LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Andreas Fritz Data Nascimento: 14/07/1988 Passaporte: C8M5P724Y País: ALEMANHA;

Processo: 47039001202202219 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VARUN RAJ TANJAVUR NAMBIS Data Nascimento: 19/12/1990 Passaporte: Z6243941 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001205202252 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Tom Andre Jansen Data Nascimento: 20/04/1962 Passaporte: CCC546342 País: NORUEGA;

Processo: 47039001212202254 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YONGHEE LEE Data Nascimento: 01/09/1966 Passaporte: M392N9931 País: COREIA DO SUL;

Processo: 47039001250202215 Requerente: UNDEROCEAN SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TIMOTHY ERIC WEISS Data Nascimento: 17/03/1966 Passaporte: 488099998 País: EUA;

Processo: 47039001263202286 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Kamil Józef Klebba Data Nascimento: 30/04/1993 Passaporte: EL6231014 País: POLÔNIA;

Processo: 47039001267202264 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHENG HUANG Data Nascimento: 14/09/1985 Passaporte: E69373009 País: CHINA;

Processo: 47039001268202217 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ILHWAN CHO Data Nascimento: 27/09/1978 Passaporte: M02369994 País: COREIA DO SUL;

Processo: 47039001273202211 Requerente: DOPPELMAYR BRASIL SISTEMAS DE TRANSPORTE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JULIAN FELIPE ZAPATA GARCIA Data Nascimento: 23/04/1983 Passaporte: AP618376 País: COLÔMBIA; e

Processo: 47039001707202283 Requerente: FRANK'S INTERNATIONAL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Andrew Beales Data Nascimento: 11/02/1957 Passaporte: 511016722 País: GRÃ BRETANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Caput)

Processo: 47039001459202271 Requerente: SISTEMAS DE PROTECAO GLOBAL BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CARLOS ALBERTO CORREIA DE LIMA Data Nascimento: 03/01/1962 Passaporte: PAC465542 País: ESPANHA;

Processo: 47039001461202240 Requerente: SISTEMAS DE PROTECAO GLOBAL BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE ANTONIO LARA MARTINEZ Data Nascimento: 30/03/1987 Passaporte: PAM512758 País: ESPANHA;

Processo: 47039001462202294 Requerente: SISTEMAS DE PROTECAO GLOBAL BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JULIAN FRANCISCO VIVERO SERRANO Data Nascimento: 29/03/1964 Passaporte: PAJ301124 País: ESPANHA;

Processo: 47039001506202286 Requerente: GEA EQUIPAMENTOS E SOLUCOES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVID PARBO MIKKELSEN Data Nascimento: 27/06/1981 Passaporte: 21966778 País: DINAMARCA Imigrante: JOHN STENFELDT MADSEN Data Nascimento: 11/06/1965 Passaporte: 207397982 País: DINAMARCA;

Processo: 47039001520202280 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Nils Gjersoe Data Nascimento: 02/12/1959 Passaporte: 31215913 País: NORUEGA;

Processo: 47039001523202213 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Oeyvind Taxt Data Nascimento: 28/09/1969 Passaporte: CCC076410 País: NORUEGA;

Processo: 47039001548202217 Requerente: SISTEMAS DE PROTECAO GLOBAL BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CRISTINA LARA FERRIZ Data Nascimento: 31/07/1998 Passaporte: PAN030392 País: ESPANHA;

Processo: 47039001587202214 Requerente: SEALMAKER DO BRASIL SOLUCOES PETROLIFERAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Joshua Wayne Tillman Data Nascimento: 05/09/1980 Passaporte: 672135294 País: EUA;

Processo: 47039001606202211 Requerente: OCYAN S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BENENJAMIN OZOYA EZOBI Data Nascimento: 21/12/1976 Passaporte: 529378500 País: INGLATERRA;

Processo: 47039001649202298 Requerente: CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO Prazo: até 30/04/2022 Imigrante: EVALDAS GEDMINAS Data Nascimento: 12/07/1986 Passaporte: 24021826 País: LITUÂNIA;

Processo: 47039001655202245 Requerente: EMUSA DO BRASIL-INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALEXANDER PEDRO YAYA FERROA Data Nascimento: 31/05/1976 Passaporte: 120765968 País: PERU Imigrante: CARLOS MARTIN SANCHEZ ANHUAMAN Data Nascimento: 30/01/1977 Passaporte: 119029298 País: PERU Imigrante: EDWIN ARTURO HUAYANAY FLORES Data Nascimento: 15/12/1981 Passaporte: 120765963 País: PERU;

Processo: 47039001667202270 Requerente: CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO Prazo: até 30/04/2022 Imigrante: JURGIS ZILIONIS Data Nascimento: 21/04/1992 Passaporte: 25404644 País: LITUÂNIA;

Processo: 47039001678202250 Requerente: CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO Prazo: até 30/04/2022 Imigrante: LUKAS VANKOVICIUS Data Nascimento: 10/05/1996 Passaporte: 23856945 País: LITUÂNIA;

Processo: 47039001680202229 Requerente: CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO Prazo: até 30/04/2022 Imigrante: VYTAUTAS LIUGAILA Data Nascimento: 26/09/1985 Passaporte: 23662465 País: LITUÂNIA;

Processo: 47039001751202293 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MIKKO JOUNI LEHTO Data Nascimento: 29/04/1976 Passaporte: FP3429225 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039001755202271 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVID MATTHES Data Nascimento: 24/02/1982 Passaporte: CHC1R1T5L País: ALEMANHA;

Processo: 47039001827202281 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EVEN NORMANN MOEN Data Nascimento: 03/10/1981 Passaporte: 32686332 País: NORUEGA; e

Processo: 47039001761202229 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TOMASZ MACIEJ KRZYWULSKI Data Nascimento: 13/04/1988 Passaporte: EW3286126 País: POLÔNIA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º)

Processo: 47039000857202270 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Antti Henry Mikael Viiankorpi Data Nascimento: 09/04/1980 Passaporte: FP255329 País: FINLÂNDIA; e

Processo: 47039000876202204 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Mika Petteri Laine Data Nascimento: 06/04/1988 Passaporte: FP4171100 País: FINLÂNDIA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039016429202188 Requerente: REDIAL INDUSTRIA E COMERCIO MOMO LIFESTYLE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Yann Robert Max Marchal Data Nascimento: 05/02/1991 Passaporte: 17FV12739 País: FRANÇA;

Processo: 47039022897202191 Requerente: ORKLI DO BRASIL INDUSTRIA DE CONTROLES PARA ELETRODOMESTICOS LTDA Prazo: 180 Mês(es) Imigrante: RAUL CANO MORCILLO Data Nascimento: 05/11/1988 Passaporte: PAJ736982 País: ESPANHA;

Processo: 47039000739202261 Requerente: FENDERCARE SERVICOS MARINHOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: John Sapsford Data Nascimento: 23/12/1955 Passaporte: 556639576 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039000784202216 Requerente: AUTOCAM DO BRASIL USINAGEM LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WALTER DEAN LORD Data Nascimento: 07/09/1956 Passaporte: 640770283 País: EUA;

Processo: 47039000953202218 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: CARLOS JOSE GOMEZ GARCIA Data Nascimento: 13/07/1970 Passaporte: 158081681 País: VENEZUELA; e

Processo: 47039001699202275 Requerente: HPA BRASIL SERVICOS DE MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PETER SMID Data Nascimento: 30/03/1994 Passaporte: BS0004472 País: HUNGRIA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039021999202190 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/06/2023 Imigrante: ALLEN SALA SIEGA Data Nascimento: 04/02/1960 Passaporte: P9041541A País: FILIPINAS;

Processo: 47039000678202232 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 04/03/2023 Imigrante: ANDRII SMYRNOV Data Nascimento: 29/06/1979 Passaporte: FE101565 País: UCRÂNIA Imigrante: OLEKSII OLARESKO Data Nascimento: 14/04/1978 Passaporte: FH632489 País: UCRÂNIA Imigrante: ROMAN KONONENKO Data Nascimento: 12/12/1989 Passaporte: FL 627338 País: UCRÂNIA Imigrante: SERHII KHARCHENKO Data Nascimento: 28/04/1979 Passaporte: FF489867 País: UCRÂNIA Imigrante: VIACHESLAV POVERZHUK Data Nascimento: 27/03/1992 Passaporte: FM603570 País: UCRÂNIA Imigrante: VITALII SHPYLIEVYI Data Nascimento: 26/04/1985 Passaporte: FE918683 País: UCRÂNIA Imigrante: VOLODYMYR SEMYANOV Data Nascimento: 31/10/1966 Passaporte: FE 763831 País: UCRÂNIA Imigrante: YEVHEN VASYLENKO Data Nascimento: 26/12/1984 Passaporte: FL025926 País: UCRÂNIA Imigrante: YURIY BOGDAN Data Nascimento: 21/11/1982 Passaporte: FK796071 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039000717202200 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 04/03/2023 Imigrante: RICARDO BEJINO ESGUERRA JR Data Nascimento: 25/10/1993 Passaporte: P7011407B País: FILIPINAS;

Processo: 47039000719202291 Requerente: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/11/2022 Imigrante: ROB LYDIA G. ASAERT Data Nascimento: 07/03/1982 Passaporte: EN985807 País: BÉLGICA;

Processo: 47039000862202282 Requerente: RIO NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 04/06/2022 Imigrante: JOCEL GUARDINO MARCELINO Data Nascimento: 14/07/1976 Passaporte: P5450680B País: FILIPINAS Imigrante: JONATHAN DE GUZMAN TAMAYO Data Nascimento: 02/01/1970 Passaporte: P8016358B País: FILIPINAS Imigrante: ROMMEL MOTRIL AGUIRRE Data Nascimento: 15/02/1976 Passaporte: P6158340A País: FILIPINAS;

Processo: 47039000866202261 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 27/04/2022 Imigrante: Steven Grant Boath Data Nascimento: 02/01/1969 Passaporte: 562300547 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039000871202273 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 08/10/2022 Imigrante: Michael Bravo Gabriel Data Nascimento: 18/06/1987 Passaporte: P5754207A País: FILIPINAS;

Processo: 47039000880202264 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 27/04/2022 Imigrante: Jaroslavs Dorohovs Data Nascimento: 07/11/1990 Passaporte: LV5876640 País: LETÔNIA;

Processo: 47039000883202206 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 05/10/2022 Imigrante: Deepak Vinayanand Mishra Data Nascimento: 11/11/1988 Passaporte: U2541640 País: ÍNDIA Imigrante: Premkumar Nareshbhai Tandel Data Nascimento: 18/07/1999 Passaporte: S3778680 País: ÍNDIA;

Processo: 47039000895202222 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Isabella Francesca Brining Data Nascimento: 18/01/2000 Passaporte: 1213677352 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Stuart John O'Neill Data Nascimento: 09/04/1961 Passaporte: 538557510 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Wojciech Stefan Czapla Data Nascimento: 17/12/1979 Passaporte: EH1348331 País: POLÔNIA;

Processo: 47039000902202296 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Benigno Mosquera Dignadice Data Nascimento: 06/12/1970 Passaporte: P5613588B País: FILIPINAS Imigrante: Donna Rose Tamba Esteban Data Nascimento: 16/10/1995 Passaporte: P6014626B País: FILIPINAS Imigrante: Geminiano Casapão Melo Data Nascimento: 25/04/1968 Passaporte: P5620952B País: FILIPINAS Imigrante: Pedro III Sarza Velasco Data Nascimento: 23/12/1984 Passaporte: P8584380A País: FILIPINAS Imigrante: Peter John Jaro Marcelino Data Nascimento: 30/08/1993 Passaporte: P1831895B País: FILIPINAS Imigrante: Rolando Jr. Sajona Tenorio Data Nascimento: 03/01/1984 Passaporte: P6929500B País: FILIPINAS Imigrante: Roy Capio Perez Data Nascimento: 02/02/1979 Passaporte: P5504173B País: FILIPINAS Imigrante: Wilfredo Jr. Bukirin Patungan Data Nascimento: 12/07/1969 Passaporte: P7301054B País: FILIPINAS;

Processo: 47039000908202263 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Paul David Swinn Data Nascimento: 30/12/1962 Passaporte: PA8994904 País: AUSTRÁLIA;

Processo: 47039000954202262 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: até 21/06/2023 Imigrante: Colin Brennan Campbell Data Nascimento: 18/02/1967 Passaporte: 510762774 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001008202233 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 01/01/2024 Imigrante: MICHAEL DAVID KOTYK Data Nascimento: 23/09/1963 Passaporte: 506023974 País: EUA;

Processo: 47039001009202288 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 25/05/2023 Imigrante: Ferdy van der Moere Data Nascimento: 19/11/1990 Passaporte: BX1KJLLF7 País: HOLANDA Imigrante: Ramesh Pilla Data Nascimento: 27/11/1984 Passaporte: Z3747781 País: ÍNDIA;

Processo: 47039001012202200 Requerente: DOF SUBSEA BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 01/05/2023 Imigrante: Maurice Arthur Rivard Data Nascimento: 08/11/1972 Passaporte: HB680209 País: CANADÁ;

Processo: 47039001022202237 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MATTHEW POULIOT Data Nascimento: 03/11/1969 Passaporte: 583884116 País: EUA;

Processo: 47039001027202260 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alasdair Lamont Macindeor Data Nascimento: 02/07/1964 Passaporte: 554375308 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039001049202220 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 07/03/2023 Imigrante: JONHARD EINAR JOHANNESEN Data Nascimento: 21/07/1970 Passaporte: 207163379 País: DINAMARCA;

Processo: 47039001051202207 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 07/03/2023 Imigrante: JAKUP POULSEN LJOSSTEIN Data Nascimento: 08/05/1978 Passaporte: 209651506 País: DINAMARCA;

Processo: 47039001060202290 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 17/10/2022 Imigrante: Dries Koen S. Peeters Data Nascimento: 27/02/1996 Passaporte: ER174009 País: BÉLGICA;

Processo: 47039001065202212 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 07/03/2023 Imigrante: KYRYLO GARSHANOV Data Nascimento: 09/03/1988 Passaporte: FZ672285 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039001072202214 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 07/03/2023 Imigrante: MICHAL WIKTOR WOJCIK Data Nascimento: 21/05/1990 Passaporte: EJ4430260 País: POLÔNIA;

Processo: 47039001073202269 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 07/03/2023 Imigrante: RENE KROGH ISAKSEN Data Nascimento: 14/08/1970 Passaporte: 211931591 País: DINAMARCA;

Processo: 47039001119202240 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 07/03/2023 Imigrante: BARTLOMIEJ HUBERT GLOGUCKI Data Nascimento: 24/08/1973 Passaporte: EH1298469 País: POLÔNIA;

Processo: 47039001124202252 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 07/03/2023 Imigrante: PREBEN HALL Data Nascimento: 20/11/1960 Passaporte: 213307857 País: DINAMARCA;

Processo: 47039001172202241 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 100 Dia(s) Imigrante: JACQUES MARIO LOGENSTEIN Data Nascimento: 30/09/1969 Passaporte: M00166148 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Imigrante: JOAKIM IMS Data Nascimento: 29/05/1999 Passaporte: 34293630 País: NORUEGA Imigrante: KIM LUNDE Data Nascimento: 05/10/1985 Passaporte: 32034285 País: NORUEGA;

Processo: 47039001175202284 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 100 Dia(s) Imigrante: ADRIAN ANDREASSEN Data Nascimento: 24/09/1998 Passaporte: 30707092 País: NORUEGA Imigrante: PER JOHAN HANSEN Data Nascimento: 27/07/1992 Passaporte: 34578121 País: NORUEGA;

Processo: 47039001194202219 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 04/03/2023 Imigrante: OLEKSII ZHURAVLOV Data Nascimento: 07/02/1996 Passaporte: FH200638 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039001208202296 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 07/03/2023 Imigrante: JAMES BUCHANAN BELL Data Nascimento: 31/10/1986 Passaporte: 562236249 País: INGLATERRA;

Processo: 47039001218202221 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Francis Rhey Dulla Franco Data Nascimento: 31/05/1977 Passaporte: P7986160B País: FILIPINAS; e

Processo: 47039001239202247 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 07/03/2023 Imigrante: TOM SCHJOEDT JOERGENSEN Data Nascimento: 08/10/1978 Passaporte: 211868142 País: DINAMARCA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º, Inciso I)

Processo: 47039021801202178 Requerente: TSC SUBSEA INSPECOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Martin Thériault Data Nascimento: 26/02/1970 Passaporte: HP866115 País: CANADÁ; e

Processo: 47039021803202167 Requerente: TSC SUBSEA INSPECOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Paul Seaforth Cooper Data Nascimento: 09/07/1968 Passaporte: 556940924 País: INGLATERRA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º, Inciso II)

Processo: 47039000765202290 Requerente: GYOZA DO BRASIL ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS E CONSULTORIA LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação de haver gerado 10 novos empregos, no mínimo, Imigrante: GRÉGORY ALAIN DANIEL HERVIEUX Data Nascimento: 17/06/1971 Passaporte: 12CZ74691 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039000550202279 Requerente: SHPS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TEO BOON KHEE SHEREEN Data Nascimento: 31/10/1994 Passaporte: K0834434N País: CINGAPURA.

Residência Prévia - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039000964202206 Requerente: LONDRINA ESPORTE CLUBE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SAMUEL CHUKWUEMEKA OTI Data Nascimento: 25/02/2002 Passaporte: A10096534 País: NIGÉRIA Mãe: GODSGIFT CHUKWUEMEKA OTI Pai: THOMAS CHUKWUEMEKA OTI;

Processo: 47039000966202297 Requerente: LONDRINA ESPORTE CLUBE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ARINZE CLINTON UDEH Data Nascimento: 15/01/2002 Passaporte: A11316949 País: NIGÉRIA Mãe: VIVIAN UDEH Pai: PIUS UDEH DURUIHEOMA; e

Processo: 47039001489202287 Requerente: MINAS TENIS CLUBE Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: MARIO CESAR QUESADA CRUZ Data Nascimento: 17/05/2004 Passaporte: L307092 País: CUBA Mãe: Sonia Amparo Cruz Duarte Pai: Mario Antonio Quesada Aguila.

Residência Prévia - RN 26 - Resolução Normativa, de 02/04/2018 (Artigo 2º)

Processo: 47039000074202296 Requerente: PES PLATAFORMA EMPRESARIAL SOLE EIRELI Prazo: 9 Mês(es) Imigrante: BORJA GASCON YBARRA Data Nascimento: 03/10/1997 Passaporte: PAM788477 País: ESPANHA Mãe: ANA MARIA YBARRA YBARRA Pai: FERNANDO GASCON BARANDA.

Residência Prévia - RN 36 - Resolução Normativa, de 21/11/2018 (Artigo 2º, Alínea b)

Processo: 47039022608202154 Requerente: JORG ANTON MORITZ Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOERG MORITZ Data Nascimento: 30/10/1968 Passaporte: U3649371 País: ÁUSTRIA Mãe: THUSNELDA MORITZ Pai: WERNER ANTON MORITZ.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039018634202188 Requerente: FEDERACAO INTERNACIONAL TRABALHADORES EM TRANSPORTES Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Daniel James Hawkins Data Nascimento: 16/06/1976 Passaporte: PA6322319 País: AUSTRÁLIA Mãe: Margaret Ann McEvoy Hawkins Pai: Bruce Hawkins;

Processo: 47039000685202234 Requerente: CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LLUIS SALA PEREZ Data Nascimento: 01/09/1978 Passaporte: PAL667080 País: ESPANHA Mãe: MONTSERRAT PEREZ BERBEL Pai: JULIO SALA PARIS;

Processo: 47039000666202216 Requerente: CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PAULO JORGE FERNANDES GRILO Data Nascimento: 29/04/1969 Passaporte: C932011 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DOS ANJOS FERREIRA FERNANDES GRILO Pai: JOSE VITORINO COUTO GRILO;

Processo: 47039000797202295 Requerente: SPEED RABBIT EXPRESS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUOFENG CHEN Data Nascimento: 12/02/1976 Passaporte: EJ3595958 País: CHINA Mãe: HELAN WU Pai: Não informado;

Processo: 47039000807202292 Requerente: ARTEFACT DO BRASIL CONSULTORIA ESTRATEGICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CAMILLE VERONIQUE JEANNE LE GONIDEC GUEZILLE Data Nascimento: 31/08/1994 Passaporte: 21LA14334 País: FRANÇA Mãe: MARTINE LOUISE ALINE GUEZILLE Pai: GILDAS JEAN JOSE LE GONIDEC;

Processo: 47039000996202201 Requerente: SPEED RABBIT EXPRESS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZHIJUAN CHEN Data Nascimento: 31/01/1989 Passaporte: EJ2674097 País: CHINA Mãe: Yunxiang Luo Pai: Zhenbang Chen;

Processo: 47039000997202248 Requerente: SPEED RABBIT EXPRESS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIE QIN Data Nascimento: 01/02/1986 Passaporte: E72035019 País: CHINA Mãe: SHENGFENG TANG Pai: ZHENGHU QIN;

Processo: 47039001111202283 Requerente: COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AMADOR VELASCO GARCIA Data Nascimento: 28/04/1972 Passaporte: PAL399525 País: ESPANHA Mãe: FLORENTINA GARCIA GONZALEZ Pai: AMADOR VELASCO SUAREZ; e

Processo: 47039001605202268 Requerente: SPEED RABBIT EXPRESS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HONGHONG ZHAO Data Nascimento: 08/01/1983 Passaporte: EJ4366082 País: CHINA Mãe: JIANPING ZHAO Pai: XINGLIN ZHAO.

Residência - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º)

Processo: 47039000758202298 Requerente: GLOBIMPORT COMERCIO E IMPORTACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE RAMON SANZ VACA Data Nascimento: 13/11/1975 Passaporte: PAF988228 País: ESPANHA.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039000771202247 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 12/12/2022 Imigrante: Jan Tore Stallemo Data Nascimento: 07/08/1981 Passaporte: CCC483120 País: NORUEGA.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º c/c 2º, Inciso I)

Processo: 47039021112202163 Requerente: CJ INTERNATIONAL BRASIL COMERCIAL AGRICOLA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: DONG KYU LEE Data Nascimento: 17/02/1967 Passaporte: M73710538 País: CORÉIA;

Processo: 47039000233202252 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SUN GYU HAHM Data Nascimento: 12/01/1970 Passaporte: M56034475 País: CORÉIA DO SUL; e

Processo: 47039001195202255 Requerente: BMW MANUFACTURING INDUSTRIA DE MOTOS DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ALEJANDRO ECHEAGARAY ENKERLIN Data Nascimento: 04/03/1967 Passaporte: N00733762 País: MÉXICO.

Residência - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039022606202165 Requerente: BRAVEA INTERNATIONAL LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: Petr Linhart Data Nascimento: 24/05/1975 Passaporte: 45883362 País: TCHECOSLOVÁQUIA.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039020445202175 Requerente: MARIO ALBERTO CORRALES CESPEDES Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARIO ALBERTO CORRALES CESPEDES Data Nascimento: 28/01/1983 Passaporte: 206520002 País: COSTA RICA;

Processo: 47039022062202131 Instituição: INSTITUTO TRINITAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Elizabeth Rani Mani Data Nascimento: 04/05/1985 Passaporte: R4395857 País: ÍNDIA;

Processo: 47039022063202186 Instituição: INSTITUTO TRINITAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Helena da Conceicao Data Nascimento: 20/06/1975 Passaporte: B8717993 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039022123202161 Instituição: SOUTH AMERICAN INDIAN MISSION INC Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Joel Thomas Kearney Data Nascimento: 18/09/1996 Passaporte: 550303781 País: BRASIL; e

Processo: 47039000838202243 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ian jacob ellsworth Data Nascimento: 30/12/2000 Passaporte: 646875262 País: EUA.

Residência - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039000792202262 Requerente: E-FLIX ESPORTES ELETRONICOS LTDA Prazo: até 14/11/2022 Imigrante: Sumin Lee Data Nascimento: 11/01/1999 Passaporte: M93310755 País: CORÉIA DO SUL Mãe: Jeonghui Lee Pai: Seonkyong Lee; e

Processo: 47039000801202215 Requerente: E-FLIX ESPORTES ELETRONICOS LTDA Prazo: até 14/11/2022 Imigrante: Jong Hoon Park Data Nascimento: 06/01/1998 Passaporte: M32169957 País: CORÉIA DO SUL Mãe: Soon Bo Lee Pai: Não informado.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039000414202289 Requerente: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PIERRICK ROBERT LOUIS BILLON Data Nascimento: 30/11/1990 Passaporte: 20DK00447 País: FRANÇA Mãe: MAGALIE GISELE MICHELLE LEMIRE Pai: PASCAL ROBERT LOUIS BILLON;

Processo: 47039000670202276 Requerente: HT MICRON SEMICONDUTORES S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HAN BYUL PARK Data Nascimento: 20/02/1985 Passaporte: M52023970 País: CORÉIA DO SUL Mãe: YU JIN JEONG Pai: YONG KI PARK;

Processo: 47039000673202218 Requerente: HT MICRON SEMICONDUTORES S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAEHOON JANG Data Nascimento: 24/04/1982 Passaporte: M06613662 País: CORÉIA DO SUL Mãe: PHILHO KIM Pai: TAESOO JANG; e

Processo: 47039001046202296 Requerente: H YUENA RESTAURANTE EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YUEFENG ZHOU Data Nascimento: 06/02/1975 Passaporte: G42157825 País: CHINA Mãe: HUIYING CHEN Pai: WEIRENG ZHOU.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 04/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039018213202157 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ASHISH MAHARUDRA GATATE Data Nascimento: 20/03/1981 Passaporte: Z2995391 País: ÍNDIA Mãe: PRABHAVATI MAHARUDRA GATATE Pai: MAHARUDRA VISHWANATHAPPA GATATE.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 06/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039019047202114 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Lloyd Placencia Gomez Data Nascimento: 26/05/1982 Passaporte: P0953130B País: FILIPINAS Mãe: Gertrudes Plancencia Gomez Pai: Oscar Taok Gomez;

Processo: 47039019050202120 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: John Paul Pepito Tuazon Data Nascimento: 10/01/1978 Passaporte: P5228198B País: FILIPINAS Mãe: Precy Pepito Pai: Jerome Tuazon;

Processo: 47039019055202152 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Irfan Kamal Data Nascimento: 17/09/1980 Passaporte: C7888510 País: INDONÉSIA Mãe: Salbiah Pai: Mansur Daud;

Processo: 47039019057202141 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Grzegorz Piotr Pionk Data Nascimento: 22/05/1985 Passaporte: ES6015314 País: POLÔNIA Mãe: Irena Agnieszka Pionk Pai: Jan Pionk;

Processo: 47039019064202143 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Eko Hamim Slamet Prayitno Data Nascimento: 21/02/1972 Passaporte: C3095445 País: INDONÉSIA Mãe: Iis Lestari Pai: Hamim Slamet Prayitno;

Processo: 47039019062202154 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Clyde Doria Padilla Data Nascimento: 25/06/1973 Passaporte: P6159686A País: FILIPINAS Mãe: Zayda Doria Pai: Erlindo Padilla;

Processo: 47039019067202187 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Agus Gesit Data Nascimento: 25/08/1980 Passaporte: C4680756 País: INDONÉSIA Mãe: AMAH Pai: SUWANDA;

Processo: 47039019070202109 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 25/11/2022 Imigrante: Carlo Oliva Santos Data Nascimento: 06/04/1980 Passaporte: P1249818B País: FILIPINAS Mãe: Teresita Mendoza Oliva Pai: Engracio Sayo Santos Sr.;

Processo: 47039021869202157 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Kenneth Genge Data Nascimento: 14/01/1965 Passaporte: GA927383 País: CANADÁ Mãe: Ida Wells Pai: Thomas Genge;

Processo: 47039022658202131 Requerente: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Kai Henning Svanes Data Nascimento: 12/07/1970 Passaporte: 34425387 País: NORUEGA Mãe: Evelyn Engelsvoll Pai: Alf Wilhelm Svanes;

Processo: 47039000173202278 Requerente: DOF SUBSEA BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 26/09/2022 Imigrante: Sindre Hoeyland Data Nascimento: 17/12/1987 Passaporte: CCC179894 País: NORUEGA Mãe: ELSE-MARIE HOEYLAND Pai: SVEIN HARALD HOEYLAND;

Processo: 47039000276202238 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 13/07/2023 Imigrante: Percival Diaz Santos Data Nascimento: 26/08/1969 Passaporte: P6678844B País: FILIPINAS Mãe: Felicidad Ortega Diaz Pai: Ricardo Garcia Santos;

Processo: 47039000440202215 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 23/11/2023 Imigrante: Lorenel Donguines Panaguiton Data Nascimento: 26/02/1969 Passaporte: P4688125A País: FILIPINAS Mãe: Thelma Tajanlangit Donguines Pai: Lorenzo Aboy Panaguiton; e

Processo: 47039000441202251 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 23/11/2023 Imigrante: Marlon Carilla Gabrino Data Nascimento: 31/12/1978 Passaporte: P5869499B País: FILIPINAS Mãe: Gloria Publico Carilla Pai: Rosalino Amores Gabrino.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 11/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039009077202112 Requerente: KIMITEC DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE BIOTECNOLOGIA AGRICOLA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ALEJANDRO DE LAS CASAS PEREZ Data Nascimento: 17/10/1975 Passaporte: PAH439078 País: ESPANHA Mãe: MARIA TERESA Pai: JOSE EDUARDO.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 15/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039000101202221 Requerente: CARITAS CAMPO LIMPO - CCL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ilaria Bassanello Data Nascimento: 14/01/1972 Passaporte: YB6561701 País: ITÁLIA Mãe: Lauretta Donà Pai: Giuseppe Bassanello.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 21/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039000791202218 Requerente: S S ACADEMIA SPORT CLUBE LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: YAVIR KADIR WHITE QUINTERO Data Nascimento: 10/02/2003 Passaporte: PA0744060 País: PANAMÁ Mãe: YANITZE DAMARIS QUINTERO BROOKS Pai: JAIRO ARIEL WHITE JEFF.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039019771202130 Requerente: TABOOLA BRASIL INTERNET LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ROBIN JULIAN MARIE ESTRADE Data Nascimento: 14/05/1992 Passaporte: 15AY00256 País: FRANÇA Mãe: PASCALE MARYLINE MAVEL Pai: BENOIT ESTRADE;

Processo: 47039020604202131 Requerente: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: BASTIEN AUDRIC JONATHAN MAURICE Data Nascimento: 24/03/1983 Passaporte: 19DC89603 País: FRANÇA Mãe: Lydie Gisele Marinette Bore Pai: Dominique Jean Jacques Andre Maurice;

Processo: 47039000222202272 Requerente: AROMA SELEZIONE COMERCIO DE CAFE EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: Francisco Manuel Hermida Garcia Data Nascimento: 05/08/1982 Passaporte: AAJ555587 País: ESPANHA Mãe: Maria Garcia Carrera Pai: Ramon Francisco Hermida Casas;

Processo: 47039000598202287 Requerente: TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: Antonio Ilídio Rodrigues Lourenço Data Nascimento: 01/10/1968 Passaporte: CB293734 País: PORTUGAL Mãe: Beatriz Manuela da Glória Rodrigues Pai: Ilídio Tavares Lourenço;

Processo: 47039000734202239 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CARLOS JIMENEZ JEREZ Data Nascimento: 04/11/1991 Passaporte: PAL122192 País: ESPANHA Mãe: Maria del Sagrado Jerez y Martin Pai: Agustin Jimenez y Sanchez; e

Processo: 47039000750202221 Requerente: IGUASPORT LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Antoine Gilbert Maurice Fougeat Data Nascimento: 03/12/1992 Passaporte: 13BB93883 País: FRANÇA Mãe: Catherine Marie Paille Pai: François Edmond Marcel Fougeat.

Residência - RN 36 - Resolução Normativa, de 21/11/2018 (Artigo 4º c/c 2º, Alínea a)

Processo: 47039021622202131 Requerente: JOSE LUIS MARTINEZ GUTIERREZ Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE LUIS MARTINEZ GUTIERREZ Data Nascimento: 02/09/1960 Passaporte: PAJ 621203 País: ESPANHA Mãe: Asuncion Gutierrez Ruiz Pai: José Luis Martinez Pastor.

Residência - RN 40 - Resolução Normativa, de 27/11/0219 (Artigo 3º c/c 4º, Inciso I)

Processo: 47039022582202144 Requerente: SILVANO BARBIERI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SILVANO BARBIERI Data Nascimento: 21/01/1959 Passaporte: YA7042845 País: ITÁLIA Mãe: Maria Bollati Pai: Gian Franco Barbieri; e

Processo: 47039022844202171 Requerente: ROBERT CRAIG BASSETT Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ROBERT CRAIG BASSETT Data Nascimento: 11/03/1956 Passaporte: 648969395 País: EUA Mãe: MARY E. MYLLER Pai: ROBERT L. BASSETT.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039021092202121 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIARONG CHEN Passaporte: EE 6991428;

Processo: 47039021644202109 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NIAN LIU Passaporte: EJ 5430336;

Processo: 47039021645202145 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NIAN LIU Passaporte: EJ 5430336;

Processo: 47039021705202120 Requerente: APPLE COMPUTER BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Maite Sanchez Montero Passaporte: G35558611;

Processo: 47039000235202241 Requerente: BT FABRICACAO DE PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HENG LIU Passaporte: EG3801861;

Processo: 47039001002202266 Requerente: SAMPAIO CORREA FUTEBOL CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: SOFIE TRYGGEDSSON PREETZMANN Passaporte: 211595539;

Processo: 47039020101202166 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SANGHUN LEE Passaporte: M90847833;

Processo: 47039000037202288 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA; INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEEVE GILLES PIERRE MARIE JOSSE Passaporte: 12DI39210;

Processo: 47039000039202277 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA; INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIMMY TIM SOBRY Passaporte: 19AD20203;

Processo: 47039000527202284 Requerente: I M S DO BRASIL SUPORTE E ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Lucas Steffen Passaporte: C6XTFKRNP;

Processo: 47039000558202235 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Sofiane Baouali Passaporte: 143759191;

Processo: 47039000720202215 Requerente: FENDERCARE SERVICOS MARINHOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Charles Francis Holden Passaporte: 538529859;

Processo: 47039021922202110 Requerente: LABORATORIO PATHOVET - LIMITADA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARCO ALEX ROZAS SERRI Passaporte: F21496236 Imigrante: MARCO ALEX ROZAS SERRI Passaporte: F21496236 Imigrante: MARCO ALEX ROZAS SERRI Passaporte: F21496236 Imigrante: MARCO ALEX ROZAS SERRI Passaporte: F21496236 Imigrante: MARCO ALEX ROZAS SERRI Passaporte: F21496236;

Processo: 47039017606202143 Requerente: ERGINO INDI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ERGINO INDI Passaporte: C00003193;

Processo: 47039019694202118 Requerente: MD JASIM UDDIN Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MD JASIM UDDIN Passaporte: EA0137898;

Processo: 47039020955202142 Requerente: SISTEMA PRODUTOR SAO LOURENCO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YANFENG JIAN Passaporte: PE2150649;

Processo: 47039020504202113 Requerente: ERIKSON YEYE N DJAME Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ERIKSON YEYE N DJAME Passaporte: C00117106;

Processo: 47039021449202171 Requerente: TAREK HUSSEN Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TAREK HUSSEN Passaporte: BT0518770;

Processo: 47039021450202103 Requerente: RABIN SARKER Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RABIN SARKER Passaporte: EA0685255;

Processo: 47039021451202140 Requerente: MD SOYDUL ISLAM Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MD SOYDUL ISLAM Passaporte: BP 0588554;

Processo: 47039021458202161 Requerente: TRACY JEANEL ST LOUIS 71245967185 Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Tracy Jeanel St. Louis Passaporte: G0179685;

Processo: 47039021486202189 Requerente: SHAHADAT HOSSAIN Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHAHADAT HOSSAIN Passaporte: BY0280931;

Processo: 47039021488202178 Requerente: MUHAMMAD OMAR FARUK Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MUHAMMAD OMAR FARUK Passaporte: BQ0205249;

Processo: 47039022645202162 Requerente: K. C. SILVA COMERCIO DE TECIDOS EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jose Manuel Da Silva Costa Passaporte: CB919920;

Processo: 47039022238202155 Requerente: BANCO BOCOM BBM S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIA GUO Passaporte: PE2051479;

Processo: 47039022243202168 Requerente: STARPREV CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARTIN GLASS Passaporte: C3K68YZRT;

Processo: 47039022250202160 Requerente: DECK PINA RESTAURANTE E BAR LIMITADA Prazo: Indeterminado Imigrante: ARNOLDO ANTONIO LOPEZ CASTILLO Passaporte: C01574847;

Processo: 47039022444202165 Requerente: FUTURA EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS IMOBILIARIOS EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: EDNEY RICARDO NONATO MANGONGO Passaporte: N2125199;

Processo: 47039022501202114 Requerente: ANISSA CASTILLO MORENO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANISSA CASTILLO MORENO Passaporte: J848697;

Processo: 47039000023202264 Requerente: CRUCIRES DUARTE VIEIRA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CRUCIRES DUARTE VIEIRA Passaporte: C00229194;

Processo: 47039000851202201 Requerente: CANHANGA ANTONIO SEGUNDA KIZENGA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CANHANGA ANTÓNIO SEGUNDA KIZENGA Passaporte: N2271786;

Processo: 47039000853202291 Requerente: JOAQUIM MANUEL COELHO DA SILVA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOAQUIM MANUEL COELHO DA SILVA Passaporte: CB071682;

Processo: 47039001149202256 Requerente: PANIFICADORA RANCHO GRANDE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GERARD LUIS VARGAS GONZALEZ Passaporte: 000000000;

Processo: 47039001581202247 Requerente: NICOLETTI CONSULTORIA EMPRESARIAL E PARTICIPACAO SOCIETARIA LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: VITO FRASCELLA Passaporte: YA5341845;

Processo: 47039018447202102 Requerente: TOP TECHNICAL SERVICE LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SANGDEOK LEE Passaporte: M40536581;

Processo: 47039001277202208 Requerente: ZHANG IMPORTADOS EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: LIN ZHEN Passaporte: E96790011;

Processo: 47039020448202117 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 05/10/2022 Imigrante: Ibrahim Abdul Gani Hajwane Passaporte: P3094339 Imigrante: Indrajit Kumar Priyadarshi Passaporte: L2378842 Imigrante: Kavin Wilson Augustine Pinto Passaporte: M1210457 Imigrante: Matin Mohammad Pawne Passaporte: Z5591881 Imigrante: Monty Shaver Fernandis Passaporte: R5709960 Imigrante: Surya Pratap Singh Passaporte: U9917356 Imigrante: Vashisth Prabhakar Dubey Passaporte: K9874043;

Processo: 47039021315202150 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 05/10/2022 Imigrante: Aabid Ahmed Dimdimkar Passaporte: T5478891 Imigrante: Glorio Fernandes Passaporte: U1399746 Imigrante: Hrushikesh Ravindra Marchande Passaporte: M0227070 Imigrante: Pankaj Verma Passaporte: K1374142 Imigrante: Ravi Shankar Passaporte: P8139692;

Processo: 47039022784202196 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/06/2023 Imigrante: EUGENIO JR CAMEROS SAYCON Passaporte: P4232138B;

Processo: 47039000518202293 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/09/2022 Imigrante: RHAZIAN MARK SABLADA ESTANCIA Passaporte: P9104884A;

Processo: 47039000525202295 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/08/2022 Imigrante: RETCHIE MACAYA ASSESOR Passaporte: P5668991A;

Processo: 47039018299202118 Requerente: FRANZ LEIBETSEDER Prazo: Indeterminado Imigrante: FRANZ LEIBETSEDER Passaporte: U0109473;

Processo: 47039019350202117 Requerente: CEDIMA ALUGUEIS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARCO TODARO Passaporte: YA5488434;

Processo: 47039020352202141 Requerente: X50 INVESTIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: THODORE JAMES LEWAN JR Passaporte: 545446148;

Processo: 47039022115202114 Requerente: VIAVICI EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ROLAND VANONI Passaporte: C3K657NNK;

Processo: 47039020525202121 Instituição: IGREJA DO CULTO ECLETICO DA FLUENTE LUZ UNIVERSAL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROBERT WOTTON Passaporte: CA24728GQ;

Processo: 47039000681202256 Instituição: CONGREGACAO ROGACIONISTA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ezenwa Ethelbert Onyeaghala Passaporte: A09577343;

Processo: 47039018719202166 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Marian Lipan Passaporte: 056760197;

Processo: 47039001133202243 Requerente: KHALID ATTOUBATA Prazo: até 31/07/2023 Imigrante: KHALID ATTOUBATA Passaporte: DR3863784;

Processo: 47039021917202115 Instituição: PIME - PONTIFICIO INSTITUTO DAS MISSOES Prazo: Indeterminado Imigrante: GIDDI SUBBA RAO Passaporte: K6835406; e

Processo: 47039021282202148 Requerente: CNOGA MEDICAL BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ZIV GILBOA Passaporte: 23098521 Imigrante: ZIV GILBOA Passaporte: 23098521.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

**RETIFICAÇÕES**

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 242, de 24/12/2021, Seção 1, página 171, Processo: 47039.020867/2021-41, onde se lê: Mãe: GIANCARLA OTTAVIANI, leia-se: Mãe: GIAN CARLA OTTAVIANI.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 19, de 27/01/2022, Seção 1, página 97, Processo: 47039.000361/2022-04, onde se lê: Pai: FRÉDÉRIC MELINAND, leia-se: Pai: FREDERIC RAYMOND PETRUS THO MELINAND.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 22, de 01/02/2022, Seção 1, página 37, Processo: 47039.000701/2022-99, onde se lê: Pai: BERNADE SANCHEZ GUERMEDINO, leia-se: Pai: BERNABE SANCHEZ GUERMEDINO.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 7, de 11/01/2022, Seção 1, página 112, Processo: 47039.021655/2021-81, onde se lê: Mãe: MARIA DEL CARMEN REYES VARGAS; Pai: JESUS VLEASQUEZ HERNANDEZ, leia-se: Mãe: MARIA DEL CARMEN REYES DE VELÁSQUEZ; Pai: JESUS VELÁSQUEZ.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 194, de 14/10//2021, Seção 1, página 69, Processo: 47039.014757/2021-40, onde se lê: Imigrante: JEAN MARIE BRUNO DE GUILHEM DE LATALLAIDE, leia-se: Imigrante: JEAN MARIE BRUNO DE GUILHEM DE LATAILLADE.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 7, de 11/01/2022, Seção 1, página 110, Processo: 47039.000267/2022-47, onde se lê: Imigrante: THOMAS ANTON WALDEMAR, leia-se: Imigrante: THOMAS ANTON WALDEMAR GILTIG.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 19, de 27/01/2022, Seção 1, página 96, Processo: 47039.000949/2022-50, onde se lê: Imigrante: GUILLAUME PIERRE HENRV CHARLES GRIMAUD, leia-se: Imigrante: GUILLAUME PIERRE HENRY CHARLES GRIMAUD.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 19, de 27/01/2022, Seção 1, página 96, Processo: 47039.023015/2021-13, onde se lê: Imigrante: RICARDO CAMERANA TEJADO, leia-se: Imigrante: RICARDO CAMARENA TEJADO.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 20-B, de 28/01/2022, Seção 1, página 28, Processo: 47039.000052/2022-26, onde se lê: Imigrante: PRATHYUSHUA MAYALURI, leia-se: Imigrante: PRATHYUSHA MAYALURI.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 20-B, de 28/01/2022, Seção 1, página 22, Processo: 47039.000834/2022-65, onde se lê: Imigrante: ARTURO ERVITI MAESTU, leia-se: Imigrante: ARTURO MAESTU ERVITI.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 16, de 24/01/2022, Seção 1, página 102, Processo: 47039.021569/2021-78, onde se lê: a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Finanças e Relações com Investidores, leia-se: a exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho de Administração.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 19, de 27/01/2022, Seção 1, página 96, Processo: 47039.000625/2022-11, onde se lê: País: POLÔNIA, leia-se: País: RÚSSIA.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 20-B, de 28/01/2022, Seção 1, página 22, Processo: 47039.001096/2022-73, onde se lê: Prazo: 180 Dia(s), leia-se: Prazo: 1 Ano(s).

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 22, de 01/02/2022, Seção 1, página 38, Processo: 47039.000892/2022-99, onde se lê: Data Nascimento: 05/02/1994, leia-se: Data Nascimento: 05/07/1994.

## COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

## COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

**PORTARIA Nº 111, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006661/2019-79, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARLESE MBACHU, de nacionalidade sul-africana, filha de Magda Niemann, nascida em Johanesburgo, na República da África do Sul, em 17 de novembro de 1977, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 112, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.004204/2018-59, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, IVAN IGOR CHAPARRO NINA, de nacionalidade boliviana, filho de Benedicto Chaparro Lopez e Hilária Nana Flores, nascido em La Paz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 26 de abril de 1972, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 18 (dezoito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 113, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08001.003997/2018-99, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, MIGUEL RODOLFO BARRALES YBANEZ, de nacionalidade chilena, filho de Miguel Anguel Barrales Monsalvez e de Gladyz Katterine Ybanez Lagos, nascido em Santiago, República do Chile, em 21 de dezembro de 1995, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 19 (dezenove) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**PORTARIA Nº 114, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve

Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma dos Art. 249 e 251 do Decreto nº 9.199/2017:

CRISTIANE LOURENÇO COUTO BOGERS, nascida em 12 de novembro de 1974, filha de Vera Maria Lourenço Couto e de Orenil Couto, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.055080/2021-96);

DINA MACHADO DE LIMA, nascida em 12 de julho de 1985, filha de Linauro Machado de Lima e de Maria de Fatima Ferreira Lima, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.005301/2022-66);

HIRO ODAKA, nascido em 20 de julho de 1998, filho de Abilio Makoto Odaka e de Eliane Odaka, adquirindo a nacionalidade Japonesa (Processo nº 08018.005996/2022-86);

MARCOS NEVES MELLO, nascido em 07 de outubro de 1969, filho de Antonio Martins Mello e de Gioconda Neves Mello, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.003861/2022-86);

MATTHEW MICHAEL YANG-BEGGS, nascido em 23 de dezembro de 2001, filho de Lucia Yang e de Robert Randall Beggs, adquirindo a nacionalidade Norte-americana (Processo nº 08000.001650/2022-06) e;

MICHELE FIGUEIREDO, nascida em 18 de julho 1983, filha de Edson José Figueiredo e de Maria Cristina Figueiredo, adquirindo a nacionalidade Austríaca (Processo nº 08018.003958/2022-99).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

**DESPACHOS**

Despacho nº 353/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ABDOULAHAT LO
Processo: 08400.007393/2020-33

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999, vez que, mesmo notificado, o requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual de Pernambuco.

Despacho nº 443/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessada: RUTH DANAIS FONSECA IGLESIAS
Processo: 08310.004168/2020-54

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, pela falta de cumprimento de exigências, tendo em vista que a requerente não apresentou tradução da certidão de antecedentes criminais do país de origem que faça referência à legalização, nos termos do art. 40 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

Despacho nº 5078/2021/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 08451.001473/2020-80
Interessado(a): OUSMANE MBAYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências previstas nos incisos II e IV do Art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, tendo em vista que não restou comprovado o casamento de fato do interessado, o que o daria o benefício da redução de comprovação de prazo de residência no Brasil para um ano imediatamente anterior ao pedido, e nem ter cumprido o prazo mínimo de residência indeterminada por, no mínimo, quatro anos anteriores ao protocolo, além de não ter sido apresentada a tradução do atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem.

Despacho nº 290/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 08705.004319/2018-16
Interessado(a): GERSON HERMES ASTUHUAMAN PANDO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência em território nacional, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos, contrariando o disposto no inciso II, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199, de 2017.

Despacho nº 475/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo: 235881.0051162/2021
Interessado: MOKHLESAH ALFIAD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado a apresentação de comprovantes de residência dos anos 2018, 2019, 2020 e 2021, e a requerente apresentou somente dos anos 2020 e 2021, também foi solicitado à requerente a apresentação da certidão da Justiça Estadual/Federal, que não foi apresentada até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 476/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0009180/2020
Interessado: RASHA AL AHMAD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria n° 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a estrangeira não possui "animus" de residência no país, já que não comprovou sua residência por prazo indeterminado, no ano imediatamente anterior à data do pedido de naturalização ordinária, contrariando o disposto inciso II, do art. 65 c/c inciso II, do art. 66, ambos da Lei 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199, de 2017.Decreto 9.199, de 2017.

Despacho nº 477/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo: 235881.0006445/2020
Interessado: SANTIAGO JAVIER FERNANDEZ VALBUENA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido nos termos do Art. 40 da Lei 9.784, de 1999, por não cumprimento de exigência, tendo em vista que o presente requerimento foi aberto vinculado ao CPF de outra pessoa, não sendo do requerente SANTIAGO JAVIER FERNANDEZ VALBUENA.

Despacho nº 478/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0102426/2021
Interessado: EDNA MARISA CELESTINO PEREIRA BRAVO DA COSTA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui de Portaria de Concessão de Naturalização Provisória, portanto, não atende à exigência contida no Parágrafo Único do art. 70 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 484/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0006752/2020
Interessado: ARMANDO DÍAS HERNÁNDEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência (apresentação da lista completa de documentos), nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999, c/c art. 7º, parágrafo 2º, da Portaria retro mencionada, sem prejuízo de apresentação de novo pedido.

Despacho nº 485/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0006029/2020
Interessado: ZENALAABDEN ALI ZAIDAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 486/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0006536/2020
Interessado: ENSA SAMBU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020 e considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do comprovante de residência e cópia do passaporte, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 487/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0008272/2020
Interessado: FILOMENA JORGE NAQUELIM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências previstas nos incisos II e IV do Art. 65 da Lei 13.445/2017, vez que, mesmo notificada, a requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência atualizado e comprovante de tempo dos anos de 2019 e 2020, que pode ser algum dos documentos previstos no art. 56 da Portaria no 623, de 13.11.2020, publicada em 17.11.2020 e cópia do documento de viagem internacional, ainda que vencido, observadas as regras do Mercosul (todas as folhas do passaporte).

Despacho nº 488/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0009180/2020
Interessado: RASHA AL AHMAD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria n° 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a estrangeira não possui "animus" de residência no país, já que não comprovou sua residência por prazo indeterminado, no ano imediatamente anterior à data do pedido de naturalização ordinária, contrariando o disposto inciso II, do art. 65 c/c inciso II, do art. 66, ambos da Lei 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199, de 2017.Decreto 9.199, de 2017.

Despacho nº 489/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0008620/2020
Interessado: ALAA SAKER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria retro mencionada e Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências.

Despacho nº 490/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0015881/2020
Interessado: MUHAMMAD SULEMAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS ou O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, vez que se ausentou do Brasil por 486 (quatrocentos e oitenta e seis) dias dentro do período de quatro anos imediatamente anteriores ao pedido.

Despacho nº 491/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0006796/2020
Interessado: GEORGE SAMI GOURGE KADIES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento dos incisos II e III do Art. 65 da Lei 13.445/2017 c/c inciso I do Art. 135 do decreto 9.199/2017, tendo em vista a necessidade de apuração se o requerente deixou de

possuir requisito essencial para manutenção de sua permanência no país, além de não ter comprovado sua capacidade de comunicação em língua portuguesa, pois os documentos apresentados não estão previstos na Portaria 623, de 17 de novembro de 2020.

Despacho nº 492/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se 235881.0031284/2021
Interessada: Elena Al Sabbagh

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi agendado atendimento presencial na polícia federal para apresentação de documentos originais, e o requerente não compareceu, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 493/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se 235881.0033841/2021
Interessado: JUVENSKA TAINA ORIMA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado a apresentação do RNM frente e verso, RNM frente e verso dos genitores, Inscrição consular está com o nome da mãe errada, Declaração de interesse em traduzir ou não o nome pra língua portuguesa, comprovante de residência recente, comprovante de matrícula em instituição de ensino, e o requerente apresentou, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 494/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se: 235881.0034817/2021
Interessado: SARACHEL ROBERLIE PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da frente e verso do RNM do representante legal pela menor e requerimento assinado pelo representante legal, e o requerente não apresentou, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 495/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: MIGUEL SEBASTIÃO ANTONIO
Processo: 235881.0035284/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 496/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0038349/2021
Interessado: PAULA SILVINA LODATO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação da Certidão da Justiça Estadual/Federal, e a requerente não apresentou integralmente as certidões estaduais, também, a apresentação de comprovantes de residência dos 15 (quinze) anos anteriores ao pedido, e a requerente não apresentou, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 497/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0038349/2021.
Interessado: PAULA SILVINA LODATO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação da Certidão da Justiça Estadual/Federal, e a requerente não apresentou integralmente as certidões estaduais, também, a apresentação de comprovantes de residência dos 15 (quinze) anos anteriores ao pedido, e a requerente não apresentou, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 498/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se 235881.0037894/2021.
Interessado: JUDELY PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado a apresentação de Comprovante de residência e RNM do representante legal, os quais não foram apresentados, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 499/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Sandra Morancy
Processo: 235881.0036297/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação de comprovante de endereço atualizado em nome do representante legal do menor, que não foi apresentado até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 500/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0043724/2021
Interessado: LAURA ANDREINA MATOS MARQUEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 501/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo: 235881.0049134/2021
Interessado: JOSE ANTONIO GALINDO CHAPARRO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 502/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessada: RECHENAYDA SAINT ARMAND
Processo nº 235881.0051064/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado a apresentação de comprovante de residência em nome do responsável pela menor, o qual não apresentou, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 503/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0052840/2021
Interessado: CADY AHMED MOHAMED IBRAHIM ABDALLAH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor e grupo familiar encontra-se no exterior sem previsão de retorno, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 504/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: PASCAL GEORGES MAURICE GESLOT
Processo: 235881.0054327/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 505/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se 235881.0057456/2021
Interessada: STAELLE MALAIKA FRANCOIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de residência em nome do responsável pela menor, e o requerente não apresentou, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 506/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se 235881.0057832/2021
Interessado: RICHENY JUAN SALVADOR MOISE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do RNM da menor e de seu representante legal, cópia completa do passaporte e comprovante de residência, e o requerente não apresentou, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

## DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

**DESPACHOS**

A CHEFE DA DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que, SARA ABDALLAH AHMED IBRAHIM QASEM, incluída na Portaria n° 3.994, de 13 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2021, é natural do Catar, e não como constou. Processo n° 08018.006244/2022-32.

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que os dados corretos de LAREEN TAHA ABUBAKER AL TURK, incluída na Portaria CPMIG nº 42 de 14 de janeiro de 2022, publicada no diário oficial da união de 17 de janeiro de 2022, são: nome: LAREEN TAHA ABUBAKER ALTURKI, natural da Ucrânia, filha de TAHA ABUBAKER MUSTAFA ALTURKI e de AREIJ EMHAMMED EZZEDIN ABUNAAMA, e não como constou. Processo n° 08018.005632/2022-04.

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que o nome da genitora de MOHAMMED ATTIA ATTA MOHAMMED YOUSEF, incluído na Portaria CPMIG nº 71, de 20 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2022, é OMAIMA MOHAMED ABDELKHALEK AFIFI, e não como constou. Processo n° 08018.005621/2022-16.

Declara que a naturalidade de BELLA MANTES ZORBA, incluída na Portaria CPMIG nº º 3.629, DE 4 DE AGOSTO DE 2021, publicada no Diário Oficial da União de 05 DE AGOSTO DE 2021, é DUBAI - EMIRADOS ARABES UNIDOS e não como constou. Processo n° 08084.000457/2022-67.

MARTHA PACHECO BRAZ

## DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
## COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 149, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: RECOMEÇO (ALL THE WRONG REASONS, Canadá - 2013)
Produtor(es): Kirk D`Amico
Diretor(es): Gia Milani
Distribuidor(es): Swen do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Nudez, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.007822/2019-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 150, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: A VIGILANTE (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Lexx Comunicações Ltda.
Diretor(es): Sarah Daggar-Nickson
Distribuidor(es): THE SWEN GROUP INC.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Temas Sensíveis
Processo: 08017.000028/2022-93
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 151, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: CORAÇÃO DE FOGO (FIREHEART, Canadá / França - 2022)
Produtor(es): Main Journey/PCF Bravest Le Film Inc
Diretor(es): Laurent Zeitoun/Theodore Ty
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Infantil/Animação
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência
Processo: 08017.000120/2022-53
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 152, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: MÉNAGE (Brasil - 2021)
Produtor(es): Quixó Produções
Diretor(es): Luan Cardoso
Distribuidor(es): LIRA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas, Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000140/2022-24
Requerente: LIRA FILMES PRODUÇÕES LTDA.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 153, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: ESSE FIM DE SEMANA (ESE FIN DE SEMANA, Argentina / Brasil - 2021)
Produtor(es): Maravillacine/Murillo Cine/Persona Non Grata Pictures
Diretor(es): Mara Pescio
Distribuidor(es): PANDORA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Atos criminosos, Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000142/2022-13
Requerente: PERSONA NON GRATA PICTURES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 154, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: O RITUAL: PRESENÇA MALIGNA (THE BANISHING, Reino Unido - 2020)
Diretor(es): Christopher Smith
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000174/2022-19
Requerente: PLAYARTE PICTURES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 155, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: HUMAN LIFE (Brasil - 2021)
Produtor(es): Gustavo Brinholi
Diretor(es): Luiz Henrique Marques/Gustavo Brinholi
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Temas Sensíveis
Processo: 08017.000194/2022-90
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 156, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: RAINHA APARECIDA (O CONTO DO PADRE MANOEL, Brasil - 2021)
Produtor(es): Giszele Sabrina/Daniela Mota Pelegrine/Miriam Correa/Jakeline Onofrio
Diretor(es): Thiago José Camargos/Ralphy Batista dos Santos
Distribuidor(es): TV Canção Nova
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Cultura/Religioso
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.002559/2021-30
Requerente: FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 157, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: RIMWORLD (Canadá - 2013)
Produtor(es): LUDEON STUDIOS
Distribuidor(es): LUDEON STUDIOS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Estratégia/Simulação
Plataforma: Computador PC
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas Ilícitas e Violência
Processo: 08017.000075/2022-37

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 158, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: COMANCHE (República Theca - 2021)
Produtor(es): NUKKLEAR & ASHBORNE
Distribuidor(es): THQ NORDIC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Guerra/Simulação/Combate
Plataforma: Computador PC
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000110/2022-18

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 159, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: MOTOGP22 (Itália - 2022)
Produtor(es): MILESTONE S.R.L.
Distribuidor(es): KOCH MEDIA GMBH
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch/Computador/PlayStation 5/Xbox Series X/S
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000129/2022-64
Requerente: MARTINA DI PONZIANO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 160, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: SNIPER ELITE VR (Reino Unido - 2021)
Produtor(es): JUST ADD WATER (DEVELOPMENTS), LTD.
Distribuidor(es): REBELLION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Aventura/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Computador PC/PlayStation 4

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.000173/2022-74

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 161, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: OLHOS QUE TUDO SABEM - XAS IRKALLA SOLO (Brasil - 2022)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Terror/Horror/Sobrenatural
Plataforma: Livro
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000180/2022-76
Requerente: KELLER CRISTIAN SILVA BORGES
A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro. Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 162, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Série: TEM CRIANÇA NA COZINHA - 1ª TEMPORADA (Brasil - 2013)
Produtor(es): Samba Filmes/Globosat Programadora e Horizonte
Diretor(es): Luis Antonio de Abreu Igreja
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Infantil
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000002/2022-45
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 163, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Série: RESERVATION DOGS - TEMPORADA 1 (RESERVATION DOGS, Estados Unidos da América - 2021)
Distribuidor(es): STAR+
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas, Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000013/2022-25

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 164, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: TQM (Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): Oren Stambouli
Diretor(es): Oren Stambouli
Distribuidor(es): AMAZON PRIME VIDEO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000035/2022-95
Requerente: OREN STAMBOULI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 165, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: CASA & BEM ESTAR (Brasil - 2022)
Produtor(es): Leticia Vieira
Diretor(es): Leticia Vieira
Distribuidor(es): LETICIA VIEIRA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Jornalismo/Entretenimento
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000081/2022-94
Requerente: LETICIA VIEIRA MOREIRA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 166, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: SWORD ART ONLINE - PROGRESSIVE - ÁRIA DE UMA NOITE SEM ESTRELAS (SWORD ART ONLINE - PROGRESSIVE MOVIE - HOSHI NAKI YORU NO ARIA, Japão - 2022)
Produtor(es): Aniplex
Diretor(es): Ayako Kawano
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ação/Animação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.000163/2022-39
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 167, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: VISÕES DO IMPÉRIO (Portugal - 2021)
Produtor(es): Vende-se Filmes/Uma Pedra no Sapato
Diretor(es): Joana Pontes
Distribuidor(es): BRETZ FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Temas Sensíveis
Processo: 08017.000193/2022-45
Requerente: BRETZ FILMES DISTRIBUIDORA E PRODUTORA LTDA-EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 168, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Série: O FALSIFICADOR MÓRMON (MURDER AMONG THE MORMONS, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Jared Hess/Tyler Measom
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000435/2021-10

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 169, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Série: DEATH NOTE - 1ª TEMPORADA (DESU NOTÔ, Japão - 2006)
Diretor(es): Tetsurô Araki
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Suspense/Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000441/2021-77

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 170, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: CANÇÃO NOVA SERTANEJA (Brasil - 2015)
Produtor(es): Claudia Brito/Ana Maria Ribeiro
Diretor(es): Priscila Ocaña
Distribuidor(es): TV Canção Nova
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Musical/Cultural
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.002392/2021-15
Requerente: FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 171, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: ESCOLA DA FÉ (Brasil - 1998)
Produtor(es): Renata Oss
Diretor(es): Micheline Teixeira
Distribuidor(es): TV Canção Nova
Classificação Pretendida: livre

Gênero: Cultura/Formação
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.002423/2021-20
Requerente: FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 172, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Série: AS TERRÍVEIS AVENTURAS DE BILLY E MANDY - TEMPORADAS 1 À 6 (GRIM & EVIL, Estados Unidos da América - 2001/2007)
Distribuidor(es): HBO MAX
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.002456/2021-70

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 173, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Minissérie: PASSAPORTE PARA LIBERDADE (Brasil - 2021)
Produtor(es): Central Globo de Produção/CPT Holdings, Inc.
Diretor(es): Jayme Monjardim
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas, Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.002489/2021-10
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 174, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: PAREDÃO DOS FAMOSOS (Brasil - 2021)
Produtor(es): RecordTV/Talira Manñes Moreira Rodrigues
Diretor(es): Rita Fonseca
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Game Show
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002501/2021-96
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 175, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: PROCISSÃO DAS LUZES (Israel - 2016)
Produtor(es): Franciscan Media Center
Diretor(es): Cristiano Assunção
Distribuidor(es): TV Canção Nova
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Cultura/Religioso
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.002530/2021-58
Requerente: FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 176, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: GÊNESIS IN CONCERT (Brasil - 2021)
Produtor(es): Record TV
Diretor(es): Cesar Barreto/Allê Gonçalves/Aline Alonso
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Musical
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência
Processo: 08017.002583/2021-79
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 177, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: VICTORIA E MISTÉRIO (MYSTÈRE, França - 2021)
Diretor(es): Denis Imbert
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.002623/2021-82

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

**PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 178, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Série: D.P.A. - DETETIVES DO PRÉDIO AZUL - 11ª TEMPORADA (Brasil - 2018)
Produtor(es): Globosat Programadora
Diretor(es): Vivianne Risi Jundi/Vinicius Dias dos Reis/Michele Aparecida Lavalle Rodrigues
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Infantil
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.002653/2021-99
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

**PAUTA DA 190ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO**
**A SER REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 2022**

Dia: 09/02/2022
Hora: 10 horas

Nos termos do art. 60, parágrafo único c/c arts. 75, §1º e 76, §4º do Regimento Interno do Cade, e com fundamento no Despacho da Presidência nº 2 (1007246), a Sessão de Julgamento será realizada por meio remoto, com transmissão em tempo real pelo sítio eletrônico https://www.gov.br/cade/pt-br e pelo canal do Cade no Youtube (https://bit.ly/39SsiVg).

Eventual pedido de sustentação oral deverá ser formalizado pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de whatsapp +55 (61) 99939-6256 até 24 horas antes do início da sessão virtual. No mesmo prazo o advogado deverá enviar o arquivo de mídia à Secretaria do Plenário, em conformidade com o art. 81, §§ 5º e 6º do Regimento Interno.

O advogado deverá se responsabilizar pela qualidade do arquivo de mídia encaminhado, bem como pela adequação do ambiente escolhido para participação na sessão em tempo real.

Com relação aos requerimentos de ordem, nos termos do art. 81, § 5º do Regimento Interno, fica garantido o acesso de advogado constituído nos autos, para participação ativa a qualquer momento, durante o julgamento. A solicitação deverá ser encaminhada à Secretaria do Plenário, pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de whatsapp +55 (61) 99939-6256, que informará sobre o procedimento a ser adotado.

A sustentação oral ou o requerimento de ordem também poderão ser realizados por meio de equipamento eletrônico disponível nas instalações do Cade.

É permitido o acesso ao plenário do Cade para acompanhamento da sessão de julgamento, inclusive para realização de sustentação oral, respeitados os protocolos de segurança adotados durante a pandemia de Covid-19. Nestes casos, a sustentação oral deve ser indicada pelo e-mail cgp@cade.gov.br, até o início da sessão, nos termos do art. 81, §2º do Regimento Interno.

1. Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08

Requerentes: Claro S.A., Telefônica Brasil S.A., TIM S.A., Oi S.A..

Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Antonio Tadeu Exposto Junior, Leonardo Maniglia Duarte, Marcos Paulo Verissimo, Victor Santos Rufino , José Alexandre Buaiz Neto, Enrico Spini Romanielo, Caio Mario da Silva Pereira Neto, Daniel Favoretto Rocha, Isabela Sebben Cesar e outros.

Terceiros Interessados: Algar Telecom S.A., Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (Telcomp), Associação NEOTV, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e Sercomtel Telecomunicações S.A.

Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Luiz Felipe Rosa Ramos , Eduardo Caminati Anders, Marcio de Carvalho Silveira Bueno , Ademir Antonio Pereira Junior, Yan Villela Vieira, Christian Tárik Printes, Mariana Gondo dos Santos , Alexandre Ditzel Faraco, Ana Paula Martinez e outros.

Relator: Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido

2. Ato de concentração nº 08700.003130/2021-51

Requerentes: Louis Dreyfus Company Brasil S.A., Amaggi Exportação e Importação Ltda., Dalablog Participações Ltda., Cargill Agrícola S.A., SARTCO Ltda., Carguero Inovação Logística e Serviços S.A. e Green Net Administradora de Cartão Ltda

Advogados: Sérgio Varella Bruna, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira, Marina Lissa Oda Horita, André Sampaio, Suzane Nascimento e outros

Terceiro Interessado: Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos - CNTA

Advogados: Alziro da Motta Santos Filho e Helder Eduardo Vicentini

3. Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08700.003390/2016-60

Representante: Cade ex officio

Representados: Amanco Brasil Ltda. (atual Mexichem Brasil Indústria de Transformação Plástica Ltda.), Asperbras Tubos e Conexões Ltda., Bianchini Indústria de Plásticos Ltda., Cardinali Tubos e Conexões S.A., Corr Plastik Industrial Ltda., Hidroplast Indústria e Comércio Ltda., Krona Tubos e Conexões S.A., Mizu Comércio de Materiais Hidráulicos Ltda., Nicoll Indústria Plástica Ltda., Plásticos Vipal S.A. (atual BR Plásticos Indústria Ltda.), Plastilit Produtos Plásticos do Paraná S.A., Tigre S.A. Tubos e Conexões, Tubozan Comércio e Representação Ltda. (atual BRP Indústria Plástica Ltda.), Cezar Martins Oliveira, Márcio Cecílio Pessiquelli, Adilson Armando Kieper, Algemir José Uber, Ary Sérgio Oliveira Fonseca, Caroline Orlandine, Celso Iamarino, Claudio José Bianchini, Diego João Girardi, Edson Aparecido Gomes, Edson Felix de Andrade, Evaldo Dreher, Francisco Amaury Olsen, Francisco Carlos Jorge Colnaghi, Genildo José da Silva, Gilberto Borges Filho, Gustavo Rossler Zanchi, Hilton Guemra Saporski Filho, José Luis Flor, Luis Felipe Pereira Morgado, Manuel Orestes Pereira Monteiro, Marise Ribeiro Barroso, Maurício Harger, Natal José

Garrafoli, Paulo de Andrade Nascentes da Silva, Paulo Roberto Cardozo, Ricardo Martins Soares, Sérgio Monteiro, Valdicir Kortmann, Vinícius de Castro e Wagner Tavares

Advogados: Caio Mario da Silva Pereira Neto; Cláudio Gonçalves Rodrigues; Cristianne Saccab Zarzur; Daniel Tinoco Douek; Eduardo Caminati Anders; Eric Hadmann Jasper; Elislean Bueno Ravache; Évinin Franciele Zanini Cecchin; Fabrício A. Cardim de Almeida; Fernando Cappelletti Venafre; Frederico Wellington Jorge; Giuliano Domit Od Rocha; João Eduardo Braz de Carvalho; João Ricardo Borba Gonçalves; Larissa Moraes Bertoli Guimarães; Leonardo Maniglia Duarte; Letícia Ladeira Monteiro de Barros; Lea Jenner de Faria; Luis Cláudio Nagalli Guedes de Camargo; Luiz Fernando Michalak Santos; Luiz Fernando SAantos Lippi Coimbra; Marcelo Guedes Nunes; Marcos Paulo Verissimo; Marco Aurélio M Barbosa; Maria Eugenia Novis; Marina Curi Penna; Marina Zaparoli Beretta; Marmel Wolf dos Anjos; Naiara de Oliveira; Olavo Zago Chinaglia; Pablo Augusto Antunes; Paulo Justiniano de Souza; Paulo Leonardo Casagrande; Pedro Miranda Roquim; Reginaldo Fabrício dos Santos; Rodrigo Souza Mentes de Araújo; Thiago Munaro Garcia; Tito Amaral de Andrade; Victor Werebe; Vicente Coelho Araujo e outros.

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

Voto-Vista: Conselheira Paula Azevedo

4. Processo Administrativo nº 08012.009611/2008-51

Representante: Secretaria de Direito Econômico ex officio

Representados: Atto Indústria e Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda., Beringhs Comercio e Representacoes de Produtos Eletronicos Ltda. (Beringhs Indústria e Comércio Ltda.), Ieco Desenvolvimento e Indústria de Máquinas e Aparelhos Ltda., Mineoro Indústria Eletrônica Ltda., MPCI Metal Protector Ltda., Preserv Manutenção Eletrônica Ltda., SDM Sistemas de Detectores de Metais Ltda., Carlos Alberto Kapper Damasio, Cléber Francisco Rizzo, José Diogo Fernandes Damasio, Juliano Inácio Paviani, Ledair Malheiros Bogado, Luiz Moacir Zermiani, Michel Joseph Stephanne Simon, Nathalie Simon, Patrícia Alves de Jesus e Rochele Rhoden Maldonado.

Advogados: Marcello Daniel Covelli Cristalino, Pedro Portella Nunes, Marcelo de Sá Pontes, Flávio Nunes, Aline dos Santos Nunes, Dilmar Volpato Dela Justina, Joel Paulo Biondo, Guilherme Vendruscolo, Daniel Satacattina Flores, Oscar Machado Moreira, Denison Schiocchet, Roberto Alexandre Carmes, Ernesto Paulozzi Júnior, Bruno Alves da Silva, Marcela Baroni Scussel Mauad, Amir José Finocchiaro Sarti, Saulo Sarti, Lia Sarti, Marco Aurélio dos Santos Caminha, Aroldo Rodrigues Rocha, Ludmilla Guimarães Rocha, Cauê Martins Simon, Walter Roberto Barcellos Poli, Lucca Silveira Finocchiaro, Natália Cristina Damásio Silvestrin, Sandra Regina Kapper Damásio e outros.

Terceiro Interessado: Cesar Renato Kapper Damasio

Advogado: Ricardo Petereit de Paola Gonçalves, Gabriel Garcia Rodrigues de Barros e outros.

Relatora: Conselheira Lenisa Prado

Voto-Vista: Presidente

5. Recurso Voluntário nº 08700.000040/2022-90

Recorrente: Clim Hospital e Maternidade Ltda.

Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Elen Caroline Correia Lizas e outros.

Interessado: Unimed João Pessoa Cooperativa de Trabalho Médico

Advogados: Hermano Gadelha de Sá, Leidson Flamarion Torres Matos e outros.

Relator: Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido

6. Recurso Voluntário nº 08700.007228/2021-88

Recorrente: Total Pass Participações Ltda ("Total Pass")

Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Luis Cláudio Nagalli Guedes de Camargo, Mariana de Azevedo Castro Cesar, Francisco Ribeiro Todorov e outros.

Interessados: Ynegócios Soluções Tecnológicas Ltda. ("Yoooup") e GPBR Participações Ltda ("Gympass")

Advogados: José Alexandre Manzano Oliani, Renata Chiaparini, Bárbara Rosenberg, Maria Amaral de Almeida Sampaio e outros.

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffman

7. Requerimento nº 08700.006611/2021-19

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Acesso Restrito

8. Processo Administrativo nº 08700.011835/2015-02

Representante: Sencinet Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda (Antiga: BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda.)

Advogados: Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Thiago Francisco da Silva Brito e outros.

Representadas: Claro S/A, OI Móvel S/A, Telefônica Brasil SA.

Advogados: Barbara Rosenberg, Camilla Chagas Paoletti, Leonor Cordovil, Vitor Santos Rufino, Daniel Tinoco Douek, Thiago Francisco da Silva Brito e outros.

Relatora: Conselheira Paula Azevedo

9. Consulta nº 08700.006520/2021-83

Consulente: ICTSI Americas B.V. e ABTRA - Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados

Advogados: Carlos Francisco de Magalhães, Gabriel Nogueira Dias, Thaís de Sousa Guerra, Eduardo Caminati Anders e outros.

Relatora: Conselheira Paula Azevedo

10. Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08700.003340/2017-63

Representante: Cade ex officio

Representados: Nakata Automotiva S.A. ("Nakata") - antiga denominação da Affinia Automotiva Ltda., Mahle Metal Leve S.A., Mann + Hummel Brasil Ltda., Robert Bosch Ltda., Sofape Fabricante de Filtros Ltda., Sogefi Filtration do Brasil Ltda., Abílio Castro Gurgel, Adriana Alves Vanderlei, Alexandre Borges Alves, AnaPaula Sarmento, Antonio Carlos da Cunha Bueno, Antonio Paulo da Silva, Arthur Castro Gurgel, Carlos Alberto Barbosa Filho, Celso Romeu Fischer, Claus Hoppen, Daniele Ferrari De Carli Bianchi, Delfim Magela Calixto, Edvaldo Ricardo Selidônio de Souza, Elias Mufarej, Eugênio Henrique Leopardi Marianno, Fabio Teramoto, Francesco Nardi, Francisco Gomes Neto, Gerson Carrasco, Gerson Ferrari, Humberto Canobre, João Eudes Leitão Goes, Jorge Cerveira Schertel, José Carlos Marques de Brito, José Carlos Massari Junior, Josemar Ribas, José Rubens dos Santos Miguel, Julio Ricardo Albertin, Klaus Rüediger Erich Sauer, Luciana Aparecida da Rocha Jesus, Luiz Fernando Teixeira da Silva, Marcelo Tonon, Markus Wolf, Pedro Geraldo Ortolan, Ricardo Moura Cordeiro Pessoa, Ricardo Simões de Abreu, Roberto Yoshiyuki Hojo, Robson de Souza Rezende, Rodrigo Nascimento Reyes, Sidney Henriques de Oliveira e Susana Gonçalves Ribeiro

Advogados: Eduardo Caminatti Anders, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Maria Gabriela Castanheira Bacha, José Carlos da Matta Berardo, Juliana Maia Daniel, Priscila Brolio Gonçalves, Maria Fernanda Caporale Madi; Vicente Bagnoli, Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Natália de Lima Figueiredo, José Alexandre Buaiz Neto, Daniel Costa Rebello, Patrícia Agra Araújo, André Mendes Espírito Santo, Maria Cristina Porto de Luca, Nara Terumi Nishizawa, Camila Pires da Rocha, Giovana Vieira Porto, Fabio Fujita Carneiro, Ari Marcelo Solon; Tiago Machado Cortez, Danilo Orenga Conceição, Renata Foizer Silva Manzoni, Dayane Garcia Lopes Criscuolo, Pedro Sérgio Costa Zanotta e outros.

Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani

11. Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08700.006005/2019-89

Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ex officio

Representados: Parker Hannifin Indústria e Comércio Ltda. e Rogério Albino da Rocha

Advogados: Bruno de Luca Drago, Paula Pinedo, Marco Antonio Fonseca Júnior e outros.

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffman

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente do Conselho

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário

**DESPACHO Nº 16, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

Despacho Decisório nº 16/2022/PINCADE/CADE
Processo nº 08700.007251/2021-72
Interessado: Paulo Burnier da Silveira

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE, matrícula SIAPE nº 1536970, no uso da competência prevista na Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, resolve autorizar a viagem internacional do colaborador eventual Paulo Burnier da Silveira, CPF 094.307.107-02, Especialista Sênior de Concorrência da OCDE - Paris/França, para participar, na condição de palestrante, do 41o Programa de Intercâmbio do Cade - PinCade, a ser realizado na cidade de Brasília, no período de 13 a 17 de fevereiro de 2022, inclusive trânsito, com ônus ao Cade (Processo nº 08700.007251/2021-72).

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO

## SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

**DESPACHO Nº 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

DESPACHO SG INSTAURAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2022
Processo Administrativo n° 08700.002012/2021-26 (Apartado de Acesso Restrito ao CADE e aos Representados nº 08700.002015/2021-60). Representante: Cade ex officio. Representados: BE4 S.A.R.L. Lussemburgo e B4 Italia Srl - in liquidazione (atualmente B4 Capital AS) ("BE4" / "B4"), Dentsu Inc. ("Dentsu"), União Europeia de Radiodifusão - European Broadcasting Union ("EBU"), Infront Sports and Media A.G. ("Infront"), Media Partners & Silva ("MP Silva"), UFA Sports GmbH (atualmente U! Sports GmbH) ("UFA"), Telefónica de Contenidos SAU ("Telefonica"), WME IMG LLC. ("IMG"), Adam Kelly, Alejandro Martinez Roig, Beatrice Saunier, Begona Liso Egea, Ben Nicholas, Christian Salomon, Dave Winkworth, Ed Mallaburn, Enrique Rojas Segura ("Enric Rojas"), Fabio de Santis, Francesco Pentasuglia, Freddie Longe, Frederic Sanz, Fulco Van Kooperen, Ioris Francini, Jefferson Slack, Julien Ternisien, Kristian Hysén, Lidón Safont Sánchez, Luca Baldanza, Luis Blasco, Marco Bianchi, Mark Schillig, Marta Martinez Albacete, Matteo Mammi, Michael Mellor, Michael Short, Michel Masquelier, Nick Chesworth, Pedro Garcia Guillén, Peter Smith, Rainer Marte, Riccardo Silva, Sameer Pabari, Shiva Misra, Stephan Herth e Tim Cotton. Advogados: Paulo Leonardo Casagrande, Ursula Pereira Pinto Bassoukou e outros. Acolho a Nota Técnica nº 2/2022/CGAA7/SGA2/SG/CADE (SEI 1011299), e, com fulcro no § 1° do art. 50, da Lei n° 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação.

Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica supracitada, pela instauração do Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei n° 12.529/11 c/c art. 146 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face dos Representados acima mencionados, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento no art. 36, I a IV c/c seu § 3º, I, "a", "b", "c" e "d" e VIII da Lei nº 12.529/2011, na forma do art. 69 e seguintes da mesma Lei. Notifique-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 155 do Regimento Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 155, §2º, do Regimento Interno do Cade. Ao Setor Processual.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Interino

**DESPACHOS DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

DESPACHO SG Nº 125/2022 - Ato de Concentração nº 08700.000133/2022-14. Requerentes: Aptiv Technologies Limited e TTTech Auto. Advogados: Maria Eugênia Novis, Thalita Novo, Ivan Fernandes. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 126/2022 - Ato de Concentração nº 08700.000214/2022-14. Requerentes: Vale S.A. e Voltalia Energia do Brasil Ltda. Advogados: Vinicius Marques de Carvalho, Joyce Ruiz Rodrigues Alves e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 127/2022 - Ato de Concentração nº 08700.000506/2022-57. Requerentes: Graber Sistemas de Segurança Ltda., Force Vigilância Ltda. e Force Serviços Terceirizados EIRELI. Advogados: Priscila Brolio Gonçalves, Renata Gonsalez de Souza e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

## FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

**PORTARIA FUNAI Nº 473, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

Estabelece as normas para a elaboração, publicação e divulgação do boletim de serviço no âmbito da Fundação Nacional do Índio - Funai.

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Funai, aprovado pelo Decreto n° 9.010, de 23 de março de 2017 e pelo Regimento Interno da Funai, aprovado pela Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017, e em atenção ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e à Portaria IN/SG/PR nº 09, de 04 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar a PORTARIA FUNAI Nº 458, DE 12 DE JANEIRO DE 2022, publicada no Diário Oficial da União n° 10, de 14 subsequente, Seção 1, página 34.

.....

Art. 9° .....

.....

III - ser assinado pela autoridade solicitante.

.....

Art. 12°.....

.....

§ 2º A publicação de atos de que tratam o art. 7º no boletim de serviço não é eficaz para vigência do ato e não dispensa a obrigatoriedade de publicação no DOU.

.....

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ELISABETE RIBEIRO ALCÂNTARA LOPES

# Ministério do Meio Ambiente

## SECRETARIA EXECUTIVA

## SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA MMA Nº 43/SPOA, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO SUBSTITITO, DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020, na subdelegação de competência conferida pela Portaria n° 1, da Secretaria-Executiva deste Ministério do Meio Ambiente, de 04 de fevereiro de 2021, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 2021, e considerando o que consta no processo administrativo nº 02000.001826/2020-73, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Para Conservação das Aves do Brasil- SAVE Brasil mencionada abaixo, a operacionalizar a função OBTV para o Convenente no Portal dos Convênios (Plataforma +Brasil) no instrumento de ajuste firmado com a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, com base em prévia análise técnica sobre a necessidade da medida e o montante financeiro envolvido:

| Convenente (CNPJ) | Nº Termo de Fomento (Plataforma + Brasil) | Processo | Valor Limite OBTV ao Convenente (R$) |
|---|---|---|---|
| Associação Para Conservação das Aves do Brasil- SAVE Brasil (07.117.000/0001-15) | 900971/2020 | 02000.001826/2020-73 | 89.116,20 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

### PORTARIA Nº 41, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Prorrogação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2020-2021 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para 2022.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, designado pela Portaria Casa Civil nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01, e;

Considerando a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Considerando as diretrizes do Plano Estratégico Institucional e a Estratégia de Governança Digital (EGD), vigentes para o período;

Considerando o disposto no art. 6°, II, da Portaria n° 943, de 14 de setembro de 2020, que determina que compete ao Comitê de Governança Digital - CGD aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC;

Considerando que a atualização do PDTIC 2020-2021 e sua prorrogação para 2022 foram aprovadas, respectivamente, em reunião ordinária do Comitê de Governança Digital, realizada no dia 16 de dezembro 2021, conforme Atas CGD nº 9965630, resolve:

Art. 1º - Prorrogar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTI 2020-2021 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para PDTI 2020-2022, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único - A íntegra do PDTI estará disponível para consulta dos interessados no portal eletrônico: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

### PORTARIA Nº 49, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Institui Base Avançada - BAV para o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Paraty criado pela Portaria ICMBio nº 431 de 11 de maio de 2020, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (processo SEI nº 02070.002813/2020-98).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo art. 24 do Anexo I do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 e pela Portaria nº 1.280, de 9 de novembro de 2021, da Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União em 10 de novembro de 2021;

Considerando o disposto no art. 29 do Anexo I do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, que prevê que o ICMBio poderá dispor de bases avançadas e núcleos de gestão integrada, vinculados às Gerências Regionais, a serem instituídos em caráter transitório ou permanente, por ato do seu Presidente, em qualquer ente federativo, para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas;

Considerando a Portaria ICMBio nº 102, de 10 de fevereiro de 2020, que cria a Política de Integração e Nucleação Gerencial - PINGe do ICMBio; e

Considerando a Portaria ICMBio nº 431, de 11 de maio de 2020, que institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Paraty, um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do ICMBio, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Base Avançada São José do Barreiro, situada no município de São José do Barreiro/SP, enquanto Unidade Organizacional - UORG de apoio à gestão do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Paraty.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

### PORTARIA Nº 58, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Grandes Unidades Oceânicas como um arranjo organizacional no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio (Processo SEI nº 02070.005564/2018-78).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, designado pela Portaria nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01.

Considerando o disposto no art. 26 da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2.000, que prevê a gestão integrada do conjunto de Unidades de Conservação - UCs, que estiverem próximas ou justapostas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional

Considerando o disposto no art. 29 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, que prevê a possibilidade de instituição de núcleos de gestão integrada, em qualquer ente federativo, para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas;

Considerando o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 da Convenção da Biodiversidade - CDB, da qual o Brasil é signatário, que estabelece em sua meta 11 a previsão da conservação das áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos em sistemas geridos de maneira efetiva e equitativa, com áreas protegidas ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas especiais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas;

RENATO SPÍNDOLA FIDELIS

Considerando que o Brasil refletiu essa meta global em suas metas nacionais, definidas pela Resolução CONABIO nº 06, de 3 de setembro de 2013: resolve:

Art. 1º Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Grandes Unidades Oceânicas, um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial entre unidades de conservação federais, integrando a gestão das unidades citadas a seguir:

I - Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de São Pedro e São Paulo;

II - Monumento Natural do Arquipélago de São Pedro e São Paulo;

III - Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Trindade e Martin Vaz e;

IV - Monumento Natural das Ilhas de Trindade e Martim Vaz e do Monte Columbia.

§ 1º. O ICMBio Grandes Unidades Oceânicas, se constitui numa estratégia de gestão visando ao cumprimento dos objetivos específicos de cada uma das unidades de conservação, em conformidade com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, seus Decretos de Criação, seus Planos de Manejo, seus planejamentos e orientações de seus conselhos gestores.

§ 2º. As unidades de conservação integrantes são planejadas e geridas a partir de uma perspectiva regional, na qual as prioridades de gestão nas UC são revisadas e integradas com base em um novo planejamento territorial, de modo que as diferentes atividades gerenciais passem a ser pensadas e executadas para todo o território.

§ 3º. As competências do ICMBio Grandes Unidades Oceânicas serão desempenhadas para gerir e manter a integridade, além de promover o desenvolvimento sustentável, dos espaços territorialmente protegidos de acordo com o SNUC.

Art. 2º São objetivos gerais do ICMBio Grandes Unidades Oceânicas:

I- o alcance de maior eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade protegida e no uso sustentável dos recursos naturais no território das UCs abrangidas pelo ICMBio Grandes Unidades Oceânicas;

II- o alcance de ganhos gerenciais advindos da gestão em escala, da maior especialização das ações gerenciais, da melhor expressão das complementaridades funcionais das UCs e da adoção de uma abordagem ecossistêmica na gestão do conjunto das áreas protegidas; e

III- o fortalecimento socioambiental da região de forma a garantir um ambiente socialmente igualitário e ecologicamente equilibrado.

Art. 3º A gestão do ICMBio Grandes Unidades Oceânicas se dará mediante a integração de suas equipes, a elaboração conjunta de seus planejamentos, a execução integrada de suas atividades e o compartilhamento de recursos e de suas estruturas.

Art. 4º O ICMBio Grandes Unidades Oceânicas deverá estabelecer, periodicamente, planejamento operacional, planos de trabalho e/ ou outros instrumentos técnicos de gestão, estabelecendo prioridades e orientando a destinação de meios e de recursos para a realização das atividades de gestão das unidades.

Art. 5º Na execução de suas atividades finalísticas e de suporte operacional, o ICMBio Grandes Unidades Oceânicas poderá ser estruturado em áreas temáticas.

§ 1º O Chefe do ICMBio Grandes Unidades Oceânicas designará, por meio de Ordem de Serviço, os servidores responsáveis pelas áreas temáticas, observadas a capacidade técnica e gerencial para exercer as funções atribuídas.

§ 2º A composição das áreas temáticas, bem como as suas atribuições organizacionais e as atividades operacionais serão definidos em Regimento Interno, em até 120 dias após a vigência desta Portaria, o qual será submetido à aprovação pela Coordenação Regional respectiva e da Presidência do ICMBio e posterior publicação no Boletim de Serviço.

Art. 6º Os servidores lotados ou em exercício nas unidades de conservação mencionadas no artigo 1º desta Portaria passam a ser lotados ou terem seu exercício no ICMBio Grandes Unidades Oceânicas.

Art. 7º O ICMBio Grandes Unidades Oceânicas terá sede em Brasília/DF.

Parágrafo Único - Enquanto Unidade Organizacional - UORG de apoio à gestão, o ICMBio Grandes Unidades Oceânicas dispõe da Base Avançada Natal - BAV Natal, na cidade de Natal/RN.

Art. 8º Revogam-se os seguintes atos:

I - Portaria ICMBio nº 593, de 15 de junho de 2018, alterada pela Portaria ICMBio 1.076 de 10 de dezembro de 2018

II - Portaria ICMBio nº 596, de 15 de junho de 2018, alterada pela Portaria ICMBio 1.081 de 10 de dezembro de 2018.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

### PORTARIA Nº 61, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Integração e Nucleação Gerencial - COINGe no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (Processo nº SEI 02070.010651/2019-28)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 e da Portaria nº 1.280, de 9 de novembro de 2021, da Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União em 10 de novembro de 2021, seção 2,

Considerando a Portaria ICMBio, nº 102, de 10 de fevereiro de 2020, que prevê que as atribuições, competências e demais normas regimentais do Comitê de Integração e Nucleação Gerencial - COINGe serão definidas em seu Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Comitê de Integração e Nucleação Gerencial, na forma dos Anexos desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia da sua publicação

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO E NUCLEAÇÃO GERENCIAL

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Art. 1º O Comitê de Integração e Nucleação Gerencial - COINGe é instância consultiva da Política de Integração e Nucleação Gerencial instituída pela Portaria ICMBio n° 102, de 10 de fevereiro de 2020, referente aos processos de criação e revisão de Núcleos de Gestão Integrada - NGI no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, destinado a:

I - coordenar as ações institucionais necessárias para promover a implantação e o funcionamento dos NGIs;

II - elaborar o planejamento e o cronograma institucional de criação dos NGIs

III - prestar assessoria técnica e administrativa para a realizar a adequada transição gerencial das unidades de conservação para o modelo de gestão integrada;

IV - monitorar e avaliar a Política de Integração e Nucleação Gerencial; e

V - subsidiar o Comitê Gestor do ICMBio nos assuntos relacionados à nucleação e integração gerencial das unidades de conservação federais.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O COINGe será composto pelos seguintes membros:

I - um Diretor, designado pelo Presidente do ICMBio, que presidirá o Comitê;

II - o Assessor da Presidência, designado pelo Presidente do ICMBio;

III - o Coordenador Geral de Gestão de Pessoas - CGGP/DIPLAN;

IV - o Coordenador de Infraestrutura e Logística - CILOG/DIPLAN;

V - o Chefe de Divisão de Monitoramento e Avaliação da Gestão de Unidades de Conservação - DMAG/DIMAN;

VI - o Coordenador de Concessões e Negócios - CONCES/DIPLAN; e

VII - um representante de cada uma das Gerências Regionais, indicados pelo respectivo Gerente Regional e nomeados pelo Presidente do ICMBio.

Parágrafo único. O representante indicado no inciso II acumulará as funções de Secretário-Executivo e de substituto eventual do Presidente do COINGe em suas ausências.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA

Art. 3º O COINGe será estruturado da seguinte forma:

I - Plenário; e

II - Secretaria-Executiva.

Seção I

Do Plenário

Art. 4º O Plenário, reunir-se-á, em caráter ordinário, no mínimo uma vez por mês, e, em caráter extraordinário, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente.

§ 1° As reuniões, preferencialmente virtuais, serão realizadas com a participação de, no mínimo, sete membros.

§ 2° Todos os membros terão direito à fala e voto, cabendo ao Presidente do COINGe, o voto de qualidade.

§ 3° Na impossibilidade de participação de qualquer dos membros às reuniões convocadas, a falta deve ser devidamente justificada com antecedência à Secretaria Executiva, por e-mail.

Seção II

Da Secretaria Executiva

Art. 5° A Secretaria-Executiva do COINGe, órgão de apoio às atividades, será composta por um Secretário-Executivo, que contará com o apoio dos demais integrantes do COINGe.

Art. 6° Quando o assunto o requerer, poderá o Plenário ou o Presidente do COINGe, decidir pela participação de representantes do ICMBio ou de entidades da administração pública, de pessoas jurídicas ou especialistas que não sejam membros do Comitê, mas que por sua experiência e conhecimento pessoal ou institucional possam contribuir para os debates e subsidiar tomadas de decisão.

CAPÍTULO IV

DA TOMADA DE PROVIDÊNCIAS

Art. 7° Ao tomar ciência formal das deliberações havidas por ocasião das reuniões do COINGe, as Gerências Regionais têm a atribuição de:

I - elaborar, em conjunto com as Unidades de Conservação - UCs e o membro do COINGe representante da Gerência Regional, a Nota Técnica e a proposta de Portaria de instituição, alteração, extinção do NGI, remetendo-os à Secretaria Executiva do COINGe no prazo de quinze dias úteis, seguindo as orientações constantes no Anexo II deste Regimento Interno;

II - elaborar e encaminhar ao Plenário subsídios para tomada de decisão;

III - manifestar-se conclusivamente sobre consulta que lhe for encaminhada; e

IV - propor itens para a pauta de reunião do Comitê, respeitado o prazo de dez dias de antecedência da reunião.

CAPÍTULO V

DAS INCUMBÊNCIAS

Art. 8º Ao Presidente do COINGe compete:

I - convocar e presidir as reuniões, ordinária e extraordinariamente, cabendo-lhe voto ordinário e o voto de qualidade;

II - ordenar o uso da palavra durante as reuniões do Comitê;

III - dar encaminhamento às recomendações do Plenário;

IV - assinar atas, resoluções e demais atos aprovados pelo Comitê;

V - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário;

VI - representar o COINGe; e

VII - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento.

Art. 9º À Secretaria-Executiva do COINGe incumbe:

I - planejar, organizar e coordenar as atividades técnicas e administrativas do COINGe, e cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes deste Regimento e os encargos que lhe forem atribuídos pelo Presidente e pelo plenário do COINGe;

II - assessorar o Presidente em questões de competência do COINGe;

III - estabelecer e controlar o fluxo de procedimentos administrativos e operacionais do COINGe;

IV - encaminhar a convocação das reuniões do COINGe e redigir as respectivas relatorias;

V - propor e acompanhar o calendário e a pauta das reuniões do COINGe;

VI - organizar e manter a documentação relativa às atividades do COINGe;

VII - submeter à apreciação do Plenário propostas sobre matérias de competência do COINGe que lhe forem encaminhadas;

IX - corrigir, ordenar, datar e indexar as decisões oriundas das deliberações do COINGe;

X - prestar os esclarecimentos solicitados pelos membros;

XI - solicitar colaboração, quando necessário, a órgãos específicos e singulares e às entidades vinculadas ao ICMBio; e

XII - Cientificar as Gerências Regionais quanto aos trâmites relativos aos processos de interesse em trâmite no COINGe.

Art. 10. Aos membros do COINGe compete:

I - comparecer, participar e votar nas reuniões do COINGe;

II - propor convocação justificada de reunião extraordinária do COINGe;

III - propor temas e assuntos à deliberação do Plenário, sob a forma de resoluções;

IV - apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados;

V - aprovar as relatorias das reuniões da COINGe;

VI - apresentar questões de ordem nas reuniões do COINGe; e

VII - aprovar o Regimento Interno e suas alterações.

CAPÍTULO VI

DAS DECISÕES

Art. 11. O COINGe oficializou suas decisões mediante encaminhamento à Presidência do ICMBio.

§ 1º Durante as discussões, cada membro deverá se manifestar na ordem de sua inscrição, por tempo limitado, a critério do Presidente.

§ 2º As decisões serão definidas por maioria simples dos presentes, tendo o Presidente direito a voto ordinário e, em casos de empate, também o voto de qualidade.

§ 3º Somente terão direito a voto os membros integrantes do Comitê.

§ 4º As votações poderão ser simbólicas ou nominais, não sendo permitida a votação por procuração de membros que estejam ausentes.

§ 5º O resultado da votação, bem como a declaração de voto, se houver, deverão ser registrados em memória de reunião.

§ 6º As decisões aprovadas serão datadas e ordenadas em sequência, referendadas pelo Presidente, e encaminhadas à Secretaria-Executiva para comporem os processos a que se referem.

Art. 12. As reuniões poderão ser gravadas na íntegra para permitir a relatoria e a elaboração de sua respectiva memória, cujo extrato será parte integrante do respectivo Processo que se discutiu na reunião.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. A participação dos membros no COINGe não será remunerada, sendo considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 14. O Regimento Interno poderá ser alterado parcial ou totalmente por meio de solicitação escrita, por qualquer de seus membros, entregue à Secretaria-Executiva com antecedência mínima de quinze dias da realização de qualquer reunião do Comitê, devendo a alteração ser aprovada por maioria simples de seus membros.

Art. 15. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão resolvidos pelo Presidente do COINGe, ad referendum do Plenário.

ANEXO II

ORIENTAÇÃO PARA INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DE INSTITUIÇÃO, ALTERAÇÃO OU EXCLUSÃO DE NGIs

Art. 1º A instrução dos processos referentes à instituição, alteração ou exclusão de NGIs seguirá da seguinte forma:

I - a Gerência Regional responsável pelo Núcleo de Gestão Integrada deverá incluir, no processo do NGI, a manifestação atual das Unidades envolvidas e a manifestação conclusiva do Gerente Regional, com posterior encaminhamento dos autos para o COINGe;

II - o COINGe definirá data para realização de reunião, na qual o representante da respectiva Gerência Regional irá apresentar a proposta, que será discutida e votada pelos membros do Comitê;

III - o COINGe, representado pelo membro da GR interessada, apresentará ao Comitê Gestor a proposta e a sugestão de encaminhamento definida pelos integrantes em reunião;

IV - após deliberação do Comitê Gestor, e havendo aprovação da proposta por este, o COINGe, por intermédio do Secretário-Executivo, encaminhará despacho à respectiva Gerência Regional, solicitando a elaboração da Minuta de Portaria e da Nota Técnica;

V - a Gerência Regional, seguindo o disposto no inciso I do art. 7º deste Regimento Interno, providenciará a elaboração da Minuta de Portaria e da Nota Técnica, que deverão ser assinados pelo responsável pela elaboração e pelo Gerente Regional, devendo complementar a instrução processual com os demais documentos exigidos pela Procuradoria Federal Especializada - PFE, com posterior remessa dos autos ao COINGe;

VI - o COINGe, por meio de despacho assinado por seu Presidente, encaminhará o processo à PFE para análise jurídica quanto à Minuta de Portaria elaborada pela Gerência Regional;

VII - após análise jurídica e retorno do processo pela PFE, o COINGe restituirá os autos à Gerência Regional para atendimento às recomendações exaradas por aquela Procuradoria;

VIII - a Gerência Regional deverá providenciar a elaboração de Nota Técnica contendo o atendimento e/ou a justificativa para cada recomendação da PFE, devendo ser assinada pelo responsável pela elaboração e pelo Gerente Regional. Caso necessário, de acordo com as recomendações da PFE, deverá elaborar nova proposta de Minuta de Portaria contendo os ajustes solicitados por aquela Procuradoria, que deverá ser assinada pelo responsável pela elaboração e pelo Gerente Regional, com posterior envio dos autos ao COINGe; e

IX - o COINGe encaminhará o processo ao Gabinete da Presidência, para que realize as providências de sua competência, visando à assinatura e publicação da Portaria.

# Ministério de Minas e Energia

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

### PORTARIA Nº 1.172/SPE/MME, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000244/2022-00. Interessada: Mercurio Partners Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 28.287.882/0001-37. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Termelétrica denominada MP Paulínia, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTE.GN.SP.055998-9.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.872, de 5 de novembro de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

### RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.002, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

Altera o módulo 11 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET e a Resolução Normativa nº 783, de 26 de setembro de 2017.

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 221, de 20 de agosto de 2021, no uso de suas atribuições regimentais; de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 e o que consta do Processo no 48500.005927/2020-83, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão do Submódulo 11.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET - Distribuidoras com Mercado Próprio Inferior a 700 GWh/ano.

Art. 2º O art. 2º da Resolução Normativa nº 783, de 26 de setembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I - .....

a) Contrato de Comercialização de Energia a partir de Licitação Pública - CCELP: aquele destinado à comercialização de energia elétrica entre distribuidora com mercado próprio inferior a 700 GWh/ano, integrante do SIN, e agente vendedor proveniente de licitação pública realizada pela distribuidora;

(...)

c) Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCESUP: aquele destinado à comercialização de energia elétrica entre distribuidora com mercado próprio inferior a 700 GWh/ano, integrante do SIN, e o agente supridor;" (NR)

Art. 3º Alterar o anexo da Resolução Normativa nº 783, de 26 de setembro de 2017, que passa a vigorar conforme anexo desta Resolução.

Art. 4º Está resolução entra em vigor em 1° de março de 2022.

ELISA BASTOS SILVA

ANEXO À RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 783, DE 2017

(Tipos de Controle e orientação quanto ao encaminhamento à ANEEL para registro, homologação ou aprovação)

| **Contrato** | Tipo de controle | Responsável pelo Encaminhamento a **ANEEL** | Prazo para o Protocolo | Ato **da ANEEL** |
|---|---|---|---|---|
| CCEAL | Prestação de Informação | Registro Exclusivamente na CCEE | | |
| CCV | Prestação de Informação | Registro Exclusivamente na CCEE | | |
| CCEAR | Registro | Registro Exclusivamente na CCEE | | |
| CER | Registro | Registro Exclusivamente na CCEE | | |
| CLA | Registro | Registro Exclusivamente na CCEE | | |
| TCmcsd | Registro | Registro Exclusivamente na CCEE | | |
| CCEproinfa | Registro | Eletrobrás | Termo Aditivo: até 30 dias após a data de celebração (Fase de contratação já encerrada) | Mediante protocolo |
| CCESI | Homologação | Agente de Distribuição | - Contrato: até 30 dias antes do início do suprimento<br>- Termo Aditivo: até 30 dias após a data de celebração | Despacho |
| CIE | Homologação | Agente autorizado | Até 30 dias antes do suprimento, quando o Ato Autorizativo não definir o prazo. | Despacho |
| CCESUP | Homologação | Agente de Distribuição Suprido | - Contrato: até 30 dias antes do início do suprimento<br>- Termo Aditivo: até 30 dias após a data de celebração | Despacho |
| CCELP | Aprovação | Agente de Distribuição Suprido | - Contrato: até 30 dias antes do início do suprimento<br>- Termo Aditivo: até 30 dias após a data de celebração | Despacho |
| CGD | Aprovação | Agente de Distribuição | - Contrato: até 30 dias antes do início do suprimento<br>- Termo Aditivo: até 30 dias após a data de celebração | Despacho |
| Aditivo ao CCESI2009 | Aprovação | Agente de Distribuição | - Até 30 dias após a data de celebração | Despacho |
| Aditivo ao CCE2003 | Aprovação | Agente de Distribuição | - Até 30 dias após a data de celebração | Despacho |

SUBMÓDULO 11.1

DISTRIBUIDORAS COM MERCADO PRÓPRIO INFERIOR A 700 GWH/ANO

1. OBJETIVO

1. Estabelecer as condições gerais de suprimento de energia elétrica a agentes de distribuição com mercado próprio inferior a 700 GWh/ano, no Sistema Interligado Nacional.

2. ABRANGÊNCIA

2. Aplica-se a todas as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado próprio inferior a 700 GWh/ano, no Sistema Interligado Nacional.

3. Suprimento de Energia Elétrica, Agente Supridor e Agente Suprido são termos adotados na relação de compra e venda de energia elétrica entre agentes de distribuição do SIN, mediante tarifa regulada.

3. AGENTE DE DISTRIBUIÇÃO COM MERCADO PRÓPRIO INFERIOR A 700 GWh/ano

4. A classificação da concessionária ou permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica como agente de distribuição com mercado próprio inferior a 700 GWh/ano será realizada anualmente pela ANEEL, com base na avaliação do respectivo mercado próprio do ano anterior.

5. A avaliação será realizada no mês de abril, passando a vigorar a partir do ano subsequente à publicação em Despacho do Superintendente de Gestão Tarifária da ANEEL.

6. O mercado próprio corresponderá ao mercado faturado do agente de distribuição que consta do banco de dados Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica - SAMP, da ANEEL, ou outro que vier a substituí-lo.

6.a. Com a reclassificação da concessionária ou permissionária, esta poderá retornar à condição de agente de distribuição com mercado próprio inferior a 700 GWh/ano suprido com tarifa regulada do seu último agente supridor, respeitados os contratos para compra de energia vigentes e os prazos para a contratação do suprimento regulado definidos no item 6.1 deste Submódulo.

7. O agente de distribuição com mercado próprio inferior a 700 GWh/ano, no atendimento total ou parcial do mercado próprio, poderá adquirir energia elétrica:

I. Nos leilões do Ambiente de Contratação Regulada - ACR;

II. De geração distribuída - GD;

III. Do atual agente supridor, com tarifa regulada; e/ou

IV. Em licitação pública por ele promovida.

7.a. É obrigação e responsabilidade de as distribuidoras com mercado próprio inferior a 700 GWh/ano avaliarem e assumirem, no momento da contratação de energia, além do preço do produto, o risco associado a cada uma das alternativas de contratação de que trata o item 7.

7.b. A obrigação, presente nos Contrato de Concessão, de obter energia elétrica requerida pelos seus consumidores ao menor custo efetivo, dentre as alternativas de contratação elencadas no item 7, será aferida com a aplicação do limite de repasse do preço do contrato pela ANEEL nos processos tarifários.

8. O agente de distribuição que optar pelas contratações de que tratam os itens I, II ou IV, para atendimento integral ou parcial do seu mercado, deverá tornar-se agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

4. AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS LEILÕES DO ACR

9. O agente de distribuição que optar pela aquisição de energia elétrica nos leilões do ACR deve firmar Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR registrado pela CCEE.

10. A contratação e o repasse, às tarifas dos consumidores finais, do custo da aquisição de energia elétrica serão realizados nos termos do Decreto nº 5.163, de 2004, regulamentações específicas e do PRORET.

5. AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE GD

11. O agente de distribuição que optar pela aquisição de energia elétrica de GD deverá firmar Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVE.

12. A contratação e o repasse, às tarifas dos consumidores finais, do custo da aquisição de energia elétrica serão realizados nos termos da Resolução Normativa nº 167, de 2005, ou o que vier a sucedê-la, e do PRORET.

6. AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO ATUAL AGENTE SUPRIDOR

13. O agente de distribuição que optar pela aquisição de energia elétrica do atual agente supridor deverá firmar Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCESUP, homologado pela ANEEL. Caso o agente não seja integralmente suprido, o referido contrato também deverá ser registrado na CCEE.

14. O agente suprido com mais de um agente supridor poderá escolher de qual adquirir energia ou o quanto adquirir de cada um, respeitadas as condições e prazos de contratação definidos no item 6.2.

15. A contratação e o repasse, às tarifas dos consumidores finais, do custo da aquisição de energia elétrica serão realizados nos termos do PRORET.

6.1. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

16. O CCESUP deverá dispor, no mínimo, sobre as seguintes condições:

I. Que a Tarifa de Energia - TE será homologada pela ANEEL;

II. Que, a cada ano civil, até o dia 15 de outubro, o agente suprido deverá informar para o agente supridor, os montantes de energia contratados para os próximos cinco anos e os montantes mensais do ano subsequente;

III. Que os montantes contratados deverão observar a limitação do mercado próprio do agente suprido a 700 GWh/ano, adicionadas as perdas de energia nos sistemas de distribuição e transmissão;

IV. Que a migração de consumidor do mercado do agente suprido para o Ambiente de Contratação Livre - ACL ensejará a possibilidade de redução dos montantes contratados do CCESUP, calculada com base nas informações de histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses anteriores à migração;

V. Que a declaração quanto à redução ou aumento acima de 10% do montante anual contratado, suspensão, rescisão ou resilição do contrato será formalizada pelo agente suprido com antecedência mínima de 12 meses, ou em prazo inferior, a critério do agente supridor;

VI. Que os montantes contratados serão reduzidos à razão de 1/5 ao ano, com o encerramento integral e compulsório do CCESUP em cinco anos, a partir do ano subsequente ao início da vigência da reclassificação;

VII. Que o agente suprido que optar pela suspensão, rescisão ou resilição do CCESUP, deverá formalizar ao Agente Supridor, com antecedência mínima de cinco anos, ou em prazo inferior, a critério deste, a decisão de voltar a adquirir energia mediante tarifa regulada, integralmente ou parcialmente;

VIII. Que o faturamento do Agente Suprido será realizado em três parcelas iguais, mediante a emissão de um ou mais faturas, cujos vencimentos ocorrerão nos dias 25 e 15 do mês subsequente ao mês do suprimento considerado e dia 05 do mês seguinte;

IX. Que será concedido prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que o Agente Supridor implemente a forma de faturamento contida no inciso VIII, contado a partir da publicação dessa alteração; e

X. Que será facultada a cobrança de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculados pro rata die no caso de atraso no pagamento da fatura.

17. A data de declaração dos montantes contratados pelo agente suprido, de que trata o inciso II, poderá ser antecipada, a pedido do agente supridor, em função das datas de declaração da necessidade de compra nos leilões do ACR, de energia existente ou nova.

18. O prazo de que trata o inciso VII também se aplica à obrigatoriedade de o Agente Supridor atender à solicitação de aumento do suprimento após uma redução do montante anual contrato superior a 10%, exceto no caso previsto no inciso IV, e à solicitação de suprimento com tarifa regulada pelo retorno à condição de agente de distribuição com mercado próprio inferior a 700 GWh/ano.

6.2. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

19. No caso de o agente suprido adquirir energia elétrica exclusivamente do agente supridor, o faturamento mensal será realizado pela aplicação da TE vigente ao consumo de energia medido no mês de competência, descontados os montantes vinculados a:

I. O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA;

II. contratos celebrados com outros agentes de consumidores livres ou especiais conectados ao sistema de distribuição do agente suprido; e

III. A geração própria destinada, na sua totalidade, ao atendimento do mercado do agente suprido.

20. Os montantes devem ser discriminados na fatura de energia.

21. Em cada ano civil, será apurado o montante de energia correspondente à diferença, em módulo, entre o montante de energia anual faturada e o montante de energia anual contratada, aplicando-se as seguintes regras e procedimentos:

I. O montante de energia fora da faixa de tolerância de 90% a 110% da energia anual contratada será distribuído nos doze meses do ano, proporcionalmente à energia faturada em cada mês;

II. Os montantes de energia distribuídos conforme inciso I serão valorados por duas vezes a TE vigente no mês de competência;

III. O faturamento do montante de energia fora da faixa de tolerância deverá ocorrer até 31 de março do ano subsequente, incidindo a remuneração pela Taxa Selic, do mês subsequente à competência até o mês anterior ao faturamento, conforme fórmula de cálculo definida no Submódulo 4.4. do PRORET, e pode ser pago pelo agente suprido em doze parcelas mensais iguais;

IV. O custo da energia fora da faixa de tolerância não será repassado às tarifas dos consumidores do agente suprido;

V. O agente supridor deverá contabilizar separadamente a receita proveniente do faturamento da energia fora da faixa de tolerância, a qual será deduzida da sua receita requerida nos reajustes e revisões tarifárias, por meio de componente financeiro definido no Submódulo 4.4 do PRORET;

VI. Caso o montante de energia anual contratada não seja informado até a data referida no parágrafo 16, item "II", deste submódulo, será considerado, para fins de faturamento, um montante de energia fora da faixa de tolerância igual a 20% do montante de energia anual faturada, devendo ser observado o disposto nos itens I a V deste parágrafo.

22. Este dispositivo não se aplica ao agente suprido submetido às regras e procedimentos de comercialização da CCEE e às regras de repasse, às tarifas dos consumidores finais, dos custos de sobrecontratação de energia, de que trata o Submódulo 4.3 do PRORET.

7. AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM LICITAÇÃO PÚBLICA PROMOVIDA PELO AGENTE SUPRIDO

23. O agente de distribuição que optar pela aquisição de energia elétrica em licitação pública por ele promovida, deve firmar CCVE, aprovado pela ANEEL e registrado na CCEE.

24. A contratação e o repasse, às tarifas dos consumidores finais, do custo da aquisição de energia elétrica serão realizados nos termos do PRORET.

25. A ANEEL autorizará o repasse, às tarifas dos consumidores finais, do preço da energia elétrica adquirida em licitação pública, até o limite da TE do respectivo agente supridor, vigente na data de realização da licitação.

26. O montante de energia contratado em licitação pública deve observar a limite do mercado próprio do agente suprido a 700 GWh/ano, adicionadas as perdas de energia nos sistemas de distribuição e transmissão.

27. No caso de não haver agente supridor, o limite de repasse será o valor médio da energia comercializada no último leilão A-1, atualizado pelo IPCA para o ano de realização da licitação.

28. Na licitação pública para aquisição de energia elétrica, o agente de distribuição deve garantir publicidade, transparência e igualdade de condições na competição e no acesso aos interessados, observando os seguintes requisitos mínimos:

I. Explicitar as condições de contratação;

II. Publicar o Aviso de Edital da licitação com ampla divulgação, por meio da internet e de, no mínimo, um jornal impresso que tenha circulação nacional;

III. Disponibilizar no site do agente de distribuição na Internet as informações sobre o processo licitatório, devendo permanecer acessíveis até a data da emissão do ato correspondente à análise, para fins de aprovação do contrato, prevista na Regulamentação da ANEEL;

IV. Obedecer ao prazo de, no mínimo, 5 dias entre o início do período de acesso ao Edital de Leilão e a abertura das inscrições aos interessados;

V. Obedecer ao prazo de, no mínimo, 20 dias entre o início do período de acesso ao Edital de Leilão e a entrega da documentação de habilitação pelos interessados em participar do certame;

VI. Obedecer ao prazo de, no mínimo, 30 dias entre o início do período de acesso ao Edital de Leilão e a realização do certame; e

VII. Caso seja exigido cadastramento prévio para acesso ao Edital de Leilão, obedecer ao prazo de, no mínimo, 3 dias úteis entre a publicação do Aviso do Edital e abertura do período para a realização do cadastro do interessado.

8. CONTRATOS DE CONEXÃO E DE USO

29. O agente suprido que optar pela aquisição de energia elétrica, para atendimento total ou parcial do mercado próprio, de acordo com qualquer uma das modalidades definidas no item 4, deverá firmar, além dos contratos indicados nos capítulos 4, 5, 6 e 7, os seguintes:

I. Contrato de Conexão às instalações de Distribuição - CCD e/ou Contrato de Conexão às instalações de Transmissão - CCT; e

II. Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD e/ou Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

30. Os contratos devem observar as condições gerais de contratação e faturamento de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão de energia elétrica definidas em regulamentação específica.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

31. O agente supridor poderá reduzir os montantes contratados por meio de CCEARs de energia existente, equiparando-se ao disposto no inciso I, do art. 29, do Decreto nº 5.163, de 2004, em decorrência de:

I. Suspensão, rescisão ou resilição do CCESUP celebrado com Agente Suprido na modalidade tarifa regulada; e

II. Redução do montante de energia elétrica associado ao CCESUP celebrado com agente suprido na modalidade tarifa regulada.

32. O contrato de compra e venda de energia com agente de geração, mediante tarifa regulada, continuará válido somente até o fim da sua vigência, não podendo ser renovado ou prorrogado.

33. (Revogado).

34. O agente suprido que não celebrar o CCESUP e/ou não aderir à CCEE a partir da sua reclassificação, terá o volume de energia registrado para atendimento à sua carga faturado pelo agente supridor por duas vezes a TE vigente.

35. O período de apuração previsto no item 6.2. deverá considerar, apenas para o ano da assinatura dos novos CCESUP, os montantes de energia a partir do mês da assinatura até o fim do ano civil.

36. O prazo de 12 meses para redução ou aumento acima de 10% do montante anual contratado, previsto no inciso V do parágrafo 16, não deverá ser observado no montante contratado para o ano de 2015.

37. O agente suprido não atendido integralmente pelo agente supridor deverá ter sua carga modelada integralmente na CCEE.

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

### DESPACHO Nº 282, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº: 48500.002920/2018-95. Interessado: Maxxima Energia Ltda. Decisão: registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de DRS-PCH da alteração do projeto básico da PCH Monte Alegre, com 19.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o CEG PCH.PH.RJ.029007-6.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

### DESPACHO Nº 291, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Processos nºs: 48500.000308/2021-83, 48500.000309/2021-28, 48500.000307/2021-39 e 48500.000311/2021-05. Interessado: Atual Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. Decisão: (i) negar a concessão do DRI das PCH Bom Sucesso, Concórdia, Harmonia e Renascença, cadastradas sob os CEG: PCH.PH.GO.037165-3.01, PCH.PH.GO.037164-5.01, PCH.PH.GO.037166-1.0 e PCH.PH.GO.037167-0.01, respectivamente, localizadas no rio Tocantinzinho, no estado de Goiás, requeridos pela empresa Atual Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., uma vez que as PCH Bom Sucesso, Concórdia, Harmonia e Renascença encontram-se com os DRS-PCH válidos, conferidos pelos Despachos nºs 2.634, 2.635, 2.636, 2.637, de 2017, os quais foram restaurados os seus efeitos e prorrogados os prazos mediante os itens (ii) e (iii) do Despacho nº 3.872, de 2021. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

### DESPACHO Nº 293, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003865/2017-70, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Enel Distribuição Ceará e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Enel Distribuição Ceará, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

| | | |
|---|---|---|
| LOCAL TELECOM LTDA | LEI LIEBERTHY ARAÚJO LIBANIO ME | BW TELECOM LTDA - ME |
| N B SILVA COMUNICAÇÕES - ME | FRANCISCO ALEXANDRE DE SOUZA MANUTENÇÃO - ME | JDD NET PROVEDOR DE INTERNET E SERVIÇOS LTDA |
| THEDY JANES UCHOA | M AUGUSTO A SOBREIRA | POUPA NET TELECOM LTDA ME |
| PITONNET PROVEDORES E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA | ANDREA BASTOS PEREIRA - ME | VAGNER PROVEDORES DE INTERNET LTDA |
| JOSIMAR SOUSA MESQUITA - ME | SKYNET PROVEDOR DE INTERNET LTDA | CELERE TELECOM COMUNICAÇÃO & MULTIMÍDIA LTDA |
| RONEY JUNIOR DA SILVA LIMA - ME | FLASHNET ELECOMUNICAÇÕES LTDA | MARANATA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM COMPUTADORES E TELECOMUNICAÇÃO LTDA |
| LLNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI | J. W. DE LIMA JUNIOR | ACNET TELECOM LTDA |
| QUEIROZ PARTICIPAÇÕES LTDA | | |

**DESPACHO Nº 294, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003866/2017-14, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Copel Distribuição S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Copel Distribuição S.A., conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

| | | |
|---|---|---|
| TELEFÔNICA BRASIL S.A | A. DIAS ROCHA - ME | DANNIEL MOREIRA BATISTA EIRELI - ME |
| FERNANDO GERMAN FISCHER NETWORK -ME | GLOBAL NET INFORMÁTICA LTDA | ISP TELECOMUNICAÇÕES S/A |
| MARIETA LUIZE STADLER NERONI - ME | MEGA TELECOM PROVEDOR DE INTERNET EIRELI - ME | MERCURIO TELECOM LTDA - EPP |
| PALLU COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE TELEINFORMÁTICA E REDES LTDA - ME | A. C.V. TELECOM LTDA | ANDRÉ LUIZ ALVES MANFIOLETE - ME |
| DOMNETWORKS LTDA ME | LUCIANO MARTINS SALAMANCA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA - ME | NAVEX INTERNET LTDA |
| NETCOL - SERVIÇO DE PROVEDORES DE ACESSO LTDA | OPTA INTERNET VIA FIBRA LTDA | RB NET COMUNICAÇÕES LTDA |
| TWR TELECOMUNICAÇÕES LTDA | VISAONET TEECOMUNICAÇÕES LTDA | |

**DESPACHO Nº 295, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003867/2017-69, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Enel Distribuição Goiás e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela a Enel Distribuição Goiás, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

| | | |
|---|---|---|
| CIM - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA | WDA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA | K.P. SILVA TELECOM |
| INFOBARRA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA | IMPACTO FIBRA [OPTICA LTDA | K M DA SILVA FILE CONNECT |
| LINKMANIA PROVEDOR E INFORMÁTICA LTDA | INFINITY NETWORK SERVIÇOS LTDA | LINKAR TELECOM LTDA |
| TELEFÔNICA BRASIL S.A | K2 TELECOM E MULTIMIDIA LTDA ME | VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S.A |
| AL TELECOM - TELECOMUNICAÇÕES LTDA | CH2 TELECOM LTDA | GLEYSON DE CASTR SANTOS EIRELI |
| GO SERVICES GESTÃO VENDAS E SERVIÇOS EIRELI | LIGUE MÓVEL LTDA | LUZ E CUNHA LTDA |
| MMM E. G. TELECOMUNICAÇÕES LTDA | U. A. DE ARAUJO TELECOM | WIFF TELECOM EIRELI - ME |
| W. JUNIOR TELECOMUNICAÇÕES LTDA | E-NET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI | LOGTEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA - ME |
| COSTA & RODRIGUES SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA | FIBRASIL INFRAESTRUTURA E FIBRA ÓTICA S.A | |

**DESPACHO Nº 296, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005613/2017-85, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela COELBA, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

| | | |
|---|---|---|
| FILLNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA | RAPEEDO LTDA | RG3.NET COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA |
| REGLONAL FIBRATELECOM PROVEDOR DE ACESSO LTDA | TUX NET - MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME | CENTURYLINK COMUNICAÇÕES DO BRAISL LTDA |
| WANTEL TECNOLOGIA LTDA | VCA TELECOMUNICAÇÕES LTDA | ATENDNET COMUNICAÇÕES LTDA |
| BAHIAWEB TECNOLOGIA LTDA | BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA | J. DE A. LAGO TECNOLOGIA -ME |

**DESPACHO Nº 327, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

Processos nº: 48500.003211/2021-22, 48500.003212/2021-77 e 48500.003213/2021-11. Interessadas: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista CTEEP, CYMI Construções e Participações S.A., Equatorial Transmissão S.A., Empresa Santos Dumont de Energia S.A., Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A., Furnas Centrais Elétricas S.A., LT Triângulo S.A., MGE Transmissão S.A., Neoenergia S.A., Solaris Transmissão de Energia S.A., Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A., Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e Transmissora Paraíso de Energia S/A. Decisão: estabelecer os valores devidos às interessadas pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, de acordo com a Resolução nº 922/2021, e revisões dos relatórios R3 e R5, de acordo com a Resolução nº 934/2021, com referência em dezembro de 2021, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-064/2020-rev.0 - "Estudos de Expansão da Capacidade de Transmissão da Região Norte de Minas Gerais", utilizados no Leilão de Transmissão, constantes das tabelas anexas ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

**DESPACHOS DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 3 de fevereiro de 2022.

Nº 332 Processo nº: 48500.006996/2013-85. Interessados: Condomínio Shopping Cidade de Maceió. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Shopping Cidade. Unidades Geradoras: UG1, de 440,00 kW. Localização: Município de Penedo, no estado de Alagoas.

Nº 333 Processo nº: 48500.006996/2013-85. Interessados: Ferreira Costa & CIA Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Ferreira Costa Caruaru. Unidades Geradoras: UG1, de 1.500,00 kW. Localização: Município de Caruaru, no estado de Pernambuco.

Nº 334 Processo nº: 48500.002371/2020-73. Interessados: Bon Nome Serviços Administrativos III Ltda. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Bom Nome 1-5. Unidades Geradoras: UG1 a UG33, de 1.515,15 kW cada. Localização: Município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco.

Nº 335 Processo nº: 48500.002370/2020-29. Interessados: Bon Nome Serviços Administrativos III Ltda. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Bom Nome 1-6. Unidades Geradoras: UG1 a UG33, de 1.515,15 kW cada. Localização: Município de São José do Belmonte, no estado de Pernambuco.

Nº 337 Processo nº: 48500.002543/2018-94. Interessados: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 15 S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de Santa Esperança 15. Unidades Geradoras: UG3, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 338 Processo nº: 48500.002542/2018-40. Interessados: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 13 S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de Santa Esperança 13. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 4.200,00 kW cada. Localização: Município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

**DESPACHO Nº 304, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

Processo nº 48500.000411/2022-12. Interessadas: EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. - EDP SP, EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. - EDP ES, EDP Transmissão SP-MG S.A. - EDP TRANSMISSÃO SP-MG, EDP Transmissão Aliança SC S.A. - EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA, EDP Transmissão Litoral Sul S.A. - EDP LITORAL SUL, Mata Grande Transmissora de Energia LTDA. - MGTE, EDP Transmissão Norte S.A. - EDP NORTE e Energest S.A. - ENERGEST. Decisão: anuir previamente à celebração de Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa entre as Interessadas e a EDP - Energias do Brasil S.A., nos termos da minuta analisada. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente

## AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
### GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DESPACHO**
Relação nº 22/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
830.734/2014-DRAGAGEM ALVES SILVA LTDA
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
830.734/2014-DRAGAGEM ALVES SILVA LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2019)
BARRAGENS RANCHO CASCA e CALIFÓRNIA-NACIONAL DE GRAFITE LTDA-830.371/1991-OF. N°2322?/2022/DISBM-MG/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
806.656/1975-JLX MINERACAO S/A-OF. N°228/2022/DFMNM-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
806.656/1975-JLX MINERACAO S/A- AI N° 06/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Prpc.Adm.48054.930016/2022-63 )
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.025/1980-MINERACAO E COMERCIO DE PEDRAS MANDEMBE LTDA-OF. N°657/2022/DFMNM-MG/ANM
832.308/1992-PORTO DE AREIA SAO GERALDO LTDA-OF. N°708/2022/DFMNM-MG/ANM
830.715/2020-CERÂMICA MECASA LTDA-OF. N°3490/2022/DFMNM-MG/ANM
830.204/2014-MINERAÇÃO ITACENA LTDA-OF. N°711/2022/DFMNM-MG/ANM
830.770/2020-CERÂMICA NORTESUL LTDA-OF. N°3472/2022/DFMNM-MG/ANM
833.100/1995-AREAL CAMAPUA LTDA ME-OF. N°1893/2022/DFMNM-MG/ANM
831.925/2003-FIGUEIREDO E BOTELHO LTDA.-OF. N°306/2022/DFMNM-MG/ANM
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
831.025/1980-Mineração e Comércio de Pedras Mandembe Ltda- AI N°34/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930047/2022-14 )
830.715/2020-Cerâmica Mecasa Ltda- AI N°292/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930275/2022-94)
830.770/2020-CERÂMICA NORTESUL LTDA- AI N°291/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930274/2022-40 )
831.925/2003-Figueiredo e Botelho Ltda.- AI N°13/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 930.025/2022 )
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
832.308/1992-PORTO DE AREIA SAO GERALDO LTDA- Registro de Licença N° 898?/1997 - Vencimento em 29/10/2023.
833.100/1995-AREAL CAMAPUA LTDA ME- Registro de Licença N° 838/1996 - Vencimento em 11/12/2023
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
834.708/1995-MINERACAO ABSOLUTO LTDA-OF. N°3288/2022/DFMNM-MG/ANM
832.259/2014-EMPRESA DE MINERAÇÃO BORGES LTDA ME-OF. N°1217/2022/DFMNM-MG/ANM
832.203/2015-THOR GRANITOS E MARMORES LTDA-OF. N°777/2022/DFMNM-MG/ANM
831.474/2007-CENTURION SERVIÇOS DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°781/2022/DFMNM-MG/ANM
830.299/1994-GRANITOS ITAGUAÇU LTDA. ME-OF. N°3465/2022/DFMNM-MG/ANM
831.991/1986-CACHITA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°3296/2022/DFMNM-MG/ANM
832.307/2015-TOLEDO MINERACAO LTDA-OF. N°1890/2022/DFMNM-MG/ANM
Determina a interdição da barragem de mineração(2387)
BARRAGEM BACIA DE DECANTAÇÃO 2 e BARRAGEM BACIA DE DECANTAÇÃO 3-MINERACAO FL JOTAS LTDA-832.003/2003
Determina cumprimento de exigência - PRAZO ESPECIAL(2391)
BARRAGENS BACIAS DE DECANTAÇÃO 02 E 03-MINERACAO FL JOTAS LTDA-832.003/2003-OF. N°3121/2022/DISBM-MG/ANM- No prazo de 30 dias
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
830.429/2017-FRANCESCO VITELLO ME
831.401/2021-JOSE MARIA DE MOURA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.516/2017-JUSCELINO TEIXEIRA DE SOUZA-OF. N°1523/2022/DFMNM-MG/ANM
832.499/2021-LMJ MINERACAO E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA-OF. N°1691/2022/DFMNM-MG/ANM
832.009/2018-JOEL ALEXANDRE CUNHA FALRENE-OF. N°1202/2022/DFMNM-MG/ANM
830.022/2020-LOPES E ALVES PRÉ MOLDADOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°3285/2022/DFMNM-MG/ANM
831.156/2019-AREAL TAPARUBA LTDA ME-OF. N°3282/2022/DFMNM-MG/ANM
830.015/2022-CARLOS ANTONIO DIAS-OF. N°3073/2022/DFMNM-MG/ANM
830.030/2022-PROSPERO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-OF. N°3070/2022/DFMNM-MG/ANM
831.951/2018-LINCOLN SANGLARD-OF. N°712/2022/DFMNM-MG/ANM
831.934/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°647/2022/DFMNM-MG/ANM
831.954/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°575/2022/DFMNM-MG/ANM
831.938/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°569/2022/DFMNM-MG/ANM
831.937/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°645/2022/DFMNM-MG/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
831.332/2019-FABIO LUIZ GUEDES
830.295/2009-TRANSSOLO TRANSPORTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA
831.284/2020-TAVARES EXTRACAO DE ARGILA LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(181)
832.225/2021-CIMETAL SIDERURGIA EIRELI
832.630/2021-PITANGUI PEDRAS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.861/2020-MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA DORNELAS-OF. N°3572/2022/SECOR-MG/ANM
831.856/2021-EDUARDO DUARTE DE FREITAS-OF. N°3521/2022/SECOR-MG/ANM
831.994/2021-JLX JEQUITINHONHA MINERACAO S/A-OF. N°3408/2022/DIREM-MG/ANM
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
830.044/2022-MARINGA FERRO-LIGA S.A
830.045/2022-MARINGA FERRO-LIGA S.A
830.046/2022-MARINGA FERRO-LIGA S.A
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
831.901/2021-MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA- Registro de Extração N°1/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG/2022 de 25/01/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
832.171/2021-MUNICIPIO DE GUARANI-OF. N°1366/2022/DFMNM-MG/ANM
832.247/2021-MUNICIPIO DE PAULA CANDIDO-OF. N°957/2022/DFMNM-MG/ANM
832.634/2021-MUNICIPIO DE MONTE BELO-OF. N°1362/2022/DFMNM-MG/ANM
832.632/2021-MUNICIPIO DE MONTE BELO-OF. N°1364/2022/DFMNM-MG/ANM
832.014/2021-MUNICIPIO DE CORONEL XAVIER CHAVES-OF. N°1365/2022/DFMNM-MG/ANM
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
831.784/2021-MUNICIPIO DE IAPU
831.455/2016-TABULEIRO PREFEITURA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 23/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
833.558/2014-SANTA MARIA MINERAIS SA
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
832.149/2015-GRAVIMAR GRANITOS E MÁRMORES LTDA.-OF. N°3861/2022/DIREM-MG/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
831.163/1999-REFRICAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°524/2022/DFMNM-MG/ANM
831.829/2001-EMPRESA HÍDRICA MINERAL PURALVA-OF. N°509/2022/DFMNM-MG/ANM
003.392/1935-JANDYRA MONIZ TORRES - F.I.-OF. N°472/2022/DFMNM-MG/ANM
830.859/1992-SUL MINEIRA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°170/2022/DFMNM-MG/ANM
831.710/2000-EMPRESA SERRA AZUL LTDA. EPP-OF. N°178/2022/DFMNM-MG/ANM
830.128/2002-MINERADORA BRASÓPOLIS LTDA-OF. N°202/2022/DFMNM-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
831.163/1999-REFRICAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- AI N° 28/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc. Adm. 48054.930040/2022-01)
831.829/2001-EMPRESA HÍDRICA MINERAL PURALVA- AI N° 27/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (48054.930039/2022-78 )
003.392/1935-JANDYRA MONIZ TORRES - F.I.- AI N° 26/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930035/2022-90 )
830.859/1992-SUL MINEIRA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA- AI N° 3/2022/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930006/2022-28 )
831.710/2000-EMPRESA SERRA AZUL LTDA. EPP- AI N° 4/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930007/2022-72 )
830.128/2002-MINERADORA BRASÓPOLIS LTDA- AI N° 5/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930012/2022-85 )
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
BARRAGEM ÁGUA FRIA-TOPAZIO IMPERIAL MINERAÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA-930.096/2000-AI. N°136/2022/GER - MG/DISBM - MG
BARRAGEM 7a-VALE S.A.-931.344/2005-AI. N°159/2022/GER - MG/DISBM - MG - (Proc.Adm.48054.930131/2022-38 )
BARRAGEM NORTE/LARANJEIRAS-VALE S.A.-930.021/2004-AI. N°186/2022/GER - MG/DISBM - MG- (Proc.Adm. 48054.930172/2022-24 )
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
830.298/2013-PAULO VILELA DE SOUZA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
832.756/2015-CLAÚDIO DE CARVALHO GOMIDE- Registro de Licença N° 4886/2017 - Vencimento em INDETERMINADO.
830.189/2019-F & F SERVICOS E EXTRACAO DE AREIA E ARGILA LTDA- Registro de Licença N° 85/2021 - Vencimento em 06/11/2024.
833.206/2013-CERÂMICA MINAS BRASIL LTDA- Registro de Licença N° 4235/2014 - Vencimento em 02/12/2022.
832.830/2013-PAULO AFONSO DE CASTRO- Registro de Licença N° 4.523?/2015 - Vencimento em 28/12/2022
832.818/2009-ADÃO JOSÉ FERREIRA- Registro de Licença N° 4197/2014 - Vencimento em 16/11/2022.
832.836/2016-CONSTRULOC CONSTRUCOES E LOCACOES LTDA- Registro de Licença N° 5025?/2018, - Vencimento em 28/10/2024.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.756/2015-CLAÚDIO DE CARVALHO GOMIDE-OF. N°1913/2022/DFMNM-MG/ANM
833.206/2013-CERÂMICA MINAS BRASIL LTDA-OF. N°1908/2022/DFMNM-MG/ANM
832.830/2013-PAULO AFONSO DE CASTRO-OF. N°1904/2022/DFMNM-MG/ANM
832.818/2009-ADÃO JOSÉ FERREIRA-OF. N°1899/2022/DFMNM-MG/ANM
833.439/2014-MINERACAO FRANCA LANZA LTDA-OF. N°3359/2022/DFMNM-MG/ANM
831.848/2004-JOAO BOSCO CIPRIANI GALLI-OF. N°46429/2021/DFMNM-MG/ANM
833.219/2013-CARLOS ROBERTO GONTIJO - CPF:203.882.766-49-OF. N°183/2022/DFMNM-MG/ANM
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
833.439/2014-MINERAÇÃO FRANÇA LANZA LTDA- AI N°280/2022/GER-MG/DFMNM-MG - (Proc.Adm.48054.930260/2022-26 )
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.295/2011-MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°1888/2022/DFMNM-MG/ANM
830.765/2019-LOGFER LOGÍSTICA FERROVIÁRIA LTDA-OF. N°3390/2022/DFMNM-MG/ANM
830.930/2015-SPLENDOUR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°3548/2022/DFMNM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
830.543/2021-FRANCISCO GONÇALVES DE PAULA
830.592/2021-NEMUEL CARVALHO RIBEIRO EIRELI
830.542/2021-FRANCISCO GONÇALVES DE PAULA
830.660/2021-ANTONIO CARLOS APARECIDO LAJES
830.541/2021-FRANCISCO GONÇALVES DE PAULA
830.688/2021-JESSE DOMINGOS DA SILVA CPF 13464534626
830.354/2021-ROBERSON H. X. FIGUEIREDO

830.318/2021-FRANCISCO GONÇALVES DE PAULA
830.171/2021-GENILSON DE MOURA NUNES
830.093/2021-SAMUEL COSTA GOMES
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
832.406/2021-ALVARO L DE SOUZA-OF. N°1964/2022/DFMNM-MG/ANM
832.913/2021-LAZARO VAZ-OF. N°136/2022/DFMNM-MG/ANM
831.926/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°542/2022/DFMNM-MG/ANM
831.925/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°546/2022/DFMNM-MG/ANM
831.924/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°552/2022/DFMNM-MG/ANM
831.932/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°558/2022/DFMNM-MG/ANM
831.933/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°563/2022/DFMNM-MG/ANM
831.935/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°565/2022/DFMNM-MG/ANM
831.930/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°527/2022/DFMNM-MG/ANM
831.929/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°532/2022/DFMNM-MG/ANM
831.928/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°535/2022/DFMNM-MG/ANM
831.927/2018-AREIA BERGAMO ARAGUARI LTDA-OF. N°539/2022/DFMNM-MG/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
831.693/2018-TERRA FORTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
832.647/2021-MUNICIPIO DE BOCAIUVA-OF. N°1968/2022/DFMNM-MG/ANM
832.658/2021-MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA-OF. N°1962/2022/DFMNM-MG/ANM

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 25/2022

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(766)
830.264/2018-COMERCIO DE MATERIAIS E CONSTRUTORA S R LTDA-OF. N°840/2020/DFMNM - MG/GER - MG-DOU de 16/06/2020
Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
830.727/2013-PAULO SERGIO PEREIRA MEIRELLES - Publicado DOU de 14/12/2021., Relação n° 338/2021, Seção 1, pág. - ONDE ESTÁ ESCRITO:PRAZO DE VALIDADE 19/12/2028 -LEIA-SE: PRAZO DE VALIDADE: 3 ANOS ( a partir da sua publicação)
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
832.320/2021-MARCIO DE CARVALHO- DOU de 14/12/2021
832.136/2021-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA GUEDES- DOU de 08/11/2021.
832.134/2021-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA GUEDES- DOU de 08/11/2021

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 26/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.545/2008-GRANITOS CALABREZ LTDA-OF. N°3734/2022/DIREM-MG/ANM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.108/2017-GRANITOS CALABREZ LTDA- Área de 157,42 ha para 93,46 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-AUGUSTO DE LIMA/MG
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
003.499/1967-VALE S.A.-OF. N°2754/2022/DFMIM-MG/ANM
832.782/2004-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°2966/2022/DFMIM-MG/ANM
001.154/1936-ESPOLIO DE EDUARDO COZAC-OF. N°969/2022/DFMIM-MG/ANM
008.774/1956-VALE S.A.-OF. N°2728/2022/DFMIM-MG/ANM
936.013/2014-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-OF. N°2542/2022/DFMIM-MG/ANM
001.995/1963-MINERACAO CONEMP LTDA-OF. N°1236/2022/DFMIM-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
001.154/1936-ESPOLIO DE EDUARDO COZAC- AI N° 37,38 e 39 /2022/GER-MG/DFMIM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930058/2022-02 - 48054.930059/2022-49 ;48054.930060/2022-73 )
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
300.257/2019-
300.220/2020-
300.096/2020-
300.268/2019-
831.949/2016-JACINTO CARLOS DE ASSIS ME
870.384/2010-MANUEL CARLOS SILVA BRITO
830.210/2018-SERGIO DOLABELA DIAS
830.133/2018-EVERALDO CHAVES RÊGO
300.885/2018-
300.264/2018-
300.011/2017-
300.012/2017-
300.013/2017-
300.014/2017-
300.017/2017-
300.640/2017-
300.799/2017-
830.089/2017-SOCIEDADE COMERCIAL PEITO DE AÇO
833.616/2014-KINROSS BRASIL MINERACAO S/A
833.257/2014-MINERAÇÃO VALE DO SÃO FRANCISCO LTDA ME
830.050/2015-RALISON AIRAN SILVEIRA PEREIRA
830.516/2015-CNM COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
831.954/2015-ATLANTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E MINERACAO LTDA
831.954/2015-ATLANTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E MINERACAO LTDA
831.953/2015-ATLANTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E MINERACAO LTDA
832.113/2015-DJ GRANITOS EIRELI
832.389/2015-MINERAÇÃO MORRO AZUL LTDA
831.955/2015-ATLANTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E MINERACAO LTDA
830.269/2016-DIVINO MESSIAS NETO
831.787/2016-PAULO CÉSAR FONSECA
832.671/2016-J.A.COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI ME
832.829/2016-SEBASTIÃO ALVES DRUMMOND
834.964/2011-SERGIO LUIS DA SILVA
831.081/2010-ANDRE LUIS DUARTE FREITAS
833.106/2011-PAULO CHAN CHANG SHUN
831.016/2010-MLOG S.A.
832.348/2009-A S FERRAO
832.004/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
834.668/2008-ILAN AKHERMAN
831.974/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.849/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
831.848/2009-NORSK HYDRO BRASIL LTDA
833.133/2014-CENTAURUS PESQUISA MINERAL LTDA
832.132/2014-DADIVA ENGENHARIA LTDA
831.874/2014-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
831.873/2014-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
830.417/2014-ADRIANE NUNES CORDEIRO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.997/2004-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°3118/2022/DFMIM-MG/ANM
831.516/2004-MINERACAO CONEMP LTDA-OF. N°2978/2022/DFMIM-MG/ANM
831.516/2004-MINERACAO CONEMP LTDA-OF. N°2978/2022/DFMIM-MG/ANM
832.397/1987-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°986/2022/DFMIM-MG/ANM

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 27/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
830.144/2001-STONE INDUSTRIA DE PISOS LTDA-OF. N°3663/2022/DIREM-MG/ANM
832.838/2015-ADONAI GARCIA DE OLIVEIRA-OF. N°3729/2022/DIREM-MG/ANM
834.596/2010-MINERACAO MAGELA LTDA-OF. N°3755/2022/DIREM-MG/ANM
832.931/2003-GRANITOS VALE DO JEQUITINHONHA EIRELI-OF. N°3764/2022/DIREM-MG/ANM
832.535/2016-IDEVALDO FERREIRA DA CUNHA-OF. N°3819/2022/DIREM-MG/ANM
832.434/2015-STONE GOLD MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°3820/2022/DIREM-MG/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.727/2016-GENIVAL CAVALCANTI DE SOUSA-OF. N°3668/2022/DIREM-MG/ANM
831.045/2016-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-OF. N°3730/2022/DIREM-MG/ANM
830.384/2008-FREDERICO GOMES PESSOA DE MENDONCA-OF. N°3452/2022/SECOR-MG/ANM;VGX MINERAÇÃO LTDA
830.385/2008-FREDERICO GOMES PESSOA DE MENDONCA-OF. N°3453/2022/SECOR-MG/ANM;VGX MINERAÇÃO LTDA
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.168/2016-MSI MINERAÇÃO SANTOS ITAMARANDIBA LTDA ME- Área de 1509,91 ha para 985,43 ha.-QUARTZITO - AREIA - QUARTZO - (uso: Revestimento, Industrial, Agregado e Gema).-ITAMARANDIBA/MG
832.742/2003-GRANITOS VALE DO JEQUITINHONHA EIRELI- Área de 995,66 ha para 753,26 ha-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento).-RIO PARDO DE MINAS/MG
831.296/2017-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA- Área de 983,13 ha para 850,14 ha-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento) e AREIA (uso: Agregado )-BOTUMIRIM/MG
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
830.706/2020-LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA- Cessionário:EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS SANTA BARBARA LTDA.- CPF ou CNPJ 26.209.922/0001-05- Alvará n°4508/2020
830.707/2020-LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA- Cessionário:EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS SANTA BARBARA LTDA.- CPF ou CNPJ 26.209.922/0001-05- Alvará n°5224/2020
831.793/2016-FRAMAX ORNELAS SENA- Cessionário:FRAMAX ORNELAS SENA- CPF ou CNPJ 40.021.924/0001-99- Alvará n°3816/2017
832.157/2013-TIAGO ALTOE RODRIGUES- Cessionário:TIOGRAN GRANITOS EIRELI- CPF ou CNPJ 08.113.756/0001-59- Alvará n°4772/2014
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
830.683/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE PRODUCAO MINERAL LTDA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.071/2019-MUDA 21 ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE EIRELI -Alvará N°10591/2021
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
007.416/1959-VALE S.A.-OF. N°2732/2022/DFMIM-MG/ANM
000.587/1951-CIPLAN CIMENTO PLANALTO S/A-OF. N°3454/2022/SECOR-MG/ANM;NK 037 Empreendimentos e Participações S.A
830.794/1987-MINERBRAS MINERAÇÕES BRASILEIRAS LTDA ME-OF. N°3628/2022/SECOR-MG/ANM; Branco Forte Comércio de Minérios Ltda.
802.844/1978-AGRO MINAS DO PONTAL EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°3447/2022/SECOR-MG/ANM ; SBI GROUP CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL E COMERCIO EXTERIOR EIRELI
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
BARRAGEM MARAÍ-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-830.657/1980-OF. N°4210/2022/DISBM-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
BARRAGENS: BARRAGEM MINA ENGENHO e BARRAGEM II MINA ENGENHO-MASSA FALIDA DE MUNDO MINERAÇÃO LTDA.-830.719/1982-AI. N°444 e 445/2022/GER-MG/DISBM-MG - (Proc. Adm. 48054.930371/2022-32 e 48054.930372/2022-87)
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
830.987/2014-GRANSENA EXPORTACAO E COMERCIO LTDA-OF. N°48830/2021/DIREM-MG/ANM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
831.132/2011-MS TRANSPORTES E MINERADORA LTDA- Cessionário:A & B MINERAÇÃO, EXPLORAÇÃO DE AREIA LTDA.- CPF ou CNPJ 41.605.614/0001-84- Alvará n°12192/2011
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
830.100/2014-MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS
830.011/2014-W T JUNIOR ME
834.039/2013-TERRATIVA MINERAIS S.A.
831.883/2013-BRAZMINCO LTDA
830.315/2013-WALDEMIRO KLEM`S
830.006/2013-FELIPE DE SOUZA MOTA ME
833.452/2012-SERRA DA LAPA EXTRAÇÃO COMÉRCIO E AGROPECUÁRIA LTDA
830.490/2012-EVERALDO BISPO DOS SANTOS
830.288/2008-VILENE OLIVEIRA CAMPOS GONÇALVES
831.034/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
832.900/2012-AGROPECUARIA OLHOS D'AGUA LTDA
005.885/1960-MINERAÇÃO MASANO INDUSTRIA E COM S/A
831.834/2015-MINERACAO SANTA INES LTDA
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
831.384/2014-MILTON DIAS GODINHO-OF. N°3449/2022/SECOR-MG/ANM;GILBERTO G DE A VIANA
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)

831.284/2017-SILICON MINING EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA-Cessionário:SILICON EXPLORAÇÕES & TRANSPORTES EIRELI- CNPJ 37.740.291/0001-64-Registro de Licença N° 5273/2020- Vencimento da Licença: 27/02/2022.

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

833.638/2012-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°440/2022/DFMIM-MG/ANM

833.891/1993-CIPLAN CIMENTO PLANALTO S/A-OF. N°3456/2022/SECOR-MG/ANM ; NK 037 Empreendimentos e Participações S.A

832.939/2014-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°3632/2022/SECOR-MG/ANM;Granneto Mineração Ltda.

831.627/2005-MINERACAO AGUA LIMPA LTDA.-OF. N°3448/2022/SECOR-MG/ANM;G M Golden Mix Concretos Eireli

831.242/1988-SERTOP SERV TECNICOS OPERACIONAIS IND COM IMP EXP LTDA-OF. N°3634/2022/SECOR-MG/ANM; MINERALS TRADING COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA

831.097/2000-MINERAÇÃO LESTE LTDA EPP-OF. N°3680 e 3683/2022/UAGV-MG/ANM

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

831.530/2010-DALCIGRAN GRANITOS EIRELI- n° 9599/2010 - Cessionário: ROTA 028 PEDRAS DO BRASIL LTDA.- CNPJ 41.249.480/0001-06

830.607/2011-JOEL SATURNINO DE OLIVEIRA- n° 4444/2011 - Cessionário: MINERAÇÃO ONÇA PARDA LTDA.- CNPJ 43.523.324/0001-17

830.963/2014-GRAN WHITE MINERAÇÃO LTDA- n° 3239/2006 - Cessionário: SOUZA MINERAÇÃO LTDA.- CNPJ 25.128.178/0001-43

831.763/2000-EDVAL GONÇALVES GUIMARÃES- n° 20472/2000 - Cessionário: BRAGEL-BRASIL GRANITOS EXPORTAÇÃO LTDA.- CNPJ 08.224.007/0001-07

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Indefere por Interferencia Total(1339)

831.951/2021-JADER DE CASTRO

Fase de Requerimento de Pesquisa

Não conhece requerimento protocolizado(1004)

832.173/2021-MINERACAO UBA MINAS LTDA

Indefere pedido de reconsideração(181)

832.135/2021-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA GUEDES

832.744/2021-EMILIO CLAUDIO MILAN PROCOPIO

830.978/2021-MS MINERACAO LTDA

830.980/2021-MS MINERACAO LTDA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 28/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

833.349/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°4307/2022/DIREM-MG/ANM

833.155/2015-JUSSARA AUGUSTO DOS SANTOS MOREIRA-OF. N°4227/2022/DIREM-MG/ANM

832.018/2016-CRYSTALWAY GEMS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°4074/2022/DIREM-MG/ANM

832.842/2012-ANDERSON FERNANDES-OF. N°4284/2022/DIREM-MG/ANM

830.985/2017-HAS MINERAÇÃO & SERVIÇOS EIRELI-OF. N°4085 e 4086/2022/DIREM-MG/ANM

833.325/2014-ANTÔNIO C. DA SILVA MÁRMORES E GRANITOS ME-OF. N°4603/2022/DIREM-MG/ANM

830.806/2015-CIDE CAMPOS SALES-OF. N°4585/2022/DIREM-MG/ANM

832.759/2015-STONE GOLD MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°4676/2022/DIREM-MG/ANM

831.821/2016-MINERBRAZ IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-OF. N°4690/2022/DIREM-MG/ANM

833.565/2008-C3 GRANITOS LTDA. ME-OF. N°4691/2022/DIREM-MG/ANM

831.250/2015-LC COMERCIO E TRANSPORTES LTDA. ME-OF. N°4608/2022/DIREM-MG/ANM

831.453/2008-RIMA INDUSTRIAL S/A-OF. N°4288/2022/DIREM-MG/ANM

831.080/2017-GRAN MINAS ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°4079/2022/DIREM-MG/ANM

831.300/2016-STONE GOLD MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°4274/2022/DIREM-MG/ANM

831.661/2015-RÔMULO AUGUSTO AZEVEDO-OF. N°4278/2022/DIREM-MG/ANM

833.350/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°4282/2022/DIREM-MG/ANM

832.411/2011-SANDRO OLIVEIRA FERNANDES ME-OF. N°4304/2022/DIREM-MG/ANM

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

831.551/2013-ZANETTE MINERADORA EIRELI EPP- Área de 186,24 ha para 41,19 ha.-QUARTZO (uso: Revestimento).-SANTA BÁRBARA/MG

830.250/2011-GSM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- Área de 975,94 ha para 849,66 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento)-DATAS/ PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG

832.824/2016-MINERACAO SANTA INES LTDA- Área de 985, 89 ha para 767, 95 ha.-QUARTZITO e XISTO (uso: Rocha de Revestimento).-MATO VERDE/ RIO PARDO DE MINAS/ SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG

833.765/2012-GSM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- Área de 970,13 ha para 861,12 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-DIAMANTINA/MG

831.835/2015-MINERACAO SANTA INES LTDA- Área de 925,38 ha para 680,10 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-ESPINOSA/MG

830.197/2012-GSM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- Área de 874,72 ha para 760, 48 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-SERRO/MG

831.208/2010-MINERACAO GRAFITE PEDRA AZUL LTDA- Área de 642,16 ha para 304,32 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento), AREIA (uso: Agregado) e ARGILA (uso: Industrial).-MATEUS LEME/MG

834.452/2008-AREX MINERAL, DESASSOREAMENTO E REVITALIZACAO LTDA-Área de 122,24 ha para 45,42 ha.-AREIA (uso: agregado construção civil) e ARGILA (uso: cerâmica vermelha).-JECEABA/MG

832.985/2011-GRANITOS GRANDE RIO LTDA- Área de 269,14 ha para 257,42 ha-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento).-GALILÉIA/MG

830.982/2016-LEANDRO FORNAZIER EIRELI- Área de 664,71 para 57,90 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-FRANCISCO DUMONT/MG

832.762/2016-LOANDA MINERACAO LTDA- Área de 969,31 ha para 849, 09 ha.-ARGILA (uso: INSDUSTRIAL).-ARCOS/MG

830.198/2012-GSM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- Área de 734,16 ha para 638, 23 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-SERRO/MG

830.121/2010-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.- Área de 92,56 ha para 83, 96 ha-QUARTZO (uso: Industrial)-TAQUARAÇU DE MINAS/MG

830.215/2015-NEW STONES MINERAÇÃO LTDA ME- Área de 421,10 ha para 116,44 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-DIAMANTINA/MG

832.458/2016-MINERACAO SANTA INES LTDA- Área de 166, 72 ha para 155, 49 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-ESPINOSA/ SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG

831.142/2013-AUGUSTO JOSE CIPRIANI GALLI- Área de 989,79 ha para 43,10 ha.-AREIA (uso: agregado).-RESENDE COSTA/ RITÁPOLIS/ SÃO TIAGO/MG

831.498/2014-JOSÉ ALMIR FAZOLO- Área de 998,07 ha para 890,13 ha-GRANITO (charnockito) (uso: Rocha de Revestimento).-CARATINGA/ SANTA BÁRBARA DO LESTE/MG

830.098/2015-TOLEDO MINERACAO LTDA- Área de 99,03 ha para 97,55 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-DIAMANTINA/MG

834.031/2008-GSM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- Área de 571,88 ha para 540,69 ha.-QUARTZITO (uso: Revestimento).-GOUVEIA/ MONJOLOS/MG

831.259/2009-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.- Área de 655, 51 ha para 533, 78 ha.-QUARTZO (uso: Industrial)-CAETÉ/ TAQUARAÇU DE MINAS/MG

830.622/2018-MINERAÇÃO CASTELO LTDA- Área de 380,70 ha para 55,21 há.-QUARTZITO e XISTO (uso: Rocha de Revestimento).-GRÃO MOGOL/ PADRE CARVALHO/MG

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

831.824/2017-CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA-GRANITO (uso: Revestimento).-FERROS/MG

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

830.705/2005-VALE S.A.

830.708/2005-VALE S.A.

830.470/2017-ANDERSON FERNANDES

830.706/2005-VALE S.A.

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2019)

BARRAGEM CIANITA 1-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-930.593/1988-OF. N°4517/2022/DISBM-MG/ANM

Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)

BARRAGEM CAPÃO DA SERRA-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-931.198/1985-AI. N°443/2022/GER - MG/DISBM - MG- (Proc.Adm.48054.930370/2022-98 )

BARRAGEM MÃE D´AGUA-CIA MINERADORA CATITE DUO S. A.-831.424/2007-AI. N°420/2022/GER - MG/DISBM - MG - (Proc.Adm48054.930349/2022-92 )

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)

833.073/2011-BWJ QUARTZO DO BRASIL LTDA.-ME-OF. N°4293/2022/DIREM-MG/ANM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2225)

834.224/2010-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°4693/2022/DIREM-MG/ANM

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

831.300/2007-JULIANA CESAR PEREIRA ME

830.372/2017-INTERNATIONAL CORP COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.

832.892/2012-JVM PARTICIPAÇÕES S.A

833.210/2006-ISABELA CIANNI PORTUGAL

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

830.425/1989-LUXPEDRAS MINERACAO E COMERCIO LTDA-OF. N°3514/2022/UAGV-MG/ANM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

830.401/2010-FLAVIA PEREIRA-OF. N°3451/2022/DIREM-MG/ANM-60 dias

Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)

830.826/2005-QUARTZEN DO BRASIL MINERADORA LTDA. ME

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

831.605/1997-CALSETE INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA-OF. N°4213/2022/SECOR-MG/ANM

Defere pedido de reconsideração(182)

832.136/2021-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA GUEDES

JANIO ALVES LEITE
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 29/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

831.796/2021-MINERACAO RIO SUL LTDA -Alvará N°8711/2021

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

831.044/2019-VICENTE PIMENTEL RHODES-OF. N°3638/2022/SECOR-MG/ANM ; Vágner Ferreira da Costa e Cia Ltda

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

831.683/2018-DIAMANDEL MINERACAO LTDA

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

830.677/2012-MINERAÇÃO BUENO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME

831.961/2014-DONIZETE APARECIDO TOLEDO

831.056/2014-FAUSTO BATISTA DE LIMA

831.403/2013-JOSE SERGIO DE SOUZA ME

832.749/2010-WALDIR ANTÔNIO DA SILVA

831.080/2010-ANDRE LUIS DUARTE FREITAS

831.079/2010-ANDRE LUIS DUARTE FREITAS

831.945/2007-NEXA RECURSOS MINERAIS S A

830.772/2012-RD ROCHAS LTDA.

832.101/2015-ESPIRITO SANTO MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

832.072/2015-MINERACAO SANTA INES LTDA

832.045/2015-MIGUEL DOMINGOS COSTALONGA

832.019/2015-ADONAI GARCIA DE OLIVEIRA

831.989/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA

831.929/2015-MARCELO AUGUSTO LUZ ALVARENGA

Fase de Requerimento de Pesquisa

Defere pedido de reconsideração(182)

832.134/2021-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA GUEDES

JANIO ALVES LEITE
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

**DESPACHO**
Relação nº 9/2022

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

860.054/2000-OÁSIS ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°3567/2022

860.066/2000-BELO VALLE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°3545/2022

Fase de Licenciamento

Homologa renúncia do Registro de Licença(784)

860.526/2017-ANA PAULA LACERDA DE PAULA ALMEIDA

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

860.627/2009-OSIEL NERES DA SILVA EIRELI- Registro de Licença N° 64/2010 - Vencimento em 17/11/2022

861.117/2015-MARIA HELENA DOS SANTOS- Registro de Licença N° 18/2016 - Vencimento em 12/11/2023

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
860.450/2020-MINERACAO ATLANTA EIRELI-OF. N°3160/2022
860.455/2020-MINERACAO ATLANTA EIRELI-OF. N°3159/2022
860.447/2020-MINERACAO ATLANTA EIRELI-OF. N°3291/2022
860.444/2020-MINERACAO ATLANTA EIRELI-OF. N°3375/2022
860.511/2018-MINERACAO ATLANTA EIRELI-OF. N°3499/2022
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
860.404/2018-GEDER SILVA VILELA-OF. N°2775/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
860.742/2019-PATRÍCIA CALIL FONSECA-OF. N°2780/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
861.785/2021-HERMES MEIRELES-OF. N°3293/2022
861.480/2021-DIEGO DA SILVA BORBA-OF. N°3667/2022

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 12/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
860.268/2017-ANTONIO CARLOS MOREIRA-OF. N°3870/2022
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
860.540/2001-AGUA MINERAL BEIRA DA MATA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Fonte: Beira da Mata; Marcas: "Cristalina", "Cristaliza", "Gold Liquid", "Água Iza", "Flash"; Embalagem: 20 L . Fonte : Beira da Mata; Marca: "Cristalina" ; Embalagens: 200 mL, 500 mL, 5L, 10 L.- HIDROLÂNDIA/GO
861.121/2004-ESMERALDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA- Fonte: Esmeralda; Marca: "Esmeralda"; Embalagem: 20L.- JUSSARA/GO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
860.582/1995-REBICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°4611/2022
860.750/1998-INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL CRISTAL AZUL LTDA.-OF. N°4507/2022
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
860.403/2021-CERAMICA PONTALINA LTDA- Registro de Licença N° 51/2021 - Vencimento em 20/01/2023
860.404/2021-CERAMICA PONTALINA LTDA- Registro de Licença N° 59/2021 - Vencimento em 20/01/2023
860.145/2019-CLAYTON DE SOUZA FORTUNATO- Registro de Licença N° 42/2021 - Vencimento em 24/01/2023
861.937/2012-COPEM - MINERACAO E TRANSPORTE LTDA- Registro de Licença N° 45/2013 - Vencimento em 11/01/2023
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
860.429/2015-MARCELO GARCIA CASCALHOS LTDA-OF. N°4570/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
860.221/2021-MINERACAO PIRINEUS LTDA-OF. N°4468/2022
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(346)
860.951/2017-CARLOS ERNANE DA SILVA-OF. N°3914/2022
Não conhece requerimento protocolizado(1220)
860.012/2019-TALES DE MELO
860.005/2019-TALES DE MELO
860.957/2018-TALES DE MELO
860.961/2018-TALES DE MELO
860.955/2018-TALES DE MELO
860.006/2019-TALES DE MELO
860.010/2019-TALES DE MELO
860.009/2019-TALES DE MELO
860.011/2019-TALES DE MELO
860.958/2018-TALES DE MELO
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
861.688/2021-JKR NEGOCIOS E INTERMEDIACOES LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
860.392/2017-ARERRIOS MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-Registro de Licença N° 3/2022 - Vencimento em 14/02/2022
860.602/2017-PEDREIRA JARAGUA LTDA-Registro de Licença N° 2/2022 - Vencimento em 20/05/2022
860.988/2021-JOSE DONIZETE NEVES-Registro de Licença N° 5/2022 - Vencimento em 24/06/2022
861.677/2021-DEPOSITO REIS PORANGATU LTDA-Registro de Licença N° 4/2022 - Vencimento em 21/10/2025
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
861.750/2021-OURO 7 MINERACAO LTDA-OF. N°4473/2022
861.473/2021-FERNANDA TEIXEIRA SILVA-OF. N°3986/2022
861.733/2021-ELIAS JORGE SAHIUM FILHO-OF. N°4869/2022
861.787/2021-SERRA NEGRA MINERACAO DO BRASIL LTDA-OF. N°4799/2022

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 13/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
860.455/2017-AGROPECUARIA FORTALEZA PARTICIPACOES LTDA-Cessionário:FETZ MINERADORA LTDA- CPF ou CNPJ 30.323.122/0001-80- Alvará n°2.439/2018
860.139/2018-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI- Cessionário:MINERAÇÃO CORDILHEIRA LTDA- CPF ou CNPJ 32.052.762/0001-28- Alvará n°6.759/2018
861.100/2021-ADAMO LUNARD RIBEIRO MOREIRA- Cessionário:LINDOMAR RODRIGUES SILVA- CPF ou CNPJ 30.649.104/0001-92- Alvará n°6.268/2021
860.138/2018-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI- Cessionário:MINERAÇÃO CORDILHEIRA LTDA- CPF ou CNPJ 32.052.762/0001-28- Alvará n°6.758/2018
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
860.081/2016-FC SERVICOS E CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
860.608/2018-CARLOS ANTONIO PEREIRA- Cessionário:PEDREIRA MENDONÇA EIRELI- CNPJ 39.582.826/0001-41- Registro de Licença N° 28/2019- Vencimento da Licença: 09/08/2020

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

**DESPACHO**
Relação nº 18/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
866.513/2013-LAGO DOURADO MINERAÇÃO LTDA
866.611/2018-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
866.619/2018-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
866.616/2018-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
866.614/2018-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
866.615/2018-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
866.617/2018-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
866.613/2018-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
866.618/2018-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
866.612/2018-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
866.639/2018-BOM JESUS AGROPECUARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
867.234/2017-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-Cessionário:Seven Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 37.588.041/0001-50- Alvará n°1699/2019
866.612/2005-TORIO BRASIL MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:MT Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 42.072.638/0001-88- Alvará n°9802/2009
866.727/2020-ILMAR SILVA E SOUZA- Cessionário:Rosimeire Arruda de Souza- CPF ou CNPJ 632.186.581-87- Alvará n°3048/2021
866.726/2020-ILMAR SILVA E SOUZA- Cessionário:Rosimeire Arruda de Souza- CPF ou CNPJ 632.186.581-87- Alvará n°3047/2021
866.724/2020-ILMAR SILVA E SOUZA- Cessionário:Ludnalva Maria Ferreira Gomes- CPF ou CNPJ 551.778.241-87- Alvará n°3046/2021
866.254/2016-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-Cessionário:Seven Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 37.588.041/0001-50- Alvará n°1221/2017
866.843/2013-POCONÉ GOLD MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Brasil Gold Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 40.860.798/0001-66- Alvará n°676/2017
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
866.098/2020-BRUNO FERNANDO GURALSKI PINTO
866.681/2021-ENGEKAL CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(2067)
867.134/2013-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DE MATO GROSSO
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
867.565/2021-MT MINERIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°3844/2022-CAREAS
866.175/2019-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-OF. N°4061/2022-CAREAS

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

**DESPACHO**
Relação nº 52/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
850.345/2019-ANGLO AMERICAN NIQUEL BRASIL LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.994/1981-BRASINOR MINERAÇÃO E COMERCIO S.A.
850.995/1981-BRASINOR MINERAÇÃO E COMERCIO S.A.
851.333/1981-BRASINOR MINERAÇÃO E COMERCIO S.A.
804.585/1971-MINERIOS E METAIS DO NORTE LTDA
854.430/1996-MINERAÇÃO ZASPIR LTDA
851.758/1984-MINERAÇÃO SANTARÉM LTDA.
859.188/1996-VALE S.A.
850.180/1998-GLENCORE EXPLORACAO MINERAL DO BRASIL LTDA.
850.747/2012-RIO VERDE MINERAÇÃO E PESQUISA DA AMAZONIA S A
850.231/2005-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
850.681/1984-COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS
850.514/2015-EDILSON VIANA ROCHA

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 53/2022

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
850.695/2019-AREAL PARANÁ LTDA-OF. N°3903/2022/DIFAM-PA/ANM
851.372/2017-SÉRGIO RIBEIRO DA ROCHA-OF. N°4129/2022/DIFAM-PA/ANM
851.372/2017-SÉRGIO RIBEIRO DA ROCHA-OF. N°4130/2022/DIFAM-PA/ANM
851.269/2017-ETEC EMPRESA TECNICA DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA-OF. N°4885/2022/DIFAM-PA/ANM
851.269/2017-ETEC EMPRESA TECNICA DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA-OF. N°4891/2022/DIFAM-PA/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
850.737/2019-ANTONIO EVANDRO CAVALCANTE GUIMARAES

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 54/2022

Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
850.053/2016-FRANCISCA MARCELY DUARTE PEREIRA-OF. N°45398/2021/DIFAM-PA/ANM
850.159/2020-FRANCISCO INARLEY AGUIAR MOITA-OF. N°43915/2021/DIFAM-PA/ANM
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1695)
850.053/2016-FRANCISCA MARCELY DUARTE PEREIRA- AI N°7626/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.951469/2021-01)
850.053/2016-FRANCISCA MARCELY DUARTE PEREIRA- AI N°7627/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.951470/2021-01)
850.159/2020-FRANCISCO INARLEY AGUIAR MOITA- AI N°7365/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.951407/2021-91)
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
850.060/2020-LEONARDO LEE DE MACEDO-OF. N°3920/2022/DIFAM-PA/ANM
850.756/2020-COOPERATIVA MINERAL DA BACIA DO TAPAJOS DE ITAITUBA - COOPERMIX GOLD-OF. N°4478/2022/DIFAM-PA/ANM

850.837/2020-COOPERATIVA DE MINERACAO BRASIL NORTE - COOPERNORTE-OF. N°4483/2022/DIFAM-PA/ANM

850.866/2020-LORRAINE COSTA AMORIM-OF. N°4466/2022/DIFAM-PA/ANM

850.867/2020-LORRAINE COSTA AMORIM-OF. N°4461/2022/DIFAM-PA/ANM

850.868/2020-LORRAINE COSTA AMORIM-OF. N°4457/2022/DIFAM-PA/ANM

850.882/2020-IVO LUBRINNA DE CASTRO-OF. N°4449/2022/DIFAM-PA/ANM

850.885/2020-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO MINAS DO BRASIL - MINASBRAS-OF. N°4443/2022/DIFAM-PA/ANM

850.797/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4569/2022/DIFAM-PA/ANM

850.798/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4573/2022/DIFAM-PA/ANM

850.799/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4574/2022/DIFAM-PA/ANM

850.801/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4575/2022/DIFAM-PA/ANM

850.802/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4576/2022/DIFAM-PA/ANM

850.803/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4577/2022/DIFAM-PA/ANM

850.804/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4578/2022/DIFAM-PA/ANM

850.805/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4579/2022/DIFAM-PA/ANM

850.806/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4590/2022/DIFAM-PA/ANM

850.807/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4581/2022/DIFAM-PA/ANM

850.808/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4582/2022/DIFAM-PA/ANM

850.809/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4583/2022/DIFAM-PA/ANM

850.810/2018-MANOEL RAIMUNDO PERES DAMASCENO-OF. N°4584/2022/DIFAM-PA/ANM

851.364/2020-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA-OF. N°4848/2022/DIFAM-PA/ANM

850.226/2019-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DO RIO XINGU COOPERXINGU-OF. N°4881/2022/DIFAM-PA/ANM

850.579/2020-COOPERATIVA GARIMPEIRA MINERADORA NACIONAL-OF. N°4887/2022/DIFAM-PA/ANM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(346)

850.703/2020-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO-OF. N°4836/2022/DIFAM-PA/ANM

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 55/2022

Fase de Lavra Garimpeira

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)

850.879/2014-JUAREZ ALVES DA SILVA- Cessionário:JOYCY ELIAS PARREIRA- CNPJ 998.223.851-53- PLG n°8/2016

850.880/2014-JUAREZ ALVES DA SILVA- Cessionário:ALDERICO ALVES DOS SANTOS RIBEIRO- CNPJ 778.034.342-15- PLG n°9/2016

850.881/2014-JUAREZ ALVES DA SILVA- Cessionário:RENILDA MARIA SANTOS SILVA- CNPJ 181.972.992-34- PLG n°10/2016

850.882/2014-JUAREZ ALVES DA SILVA- Cessionário:JOALISON PARREIRA DA SILVA- CNPJ 531.049.512-68- PLG n°11/2016

850.883/2014-JUAREZ ALVES DA SILVA- Cessionário:JANAINE PARREIRA SILVA DE MORAES- CNPJ 845.077.302-44- PLG n°12/2016

850.884/2014-JUAREZ ALVES DA SILVA- Cessionário:APARECIDA DE FATIMA PARREIRA- CNPJ 248.362.302-68- PLG n°13/2016

850.830/2016-JOSELIO FERREIRA LIMA- Cessionário:COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA.- CNPJ 27.339.7365/0001-45- PLG n°72/2018

851.332/2020-EMERSON PAULINO DE OLIVEIRA- Cessionário:COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO SUDOESTE DO PARA - COOPERSUPA- CNPJ 41.281.384/0001-45- PLG n°17/2021

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

**DESPACHO**
Relação nº 56/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)

851.045/2021-HARLEY FRANCO SANDOVAL - PLG N°58/2022 - Prazo 5 (cinco) anos anos

851.038/2021-ALESSANDRA COSTA FERREIRA SANDOVAL - PLG N°57/2022 - Prazo 5 (cinco) anos anos

850.849/2021-CRISTIANO CARVALHO LIMA - PLG N°56/2022 - Prazo 5 (cinco) anos anos

850.785/2021-CLAUDIO CARVALHO LIMA - PLG N°55/2022 - Prazo 5 (cinco) anos anos

850.782/2021-J R DE CARVALHO JUNIOR EXPLORAÇÃO,COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO - PLG N°54/2022 - Prazo 5 (cinco) anos anos

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**DESPACHO**
Relação nº 6/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)

868.032/2021-LAVI ENGENHARIA LTDA- Cessionário:48079.868003/2022-80-MINERADORA CONCRELUZ LTDA

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

868.190/2015-CERAMICA BKC EIRELI-OF. N°4424/2022/SEFAM-MS/ANM

868.032/2001-MINERADORA RIO VERDE LTDA ME-OF. N°4890/2022/SEFAM-MS/ANM

868.146/2017-MINERADORA RIO VERDE LTDA ME-OF. N°4883/2022/SEFAM-MS/ANM

868.201/2014-CERÂMICA MAGU EIRELI-OF. N°5037/2022/SEFAM-MS/ANM

868.105/2005-CERÂMICA M S LTDA-OF. N°5081/2022/SEFAM-MS/ANM

868.242/2014-CERÂMICA NEMER LTDA EPP-OF. N°5142/2022/SEFAM-MS/ANM

868.306/2011-EMPRESA DE MINERAÇÃO TOCA DA RAPOSA LTDA ME-OF. N°5215/2022/SEFAM-MS/ANM

868.069/2017-EDSOM LUIZ DE LIMA-OF. N°5200/2022/SEFAM-MS/ANM

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)

868.052/2011-MINERADORA RIO VERDE LTDA ME-OF. N°4886/2022/SEFAM-MS/ANM

868.201/2014-CERÂMICA MAGU EIRELI-OF. N°5036/2022/SEFAM-MS/ANM

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

868.003/2022-MINERADORA CONCRELUZ LTDA

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO TOCANTINS

**DESPACHO**
Relação nº 11/2022

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

864.501/2008-AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS BIA LTDA-OF. N°46386/2021/SEFAM-TO/ANM

Fase de Lavra Garimpeira

Despacho publicado(1971)

864.602/2010-COOPERATIVA DE MINERACAO DOS GARIMPEIROS DE MONTE SANTO - COOPERGEMAS-Determina cumprimento de exigência - Prazo 90 dias (Art. 6° da Lei n° 7.805, de 18/07/1989) - Ofício nº 42586/2021/SEFAM-TO/ANM

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2024)

GEOMINAS-GEOMINAS MINERAÇÕES LTDA.-864.532/2006-OF. N°25559/2021/SEFAM-TO/ANM

GEOMINAS-GEOMINAS MINERAÇÕES LTDA.-864.426/2010-OF. N°25659/2021/SEFAM-TO/ANM

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

864.489/2021-ELOI AMELIO BERNARDON-Registro de Licença N° 1/2022 - Vencimento em Indeterminado

Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)

864.194/2021-HELIO JOSE PEREIRA

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

**DESPACHO**
Relação nº 32/2022

48406.960.519/2017-69 - José Maria Barros -CPF: 033.489.467-00- Cancelamento do parcelamento, referente a Taxa Anual por Hectare (TAH) vencida em 31/01/2017. (256).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

**DESPACHO**
Relação nº 33/2022

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que não houve a apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) debito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 39, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 9 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Notificado: Wilson Lourenço de Lellis Junior ME (Filial: Areal Ouro Verde Ltda.)

CNPJ/CPF: 71.064.075/0001-84 (Filial 71.064.075/0002-65)

Processo de Cobrança nº: 933.788/2010

NFLDP nº: 4753/2010

Valor: R$ 1.388,93 (um mil trezentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos)

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

**DESPACHO**
Relação nº 34/2022

861.551/2011 - Comércio Varejista e Atacadista de Materiais de Construção Ltda - Tornar Sem Efeito Notificação Administrativa de Vistoria de Fiscalização (905) 303/2017 publicada no DOU em 20/04/2017 Seção 1 Página 86 Relação 81/2017.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

**DESPACHO**
Relação nº 35/2022

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente o pedido de cancelamento de débitos interposto; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Taxa Anual por Hectare, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº: 933170/2014 (930.568/2008)

Notificado: PLÁCIDO LOIOLA SARMENTO

Valor: R$ 3.407,75 (três mil quatrocentos e sete reais e setenta e cinco centavos)

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

**DESPACHO**
Relação nº 36/2022

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se improcedente o pedido de cancelamento de débitos interposto; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da multa por não pagamento da Taxa Anual por Hectare, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº: 933171/2014 (930.569/2008)

Notificado: PLÁCIDO LOIOLA SARMENTO

Valor: R$ 7.560,75 (sete mil quinhentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos)

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

## COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

**DESPACHO**
Relação nº 31/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
João Orestes Schneider Santos - 880095/2014, 880097/2014, 880098/2014, 880099/2014, 880100/2014, 880101/2014

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

## SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO MINERAL

**DESPACHO**
Relação nº 1/2022

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
878.084/2005-RAIMUNDO JULIANO INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA

ROGER ROMAO CABRAL
Superintendente

# AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

**PORTARIA ANP Nº 103, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

Altera o ANEXO I da Portaria ANP nº 69, de 24 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2021, DOU nº 221,seção 1, páginas 67 a 69, que implementou o Programa de Gestão de Demandas na Auditoria Interna- AUD

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno e pelo Decreto n° 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo n° 48610.221272/2021-22 e as deliberações tomadas no 1502° Circuito Deliberativo, realizado em 31 de janeiro de 2022, resolve:
Art. 1º A Portaria ANP nº 69, de 24 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES PROGRAMA DE GESTÃO DA AUDITORIA INTERNA - AUD

| TABELA DE ATIVIDADES | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| AUDITORIA INTERNA | | | | | |
| Parâmetro adotado para definição das faixas de complexidade das atividades | | O parâmetro adotado para a definição da faixa de complexidade das atividades do Programa de Gestão considerou o tempo de execução e não o esforço cognitivo. Foram dimensionados os tempos médios relacionados a cada atividade, de modo que uma atividade pode ser executada diversas vezes, com níveis de complexidade distintos, impactando diretamente no tempo de execução. | | | |
| (1) Grupo de atividades | (2) Nome da Atividade | (5) Nível de Complexidade | (7) Tempo Atividade Programa de Gestão (Horas) | (8) Tempo Atividade Presencial (Horas) | (6) Texto Explicativo |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Atendimento demandas do TCU | Alta | 4,0 | 4,0 | Acesso ao sistema oficial do TCU, verificação e recebimento de novas demanda e encaminhamento à UORG competente, recebimento e saneamento de dúvidas, controle de prazo, recebimento de resposta da UORG, verificação do atendimento, elaboração de correspondência e envio ao TCU nos sistemas oficiais. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Atendimento demandas da CGU | Alta | 4,0 | 4,0 | Acesso ao sistema oficial da CGU, verificação e recebimento de novas demanda e encaminhamento à UORG competente, recebimento e saneamento de dúvidas, controle de prazo, recebimento de resposta da UORG, verificação do atendimento, elaboração de correspondência e envio à CGU nos sistemas oficiais. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Monitoramento recomendações e determinações do TCU, CGU e AUD - 1S | Alta | 4,0 | 4,0 | Acompanhamento junto as áreas da ANP do atendimento das recomendações e determinações da AUD, da CGU e do TCU - 1º semestre. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Relatório de Monitoramento - 1S | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaboração do Relatório de Monitoramento, com as informações relativas ao status das recomendações e determinações da AUD, CGU e TCU. - 1º semestre. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Monitoramento recomendações e determinações do TCU, CGU e AUD - 2S FINAL | Alta | 4,0 | 4,0 | Acompanhamento junto as áreas da ANP do atendimento das recomendações e determinações da AUD, da CGU e do TCU - 2º semestre. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Relatório de Monitoramento - 2S FINAL | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaboração do Relatório de Monitoramento, com as informações relativas ao status das recomendações e determinações da AUD, CGU e TCU. - 2º semestre. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Apuração de benefícios da atividade de Auditoria | Alta | 4,0 | 4,0 | Levantamento de informações referentes a benefícios financeiros e não financeiros provenientes da implementação pelos gestores de recomendações emitidas pela Auditoria Interna em Relatórios/NTs/Pareceres. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Relatório de Resultados e Benefícios da atividade de Auditoria | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaboração do relatório de resultados, abertura de processo administrativo SEI, encaminhamento à(s) UORG(s) atinentes para aprovação, encaminhamento ao Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC) responsável pela validação, recebimento da deliberação do CGRC e inclusão da documentação no e-Aud. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Atualização controles TCU, CGU e AUD - monitoramento | Baixa | 1,0 | 1,0 | Atualização dos controles acerca dos (1) Relatórios de Auditoria Interna no e-Aud, Teams e SEI; (2) Relatórios da CGU no e-Aud, Teams e SEI; e (3) Acórdãos do TCU no Conecta TCU, Teams e SEI. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Atualização do Planejamento Project | Baixa | 1,0 | 1,0 | Inserção e planejamento das atividades e inclusão de datas de início e fim. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Atualização controles TCU e CGU - atendimento | Baixa | 1,0 | 1,0 | Cadastro e atualização de demandas e de atividades previstas nos controles da AUD, e controle de prazo, respostas e responsabilidades. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Atualização controles - Apoio AUD | Baixa | 0,7 | 0,7 | Cadastro e atualização de demandas e de atividades previstas nos controles da AUD, e controle de prazo, respostas e responsabilidades. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Mapeamento de processos - atendimento | Alta | 4,0 | 4,0 | Identificação dos processos, mapeamento, descrição das atividades, identificação de falhas, proposta de melhorias e atualização dos processos. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Elaboração de manuais e atualização de procedimentos - atendimento | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaboração e atualização de manuais de procedimento. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Mapeamento de processos - monitoramento | Alta | 4,0 | 4,0 | Identificação dos processos, mapeamento, descrição das atividades, identificação de falhas, proposta de melhorias e atualização dos processos. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Elaboração de manuais e atualização de procedimentos - monitoramento | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaboração e atualização de manuais de procedimento. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Apoio elaboração do PAINT e revisões | Alta | 4,0 | 4,0 | Envio de sugestões de auditorias, cursos e demais atividades inerentes à AUD para municiar a equipe de informações relevantes para a elaboração do PAINT. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Apoio elaboração do RAINT | Alta | 4,0 | 4,0 | Apoio na elaboração do RAINT com informações referentes ao acompanhamento das recomendações de relatórios da AUD, CGU e Acórdãos do TCU, assim como informações referentes ao levantamento de benefícios financeiros e não financeiros. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Proposta de ações do PGMQ: Nota Técnica | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaborar Nota Técnica com a identificação das propostas de ações para atingimento dos objetivos dos macroprocessos-chave (KPAs) definidos pela gestão como prioritários para implantação do PGMQ, utilizando a metodologia IA-CM. Portaria CGU nº 777, de 18 de fevereiro de 219 . |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Acompanhamento de metas do PGMQ: Relatório | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaborar Relatório relatando o progresso das ações previstas para implantação do PGMQ, utilizando a metodologia Internal Audit Capability Model(IA-CM). Portaria CGU nº 777, de 18 de fevereiro de 219. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Demanda externa AUD | Alta | 4,0 | 4,0 | Responder às demandas externas de informação. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Avaliação do Nível de Maturidade das Atividades da AUD - IACM | Alta | 4,0 | 4,0 | Realizar autoavaliação das capacidades de auditoria interna existentes (maturidade) na coordenação utilizando o modelo IA-CM. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Demanda Interna AUD | Alta | 4,0 | 4,0 | Atender demandas do Auditor-Chefe. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Reunião Interna AUD | Baixa | 2,0 | 2,0 | Compartilhamento de conhecimento, avaliação de cenário e distribuição, resolução e monitoramento das atividades. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Organização das atividades da coordenação | Media | 4,0 | 4,0 | Ações de capacitação e de atualização necessárias ao desempenho das atividades. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Atividades administrativas | Baixa | 4,0 | 4,0 | Organização, priorização, atualização, cronograma e distribuição das atividades. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO E MONITORAMENTO | Gestão dos documento no SEI | Baixa | 2,0 | 2,0 | Recebimento e execução de demandas pontuais e de rotina (minutas de ofício e de e-mails, contatos, recebimento e envio de comunicações, solicitações e resoluções de questões de infra-estrutura, apoio à atividades, à organização e ao controle). |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Planejamento geral - auditorias individuais do PAINT do exercício | Alta | 4,0 | 4,0 | Planejamento da execução das atividades de auditoria previstas no PAINT do exercício. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Atividade de Avaliação ou Consultoria - Levantamento Preliminar e Planejamento | Alta | 4,0 | 4,0 | Realizar o Planejamento individual de avaliação: Documento de Análise Preliminar, Plano de Trabalho e Matriz de Planejamento. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Atividade de Avaliação ou Consultoria - Execução | Alta | 4,0 | 4,0 | Realizar as análises e testes, com utilização de técnicas de auditoria, de coleta e de análise de dados para fins de elaboração dos achados. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Atividade de Avaliação ou Consultoria - Relatoria e Revisão | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaborar o Relatório de Auditoria operacional / Nota Técnica e buscar soluções acerca do teor do documento com as partes interessadas. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Prestação de Contas atividade de auditoria - Relatório Mensal | Baixa | 1,0 | 1,0 | Elaborar reporte mensalmente sobre o andamento dos trabalhos e as possíveis intercorrências ou situações relevantes ocorridas que possam impactar o resultado dos trabalhos. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Avaliação do nível de maturidade dos processos de GOV, de GR e de CI | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaborar o Parecer acerca do nível de maturidade dos processos de GOV, de GR e de CI. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Avaliação do atingimento dos objetivos operacionais - Parecer da AUD | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaborar parecer acerca do do atingimento dos objetivos operacionais. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Avaliação das peças do processo de prestação de contas - Parecer da AUD | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaborar parecer acerca do processo de prestação de contas. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Avaliação dos atos de gestão praticados - Parecer da AUD | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaborar parecer acerca dos atos de gestão praticados na ANP. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Avaliação da confiabilidade das informações financeiras - Parecer da AUD | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaborar parecer acerca das informações financeiras da ANP. |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Parecer da AUD - GERAL | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaborar parecer final acerca do processo de prestação de contas. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Avaliação de alertas de órgãos de controle (ALICE e outros) | Alta | 4,0 | 4,0 | Avaliar os alertas do sistema ALICE e outros. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Avaliação do Nível de Maturidade das Atividades da AUD - IACM | Alta | 4,0 | 4,0 | Realizar autoavaliação das capacidades de auditoria interna existentes (maturidade) utilizando o modelo IA-CM. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Apoio à elaboração do PAINT e revisões | Alta | 4,0 | 4,0 | Assessorar o Auditor-chefe na elaboração do Plano PAINT. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Apoio à elaboração do RAINT | Alta | 4,0 | 4,0 | Assessorar o Auditor-chefe na confecção do Relatório RAINT. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Propor Ações do PGMQ: Nota Técnica | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaborar Nota Técnica com a identificação das propostas de ações para atingimento dos objetivos dos macroprocessos-chave (KPAs) definidos pela gestão como prioritários para implantação do PGMQ, utilizando a metodologia IA-CM (Portaria CGU nº 777, de 18 de fevereiro de 2019 ) |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Acompanhamento de metas do PGMQ: Relatório | Alta | 4,0 | 4,0 | Elaborar Relatório relatando o progresso das ações previstas para implantação do PGMQ, utilizando a metodologia Internal Audit Capability Model(IA-CM). (Portaria CGU nº 777, de 18 de fevereiro de 2019 ) |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Demanda Externa AUD | Alta | 4,0 | 4,0 | Responder às demandas externas de informação. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Demanda Interna AUD | Alta | 4,0 | 4,0 | Atender demandas do Auditor-Chefe. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Mapeamento de processos de Auditoria (Avaliação, Consultoria e Self Assessment) | Alta | 4,0 | 4,0 | Mapear os processos operacionais da coordenação de auditoria. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Elaboração de manuais e atualização de procedimentos (Avaliação, Consultoria e Self Assessment) | Alta | 4,0 | 4,0 | Documentar os procedimentos e atividades da coordenação de auditoria. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Reunião Interna | Baixa | 2,1 | 2,1 | Realizar reunião interna. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Solicitações administrativas gerais | Media | 4,0 | 4,0 | Realizar solicitações STI, SGA, etc (Fluxos) |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Atividades administrativas rotineiras | Baixa | 4,0 | 4,0 | Realizar atividades diversas para apoio da Coordenação de Auditoria. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Gestão da Equipe | Alta | 2,1 | 2,1 | Atividades de Gestão incluindo a substituição do Auditor-chefe. Orientar pessoalmente os colaboradores da coordenação na realização das suas atividades. |
| AUD - COORDENAÇÃO DE AUDITORIA | Organização das atividades da coordenação | Baixa | 1,0 | 1,0 | Coletar e consolidar dados dos trabalhos e atividades desempenhados pela coordenação, fornecendo informações que visem apoiar as tomadas de decisão (Painel Gerencial). |

## DIRETORIA I
## SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

### AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 56, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.218520/2021-58, resolve: autorizar a empresa PETROFLEX COMBUSTÍVEIS DO NORDESTE LTDA - CNPJ: 27.488.738/0003-68, a operar a instalação de Transportador Revendedor Retalhista (TRR), localizada a Rodovia BR-222, km 12 (Distrito Sede) - Campo Grande - Caucaia/CE. CEP: 61.680-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): 03:44:04,000; 38:39:23,000 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 90,00 m³.

| TQ | Ø (m) | Comprimento (m) | Capacidade (m³) | Classe | Tipo |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 2,54 | 6,00 | 30,00 | II ou III | Horizontal Aéreo |
| 02 | 2,54 | 6,00 | 30,00 | II ou III | Horizontal Aéreo |
| 03 | 2,54 | 6,00 | 30,00 | II ou III | Horizontal Aéreo |

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

### AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 57, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.220881/2021-64, resolve: autorizar a empresa GASSYSTEM DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI EPP, CNPJ nº 29.917.836/0001-37, a operar a instalação de distribuidor de gás liquefeito de petróleo (GLP) a granel, localizada a Rua Estrada Boiadeira, 05, Zona Rural Urbana - Restinga/SP. CEP: 14.430-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -20:33:33,868; -47:30:03,520 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 118,00 m³ / 60,00 toneladas.

| VASO | Ø (m) | Comprimento (m) | Capacidade (m³) | Capacidade (t) | Classe | Tipo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 2,71 | 20,82 | 118,00 | 60,00 | I | Horizontal Aéreo |

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

### AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 58, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 49, de 30/11/2016, e considerando o que consta no Processo 48610.220881/2021-64, resolve: autorizar a empresa GASSYSTEM DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI EPP - CNPJ 29.917.836/0001-37 a exercer a atividade de distribuidor de gás liquefeito de petróleo (GLP) a granel.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

### AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 59, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.219347/2020-24, resolve: autorizar a empresa AGRODIESEL TRR GENERAL SALGADO LTDA, CNPJ nº 00.409.382/0001-01, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR), localizada a Rua Antonio Zoccal, nº 1.137 - Distrito Industrial - Município de General Salgado/SP, CEP 15.300-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -20:38:42,267; -50:21:51,289 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 120,00 m³. Fica revogada a Autorização SDL-ANP Nº 47 de 01/02/2008.

| TQ | Ø (m) | Comprimento (m) | Capacidade (m³) | Classe | Tipo |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 2,55 | 12,00 | 60,00 | II e III | Horizontal Subterrâneo |
| 02 | 2,55 | 12,00 | 60,00 | II e III | Horizontal Subterrâneo |

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

### AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 60, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.201973/2022-26, resolve: autorizar a empresa CONSIGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, CNPJ nº 01.597.589/0010-00, a operar a instalação de distribuidor de gás liquefeito de petróleo (GLP) envasado e a granel, localizada a Rua Doutor José Czaki, 320 - Chapada - Araucária/PR. CEP: 83.707-744 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -25:33:25,531; -49:22:08,238 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 505,91 m³ (252,95 t). Fica revogada a Autorização SDL-ANP Nº 280 de 21/05/2021.

| Vaso | Ø (m) | Comprimento (m) | Capacidade (m³) | Capacidade (t) | Classe | Tipo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 3,50 | 21,96 | 253,20 | 126,60 | I | Horizontal Aéreo |
| 02 | 3,50 | 21,86 | 252,71 | 126,35 | I | Horizontal Aéreo |

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

### DESPACHO SDL-ANP Nº 165, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 5 de abril de 2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18 e o que consta do processo nº 48610.202003/2022-48, torna público o cancelamento da autorização ANP nº 647, de 15 de setembro de 2020, por requerimento do agente autorizado, para o exercício da atividade de agente de comércio exterior, a pedido da empresa GTS MILANO REFRIGERACAO S/A - 01.441.940/0001-89.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

### DESPACHO SDL-ANP Nº 166, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, § 1º, inciso IV e o que consta do processo nº 48610.202494/2022-27, torna público o cancelamento da autorização ANP nº 443, de 24 de junho de 2019, para o exercício da atividade de agente de comércio exterior do agente econômico YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - CNPJ 03.972.433/0001-05.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

## SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

### DESPACHO SPD-ANP Nº 164, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 7/2012, alterado pela Resolução ANP nº 775/2019, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1.Fica CREDENCIADA a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionada à área, tema e subtema abaixo.

2.Cabe à unidade credenciada manter atualizadas as informações referentes ao credenciamento no SIPED, a contar da data de publicação deste Despacho.

| | | |
|---|---|---|
| CREDENCIAMENTO ANP Nº | 1035/2022 | |
| UNIDADE DE PESQUISA | Laboratório de Processamento de Sinais e Visão Computacional (SigProCV) | |
| INSTITUIÇÃO CREDENCIADA | FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO | |
| CNPJ/MF | 05.440.725/0001-14 | |
| PROCESSO ANP | 48610.225053/2021-12 | |
| LOCALIZAÇÃO | Petrolina / PE | |
| ÁREA | TEMA | SUBTEMA |
| ABASTECIMENTO | COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES | OUTROS |
| EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ONSHORE E OFFSHORE | ENGENHARIA DE POÇO | MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO - SEGURANÇA |
| OUTRAS FONTES DE ENERGIA | ENERGIA SOLAR | ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA |

MARIA INÊS SOUZA

## DIRETORIA II
## SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS
## CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

### AUTORIZAÇÃO CPT-ANP Nº 55, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR GERAL do CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 265, de 10 de setembro de 2020, e com base no disposto na Resolução ANP nº 804, de 20 de Dezembro de 2019, concede os registros aos produtos discriminados a seguir:

| Nº DESPACHO | RAZÃO SOCIAL DO DETENTOR | CNPJ DO DETENTOR | MARCA COMERCIAL | PROCESSO | REGISTRO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1916980 | ENERGIS 8 AGROQUÍMICA LTDA | 03.805.416/0005-07 | MAXI GEAR GL 5 | 48600.200101/2022-60 | 4401 |
| 1916655 | PETROS-INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA | 34.883.214/0001-75 | GULF SUPERFLEET SUPREME | 48600.203873/2021-72 | 11536 |
| 1918830 | ACUMULADORES MOURA S/A | 09.811.654/0001-70 | LUBEL SINTÉTICO API SN | 48600.204268/2019-02 | 17161 |
| 1924518 | ACUMULADORES MOURA S/A | 09.811.654/0001-70 | LUBEL MINERAL API CI-4 | 48600.202579/2019-29 | 17162 |
| 1926949 | EXTRON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA | 07.685.256/0001-29 | EXTRON 4T PLUS | 48600.200210/2022-87 | 17183 |
| 1918307 | FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA | 43.995.646/0001-69 | TITAN SUPERSYN LONGLIFE | 48600.200990/2021-84 | 17222 |
| 1924542 | ICONIC LUBRIFICANTES S.A. | 05.524.572/0001-93 | IPIRANGA BRUTUS PERFORMANCE CK-4 | 48600.200177/2018-17 | 19143 |
| 1931045 | ENERGIS 8 AGROQUÍMICA LTDA | 03.805.416/0005-07 | MAXI ATF DEXRON VI | 48600.200127/2022-16 | 19445 |
| 1920549 | RENAULT DO BRASIL S.A. | 00.913.443/0001-73 | MOTRIO SUPER | 48600.203279/2021-81 | 21260 |
| 1918737 | TOYOTA DO BRASIL LTDA | 59.104.760/0001-91 | TOYOTA GENUINE POWER STEERING FLUID | 48600.200060/2022-10 | 21362 |
| 1915668 | PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO | 61.531.620/0017-09 | PROMAX SINTÉTICO S2 | 48600.200118/2022-17 | 21366 |
| 1918881 | CASTROL BRASIL LTDA | 33.194.978/0001-90 | MOTORCRAFT SAE75W DISCONNECT REAR DRIVE UNIT FLUID | 48600.200160/2022-38 | 21367 |
| 1918926 | DISTRIBUIDORA SEXTANTE LTDA | 04.176.770/0001-40 | LIQUI MOLY TOP TEC 6600 0W-20 | 48600.202621/2021-26 | 21368 |
| 1918955 | DISTRIBUIDORA SEXTANTE LTDA | 04.176.770/0001-40 | LIQUI MOLY TOP TEC 4110 5W-40 | 48600.202622/2021-71 | 21369 |
| 1918975 | DISTRIBUIDORA SEXTANTE LTDA | 04.176.770/0001-40 | LIQUI MOLY TOP TEC 4210 0W-30 | 48600.202623/2021-15 | 21370 |
| 1919005 | DISTRIBUIDORA SEXTANTE LTDA | 04.176.770/0001-40 | LIQUI MOLY MULTI-DISC CLUTCH OIL | 48600.202624/2021-60 | 21371 |
| 1919054 | DISTRIBUIDORA SEXTANTE LTDA | 04.176.770/0001-40 | LIQUI MOLY MOS2 LEICHTLAUF 10W40 | 48600.202625/2021-12 | 21372 |
| 1919128 | DISTRIBUIDORA SEXTANTE LTDA | 04.176.770/0001-40 | LIQUI MOLY TOP TEC ATF 1200 | 48600.202636/2021-94 | 21373 |
| 1926774 | SIM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PECAS LTDA - ME | 09.641.054/0001-00 | BRAVO RACING 20W50 4T | 48600.200021/2022-12 | 21374 |
| 1926783 | TAMCO LUBRIFICANTES E DERIVADOS LTDA | 61.465.597/0001-34 | FALKE 5W30 VANGUARD SP | 48600.200030/2022-03 | 21375 |
| 1927735 | HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL LTDA | 01.192.333/0003-94 | PRO HONDA MOTOR OIL | 48600.200135/2022-54 | 21376 |
| 1929445 | TRM LUBRIFICANTES EIRELI | 32.742.158/0001-23 | TRM SPECIAL 2T | 48600.200124/2022-74 | 21377 |

# Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

## GABINETE DA MINISTRA

### PORTARIA Nº 184, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.065282/2017-59(2017.01.77569), resolve:

Declarar anistiado político ROMEL ANÍZIO JORGE, inscrito no CPF sob o nº 047.495.536-20, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 31/01/1971 a 04/07/1975, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

### PORTARIA Nº 185, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.003961/2018-15 (2018.01.77672), resolve:

Declarar anistiado político post mortem HELVECIO RODRIGUES DE SOUZA, filho de ILIDIA MARIA DE JESUS, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 27/10/1965 a 31/12/1967, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

### PORTARIA Nº 186, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.004582/2015-64(2015.01.75237), resolve:

ALEX RODRIGUES BRITO DE MEDEIROS

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO CARLOS FERREIRA PINTO, inscrito no CPF sob o nº 099.430.561-34.

DAMARES REGINA ALVES

### PORTARIA Nº 187, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.003516/2015-77(2015.01.74905), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VALTER SOARES DE MATOS, inscrito no CPF sob o nº 605.950.358-68.

DAMARES REGINA ALVES

### PORTARIA Nº 188, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08001.000262/2015-61(2015.01.74751), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULO CHAVES MAYA, inscrito no CPF sob o nº 060.714.227-87.

DAMARES REGINA ALVES

### PORTARIA Nº 189, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.000589/2015-15(2015.01.74656), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ALTIVO ZAMPIERI CAMARA, inscrito no CPF sob o nº 015.046.659-53.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 190, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74256, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de PALATINO AUSTRIA TEIXEIRA, filho de ANA AUSTRIA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 191, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74060, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de DEOCLÉCIO DE ANDRADE, filho de LUIZA DE SOUZA ANDRADE.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 192, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72760, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por TELMA SANDRA AUGUSTO DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 037.326.308-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 193, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72430, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JORGE APRÍGIO DE PAULA, filho de GERALDA MARIA DE JESUS.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 194, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.15411, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NERY DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 098.457.637-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 195, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.028450/2017-25(2017.01.77052), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DEOCLECIANO DE ASEVEDO NETO, inscrito no CPF sob o nº 850.395.608-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 196, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.055261/2016-44 (2016.01.76593), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA, filho de MARCIA DE SOUZA ALMEIDA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 197, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.000007/2016-73(2016.01.75801), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANDRE LUIS NEIVA, inscrito no CPF sob o nº 036.861.658-48.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 198, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72597, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ ROBERTO VENTURA DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 050.680.838-60.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 199, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72320, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ERIONE GONÇALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº 695.931.598-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 200, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71124, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ ADOLFO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 831.766.248-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 201, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70608, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SAAD ZOGHEIB SOBRINHO, inscrito no CPF sob o nº 523.693.238-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 202, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.001278/2019-99(2019.01.78658), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ARCEU RAMOS DA SILVA JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 020.135.088-24.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 203, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.053747/2019-91(2019.01.78719), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ PAULINO DE SOUSA, inscrito no CPF sob o nº 189.383.451-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 204, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.023582/2019-22(2019.01.78531), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SANDRA LUCIA NANKRAN ROSA, inscrita no CPF sob o nº 129.203.986-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 205, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.001541/2019-40(2019.01.78729), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIANO ALMEIDA FALCÃO, inscrito no CPF sob o nº 097.353.131-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 206, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.001765/2019-51(2019.01.78776), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO MARTINS DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 049.711.868-83.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 207, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.001770/2019-64(2019.01.78778), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DIONÍSIO LEITE BORGES, inscrito no CPF sob o nº 285.964.471-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 208, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.026166/2019-86(2019.01.78525), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO CARLOS MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 095.005.020-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 209, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.025464/2019-59(2019.01.78524), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por HÉLIO GONÇALVES FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 154.881.286-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 210, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.025446/2019-77(2019.01.78523), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JORGE CESAR DE OLIVEIRA QUIRINO, inscrito no CPF sob o nº 432.857.327-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 211, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 00135.213863/2019-38(2019.01.78521), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DIJALMA MANOEL DIAS PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 093.921.918-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 212, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 00135.213865/2019-27(2019.01.78506), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por BAURO MIGUEL, inscrito no CPF sob o nº 739.999.038-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 213, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.015697/2019-43(2019.01.78478), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CESAR ROMERO DE SOUZA MUNIZ, inscrito no CPF sob o nº 729.586.427-04.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 214, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.015058/2019-88(2019.01.78467), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARCO AURELIO DE SOUZA MUNIZ, inscrito no CPF sob o nº 812.664.217-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 215, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.000487/2020-59(2020.01.78797), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLOS ROBERTO SOARES VILLARINS, inscrito no CPF sob o nº 075.650.377-96.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 216, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.002113/2020-78 (2020.01.78856), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO BOSCO ABERO, filho de FRANCISCA NOBLE ABERO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 217, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 00135.207345/2019-85(2019.01.78454), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MAURO DOS SANTOS MALHEIROS, inscrito no CPF sob o nº 105.080.587-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 218, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.002112/2020-23 (2020.01.78857), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO GUILHERME MARTINS, filho de ADELAIDE MACEDO MARTINS.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 219, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 00135.211805/2019-70(2019.01.78452), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GENÉSIO DAS GRAÇAS REIS, inscrito no CPF sob o nº 203.475.536-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 220, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.002311/2020-31(2020.01.78868), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de TIBURCIO DE SOUZA BARBOSA, filho de ISAURA MARIA DE SOUZA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 221, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.003139/2020-33 (2020.01.78881), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de WALDEMAR QUINTERO, filho de JULIANA QUINTERO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 222, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.048749/2018-87(2018.01.78293), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ CARLOS DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 160.167.346-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 223, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.047813/2018-11 (2018.01.78271), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO VITOR SOARES DA SILVA, filho de MARIA SOARES DA SILVA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 224, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.046782/2018-72(2018.01.78251), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DAVI EMERICH, inscrito no CPF sob o nº 114.116.861-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 225, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.046780/2018-83 (2018.01.78250), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de OSCAR ANTÔNIO DE LIMA, filho de MARIA EUGENIA PIRES.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 226, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.043156/2018-24(2018.01.78215), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MANOEL MESSIAS DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 312.034.186-04.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 227, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.042389/2018-18(2018.01.78151), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ALBERTO LOPES MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 056.108.261-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 228, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.041273/2018-53(2018.01.78135), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADISON PEREIRA RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº 226.269.647-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 229, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.040722/2018-46(2018.01.78128), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PEDRO MORA SIQUEIRA, inscrito no CPF sob o nº 097.401.718-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 230, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.037369/2018-17(2018.01.78119), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por NILTON ANTONIO CUSTÓDIO, inscrito no CPF sob o nº 214.142.031-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 231, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.032163/2018-09 (2018.01.77991), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JUMARI URSINE MURTA, filho de MARIA AUXILIADORA URSINE MURTA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 232, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.070135/2017-09(2017.01.77622), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por AIRTON JOSÉ MARQUES OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 214.195.230-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 233, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.006069/2017-13 (2017.01.76797), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de NILSON AQUINO, filho de MARIA BENEDITA AQUINO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 234, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.000874/2019-51 (2019.01.78611), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ARMANDO DE SOUZA GOMES, inscrito no CPF sob o nº 411.654.547-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 235, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.000875/2019-04 (2019.01.78612), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por AROLDO FERREIRA XAVIER, inscrito no CPF sob o nº 796.206.047-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 236, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.042819/2019-74 (2019.01.78619), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MÁRIO GOMES DE MELO, inscrito no CPF sob o nº 239.752.701-44.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 237, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.032534/2019-25 (2019.01.78552), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JUAREZ CORRÊA SIMÕES, inscrito no CPF sob o nº 077.391.680-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 238, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.042701/2019-46 (2019.01.78620), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JULIO CESAR GUEDES MONTEIRO, inscrito no CPF sob o nº 210.449.531-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 239, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.043928/2019-17 (2019.01.78636), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROMILDO LEONEL DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 274.349.744-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 240, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.001116/2019-51 (2019.01.78650), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JORGE LUIZ CABRAL COELHO, inscrito no CPF sob o nº 215.422.950-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 241, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.001249/2019-27 (2019.01.78651), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de MANOEL CASADO DE ALBUQUERQUE, filho de MARIA DO CARMO ALBUQUERQUE.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 242, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 00135.213864/2019-82 (2019.01.78543), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DE LOURDES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 098.628.878-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 243, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.048211/2019-53 (2019.01.78653), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ALTINO CARDOSO, filho de MARIA CARDOSO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 244, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.047555/2019-45 (2019.01.78654), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLOS FIGUEIRÓ DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 140.767.480-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 245, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.000477/2019-80 (2019.01.78538), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSINO MORAES JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 015.374.038-85.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 246, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.047549/2019-98 (2019.01.78656), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ASSIS FRANCISCO POMPERMAYER, inscrito no CPF sob o nº 113.665.240-04.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 247, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.048801/2019-86 (2019.01.78657), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA JOSÉ NOGUEIRA DOS SANTOS DE AGUIAR, inscrita no CPF sob o nº 605.216.947-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 248, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.000868/2019-02 (2019.01.78614), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADMILSON BRAGA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 647.771.117-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 249, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.028181/2019-69 (2019.01.78535), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DARCIO ROCHA NACUR, inscrito no CPF sob o nº 337.731.228-53.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 250, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 00135.222315/2020-32 (2020.01.78943), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RONALDO MARQUES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 990.944.441-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 251, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 00135.224766/2020-12 (2020.01.78965), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JORGE LUIZ DE CASTRO ARAUJO MANHÃES, inscrito no CPF sob o nº 796.649.037-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 252, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 00135.224817/2020-06 (2020.01.78996), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por WAGNER BEZERRA MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 633.073.677-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 253, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 00135.225090/2020-76 (2020.01.79013), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ HENRIQUE MENDES DE CAMPOS, inscrito no CPF sob o nº 063.924.589-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 254, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.003969/2020-61 (2020.01.79019), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANSELMO FRANCISCO MORAES, inscrito no CPF sob o nº 177.000.786-53.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 255, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União

de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 00135.223081/2021-21 (2021.01.79130), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA CÉLIA FRANCO PADIS, inscrita no CPF sob o nº 518.890.138-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 256, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.012310/2019-05 (2019.01.78443), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLOS ASSIS DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 521.284.407-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 257, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.011228/2019-55 (2019.01.78416), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de LENINE PEREIRA VIEGAS, filho de CECY MARIA VIEGAS.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 258, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.011224/2019-77 (2019.01.78414), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por HUMBERTO ROCHA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 733.673.467-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 259, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.048217/2018-40 (2018.01.78281), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por AGOSTINHO MOREIRA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 055.447.005-59.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 260, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.008326/2019-13 (2019.01.78350), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULO DE ALMEIDA MALTA, inscrito no CPF sob o nº 510.725.056-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 261, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.008336/2019-41 (2019.01.78345), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SERGIO LUIZ NICOLIS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 435.506.816-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 262, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.007566/2019-92 (2019.01.78343), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JAIME HENRIQUE DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 069.392.879-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 263, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.028308/2018-69 (2018.01.77958), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ARENE GONTIJO TAVARES, inscrito no CPF sob o nº 227.066.316-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 264, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.019822/2018-11 (2018.01.77863), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DANIEL ESTEVAM AFFONSO FILHO, inscrito no CPF sob o nº 307.685.867-04.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 265, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.017276/2018-76 (2018.01.77848), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CORIVALDES MACAUBAS DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 585.373.418-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 266, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.010829/2018-60 (2018.01.77793), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANATÁLIA MASSILON, inscrita no CPF sob o nº 017.862.613-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 267, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.008169/2018-57 (2018.01.77781), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ EDNALDO HIGINO, inscrito no CPF sob o nº 544.113.517-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 268, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.005965/2018-38 (2018.01.77759), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LEVI ANTONIO DE SOUSA, inscrito no CPF sob o nº 375.170.157-53.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 269, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.005530/2018-93 (2018.01.77757), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FREDERICO JOSÉ RIBEIRO BRANDÃO, inscrito no CPF sob o nº 026.885.228-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 270, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.003577/2018-12 (2018.01.77663), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ CARLOS GOMES, inscrito no CPF sob o nº 305.526.997-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 271, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.002485/2018-15 (2018.01.77657), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ ALVES, inscrito no CPF sob o nº 058.024.088-63.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 272, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.023541/2016-93 (2016.01.76102), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOSÉ DOS REIS BARBOSA, filho de ALBERTINA MARIA BARBOSA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 273, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido na 18ª Sessão do Conselho da Comissão de Anistia, realizada no dia 30 de novembro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.005125/2015-97 (2015.01.75340), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por HÉTIE CARDOSO DE MELO, inscrita no CPF sob o nº 027.995.109-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 274, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1503/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70594, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULO ALBERTO ALMEIDA LIRA, inscrito no CPF sob o nº 090.065.164-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 275, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1371/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.000851/2017-11 (2017.01.76641), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por IVANIR JOSÉ BORTOT, inscrito no CPF sob o nº 183.227.430-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 276, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1368/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.006808/2017-69 (2017.01.76816), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ ARARIPE JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 664.643.748-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 277, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1366/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.070679/2017-62 (2017.01.77632), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de WALDOMIRO DOS SANTOS filho de IRACEMA MARIA DE JESUS.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 278, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1364/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.000573/2015-02 (2015.01.74647), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de SARA REGINA NOVO COUTINHO, filha de NAHIR PEREIRA NOVO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 279, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1363/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.005591/2015-16 (2015.01.74620), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DE LOURDES SANTOS LOUSADA, inscrita no CPF sob o nº 002.439.508-02.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 280, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1402/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.000579/2015-71 (2015.01.74645), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por IRAJÁ LEONARDO DA FONSECA, inscrito no CPF sob o nº 005.247.860-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 281, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1360/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.012609/2015-28 (2015.01.74818), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de RICARDO HENRIQUE NICHOLLS, filho de GABRIELLA THEOTÔNIA DE SOUZA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 282, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1504/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.000210/2016-40 (2016.01.75845), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOSELICE ALELUIA CERQUEIRA DE JESUS, filha de MARIA DORALICE CERQUEIRA DE JESUS.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 283, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1341/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.022434/2016-48 (2016.01.76096), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de GUILHERME MENDES DOS SANTOS, filho de ANA ALMEIDA DOS SANTOS.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 284, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1635/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.004623/2015-12 (2015.01.75247), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ACYR DE ARAÚJO, filho de MARIA LUIZA DE ABREU ARAÚJO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 285, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1570/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.041532/2018-46 (2018.01.78134), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLOS RESENDE PINTO, inscrito no CPF sob o nº 285.029.301-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 286, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1565/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.011203/2018-71 (2018.01.77798), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de LAURO GOULART ROSADO, filho de HILDA GOULART ROSADO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 287, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1506/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08802.001119/2019-94 (2019.01.78652), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ALCIDES SALLES FILHO, filho de MIRIAN MAGALHÃES SALLES.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 288, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1562/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.040441/2018-93 (2018.01.78126), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VICENTE DE PAULA FALEIROS, inscrito no CPF sob o nº 013.136.998-96.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 289, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1636/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 00135.225409/2020-63 (2020.01.79009), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SÉRGIO LUIZ BITTENCOURT, inscrito no CPF sob o nº 177.410.920-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 290, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1404/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.071312/2017-66 (2017.01.77636), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JAIR TEIXEIRA, inscrito no CPF sob o nº 536.465.339-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 291, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1680/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.014934/2017-97 (2017.01.76914), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OTTO JOSÉ MATTOS FILGUEIRAS, inscrito no CPF sob o nº 836.654.988-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 292, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1568/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.033522/2018-37 (2018.01.78089), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de WLADEMIRO CAMPOS LOUREIRO, filho de RAULINA CAMPOS.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 293, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1505/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.035744/2019-75 (2019.01.78567), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ANACLETO FRANCISCO DE SALLES, filho de AUREA THEREZA DE SALLES.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 294, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1365/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.012411/2016-25 (2016.01.75959), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FERNANDO LUIZ KRATZ, inscrito no CPF sob o nº 107.849.770-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 295, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1682/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 00135.206918/2021-78 (2021.01.79083), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de VALDECI GOULART CORRÊA, filho de ORACINA GOULART CORRÊA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 296, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1367/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.065158/2017-93 (2017.01.77567), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ADILSON BALBINO DE OLIVEIRA, filho de IZABEL BALBINA DE OLIVEIRA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 297, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1645/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.004312/2018-31 (2018.01.77674), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de GENIVAL MONTENEGRO GUERRA, filho de AFRA MONTENEGRO GUERRA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 298, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1681/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72808, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOSÉ ANTONIO SOUZA LOUZEIRO, filho de CONCEIÇÃO DE MARIA SOUZA LOUZEIRO.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 299, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1569/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 08000.033050/2018-12 (2018.01.78060), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOSÉ SOUTO DE FRANÇA, filho de ISABEL SOUTO DA FRANÇA.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 300, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1606/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71152, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por HÉLIO ESTRELLA, inscrito no CPF sob o nº 030.482.177-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 301, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1618/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.000991/2016-16 (2016.01.75827), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RUTE NATÁLIA BRITO DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 030.626.502-81.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 302, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1617/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.004425/2016-75 (2016.01.75870), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JADSON SILVA FEITOSA, inscrito no CPF sob o nº 030.439.956-60.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 303, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1613/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.035682/2016-59 (2016.01.76330), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FERNANDO DE JESUS LOURENÇO, inscrito no CPF sob o nº 798.270.712-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 304, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1612/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.039823/2017-93 (2017.01.77220), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DELIA DA SILVA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 305.250.472-04.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 305, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1605/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.000969/2016-68 (2016.01.75816), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ECILENE BRITO DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 735.772.602-97.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 306, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1604/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.034399/2017-91 (2017.01.77191), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS NETO, inscrito no CPF sob o nº 213.699.332-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 307, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1629/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.025934/2015-51 (2015.01.75165), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DALVIZA LOPES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 575.731.311-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 308, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1537/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.006900/2015-67 (2015.01.74675), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA HELENA DE OLIVEIRA SOARES, inscrita no CPF sob o nº 251.438.592-04.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 309, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1535/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.025860/2015-52 (2015.01.75224), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RAIMUNDA PEREIRA DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 005.729.112-89.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 310, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1534/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.006917/2015-14 (2015.01.74686), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CLEONICE DA CONCEIÇÃO RIBEIRO, inscrita no CPF sob o nº 773.047.052-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 311, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1533/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.025834/2015-24 (2015.01.75192), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ODALIA MARTINS DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 450.651.522-68.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 312, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1532/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.034400/2015-15 (2015.01.75379), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MIRIAN VALERIA SILVEIRA SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 160.455.168-26.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 313, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1531/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.009293/2017-59 (2017.01.76852), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO LUCAS DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 155.687.412-04.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 314, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1530/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.027921/2016-05 (2016.01.76150), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EVA FERNANDES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 400.188.812-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 315, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1525/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.028124/2016-37 (2016.01.76172), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FRANCISCO ROCHA NETO, inscrito no CPF sob o nº 581.257.602-53.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 316, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1523/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.034017/2017-29 (2017.01.77130), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OTANIEL VIEIRA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 702.934.222-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 317, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1522/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.034398/2015-84 (2015.01.75429), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARCIA VERONICA SILVEIRA SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 329.269.208-30.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 318, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1521/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.000990/2016-63 (2016.01.75826), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OSMIR BRITO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 942.550.832-15.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 319, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1385/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.71885, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIA FERREIRA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 121.361.821-53.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 320, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1382/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.002257/2017-64 (2017.01.76709), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por AMORENA SURUÍ, inscrita no CPF sob o nº 520.659.792-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 321, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1548/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.025916/2015-79 (2015.01.75138), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARLUCIA DA SILVA NASCIMENTO, inscrita no CPF sob o nº 729.815.122-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 322, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1614/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.034041/2017-68 (2017.01.77158), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA ZULEIDE DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 365.250.062-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 323, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1518/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.025885/2015-56 (2015.01.75215), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ RIBAMAR MIRANDA COSTA CRUZ, inscrito no CPF sob o nº 086.136.052-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 324, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1260/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.044592/2017-30 (2017.01.71635), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DO CARMO VIANA FEITOSA, inscrita no CPF sob o nº 959.430.211-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 325, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1223/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.032972/2018-11 (2018.01.78038), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EVA SOUSA DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 326.688.481-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 326, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1146/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.017017/2015-01 (2015.01.74987), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MÁRIO BRITO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 168.005.402-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 327, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1144/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.014546/2016-25 (2016.01.75985), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOAQUIM SOARES DE ANDRADE, filho de ARCANJA SOARES DE ANDRADE.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 328, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1683/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.002217/2017-12 (2017.01.76701), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DEJOCY VIEIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 213.222.012-34.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 329, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1653/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08802.002186/2020-60 (2020.01.78862), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ TEODORO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 217.243.501-53.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 330, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1655/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08802.000781/2020-61 (2020.01.78805), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MATILDE BRODT DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 339.276.850-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 331, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1628/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.037054/2015-27 (2015.01.75506), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RAIMUNDO SOUZA CRUZ FILHO, inscrito no CPF sob o nº 047.503.732-49.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 332, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1623/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.014542/2016-47 (2016.01.75986), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CORACI BEZERRA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 476.713.782-91.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 333, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1633/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.033004/2018-13 (2018.01.78009), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por THAELMAN CARLOS MACHADO DE ALMEIDA, inscrito no CPF sob o nº 905.115.068-72.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 334, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1649/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.037185/2017-76 (2017.01.77259), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA EDNA COELHO SANTOS CHAGAS, inscrita no CPF sob o nº 008.739.201-12.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 335, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1648/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.043345/2017-16 (2017.01.77320), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GUIOMAR BORGES DOS REIS, inscrita no CPF sob o nº 959.920.811-00.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 336, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1236/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.034448/2017-95 (2017.01.77290), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MANOEL BEZERRA SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 411.354.662-20.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 337, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1622/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.000975/2016-15 (2016.01.75821), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por IDEANE BRITO DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 054.514.231-80.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 338, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1620/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.037094/2015-79 (2015.01.75555), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUZENIRA RODRIGUES BORGES DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 244.267.762-87.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 339, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1621/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.000965/2016-80 (2016.01.75814), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DA PAZ BRITO DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 681.969.542-04.

DAMARES REGINA ALVES

**PORTARIA Nº 340, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 1619/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.000971/2016-37 (2016.01.75818), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUCIDALVA BRITO DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 000.862.602-27.

DAMARES REGINA ALVES

# Ministério das Relações Exteriores

## SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PORTARIA DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, e no art. 1º da Portaria nº 640, de 06 de novembro de 2015, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, §3º, do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, a:

| Nome | Cargo | Missão | Órgão | Validade do Passaporte |
|---|---|---|---|---|
| Carlos Vitor Palhão Machado | Major - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República | Oficial de Transporte Aéreo nas Viagens Internacionais | Presidência da República | 30/06/2023 |

FERNANDO SIMAS MAGALHÃES

# Ministério da Saúde

## GABINETE DO MINISTRO

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria GM/MS nº 80, de 19 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União n° 15, de 21 de janeiro de 2022, Seção 1, página 191 a 193.

Onde se lê:

Art. 3º Os recursos orçamentários previstos nesta Portaria decorrerão do Ministério da Saúde e onerarão a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Primária à Saúde - Nacional, com impacto orçamentário de R$ 104.624.928,93 (cento e quatro milhões, seiscentos e vinte e quatro mil novecentos e vinte e oito reais e noventa e três centavos).

Leia-se:

Art. 3º Os recursos orçamentários previstos nesta Portaria decorrerão do Ministério da Saúde e onerarão a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Primária à Saúde - Nacional, nos Planos Orçamentários: PO 0002 - Agente Comunitário de Saúde; PO 0008 - Incentivo financeiro da APS - Capitação Ponderada; PO 0009 - Incentivo financeiro da APS - Desempenho; PO 000A - Incentivo para Ações Estratégicas; e PO 000D - Programa de Informatização da APS, com impacto orçamentário de R$ 105.592.725,95 (cento e cinco milhões, quinhentos e noventa e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos).

Onde se lê:

ANEXO

| UF | MUNICIPIO | IBGE | DECRETOS | VALOR COMPETÊNCIA DE REFERÊNCIA DEZEMBRO 2021 | VALOR A SER REPASSADO EM PARCELA ÚNICA, EQUIVALENTE ÀS COMPETÊNCIAS FINANCEIRAS DE JANEIRO E FEVEREIRO 2022 |
|---|---|---|---|---|---|

Leia se:

ANEXO

| UF | MUNICIPIO | IBGE | DECRETOS | VALOR COMPETÊNCIA DE REFERÊNCIA DEZEMBRO 2021 | VALOR A SER TRANSFERIDO EM PARCELA ÚNICA |
|---|---|---|---|---|---|

Onde se lê:

ANEXO

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| TOTAL | 155 MUNÍCIPIOS | - | R$ 52.796.362,97 | R$ 104.624.928,93 |

Leia se:

ANEXO

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| TOTAL | 155 MUNÍCIPIOS | - | R$ 52.796.362,97 | R$ 105.592.725,95 |

## SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

### RESOLUÇÃO-RE Nº 319, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: Não Identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): DECALAND DEPOT (TODOS); DIANABOL (TODOS); METANDROSTENOLONA (TODOS); STANOZOLAND DEPOT (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0382884/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da propaganda e comercialização dos produtos sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricados por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 2º, 12, 50 e 59 da Lei 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos, da marca Landerlan, bem como a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem os produtos. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.
.....
2. Empresa: Iraci Web Companhia Digital Eireli - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): SÊMEN DE TOURO (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0358740/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da propaganda e anúncio de venda do produto sem registro fabricado por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 2º, 12, e 59 da Lei 6.360/1976 . As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos da marca Semen de Touro, bem como a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem os produtos. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.
.....
3. Empresa: https://www.farmamanipulados.com/ - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): SIBUTRAMINA (TODOS); TESTOSTERONA (TODOS); METENOLONA (TODOS); OXIMETOLONA (TODOS); FEMPROPOREX (TODOS); ESTANOZOLOL (TODOS); METANDROSTENOLONA (TODOS); ANFEPRAMONA (TODOS); ANASTROZOL (TODOS); MIX EMAGRECEDOR COM FEMPROPOREX (TODOS); MIX TERAPIA PÓS CICLO (TODOS); MIX EMAGRECEDOR COM ANFEPRAMONA (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0361621/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação e comercialização de medicamentos sujeitos a controle especial sem registro por empresa desconhecida no site https://www.farmamanipulados.com/, em descumprimento ao Art. 35 da Portaria nº 344/98; Arts. 52 e 53 da RDC nº 44/2009; Arts. 50 e 59 da Lei nº 6.360/76; e Arts. 5º, 6º, 15 e 21 da Lei nº 5.991/73.
.....
4. Empresa: Não Identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): PRODUTOS FITOTERÁPICOS - KGONDIM (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0393224/22-9
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação e comercialização dos produtos sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, marca KGondim, fabricado por empresa desconhecida, em desacordo com os Artigos 2º; 12; 50; e 59 da Lei n° 6.360/1976 e Artigos 2º, parágrafo 5º; e 7º, parágrafo 1º da RDC nº 26/2014. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem o produto.
.....
5. Empresa: Não Identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): CAVEIRINHA PINK (TODOS); SARACURA CARÁ INSULINA (TODOS); FINY SBELT (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0395519/22-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação e comercialização por meio dos sites https://business.facebook.com/Finysbelt/103134705465688;
https://www.instagram.com/p/CU8aocJgIUX;
https://shopee.com.br/search?keyword=finy%20sbelt;
https://www.facebook.com/saracuracarainsulina; https://lista.mercadolivre.com.br/finy-sbelt#D/A:finy%20SBELT e
https://instagram.com/rainha.emagrecedor/?utm_medium=copy_link dos produtos sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricados por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 12,50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As açoes de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos das marcas FINY SBELT, SARACURA CARA INSULINA e CAVEIRINHA PINK, bem como a quaisquer estabelecientos fisicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos.
.....
6. Empresa: Não identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): TESTO POWER (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0391382/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da propaganda e comercialização por meio do site https://testopowercaps.com do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricado por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 2º, 12, 50 e 59 da Lei 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos fabricados pela empresa, marca Texto Power Caps, bem como a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem o produto. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.
.....
7. Empresa: Supra Ervas Bebidas e Alimentos Ltda. - CNPJ: 20.050.136/0001-13
Produto - Apresentação (Lote): PRODUTOS DA MTC - SUPRA ERVAS (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0350604/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da fabricação dos produtos da marca Supraervas como sendo da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), sem que estejam inscritos na Farmacopeia Chinesa, em descumprimento ao artigo 2º da RDC nº 21/2014 e arts. 2º, 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a quaisquer estabelecimentos comerciais ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem os produtos em questão.

### PORTARIA Nº 38, DE 27 DE JANEIRO DE 2022

Atualiza a habilitação do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, do município de Maceió/AL, como referência hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco (GAR), Tipo 2.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.106, de 28 de maio de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de Alagoas e aloca recursos financeiros para sua implementação;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 889, de 8 de agosto de 2013, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui incentivos na Tabela de Incentivos às Redes no SCNES;

Considerando o Capítulo II, Anexo II - Rede Cegonha - Título III - Das diretrizes de organização da atenção à saúde na gestação de alto risco - Capítulo IV e Título IV - Das diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de unidade neonatal no âmbito do SUS - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Plano de Ação Regional da Rede Cegonha do Estado de Alagoas, aprovado pela Resolução CIB-AL nº 121, de 17 de dezembro de 2012;

Considerando a avaliação técnica da Coordenação de Saúde das Mulheres - COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS, constante do NUP/SEI 25000.077814/2015-58, resolve:

Art. 1º Fica atualizada a habilitação do estabelecimento a seguir descrito, como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco (GAR), Tipo 2, Cód. Habilitação 14.14.

| UF | MUNICÍPIO | GESTÃO | ESTABELECIMENTO DE SAÚDE | CNES | NÍVEL DE REFERÊNCIA | CÓDIGO DE HABILITAÇÃO | Nº DE LEITOS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AL | MACEIÓ | MUNICIPAL | HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES | 2006197 | TIPO 2 | 14.14 | 20 |

§ 1º O estabelecimento de saúde estará sujeito à avaliação de técnicos da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS) e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas Portarias, poderá ter suspensos os efeitos de sua habilitação.

§ 2º A atualização dos leitos como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco Tipo 2 (Cód. Habilitação 14.14), não acarretará acréscimo de valor ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade do Município de Maceió (AL), em razão da Portaria GM/MS nº 1.106, de 28 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

**PORTARIA Nº 39, DE 27 DE JANEIRO DE 2022**

Atualiza a habilitação da Maternidade Escola Santa Mônica - Maceió/AL, como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco (GAR), Tipo 2.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.106, de 28 de maio de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de Alagoas e aloca recursos financeiros para sua implementação;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 889, de 8 de agosto de 2013, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui incentivos na Tabela de Incentivos às Redes no SCNES;

Considerando o Capítulo II, Anexo II - Rede Cegonha - Título III - Das diretrizes de organização da atenção à saúde na gestação de alto risco - Capítulo IV e Título IV - Das diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de unidade neonatal no âmbito do SUS - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Plano de Ação Regional da Rede Cegonha do Estado de Alagoas, aprovado pela Resolução CIB-AL nº 121, de 17 de dezembro de 2012; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação de Saúde das Mulheres - COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS, constante do NUP/SEI 25000.156806/2014-96, resolve:

Art. 1º Fica atualizada a habilitação do estabelecimento de saúde descrito a seguir, como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco (GAR), Tipo 2, Cód. Habilitação 14.14.

| UF | MUNICÍPIO | ESTABELECIMENTO | CNES | GESTÃO | NÍVEL DE REFERÊNCIA | CÓDIGO DE HABILITAÇÃO | Nº DE LEITOS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AL | MACEIÓ | Maternidade Escola Santa Mônica | 2009250 | ESTADUAL | TIPO 2 | 14.14 | 28 |

§ 1º O estabelecimento de saúde estará sujeito à avaliação de técnicos da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS) e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas Portarias, poderá ter suspensos os efeitos de sua habilitação.

§ 2º A atualização dos leitos como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco Tipo 2 (Cód. Habilitação 14.14), não acarretará acréscimo de valor ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade do Município de Maceió (AL), em razão da Portaria GM/MS nº 1.106, de 28 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

**PORTARIA Nº 40, DE 28 DE JANEIRO DE 2022**

Exclui atributo complementar do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP) e do Repositório de Terminologias em Saúde (RTS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Seção VII - Da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde SUS - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 116, de 21 de janeiro de 2022, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os critérios de apresentação de Autorização de Procedimento Ambulatorial (APAC) no cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica (DRC) e na Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Especializada e Temática - DAET/SAES/MS e do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle - DRAC/SAES/MS, NUP-SEI 25000.010337/2022-70, resolve:

Art. 1º Fica excluído o atributo complementar "041 - APAC com validade fixa de 12 competências" do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP) e do Repositório de Terminologias em Saúde (RTS).

§1º Fica excluído o atributo complementar "041 - APAC com validade fixa de 12 competências" nos procedimentos "03.01.13.006-0 ACOMPANHAMENTO MULTIPROFISSIONAL EM DRC ESTÁGIO 05 PRÉ DIÁLISE" e "03.01.07.017-2 - MANUTENÇÃO DA PRÓTESE DE IMPLANTE COCLEAR" da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.

§2º O registro e a apresentação de Autorização de Procedimento Ambulatorial (APAC) dos procedimentos "03.01.13.006-0 ACOMPANHAMENTO MULTIPROFISSIONAL EM DRC ESTÁGIO 05 PRÉ DIÁLISE" e "03.01.07.017-2 - MANUTENÇÃO DA PRÓTESE DE IMPLANTE COCLEAR" deverão obedecer aos critérios estabelecidos na Portaria GM/MS nº 116, de 21 de janeiro de 2022.

Art. 2º Cabe à Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - CGSI/DRAC/SAES/MS, a adoção das providências necessárias no sentido de adequar o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP) e o Repositório de Terminologias em Saúde (RTS), com vistas a implantar as alterações definidas nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais na competência março de 2022.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

### 4ª DIRETORIA

### GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

**RESOLUÇÃO-RE Nº 320, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Revogar a Medida Preventiva nº 3 do Anexo da Resolução-RE nº 4.657, de 13 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 234, de 14 de dezembro de 2021, Seção 1, pág. 93, referente à empresa constante no Anexo da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A - CNPJ: 60.659.463/0029-92
Produto - Apresentação (Lote): NOVAMOX - 875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 20(KR6737);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 4459922/21-6
Assunto: 70358 - Revogação de Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização revogadas: Recolhimento -
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Deferimento do pleito protocolado em Recurso Administrativo (exp. 8439281/21-8).

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução-RE nº 213, de 25 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União n° 18, de 26 de janeiro de 2022, seção 1, pág. 95, referente a medida preventiva do Anexo.

Onde se lê:

"Em desacordo com os Artigos. 2º e 12 da Lei 6.3060/1976 e Inciso IV do Art. 10 da Lei nº 6.437/1977"

Leia-se:

"Em desacordo como Art. 29 da RDC 44/2009, com os § 3º e § 4° do Art. 3º da IN nº 09/2009, com os Artigos 2º e 12 da Lei nº 6.360/1976 e como Art. 10 da Lei nº 6.437/1977"

### COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

**RESOLUÇÃO-RE Nº 310, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

EFA CARGAS LOG LTDA / 14.832.664/0001-21
25351.774260/2018-01 / 1182804
7013 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 0047071222
---
MAXIMUM - TRANSPORTES & LOGISTICA EIRELI - EPP / 12.140.826/0001-35
25351.368356/2012-18 / 1231758
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0177900229
---
CIMED INDUSTRIA S.A. / 02.814.497/0008-83
25351.121106/2021-20 / 1251289
7117 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - INDÚSTRIA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0214554228
25351.121106/2021-20 / 1251289
7117 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - INDÚSTRIA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0214553221
25351.121106/2021-20 / 1251289
7117 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - INDÚSTRIA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0214551229
---
INJEFARMA CAVALCANTI E SILVA DISTRIBUIDORA LTDA EPP / 09.607.807/0001-61
25351.606557/2018-37 / 1180604
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0229333222
---
ECM FLORES / 11.872.938/0001-18
25351.272031/2014-49 / 1125833
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0262525223
---
CLORELLA FARMÁCIA DE MAMIPULAÇÃO E PRODUTOS NATURAIS LTDA - EPP / 04.767.168/0001-88
25351.367958/2018-66 / 1178507
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 0163872226
---
NGD COMERCIO - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO EIRELI / 37.513.657/0001-62
25351.190958/2021-67 / 1267460
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0164524223
---
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL MIRACEMA LTDA / 03.946.428/0002-09
25351.639077/2017-71 / 1171820
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0047136227
---
TG TRANSPORTES GERAIS E DISTRIBUICAO LTDA / 03.562.929/0010-93
25351.530055/2014-72 / 1117412
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0047081228
---
TOC TERMINAIS DE OPERAÇÃO DE CARGAS LTDA. / 67.546.671/0007-19
25351.563803/2014-73 / 1119336
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0229328229

---
ALMEIDA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME / 17.035.133/0001-04
25351.010430/2016-74 / 1154170
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0047077221
---
CANN 10 PHARMA LTDA / 41.424.160/0001-45
25351.694807/2021-83 / 1260371
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 0405238223
---
FEDEX BRASIL LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA / 10.970.887/0019-23
25351.932899/2016-84 / 1152900
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0177813229
---
PINEX COMERCIAL IMPORTADORA E SERVICOS LTDA / 15.448.112/0001-87
25351.620251/2018-93 / 1180851
7003 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - EXPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0229214223
25351.620251/2018-93 / 1180851
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0229158226

**RESOLUÇÃO-RE Nº 311, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BR4 TRANSPORTES DE CARGAS EM GERAL LTDA / 23.246.316/0002-44
25351.922828/2021-02 / 1268769
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0184422221
---
ALA URB TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA / 20.051.163/0001-00
25351.019049/2022-09 / 1268923
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0153589221
---
MULTIMAIS ATACADO EIRELI / 38.062.843/0001-95
25351.843502/2021-10 / 1268741
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 7295801219
---
MEDCENTER COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA / 40.798.163/0001-86
25351.028503/2022-12 / 1269031
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0229107222
---
CIMED REMEDIOS S.A / 16.619.378/0019-37
25351.019086/2022-17 / 1268829
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0153751223
---
Cristiano Cesar Marcolino - Me / 08.841.387/0001-10
25351.028519/2022-17 / 1269076
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0229256228
---
R SOARES DOS SANTOS COMERCIO / 33.930.895/0001-12
25351.023438/2022-21 / 1268877
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0177721227
---
R.A FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 42.083.525/0001-88
25351.829546/2021-29 / 1268711
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2923927214
---
CRESCENTE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.362.423/0001-27
25351.019034/2022-32 / 1268790
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0153509228
---
EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S.A. / 80.227.796/0058-94
25351.004309/2022-33 / 1268738
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0047120223
---
HM PHARMA MEDICAMENTOS DO BRASIL LTDA / 41.853.804/0001-10
25351.019066/2022-38 / 1268968
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0153700220
---
VIAPHARMA DISTRIBUIDORA LTDA / 42.147.258/0001-65
25351.023475/2022-39 / 1268941
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0177888229
---
UP DISTRIBUIDORA LTDA / 44.152.616/0001-53
25351.028513/2022-40 / 1269045
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0229180221
---
HOSPMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI EPP / 08.283.066/0001-48
25351.023441/2022-44 / 1268894
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0177727225
---
DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES SUPERMED LTDA / 43.934.068/0001-50
25351.005420/2022-47 / 1268815
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0181442221
---
R B DA SILVA DISTRIBUIDORA / 40.936.974/0001-04
25351.020542/2022-63 / 1268846
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0164495223
---
SAUDE EXPRESS LTDA / 23.197.675/0001-78
25351.023502/2022-73 / 1268985
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0178006220
---
VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA. / 24.893.687/0002-80
25351.772491/2021-78 / 1268755
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 7739799211
---
DIVINA MED HOSPITALAR EIRELI / 23.180.650/0001-61
25351.023557/2022-83 / 1268999
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0178180220
---
PSG COMERCIO FARMACEUTICO LTDA / 23.416.453/0001-07
25351.020556/2022-87 / 1268850
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0164567224
---
ACRIPEL DISTRIBUIDORA PERNAMBUCO LTDA / 24.455.677/0012-35
25351.020522/2022-92 / 1268881
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0164383221

**RESOLUÇÃO-RE Nº 312, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

THAIS FEITOSA BORGES MANIPULAÇÃO EIRELI / 30.545.431/0001-02
25351.073344/2021-11 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 8550552218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 313, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

INTOLOGY DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA - EPP / 22.843.109/0001-23
25351.650037/2015-18 / 8129071
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 3161132210
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Não atualização dos dados cadastrais, contrariando a RDC nº 16/2014, e não cumprimento da notificação de exigência nº 3161132/21-0.
---
DF VASCONCELLOS S.A. OPTICA E MECANICA DE ALTA PRECISAO / 61.482.725/0001-58
0573997 / 1032637
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 2241171192
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Não atualização dos dados cadastrais, contrariando a RDC nº 16/2014, e não cumprimento da notificação de exigência nº 2248496/19-5.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 314, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 06.271.093/0166-83
25351.019183/2022-00 / 7873419
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154415222
---
DROGARIA ALVA LTDA / 44.075.540/0001-00
25351.023627/2022-01 / 7873834
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178739220
---
L. R. MELO DE SOUZA / 19.920.527/0001-62
25351.049693/2022-01 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4424399214
---
D Z DE CONTO BATISTUS LTDA / 08.881.362/0005-74
25351.014410/2022-01 / 7874428
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129113221
---
SAUDE EXPRESS LTDA / 23.197.675/0001-78

25351.023465/2022-01 / 1268910
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0177837225
---
ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA / 07.412.297/0001-41
25351.020496/2022-01 / 1268863
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0164266224
---
v d c alves me / 38.347.048/0001-43
25351.019190/2022-01 / 7873484
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154436225
---
BIOQUIMICO MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS EIRELI-ME / 08.783.876/0004-06
25351.813234/2021-01 / 7873589
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4619666218
---
Farma Popmed LTDA / 44.005.419/0001-01
25351.011106/2022-01 / 7873150
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094749221
---
JULIANA ALVES DA SILVA LTDA / 43.214.336/0001-60
25351.014428/2022-02 / 7874598
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129168228
---
DROGARIA MENDONÇA LTDA / 44.564.465/0001-40
25351.011089/2022-02 / 7873007
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094698222
---
IDEAL EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA / 34.230.470/0002-44
25351.023634/2022-03 / 7873908
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178760228
---
TTJB TRANSPORTES E LOGÍSTICA EIRELI / 11.423.942/0001-07
25351.019017/2022-03 / 3110668
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0153439220
---
SOFT TRANSPORTES EIRELI / 39.698.646/0001-20
25351.537546/2021-03 / 1268801
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 4733699212
---
HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CONSUL CARLOS RENAUX / 82.986.985/0002-11
25351.011113/2022-03 / 7873223
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094770229
---
BRENO FRANCELINO DA SILVA COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA / 43.509.166/0001-40
25351.011096/2022-04 / 7873086
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094720222
---
TTJB TRANSPORTES E LOGÍSTICA EIRELI / 11.423.942/0001-07
25351.019024/2022-05 / 4042058
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0153468220
---
M DO C A DA PAZ MEDICAMENTOS / 43.739.223/0001-88
25351.023641/2022-05 / 7873973
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178783227
---
PELOG - ARMAZENS GERAIS LTDA / 03.986.934/0001-32
25351.019088/2022-06 / 3110714
734 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0153760222
---
DROGARIA RAPIDA DE QUINTINO LTDA / 40.030.727/0001-36
25351.073179/2021-06 / 7873328
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550097216
---
R P DA SILVA RIOS DOS SANTOS MEDICAMENTOS / 44.230.053/0001-74
25351.061162/2021-06 / 7872839
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535751211
---
PSG COMERCIO FARMACEUTICO LTDA / 23.416.453/0001-07
25351.020552/2022-07 / 3110731
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0164556222
---
Unamed Produtos Hospitalares Ltda / 43.962.576/0001-42
25351.026321/2022-07 / 8241199
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0214397220
---
LIMA COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACAO DE ARTIGOS HOSPITALARES LTDA / 40.667.882/0001-68
25351.023497/2022-07 / 1268971
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0177961228
---
SOMMAPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 00.519.577/0001-04
25351.067830/2021-09 / 8240990
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 4938702215
---
FARMACIA TOP10 MEDICAMENTOS LTDA. / 30.324.226/0001-09
25351.061202/2021-10 / 7872887
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535772213
---
ALLPREMIUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 61.659.249/0001-06
25351.019047/2022-10 / 1268906
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0153564229
---
ALTERNATIVA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA / 43.556.958/0001-76
25351.030873/2022-10 / 8241280
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0243502222
---
farmacias da economia farma ltda / 43.599.432/0001-73
25351.073175/2021-10 / 7873299
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550085212
---
FARMACIA MARIANO AGRONOMICA LTDA / 44.575.813/0001-85
25351.019181/2022-11 / 7873393
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154409228
---
DROGARIA NOVO CAMBUI LTDA / 44.490.500/0001-24
25351.023609/2022-11 / 7873803
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178571221
---
A. K. EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA / 39.380.269/0001-86
25351.014419/2022-11 / 7874505
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129141226
---
START TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA / 04.050.018/0001-59
25351.026381/2022-11 / 3110822
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0214714225
---
KVO MED BRASIL LTDA / 42.910.092/0001-97
25351.026328/2022-11 / 1269001
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0214431223
---
WF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 43.025.186/0001-46
25351.023537/2022-11 / 8241171
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0178105228
---
THECHOF COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 44.034.583/0001-47
25351.004311/2022-11 / 1268724
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0047122226
---
ibetex importação e exportação ltda - epp / 04.397.247/0001-44
25351.116626/2021-11 / 3110728
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3262751219
---
EMBRAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 04.310.364/0001-29
25351.030864/2022-11 / 3110867
735 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0243473222
---
DROGARIA PAGUE BARATO LTDA / 40.256.965/0001-64
25351.591656/2021-11 / 7873575
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 5231402212
---
CRESCENTE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.362.423/0001-27
25351.019038/2022-11 / 3110685
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0153521228
---
ALTERNATIVA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA / 43.556.958/0001-76
25351.030871/2022-12 / 3110871
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0243494220
---
ALCIDIA VIEIRA ANTONIO ME / 02.315.181/0001-70
25351.011104/2022-12 / 7873146
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094743221
---
SILVANIA NUNES DE AMORIM / 42.623.647/0001-10
25351.023625/2022-12 / 7873817
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178733221
---
j w f da s costa farmacia / 40.937.767/0001-66
25351.685336/2021-12 / 7873649
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0100077226
---
RODO ESTRELA LOGISTICA LTDA / 10.463.827/0001-95
25351.922648/2021-12 / 4042031
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0232941220
---
Alvarez Comércio de Medicamentos Ltda / 24.699.947/0001-09
25351.019199/2022-12 / 7873635
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154464221
---
RC MEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS, HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS EIRELI / 14.691.333/0001-19
25351.023463/2022-12 / 8241141
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0177822228
---
DROGARIAS NITEROIENSE LTDA / 29.649.804/0001-06
25351.051897/2021-13 / 7874033
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8525379211
---
NAZÁRIO ROSA E RODRIGUES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 10.768.389/0011-45
25351.014426/2022-13 / 7874567
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129162229
---
SUPRICORP SUPRIMENTOS LTDA / 54.651.716/0011-50
25351.014255/2022-14 / 8240847
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0127983228
---
Care Distribuidora de Equipamentos Médicos e Hospitalares Ltda / 40.084.106/0001-35
25351.028477/2022-14 / 8241231
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0228991226
---
PELOG - ARMAZENS GERAIS LTDA / 03.986.934/0001-32
25351.019052/2022-14 / 4042075
746 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0153612223
---
FARMACIA TOTAL PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 43.708.179/0001-49
25351.011111/2022-14 / 7873206
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094764224
---
FARMACIA SAUDE FARMA LTDA / 41.156.672/0001-78
25351.023632/2022-14 / 7873882
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178754223
---
MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0212-40
25351.052885/2021-14 / 7874016
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8522837211
---
J C COSTA LIMA E CIA LTDA / 43.130.696/0001-83
25351.014417/2022-14 / 7874480
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129135221
---
W. H. GUILHERME RAMOS EIRELI / 29.254.763/0001-40
25351.004327/2022-15 / 8240955
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0047290226
---

BARÃO SUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 43.906.605/0001-59
25351.028493/2022-15 / 8241259
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0229049222
---
C M DE CARVALHO / 44.036.833/0001-88
25351.011094/2022-15 / 7873069
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094714228
---
Farmacia Luz da Esperança LTDA / 41.308.150/0002-25
25351.019197/2022-15 / 7873618
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154458226
---
DROGARIAS DIAS LIMA JH LTDA / 12.057.989/0003-10
25351.061144/2021-16 / 7874078
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535711211
---
GASPAR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 14.909.224/0001-25
25351.020543/2022-16 / 8241081
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0164508228
---
VIAPHARMA DISTRIBUIDORA LTDA / 42.147.258/0001-65
25351.023488/2022-16 / 1268937
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0177928221
---
COMERCIAL DE MEDICAMENTOS NOVA FORMA LTDA / 43.808.836/0001-20
25351.014424/2022-16 / 7874540
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129156224
---
JF LIMA DROGARIA LTDA ME / 15.713.764/0001-00
25351.073177/2021-17 / 7873301
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550091217
---
Droga Raphael Sansana Eireli / 10.834.344/0021-01
25351.023630/2022-17 / 7873865
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178748229
---
O F DE MELO ME / 04.015.438/0001-02
25351.448361/2021-17 / 3110641
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0220363226
---
A&B COMERCIOS DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E CORRELATOS LTDA / 41.639.911/0002-21
25351.073168/2021-18 / 7872978
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550067214
---
DROGARIA PARACATU BAIRRO LTDA / 41.308.632/0002-85
25351.011092/2022-18 / 7873041
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094708223
---
RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2861-01
25351.015719/2022-18 / 7874644
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0139542224
---
Distribuidora Nova Presto LTDA / 11.871.723/0001-82
25351.019020/2022-19 / 3110671
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0153464224
---
DROGARIA NOVA CARLIFONIA LTDA / 38.084.108/0001-82
25351.020975/2022-19 / 7873788
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0165496229
---
DEILIANE C SILVA / 44.451.639/0001-69
25351.020973/2022-20 / 7873761
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0165490220
---
MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0231-02
25351.073173/2021-21 / 7873285
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550082218
---
CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0663-56
25351.902522/2021-21 / 7872808
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4760217211
---
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1313-37
25351.008436/2021-21 / 7869861
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8423134213
---
SEROMA DROGARIAS E PERFUMARIAS LTDA / 09.580.548/0001-22
25351.028468/2022-23 / 1269014
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0228919223
---
RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2841-68
25351.015641/2022-23 / 7874627
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0139435225
---
BARBOSA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 44.534.225/0001-01
25351.019188/2022-24 / 7873467
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154430226
---
FORTHOSPITALAR DISTRIBUIÇÃO LTDA / 31.469.964/0001-07
25351.028475/2022-25 / 1269028
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0228976227
---
CASSIO FERREIRA LTDA / 44.550.265/0001-39
25351.011100/2022-26 / 7873115
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094732226
---
JULIO CEZAR GUERRA MARTINS / 35.394.515/0001-06
25351.019195/2022-26 / 7873531
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154452227
---
CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0665-18
25351.061142/2021-27 / 7874051
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535705217
---
DROGARIA E PERFUMARIA EMUNAH EIRELI / 38.372.621/0001-79
25351.014422/2022-27 / 7874522
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129150225
---
DROGARIA MILLENE LTDA / 06.948.273/0002-20
25351.023639/2022-28 / 7873956
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178776224
---
ALLIS INDUSTRIA DE SANEANTES LTDA / 32.074.595/0001-16
25351.019075/2022-29 / 3110701
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0153727225
---
MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0225-64
25351.073166/2021-29 / 7872951
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550060217
---
EDUARDO F. DA SILVA / 39.839.137/0001-70
25351.011090/2022-29 / 7873024
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094702224
---
FOREO Brasil Produtos de Tecnologia Ltda / 30.070.212/0002-97
25351.026363/2022-30 / 8241214
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 0214644227
---
FARMACIA E DROGARIA NISSEI S.A / 79.430.682/0393-39
25351.072435/2021-30 / 7872947
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8549568219
---
EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A / 06.626.253/1303-65
25351.011099/2022-30 / 7873101
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094729226
---
RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2871-83
25351.015590/2022-30 / 7874613
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0139357220
---
FARMARCIA PAIS E FILHOS LTDA / 42.949.862/0001-05
25351.015671/2022-30 / 7874631
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0139481229
---
DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 06.271.093/0167-64
25351.073171/2021-31 / 7873011
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550076213
---
Exclusiva Distribuidora de Medicamentos LTDA-ME / 05.888.603/0001-95
25351.004348/2022-31 / 3110654
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0047492228
---
RB COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI / 42.891.684/0001-09
25351.026370/2022-31 / 8241228
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0214660222
---
MARQUES E SOARES LTDA / 44.371.911/0001-09
25351.061165/2021-31 / 7872856
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535760210
---
DROGARIA MESQUITA LTDA / 44.695.932/0001-71
25351.020971/2022-31 / 7873743
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0165483227
---
Cosmolog Logística ltda / 10.759.580/0001-59
25351.023482/2022-31 / 3110776
734 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0177916222
25351.023563/2022-31 / 4042183
746 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0178189227
---
FARMAPE DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 41.587.805/0001-60
25351.023743/2021-31 / 7873670
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0262965228
---
JORGE ANASTASIO PRODUTOS DE HIGIENE ME / 27.831.285/0001-69
25351.503813/2021-31 / 4042061
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0248334221
---
poupe farma ltda / 43.979.659/0001-44
25351.019179/2022-33 / 7873380
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154398229
---
E RODRIGUES FILHO EIRELI / 31.598.674/0001-63
25351.061207/2021-34 / 7872920
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535784217
---
LGV FARMACIAS LTDA - NOVO HAMBURGO / 11.020.296/0005-52
25351.613935/2021-34 / 7873359
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4700347212
---
JORGE ANASTASIO PRODUTOS DE HIGIENE ME / 27.831.285/0001-69
25351.503838/2021-34 / 3110699
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0248459228
---
DROGARIA INOVAFARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI EPP / 43.058.678/0001-38
25351.019186/2022-35 / 7873440
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154424221
---
laboratorio de protese e ortese ltda / 01.103.144/0001-36
25351.020499/2022-36 / 8241106
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 0164278222
---
TULIO BEZERRA DE MATOS / 43.122.250/0001-07
25351.014413/2022-36 / 7874459
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129122220
---
ASSIS E BATISTA LTDA / 44.249.483/0001-38
25351.011109/2022-37 / 7873181
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094758220
---
B A CORREA DA SILVA / 43.700.123/0001-48
25351.019193/2022-37 / 7873513
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154446222
---
Souza Cruz Farmacia LTDA. / 37.130.216/0001-81
25351.011116/2022-39 / 7873254
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094779222
---
DROGA RAPHAEL SANSANA EIRELI / 10.834.344/0020-12

25351.023637/2022-39 / 7873939
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178769221
---
PAULO CESAR BISPO SOARES / 16.956.693/0001-20
25351.813244/2021-39 / 7873561
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4619716218
---
FEJOVI LOGÍSTICA TRANSPORTES LTDA / 32.981.010/0001-41
25351.023556/2022-39 / 4042170
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0178174220
---
CLINIC FARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 44.212.307/0001-21
25351.011114/2022-40 / 7873237
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094773223
---
lucas arlindo silva prado drogaria / 43.325.911/0001-00
25351.023635/2022-40 / 7873911
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178763222
---
PSG COMERCIO FARMACEUTICO LTDA / 23.416.453/0001-07
25351.020539/2022-40 / 1268832
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0164477225
---
transdta transportes e assessoria em comercio exterior ltda me / 08.093.972/0001-80
25351.028496/2022-41 / 4042226
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0229053220
---
A M O GALO TRANSPORTES DE CARGAS / 23.770.345/0001-20
25351.028520/2022-41 / 1269062
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0229258221
---
DOCTOR DISTRIBUIDORA E HOME CARE EIRELI / 29.198.442/0001-76
25351.020546/2022-41 / 8241094
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0164534229
---
Forty Four Liz LTDA / 39.897.370/0001-09
25351.023480/2022-41 / 4042166
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0177901225
---
PELOG - ARMAZENS GERAIS LTDA / 03.986.934/0001-32
25351.019089/2022-42 / 8241050
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 0153761229
---
IRMAOS MATTAR E CIA LTDA / 25.102.146/0177-30
25351.052172/2021-42 / 7873652
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8520829219
---
CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0664-37
25351.061163/2021-42 / 7872842
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535754215
---
EXPRESSO SAO MIGUEL S/A / 00.428.307/0003-50
25351.778548/2021-42 / 8237605
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 4570310214
---
COMERCIAL DE ANGELO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 42.493.755/0001-15
25351.020507/2022-44 / 8241123
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0164303227
---
M P PACHECO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 42.255.903/0001-63
25351.061205/2021-45 / 7872902
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535778212
---
ALLPREMIUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 61.659.249/0001-06
25351.020560/2022-45 / 4042104
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0164585222
---
DROGARIA PRATA DE SA LTDA / 33.854.962/0001-67
25351.881223/2021-46 / 7864847
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4712971219
---
FARMED BH DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 32.872.316/0002-40
25351.019184/2022-46 / 7873422
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154418227
---
DISTRIBUIDORA SUL MINAS P.A LTDA / 18.571.940/0001-04
25351.850640/2021-47 / 4042013
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2971690211
---
LG COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 30.107.453/0001-82
25351.019057/2022-47 / 4042149
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0153632224
---
ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA / 07.412.297/0001-41
25351.020497/2022-47 / 8240986
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0164268227
---
DROGARIA DO DANILO LTDA / 10.901.900/0003-25
25351.014411/2022-47 / 7874431
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129116225
---
Silva Oliveira Farmacia LTDA / 43.962.613/0001-12
25351.011107/2022-48 / 7873163
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094752221
---
PN COMERCIO E SERVIÇOS / 32.173.778/0001-99
25351.011026/2022-48 / 8240561
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0093812221
---
DROGARIA DESTAQUE LTDA / 43.952.524/0001-95
25351.023628/2022-48 / 7873848
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178742220
---
ALMEIDA DROGARIAS LTDA / 44.742.796/0001-23
25351.019191/2022-48 / 7873498
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154439220
---
ACRIPEL DISTRIBUIDORA PERNAMBUCO LTDA / 24.455.677/0012-35
25351.020521/2022-48 / 8241137
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0164382224
---
ROGERIO MIELLI ME / 00.889.673/0001-44
25351.476438/2021-49 / 8241029
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 3957000211
---
CMR SURGICAL BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 40.571.302/0001-34
25351.028489/2022-49 / 8241245
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0229023223
---
DISTRINORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA / 04.433.117/0001-10
25351.727141/2021-50 / 3110819
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4059901211
---
JPB COM DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 37.031.090/0002-79
25351.014427/2022-50 / 7874584
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129165223
---
BARÃO SUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 43.906.605/0001-59
25351.028494/2022-51 / 3110840
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0229050221
---
Ebenezer Transporte e Logistica Eireli / 05.581.142/0002-94
25351.028511/2022-51 / 8241262
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0229145221
---
TG TRANSPORTES GERAIS E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 03.562.929/0005-26
25351.026306/2022-51 / 8241185
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0214373223
---
DROGARIA PAIVA & PINHEIRO LTDA / 18.967.594/0008-46
25351.011095/2022-51 / 7873072
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094717222
---
NEW PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 43.347.410/0001-16
25351.011112/2022-51 / 7873210
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094767229
---
A F GONCALVES E CIA LTDA / 44.584.540/0001-35
25351.023633/2022-51 / 7873896
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178757228
---
Benjamin e Almeida Drogaria LTDA / 44.100.807/0001-71
25351.052886/2021-51 / 7874020
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8522840211
---
EMILLI RAYANNE DE S E SILVA CONCEICAO COM DE PROD FARMACEUTICOS / 28.392.235/0001-95
25351.023640/2022-52 / 7873960
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178779229
---
COMÉRCIO BELO VALE LTDA / 22.764.797/0001-36
25351.020544/2022-52 / 4042092
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0164516221
---
FUNDAMENTAL FARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 43.732.777/0001-53
25351.073178/2021-53 / 7873314
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550094211
---
CIMED REMEDIOS S.A / 16.619.378/0019-37
25351.019087/2022-53 / 8241046
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0153752220
---
ACEVILLE TRANSPORTES LTDA / 81.560.047/0001-01
25351.026296/2022-53 / 3110793
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0214303225
---
DROGARIA AMAZONAS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 13.562.898/0003-03
25351.061161/2021-53 / 7872825
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535748211
---
ALTERNATIVA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA / 43.556.958/0001-76
25351.030867/2022-54 / 4042243
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0243489226
---
PSG COMERCIO FARMACEUTICO LTDA / 23.416.453/0001-07
25351.020551/2022-54 / 4042089
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0164553223
---
LIMA COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACAO DE ARTIGOS HOSPITALARES LTDA / 40.667.882/0001-68
25351.023496/2022-54 / 8241168
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0177959223
---
BOA FARMA LTDA / 43.906.526/0001-48
25351.073185/2021-55 / 7873345
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550103214
---
DROGARIA FALLEIROS LTDA / 44.281.229/0001-17
25351.061203/2021-56 / 7872891
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535775218
---
PSG COMERCIO FARMACEUTICO LTDA / 23.416.453/0001-07
25351.020488/2022-56 / 8241063
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0164222227
---
EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S.A. / 80.227.796/0058-94
25351.004312/2022-57 / 8240911
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0047127228
---
wallace rodrigues lima / 43.801.682/0001-44
25351.019182/2022-57 / 7873405
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154412228
---
farmácia julião ltda / 14.779.441/0001-48
25351.023626/2022-59 / 7873821
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178736225
---

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA / 17.562.075/0001-69
25351.049692/2022-59 /
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 4424376214
---
schippers industrial e comercial ltda / 39.935.011/0001-07
25351.028502/2022-60 / 3110853
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0229103227
---
FARMACIA E PERFUMARIA TAQUES LTDA / 43.891.836/0001-36
25351.011103/2022-60 / 7873132
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094740227
---
DROGARIA E PERFUMARIA LUISA LTDA / 42.972.891/0001-98
25351.019198/2022-60 / 7873621
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154461226
---
FARMACIA E DROGARIA NISSEI S.A / 79.430.682/0408-50
25351.015281/2022-60 / 7874600
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0138795222
---
VTC OPERADORA LOGÍSTICA LTDA. / 24.893.687/0002-80
25351.772373/2021-60 / 8240907
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 7738700211
---
ELENILSON F DE LIMA / 38.385.638/0001-60
25351.011110/2022-61 / 7873194
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094761220
---
CRISTIANE NOGUEIRA BUZOLI DA SILVA LTDA / 43.696.691/0001-12
25351.023631/2022-61 / 7873879
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178751229
---
MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0236-17
25351.052884/2021-61 / 7874002
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8522834216
---
GISELE ALVES DE MACEDO / 41.910.465/0001-67
25351.020969/2022-61 / 7873726
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0165477222
---
TISCIANE PEREIRA DA SILVA / 37.701.944/0001-04
25351.014425/2022-61 / 7874553
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129159229
---
GREYCY & TONON SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA / 43.433.504/0001-08
25351.073169/2021-62 / 7872981
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550070214
---
My Comércio Farmacêutico Ltda / 41.397.000/0001-54
25351.011093/2022-62 / 7873055
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094711223
---
MDB FARMACIA LTDA / 43.517.506/0001-85
25351.923995/2021-62 / 7873683
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0087519224
---
ANGELICA CRISTINA DA SILVA PINTO ME / 26.419.239/0001-94
25351.004342/2022-63 / 8240969
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 0047407221
---
ROSELINE DE SOUSA S. M. CORREA / 23.979.382/0001-42
25351.020976/2022-63 / 7873791
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0165499223
---
B V DE V LINHARES / 27.482.023/0001-36
25351.073183/2021-66 / 7873331
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550100210
---
Unamed Produtos Hospitalares Ltda / 43.962.576/0001-42
25351.026382/2022-66 / 3110836
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0214715221
---
THECHOF COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 44.034.583/0001-47
25351.004310/2022-68 / 8240895
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 0047121220
---
KI-LIMP SOLUCOES EM LIMPEZA EIRELI / 32.518.274/0001-63
25351.020493/2022-69 / 3110745
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0164249222
---
IM & GV CORDOVIL COMERCIO FARMACEUTICO LTDA / 43.595.341/0001-60
25351.014418/2022-69 / 7874493
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129138226
---
FARMA & OTICA REFLEXO LTDA / 17.799.392/0001-01
25351.014416/2022-70 / 7874476
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129132227
---
FARMA VIDA COMERCIO LTDA ME / 43.019.386/0001-96
25351.011101/2022-71 / 7873129
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094735221
---
GJD DROGRARIA LTDA / 42.078.887/0001-80
25351.727074/2021-71 / 7873362
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6598138213
---
DEUSELITE B AGUIAR EIRELI / 39.476.355/0001-97
25351.061143/2021-71 / 7874064
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535708211
---
M C CARVALHO JUNIOR / 42.281.041/0001-43
25351.019196/2022-71 / 7873604
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154455221
---
L V PEREIRA DE OLIVEIRA ME / 42.472.564/0001-77
25351.014423/2022-71 / 7874536
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129153220
---
PROPHARMA MEDICAMENTOS LTDA / 38.184.326/0001-99
25351.011119/2022-72 / 7873271
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094788221
---
DROGARIA BEATRIZ LTDA / 28.226.337/0001-30
25351.020967/2022-72 / 7873712
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0165471223
---
SAUDE EXPRESS LTDA / 23.197.675/0001-78
25351.023559/2022-72 / 3110805
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0178183229
---
MEGA BURST COMERCIAL LTDA / 01.269.390/0001-62
25351.026366/2022-73 / 4042212
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0214649229
---
GRUPO JDS COMERCIO LTDA / 43.791.221/0001-38
25351.073167/2021-73 / 7872964
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550064210
---
COELHO FERNANDES COMERCIO FARMACEUTICO LTDA / 23.894.818/0003-62
25351.011091/2022-73 / 7873038
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094705229
---
FARMÁCIA PERNAMBUCANO LTDA / 43.823.356/0001-38
25351.764458/2021-74 / 7873544
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533219213
---
DROGARIA POPULAR DE AQUARIUS LTDA / 43.624.127/0001-94
25351.020974/2022-74 / 7873774
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0165493224
---
CASA BUGRE GOIAS COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA / 20.366.728/0001-49
25351.023485/2022-74 / 3110780
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0177925221
---
P & G PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 29.140.844/0003-81
25351.061168/2021-75 / 7872873
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535769213
---
Drogaria Palazzo ltda / 43.315.874/0001-40
25351.207987/2021-75 / 7873697
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0169064227
---
EMBRAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 04.310.364/0001-29
25351.030863/2022-76 / 4042230
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0243471220
---
R. S. LOPES / 15.727.272/0001-65
25351.023446/2022-77 / 3110759
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0177750227
---
TELLES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 44.518.656/0001-76
25351.019982/2022-78 / 7873991
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0163125220
---
DROGA CELIA POPULAR LTDA / 40.811.185/0001-39
25351.014409/2022-78 / 7874414
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129110226
---
DENTALMAXXI COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA / 39.590.789/0001-13
25351.642746/2021-79 / 8240864
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4282421215
---
KAIROS CARE & HEALTH LTDA / 38.041.587/0001-50
25351.004319/2022-79 / 8240938
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0047199229
---
RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2784-35
25351.019189/2022-79 / 7873471
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154433221
---
t j de oliveira melo epp / 18.355.212/0001-57
25351.004317/2022-80 / 8240924
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0047194227
---
D & F COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 38.250.039/0001-30
25351.019187/2022-80 / 7873453
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154427226
---
EMPRESA DE TRANSPORTES IRMAOS SILVA LTDA - EPP / 34.004.978/0001-43
25351.004324/2022-81 / 8240941
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0047250224
---
MENDES MALATO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICO EIRELI / 36.243.247/0001-86
25351.019194/2022-81 / 7873527
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154449227
---
J C C COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 44.041.074/0001-41
25351.014414/2022-81 / 7874462
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129126222
---
potencial comercial e serviços eireli / 18.729.614/0001-74
25351.110237/2021-81 / 8241077
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3738525211
---
CRESCENTE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.362.423/0001-27
25351.019067/2022-82 / 8241032
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0153703229
---
K M QUEIROZ COSTA / 40.135.146/0001-69
25351.061141/2021-82 / 7874047
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535702212
---
VASCONCELOS E CARRERA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 11.730.644/0001-51
25351.014421/2022-82 / 7874519
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129147225
---
ALFA HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 42.017.679/0001-71
25351.897533/2021-82 / 8240878
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 0082945225

---
UP DISTRIBUIDORA LTDA / 44.152.616/0001-53
25351.028516/2022-83 / 1269059
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0229204228
---
THAIS P DA SILVA FARMACIA-ME / 25.141.902/0001-79
25351.023638/2022-83 / 7873942
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178773220
---
MMCM ARMAZÉNS GERAIS LTDA / 37.482.740/0001-11
25351.023476/2022-83 / 3110762
734 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0177890223
---
BW MEDIC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA / 41.779.213/0001-40
25351.026364/2022-84 / 4042209
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0214646220
---
DROGALIRA FORMULAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA EPP / 01.031.579/0008-99
25351.023737/2021-84 / 7873666
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8451671212
---
DROGARIA ELE VEM LTDA ME / 43.822.199/0001-46
25351.207978/2021-84 / 7872933
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 5054247218
---
Exclusiva Distribuidora de Medicamentos LTDA-ME / 05.888.603/0001-95
25351.004349/2022-85 / 4042027
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0047493224
---
HQ DO BRASIL LTDA / 38.388.684/0001-13
25351.019028/2022-85 / 8241015
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0153476222
---
PREMIER FARMA PRODUTOS E MEDICAMENTOS LTDA / 44.364.471/0001-54
25351.073172/2021-86 / 7873268
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550079218
---
RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2833-58
25351.061166/2021-86 / 7872860
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535763214
---
ACEVILLE TRANSPORTES LTDA / 81.560.047/0001-01
25351.026325/2022-87 / 4042197
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0214409228
---
JAFRONE E GIUNCANSE LTDA - EPP / 08.648.333/0001-33
25351.019035/2022-87 / 4042135
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0153516224
---
SAUDE EXPRESS LTDA / 23.197.675/0001-78
25351.023490/2022-87 / 8241154
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0177935227
---
FARMACIA DUAL LTDA / 41.003.979/0001-39
25351.764470/2021-89 / 7873558
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533255210
---
J B R DA SILVA MEDICAMENTOS ME / 84.150.937/0001-33
25351.008784/2022-89 / 7873592
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0078980221
---
DROGARIAS DIAS LIMA JH LTDA / 12.057.989/0004-00
25351.061206/2021-90 / 7872916
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535781212
---
HM PHARMA MEDICAMENTOS DO BRASIL LTDA / 41.853.804/0001-10
25351.019058/2022-91 / 1268954
703 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0153638222
---
DROGARIA LONDE OLIVEIRA LTDA / 44.387.307/0001-62
25351.019185/2022-91 / 7873436
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154421227
---
ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA / 07.412.297/0001-41
25351.020498/2022-91 / 4042044
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0164269223
---
FARMÁCIA E DROGARIA GG LTDA / 04.608.347/0002-53
25351.014412/2022-91 / 7874445
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129119220
---
CPMH INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA. / 29.915.312/0001-07
25351.028507/2022-92 / 8240881
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 0229122221
---
DROGARIAS VELASCO & COTTA LTDA / 44.181.195/0001-99
25351.011108/2022-92 / 7873177
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094755225
---
DROGA RAPHAEL SANSANA EIRELI / 10.834.344/0019-89
25351.023629/2022-92 / 7873851
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178745224
---
Y. MORAIS SILVA EIRELI / 30.342.498/0001-31
25351.019192/2022-92 / 7873500
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154443228
---
PAOLA SANCHES VARGAS CONTERATO / 43.940.210/0001-72
25351.008419/2021-93 / 7873709
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178719225
---
TTJB TRANSPORTES E LOGÍSTICA EIRELI / 11.423.942/0001-07
25351.019019/2022-94 / 8241001
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0153461225
---
DROGARIA SC LTDA / 44.307.115/0001-07
25351.011115/2022-94 / 7873241
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094776228
---
FORMULA A FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 43.819.885/0001-68
25351.862457/2021-94 / 7872811
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4692748214
---
CAMYLLA FARIAS BRANDAO / 41.428.054/0001-30
25351.023636/2022-94 / 7873925
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178766227
---
IMPLANT DELIVERY Solucoes Odontologicas Ltda / 36.375.367/0001-37
25351.026362/2022-95 / 8241201
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0214637221
---
Drogaria E Perfumaria Carvalho Pimentel LTDA / 44.230.900/0001-09
25351.011098/2022-95 / 7873090
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0094726221
---
A BIOQUIMIKA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO E HOMEOPATIA LTDA / 07.529.176/0001-84
25351.727031/2021-95 / 7873376
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6598032218
---
TTJB TRANSPORTES E LOGÍSTICA EIRELI / 11.423.942/0001-07
25351.019026/2022-96 / 1268772
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0153472227
---
C & A EMPREENDIMENTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 40.142.180/0001-60
25351.020970/2022-96 / 7873730
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0165480222
---
DROGARIA E PERFUMARIA FREITAS DE MIGUEL COUTO LTDA / 41.966.184/0001-26
25351.073170/2021-97 / 7872995
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550073219
---
FARMACIA E DROGARIA NOVA POPULAR EIRELI / 27.885.472/0001-25
25351.019918/2022-97 / 7873987
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0162694229
---
ADRIANA APARECIDA MARQUES SADOWSKI / 33.219.665/0001-40
25351.004354/2022-98 / 8240972
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0047526220
---
CRESCENTE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.362.423/0001-27
25351.019033/2022-98 / 1268786
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0153508221

**RESOLUÇÃO-RE Nº 315, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

PRA COMECAR CRUSH HALL EIRELI / 37.893.122/0001-64
25351.721870/2021-08 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2620683211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2647322/21-4, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
L A LUCIANO NACIF DROGARIA / 37.529.296/0001-42
25351.056553/2021-09 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0611264218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 0838858/21-0, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
servnutri comercio de produtos nutricionais ltda / 18.656.923/0001-61
25351.020489/2022-09 /
70372 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 0164226222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
ZR Atacadista e Distribuidor Ltda ME / 27.336.327/0001-95
25351.056408/2021-10 /
70379 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS (SOMENTE MATRIZ) / 0611098211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 0838278/21-6, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
KAROLINA FELICIO DOS REIS LTDA / 43.497.872/0001-10
25351.764475/2021-10 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4533270213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
---
GMED FARMACEUTICA LTDA / 23.400.003/0002-07
25351.014294/2022-11 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0128194227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 0295592/22-0, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. Ademais, a Empresa não apresentou protocolo de AFE da Matriz para Correlatos.
---
FRANCISCA WEDILA VIEIRA EDUARDO 03050911310 / 38.098.582/0001-63
25351.525249/2021-15 /

740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2016599219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2125129/21-1, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
REDE DE FARMACIAS PRINCESA LTDA / 04.755.530/0005-24
25351.047013/2022-15 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6598092211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei 5.991/1973.
---
VIAPHARMA DISTRIBUIDORA LTDA / 42.147.258/0001-65
25351.023486/2022-19 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0177926228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
OXITECH COMERCIO E TRANSPORTE DE GASES LTDA / 10.420.831/0001-76
25351.469134/2021-25 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1845380215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 1940250/21-3, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
SIMPLIFICA DISTRIBUIDORA LTDA / 41.662.740/0001-70
25351.020532/2022-28 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0164418229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.
---
DROGARIA PEREIRA SANTOS COMERCIAL LTDA / 44.378.361/0001-41
25351.014420/2022-38 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0129144221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973. O documento apresentado não está válido.
---
AHL DISTRIBUIDORA SA / 04.469.502/0001-17
25351.530638/2021-54 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2031169211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2125895/21-3, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
CASE FARMA DISTRIBUIDORA EIRELI / 36.515.549/0001-66
25351.842919/2021-57 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2956066218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 3052189/21-1, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
DROGARIA TAVARES E RESENDE LTDA / 44.106.370/0001-83
25351.023624/2022-60 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0178730226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
ana & luis farma medicamentos ltda / 26.554.430/0001-49
25351.073176/2021-64 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8550088217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
RML Industria e Comércio de Produtos Importados Ltda / 13.026.249/0001-18
25351.019046/2022-67 /
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0153557222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
SIMPLIFICA DISTRIBUIDORA LTDA / 41.662.740/0001-70
25351.020533/2022-72 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0164419225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.
---
TMC - TERMINAL MULTIMODAL DE CARGAS E BENEFICIAMENTO DE COQUE LTDA / 22.712.188/0001-33
25351.019076/2022-73 /
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 0153730226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
ACP BELLE COSMETICOS EIRELI / 07.638.932/0001-03
25351.469086/2021-75 /
70367 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS (SOMENTE MATRIZ) / 1845326211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 1940747/21-5, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
CRESCENTE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.362.423/0001-27
25351.019037/2022-76 /
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 0153520221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
TF-7 QUIMICA DO BRASIL LTDA / 23.458.980/0001-76
25351.628566/2021-84 /
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2328267211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2407498/21-5, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
MARIA DA CONSOLACAO MACIEL RUBIM DROGARIAS ME / 34.854.803/0001-25
25351.020972/2022-85 / 7873757
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0165486221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
Medsystem Comercial Importação e Exportação Eireli / 02.018.467/0001-94
25351.721828/2021-89 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2620639212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2647052/21-7, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
estima veterinaria ltda / 11.579.405/0001-42
25351.520928/2021-90 /
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENADORA / 2002376216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não protocolização do cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2106850/21-0 no prazo previsto, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
MEU DOUTOR CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS LTDA / 20.031.557/0001-05
25351.020515/2022-91 /
7216 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0164334220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
FARMACIA DA ECONOMIA NACIONAL LTDA / 16.672.967/0024-46
25351.061164/2021-97 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 8535757210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
IMPCAP SERVIÇOS FABRICAÇÃO COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI / 40.917.845/0001-60
25351.468949/2021-97 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1845175212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 1941378/21-5, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
5S TRADE TECNOLOGIAS LTDA / 09.288.811/0001-04
25351.168184/2021-98 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 6980058215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
E DOS SANTOS FERREIRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 33.300.791/0001-24
25351.026387/2022-99 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0214732223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.
---
CASE FARMA DISTRIBUIDORA EIRELI / 36.515.549/0001-66
25351.842904/2021-99 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2956050214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 3052188/21-2, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
DRF DISTRIBUIDORA LTDA / 17.124.310/0001-10
25351.469170/2021-99 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1845438213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 1933758/21-2, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 316, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Axkor Cosméticos Ltda EPP / 14.121.769/0001-72
25351.068071/2013-02 / 2067631
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0178018228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
SM FARMACIA LTDA ME / 28.189.528/0001-70
25351.509781/2020-04 / 7768136
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 6268141219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 8520475/21-7, conforme previsão do artigo 11 da RDC nº 204/2005. Não houve apresentação de documento válido contemplando todas as atividades autorizadas na AFE, nem peticionamento de redução das atividades, contrariando as previsões do §4º do art. 4º e do artigo 12 da RDC 275/2019.
---
ALCANCE NORDESTE, COMERCIO IMPORTAÇÃO & EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 13.630.407/0001-44
25351.324040/2019-11 / 4010638
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4337559205
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 4560190/20-9, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
ESFERA MEDICAL EIRELI / 29.455.608/0001-92
25351.512299/2019-18 / 8187903
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2212874219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2290003/21-9, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
COMERCIAL DE MEDICAMENTOS BARRETO LTDA / 42.108.548/0001-08
25351.196018/2002-19 / 0059981
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 2215414219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2290004/21-7, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
ALCANCE NORDESTE, COMERCIO IMPORTAÇÃO & EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 13.630.407/0001-44
25351.324061/2019-29 / 3087161
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4337327207
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 4560957/20-8, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
META MEDICAL COMERCIO E IMPORTACAO EIRELI / 21.033.671/0001-29
25351.473782/2015-50 / 8125401
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0229279228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
stocktrans logistica e transportes eirelli / 17.932.436/0003-83
25351.004226/2021-63 / 8216962
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0214528227
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Ademais, o relatório apresentado refere-se ao antigo endereço.
---
E MAYARA OLIVEIRA DE SANTANA ME / 32.294.867/0001-93
25351.266638/2019-71 / 7652737
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2226693213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 2270187/21-7, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.
---
LUCIANO T. TONETTO COLNAGO - EPP / 66.911.355/0001-40
25351.682984/2015-85 / 3066574
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0057247226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. O Relatório menciona somente a classe de produtos para saúde e não saneantes.
---
A. R. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS LTDA - ME / 01.382.824/0001-36
25351.005490/2006-85 / 8031062
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4531627211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
S & B DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME / 19.308.719/0001-12
25351.833991/2016-91 / 1151952
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0128331224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não há previsão para a ampliação solicitada, visto que a ampliação e redução de classe de produtos somente é permitida entre cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes e entre medicamentos e insumos farmacêuticos, conforme art. 22, parágrafo único, da RDC nº 16/2014.
---
SERGIO AIRON NUNES AMORIM MEE / 05.429.098/0001-10
25351.042391/2014-94 / 7096897
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 5286853212
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 8520645/21-8, conforme previsão do artigo 11 da RDC nº 204/2005. Não houve peticionamento da alteração de endereço, contrariando a previsão do art. 13 da RDC 275/2019.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 317, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ORTHOVOGUE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME / 19.982.358/0001-95
25351.228383/2015-21 / 8120375
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 3721818211
---
INTRIALS PESQUISA CLINICA LTDA. / 04.717.004/0001-46
25351.211163/2002-37 / 8012324
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 4697944216
25351.211141/2002-77 / 1054661
7038 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA / 4697626214

**RESOLUÇÃO-RE Nº 318, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DINAMICA PHARMA LTDA / 14.334.376/0001-47
25351.161235/2014-01 / 1066104
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 0164464221
---
MAXIMUM - TRANSPORTES & LOGISTICA EIRELI - EPP / 12.140.826/0001-35
25351.367976/2012-01 / 2066468
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 0177972220
---
PINEX COMERCIAL IMPORTADORA E SERVICOS LTDA / 15.448.112/0001-87
25351.620267/2018-04 / 8171676
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0229277225
25351.620267/2018-04 / 8171676
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0229238220
---
GEMIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 90.933.409/0001-53
25351.532413/2013-11 / 1099192
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0178039225
---
PRO-ENDO IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 03.261.312/0001-47
25351.738889/2010-11 / 3045909
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0214515222
---
DROGARIA NOSSO BOSQUE LTDA / 42.117.828/0001-74
25351.014257/2022-11 / 8240851
70377 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 0127986227
---
BIOMULT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.937.997/0001-95
25351.919761/2021-11 / 8216183
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0229137229
---
EFA CARGAS LOG LTDA / 14.832.664/0001-21
25351.743975/2018-12 / 8174166
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0047097221
---
CLAUDIONEIA DADAS DE OLIVEIRA FABRICACAO MATERIAIS PARA MEDICINA / 07.864.441/0001-80
25351.514532/2014-13 / 8109996
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4644264211
---
HRMEDICAL SOLUCOES EIRELI / 31.445.696/0001-93
25351.976289/2021-13 / 8238771
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0164537228
---
INJEFARMA CAVALCANTI E SILVA DISTRIBUIDORA LTDA EPP / 09.607.807/0001-61
25351.363095/2015-14 / 1141879
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0229334229
---
QUANTICA COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME / 19.360.181/0001-95
25351.440421/2015-14 / 8124619
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0177739223
---
EFA CARGAS LOG LTDA / 14.832.664/0001-21
25351.743982/2018-14 / 3083232
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 0047072229

---
PINEX COMERCIAL IMPORTADORA E SERVICOS LTDA / 15.448.112/0001-87
25351.620175/2018-16 / 1180848
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0229244220
25351.620175/2018-16 / 1180848
7129 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - EXPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0229269222
---
SR MARTINS EIRELI / 29.514.446/0001-16
25351.639324/2021-16 / 8226483
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0229288227
---
EFA CARGAS LOG LTDA / 14.832.664/0001-21
25351.743980/2018-17 / 4005001
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 0047143223
---
Conmed Comércio e Assistência Técnica de Equipamentos Hospitalares Ltda. / 41.742.829/0001-47
25351.031253/2021-17 / 8239927
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0082064229
---
GETMED - DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA-EPP / 01.631.872/0001-10
25351.160219/2010-17 / 8065609
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4570377211
---
Drogaria Ozaki LTDA / 42.551.749/0001-77
25351.736027/2021-18 / 7859241
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4978240211
---
ARAUJO & SILVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 84.615.590/0001-57
25351.550156/2013-19 / 7024857
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3580442214
---
STORE SA COMERCIAL LTDA / 41.249.933/0001-02
25351.875614/2021-21 / 7841865
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0233340226
---
PINEX COMERCIAL IMPORTADORA E SERVICOS LTDA / 15.448.112/0001-87
25351.620222/2018-21 / 4003027
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 0229171222
---
LOCCUS DO BRASIL LTDA / 05.094.718/0001-08
25351.842826/2021-22 / 8229770
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0214620221
---
SURGIMED COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS CIRURGICOS E HOSPITALAR DO NORDESTE LTDA / 04.324.939/0001-62
25351.160321/2005-26 / 8025358
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0178145220
---
CAIO C SARDI PRODUTOS FARMACÊUTICOS / 43.043.153/0001-29
25351.723382/2021-27 / 7859500
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0167130228
---
ROBERTA PADOVAN ESTETICA EIRELI / 16.567.549/0001-00
25351.177107/2021-29 / 8222130
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 6182271213
---
V. M. SAMPAIO & CIA LTDA / 29.041.586/0001-14
25351.009318/2018-34 / 7562722
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 7267668210
---
laboratorio de protese e ortese ltda / 01.103.144/0001-36
25351.020499/2022-36 / 8241106
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0214468224
---
EUROGREEN DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 41.194.659/0001-03
25351.503475/2021-37 / 8239208
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 6580267216
---
INJEFARMA CAVALCANTI E SILVA DISTRIBUIDORA LTDA EPP / 09.607.807/0001-61
25351.712500/2015-39 / 3066787
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0229332226
---
NUCLEO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 34.761.779/0001-80
25351.156188/2020-42 / 8197196
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0177864222
---
PROTONS DO BRASIL, INDUSTRIA, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 34.031.777/0001-35
25351.016578/2022-42 / 3110532
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0214399222
---
FEDEX BRASIL LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA / 10.970.887/0019-23
25351.018835/2016-46 / 8136496
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0177748222
---
ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA / 07.412.297/0001-41
25351.020497/2022-47 / 8240986
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0229024220
25351.020497/2022-47 / 8240986
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0229170226
---
ITAMEDIC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI / 17.989.243/0001-05
25351.503843/2021-47 / 8239239
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0177907223
---
INDUSTRIAL BLOW PACK EMBALAGENS LTDA / 12.698.185/0001-39
25351.982578/2016-48 / 3068405
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0178027227
---
LUCIANO T. TONETTO COLNAGO - EPP / 66.911.355/0001-40
25351.520313/2015-49 / 8126731
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0057281220
---
CMR SURGICAL BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 40.571.302/0001-34
25351.028489/2022-49 / 8241245
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0346578221
25351.028489/2022-49 / 8241245
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0346763223
25351.028489/2022-49 / 8241245
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0346764220
---
MAXIMUM - TRANSPORTES & LOGISTICA EIRELI - EPP / 12.140.826/0001-35
25351.368335/2012-49 / 8089847
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0177858222
---
COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO ALLBORG MED LTDA / 11.796.403/0001-05
25351.542948/2010-51 / 8068700
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4655395214
---
KS DE OLIVEIRA / 36.211.534/0001-04
25351.278074/2020-52 / 7759806
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0142676221
---
BIOMULT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.937.997/0001-95
25351.919764/2021-54 / 1249713
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 0229120229
---
INJEFARMA CAVALCANTI E SILVA DISTRIBUIDORA LTDA EPP / 09.607.807/0001-61
25351.606627/2018-57 / 4002859
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 0229085229
25351.606627/2018-57 / 4002859
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0229084222
---
BIOTECH LOGÍSTICA LTDA- EPP / 21.382.943/0001-04
25351.247207/2015-61 / 8120344
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4754370210
---
BIO COSMETICOS E INDUSTRIA DE COSMETICOS NATURAIS LTDA / 24.603.715/0001-05
25351.480036/2017-62 / 2095842
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 0177960221
25351.480036/2017-62 / 2095842
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 0178023221
---
DROGARIA GH EIRELI - ME / 28.783.211/0001-67
25351.674769/2017-66 / 7556546
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0232528224
---
LOPES E FAGUNDES DROGARIA LTDA EPP / 16.655.154/0001-51
25351.428273/2014-70 / 7243737
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0230956224
---
NATPEL INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI / 17.946.785/0001-92
25351.634607/2021-71 / 4039873
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0164429221
---
CANN 10 PHARMA LTDA / 41.424.160/0001-45
25351.628504/2021-72 / 1257800
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 0057294224
---
BERNABE GASES LTDA / 22.290.296/0001-65
25351.595295/2021-73 / 1256866
70199 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - ENVASADORA DE GASES MEDICINAIS - RAZÃO SOCIAL / 0178117226
---
CASA BUGRE GOIAS COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA / 20.366.728/0001-49
25351.023485/2022-74 / 3110780
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0243596227
---
MS COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA / 01.407.444/0001-09
25351.275250/2013-75 / 0928692
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0166177229
25351.275250/2013-75 / 0928692
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 5286861213
---
BIOMULT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.937.997/0001-95
25351.919760/2021-76 / 4029695
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 0229138225
---
CKS - IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS EIRELI / 07.330.658/0001-00
25351.421192/2021-78 / 4038907
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0229326226
---
LIFE SUPPORT TECNOLOGIA EM MEDICINA LTDA ME / 28.931.639/0001-00
25351.335884/2019-80 / 8182755
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 8469506218
25351.335884/2019-80 / 8182755
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 8469247212
---
MAXIMUM - TRANSPORTES & LOGISTICA EIRELI - EPP / 12.140.826/0001-35
25351.368451/2012-81 / 1093078
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0178005223
25351.416192/2012-81 / 3051917
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0177993227
---
FARMACIA LINS LTDA / 01.836.340/0001-10
25351.924953/2016-81 / 7443819
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 2857194211

---
TECNOBIO MEDICAL LTDA / 42.718.136/0001-81
25351.976046/2021-85 / 8238753
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0177889225
---
BOLTZ INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - ME / 17.305.035/0001-31
25351.069541/2013-91 / 3054026
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0178089222
---
FARMACIA SPENGLER LTDA / 02.854.213/0001-06
25351.593214/2013-91 / 7030301
7123 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA - RAZÃO SOCIAL / 0164532226
---
ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA / 07.412.297/0001-41
25351.020498/2022-91 / 4042044
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0229281222
---
HM PHARMA MEDICAMENTOS DO BRASIL LTDA / 41.853.804/0001-10
25351.019058/2022-91 / 1268954
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0164596224
---
ACACMAR COMERCIAL E TRANSPORTES LTDA / 07.412.297/0001-41
25351.020498/2022-91 / 4042044
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0229270221
---
NATALY INDUSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 33.679.600/0001-87
25351.626725/2019-91 / 3090505
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 0214559220
25351.626725/2019-91 / 3090505
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0214561224
---
EFA CARGAS LOG LTDA / 14.832.664/0001-21
25351.743979/2018-92 / 1182792
7119 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - RAZÃO SOCIAL / 0047096225
---
ORTO MED EIRELI / 29.848.782/0001-03
25351.408916/2018-92 / 8170350
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0178196223
---
NATPEL INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI / 17.946.785/0001-92
25351.613317/2021-94 / 3108760
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0064934225
---
A.B. RIBEIRO FARMACIA ME / 05.453.624/0001-88
25351.707903/2013-99 / 7058767
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 6608017217
---
Ultra Med Importadora e Distribuidora de Materiais Médicos Ltda / 37.910.878/0001-74
25351.823400/2020-99 / 1242993
7058 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 0214607224
25351.823400/2020-99 / 1242993
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0214602222
---
GILDROGAS LTDA / 03.157.175/0001-03
25351.014744/01-99 / 1051099
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 8429322213
---
POINT SUTURE DO BRASIL IND DE FIOS CIRURGICOS LTDA / 12.340.717/0001-61
25000.005255/88-69 / 1015553
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0164587225
---
MN IMPORTAÇAO EXPORTACAO E COMERCIO DE SUPRIMENTOS TERAPÊUTICOS E DE REABILITAÇÃO LTDA. - E.P.P. / 68.920.222/0001-66
0532398 / 1035283
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0178091227

# Ministério do Trabalho e Previdência

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA MTP Nº 220, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Disciplina os procedimentos referentes à comprovação de vida anual dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. (Processo nº 10128.100862/2022-72).

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhes conferem o Decreto nº 10.761, de 2 de agosto de 2021, e o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º A partir da publicação desta Portaria, fica vedado ao INSS a exigência de comprovação presencial de vida, disposta no § 8º, do art. 69, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quando esta implicar no deslocamento dos beneficiários de suas próprias residências a unidades do INSS ou à instituição financeira pagadora do benefício.

§ 1º A comprovação de vida pelo INSS será realizada por meio de consultas a atos registrados em bases de dados próprias da Autarquia ou mantidas e administradas pelos órgãos públicos federais, preferencialmente biométricas, compartilhadas nos termos do § 11, do art. 69, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos 10 (dez) meses posteriores ao seu último aniversário.

§ 2º Nos casos em que não se mostrar possível a realização da comprovação de vida na forma prevista no parágrafo anterior, esta será realizada preferencialmente por atendimento eletrônico e utilizando biometria ou outro meio definido pelo INSS que assegure a identificação inequívoca do beneficiário.

§ 3º Excepcionalmente, quando houver a necessidade de realizar a prova de vida de maneira presencial, o INSS deverá prover ao beneficiário meios para que a prova de vida seja realizada sem a necessidade de deslocamento do beneficiário de sua própria residência, utilizando, para tanto, seus servidores ou entidades conveniadas e parceiras, bem como as instituições financeiras pagadoras dos benefícios, definidas em ato do Presidente do INSS.

Art.2º O INSS terá até o dia 31 de dezembro de 2022 para:

I - regulamentar esta Portaria, inclusive definindo quais atos, meios, informações registradas ou base de dados serão aceitos como prova de vida nos termos do §1º do art. 1º desta Portaria;

II - implementar a comprovação de vida nos termos do art. 1º, inclusive realizando os cruzamentos de dados, disponibilizando sistema eletrônico de realização de prova de vida biométrica, bem como agendamento de visita domiciliar.

Parágrafo único. Fica suspenso, até 31 de dezembro de 2022, o bloqueio de pagamento por falta da comprovação de vida, previsto no inciso V do § 8º, do art. 69, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 3º A comprovação de vida na forma prevista nesta Portaria não impede a sua realização voluntária na rede pagadora de benefícios, nem configura possibilidade de recusa de realização do procedimento pela instituição financeira.

Art. 4º A comprovação de vida realizada na forma desta Portaria terá validade para os aniversários dos segurados que ocorrerem a partir da data da publicação desta.

Art. 5º Deverá o INSS se utilizar de todos os meios e desenvolver todas as ações possíveis no combate às fraudes para permitir as eventuais responsabilizações nas esferas civil, administrativa e criminal.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI

## SECRETARIA DE TRABALHO

## SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

## COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

### DESPACHOS DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 249 (SEI 21886805), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.100631/2022-81, de interesse do SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - SIMTED, CNPJ 02.037.877/0001-82, para representação da categoria Profissionais dos Trabalhadores em Educação da rede pública, Estadual e Municipal com abrangência Municipal e base territorial no município de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022; em continuidade ao cumprimento do disposto no OFÍCIO Nº 01919/2021/CORETRABAP/PRU1R/PGU/AGU (21128118) e PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA Nº 00293/2021/CORETRABNE/PRU1R/PGU/AGU, Processo Judicial nº 0000673-21.2021.5.10.0012, e com fundamento na ANÁLISE TÉCNICA Nº 56/2022 (21950456), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINTRAJUFE/RS - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União no Rio Grande do Sul (impugnado), Processo de Pedido de Alteração Estatutária nº 19964.108631/2021-49 - SA05555 (21951040), CNPJ: 03.506.951/0001-25 (21951042), e o SINASEMPU - Sindicato Nacional dos Servidores do MPU, CNPJ: 01.206.941/0001-49 (21951034), Impugnação nº 19964.100680/2022-14 e 14022.108444/2022-62; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de indeferimento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 248, § 1º, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com referência ao Processo de Pedido de Alteração Estatutária supracitado, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 240 (SEI 21863144), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.100079/2022-21, de interesse do SINTRACOOP - SIN DOS TRAB EM COOP E C A AG AGP C R E CONSUMO EST AL, CNPJ 01.307.499/0001-47, tendo em vista irregularidade documental, nos termos do inciso I do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 317 (SEI 22033942), resolve: INDEFERIR o Pedido de Incorporação n.º nº 19964.100905/2022-32 interesse do SINDSEP - Sindicato dos Servidores Públicos Federais, CNPJ 37.225.760/0001-07, uma vez que não houve a convocação conjunta das entidades participantes com a descrição de suas respectivas categorias; não cumprimento do intervalo de vinte dias entre a publicação e a realização da assembleia; e categoria constante no estatuto não se apresenta de forma objetiva e contemplando as categorias representadas pelas entidades incorporadora e incorporada, tendo em vista a irregularidade documental, fundamenta-se o ato nos termos do art. 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 230 (SEI 21848187), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.100541/2022-91, de interesse do SINDICATO DOS TÉCNICOS LEGISLATIVOS DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL DE MATO GROSSO - SINTEL/MT, CNPJ 36.240.438/0001-94, tendo em vista irregularidade documental, nos termos do inciso I, bem como pela não caracterização de categoria, nos termos do inciso II, ambos do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 246 (21880929), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical nº 19964.100512/2022-29, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Acajutiba - Bahia, CNPJ 13.254.404/0001-53, visto a irregularidade documental, nos termos do inciso I do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 220 (SEI 21826992), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.100496/2022-74, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO RAMO DO COMERCIO, HOTELARIA, BARES RESTURANTES, CHURRASCARIAS, HOTEIS FAZENDA E SIMILARES DO SUL DE MINAS - (SINDECH -SUL), CNPJ 11.649.344/0001-42, tendo em vista irregularidade documental, nos termos dos incisos I e II do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na ANÁLISE TÉCNICA Nº 59/2022 (22056471), resolve, INDEFERIR o Requerimento nº 19964.100837/2022-10 (21951158), de interesse do SITICOP - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais, Processo de Registro Sindical nº 35097.002197/91-94, CNPJ: 38.736.377/0001-86 (22007411), nos termos do art. 52 da Lei nº 9.784/1999.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

## INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

### PORTARIA PRES/INSS Nº 1.408, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Disciplina os procedimentos referentes à comprovação de vida anual dos beneficiários do INSS.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o que consta na Portaria MTP nº 220, de 2 de fevereiro de 2022, bem como no Processo Administrativo nº 35014.066900/2020-05, resolve:

Art. 1º A comprovação de vida de que trata o § 8º do art. 69 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, será realizada apenas quando não for possível o INSS confirmar que o titular do benefício realizou algum ato registrado em bases de dados dos órgãos, entidades ou instituições, mantidos ou administrados pelos órgãos públicos federais, estaduais, municipais e privados, na forma prevista nos Acordos de Cooperação, quando for o caso.

Art. 2º Serão considerados válidos como prova de vida realizada, dentre outros, os seguintes atos, meios, informações ou base de dados:

I - acesso ao aplicativo Meu INSS com o selo ouro ou outros aplicativos e sistemas dos órgãos e entidades públicas que possuam certificação e controle de acesso, no Brasil ou no exterior;

II - realização de empréstimo consignado, efetuado por reconhecimento biométrico;

III - atendimento:

a) presencial nas Agências do INSS ou por reconhecimento biométrico nas entidades ou instituições parceiras;

b) de perícia médica, por telemedicina ou presencial; e

c) no sistema público de saúde ou na rede conveniada;

IV - vacinação;

V - cadastro ou recadastramento nos órgãos de trânsito ou segurança pública;

VI - atualizações no CADÚNICO, somente quando for efetuada pelo responsável pelo Grupo;

VII - votação nas eleições;

VIII - emissão/renovação de:

a) Passaporte;

b) Carteira de Motorista;

c) Carteira de Trabalho;

d) Alistamento Militar;

e) Carteira de Identidade; ou

f) outros documentos oficiais que necessitem da presença física do usuário ou reconhecimento biométrico;

IX - recebimento do pagamento de benefício com reconhecimento biométrico; e

X - declaração de Imposto de Renda, como titular ou dependente.

Art. 3º O INSS notificará o beneficiário quando não for possível a comprovação de vida pelos meios citados no art. 2º, comunicando que deverá realizá-la, preferencialmente, por atendimento eletrônico com uso de biometria ou utilizando-se dos meios citados no art. 2º.

Art. 4º Nas situações em que o beneficiário não for identificado em nenhuma das bases elencadas nos incisos do art. 2º, o INSS proverá meios para realização da prova de vida sem deslocamentos dos beneficiários de suas residências.

Art. 5º Ficam suspensos, durante o ano de 2022, o bloqueio ou suspensão de pagamento por falta da comprovação de vida.

Art. 6º Compete à Diretoria de Benefícios a emissão de atos complementares para operacionalização deste Ato e da Portaria MTP nº 220, de 2 de fevereiro de 2022.

Art. 7º Fica revogada Portaria PRES/INSS nº 1.366, de 14 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 195, de 15 de outubro de 2021, Seção 1, pág. 135.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

# Ministério do Turismo

## SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

## SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

### PORTARIA Nº 69, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
220269183 - CALEIDOSCÓPIO
VETOR ESPORTES LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 08.239.908/0001-64
Processo: 01400000183202237
Cidade: São João da Boa Vista - SP;
Valor Aprovado: R$ 891.966,13
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 30/08/2022
Resumo do Projeto: Realização de evento gratuito de atividades de artes cênicas (teatro, circo e dança), para crianças e adolescentes de 6 meses a 10 anos, visando a expressão cultural, fomento à cultura brasileira, formação de público e desenvolvimento sociocultural. São produtos deste projeto: Festival/Mostra, Espetáculo de artes cênicas e contrapartidas sociais

220269269 - Cultivando a tradição e o folclore do Sul do Brasil - 3ª Edição
Grupo de arte e cultura Querencia Açoriana
CNPJ/CPF: 19.354.819/0001-85
Processo: 01400000269202260
Cidade: São José - SC;
Valor Aprovado: R$ 262.751,50
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto prevê a promoção de apresentações culturais em eventos tradicionalistas e a montagem e circulação do espetáculo "Cultivando a tradição e o folclore do Sul do Brasil - 3ª Edição", para isto, para a execução das atividades durante o calendário 2022, contará com os seguintes produtos: 1) Espetáculo de Artes Cênicas:Serão realizadas aulas de danças folclóricas gaúchas e açorianas, aulas de canto, declamações e ações de capacitação e treinamento de pessoal. 2)Contrapartidas Sociais: As apresentações serão gratuitas, não havendo cobrança ou distribuição de ingressos.

220269206 - ESPETÁCULO PRAIÁ
ARTES INTEGRADAS - PRODUCOES ARTISTICAS E PEDAGOGICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.367.558/0001-75
Processo: 01400000206202211
Cidade: Nova Friburgo - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.432,20
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto ESPETÁCULO "PRAIÁ" consiste em realizar apresentações do espetáculo "PRAIÁ e o Som que vem do Lixo" de classificação livre, apresentado pela Cia. Teatral Artes Integradas em escolas públicas e/ou particulares de ensino fundamental. Como contrapartida social, o projeto oferecerá gratuitamente "EXPERIENCIANDO PRAIÁ" oficina interativa e itinerante, desenvolvida como uma complementação pedagógica do espetáculo, oferecida aos alunos e professores da rede pública de ensino.

220269194 - Jogo da Cena - Em Formação
Jornaleiro Participações e Serviços Teatrais Ltda
CNPJ/CPF: 05.942.459/0001-28
Processo: 01400000194202217
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 250.028,56
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização de uma Mostra teatral com entrada franca, com apresentações das criações de jovens participantes deste projeto de iniciação artística, que promoverá gratuitamente oficina livre de improvisação teatral para jovens em situação de vulnerabilidade social, de escola pública, além de workshopsa pais, professores e comunidade em geral como contrapartida social.

220269264 - Mãe Preta, fonte pra nossa arte
Timbre de Galo Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 11.098.948/0001-48
Processo: 01400000264202237
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Aprovado: R$ 198.330,00
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "Mãe Preta- fonte pra nossa arte" fará a montagem de uma peça teatro-literária, que trará a história da Mãe Preta, lenda do folclore regional gaúcho, promovendo um retorno às origens da povoação das cidades do Rio Grande do Sul, unindo história, cultura e folclore, valorizando a diversidade e resgatando atores sociais pouco conhecidos na cultura recente, a partir de texto criado por escritor passo-fundense.

220269180 - MOCIDADE ALEGRE - CARNAVAL 2022
GREMIO RECREAT CULT E ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE ALEGRE
CNPJ/CPF: 43.220269.052/0001-86
Processo: 01400000180202202691
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.251.627,00
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/07/2022
Resumo do Projeto: O projeto visa a elaboração,desenvolvimento e a realização do Desfile do Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mocidade Alegre no Grupo Especial do Carnaval de São Paulo 2022, realizado no Sambodromo do Anhembi. Na contrapartida social teremos a realização de oficina de formação de ritmistas de Bateria , quesito que ostenta o importante título de: "Coração de uma Escola de Samba".

220269157 - Mover Cultura - Oficinas Culturais
BOOMERANG CONSULTORIA, PROJETOS CRIATIVOS & SERVICOS LTDA
CNPJ/CPF: 22.744.622/0001-67
Processo: 01400000157202217
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 1.510.081,00
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização de diversas oficinas de fomento à arte e cultura gratuitos, voltadas para crianças e jovens, ao final das oficinas os alunos farão apresentações gratuitas abertas ao público com o resultado do que aprenderam. O projeto prevê como contrapartida uma oficina apresentando o funcionamento e utilização de instrumentos musicais e ações de acessibilidade e democratização do acesso.

220269127 - Natal do Santander 2022
100 Porcento Incentivo e Promoção Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 08.148.234/0001-92
Processo: 01400000127202202691
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 5.997.758,19
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O espetáculo de natal do Santander 2022, será um show cênico-musical que contará com a participação de grupos de crianças que irão cantar músicas de tema natalino, acompanhadas de atores, bailarinos e/ou performáticos profissionais que irão protagonizar o espetáculo com participações que vão desde o aprendizado das letras e melodias até a adequação coreográfica para as performances. Uma festa de rua, com elaborados aspectos cênicos, que proporcionará cultura e diversão para todos os tipos de público de diversas idades. Nos meses seguintes ao espetáculos a equipe criativa do projeto se reunirá em instituições públicas de ensino para levar a alunos e professores de escolas públicas palestras sobre o processo criativo e de construção do espetáculo.

220269263 - Nossa Ginga 2
Josaine Aparecida Melo
CNPJ/CPF: 030.443.576-75
Processo: 01400000263202292
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 75.959,40
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 22/12/2022
Resumo do Projeto: Oficinas de capoeira gratuitas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, nas oficinas serão ensinadas coreografias, aprimoramento dos movimentos, saltos e acrobacias, as danças de maculelê, puxada de rede, samba de roda e ensinar as músicas e como tocá-las. Ofereceremos estágio para aluno de escola pública.

211290 - Palhaçando em Circuito
FERNANDA DE SOUSA GANDES - ME
CNPJ/CPF: 10.309.181/0001-96
Processo: 01400001290202100
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 108.061,25
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar um circuito de apresentações do espetáculo Palhaçando, em 02 eixos que irão contribuir para manutenção do espetáculo em repertório e para a retomada de trabalhos do Grupo Tibanaré após isolamento social, além de propor a ressignificação e uma programação cultural em espaços urbanos e públicos da cidade,compondo um território artístico que dialogue com as comunidades ao entorno. O projeto prevê a realização de apresentações teatrais aos finais de semana e a realização de palestra show (contrapartida social) sobre teatro, palhaçaria e formação de novos olhares da obra artística para crianças e professores de escolas públicas, seguindo as medidas e decretos de biossegurança vigentes no período de execução.

220269281 - Projeto Dançando nas Entrelinhas
RAPHAELA BARRETO SILVA GONÇALVES

CNPJ/CPF: 117.889.406-10
Processo: 01400000281202274
Cidade: Betim - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.999,80
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 01/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto prevê a realização de oficina de dança cujo a primeira oficina a ser ofertada será de ballet clássico para crianças e adolescentes, que findará sua conclusão em um espetáculo de final de semestre letivo.

220269208 - Projeto Ilha, Arte e Palhaçaria
N PRODUCOES CULTURAIS & EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 21.066.644/0001-52
Processo: 01400000208202202691
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 524.347,80
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto prevê a realização de apresentações do espetáculo de artes cênicas "Projeto Ilha, Arte e Palhaçaria".

220269233 - RECONSTRUINDO O FUTURO
INSTITUTO HUMANIZA
CNPJ/CPF: 14.164.259/0001-82
Processo: 01400000233202286
Cidade: Barracão - RS;
Valor Aprovado: R$ 751.647,60
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar um evento cultural de grande porte para crianças, com oficinas artísticas, teatro-fórum, contação de histórias, apresentações teatrais e apresentações musicais despertando nelas o gosto pela cultura, a formação de novas plateias, a fruição das artes e a preparação para o futuro. Pelo projeto também serão realizadas palestras de formação cultural para alunos e professores de escolas públicas como contrapartida social.

220269184 - RIR É O MELHOR REMÉDIO 2022
KLEBER ALVES RIBEIRO
CNPJ/CPF: 008.360.969-59
Processo: 01400000184202281
Cidade: Videira - SC;
Valor Aprovado: R$ 180.059,66
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Rir é o melhor Remédio visa manter o trabalho de textos teatrais com a interatividade dos palhaços junto aos pacientes, familiares, colaboradores e profissionais da saúde em hospital utilizando as "gags" para o equilíbrio emocional no ambiente hospitalar. Como contrapartida realizará Palestras sobre a formação teatral e a interdisciplinaridade com a saúde para alunos do ensino médio com o tema: Rir é o melhor remédio.

220269275 - Se Liga!
MAR'JUNIOR PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - '"CIA ATORES DE MAR''
CNPJ/CPF: 13.228.881/0001-44
Processo: 01400000275202217
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 522.051,75
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização do espetáculo artístico SE LIGA! + Oficina de Teatro.

211441 - Teatro do Absurdo Lesados
NADINE MORAIS ALVES
CNPJ/CPF: 436.274.138-06
Processo: 01400001441202111
Cidade: São José dos Campos - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.108,14
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O objetivo do projeto consiste em remontar o espetáculo "Lesados" - Peça de repertório da Cia Vagalume de Teatro que no momento encontra-se em desfalque. O projeto contempla, além de remontagem, uma temporada de 9 apresentações e a realização de 9 oficinas de contra partida social (Todos os produtos serão distribuidos de forma gratuita).

220269116 - VI Festival Regional da Cultura Popular e Tradicional - FestReCPot
INSTITUIÇÃO DE TRADIÇÕES E CULTURA AFRO-BRASILEIRA SÃO JUDAS TADEU
CNPJ/CPF: 08.434.432/0001-12
Processo: 01400000116202212
Cidade: Cariacica - ES;
Valor Aprovado: R$ 481.907,32
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O objetivo deste FestReC PoT - VI Festival Regional da Cultura Popular e Tradicional, é realizar mostra multidisciplinar de artes que contempla a apresentação de diversas atividades desde a procissão com grupos da cultura popular e tradicional, manifestação com grupo musical/banda instrumental (fanfarra) e suas famosas músicas tradicionais carnavalescas, desfile de blocos carnavalescos,banda grupo local e das danças de origem africana; e formação de plateia, etc. Nesta edição, as atividades serão selecionadas através de Edital de Chamamento Público, garantindo a democratização do acesso, pensarmos na equidade e na oferta de oportunidades para todos.

220269190 - VOLÊNIA - ARTE E CULTURA UCRANIANA - II EDIÇÃO
ASSOCIAÇÃO CULTURAL UCRANIANA VOLÊNIA
CNPJ/CPF: 08.814.502/0001-68
Processo: 01400000190202239
Cidade: Boa Ventura de São Roque - PR;
Valor Aprovado: R$ 431.634,50
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: VOLÊNIA - ARTE E CULTURA UCRANIANA - II EDIÇÃO visa a manutenção do Grupo de Dança Ucraniana Volênia, em oficinas de danças para integrantes do grupo e novos alunos, a criação de coreografias típicas da Ucrânia através de pesquisas sobre tradições e cultura do País e, ainda, oferecer ao dançarino oficinas de Teatro, desenvolvendo o Lúdico e o Cênico. A proposta visa também fomentar o Canto-Coral, com a utilização Lingua ucraniana, utilizando o Teatro e a Dança, para formação de um Coro Cênico-Musical e, a partir das atividades formativas, realizar concertos musicais e apresentações de dança em Festas tradicionais e Festivais da cultura ucraniana. O acesso dos alunos às oficinas e do público aos concertos e às apresentações de dança será totalmente gratuito. O projeto cumprirá uma Contrapartida Social, através do ensino de artesanatos típicos da Ucrânia, para alunos da rede pública de ensino. As ações poderão ocorrer de forma virtual, respeitando decretos do COVID-19.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
220269140 - NALU PIMENTA - A HARPA E SUA SONORIDADE MUSICAL
ANA LUZIA CARLOS PIMENTA DE MORAES
CNPJ/CPF: 124.979.476-51
Processo: 01400000140202251
Cidade: Contagem - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.630,20
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 12/06/2022
Resumo do Projeto: O projeto NALU PIMENTA - A HARPA E SUA SONORIDADE MUSICAL, vai levar para a população em geral da capital Mineira, 08 apresentações instrumentais( sendo 02 a cada dia de execução) tendo em seu repertório, músicas já conhecidas do grande público e cançoes de sua propia autoria. O projeto pretende fomentar nas pessoas( principalmente crianças e jovens) o interesse pela música instrumental de qualidade e criar a oportunidade do público de bairros periféricos em BH, de participar de apresentações musicais em praças e outros logradouros públicos da cidade. Teremos também a participação de grupos de musica instrumental locais como parte da execução do presente projeto.

220269117 - TITO & GABRIELA - FUN LIVE ( EVENTO VIRTUAL)
MARIA GABRIELLA GOMES DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 162.274.217-66
Processo: 01400000117202267
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 199.692,63
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto se resume na realização de uma live com foco em musica instrumental sertaneja Gospel Cristã com os musicos Tito e Gabriella se apresentando em nova versão musical. Ainda na live serão realizados cantos e palavras de fé com a platéia de forma lúdica e divertida com o objetivo de interação e divulgação do último trabalho da dupla. Como contrapartida social serão realizadas palestras sobre construção musical com crianças e professores da rede pública de ensino.

220269149 - 4ª ORQUESTRA SANFÔNICA CANTA LUIZ
ASSOCIAÇÃO BRINCANTES DO FOLCLORE NORDESTINO
CNPJ/CPF: 10.267.450/0001-07
Processo: 01400000149202262
Cidade: Floriano - PI;
Valor Aprovado: R$ 704.988,90
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 30/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar a "4ª Orquestra Sanfônica Canta Luiz", com apresentações musical Instrumental da Orquestra Sanfônica e trio pé de serra, a verdadeira essência das obras do mestre Luiz Gonzaga. Como Contrapartida Social será projetado nas instituições públicas de ensino das cidades envolvidas com o projeto, documentário produzido sobre a "Orquestra Sanfônica e suas influências culturais", trazendo discussões a cerca da importância musical, vida e obra, e sua influência regional para Região Nordeste,bem como a discussão sobre o impacto musical deixado por Luiz Gonzaga, no que diz respeito a outros ritmos musicais.

220269130 - Arte, Cultura e Comunidade
ASSOCIACAO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL CASA DOS AMARELINHOS
CNPJ/CPF: 12.517.900/0001-90
Processo: 01400000130202216
Cidade: Maceió - AL;
Valor Aprovado: R$ 192.812,40
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Promover a inclusão por meio da Cultura e da Arte com aulas de música, para crianças, adolescentes e adultos da capital, promovendo o conhecimento musical de maneira profunda para crianças, adolescentes e jovens que estão em situação de risco e vulnerabilidade social. Tem o objetivo de reconhecer suas potencialidades e despertar o interesse pela música, substituindo práticas consequentes dos problemas sociais por uma atuação significativa na sociedade, visto que o bairro do Prado e os outros mais próximos possuem alto nível de violência.

220269280 - BANDA SINFÔNICA DE CATANDUVA
JOAO PAULO MOURA MARTIN
CNPJ/CPF: 398.891.108-90
Processo: 01400000280202220269
Cidade: Catanduva - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.956,24
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização de concertos com a Banda Sinfônica de Catanduva, em praça pública e/ou locais de grande circulação de pessoas, para fomentar novos públicos e valorizar a música instrumental de Banda Sinfônica no interior paulista.

220269246 - CONEXÃO - Produção Musical e Identidade
RODRIGO PIMENTEL DE AZEVEDO
CNPJ/CPF: 090.092.007-60
Processo: 01400000246202255
Cidade: Vila Velha - ES;
Valor Aprovado: R$ 199.993,86
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A proposta é a realização do curso PRODUÇÃO MUSICAL, ofertado gratuitamente para jovens, capacitando-os aproduzir suas próprias músicas, como fonte de estímulo para a difusão desta atividade nas cidades propostas e como fomento de geração de renda. O curso vai apresentar todo o processo de produção musical, técnicas de gravação até sua apresentação ao público. O projeto prevê apresentações musicais como resultado do curso, ações de acessibilidade, democratização do acesso e contrapartida social.

220269226 - Coral Libertas
FUNDACAO EDUCACIONAL COMUNITARIA DE S S PARAISO MG
CNPJ/CPF: 24.903.999/0001-47
Processo: 01400000226202284
Cidade: São Sebastião do Paraíso - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.933,25
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Este projeto se propõe a realizar apresentação de coral, além de promover ação educativa como contrapartida social.

220269118 - DIA MUNDIAL DO ROCK - PALCO INSTRUMENTAL
GLAUCIA APARECIDA GUIN - ME
CNPJ/CPF: 17.453.453/0001-76
Processo: 01400000118202210
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 200.000,01
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 14/08/2022
Resumo do Projeto: Aberto e gratuito ao público, o Da Mundial do Rock é um grande evento musical realizado em Santa Catarina. Este projeto contempla a realização de uma edição instrumental do evento, com atrações locais e nacionais. O evento será realizado com um palco fixo em local público de São José, na Grande Florianópolis (SC). Será realizada ação de contrapartida social em formato de oficina de produção musical.

220269124 - Edu Sangirardi II - Evento Virtual
EDUARDO LOPES SANGIRARDI 27231589855
CNPJ/CPF: 32.282.084/0001-90
Processo: 01400000124202269
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 260.607,05
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto visa a realização de 1 (um) Show On Line, a gravação de um album (CD e Vinil) e como contrapartida social faremos 1 (uma) Palestra. O Album será instrumental com 10 faixas do músico instrumentista e compositor Edu Sangirardi, visando contribuir para o enriquecimento cultural de nossos jovens, bem como divulgar o importantíssimo repertório instrumental universal.

220269155 - EnCanta Brasil: 1ª versão EnCanta São Paulo (9 meses de EVENTO VIRTUAL seguido de 3 meses PRESENCIAL)
PAUTA MUSICAL PRODUCOES LTDA - ME

CNPJ/CPF: 03.750.588/0001-99
Processo: 01400000155202210
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 999.778,85
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Criação de um grande coral amador especializado em música erudita que reunirá cantores de toda cidade, esta 1ª versão será em São Paulo com: Oficina(processo didático de longa duração de aulas e ensaios online) no qual cantores amadores serão preparados para interpretarem a 9ª Sinfonia de Beethoven junto a orquestra sinfônica em Apresentação Musical (concerto beneficente e gratuito), está terá produtos Vídeo e Fotografia e o processo terá registro em Sítio de Internet além de palestra como Contrapartida Social.

220269195 - FESTIVAL INTERNACIONAL DE PIANO - Edição 2022
INSTITUTO ARTE PLENA
CNPJ/CPF: 11.026.496/0001-99
Processo: 01400000195202261
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.595.786,09
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto trata 3ª edição do Festival Internacional de Piano que terá como metas oferecer oportunidades para adescoberta de jovens talentos do piano no Brasil e no exterior e sua inserção no mercado de trabalho, movimentar a economia criativa com a geração de dezenas de empregos e recuperar a memória da música brasileira através de homenagens a pianistas consagrados e a compositores brasileiros. Nossa estimativa é receber inscrições de candidatos originários de cerca de 35 países, incluindo o Brasil. Os produtos deste projeto serão Festival,Apresentação Musical, Oficinas/ Master Class e encontros de contrapartida social.

220269181 - Musica para todos - Distrito de Paiquerê
ASSOCIACAO DE ARTE CULTURA E ESPORTE DE LONDRINA - CORRE
CNPJ/CPF: 42.008.066/0001-78
Processo: 01400000181202248
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 200.220269,35
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "Musica para Todos", por acreditar na transformação de ideias e atitudes vem proporcionar novas oportunidades de aprendizado e apreciação da cultura bem como acesso cultural gratuito. Para alcançar este objetivo ofereceremos oficinas formativas para a comunidade em geral acima de 5 anos de idade: teclado, violino, violão, viola caipira, canto coral e musicalização infantil e apresentação destas oficinas ao final do projeto. Também oferecerá uma Exposição de musica caipira denominada "Retratos Sertanejos" vizando assim a valorização da memória cultural e como contra partida palestras sobre "Relatos Sertanejos"com objetivo de tornar visivel esta cultura e conscientizar sobre sua importancia, onde será oferecida em escolas publicas da região para alunos e professores.

220269230 - ORQUESTRA JAZZ BAHIA - De Tom Jobim a George Gershwin
CICERO ALVES PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 15.383.819/0001-52
Processo: 01400000230202242
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 199.985,47
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto tem como objetivo a realização de 1 apresentação musical de uma orquestra intitulado "ORQUESTRA JAZZ BAHIA - De Tom Jobim a George Gershwin".

220269158 - Orquestra Popular Caipira de Pereira Barreto - revitalização e circulação
RODRIGUES VERONA MUSICAL LTDA ME
CNPJ/CPF: 04.271.313/0001-35
Processo: 01400000158202253
Cidade: Pereira Barreto - SP;
Valor Aprovado: R$ 221.760,00
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto de Revitalização e Circulação da Orquestra Popular Caipira de Pereira Barreto irá promover a revitalização da corporação e promover sua execução instrumental, atuando emtrês ações principais: concessão de bolsa monitoria, aquisição de uniforme e equipamentos e infraestrutura para apresentações públicas; e circulação da corporação acompanhada pelo Grupo de Catira Pés no Chão, por 03 cidades dos Estados de São Paulo.

220269133 - Orquestra Sinfônica de Estação - 2ª Edição
CPM DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MEDIO FRANCISCO DE ASSIS
CNPJ/CPF: 93.537.561/0001-05
Processo: 01400000133202250
Cidade: Getúlio Vargas - RS;
Valor Aprovado: R$ 80.191,33
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Projeto Orquestra Sinfônica de Estação - 2ª edição tem por objetivo oferecer aulas de instrumentos para crianças e jovens da comunidade, preferencialmente as que participam de projetos sociais e/ou encontram-se em situação de vulnerabilidade social e promover apresentações da Orquestra Sinfônica de Estação para a comunidade local e regional com entrada gratuita, além de As apresentações serão preferencialmente presenciais, porém se os protocolos de saúde vigentes na ocasião não permitirem, as mesmas serão realizadas de forma Virtual, em formato de live.Também será realizado um ensaio aberto com uma palestra envolvendo toda a comunidade, com convite especial a alunos e professores da rede pública municipal de ensino de Estação, onde o maestro e professor Mauricio Castelli estará abordando vários temas ligados a música.

220269126 - Plano Anual do Programa de Educação Musical - Academia para Jovens Músicos
Associação Amigos da Música de Piracicaba - AMPI
CNPJ/CPF: 15.024.077/0001-79
Processo: 01400000126202258
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.879.374,25
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Programa de Educação Musical da AMPI visa promover uma série de ações gratuitas, formativas e inclusivas na área da música de concerto, desde a profissionalização de instrumentistas e a preparação para o ingresso na universidade até a iniciação musical junto à comunidade em vários níveis, incluindo o ensino musical para o público PcD. O Programa segue um criterioso plano pedagógico, com aulas que acontecem desde a sede do projeto até escolas públicas e entidades (como a APAE), além do espaço aberto da internet. Desde crianças a partir de 5 anos até adultos na melhor idade participam de aulas, palestras e concertos didáticos, masterclasses com músicos de excelência artística e oficinas, compondo o cronograma anual do Programa.

220269200 - Quinteto Villa-Lobos: 60 Anos de Música Brasileira
CASEIRAS PRODUÇOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 15.781.381/0001-60
Processo: 01400000200202236
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 998.356,32
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Esta proposta apresenta como produto principal a realização de uma série de shows do Quinteto Villa-Lobos com programas e convidados diferentes, em comemoração aos 60 anos de existência deste conjunto tão importante na história da música brasileira. A estreia da série contará com transmissão online ao vivo. O projeto contempla ainda a realização de Concerto Didático e de Masterclass Online (como contrapartida social).

220269154 - REESTRUTURAÇÃO DA ORQUESTRA FILARMÔNICA JAZZ SENAI SOROCABA
ASSOCIACAO DE ALUNOS, EX ALUNOS, PAIS E MESTRES - AAPM DA ESCOLA SENAI LUIZ PAGLIATO
CNPJ/CPF: 27.023.066/0001-53
Processo: 01400000154202275
Cidade: Sorocaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.999,73
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: REESTRUTURAÇÃO DA ORQUESTRA FILARMÔNICA JAZZ SENAI SOROCABA é um projeto de aquisição de instrumentos musicais e equipamentos de som que tem por objetivo qualificar a "Orquestra Filarmônica Jazz SENAI de Sorocaba" através do aperfeiçoamento das oficinas de instrução da música instrumental. Melhorar o resultado sonoro, técnico, educativo e artístico da Orquestra, ao adquirirmos novos instrumentos, ofereceremos também apresentações públicas de qualidade. Uma vez que nosso foco principal de difusão são os espaços públicos próximos a regiões com escassez de equipamentos culturais nos municípios de Sorocaba e Região Metropolitana de Sorocaba, regiões das quais a maioria dos nossos alunos provém. O projeto também realizará como contrapartida oficinas de formação voltada para professores da rede pública de ensino que tenham interesse em adquirir know how para a abordagem em sala de aula sobre questões inerentes ao universo e imaginário infantil e juvenil a partir da música.

220269193 - UM TOQUE DE ALEGRIA!
TONY DANIEL MANSOR TABOAS
CNPJ/CPF: 256.116.688-01
Processo: 01400000193202272
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 452.479,50
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "UM TOQUE DE ALEGRIA!" realizará oficinas sobre um novo instrumento musical, criado e tocado no Brasil: o RIPATON. O projeto também realizará ações formativas de contrapartida social.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º )
220269152 - 5º Pimp Nossa Cooperativa
Parede Viva Produção de Eventos
CNPJ/CPF: 14.231.011/0001-97
Processo: 01400000152202692286
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.692.025,30
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O "Pimp Nossa Cooperativa" é um projeto de continuidade, estando em sua quinta edição e utiliza a artes urbana para revitalizar cooperativas de reciclagem e levar mais cor e autoestima para catadores e catadoras que trabalham no formato cooperados. Para isso, são realizados painéis artísticos autorais nos muros das cooperativas com a temática da sustentabilidade, por meio de artistas convidados e contratados, fomentando o trabalho dos cooperados e cooperadas, além de fomentar a democratização a arte e levando uma programação cultural gratuita para os cooperados e suas famílias.

220269115 - Ciclo anual de exposições de artes plásticas - Nosso Espaço
JULIO ROSA DIAS PRODUCAO CULTURAL LTDA
CNPJ/CPF: 37.023.758/0001-55
Processo: 01400000115202278
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 76.136,06
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 18/12/2022
Resumo do Projeto: Esta proposta tem como objetivo viabilizar o ciclo de exposições anual de artes plásticas da Galeria NE, localizada no Espaço Cultural Nosso Espaço, em São Paulo - SP. Seguindo o modelo de exposições realizadas em 2021, as exposições são compostas por obras de artistas que estão iniciando sua carreira e/ou ainda não possuem uma galeria que os represente, mastenham um acervo de obras artísticas que permitem a realização das exposições, mantendo o nível de qualidade das mesmas.

220269179 - Exposição Itinerante Bob Wolfenson
CIRRUS PRODUCOES FOTOGRAFICAS LTDA
CNPJ/CPF: 55.639.884/0001-10
Processo: 01400000179202279
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.214,40
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto destina-se a realização de uma exposição de fotografias em formato itinerante sendo realizada em 03 cidades brasileiras. Esta exposição pretende tornar público uma seleção de 12 (doze) obras que compõem parte do acervo constituído ao longo de 50 anos de carreira pelo renomado fotógrafo Bob Wolfenson. Trata-se de uma coleção de obras que foram atingidas por uma grande enchente ocorrida em fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, deixando negativos e cópias fotográficas de inestimável valor artístico e cultural, em situação de calamidade. Estas obras estão sendo restauradas e a exposição pretende mostrar as fotos originais e o resultado parcial de suas respectivas restaurações.

220269123 - Olhos do Brasil - Homenagem a Elza Soares - A Mulher do Fim do Mundo
SIGLA CREATIVE CORPORATION LTDA
CNPJ/CPF: 40.481.602/0001-22
Processo: 01400000123202214
Cidade: Taboão da Serra - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.999,97
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 05/12/2022
Resumo do Projeto: Olhos do Brasil é uma forma de propor a conversa entre a música brasileira e a fotografia autoral, através de um livro fotográfico. Um projeto da BOTO., em parceria com os fotógrafos Dan Pellicciari, João Regis e convidados.A segunda edição do Olhos do Brasil é uma homenagem a grande compositora e intérprete Elza Soares e seu disco, "A Mulher do Fim do Mundo", lançado em 2015, considerado um dos maiores discos da atualidade. Além do livro fotográfico, o volume 02 contará também com uma exposição presencial e uma oficina de foografia com celular para jovens estudantes.

220269150 - PINCEL MÁGICO - FASE III
TATICA - MARKETING ESPORTIVO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 06.103.531/0001-96
Processo: 01400000150202297
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 849.653,57
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 01/09/2022
Resumo do Projeto: Realização de circuito de eventos gratuitos de atividades de artes visuais e plásticas, sendo pintura em tela, grafite e escultura, para crianças e adolescentes de 4 a 14 anos, em regiões de baixo IDH.

220269138 - POVOS DOS ESPAÇOS PERIFÉRICOS - ARTE E CULTURA NA CIDADE DE SÃO PAULO
ART & DESING LOCACAO E MONTAGEM DE STAND EIRELI
CNPJ/CPF: 26.760.738/0001-40
Processo: 01400000138202282

Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 196.265,37
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar a exposição de artes visuais "POVOS DOS ESPAÇOS PERIFÉRICOS - ARTE E CULTURA NA CIDADE DE SÃO PAULO", apresentando diversos elementos artísticos de artistas periféricos, assim como provomer ações educativas culturais como contrapartida social.

220269182 - Tressê Fibras
CLAUDIA BOEHM MOSCHETTA
CNPJ/CPF: 568.319.949-20
Processo: 01400000182202692292
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 199.914,00
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Projeto visa promover oficinas de Artes Visuais (produto principal), relacionadas às habilidades manuais com uso de fibras naturais, resgatando assim técnicas antigas (tricô, crochet, macramê) e aplicando na criação de peças com design moderno; além de viabilizar a inserção destes futuros artesãos no mercado da economia criativa e a geração de renda. O projeto prevê, como uma ação educativo-cultural de contrapartida social,na qual será feita uma exposição dos produtos desenvolvidos nas oficinas em uma escola de rede pública de ensino de Joinville/SC, para alunos e professores, ondeos próprios futuros artesãos irão ministrar um WORKSHOP para a comunidade apresentando um processo de um produto aprendido nas oficinas, sempre orientados pelo proponente equipe de produção.Todo o projeto, bem como a ação educativo-cultural contará com acessibilidade para deficientes físicos, visuais e auditivos (PcD: Lei nº 13.146/2015).

220269132 - ZOO URBANO 3
MOSAIKY EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 23.486.796/0001-30
Processo: 01400000132202692213
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 598.297,56
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O ZOO URBANO é um evento de continuidade com primeira edição em 2016 .O ZOO URBANO 3 é uma exibição de artes visuais gratuita em locais de grande circulação que demonstra através da ótica e das diferentes artistas uma nova concepção com difusão cultural e formação de público tranformandoo lixo produzido em uma expressão de arte reaproveitando, reciclando e ressignificando esses materiais. Além da exposição de esculturas geraremos um catálogo sobre a exposição atual e anteriores e uma obra coletiva como contrapartida social. O projeto se enquadra plenamente nos incisos do Artigo 1º da Lei 8313/91 I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais utilizando a globalização da informação e a gratuidade. II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais usando artistas nacionais para tal.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )
220269245 - MARCO ZERO: Projetos arquitetônicos e de restauro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário - Paranaguá
INSPIRE-C ARQUITETURA, URBANISMO E PATRIMONIO CULTURAL EIRELI
CNPJ/CPF: 23.386.828/0001-25
Processo: 01400000245202219
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.217.484,77
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto cultural tem como objetivo a restauração do edifício da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, considerando, neste momento, a realização da Etapa 1 - Produção de Conhecimento, Difusão e Projeto de Intervenção que abrange a elaboração de pesquisas, do projeto de restauração arquitetônica e de projetos complementares. Com o objetivo de ampliar o acesso ao bem cultural imóvel estão previstas ações de educação patrimonial, considerando a realização de oficinas para a comunidade e grupos escolares de Paranaguá (contrapartida social) e a publicação do livro comemorativo aos 60 anos da Diocese de Paranaguá.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )
220269174 - 150 Anos da Imigração Italiana do Rio Grande no Rio Grande do Sul - Volume IV
Proyecto Cultural Sur Brasil
CNPJ/CPF: 06.336.951/0001-12
Processo: 01400000174202246
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado: R$ 233.229,15
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Publicação do IV volume da coleção 150 Anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, com abordagem sobre a trajetória das famílias precursoras que contribuíram para desenvolvimento sócio econômico e cultural das cidades das Regiões de Colonização Italiana, não contempladas pelo volume II, da mesma coleção, com intuito de revitalizar suas histórias e disseminar o conhecimento, para as presentes e futuras gerações e que, com trabalho, contribuíram para a formação de parcela significativa da sociedade gaúcha e brasileira. Realizar encontros/palestras para professores e alunos para atendimento à Contrapartida Social.

220269160 - A Saga dos Poderes
LUCAS MARINHO VIANA FERREIRA
CNPJ/CPF: 364.293.658-08
Processo: 01400000160202222
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 149.355,80
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 20/10/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto visa ampliar e democratizar o acesso a leitura por meio da publicação e distribuição gratuita dos Livros "A Saga dos Poderes: Despertar" e " A Saga dos Poderes: Ascenção" de autoria da proponente. Visa ainda, realizar ações formativas com estudantes da rede pública de ensino, atinentes as contrapartidas sociais.

220269205 - Bibi Ferreira: 100 anos
CAPIVARA EDITORA LTDA
CNPJ/CPF: 04.803.073/0001-72
Processo: 01400000205202269
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 612.057,50
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto se propõe a desenvolver um livro que mostrará, por meio de documentos comentados (fotos, cartas, telegramas, recortes de imprensa etc.), muitos deles inéditos, a vida e a obra de Bibi Ferreira. Ao mostrar a origem da artista e o seu percurso artístico, é feito um retrato da cultura brasileira nos últimos cem anos.

220269173 - Caminho das Águas no Brasil
BELA VISTA CULTURAL LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 25.331.742/0001-20
Processo: 01400000173202202690
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 459.498,32
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "Caminho das Águas no Brasil" contemplará a produção de um livro e a realização de apresentações e eventos culturais, destinados a professores, estudantes e à população em geral, com o intuito de abordar a importância da água em nossas vidas.A ideia é a de apresentar o tema, de maneira lúdica e cultural, trazendo informações sobre questões relacionadas ao universo das águas no nosso cotidiano: consumo, energia, saneamento, saúde, logística e economia, entre outros temas, estimulando a participação da sociedade em prol de iniciativas voltadas à prevenção e remediação ambiental.

220269191 - Caminhos Brasileiros - Segurança e Humanização no Trânsito
BELA VISTA CULTURAL LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 25.331.742/0001-20
Processo: 01400000191202283
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 454.135,82
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto cultural "Caminhos Brasileiros - Segurança e Humanização no Trânsito" contemplará a produção de um livro e a realização de apresentações culturais, destinadas a professores, estudantes e à população em geral, com o intuito de apresentar os principais caminhos terrestres brasileiros e estimular o papel de cada cidadão para a segurança de pedestres, motoristas e ciclistas no trânsito.

220269131 - Congadas no Paraíso (EVENTO VIRTUAL)
BEATRIZ DE JESUS AUGUSTO
CNPJ/CPF: 005.920.536-95
Processo: 01400000131202261
Cidade: São Sebastião do Paraíso - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.965,15
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Produzir e distribuir o livro infantil "Congadas no Paraíso", sobre a tradicional Festa da Congada e Moçambique que ocorre há mais de 100 anos em São Sebastião do Paraíso-MG, declarada patrimônio cultural do município; além de realizar ação formativa cultural como contrapartida.

220269175 - Design centrado na vida
Camilo de Lelis Belchior
CNPJ/CPF: 475.226.316-53
Processo: 01400000175202291
Cidade: Contagem - MG;
Valor Aprovado: R$ 278.097,60
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto visa a produção gratuita de dois volumes da coletânea iDeia Design que irá abordar o design centrado na vida, ou seja, o design como uma ferramenta de conexão entre pessoas, meio ambiente e diversidade cultural. O primeiro volume abordará o Design Centrado na Vida e o futuro do design e o segundo o Design Centrado na Vida e os novos (eco) consumidores. O projeto envolve ainda a produção de 01 vídeo sobre cada edição, totalizando 02 vídeos sobre as temáticas abordadas e, como contrapartida, oferecerá ações de formação e capacitação.

220269177 - Do Anhangava ao Nepal (Evento Virtual)
JOSÉ ÁLVARO DA SILVA CARNEIRO
CNPJ/CPF: 010.153.039-00
Processo: 01400000177202280
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 222.834,15
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 08/08/2022
Resumo do Projeto: Produção, impressão e distribuição do livro Nepal - Fascínio e Agonia, de José Álvaro da Silva Carneiro. O projeto visa contribuir com o incentivo à produção literária nacional e a democratização de acesso ao livro por meio da distribuição gratuita, além de atividades de incentivo à leitura e escrita (contrapartida social).

220269278 - FENAVINHO - Mais do que uma festa (evento virtual).
Fabiano Laércio Mazzotti
CNPJ/CPF: 26.681.079/0001-57
Processo: 01400000278202251
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado: R$ 400.956,60
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Salvaguarda da memória da Festa Nacional do Vinho, popularmente conhecida como "FENAVINHO", por meio da produção de um livro para narrar a trajetória da manifestação popular iniciada no ano de 1967 e que configurou a cidade de Bento Gonçalves/RS como pioneiro território da cultura do vinho no cenário nacional brasileiro; complementada de palestras (contrapartida social) com acesso gratuito a professores e alunos da rede pública de ensino para exploração do tema do livro e importância desta produção.

220269176 - HISTÓRIA E MEMÓRIA
INSTITUTO CRESCER
CNPJ/CPF: 40.548.864/0001-67
Processo: 01400000176202235
Cidade: Zortéa - SC;
Valor Aprovado: R$ 187.026,40
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto consiste na reedição da obra completa do advogado, escritor e historiador Dr Vitor Almeida (in memoriam), salvaguardando os registros e replicando as publicações que comtemplam a história local, permitindo maior acesso, valorização e preservação da identidade histórica e cultural do nosso município. O projeto conta também com um documentário audiovisual biográfico e com palestras de formação cultural.

220269231 - História em quadrinho - A História do Mal
FLAIBAN PRODUCAO CULTURAL LTDA
CNPJ/CPF: 41.609.849/0001-44
Processo: 01400000231202297
Cidade: Jundiaí - SP;
Valor Aprovado: R$ 197.142,00
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Confeccionar Almanaque de História em quadrinho criando uma história ficcional que leve o leitor a conhecer os momentos de grandes conflitos reais, onde a população foi manipulada para tomar parte do conflito. Será evidenciado o mecanismo que foi usado pelos poderosos da época para jogar a população contra seus inimigos, mostrando a evolução desse tipo de estratégia até os dias de hoje. Produtos: "Livro" - será roteirizado, escrito , ilustrado , diagramado , impresso e, então, doado ao poder público para que chegue às bibliotecas públicas. "Biblioteca virtual" - será disponibilizada versão digital do livro para a biblioteca nacional que poderá disponibilizar na Internet. "Contrapartida social" - serão realizadas palestras em escolas públicas para falar sobre o assunto tema do almanaque e distribuir cópias

220269207 - Janela de Leitura
SAPOTI PROJETOS CULTURAIS S/S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.039.840/0001-81
Processo: 01400000207202258
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 787.715,50
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Propõe a requalificação de uma Biblioteca penitenciária e a criação de programação de atividades educativo-culturais. A Biblioteca passará por reforma e ambientação. Seu acervo será complementado com livros novos. Na Biblioteca ocorrerá

empréstimo de livros e mediação de leitura. Como produto derivado propõe oficinas de produção textual e espetáculo de artes cênicas (contação de histórias e sarau). A contrapartida social são sessões de contação de histórias em escolas públicas.

220269163 - LE PRA MIM 2022/2023 - evento virtual
Associação Cultural Somar Idéias
CNPJ/CPF: 12.078.777/0001-58
Processo: 01400000163202266
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 578.468,75
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: LÊ PRA MIM? É um projeto de incentivo a leitura de livros infantis brasileiros onde personalidades da mídia leem livros infantis para crianças de 4 a 10 anos. Este projeto teve inicio em 2010 e já foram realizadas 31 edições ao longo dos 11 anos. Beneficiamos alunos de escolas publicas municipais em encontros literários junto com o publico espontaneo. Ao final de cada encontro as crianças ganham livros para levar para casa. Como produto principal faremos encontros literários. Como produto contrapartida uma oficina em escolas públicas para formar voluntários de leituras.

220269228 - Leitura no Campo - 5° Edição
Educare Produções Ltda- Me
CNPJ/CPF: 09.395.505/0001-77
Processo: 01400000228202273
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 623.195,10
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/08/2022
Resumo do Projeto: O projeto Leitura no Campo - 5° Edição tem como finalidade reestruturar espaços literários que precisem de suporte e melhorias para atender as comunidades do Brasil. Ao reformular seus espaços e agregar seus acervos o projeto possibilitará a disseminação da cultura e do conhecimento em geral para regiões de periferia. Atendendo escolas públicas e organizações sem fins lucrativos, através dos produtos Biblioteca e Contrapartida Social.

220269192 - LIVRO FOTOGRAFIA - CONSTRUÇÃO ARENA MRV
22 GRAUS COMUNICACAO E MARKETING LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 17.219.454/0001-50
Processo: 01400000192202692228
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.710,50
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo a publicação de um livro arte de fotografias da evolução construção da Arena MRV. O projeto prevê ainda um hot site e palestras de contrapartida social.

220269156 - LIVRO: Minha Culpa é te amar
NILZA DOS SANTOS SILVA
CNPJ/CPF: 023.491.347-92
Processo: 01400000156202264
Cidade: Guapimirim - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.147,52
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 23/07/2022
Resumo do Projeto: Utilizar de recursos a serem obtidos através da Lei de incentivo à Cultura para apoio no desenvolvimento e oferta de obras literárias, buscando despertar e incentivar o interesse a leitura através da publicação de um livro para todos que apreciam literatura romântica e viagens. Além dos livros, estão previstas palestras com estudantes da rede pública de ensino, atinentes as contrapartidas sociais.

220269148 - LIVRO: Os sentidos da comida. A comida e os sentidos.
PAULO SERGIO DI GIUSEPPE TURZIANI SILVA
CNPJ/CPF: 095.692.718-17
Processo: 01400000148202218
Cidade: Penápolis - SP;
Valor Aprovado: R$ 196.795,06
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 01/08/2022
Resumo do Projeto: A proposta constitui em despertar e incentivar o interesse a leitura por meio da produção e publicação de um livro, o qual o tema a ser abordado relaciona-se à cultura da comida. Além do livro, estão previstas palestras com estudantes da rede pública de ensino, atinentes as contrapartidas sociais.

220269159 - Livroteca nas Escolas (EVENTO VIRTUAL)
Denise Becker
CNPJ/CPF: 481.891.119-49
Processo: 01400000159202202696
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 173.756,00
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Construir e disponibilizar armários "Livrotecas" com exemplares de livros infantojuvenis, incluindo livros infantojuvenis em Braille, destinados aos alunos do ensino fundamental I de escolas públicas de Santa Catarina e, como contrapartida social,realizar palestras que abordarão a linguagem fotográfica de Santa Catarina para turmas do ensino fundamental II, visando a conscientização para a importância da cultura por intermédio de um produto cultural. O projeto também contemplará como ampliação de acesso, ações de "Contação de História" aberta e de forma gratuita, ao público infantil em geral.

220269279 - Projeto Frutos do Saber
ASSOCIACAO DEBAIXO DAS ARVORES - ADA
CNPJ/CPF: 38.096.218/0001-64
Processo: 01400000279202202693
Cidade: São Luís - MA;
Valor Aprovado: R$ 199.985,50
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Frutos do Saber é um projeto cultural que visa incentivar a leitura e outras expressões culturais em jovens e crianças atendidos pela Associação Debaixo das Árvores, no Maranhão, por meio de oficinas de leitura, de teatro e de música, além da produção de duas mostras culturais e da realização de palestras formativas como ação de contrapartida.

220269162 - Retratos da Imigração Espanhola no Brasil - Virtual
FORMA CULTURAL EDICOES ARTISTICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 19.774.023/0001-81
Processo: 01400000162202692211
Cidade: Itu - SP;
Valor Aprovado: R$ 368.445,00
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Produzir mil cópias do Livro Retratos da Imigração Espanhola no Brasil - Virtual para distribuição gratuita e como contrapartida social realizar ação educativa cultural on line para professores e alunos da rede pública de ensino.

220269265 - Yustrich - A trajetória do Homão: carrasco ou paizão (Edição de Livros)
LISBOA & ROCHA CONSULTORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.420.116/0001-29
Processo: 01400000265202281
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 151.130,98
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto visa a edição de livro para retratar a vida do ex-jogador e ex-técnico de futebol, Dorival Knippel, conhecido como Yustrich.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º )
220269135 - História em Negativos
Fundação Romi
CNPJ/CPF: 56.720.774/0001-41
Processo: 01400000135202249
Cidade: Santa Bárbara D'Oeste - SP;
Valor Aprovado: R$ 69.060,02
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto HISTÓRIA EM NEGATIVOS tem como objetivo a conservação, democratização e o acesso a filmes fotográficos flexíveis de base plástica pertencentes ao acervo da instituição que revelam imagens inéditas de Santa Bárbara d'Oeste através do processamento técnico documental, capacitação e palestras em escolas.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
220269125 - DVD Wellington Paris
ELISABETH ZILS PARIS
CNPJ/CPF: 614.173.609-25
Processo: 01400000125202211
Cidade: Indaial - SC;
Valor Aprovado: R$ 198.159,08
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 01/10/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto visa a gravação de 01 (um) DVD composto por 12 (doze) músicas, propondo com esta ação contribuir para o acesso ao conteúdo musical e cultural de qualidade, gratuito a todas as pessoas. O projeto visa ainda ações formativas em escolas da rede pública de ensino, atinentes as contrapartidas sociais.

220269161 - Turnê AUÊ - Zabelê
HERMENEGILDO ALMEIDA FERRARI
CNPJ/CPF: 12.803.456/0001-79
Processo: 01400000161202277
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 296.307,99
Prazo de Captação: 03/02/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A Turnê AUÊ - Zabelê compreende a realização apresentação musical(produto principal) com a cantora Zabelê em três cidades brasileiras com conteúdo cultural inspirado na Tropicália e sucessos de Pepeu Gomes, Baby do Brasil e da banda A Cor do Som. Serão oferecidas palestras na condição de Contrapartida Social (produto secundário)

**PORTARIA Nº 70, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
201222 - Arraiá Ribeirão
CLOUD9 PRODUÇÂO E EVENTOS
CNPJ/CPF: 15.247.589/0001-02
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

203298 - CANTO CIDADÃO: PLANO ANUAL 2021
Organização para Produção e Democratização de Informação Canto Cidadão
CNPJ/CPF: 05.199.987/0001-39
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

182656 - Grupo de Siriri Passo Miudinho
EDNEY SANTANA DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 813.272.691-04
Cidade: Várzea Grande - MT;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

204692 - Palco
Tom Maior Espetáculos e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 03.823.768/0001-53
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211211 - PETER PAN - O MUSICAL
FOCO CULTURAL PRODUÇÕES DE EVENTOS EIRELI
CNPJ/CPF: 36.272.112/0001-49
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

191413 - UNIDOS DA TIJUCA CARNAVAL 2020
Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Tijuca
CNPJ/CPF: 27.148.592/0001-40
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
185611 - Pixinguinha Como Nunca
SONATA PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 22.863.014/0001-71
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

194232 - Arte nas escolas 2020
Julian Tainã Guimarães Vieira da Silva
CNPJ/CPF: 074.226.969-82
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 28/02/2022

202655 - Formemus 2021
DANIEL GONCALVES MORELO
CNPJ/CPF: 17.221.352/0001-70
Cidade: Vitória - ES;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

193783 - Imin Matsuri e Haru Matsuri 2020
ASSOCIACAO CULTURAL E BENEFICENTE NIPO-BRASILEIRA DE CURITIBA - NIKKEI CURITIBA
CNPJ/CPF: 76.715.101/0001-00
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

205075 - Violão - Recitais online, entrevistas e gravação de EPs
RICARDO HIROSHI MARUI - EPP
CNPJ/CPF: 21.276.594/0001-38
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

194165 - WAKABA TAIKO RUMO AO JAPÃO
ASSOCIACAO CULTURAL E BENEFICENTE NIPO-BRASILEIRA DE CURITIBA - NIKKEI CURITIBA
CNPJ/CPF: 76.715.101/0001-00
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º )
170959 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS INTEGRADOS DE REVITALIZAÇÃO E DE QUALIFICAÇÃO DA CIDADE DE ANTONIO PRADO/RS
ALFA IDEIAS - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROJETOS SUSTENTAVEIS
CNPJ/CPF: 24.030.014/0001-16
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

190538 - Restauração da Catedral Metropolitana de Ribeirão Preto - SP
Inspirati Arte, Cultura e Comunicação Ltda EPP
CNPJ/CPF: 17.083.253/0001-79
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )
210003 - Arquitetura Líquida - A tecnologia revolucionando o sistema construtivo
DIALETO POLODOC PRODUCOES SOCIO-CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 24.009.909/0001-79
Cidade: Indaiatuba - SP;
Prazo de Captação: 02/02/2022 à 31/12/2022

205134 - Publicação do livro O Cavaleiro da Aurora - Os Viajantes Secretos e sua utilização como ferramenta de RPG para ensino em escolas públicas
FELIPE FAGNER CAMPOS SILVA
CNPJ/CPF: 067.684.476-61
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 02/02/2022 à 31/12/2022

**PORTARIA Nº 71, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )
204837 - Centro Cultural Sesi Heitor Stockler de França / PROGRAMAÇÃO ANUAL 2021
SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI
CNPJ/CPF: 03.802.018/0001-03
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 277.200,00
Valor total atual: R$ 952.875,00

**PORTARIA Nº 72, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Tornar sem efeito a publicação referente a prorrogação de prazo de captação de 01/01/2022 a 31/12/2022, do Projeto "SP-Arte 2021" - Pronac 19-3281, na Portaria nº 0001/22 de 03/01/2022, publicada no D.O.U. em 04/01/2022, Seção 1.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

**RETIFICAÇÃO**

Na portaria nº 0003/2021, de 05/01/2021, referente a homologação de prorrogação de prazo de captação, publicada no D.O.U. nº 191 de 06/01/2021, Seção 1, pág. 51, referente ao Projeto "Pixinguinha como Nunca" - Pronac: 18-5611:

Onde se lê: Prazo de Captação: 01/01/2021 à 30/12/2021

Leia-se: Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

## AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

**DESPACHO Nº 14-E, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022**

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar as análises complementares dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

17-0567 DELICADEZA
Processo: 01416.025570/2017-40
Proponente: CIGANO FILMES LTDA ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.005.783/0001-70
Valor total aprovado: de R$ 4.000.000,00 para R$ 3.046.625,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 1.348.044,47
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 824, realizada em 27/01/2022
Prazo de captação: até 31/12/2023

18-0933 M
Processo: 01416.018402/2018-89
Proponente: DOCTELA - MIDIA E COMUNICAÇÃO
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 13.857.597/0001-37
Valor total aprovado: de R$ 585.000,00 para R$ 579.240,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 375.000,00 para R$ 79.240,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 824, realizada em 27/01/2022
Prazo de captação: até 31/12/2022

19-0045 GARIMPO LUXO
Processo: 01416.020428/2018-97
Proponente: MOOD HUNTER PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.177.126/0001-12
Valor total aprovado: de R$ 2.116.259,75 para R$ 2.875.220,95
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.010.446,76 para R$ 2.731.459,90
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº 7-E, de 06/01/2022, ratificada pela Reunião de Diretoria
Colegiada nº. 822, realizada em 18/01/2022
Prazo de captação: até 31/12/2022

19-0220 DESAFIO EXTREMO
Processo: 01416.005387/2019-90
Proponente: RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA
Cidade/UF: Cotia / SP
CNPJ: 02.947.857/0001-49
Valor total aprovado: de R$ 7.208.713,60 para R$ 5.375.964,42
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 6.848.277,92 para R$
5.105.666,20
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 824, realizada em 27/01/2022
Prazo de captação: até 31/12/2022

19-0388 PASSAPORTE FEMININO
Processo: 01416.007313/2019-98
Proponente: ÍTACA COMUNICACAO
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 28.878.082/0001-90
Valor total aprovado: de R$ 624.140,00 para R$ 611.955,76
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 592.933,00 para R$
581.357,97
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 820, realizada em 21/12/2021
Prazo de captação: até 31/12/2023

19-0408 TARSILA NO ESPELHO
Processo: 01416.008647/2019-89
Proponente: CANAL AZUL CONSULTORIA AUDIOVISUAL EIRELI
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.350.398/0001-47
Valor total aprovado: de R$ 4.497.610,00 para R$ 3.184.236,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 25.024,20
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 822, realizada em 18/01/2022
Prazo de captação: até 31/12/2023

20-0082 A CAIXA PRETA DE FERNANDO MORAIS
Processo: 01416.002136/2020-97
Proponente: MOONSHOT CREATIVE LAB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 67.942.250/0001-11
Valor total aprovado: de R$ 2.921.974,00 para R$ 3.301.452,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 2.775.875,30 para R$
3.136.379,40
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 822, realizada em 18/01/2022
Prazo de captação: até 31/12/2023

21-0086 BODY BY BETH
Processo: 01416.004645/2021-35
Proponente: MIGDAL PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.645.895/0001-75
Valor total aprovado: de R$ 8.693.907,43 para R$ 8.597.992,28
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 33.880,60
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 8.259.212,06 para R$8.134.212,06
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 822, realizada em 18/01/2022
Prazo de captação: até 31/12/2024

Art. 2º Acatar parcialmente o recurso administrativo interposto contra as glosas realizadas na análise complementar do projeto audiovisual, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

20-0002 MAPA DE ESTRELAS
Processo: 01416.010683/2019-11
Proponente: SENTIMENTAL ETAL LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 16.104.588/0001-63
Valor total aprovado: de R$ 1.660.781,17 para R$ 1.752.571,79
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 1.577.742,11 para R$
1.664.943,20
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 821, realizada em 12/01/2022
Prazo de captação: até 31/12/2023

Art. 3º Aprovar o redimensionamento de valores do projeto audiovisual para o qual a proponente estava autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

18-0626 ÁGUAS SELVAGENS - DISTRIBUIÇÃO
Processo: 01416.008502/2018-05
Proponente: LAZ AUDIOVISUAL LTDA
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 80.816.838/0001-97
Valor total aprovado: de R$ 507.777,80 para R$ 386.972,23
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 20.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 262.388,91 para R$ 0,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 824, realizada em 27/01/2022
Prazo de captação: até 31/12/2019

Art. 4º Aprovar o redimensionamento de valores do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

18-0872 GUATÓS: UMA REMADA NO TEMPO
Processo: 01416.013026/2018-36
Proponente: FAISSOL ARTES VISUAIS LTDA
Cidade/UF: Arraial do Cabo / RJ
CNPJ: 09.616.650/0001-30
Valor total aprovado: de R$ 272.919,89 para R$ 297.809,23
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 259.273,90
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 824, realizada em 27/01/2022
Prazo de captação: até 31/12/2022

Art. 5º As Deliberações produzem efeitos a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

## FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

### PORTARIA FBN Nº 4 DE 28 DE JANEIRO DE 2022

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das competências que lhe foram delegadas pela Portaria nº 390, de 18 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 245, de 19 de dezembro de 2019, Seção 1, página 177, resolve:

Art. 1º Fixar, na forma do Anexo desta Portaria, as metas institucionais da Fundação Biblioteca Nacional, para o período de 1º de março de 2022 e término no dia 28 de fevereiro de 2023.

Art. 2º As metas fixadas poderão ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que a própria Instituição não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL NOGUEIRA ALVES TAVARES DA SILVA

ANEXO I

INDICADORES E METAS INSTITUCIONAIS GLOBAIS
13º Ciclo

| Metas Globais | Indicadores | Unidade de Medida | Quantitativo de Referência | Meta |
|---|---|---|---|---|
| Preservação, Identificação e Inventário de Acervos Culturais | Preservação, Identificação e Inventário de Acervos Culturais | Acervo Preservado | 1.700.000 | 80% |
| | Fórmula de Cálculo: Percentual de Acervos Preservados | | | |
| Fomento à Criação e Difusão Literária e Científica | Fomento à Criação e Difusão Literária e Científica da Fundação Biblioteca Nacional | Projeto Apoiado | 30 | 90% |
| | Fórmula de Cálculo: Percentual de projetos apoiados | | | |

# Poder Judiciário

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

### PORTARIA Nº 45, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre o valor mensal do auxílio-saúde no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo SEI n. 0000554-44.2019.4.90.8000, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 41, da Resolução CJF n. 2, de 20 de fevereiro de 2008, com a redação dada pela Resolução CJF n. 316, de 24 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º O valor mensal per capita do auxílio-saúde no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus será de R$ 312,40 (trezentos e doze reais e quarenta centavos).

Art. 2º Fica revogada a Portaria n. 352, de 11 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2017, Seção 1, p. 124.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2022.

Min. HUMBERTO MARTINS

## TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

## CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

### ATO CSJT.GP.SG Nº 8, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre os valores per capita a serem pagos a título de Assistência Médica e Odontológica, Auxílio-Alimentação e Assistência Pré-Escolar no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando a necessidade de manter a uniformização dos valores dos benefícios assistenciais pagos aos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho;

considerando a previsão orçamentária para o exercício de 2022 da atualização monetária do benefício denominado "Assistência Médica e Odontológica";

considerando a eficiência operacional, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o valor per capita mensal de R$ 402,03(quatrocentos e dois reais e três centavos) do benefício Assistência Médica e Odontológica para os magistrados e os servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Art. 2º Ratifica-se o valor per capita mensal de R$ 910,08 (novecentos e dez reais e oito centavos) do benefício Auxílio-Alimentação para os magistrados e os servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Art. 3º Ratifica-se o valor per capita mensal de R$ 719,62 (setecentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos) do benefício Assistência Pré-Escolar para os magistrados e os servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Art. 4º Os recursos necessários para a majoração disposta no art. 1º e o cumprimento dos arts. 2º e 3º estão previstos na Lei Orçamentaria Anual para 2022, Lei 14.303/2022, de 21 de janeiro de 2022.

Art. 5º Os efeitos financeiros decorrentes do reajuste previsto no art. 1º deste Ato ocorrerão a partir da folha de pagamento de janeiro de 2022.

Art. 6º Revoga-se o ATO CSJT.GP Nº 148, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre os valores per capita a serem pagos a título de Auxílio-Alimentação e Assistência Pré-Escolar aos servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

# Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

### ACÓRDÃO DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

RECURSO EM PROCESSO DE DESAGRAVO
RECURSO EM PROCESSO DE DESAGRAVO CFM Nº 001/2021 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo de Desagravo nº 01/2016). ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela recorrente. Por maioria, foi mantida a decisão do Conselho de origem, qual seja, NÃO ACATAMENTO DO PEDIDO DE DESAGRAVO, por não vislumbrar agressão ou ofensa pública à recorrente no seu exercício profissional, e pelo arquivamento do Processo de Desagravo, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 9 de dezembro de 2021. (data do julgamento) DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA, Relator.

RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR
RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR CFM Nº 028/2021 (PAe 000028.31/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 16.282-529/2021) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/interditado. Por maioria, foi reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a Interdição Cautelar Total para REVOGAÇÃO DA INTERDIÇÃO CAUTELAR TOTAL DO EXERCÍCIO DA MEDICINA, nos termos do voto divergente/vencedor do conselheiro Adriano Sérgio Freire Meira. Brasília, 2 de dezembro de 2021. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Presidente da Sessão; ADRIANO SÉRGIO FREIRE MEIRA, Voto Divergente/Vencedor.

REMESSA EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 299/2021 (PAe 000299.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.806-302/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina pelo conhecimento da remessa de ofício. Por unanimidade, foi confirmada a culpabilidade do apelante/denunciado e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na alínea "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 23, 27, 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos 23, 27, 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 8 de dezembro de 2021. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; MARIA TERESA RENÓ GONÇALVES, Relatora.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 254/2021 (PAe 000254.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (PEP nº 000008/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e, por maioria, foi reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na alínea "e", para lhe aplicar a "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57. Por unanimidade foi caracterizada a infração aos artigos 23, 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 23, 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 27 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), tudo nos termos do voto divergente/vencedor do conselheiro Julio Cesar Vieira Braga. Brasília, 17 de novembro de 2021. (data do julgamento) DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Presidente da Sessão; JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Voto Divergente/Vencedor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 343/2021 (PAe 000343.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.511-468/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 14, 35, 40 e 58 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 35, 40 e 58 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 18 de novembro de 2021. (data do julgamento) CARLOS MAGNO PRETTI DALAPICOLA, Presidente da Sessão; NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 349/2021 (PAe 000349.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.680-176/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de novembro de 2021. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 350/2021 (PAe 000350.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.951-447/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto

pelo apelante/denunciado. Por unanimidade não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de novembro de 2021. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; ABDON JOSE MURAD NETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 358/2021 (PAe 000358.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (PEP nº 000012/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 18 (Resolução CFM nº 1974/2011) do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 18 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 17 de novembro de 2021. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; MARIA TERESA RENÓ GONÇALVES, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 362/2021 (PAe 000362.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (PEP nº 000025/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 1º e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de novembro de 2021. (data do julgamento) MARIA TERESA RENÓ GONÇALVES, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 379/2021 (PAe 000379.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000003/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de novembro de 2021. (data do julgamento) NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Presidente da Sessão; FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 280/2021 (PAe 000280.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.448-405/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na alínea "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 18, 20, 21, 35, 40 e 68 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 9 de dezembro de 2021. (data do julgamento) DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Presidente da Sessão; FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 312/2021 (PAe 000312.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.040-536/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e, por maioria, foi reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na alínea "e", para lhe aplicar a "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 23, 30 e 40 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 23, 30 e 40 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto divergente/vencedor do conselheiro Carlos Magno Pretti Dalapicola. Brasília, 7 de dezembro de 2021. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; CARLOS MAGNO PRETTI DALAPICOLA, Voto Divergente/Vencedor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 369/2021 (PAe 000369.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012279/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 8 de dezembro de 2021. (data do julgamento) HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA, Presidente da Sessão; ANASTACIO KOTZIAS NETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 384/2021 (PAe 000384.13/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013100/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 18 (c/c Resolução CFM nº 1.358/1992) e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 8 de dezembro de 2021. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

### RESOLUÇÃO Nº 1.440, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Homologa a 1ª Reformulação Orçamentária do CRMV-RJ e CRMV-RN, referentes ao exercício de 2022, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso da atribuição que lhe confere a alínea f do artigo 16 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinada com o inciso XII do artigo 3º da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007, e § 3º do artigo 2º da Resolução CFMV nº 1049, de 14 de fevereiro de 2014; Considerando a deliberação tomada pelo Plenário do CFMV durante a sua CCCLIV Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias 26 e 27 de janeiro de 2022, em Brasília/DF, resolve:

Art. 1º - Homologar as Reformulações Orçamentárias, do exercício 2022, do CRMV-RJ, e CRMV-RN em conformidade com as seguintes planilhas demonstrativas:

I - 1ª Reformulação do CRMV - RJ

| RECEITAS | | DESPESAS | |
|---|---|---|---|
| CORRENTES | 12.860.000,00 | CORRENTES | 12.860.000,00 |
| DE CAPITAL | 4.140.000,00 | DE CAPITAL | 4.140.000,00 |
| TOTAL | 17.000.000,00 | TOTAL | 17.000.000,00 |

II - 1ª Reformulação do CRMV - RN

| RECEITAS | | DESPESAS | |
|---|---|---|---|
| CORRENTES | 1.940.000,00 | CORRENTES | 1.958.999,00 |
| DE CAPITAL | 720.000,00 | DE CAPITAL | 701.001,00 |
| TOTAL | 2.660.000,00 | TOTAL | 2.660.000,00 |

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HÉLIO BLUME
Secretário-Geral

### RESOLUÇÃO Nº 1.441, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Julga as Prestações de Contas dos Conselhos Regionais que especifica.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "f", artigo 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinada com o inciso X, do Artigo 3º, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007, e com os artigos 4º a 6º e 12 da Resolução CFMV nº 1049, de 14 de fevereiro de 2014. Considerando os Pareceres emitidos pela Comissão de Tomada de Contas do CFMV (CTC/CFMV), em relação à apresentação das contas pelos CRMVs; Considerando a deliberação do Plenário do CFMV na CCCLIV Sessão Plenária Ordinária, realizada no período de 26 a 27 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Julgar regulares as Prestações de Contas a seguir discriminadas:

I - Exercício 2020: CRMV-AC; CRMV-PA; CRMV-SC e CRMV-SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HELIO BLUME
Secretário-Geral

## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

### RESOLUÇÃO CRCDF Nº 229, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe Sobre a Concessão de Diárias e Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais, Revoga a Resolução CRCDF Nº 197/2017 e dá Outras Providências

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Artigo 1º - Os Conselheiros, Presidente, Ex-Presidentes, Representantes, integrantes de Grupos de Trabalho e Comissões, Assessores e Empregados do CRCDF, quando se deslocarem para outros Estados ou Países a serviço do CRCDF e desde que previamente autorizado pela Presidência ou Vice Presidência de Administração, farão jus à percepção de passagens aéreas, bem como do valor pecuniário previsto no ANEXO I, a título de "Diária", para cobrir as despesas com hospedagem, alimentação e locomoção.

Parágrafo Primeiro - Quando se tratar da Presidência do CRCDF, o valor da Diária descrito no ANEXO I será acrescido de 20% (vinte por cento), face às peculiaridades e necessidades de constante deslocamento para atendimento às obrigações inerentes ao cargo, bem como de representações sociais relacionadas aos interesses do Conselho.

Parágrafo Segundo - A conversão da Diária para o exterior será realizada com base no valor de venda do Dólar Turismo, considerando a cotação da data em que o pagamento for efetuado.

Artigo 2º - Também serão concedidas diárias e passagens aéreas aos colaboradores do CRCDF, assim designados os convidados para ministrar cursos, palestras e/ou treinamentos, gratuitamente, nos eventos organizados por este Regional.

Parágrafo Único - As diárias e passagens somente serão concedidas para os colaboradores não residentes no Distrito Federal e entorno e desde que o mesmo não esteja recebendo subsídios de outro Regional ou do Conselho Federal de Contabilidade, para o mesmo evento.

Artigo 3º - Os valores das diárias nacionais são os constantes do Anexo I e serão concedidos por dia de afastamento, incluindo-se os dias da partida e da chegada, observando os seguintes critérios:

I - valor integral quando o deslocamento importar pernoite fora do domicílio;

II - o valor da diária será reduzido à metade nos seguintes casos:

a) quando o deslocamento não exigir pernoite;

b) no dia da chegada ao destino.

Parágrafo Primeiro - Havendo extensão da estadia por solicitação do viajante, a quantidade de diárias será calculada com base no período de ocorrência do evento ou reunião, devendo qualquer custo decorrente dessa extensão ser arcado exclusivamente pelo viajante.

Parágrafo Segundo - Os valores das diárias internacionais serão pagos por dia de afastamento e serão considerados a partir da data de afastamento do território nacional e contados até o dia da chegada ao Brasil, observando-se os seguintes critérios:

I - quando o afastamento exigir pernoite em território nacional, fora do domicílio, será paga diária nacional integral, conforme valores constantes do Anexo I.

II - o valor da diária internacional será reduzido à metade nos seguintes casos:

a) quando o afastamento não exigir pernoite;

b) no dia da chegada ao território nacional.

Parágrafo Terceiro - O pagamento das diárias concedidas será efetuado em moeda nacional, preferencialmente até 3 dias antes do embarque, e terá o valor convertido pela taxa de câmbio do dia da emissão do Documento de Diária, observado o valor em dólar/euro constante do Anexo I.

Parágrafo Quarto - Caberá ao viajante proceder à aquisição da moeda estrangeira em estabelecimento de sua escolha, credenciado e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto - As diárias nacionais serão pagas antecipadamente, de uma só vez, preferencialmente na data em que se confirmar a realização da viagem e, até, no máximo, 2 (dois) dias antes de ela ocorrer, exceto em casos de emergência, quando poderão ser pagas no decorrer do afastamento.

Artigo 4º - A passagem aérea será fornecida diretamente pelo CRCDF ao viajante, mediante a entrega do e-ticket de embarque ou da informação acerca de seu número e demais dados relevantes para embarque.

Parágrafo Primeiro - A confirmação da viagem deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do retorno do viajante, mediante apresentação do Cartão de Embarque, do recibo do passageiro obtido na realização do "check in" via internet ou mediante apresentação de declaração ou relatório de viagem emitido pela companhia aérea.

Parágrafo Segundo - Caso o viajante solicite alteração de datas ou horários das passagens aéreas, as despesas decorrentes dessas alterações correrão por conta exclusiva do viajante, devendo ele se responsabilizar ainda pelos procedimentos necessários à realização da troca. Destaque-se que a solicitação de troca de datas ou horários pelo viajante não ensejará o pagamento de Diárias extras, decorrentes da referida alteração.

Parágrafo Terceiro - As alterações de datas e horários solicitadas pelo CRCDF serão por este custeadas, desde que justificadas, em casos de prorrogação das atividades no local da viagem ou necessidade de retorno antecipado do viajante por interesse do Conselho.

Parágrafo Quarto - Poderá haver concessão de indenização para ressarcimento de despesa com transporte, quando o viajante optar pela utilização de meio próprio de locomoção, correspondente ao resultado da multiplicação do valor padronizado de ressarcimento de transporte pela distância rodoviária, em quilômetros, existentes entre a sede do CRCDF e o destino, de acordo com a rota de menor percurso, preferencialmente em estradas com pavimentação asfáltica.

I - O valor padronizado de ressarcimento de transporte será equivalente ao resultado da divisão do preço do litro/dm³ de combustível pelo consumo de 10 (dez) quilômetros rodados por litro/dm³.

II - O preço do litro/m³ do combustível (gasolina, álcool, diesel, GNV) observará o preço médio em Brasília (DF), referente à data do deslocamento, como base nos valores informados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

III - O beneficiário que utilizar meio próprio de locomoção deverá apresentar cupom fiscal de abastecimento de combustível da localidade de destino ou do trajeto desenvolvido, sob pena de não ser ressarcido.

IV - A distância entre origem e destino será definida com base em informações obtidas por meio de pesquisa em ferramenta ou aplicação disponível na rede mundial de computadores.

V - No caso da existência de pedágios no trajeto, esses também serão passíveis de ressarcimento, desde que devidamente comprovados.

VI - A opção de uso de veículo próprio para a realização de serviço externo, representação oficial ou treinamento é de total responsabilidade do viajante, inclusive quanto a possíveis despesas com acidentes ou avarias no percurso.

VII - O valor do ressarcimento de que trata o caput fica limitado ao custo total das passagens aéreas que poderiam ter sido utilizadas no trecho (ida e volta).

VIII - A solicitação de ressarcimento de despesas com transporte deverá ser apresentada até 30 dias da data final da viagem.

Artigo 5º - Não realizada a viagem, parcial ou totalmente, o valor correspondente à Diária recebida pelo viajante deverá ser reembolsado ao CRCDF, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da interrupção ou do cancelamento da viagem.

Parágrafo Primeiro - O viajante deverá informar ao CRCDF as passagens aéreas não utilizadas para seja solicitado junto à companhia aérea o crédito correspondente, que é de exclusiva propriedade do CRCDF.

Artigo 6º - A Diária e a Passagem deverão ser solicitadas previamente pela Diretoria Executiva e autorizadas pela Presidência ou Vice Presidência de Administração do CRCDF.

Artigo 7º - As dúvidas suscitadas e os casos omissos serão apreciados e solucionados pela Vice-Presidência de Controle Interno.

Artigo 8º - Fica revogada a Resolução CRCDF nº 197/2017 e demais disposições em contrário.

Artigo 9º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

DANIEL CHAVES FERNANDES

ANEXO I - TABELA DAS DIÁRIAS

(Resolução CRCDF nº 229/2021)

| DESTINO | VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA |
|---|---|
| 1 - Viagens Nacionais | R$ 497,00 |
| 2 - Viagens Internacionais | |
| 2.1 - Nova Zelândia, Austrália, Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Países Asiáticos, Estados Unidos, Suíça, Canadá, França, Alemanha, Itália, Inglaterra. | U$ 350,00 |
| 2.2 - Demais países | U$ 300,00 |

## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO

### RETIFICAÇÃO

No DOU de 31 de janeiro de 2022, Seção 1, página 405, onde se lê: "PORTARIA CRCRJ N º 336, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021", leia-se: "PORTARIA CRCRJ N º 336, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021".

## CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 16ª REGIÃO

### RESOLUÇÃO CREF16/RN Nº 69, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre o registro no CREF16/RN dos prestadores de serviços na área de atividades físicas, desportivas e similares, como AUTÔNOMO LOCALIZADO e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 16ª REGIÃO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF16/RN, e,

CONSIDERANDO os termos do Artigo 1º § 2º do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física/CONFEF;

CONSIDERANDO o disposto nos art. 8º e art. 9º do Estatuto do CREF16/RN;

CONSIDERANDO o que estabelece as Resoluções 021/00, 023/00 e 052/02 ambas do CONFEF;

CONSIDERANDO a deliberação tomada pelo Plenário em reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º - Está desobrigado a registrar-se no Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região, como Pessoa Jurídica (PJ), o AUTONOMO LOCALIZADO, que se enquadre nas seguintes situações:

I - O Profissional de Educação Física BACHAREL que atue sozinho no seu local de trabalho como prestador de serviços na área das atividades físicas, desportivas e similares;

II- O Profissional de Educação Física PROVISIONADO que atue sozinho no seu local de trabalho como prestador de serviço na modalidade específica em que está registrado no Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 2º - Para efeito de caracterização de AUTÔNOMO LOCALIZADO, o Profissional de Educação Física deverá apresentar requerimento ao CREF16/RN, acompanhado de Quadro Técnico, Termo de Responsabilidade Técnica e Relação dos Serviços Oferecidos, que deverá ser renovado anualmente.

Art. 3º - A expedição do Certificado de Registro de AUTÔNOMO LOCALIZADO está condicionada ao cumprimento do que estabelece o art. 2º desta resolução e está isento de anuidade de pessoa jurídica, ficando o seu proprietário sujeito a todas as demais obrigações estatutárias.

Art. 4º - Na hipótese do AUTONOMO LOCALIZADO inserir outro Profissional de Educação Física ao seu Quadro Técnico, deverá imediatamente alterar a personalidade jurídica para a nova modalidade de empresa.

Art. 5º - Para efeito desta Resolução considera-se prestação de serviço o exercício em caráter permanente ou eventual de qualquer das atividades definidas na Resolução CONFEF nº 046/2002.

Art. 6º - O Autônomo Localizado registrado no CREF16/RN está submetido a toda legislação estabelecida pelo Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação e ficam revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO BORGES DE ARAUJO

### RESOLUÇÃO CREF16/RN Nº 70, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a instituição e a utilização do Suprimento de Fundos do Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região - CREF16/RN.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, e;

CONSIDERANDO a previsão legal autorizadora da instituição do Suprimento de Fundo, prevista na Lei nº. 4.320/1964 c/c Decreto-Lei nº. 200/1967 c/c Lei nº. 14.133/21;

CONSIDERANDO a necessidade de pagamentos de aquisições de bens e serviços, emergenciais e de pequena monta, não enquadráveis na possibilidade de aquisição nos termos da Lei 14.133/21;

CONSIDERANDO, a deliberação do Plenário do CREF16/RN, em reunião ordinária no dia 29 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Fica instituída a sistemática de contratação de serviços e bens através do Suprimento de Fundo (SF).

§1º O Suprimento de Fundo (SF) consiste no adiantamento de numerário a servidor previamente designado, que fará uso do dinheiro para atendimento de necessidades do CREF16/RN, sendo impreterível, sob pena de responsabilidade pessoal, a prestação de contas, nos termos desta Resolução.

§2º O Suprimento de Fundo (SF) somente deverá ser utilizado, única e exclusivamente, para as despesas que não possam aguardar o tempo necessário para o ciclo normal de um dispêndio (licitação ou contratação direta), seja pelo seu caráter anormal ou pela pronta resposta a ser dada para satisfazer uma necessidade pública.

§3º O Suprimento de Fundo (SF) é uma forma de execução de despesa pública simplificada e flexível, não se confundindo com a contratação direta (prevista na Lei nº. 14.133/21), somente sendo utilizado, portanto, nos estritos limites desta Resolução e quando diante de despesas excepcionais e imediatas, preterido de procedimento administrativo próprio, limitando-se aos valores aqui previstos e não sendo caso de parcelamento da prestação do serviço ou da aquisição dos bens.

§4º É vedada a utilização do Suprimento de Fundo (SF) para aquisição de bens ou serviços mediante diversas compras em um único exercício e para idêntico subelemento de despesa, cujo valor total supere o limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº. 14.133/2021, por constituir fracionamento de despesa.

§5º Na utilização do Suprimento de Fundo o responsável deverá respeitar os princípios norteadores da Administração Pública, expressos e intrínsecos, tais como moralidade, eficiência, motivação, vantajosidade, economicidade, impessoalidade, transparência, isonomia, dentre outros.

Art. 2º Será responsável pela administração do Suprimento de Fundo (SF) um servidor público concursado ou comissionado, devidamente lotado nos quadros do CREF16/RN.

§1º A nomeação do responsável pela administração do Suprimento de Fundo (SF) será publicada em ato normativo próprio do presidente através de Portaria para a sede do CREF16/RN e para a Seccional de Mossoró.

§2º O responsável, devidamente nomeado, assinará Termo de Responsabilidade, emitido pelo Presidente e pelo 1º Tesoureiro do CREF16/RN, declinando o valor do Suprimento de Fundo (SF) e a data da disponibilização.

§3º O responsável pelo Suprimento de Fundo receberá os valores destinados da referida rubrica mediante cheque sacado da conta bancária do CREF16/RN, nominal ao responsável.

§4º O responsável pelo Suprimento de Fundo (SF) deverá, trimestralmente, nos termos do art. 3º, VI e VII, desta Resolução, prestar contas dos valores presentes e eventualmente gastos referentes ao Suprimento de Fundo (SF).

§5º Em caso de impedimento, suspensão, impossibilidade, substituição ou qualquer outro meio que impeça o exercício do encargo de responsável pelo Suprimento de Fundo, os valores serão imediatamente devolvidos aos cofres diretos do CREF16/RN, até que seja nomeado substituto ao responsável pelo Suprimento de Fundo (SF).

§6º O Suprimento de Fundo (SF), devidamente destinado a responsável específico, somente por este poderá ser movimentado, já que sobre sua responsabilidade pessoal, com exceção da hipótese do parágrafo anterior, quando será, excepcionalmente movimentando pelo Diretor Executivo para fins exclusivos do retorno do montante aos cofres diretos do CREF16/RN.

Art. 3º A utilização do Suprimento de Fundo (SF), para fins de controle pelo CREF16/RN deverá observar os seguintes critérios fundamentadores do procedimento administrativo:

I. Necessidade da realização da despesa pública, comprovada mediante exposição de motivos a ser declinada na futura prestação de contas;

II. Pesquisa prévia simplificada de preços de mercado sobre os bens ou serviços a serem contratados, a qual deve ser realizada, preferencialmente, pelo Portal de Compras do Governo Federal, podendo, ainda, ser utilizados outros métodos, tais como: acesso à mídia especializada, contrato público de objeto similar, pesquisa em sítios eletrônicos especializados ou cotação de orçamentos;

III. A cotação de orçamentos observará a necessidade, quando possível, de colhimento de pelo menos três orçamentos de fornecedores distintos, para fins de comprar o menor preço a ser pago pelo CREF16/RN;

IV. Realização do pagamento pelo bem ou serviço adquirido, mediante a emissão de Nota Fiscal, Fatura, Cupom Fiscal ou recibos em casos justificados, sendo cada um destes documentos emitidos individualmente para cada Suprimento de Fundo (SF);

V. O documento fiscal de comprovação, referido no inciso anterior, deverá ser emitido no nome e no CNPJ do CREF16/RN, devendo conter, ainda, no mínimo, o nome, CNPJ e endereço do fornecedor do bem ou serviço e em caso de recibo CPF, RG e endereço do prestador de serviço;

VI. A prestação de contas deverá ser entregue até o último dia útil do mês de competência, para fins de possibilitar a contabilização das despesas oriundas da utilização do Suprimento de Fundo (SF);

VII. Na prestação de contas deverá constar a descrição do bem ou serviço adquirido, a exposição de motivos que ensejou a contratação, a data da efetivação, o valor do Suprimento de Fundo (SF) utilizado, os dados institucionais do responsável pelo Suprimento de Fundo (nome, cargo, matrícula etc.), sob pena de nulidade da prestação e comprometimento pessoal do responsável.

Art. 4º Quando da utilização do Suprimento de Fundo, o responsável deverá, necessariamente, atentar-se para a retenção e recolhimento dos tributos referentes às despesas:

§1º Nos termos do art. 4º, VII da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº. 1234, de

11 de janeiro de 2012, não serão retidos os valores correspondentes ao Imposto sobre a Renda (IR), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e à Contribuição para o PIS/Pasep, na utilização do Suprimento de Fundos.

§2º A não retenção do parágrafo anterior não se aplica aos demais encargos tributários que, por força de lei estadual ou municipal, devam ser retidos na fonte e repassados diretamente aos cofres públicos, com o pagamento ao fornecedor somente do valor líquido, devendo-se observar as legislações locais aplicáveis a cada caso.

Art. 5º Fica estipulado que o valor do Suprimento de Fundo não será superior a:

I. R$ 4.000,00 (quatro mil reais), para despesas na contratação de bens e serviços, nos termos desta resolução, a serem adquiridas pelo responsável pelo Suprimento de Fundo da Sede do CREF16/RN;

II. R$1.000,00 (Hum mil reais), para despesas na contratação de bens e serviços, nos termos desta resolução, a serem adquiridas pelo responsável pelo Suprimento de Fundo da Seccional de Mossoró do CREF16/RN;

Art. 6º Após a entrega da prestação de contas e havendo a utilização total ou parcial, superior à 50% dos limites previstos nos incisos do artigo anterior, o valor correspondente eventualmente utilizado será reposto, até o alcance da integralidade dos valores previstos no artigo anterior.

§1º Caso, após a prestação de contas trimestral verifique-se que o montante presente e ainda disponível seja superior a 50% dos limites previstos nos incisos do artigo anterior, não haverá recomposição do referido Suprimento de Fundo (SF), sendo tal recomposição, somente devida, quando o percentual disponível for inferior a 50% dos valores estabelecidos no caput do art. 5º.

§2º A recomposição, acaso devida, será feita até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação de contas em que se verificar sua necessidade.

Art. 7º O Suprimento de Fundo terá número próprio, devendo esse número constar, obrigatoriamente, nos lançamentos contábeis do CREF16/RN, referenciando-se aos cheques emitidos para composição/recomposição do Suprimento de Fundo (SF).

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação.

FRANCISCO BORGES DE ARAUJO

**RESOLUÇÃO CREF16/RN Nº 71, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022**

Dispõe sobre o procedimento de Suspensão de Atividades, Cassação de Licença, Interdição e Desinterdição de Atividades Privativas da Profissão de Educação Física ofertadas por Pessoas Jurídicas e demais empresas Prestadoras de Serviços de Atividades Físicas, Desportivas e Similares, pelo Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região - CREF16/RN e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 16ª REGIÃO - CREF16/RN, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF16/RN, e:

CONSIDERANDO que as pessoas jurídicas prestadoras de serviços na área de atividades físicas, desportivas e similares têm responsabilidade e compromissos com a sociedade no que se refere à qualidade, segurança e atendimento na área da Educação Física;

CONSIDERANDO que as pessoas jurídicas prestadoras de serviços em atividades físicas, esportivas e similares ao assumirem a responsabilidade da prestação de serviços na área de atividade física, direta ou indiretamente, tem o dever legal de assegurar que as prestações desses serviços sejam desenvolvidas sob a responsabilidade de um Profissional de Educação Física devidamente habilitado e inscrito no Conselho Regional de Educação Física - CREF16/RN, observando-se as normas estabelecidas para o setor;

CONSIDERANDO o inciso IV, do Art. 56, do Estatuto do CONFEF, criado pela Lei nº 9.696/98, o qual estabelece ser da competência do CREF inscrever dentro de sua área de abrangência, as pessoas jurídicas prestadoras de serviços em atividades físicas, desportivas e similares cuja atividade finalística seja a prestação destes serviços, fornecendo registro de funcionamento, às pessoas jurídicas que prestam serviços na área da atividade física, desportiva e similares;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões;

CONSIDERANDO que o Conselho Regional de Educação Física - CREF16/RN, está contemplado com o poder de polícia disposto no Art. 78, da Lei 5.172/1966, limitando e disciplinando direito, interesse ou liberdade, no sentido de evitar que se ponha em risco a segurança e a saúde dos beneficiários;

CONSIDERANDO que a legislação em vigor e especialmente o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física contemplam, não apenas normas de conduta funcional dos profissionais, possibilitando aplicação punitiva aos seus infratores, mas também, princípios que ensejam a interdição da atividade profissional, resultante da perda de requisito essencial ao seu exercício;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) que menciona a ação governamental no sentido de proteger efetivamente os direitos básicos do consumidor, tais como, a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

CONSIDERANDO o Inciso III do Art. 1º da Constituição Federal do Brasil cita que a dignidade da pessoa humana, constitui princípio fundamental, e visa proteger o ser humano contra tudo que possa atentar contra sua integridade, segurança e saúde;

CONSIDERANDO que o Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região - CREF16/RN, pessoa jurídica de direito público, criada por lei e pertencente à Administração Pública Indireta, possui como missão precípua zelar pela qualidade dos serviços profissionais prestados pela categoria, bem como o cumprimento da legislação pertinente, sendo dotado de poder de polícia, essencialmente, preventivo, conforme determina o Código Tributário Nacional, no teor do seu artigo 78;

CONSIDERANDO a jurisprudência estabelecida pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, que ressalta que os Conselhos Regionais de Educação Física, criados pela Lei nº 9.696/1998, têm poder de polícia delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício das atividades próprias dos profissionais de educação física e das pessoas jurídicas os conselhos profissionais, possuindo poder/dever de adotar medidas coercitivas em face de empresa sem o devido registro, independentemente de autorização judicial (TRF 5: PROCESSOS nº 0801416-18.2017.4.05.8400, 0805036-38.2017.4.05.8400, 0804769-98.2014.4.05.8100, 0800834-21.2017.4.05.8205, 0805868-22.2018.4.05.8405);

CONSIDERANDO a decisão proferida pela 2ª Turma do STJ no REsp 1651622/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 28/03/2017, no sentido de que um dos atributos do ato administrativo é a autoexecutoriedade, o que significa que, mantida também a possibilidade de ingressar com ação judicial, a Administração Pública pode executar seus atos e decisões, por seus próprios meios, sem prévia autorização judicial, sobretudo quando se tratar de medida urgente, que se não adotada pode ocasionar prejuízo maior ao interesse público e a bens jurídicos de grande relevância, como a saúde e a segurança;

CONSIDERANDO finalmente, o que deliberou o Plenário do CREF16/RN na Reunião ordinária do dia 11 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Estabelecer os procedimentos do Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região - CREF16/RN para Suspensão de Atividades, Cassação de Licença, Interdição e Desinterdição das atividades privativas da profissão de Educação Física, ofertada por Pessoas Jurídicas e demais empresas prestadoras de serviços de Atividades Físicas, Desportivas e Similares;

CAPÍTULO I

DA SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES, CASSAÇÃO DE LICENÇA E INTERDIÇÃO

Art. 2º. Para termos desta resolução são definidos os atos de Suspensão de Atividades, Cassação de Licença e de Interdição de estabelecimento:

I - Suspensão de Atividades: é o ato preventivo, em defesa da sociedade, tomado durante a realização de fiscalização por parte dos Agentes de Orientação e Fiscalização, de interromper o funcionamento de atividades, quando identificam que o estabelecimento está em funcionamento sem a presença de Profissional de Educação Física habilitado ao exercício da função, mesmo havendo apenas 01 (um) ou mais beneficiários se exercitando, independentemente do tipo de exercício físico que esteja sendo praticado no momento, como também quando é identificado que a pessoa que esteja orientando e/ou prescrevendo tais exercícios físicos não é Profissional de Educação Física habilitado ao exercício da função.

II - Cassação de Licença: é o ato de realizar a baixa do registro de Pessoa Jurídica ou Autônomo Localizado (Estúdio), tornando-os inabilitados para funcionamento, quando constatado irregularidades pela fiscalização que justifiquem a cassação da licença, a qual poderá ser levada ao Plenário pela Presidência do CREF16/RN.

III - Interdição: A interdição é o ato de impedir o funcionamento ao público das atividades privativas da profissão de Educação Física por Pessoa Jurídica prestadora de serviços de Atividades Físicas, Desportivas ou Similares, que esteja em desacordo com as normas de garantia de qualidade e segurança nos serviços prestados à sociedade nas condições dispostas no Art. 3º desta resolução.

§1º - A suspensão das atividades, prevista no inciso I, também é passível de acontecer em locais públicos tais como ginásios esportivos, parques, praças, e demais locais onde o Agente de Orientação e Fiscalização constate que esteja ocorrendo a prestação de serviços de atividades físicas, desportivas e similares, de competência a profissão de Educação Física, sem a presença de Profissionais de Educação Física registrados e habilitados ao exercício da função.

§2º- Será considerado passível de Cassação de Licença, prevista no inciso II, o estabelecimento na condição em que, após proposta do Diretor do Departamento de Orientação e Fiscalização, mediante relato devidamente circunstanciado e comprovado que por 03 (três) vezes consecutivas, a Pessoa Jurídica ou o Autônomo Localizado (Estúdio), que possua registro junto ao CREF16/RN, seja encontrada em funcionamento sem a presença de Profissional de Educação Física habilitado ao exercício da função, mesmo havendo apenas 01 (um) ou mais beneficiários se exercitando, independentemente do tipo de exercício físico que esteja sendo praticado no momento, como também quando é identificado que a pessoa que esteja orientando e/ou prescrevendo tais exercícios físicos não é Profissional de Educação Física habilitado ao exercício da função.

§3º- A cassação da licença, prevista no inciso II, implicará em automática decisão de interdição das atividades privativas da profissão de Educação Física que estão sendo ofertadas no estabelecimento, até que sejam cumpridos os requisitos determinados nos Arts. 5º e 6º desta resolução.

§4º - A Interdição, prevista no inciso III, será definida como total quando impedir o funcionamento ao público da pessoa jurídica ou autônomo localizado, bem como o exercício do Profissional de Educação Física, no estabelecimento ora interditado.

§5º - A Interdição, prevista no inciso III, será definida como parcial quando impedir o funcionamento ao público da pessoa jurídica em um ou mais setores ou aparelhos existentes no estabelecimento e que sejam utilizados para prática de exercícios físicos, não abrangendo a totalidade da interdição aos serviços oferecidos pelo estabelecimento ora interditado.

Art. 3º. Serão consideradas passíveis de interdição, a reincidência nas seguintes infrações:

I - Pessoa Jurídica funcionando sem o necessário registro junto ao CREF16/RN;

II - Pessoa Jurídica funcionando sem Profissional de Educação Física devidamente registrado junto ao CREF16/RN;

III - Pessoa Jurídica em funcionamento sem Profissional de Educação Física Responsável Técnico registrado no sistema de registro das Pessoas Jurídicas de controle do CREF16/RN.

IV - Pessoa Jurídica que não tenha realizado a substituição de Responsável Técnico que tenha requerido a baixa de responsabilidade técnica, respeitado o prazo determinado no §4º do Art. 4º da Resolução CONFEF nº 134/2007;

V - Estabelecimento ou estrutura física do ambiente com instalações irregulares pondo em risco a saúde e integridade física dos seus usuários, sendo, neste caso, passíveis de interdição as seguintes irregularidades que serão documentadas por imagens e/ou vídeos:

a) Instalações com infiltrações e presença de mofos nas paredes e/ou no teto;

b) aparelhos com pontas metálicas expostas, forros rasgados e cabos quebrados;

c) vidros e espelhos quebrados;

d) pisos irregulares ou soltos;

e) indícios de irregularidades e/ou sobrecarga nas instalações elétricas, entre outros que notadamente coloquem em risco a integridade física dos beneficiários.

CAPÍTULO II

DO ATO DE INTERDIÇÃO

Art. 4º. Determinada a Interdição, será lavrado o respectivo Termo de Interdição, em duas vias devidamente assinadas, uma das quais deverá ser entregue para a pessoa responsável pela instituição.

§1º - O Termo de Interdição deverá conter a identificação da entidade, identificação do Proprietário, do Responsável Técnico com o seu respectivo número do CREF, a descrição circunstanciada das infrações que deram causa a interdição, além das condições para desinterdição do estabelecimento.

§2º - Será afixado na porta de entrada do estabelecimento o lacre de interdição e/ou outro instrumento, de conformidade com a situação do local.

§3º - O lacre de interdição referido no parágrafo anterior só poderá ser removido com autorização expressa do Diretor do Departamento de Orientação e Fiscalização do CREF16/RN, mediante prévia autorização do seu presidente.

§4º- Caso haja o descumprimento da Interdição, como também, violação do lacre de interdição, e/ou outro instrumento, de qualquer forma, inutilizar ou conspurcar o lacre de Interdição, o proprietário do estabelecimento ficará sujeito às penas estabelecidas nos artigos 205 e 336 do Código Penal, dentre outros possíveis crimes nos quais se enquadre a conduta.

§5º - A infração de que trata o inciso "V" do art. 3º, deverá, previamente, ser comunicada aos órgãos de Defesa do Consumidor (PROCONS, ANVISA/Vigilância Sanitária Municipal, Corpo de Bombeiros e Ministério Público) a quem caberá a execução da interdição, conjuntamente com a equipe de fiscalização do CREF16/RN.

§6º - Nos casos de ausência de pessoa responsável pelo estabelecimento durante o ato de interdição, de recusa de recebimento do termo de interdição, ou ainda da recusa de assinatura deste termo, este será lavrado respeitando os termos desta resolução e, assinado por testemunha que esteja presente durante o ato de fiscalização.

CAPÍTULO III

DO PEDIDO DE REATIVAÇÃO DO REGISTRO SUSPENSO E DA DESINTERDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Art. 5º. O Revigoramento de Registro Cassado e ou a Desinterdição, poderão ser realizados a qualquer tempo por determinação do Presidente do CREF16/RN, através de requerimento apresentado pelo(s) Representante(s) Legal(is) do estabelecimento, ou ainda por Procurador subscrito, à Presidência do CREF16/RN, desde que as condições que ocasionaram a Interdição ou a Cassação do Registro tenham sido sanadas, com a devida regularização e com a certificação do diretor do Departamento de Orientação e Fiscalização.

§1º O requerimento para Desinterdição ou Revigoramento do Registro deverá ser assinado pelo Responsável Técnico e/ou representante legal da Instituição.

§2º No requerimento, terão que constar fatos e comprovação por documentos ou arquivos de imagem, de que não perduram as irregularidades que motivaram a interdição.

§3º Caso tenha sido constatado que o responsável legal da instituição, que requereu a desinterdição, tenha falseado as informações e embaraçado a fiscalização, este deverá responder administrativa e penalmente pelas irregularidades do ato praticado.

Art. 6º. Protocolado o Pedido de Desinterdição no CREF16/RN, o Presidente deverá determinar ao Departamento de Orientação e Fiscalização, que em até 05 (cinco) dias úteis apure a cessação ou não da situação que tenha ocasionado a interdição e elabore relatório, que deverá retornar à Presidência para deliberação.

§1º Caso o Presidente delibere pela suspensão da Interdição deverá ser lavrado o Ato de Desinterdição total ou parcial e cientificado o Representante Legal do estabelecimento e/ou seu Responsável Técnico, com cópia ao Diretor do Departamento de Orientação e Fiscalização e a Assessoria Jurídica, para elaboração do respectivo Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.

§2º Caso haja reincidência na mesma irregularidade, com descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado, motivando uma nova interdição da instituição a nova desinterdição só poderá ser realizada após um prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis mediante avaliação e parecer expedido pela Comissão de Orientação e Fiscalização do CREF16/RN.

§3º Caso o Presidente delibere pela manutenção da Interdição, por ocasião do pedido de desinterdição, deverá ser oficiada à pessoa jurídica, em até 03 (três) dias úteis, alertando quanto à possibilidade de recurso sobre a decisão, bem como dos fatos que indeferiram o pedido de Revigoramento de Registro ou da Desinterdição.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. A qualquer tempo poderá ser elaborado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre as partes, sobrestando-se os procedimentos de interdição.

Art. 8º. Os prazos previstos nesta Resolução serão contados em dias úteis e poderão, excepcionalmente, ser prorrogados mediante despacho fundamentado do Diretor de Departamento de Orientação e Fiscalização e ciência do Presidente do CREF16/RN.

Art. 9º. Os casos omissos serão solucionados levando em conta o dispositivo da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO BORGES DE ARAUJO

## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIÁS

### DECISÃO Nº 1.253, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre o programa orçamentário financeiro para exercício de 2022 e dá outras providencias.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 5.905 de 12 de julho de 1973 e; CONSIDERANDO a competência deste conselho em elaborar seu programa orçamentário financeiro e que os demonstrativos, as estimativas de receita e despesa em anexos apresentam as necessidades orçamentárias para o exercício financeiro de 2021; CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 340 de 28 de outubro de 2008; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em sua Sexcentésima Nonagésima Terceira Reunião Ordinária de Plenário realizada no dia 29 de outubro do ano de dois mil e vinte um. decide:

Art.1º Aprovar o programa orçamentário Financeiro do Conselho Regional de Enfermagem de Goiás para o exercício financeiro de 2022 estimado no valor R$ 14.400.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais).

Art.2º Fica a Presidente autorizada a abrir, durante o exercício, créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa total prevista nesta Decisão, utilizando para esse fim os recursos previstos nos Incisos I a IV, do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e o disposto no artigo 89 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil aprovado pelas Resoluções Cofen nºs 340/2008 e 503/2016.

Art.3 º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

EDNA DE SOUZA BATISTA
Presidente do Conselho

ELMA DOS SANTOS ASSIS
Secretária

MARIA HELENA CARVALHO SÁ
Tesoureira

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA

### RESOLUÇÃO Nº 12, DE 17 DEZEMBRO DE 2021

Altera a Resolução CRMV-PB nº 5/2017, de 06 de novembro de 2017.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Paraíba - CRMV/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas letras "a", do artigo 18, da Lei n.º 5.517/68, combinado com a alínea "r", do artigo 4º, do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº. 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária; de 04-04-2018, Seção 1, pág. 183, resolve:

Art. 1º - Alterar a redação do artigo 4º, da Resolução CRMV-PB nº 5, publicada no DOU de 04/04/2018 (Seção 1, pg.183), a renumeração do parágrafo único em §1º e a inserção do §2º, com as seguintes redações: "Art. 4º Fica instituído o Livro de Registro e Anotações do Responsável Técnico, fornecido pelo CRMV/PB e tem como objetivo a anotação de ocorrências relacionadas à atividade, desconformidades, recomendações do profissional ao proprietário e colaboradores empresa assistida, devendo constar todas as datas e horários nos quais o RT se fizer presente"."§1º (...)"§ 2º - Todas as anotações feitas no Livro de Registro e Anotações do Responsável Técnico devem ser finalizadas com carimbo e assinatura do respectivo RT".

Art. 2º - Alterar a redação do artigo 5º e §§1º e 2º e a este inserir os §§3º, 4º e 5º, com as seguintes redações: "Art.5º - Fica Instituído o Formulário de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) - Proprietário, Sócio-Proprietário ou Diretor Técnico (anexo 01) e o Formulário de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) - Eventos Agropecuários e Desportivos (anexo 02), para a devida inscrição nesta autarquia em conformidade com a legislação". "§ 1º - No caso de eventos agropecuários e desportivos, o prazo para solicitação de homologação da ART será de, no mínimo, 15 (quinze) dias antes do início do mesmo. Entende-se por início do evento o primeiro dia de sua realização e/ou abertura ao público"."§ 2º - Quando da solicitação da homologação da ART de eventos agropecuários e desportivos junto ao CRMV/PB, o RT deverá informar o(s) nome(s) do(s) profissional(is) que exercerá(ão) a função de Juiz de Bem-Estar (quando exigido) e do(s) Médico(s) Veterinário(s) plantonista(s)"."§ 3º - Nos eventos agropecuários e desportivos será obrigatória a apresentação do certificado de regularidade emitido pelo CRMV/PB, licença de funcionamento emitido pela Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal (ULSAV) e chancela da Associação Brasileira de Vaquejada (ABVAQ). Os dois últimos certificados são específicos para apresentação pelo RT quando da fiscalização de esportes equestres"."§ 4º - No prazo de até 05 (cinco) dias após o final do evento, deverá ser preenchido um relatório online, disponibilizado no site do CRMV/PB. Entende-se como último dia de evento agropecuário e desportivo a data informada no respectivo contrato de RT, consonante com outras licenças emitidas para o mesmo evento"."§ 5º - A baixa da RT referente ao evento encerrado, estará condicionada ao preenchimento do relatório online, nos termos do parágrafo 4º. A não entrega do relatório implica em consequências segundo o código de ética vigente".

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

VALÉRIA ROCHA CAVALCANTI
Presidente do Conselho

ADRINANO FERNANDES FERREIRA
Secretário-Geral

